arte 2021 ACIJ 7_ARTE ALBUM JOINVILLE ok.qxd 31/05/2021 16:12 Página 1

Economia Forte, Cidade Feliz

1911–2021

ISBN 978-65-991392-6-0

Use o QR Code para acessar a versão digital

ACIJ na História de Joinville

110 anos de legados econômicos e sociais

Joel Gehlen

editora letradágua

arte 2021 ACIJ 7_ARTE ALBUM JOINVILLE ok.qxd 31/05/2021 16:12 Página 2

Copyright©2021
Joel Gehlen

Copyright©desta edição
Editora Letradágua

Pesquisa
Brigitte Brandenburg, Dilney Cunha, Gabriela Machado, Isabel Santos, Luana de Oliveira, Walter de Queiroz Guerreiro

Fotografias
Arquivo da Associação Comercial e Industrial de Joinville, Arquivo Histórico de Joinville, IVC, PRF, Nicácio Machado, Peninha Machado, Reproduções: Nilson Bastian

Imagem de capa
Jackson Nessler

Edição, projeto gráfico, capa
Editora Letradágua

Revisão
Wilka Seto-Gehlen

Impressão
Gráfica Pallotti

isbn: 978-65-991392-6-0
a
Agradecimentos:
Arquivo Histórico de Joinville: Mateus Carle, Tania Maria Marcelino e Tatiane Costa; Jornal A Notícia: Cátia Regina do Nascimento, Cláudia Morriesen e Cleber Gomes. ACIJ: Angela Moreira Todt, Diogo Haron, Domingos Aquino, Julio Franco, Keide Cristiane, Leila Patricia Oliveira, Marco Antonio Corsini, Marcos Krelling e Moacir Thomazi. SDR-Joinville: Manoel Mendonça, Brigitte Brandenburg, Gizeli Ribeiro do Nascimento, Santina Bernardes e Maria Sílvia Birckholz. E também a: Apolinário Ternes, Cibele, Dorita Karmann Marquadt, Edla Jordan, Etienne Douat, José Renato Stein, Lídia Douat, Nilson Bastian, Silvano Silva e Ruth Buschle.

Entrevistados:
Carlos Rodolfo Schneider, Evi Varela, Jaime Grasso, João Joaquim Martinelli, José Henrique Carneiro de Loyola, Luis Henrique da Silveira, Marco Antonio Corsini, Mario Cezar de Aguiar, Mário Eugênio Boehm, Moacir G. Thomazi, Nilson Wilson Bender, Ninfo Valtero König, Nivaldo Nass, Osvaldo Moreira Douat e Udo Döhler.

G311a Gehlen, Joel
ACIJ na história de Joinville / Joel Gehlen. – Joinville : Letradágua, 2021.
272 p.

ISBN: 978-65-991392-6-0

1. Joinville (SC) – História. 2. Associações, instituições, etc. – Joinville (SC) – História. 3. Joinville (SC) – Condições econômicas. I. Título.

CDU: 981.640.107

Catalogação na publicação por: Onélia Silva Guimarães CRB-14/071

editora letradágua
R. Henrique Tamanini, 303, Iririú
CEP 89227-482 – Joinville – SC
letradagua@gmail.com - 47 988975551
2021

GALERIA DOS PRESIDENTES

Hermann Lepper

Arthur da Costa

Hans Jordan

Henrique Douat

José Köerbel

Adhemar Garcia

Arnaldo Douat

Felinto Jordan

Hans Peter Stein

Norberto Cubas

Norberto Schossland

Mário Boehm

Osvaldo Aguiar

Edgard Meister

Raul Schmidt

Udo Döhler

Albano Schmidt

João Martinelli

Hermann Augusto Lepper	1911 a 1915	
	1915 a 1916	Emilio Stock
Arthur Ferreira da Costa	1916 a 1918	
	1918 a 1923	Procópio G. de Oliveira
Hans Jordan	1923 a 1927	
	1927 a 1928	Ricardo Karmann
Henrique Douat	1928 a 1929	
	1929 a 1932	Ricardo Karmann
José Köerbel	1932 a 1934	
	1934 a 1936	Zacharias Syzak
Arnaldo Moreira Douat	1936 a 1938	
	1938 a 1942	Werner Metz
Adhemar Garcia	1942 a 1961	
	1961 a 1962	Roberto Stein
Hans Peter Stein	1962 a 1964	
	1964 a 1966	Hans Dieter Schmidt
Felinto Jordan	1966 a 1969	
	1969 a 1970	Hans Dieter Schmidt
Norberto Willy Schossland	1970 a 1972	
	1972 a 1974	Etienne Arnaldo Douat
Udo Döhler	1974 a 1976	
	1976 a 1978	Osvaldo Moreira Douat
Norberto Cubas da Silva	1978 a 1980	
	1980 a 1982	Osvaldo Moreira Douat
Norberto Willy Schossland	1982 a 1983	
	1983 a 1984	Udo Döhler
Osvaldo Neves de Aguiar	1984 a 1985	
	1985 a 1986	Nivaldo Nass
Mário Eugênio Boehm	1986 a 1987	
	1987 a 1989	Udo Döhler
Raul Schmidt	1989 a 1991	
	1991 a 1993	José H. Carneiro de Loyola
Edgard Nelson Meister	1993 a 1995	
	1995 a 1997	Ninfo Valtero König
Albano Schmidt	1997 a 1999	
	1999 a 2001	Moacir Thomazi
Moacir Luiz Bogo	2001 a 2003	
	2003 a 2005	Jaime Grasso
Sérgio Rodrigues Alves	2005 a 2006	
	2006 a 2007	Nivaldo Nass
Udo Döhler	2007 a 2009	
	2009 a 2011	Carlos Rodolfo Schneider
Udo Döhler	2011 a 2012	
	2012 a 2014	Mario Cezar de Aguiar
João Joaquim Martinelli	2014 a 2016	
	2016 a 2018	Moacir Thomazi
João Joaquim Martinelli	2018 a 2020	
	2020 a 2022	Marco Antonio Corsini

Emilio Stock

Procópio Gomes

Ricardo Karmann

Werner Metz

Roberto Stein

Hans Schmidt

Etienne Douat

Osvaldo Douat

Nivaldo Nass

José de Loyola

Ninfo König

Moacir Thomazi

Jaime Grasso

Moacir Bogo

Sérgio Alves

Carlos Schneider

Mario Aguiar

Marco Corsini

arte 2021 ACIJ 7_ARTE ALBUM JOINVILLE ok.qxd 31/05/2021 16:12 Página 4

Economia forte, cidade feliz

Marco Antonio Corsini – Presidente da ACIJ, fevereiro 2021

"O que nos move é a busca do crescimento de quem produz; o que nos comove é ajudar as pessoas a terem mais qualidade de vida." Fio-condutor da campanha de comunicação dos 110 anos da ACIJ, esta frase é a síntese das visões, dos valores e das ações de empresas associadas e de lideranças que conduziram nossa entidade desde sua fundação, em 16 de fevereiro de 1911, até os dias de hoje.

Ao longo das próximas páginas, que acrescentam os últimos dez anos ao livro do centenário da ACIJ, fica claro que a história da entidade se confunde com a própria história de Joinville.

Ao longo destes 110 anos, o papel da ACIJ tem sido unificar todas as forças da comunidade em torno de bandeiras econômicas e sociais. E esta articulação, como testemunha esta publicação, se reflete diretamente no desenvolvimento econômico da cidade e no bem-estar das pessoas, sempre trabalhando para fortalecer os dois pilares da entidade: os associados e a comunidade.

A crença da ACIJ é que o desenvolvimento econômico é a maior alavanca para o progresso e para a felicidade das pessoas. E que a felicidade e a harmonia da população impulsionam ainda mais o progresso da cidade. São como duas hélices que movimentam de forma permanente este círculo virtuoso.

A ousadia, a resiliência, a criatividade e a inquietude são marcas registradas dos empresários de Joinville. Estas características formaram um ecossistema sólido, inovador e diversificado de saudável convivência e complementação entre grandes, médias e pequenas empresas na indústria, no comércio e na prestação de serviços.

A ACIJ tem a satisfação de contribuir para a formação desta cultura de desenvolvimento permanente há 110 anos, honrando e valorizando o passado, trabalhando no presente para solucionar necessidades imediatas e sempre projetando o futuro, o próximo passo, a próxima fronteira, a próxima conquista.

Em períodos de turbulência, como esse provocado pela pandemia, o associativismo é ainda mais importante. Porque a união de esforços e o compartilhamento de informações e boas práticas formam a ponte segura para as mais difíceis travessias.

Mais uma vez, a ACIJ se fez presente, atuando em várias frentes.

De um lado, o desenvolvimento de protocolos para garantir segurança à saúde dos colaboradores no ambiente de trabalho; de outro lado, ações sociais para doação de cestas básicas aos mais necessitados e a entrega de 83 novos leitos ao Hospital São José no prazo recorde de 120 dias, um legado que ficará para a comunidade após a pandemia.

De um lado, orientações e capacitações para ajudar os associados a superarem os desafios; de outro lado, articulações com as demais entidades empresariais e com as três esferas do poder público – municipal, estadual e federal – para criar condições sólidas para a retomada da economia.

E é assim que imaginamos que a ACIJ continuará atuando nas próximas décadas. Sempre ao lado de Joinville. Sempre em prol dos associados e da comunidade. Sempre trabalhando por uma economia mais forte e por uma cidade mais feliz.

Boa leitura!

Memória e patrimônio

Apolinário Ternes, fevereiro 2021

A edição do livro ACIJ na história de Joinville – que resgata os 110 anos de história da ACIJ e da participação da entidade no desenvolvimento econômico e social de Joinville – é merecedora de registro especial. As 11 décadas compreendidas no período, como retratado nas páginas desta obra, de fato, testemunham a emancipação da cidade, sua consolidação e seu irreprimível avanço à liderança no cenário municipal do Sul do Brasil. Que se mantém nos dias atuais, em razão dos sólidos fundamentos de então.

É peculiar a história da fundação e do crescimento econômico de Joinville, cidade criada em março de 1851 para se constituir em colônia agrícola, mas que rapidamente ergueu pilares que a fariam comunidade referencial ainda no período colonial. E tudo isso sob inspiração privada, a partir da energia empreendedora do político e capitalista alemão Mathias Schroeder, cujos princípios liberais e capitalistas vicejaram na pequena vila desde os primeiros meses do processo de colonização.

A obra de Joel Gehlen, escorada em pesquisa bibliográfica ampla e formulada por excelente equipe de pesquisadores e estudiosos da história da cidade, se revela singular e plural. Singular na medida em que contempla, com profundidade, os eventos de maior significado ao longo daquele que, talvez, no futuro, seja reconhecido como o período mais importante de Joinville. Afinal, este intervalo de tempo contempla a urbanização, o industrialismo e a consolidação econômica desta que é há muito tempo e ainda nos dias atuais, a mais importante cidade de Santa Catarina e a terceira potência econômica da região Sul do país.

E plural, o livro, porque revela as largas estradas percorridas pela população em busca de sua maioridade econômica e social, transformando-se de polo comercial em matriz industrial e, desta, em cidade de serviços, guardando nos dias de hoje, forte espírito empresarial, de pioneirismo e inovação. Apesar de condicionantes negativas, como o desequilíbrio social e econômico da população, em decorrência de décadas de incontrolável migração interna, e, certamente, pela redução de lideranças públicas em Joinville. Somos, assim, iguais nos mesmos sentimentos de desconfiança e baixa credibilidade que assola as demais comunidades brasileiras. Não estamos sozinhos no deserto de ideais e homens que parece germinar como flagelo em todos os quadrantes do país nestes tempos de pandemia e regressão econômica. Aqui, contudo, temos patrimônio e memória como fundamentos da hora presente, ricos acervos de Joinville e da ACIJ.

Bem por razões psicossociais dessa ordem é que se torna oportuna esta publicação, pois viabiliza a novas gerações o conhecimento do passado e a descoberta do espírito comunitário, do exercício do voluntariado e da essencialidade da coragem e resiliência, da disciplina, da persistência e da esperança. Trata-se, como vemos, de um manual para novos tempos, sempre seguido e cultivado na centenária entidade e preservado ao longo da última década por novas gerações de empresários e empreendedores.

A partir do triângulo fundador da Colônia Dona Francisca – como salientamos em 'História Econômica de Joinville' (1986) – a estrada da serra, o ciclo do mate e o polo comercial das primeiras décadas de colonização – Joinville ergueu com ousadia os limites da modernidade, transformando-se em pouco mais de meio século, a partir dos anos 1900, na cidade empreendedora e inovadora consolidada já em 1911, quando o empresário Hermann August Lepper liderou o processo de criação da então Associação Comercial e Industrial de Joinville –

arte 2021 ACIJ 7_ARTE ALBUM JOINVILLE ok.qxd 31/05/2021 16:12 Página 6

ACIJ – poucos anos depois de ele mesmo ter criado a Fabril Lepper, hoje com 113 anos de forte presença no cenário de Joinville e do país.

Se os avanços foram representativos, quase todos registrados na cronologia e no texto bem construído dessa obra, os desafios, igualmente, jamais deixaram de estar presentes. Como, de forma quase exasperante, agora mesmo em que inauguramos a terceira década do século 21. Certamente os líderes que se aglutinam em torno da Associação Empresarial de Joinville estão atentos ao que nossas circunstâncias nos contemplam. Como no passado, também agora, talvez de formas mais agudas e cortantes, o presente se transforma numa colcha de angústias e incertezas. São urgentes, quase dramáticas, as ações para nos garantir – como cidade e como nação – caminhos mais seguros. O presente desafio reclama as mesmas virtudes que os nossos líderes do passado souberam aplicar na solução dos desafiantes tempos que viveram. É para isso também que serve a História e é por isso que livros são fundamentais.

Oportuno, portanto, este livro da ACIJ. Que suas páginas sejam realmente lidas e relidas, para gerar autoconfiança, convicção e esperança nos anos que se aproximam. Poucas cidades no Brasil podem exibir passado tão relevante quanto o de Joinville. Desde o precário começo, em 9 de março de 1851, até os dias presentes, a cidade sempre soube acreditar em si mesma e resgatar os compromissos de renovação e inovação. Os ensinamentos e as memórias que se contém nas páginas seguintes podem ser um bom mapa de posicionamentos e ações para o futuro. É preciso, contudo, olhos de ler e ambição de fazer, o que, aliás, quase sempre tivemos, a cidade de Joinville.

Apolinário Ternes – Jornalista e historiador, membro do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina e das Academias de Letras de Santa Catarina e de Joinville. Autor de mais de 30 obras sobre Joinville e Região.

A construção do capital simbólico

O primeiro capítulo deste livro abarca um período relativamente curto, da criação da Associação Comercial de Joinville, em 1911, até sua fusão com outras entidades classistas da cidade, em 1927, resultando na aglutinação de forças e alinhamentos de propósitos. Esse intervalo de tempo foi exaustivamente estudado, a partir de atas de reuniões, informações publicadas pela imprensa, entrevistas e outras publicações. Nesses primeiros anos foram dados os passos fundamentais de criação, estruturação e fortalecimento da entidade. Nesse período se constitui o capital simbólico da Associação Comercial de Joinville, certamente o seu bem mais precioso. É nesse intervalo que ela exerce, primeiramente, uma função corporativa e empresarial, que depois evoluirá para uma posição de maior abrangência até adquirir a representatividade do conjunto da sociedade, tornando-se o pensamento e a voz para o desenvolvimento social e econômico de Joinville e região. E, em alguns aspectos, de toda Santa Catarina. Os fundamentos sobre os quais se dá esse percurso foram consolidados até a década de 1930. O que vem depois é a construção do magnífico edifício das suas ações. Pelos seus posicionamentos e correlações no tabuleiro de forças sociais, milhares de personagens constituíram a ACIJ na mais importante entidade classista de Santa Catarina e fizeram de Joinville a maior cidade do estado.

Ao se debruçar sobre os 110 anos de sua história, a Associação Empresarial entrega à sociedade um panorama desde os tempos da colônia, suscitando novas abordagens do passado. Assim, exercita a função que emerge como sua principal marca ao longo desse século: colaborar na demarcação dos caminhos que trouxeram até aqui e que levarão à Joinville do século 21. Ao longo desta obra, estão colocados subsídios que propiciam a compreensão do seu tempo e do papel que a ACIJ desempenhou para a constituição daquilo que somos hoje como coletividade, ou seja, a cidade, as suas instituições e a autoimagem que a gente joinvilense faz de si.

Visão retrospectiva

Como é sabido, Joinville foi projetada, fundada e empreendida para ser uma colônia agrícola. Resultou de um contrato entre o Príncipe de Joinville e o senador, comerciante e armador hamburguês, Christian Mathias Schroeder, para estabelecer um empreendimento colonial agrícola que deveria ser vantajoso para ambos os lados.

Exilado na Inglaterra e passando por dificuldades financeiras após seu pai, o Rei Luiz Felipe, ter perdido o trono da França, em 1848, o Príncipe decide fazer dinheiro com as terras dotais, recebidas pelo casamento com a princesa brasileira Dona Francisca Carolina, filha de D. Pedro I. Já o senador vislumbrava lucrar com o transporte de imigran-

arte 2021 ACIJ 7_ARTE ALBUM JOINVILLE ok.qxd 31/05/2021 16:12 Página 8

tes, a venda de lotes e os investimentos que a Coroa Brasileira se comprometera a fazer na nova colônia. A iniciativa prosperou e disseminou outros núcleos coloniais: Hansa, Jaraguá, Bananal, Campo Alegre e São Bento. Entretanto, devido às realidades social e ambiental diversas daquelas planejadas em Hamburgo, a vocação agrícola de Dona Francisca nunca se confirmou (Rocha, 1997). Porém, as características socioeconômicas do elemento humano trazido para cá que, além de agricultores, compunha-se de artesãos, comerciantes, intelectuais, oficiais e outros (Rocha, 1997), alguns deles portando certo capital, permitiu o desenvolvimento de outras aptidões: o comércio, a indústria, o empreendedorismo e o associativismo.

Concorrem para sua vocação progressista os próprios termos do contrato de 1858, em que o Governo Imperial se compromete com obrigações que assegurem o desenvolvimento da colônia. Estão previstos empréstimos aos colonos até a quantia de 16:000$000 (dezesseis mil réis) para dar início à sua produção, uma subvenção entre 30 e 50 mil réis para cada colono trazido, mais um auxílio para instalação e compra de implementos agrícolas, além do compromisso de concluir a Estrada da Serra "no menor prazo possível" (Oliveira, 1984). Situação que permite à Dona Francisca certa vantagem se comparada a outras iniciativas coloniais.

Mas o fator humano é preponderante nessa mudança de rumo da colônia, que em pouco tempo vai se transformar em um centro social, econômico, político e administrativo. Dentre os primeiros imigrantes chegados em 1851, já se encontravam alguns capitalistas, empregadores, oficiais e acadêmicos, homens cultos e inteligentes, senhoras e senhores que provocariam profunda repercussão no "vilarejo de Schroeder" (Ficker, 2008). A historiadora Elly Herkenhoff lembra que foi "acentuado o fluxo imigratório de artesãos oriundos de zonas altamente industrializadas da Alemanha" (1987, p. 123). Assim, a presença de pessoas de origem não agrícola, o assentamento em minifúndios (em torno de 25 hectares para cada família), a mão de obra qualificada e um mercado consumidor para produtos manufaturados favoreceram o desenvolvimento industrial.

O Capitão Theodor Rodowicz-Oswiecimsky, que produziu um dos mais preciosos documentos da historiografia joinvilense, o livro A *Colônia Dona Francisca no Sul do Brasil*, publicado na Alemanha, em 1853, conta que, no seu desembarque aqui, em primeiro de julho de 1852, já encontrou na colônia os seguintes profissionais:

> Um pregador, quatro professores, três estudantes, um jurista, um arquiteto, três médicos, quatro farmacêuticos, 16 oficiais (do extinto exército alemão que combateu na guerra Teuto-Dinamarquesa), três guardas-florestais, alguns ex-funcionários públicos, seis carpinteiros, um torneiro em madeira, um vidreiro, três construtores de moinhos e máquinas, dois mecânicos, dois ferreiros, um entendido em trabalhos de cobre, um em trabalhos de arame, dois ourives, quatro açougueiros, um padeiro, três jardineiros, um cervejeiro, três tintureiros, um pintor (certamente de paredes), três fabricantes de charutos, um de vinagre, 10 alfaiates, cinco sapateiros, dois curtidores, sete fabricantes de panos, dois tecelões, um cordoeiro, um montador de carroças, um funileiro, dois ceramistas, dois tanoeiros, quatro marinheiros, 20 trabalhadores braçais e 139 agricultores (1853, p. 34).

Como se vê, uma proporção equilibrada entre agricultores e outras profissões. De maneira profética, o autor chega a se perguntar quão grande poderia ser o futuro construído "se houvesse possibilidade de aproveitar cada um desses elementos em seu lugar"? O mesmo autor informa que a primeira indústria instalada, em princípios de 1852, foi a olaria de Bernhard Poschaan, no caminho em direção sul, que passaria a ser chamado de *Ziegeleistrasse* (Rua da Olaria), hoje, Rua do Príncipe.

A implantação de empreendimentos evolui à medida que novos colonos chegam com capital para investir no comércio, usinas de açúcar, olarias etc. As serrarias também

tiveram grande importância desde os primeiros dias, já que a derrubada da mata para fins agrícolas permitia a exploração da madeira. Em 1868, essa já era a principal atividade econômica do município, com seis estabelecimentos (Ficker, 2008). O ciclo da madeira em Joinville se estenderá por 100 anos, até a década de 60, quando entra em declínio.

Os artífices que chegavam com pouco capital dividiam seu tempo entre as lides na roça e o exercício das antigas atividades, trabalhando em casa à noite e nos finais de semana. Aos poucos, foram se estabelecendo com ferrarias, alambiques, engenhos, cervejarias, marcenarias, curtumes, tecelagens, processamento de alimentos em conserva, cerâmicas etc., suprindo as necessidades da comunidade local. Com o tempo, alguns deles evoluíram para estabelecimentos comerciais e industriais (Rocha, 1997). A Cia. Wetzel Industrial é um exemplo desse processo. Uma das mais antigas empresas de Santa Catarina, teve início em 1856, quando o jovem marceneiro Friedrich Louis Wetzel, imigrado em 1951, então morando em Annaburgo (Vila Nova) e trabalhando no centro da cidade, oito quilômetros distante, passou a produzir velas e sabão à noite, vendendo os produtos aos colonos ao longo de seu trajeto, a pé, para o trabalho (Ternes, 1986). Desta forma modestíssima, artesanal e sacrificada surgiu um importante complexo fabril.

Em seu livro *Suíços em Joinville*: o duplo desterro, o historiador Dilney Cunha descreve o surgimento da indústria baseada na transformação de produtos agrícolas em Joinville:

Curtume da Família Malschitzky, em Joinville, por volta do início do século 20

> As primeiras atividades industriais originaram-se, sobretudo, da agricultura; incluem-se aqui os engenhos de açúcar e os moinhos (de arroz, milho, mandioca e araruta), a produção de licores, geléia, melado; pequenas indústrias que utilizavam processos artesanais e mão de obra familiar, destinando-se à transformação da produção agrícola para a subsistência da família e para o comércio constituíam o que se convencionou chamar nas áreas de colonização de ***Landwirtschaftlicheindustrie*** (Indústria agrícola ou derivada da agricultura), ou o que Willens designou "indústrias primárias" e Seyferth de "indústrias domésticas".
>
> Dependendo das fontes locais de matéria-prima e atendendo a princípio as necessidades internas da colônia, essas indústrias artesanais desenvolveram-se rapidamente. Assim, em 1854 já existiam em Dona Francisca cinco fábricas de açúcar com destilação, 16 moinhos de mandioca, dois moinhos de milho, duas prensas de óleo, dois descascadores de arroz, uma fábrica de licor e três fábricas de charutos.
>
> Além da matéria-prima e da mão-de-obra, era preciso capital para investir na produção, na compra de equipamentos e na construção das instalações necessárias ao funcionamento do negócio. Via de regra, parte desse capital era obtido mediante a comercialização dos primeiros excedentes agrícolas, após o quarto ou quinto anos; e a outra parte, a maior, mediante crédito fornecido pela direção da colônia ou pelos comerciantes.

A indústria e o comércio estão postos e florescem desde os primórdios da colônia, enquanto a atividade agrícola consistiu uma "policultura de subsistência" (Rocha, 1997). Os imigrantes despossuídos de recursos – além do trabalho na lavoura – passaram a obter renda

arte 2021 ACIJ 7_ARTE ALBUM JOINVILLE ok.qxd 31/05/2021 16:12 Página 10

extra como funcionários da Direção, abrindo estradas, derrubando a mata, construindo pontes e moradias, até que pudessem tirar as primeiras colheitas da roça (Ficker, 2008). A partir de 1858, abriram-se oportunidades de trabalho na construção da Estrada da Serra. Essa fonte de renda permitiu para muitos deles juntar um pequeno capital para investir em sua propriedade ou abrir seu próprio negócio. A Estrada Dona Francisca – maior obra viária construída pelo Império Brasileiro (Ternes, 1986) – também ajudou na consolidação dos comerciantes, primeiro porque punha algum dinheiro no bolso do colono para ele poder consumir; segundo porque, a partir da sua conclusão, em 1873, abriu o comércio serra acima, onde novos imigrantes se instalavam, e principalmente o transporte de erva-mate serra abaixo, inaugurando um novo ciclo econômico para cidade.

A primeira Exposição Agroindustrial de Joinville, aberta em agosto de 1874, fornece um retrato bastante preciso do estágio de desenvolvimento socioeconômico da colônia, naquele momento. É surpreendente que uma localidade de apenas 23 anos de vida, com população de 7.860 almas, 280 casas residenciais na sede e 1.176 casas na zona rural, já apresentasse uma tão grande variedade de produtos, alguns típicos de centros maiores. O *Kolonie-Zeitung* fornece uma lista de artigos premiados, posteriormente relacionados por Elly Herkenhoff no já citado *Era uma vez um simples caminho...*, que demonstra a força da florescente indústria de Joinville. São móveis de madeira de lei – então já afamados e exportados em grande escala, principalmente para o Porto de Santos – vernizes, preparados químicos e farmacêuticos; várias espécies de couro, móveis de vime, refrescos, cervejas, vinhos, conservas, charutos, velas, sabões, pães, tortas, sapatos, botas bordadas, tamancos, chapéus, ternos, peças de madeira entalhada, flores artificiais; peças de tornearia, funilaria, ferraria, carpintaria, serralheria, tanoaria, selaria e até uma balança de alavanca para até 100 kg (Herkenhoff, 1987).

A lista dos industriais e seus produtos premiados na exposição é a seguinte:

> Eduard Brauer – entalhe e gravura em madeira
> Wilhelm Motzkeit – trabalhos em fundição
> Paul Schmalz – balança de até 100 kg (***Hebelwaage***)
> Heinrich Fissmer – moinho de milho
> Friedrich Elling – uma prensa ***(Pressknecht)***
> Wilhelm Wildt – tesoureiro e ***Hornarbeiten***
> August Stock – instrumentos de açougueiro
> Luis Wetzel – sabão, velas, e ***Wachskerzen***
> Hugo Delitsch – preparados farmacêuticos e verniz
> Eugen Schmidt – fórmulas químicas e farmacêuticas, incluindo óleo
> Otto Krause – fotografia
>
> (***Kolonie-Zeitung*** 03/10/1874)

Naquele mesmo ano, a pauta de exportação de Joinville para o Rio de Janeiro, Santos, Paranaguá, Curitiba, Rio Negro, Desterro, Montevidéu e vários portos da Europa era composta por madeira beneficiada, móveis, carroças, calçados, roupas feitas, couros curtidos, peças trabalhadas de funilaria, serralheria e selarias, além de cal, ferro, tijolos, telhas, charutos, açúcar, álcool, manteiga, polvilho de araruta, arroz descascado e outros, totalizando 370$000.000. As matérias-primas importadas (gado, tecidos, farinha de trigo, tabaco da Bahia, carne seca, toucinho, erva-mate e outros produtos) chegavam à soma de 320$000.000. Esse movimento já garantia à colônia a posição de "maior centro industrial da então Província de Santa Catarina" (Herkenhoff, 1987).

O ouro da serra

Para finalizar esta visão retrospectiva do ambiente em que surgiu a Associação Comercial de Joinville, entra em cena um fator dos mais determinantes da conformação socioeconômica da cidade: o beneficiamento e exportação de erva-mate, uma decorrência direta da implantação da Estrada da Serra (Dona Francisca). Carlos Ficker relata que o intercâmbio comercial entre o planalto e o litoral começa no dia 31 de maio de 1865, às três horas da tarde, quando

> chegou à Vila de Joinville, o primeiro grupo de viajantes a cavalo, que desceram as vertentes da Serra Geral pela Estrada Dona Francisca, com uma tropa de bestas conduzindo erva-mate e voltando no dia seguinte com uma carga de couro curtido na indústria do senhor Jacob Richlin, de Joinville.

Abriu-se nessa data histórica a via de comunicação para viajantes e para o comércio, que só faz aumentar conforme os trabalhos de implantação da estrada avançam e melhoram suas condições de tráfego. E, aos poucos, foram sendo abertos à exploração os extensos ervatais do planalto catarinense. Seriam ainda necessários mais 12 anos até que, a 24 de junho de 1877, vindos de São Bento do Sul, chegassem os primeiros carroções de quatro rodas, carregados de erva-mate e produtos da lavoura do planalto. A viagem de 80 quilômetros foi feita em um dia e meio, demonstrando o valor imenso para o setor comercial dessa via de comunicação entre o planalto e a próspera Colônia Dona Francisca (Ficker, 2008).

Carroções do tipo São Bento, concentrados no alto da serra

A erva-mate que antes saía de São Mateus e outros municípios do Sul do Paraná e viajava, via Estrada da Graciosa, até Paranaguá, gerando impostos e lucros para toda uma cadeia de atividades envolvidas naquela economia, a partir de então mudaria o seu itinerário, pegando um caminho mais rápido, fácil e econômico. Em vez de ir a Paranaguá, ela vinha *in natura* para Joinville, via Estrada da Serra (Nicácio, 2009). Depois de beneficiada, seguia pelo Rio Cachoeira para embarcar no Porto de São Francisco rumo a Rio Grande do Sul, Uruguai, Argentina e Chile.

A mudança de rota irritou o Paraná, que perdeu receita. Isso ajudou, inclusive, a reacender uma antiga pendência de limites entre o dois estados, que remonta ao ano de 1853, quando o Paraná desmembra-se da Província de São Paulo, obtendo sua autonomia administrativa, e procura firmar posse sobre a região do Planalto Norte de Santa Catarina. Tem início aí a chamada "questão de limites de terras". Em 1881, a Argentina também entra na disputa desse território . O país vizinho manifesta-se pelo direito de suas fronteiras estenderem-se até a região de Palmas. O entrave só foi resolvido em 1895, com o arbitramento de Grover Cleveland, então Presidente dos Estados Unidos, que deu ganho de causa ao Brasil. A discussão pela posse da região entre Paraná e Santa Catarina acirra-se a partir de 1891, pois a nova Constituição do país assegura aos estados o direito ao recolhimento de taxas sobre as exportações, propriedades, profissões e indústrias. Exatamente nessa época ocorre o *boom* da erva-mate. Interessados em aumentar sua influência e a arrecadação de impostos, os dois estados mantêm a disputa no Supremo Tribunal Federal até que, em 20

1865 Chegada da primeira carga de erva-mate pela Estrada D. Francisca

1874 Primeira Exposição Agroindustrial de Joinville

A Colônia Dona Francisca tem 7.860 habitantes, 280 residências na sede e 1.176 na zona rural

arte 2021 ACIJ 7_ARTE ALBUM JOINVILLE ok.qxd 31/05/2021 16:12 Página 12

de outubro de 1916, patrocinado pelo então Presidente da República, Wenceslau Braz é selado um acordo, pondo fim à velha pendência (Voltolini, 2009).

Ainda sobre esse tema, o historiador Carlos Ficker lembra que, já em julho de 1868, a Província do Paraná instalara "no ponto chamado Encruzilhada, uma barreira alfandegária com posto fiscal, não somente para percepção do imposto sobre o gado que passasse para Santa Catarina, como também para, futuramente, alegar 'Ocupação e Posse' na questão de limites entre as duas províncias." O tributo interprovincial cobrado era de 2$500 por boi. Apesar do seu lamentável estado e da barreira tributária, o movimento na estrada aumentou consideravelmente durante os últimos anos. Conforme o mesmo autor, somente em janeiro de 1872, passaram na localidade denominada Rancho do Alto da Serra 177 viajantes, 38 cavalos, 147 mulas e 113 cabeças de gado. A Estrada Dona Francisca já absorvia grande parte do transporte de carne seca, erva-mate e outros produtos de exportação do planalto, em direção a São Francisco.

O primeiro engenho de beneficiamento de erva foi instalado em 1877, por Antônio Sinke, depois arrendado para Celestino de Oliveira e Vicente Ferreira de Loyola, todos oriundos de Morretes-PR. Três anos depois, em 1880, já eram oito. A atividade expandiu-se rapidamente, impulsionada pelas condições favoráveis. O produto era colhido nos amplos ervais naturais do Meio-Oeste catarinense e Sudeste do estado do Paraná, e transportado para Joinville já desidratado, primeiro em lombo de burros que chegavam em tropas nos engenhos; e, a partir de 1877, em carroções puxados por até seis cavalos, que desciam em comboios pela Estrada da Serra. Aqui o produto era beneficiado, embalado e embarcado, via Porto Bucarein, para São Francisco, de onde seguia para os mercados consumidores no Rio Grande do Sul, na Argentina, no Uruguai e no Chile. O auge do comércio ervateiro deu-se entre as últimas décadas do século 19 e as primeiras do século 20. Nesse período, predomina a Cia. Industrial Catarinense, uma gigante do setor, com negócios diversificados e ramificados inclusive em outros países. A empresa reunia os principais fabricantes e exportadores do produto estabelecidos em Santa Catarina, as firmas Augusto Ribeiro & Procópio, Oliveira & Genro, Ernesto Canac & Cia., e Mira & Ribeiro (Ternes, 1986). A Cia. Industrial é dissolvida em 1906, marcando, para muitos autores, o início do declínio da atividade ervateira, que se estenderia ainda por duas décadas. Importante notar que, entre 1900 e 1912 o volume de exportação se mantém estável, mas o preço cai pela metade e continua decrescendo (*ver quadro*), conforme relatório do governo estadual.

Carroção utilizado para o transporte de erva-mate para Joinville

exportação da herva-matte nos annos 1900 a 1912

Annos	Quantidade em kilog.	Preços Maior	Preços Menor	Valor official
1900	4.521.937	500	480	2.308:877$700
1901	4.648.558	400	280	1.921:724$500
1902	5.045.318	400	380	2.022:130$200
1903	5.748.024	230	220	1.428:257$250
1904	5.513.086	380	220	1.378:030$510
1905	5.354.049	250	240	1.338:722$250
1906	5.866.498	280	220	1.467:044$500
1907	5.792 276	230	220	1.444:401$750
1908	5.781.262	260	250	1.479:030$700
1909	6.562.100	250	220	1.567:960$762
1910	5.761.805	230	220	1.286:834$120
1911	5.850.119	220	220	1.287:784$795
1912	5.302.883	220	220	1.164:589$730
	71.747.915			20.095:388$767

Quadro de exportações do produto: o volume fica estável e o preço cai

1877 Chegada dos primeiros carroções a Joinville, vindos de São Bento

1879 Inauguração da estação telegráfica de Joinville

A tese *Industrialização de Joinville, da gênese à exportação*, de Isa de Oliveira Rocha, indica que a industrialização de Joinville não se deu diretamente pelo capital formado a partir da erva-mate – embora dele tenha se beneficiado. Esse estudo apresenta uma visão abrangente do panorama econômico de Joinville, no período compreendido entre as duas últimas décadas do século 19 e as primeiras do século 20, período em que se deu a ascensão e a queda do domínio ervateiro na economia joinvilense. Foi nesse espaço e tempo que a Associação Comercial surgiu e deu seus primeiros passos, e seus principais protagonistas fizeram-se tanto nos negócios quanto na política. Isa Rocha aponta que, para atender à demanda em expansão dos ervateiros, além de obras de infraestrutura, formou-se ou se fortaleceu uma gama de serviços correlatos ao comércio da erva, como serrarias, fábricas de carroças, tonéis e barricas, ferrarias, selarias, oficinas, fundições etc. Em 1881, começa o transporte de passageiros, em diligências, pela Estrada da Serra.

H. Bachl nos informa no *Álbum do Centenário de Joinville* que "no auge da conjuntura do mate, cerca de 800 carroças típicas, além de outras menores, movimentavam a Estrada Dona Francisca, num vai e vem". Os carroções, as barricas (onde o produto era carregado), as ferraduras dos cavalos, os arreios e outros objetos necessários eram produzidos ou reparados nas oficinas em Joinville; os fornos dos engenhos de beneficiamento necessitavam de reparos e peças de reposição, fornecidos por ferreiros e mecânicos locais; as embarcações envolvidas no escoamento também demandavam reparos especializados. Tudo isso fez girar a economia local, ampliando o mercado de consumo para outros produtos e serviços (Rocha, 1997).

Comércio de Joinville, início do século: diversificado e atende toda região

O mesmo H. Bachl dá pistas da gradativa e constante evolução da economia de Joinville: "As pequenas oficinas no centro da colônia transformaram-se em pequenas indústrias e foram importados maquinários. Os pequenos bodegueiros que, há alguns anos, atrás do seu balcão num rancho primitivo, vendiam arroz, feijão, fumo, brim e tamancos, agora, pelas forças das circunstâncias foram impelidos a serem também compradores de cereais e outros produtos coloniais." No mesmo sentido, Apolinário Ternes afirma que "onde os negócios são feitos com mais persistência o dinheiro muda de mão mais rapidamente. Geram novas necessidades, impõem atendimentos a demandas desencadeadas pela circulação de produtos e de pessoas" (Ternes, 1993).

Rocha observa que os fundadores destes estabelecimentos, em sua maioria, não são os mesmos do beneficiamento e comércio da erva-mate. "Forçoso concluir que a acumulação de capital originária do mate não foi aplicada diretamente em indústrias, nessa fase e mesmo nas posteriores". Em grande parte elas têm sua gênese nos artesãos, nos empregados que abrem seu próprio negócio e nos comerciantes (Rocha, 1997).

1881 Começa o transporte de passageiros entre Joinville e São Bento, em diligências, pela Estrada da Serra

Carl Gottlieb Döhler funda a primeira tecelagem de Joinville

Fundação da Casa do Aço (H. Carlos Schneider)

1883 Inauguração da primeira fundição de ferro de Joinville e de Santa Catarina, por W. Motzkeit

Criação da Companhia Industrial Catarinense

1890

arte 2021 ACIJ 7_ARTE ALBUM JOINVILLE ok.qxd 31/05/2021 16:12 Página 14

O meio socioeconômico local

Historicamente, a classe comercial tem se mostrado mais habilidosa, comparada aos setores industriais e agrícolas, para influir e transformar o ambiente em que está inserida, até mesmo pela sua própria natureza mais dinâmica e multifacetada. Assim, o setor em Joinville, impulsionado pela localização estratégica que lhe permitiu inserir-se nos complexos ervateiro e madeireiro, fortaleceu-se a ponto de influenciar a vida socioeconômica local, liderando a política e direcionando suas iniciativas para a necessidade de infraestrutura básica, a exemplo da instalação da água encanada, construção da estrada de ferro, instalação de luz elétrica e telefone (Rocha, 1997, p. 30). Além de cobrar obras e serviços das diferentes instâncias administrativas, outra frente de luta da elite comercial será pela justiça fiscal, ou seja, um equilíbrio mínimo entre aquilo que se paga para os cofres públicos e os benefícios recebidos em obras e serviços realizados pelos governos e que deveriam redundar em bem-estar público. Mais do que um "sentido de classe" o que prevalecia nessas demandas era o instinto de sobrevivência, no qual se inclui o desenvolvimento do conjunto da sociedade.

1	Capital	173:265$267	167 060$629	190:205$590
2	Blumenau . . .	99 535$990	128:693$938	140:590$200
3	Joinville . . .	82:853$526	92:921$174	101:553$830
4	Itajahy. . . .	54:847$446	67:065$986	60:121$246
5	Laguna . . .	44:100$350	46:915$431	50:803$923
5	S. José	26:109$670	28:213$452	28:371$234
7	S. Francisco . .	31:164$981	27.744$440	28:004$595

Fac-símile da *Mensagem* de 1910: Joinville é terceira cidade em arrecadação

Em 1911, quando foi criada a Associação Comercial, Joinville estava completando 60 anos desde a sua fundação. Com cerca de 25 mil habitantes (é uma estimativa, pois não há um levantamento demográfico preciso), era uma cidade em franca expansão socioeconômica, com muitas e diversificadas empresas, sendo ainda destino de muitos imigrantes. Por outro lado, guarda estreitos laços com a colônia que fora até pouco tempo, especialmente pelas suas características urbanas de aspecto bucólico e arquitetura típica onde pontuam os enxaiméis e os paiolões de coberturas inclinadas até quase tocar o chão, ruas de terra e veículos de tração animal. Segundo Apolinário Ternes, é no período compreendido entre 1880 e 1920 que "a colônia abandona seus traços agrícolas, sua feição rural e principalmente o estilo de vida marcado pelo ritmo lento das colônias" (Ternes, 1993). Um marco nesse processo é a circulação dos primeiros automóveis, em maio de 1907, um de propriedade da firma Trinks e outro vindo de Curitiba, inaugurando o tráfego automotivo entre os dois estados, indicando espantosa evolução nas condições de tráfego da Estrada Dona Francisca.

Vivendo os efeitos da dinâmica administração 1910-1914 do Superintendente Procópio Gomes de Oliveira, que pela segunda vez governa o município, Joinville ostenta traços de modernidade. Desde 29 de janeiro de 1911, conta com o serviço de bondes urbanos puxados a burros, oferecido pela Empresa Ferro Carril. Já a 28 de outubro do mesmo ano é a vez da cidade ganhar o seu primeiro cinema permanente, o Cine Guarany. Até então só havia sessões com projetistas mambembes. Em 1911, Joinville é a terceira cidade catarinense em importância econômica, ficando atrás de Florianópolis e Blumenau. Os orçamentos dos municípios em 1909 apresentam respectivamente os seguintes patamares: 190:205$590, 140:590$200, 101:553$830, conforme a *Mensagem* do Presidente do Estado Gustavo Richard ao Congresso Estadual,[1] em 1910. Tomando-se por base a arrecadação do imposto de capital, em 1910, Joinville, com 26:209$00 arrecadados pela sua coletoria, está atrás de Blumenau (41:412$000) e de Lages (35:417$000), conforme dados da *Mensagem* do Presidente Vidal Ramos

1 As denominações Presidente do Estado e Congresso Representativo vão se manter até a Revolução de 30, quando serão substituídos por Governo do Estado e Assembleia Legislativa do Estado, respectivamente. Durante o primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945), o chefe do Executivo será chamado de Interventor Federal, indicado diretamente por Getúlio.

ao Congresso, em 1911. Donde se deduz que a incontestável liderança econômica e arrecadatória de Joinville é uma conquista posterior a 1911, para a qual contribui decisivamente a própria Associação Comercial.

Em 1911, a infraestrutura do município já dispõe de importantes itens como a Estrada de Ferro até São Francisco do Sul, inaugurada em 1906, estando o ramal para Rio Negrinho em obras que seriam finalizadas em 1913; a cidade é servida por um bem estruturado porto fluvial às margens do Rio Cachoeira, mas que requer investimentos constantes na manutenção de sua navegabilidade com dragagens e retificações. O serviço de Correios, funciona desde 3 de janeiro de 1867, e o de telégrafos a partir de 1879; também os serviços telefônicos, com chamadas manuais e discagem direta para o país e o exterior (DDD e DDI), desde 1907 podem ser originados em Joinville (Oliveira, 1984).

Outro item decisivo para o desenvolvimento da cidade foi a instalação da energia elétrica, inaugurada, não sem muitos percalços, em 14 de fevereiro de 1909, quando foi dado início ao serviço pela empresa Luz e Força, uma pioneira nesse ramo no país, que tinha como sócio majoritário Domingos Rodrigues da Nova, e os minoritários Alexandre Schlemm e Olímpio Nóbrega de Oliveira. A realização deste "ardente desejo" como define Plácido Olímpio de Oliveira no *Álbum do Centenário*, exigiu grandes investimentos incorporados junto ao empresariado local, o que não foi tarefa fácil uma vez que "os capitais se achavam subdivididos e envolvidos em operações comerciais, industriais e em edificações". A conquista deveu-se à "persistência e coragem dos Srs. Empresários vencendo com denodo todos os obstáculos e as dificuldades consideradas insuperáveis" (Oliveira, 1951). Importante notar que a solução financeira e empresarial é local e a tecnológica é alemã. O *Kolonie-Zeitung* de 13 de fevereiro de 1909 saudou assim a novidade:

> ... para completar a grande obra do nosso desenvolvimento, a empresa Luz e Força vem com esse poder mágico e atraente iluminar as nossas ruas e as nossas casas, distribuindo ao mesmo tempo força motriz por meio da qual as indústrias tomarão maior incremento. (...) Aí estão para comprovar o nosso acerto as diversas fábricas disseminadas por todas as artérias da nossa cidade, cujos apitos álacres se entrecortam mostrando aos que nos visitam que entre nós há a vida e onde há vida há trabalho e onde há trabalho há progresso.

O nascimento

É nesse ambiente que, a 16 de fevereiro de 1911, realiza-se a assembleia geral extraordinária convocada pela diretoria provisória para discussão e aprovação dos estatutos da Associação Comercial de Joinville, e para tratar de outros assuntos que interessam à formação da sociedade. A reunião, realizada no Salão Berner Irmãos, tem a participação de 27 empresários, sendo lavrada na ocasião a ata inaugural da entidade pelo primeiro secretário César Pereira de Souza, conforme segue:

> Aos dezesseis dias do mês de fevereiro de 1911, nesta cidade de Joinville, no Salão Bernes Irmãos, convocados os sociais por convite pela imprensa local e por aviso particular para tomarem parte na presente assembléia geral, assumiu a direção dos trabalhos o Sr. Herman A. Lepper, Presidente da Associação, que declarou o motivo da convocação desta assembléia ser o de apresentar à deliberação dos senhores sócios o estatuto elaborado pela diretoria; em seguida deu a palavra ao primeiro secretário para fazer a leitura dos estatutos que foram submetidos, artigo por artigo, à deliberação da assembléia, foram emendados e afinal aprovados por maioria absoluta de votos dos sócios presentes.
>
> Passou o Sr. Presidente a submeter à assembléia a questão de resolver-se qual deve ser a jóia e

arte 2021 ACIJ 7_ARTE ALBUM JOINVILLE ok.qxd 31/05/2021 16:12 Página 16

Hermann August Lepper nasceu na Alemanha, em 3 de junho de 1842, e veio para Joinville em março de 1852. Sua carreira liga-se ao comércio desde a juventude, transportando em canoa gêneros alimentícios para São Francisco do Sul. Já aos 26 anos, se estabelece com casa comercial que, em 1880, é uma das mais prósperas da Colônia Dona Francisca. Importa toda variedade de produtos da Alemanha, atuando com comércio de secos e molhados, roupas e mobiliário. Pela liderança, galgou postos sucessivos: Juiz de Paz, Subdelegado de Polícia, Conselheiro Comunal, é eleito em cinco vereanças, e foi o primeiro deputado estadual de Joinville, pelo Partido Conservador (1882 – 1883), reeleito em 1886 – 1887 e 1901 – 1903. Em 1907 funda a Tecelagem Hermann August Lepper & Cia. Naturalizado brasileiro, em 1896 recebeu patente de Tenente Coronel. Foi casado com **Helena Dorotheia**, nascida Trinks, que, em 1916, funda a Casa de Saúde Dona Helena. Faleceu em 22 de junho de 1930. Preside a ACIJ de 1911 a 1915.

a contribuição mensal.

Por César Pereira de Souza foi proposto que seja fixado o mínimo de contribuição mensal para os sócios ativos em 1$000 réis e o mínimo para os sócios passivos em $500 réis; por unanimidade de votos foi a proposta aprovada.

Por Otto Gerken foi proposto que a jóia seja fixada no mínimo em 3$000 réis e dentro de 60 dias em 6$000 réis para os sócios ativos e passivos e que firmas comerciais pagarão 20$000 réis e dentro de 60 dias 40$000 réis.

O Sr. Emílio Stock propõe que os fundadores não paguem jóia ao que o Sr. Otto Gerken replica que não pode concordar sustentando a sua anterior proposta.

A proposta do Sr. Emilio Stock é rejeitada por maioria de votos, passo que é aprovada a do Sr. Otto Gerken em relação às jóias dos sócios. Opõe-se o Sr. Emílio Stock à disposição em relação às firmas comerciais, por isso que pelos estatutos as firmas que têm mais sócios na associação só se podem representar por uma pessoa. À vista dessa ponderação o Sr. Otto Gerken retira a sua proposta em relação a firmas comerciais.

Pelo Sr. H. A Lepper foi declarado então que terminou o mandato da diretoria eleita provisoriamente para a confecção dos estatutos; o Sr. Otto Gerken a isso propôs que continue a atual diretoria.

Para os lugares vagos, propõe o Sr. Henrique Jordan, que o lugar de segundo secretário seja ocupado por Otto Boehm e os de assessores sejam preenchidos por Emílio Stock, Francisco Nicodemus e Otomar Kaiser.

O Sr. H. A. Lepper expõe que o Sr. Otto L. Parucker tem impedimentos sérios que o inibem de continuar no lugar de tesoureiro, pelo que acha que deve ser ele substituído.

O Sr. Alberto Colin propõe o Sr. Wolfgang Amonn para tesoureiro, o que foi aprovado unanimemente.

Com unanimidade de votos foi igualmente aprovada à continuação da atual Diretoria.

Relativamente à questão de impostos foi deliberado de interpelar-se o Governador, por telegrama, se não há esperança de atenuarem-se os impostos e de telegrafar-se também ao Sr. Tavares (Dr. Francisco Tavares Sobrinho, advogado em Florianópolis) para pedir que fale com o Governador e oriente a Associação.

Pelo Sr. H. a Lepper foi declarado que se fará uma assembléia nesta localidade às oito horas da noite, na quinta-feira da próxima semana, 23 do corrente mês.

Deliberou-se igualmente na questão dos impostos telegrafar-se para a Associação de Blumenau e de Florianópolis.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente sessão.

Dentre as 27 assinaturas constantes na ata lavrada daquela reunião, constam alguns dos nomes posteriormente inscritos na história de Joinville pela relevância empresarial, política, administrativa ou pela atuação social. Os sócios fundadores presentes no histórico conclave são:

Hermann August Lepper
Hans Jordan
Wolfgang Ammon

Emilio Stock
Ottomar Kaiser
Franz Nicodemus
Ernesto Wetzel e Filhos
João Colin
Hugo Quidde
Frederico Müller
Wolf e Rocha
Albert Colin
João Theis
Rudolfo Büst
Birckholz & Klimmeck
Otto Ravache
Paul Möhl
Augusto Fischer
Adolfo Ziesche
Jacob Schmidlin
Berner Irmãos
Heinrich Miers
Julius Briese
Carlos Elling
Rudolfo Ganzenmüller
Otto Gerken
César Pereira de Souza

Assinaturas dos 27 sócios fundadores da Associação Comercial de Joinville

Uma curiosidade é que o único luso-brasileiro da nominata, César Pereira de Souza, é eleito para secretário, função que tem por finalidade principal lavrar as atas com os assuntos discutidos. O documento também registra os telegramas a serem expedidos de acordo com as deliberações da assembleia geral extraordinária:

1) Exmo. Sr. Governador do Estado – Florianópolis

Pedimos obséquio informar-nos qual solução podemos esperar na redução solicitada dos impostos de Indústrias e Profissões.

Respeitosamente, saudações

H. A. Lepper presidente da Associação Comercial

2) Dr. Francisco Tavares Sobrinho – Florianópolis

Associação Comercial solicita seus prestimosos serviços junto (ao) governo a fim (de) obter solução satisfatória quanto à redução de impostos cobrados corrente mês e orientação sobre intenções governo

Afetuosas saudações

H. A. Lepper

Presidente da Associação Comercial

3) Gandro – Florianópolis

Peço dizer-nos qual atitude comércio dessa capital relativamente (aos) impostos cobrados corrente mês.

H. A. Lepper

Presidente da Associação Comercial

arte 2021 ACIJ 7_ARTE ALBUM JOINVILLE ok.qxd 31/05/2021 16:12 Página 18

Reunião do Commercio. No dia 29 do corrente, a noite, reuniu-se no solão Berner uma reunião de commerciantes e industriaes para tratar dos interesses dos contribuintes em face do augmento do imposto de Iudustria e Profissão e addicional de 45 porcentos.

Presidiu a reunião o sr. H. A. Lepper que expoz os motivos d'aquella convocação, ficando deliberado o commercio desta cidade prestar o seu apoio de solidariedade a Associação Commercial de Florianopolis, que vae pedir ao Congresso do Estado a reforma do imposto em questão.

Pelo sr. Emilio Stock foi apresentado uma proposta para ser organisada aqui uma Associação Commercial, para defender os interesses da classe. Submettido a approvação foi acceita a proposta, sendo acclamada a directoria provisoria composta das srs. H. A. Lepper, presidente, Henrique Jordan vice-presidente, Dr. Cesar Pereira de Souza, secretario, Otto Parucker Thesoureiro, e como accessores os snrs. Emilio Stock, Ottomar Kaiser, G. Wetzel, Francisco Nicodemus e Carlos Parucker.

Em 31 de dezembro de 1910, a *Gazeta* detalha reunião ocorrida dois dias antes

4) Associação Comercial – Blumenau

Rogamos favor dizer-nos qual atitude dessa Associação relativamente (aos) impostos cobrados corrente mês

Saudações

H. A Lepper

Presidente da Associação Comercial

Assim, o 16 de fevereiro passa a ser admitido oficialmente como o dia da criação da entidade que, doravante, será um dos pilares do desenvolvimento socioeconômico de Joinville. Agindo como entidade classista em prol dos seus associados e, principalmente, colocando-se como instituição representativa da sociedade organizada, em defesa dos interesses de um amplo espectro social, a Associação Comercial se firmará como representante de toda Joinville. Suas demandas, ao longo dos anos, vão se consubstanciar na cidade do século 21 da qual todos fazemos parte nos dias atuais.

Embora tendo o 16 de fevereiro como data oficial de sua criação, há registros inequívocos na imprensa – e indícios na própria primeira ata da associação – que dão conta da sua organização e de trabalhos realizados antes dessa data. Inclusive, em 16 de fevereiro já há uma diretoria provisória eleita, que teve como primeira missão elaborar os estatutos e organizar a assembleia geral extraordinária realizada nesse dia, quando o documento foi discutido, aperfeiçoado e aprovado. O jornal *Gazeta de Joinville* crava a data de 29 de dezembro de 1910, como marco inicial da instituição, conforme registro publicado na sua edição de número 298, de 31 de dezembro de 1910, com detalhes desse momento histórico:

> No dia 29 do corrente (dezembro/1910), à noite, reuniu-se no Salão Berner, uma reunião de comerciantes e industriais para tratar dos interesses dos contribuintes em face do aumento do imposto de Indústria e Profissões, e adicional de 45 por cento.
>
> Presidiu a reunião o Sr. H. A. Lepper, que expôs os motivos daquela convocação, ficando deliberado que o comércio desta cidade prestará o seu apoio e solidariedade à Associação Comercial de Florianópolis, que vai pedir ao Congresso do Estado a reforma do imposto em questão.
>
> Pelo Sr. Emílio Stock foi apresentada uma proposta para ser organizada aqui uma Associação Comercial, para defender os interesses da classe. Submetido à aprovação, foi aceita a proposta, sendo aclamada a diretoria provisória composta dos Srs. H. A. Lepper, presidente; Henrique Jordan, vice-presidente; Dr. César Pereira de Souza, secretário; Otto Parucker, tesoureiro, e como assessores, os Srs. Emílio Stock, Otomar Kaiser, G. Wetzel, Francisco Nicodemus e Carlos Parucker.

A nota do jornal traz uma imprecisão. Na verdade, a única entidade constituída até então é a Associação Comercial do Vale do Itajaí, atual Associação Empresarial de Blumenau (Acib), criada em 5 de novembro de 1901. Florianópolis só viria a formalizar a sua, em 13 de maio de 1915; o que havia na capital, na época, era um movimento contra os aumentos de impostos.

Hermann August Lepper era um próspero comerciante, ervateiro, industrial e líder político, sendo escolhido para encabeçar a iniciativa como o primeiro presidente da Associação Comercial de Joinville.

Outra notícia sobre a criação da entidade aparece na página dois do jornal *Kolonie-Zeitung*, na edição de 10 de janeiro de 1911: "A fundação da Associação Comercial em Joinville causou aqui uma excelente acolhida. As atividades terão todo apoio considerando que todos os interessados aprovam a utilidade e a necessidade desta organização. Os estatutos da associação já estão sendo elaborados."

Provavelmente, o próprio *Kolonie* tenha gerado a faísca motivadora do processo que levou à criação da entidade. Ao abordar os aumentos de impostos, conclamou os joinvilenses para que se organizassem e reagissem, a exemplo do que vinha fazendo Florianópolis, que organizara uma comissão para defender seus interesses. Segue abaixo o texto, conforme publicado em primeiro de dezembro de 1910:

> Com o aumento do imposto sobre indústrias e profissões, aprovado pela Assembléia Estadual, o governo espera incremento de 220:200$000 (duzentos e vinte cinco contos e duzentos mil réis) na receita orçamentária do próximo ano. Para o ano corrente, o imposto foi calculado em 159:800$000, e o incremento esperado eleva-se assim em cerca de 140%. Ainda há o aumento do imposto sobre bebidas, que está estimado em 27:800$000 e representa por sua vez um aumento do imposto de 45%. Estamos porém convencidos que o aumento ultrapassará em muito essa porcentagem.
>
> Especialmente o imposto sobre indústrias e profissões, para as quais deve ser proposta uma nova contribuição. Na capital do estado já se começou com isso e, as recentes manifestações de protesto, vem confirmar nossas suposições. Ontem recebemos o seguinte telegrama de Florianópolis: "Sobrecarregado pela taxação do imposto sobre indústria, profissões e bebidas, o comércio da capital decidiu, com os meios de que dispõe, oferecer resistência. Pedimos a solidariedade do comércio local". Gandra, presidente da Comissão.
>
> O que o comércio local pensa em fazer? Tapar ouvidos e ficar parado? Do contrário, terá que adotar de forma solidária a atitude do comércio de Desterro, padecendo já ou não sob o aumento dos impostos. Aqui somente esse procedimento conjunto do comércio catarinense poderá trazer sucesso, pois ao que parece, com esse aumento de impostos o governo tem a intenção de usar a mesma tática utilizada no último aumento de impostos no início do ano: abater um município atrás do outro.

Chama atenção que o fator desencadeador da organização dos empresários tenha sido a alta dos impostos. Aliás, uma questão antiga que sempre mereceu severas críticas dos bem instruídos "colonos" de Joinville, conforme registrado no discurso do então diretor interino da Colônia, Ottokar Doerffel, feito em 16 de agosto de 1874, por ocasião da Abertura da Primeira Exposição Agroindustrial de Joinville. O trecho está citado por Elly Herkenhoff, a partir de reportagem do *Kolonie-Zeitung*, no seu livro *Era uma vez um simples caminho...*:

> E falando em dificuldades que se contrapõem ao progresso de pequenas colônias como Dona Francisca, o orador não deixa passar a oportunidade para tecer severas críticas ao Governo da Província, em razão dos impostos altíssimos de exportação e importação, não apenas sobre os produtos da nossa indústria. Mas também da agricultura, para os quais os mercados consumidores ainda deverão ser conquistados – tarefa dificílima senão impossível diante da pesadíssima tributação imposta pelo Governo Provincial...

O primeiro manifesto

As exportações de Joinville, em 1874, somavam 370$000.000 (trezentos e setenta mil réis) e as matérias-primas importadas chegavam à soma de 320$000.000, constituindo-se em expressivo movimento comercial numa província eminentemente agrícola, diretamente impactado pelos tributos que Florianópolis cobrava. A alta de impostos será um tema recorrente pelos anos e pelas décadas seguintes, tornando-se ao longo do século que seguiria a principal bandeira de lutas da instituição, constando, inclusive do primeiro parágrafo do primeiro artigo de seus primeiros estatutos. Da mesma forma, a assessoria jurídica e fiscal viria

arte 2021 ACIJ 7_ARTE ALBUM JOINVILLE ok.qxd 31/05/2021 16:12 Página 20

a se constituir em um dos serviços essenciais da entidade aos seus associados. Assim, a primeira providência prática, tomada, ainda em janeiro de 1911 (antes, portanto, da data oficial de sua fundação), é o envio de um manifesto da "recém-fundada Associação Comercial local" ao Congresso dos Representantes (Assembleia Estadual), o qual foi publicado pelo *Kolonie-Zeitung* na sua edição do dia 12, sob o título "Protesto contra impostos":

> A diretoria da Associação Comercial de Joinville, como representante do comércio, da indústria e das classes trabalhadoras de Joinville, vem pedir ao Congresso dos Representantes que as taxas de impostos sobre o comércio, indústria e atividades afins estabelecidas para o orçamento de 1911 e que sofreram um aumento de 100% sobre as taxas até aqui praticadas, retornem aos valores fixados no último ano pelo Sr. Governador Gustavo Richard, o qual já havia elevado os impostos em 40%.
>
> Em uma época na qual comércio e indústria padecem sob uma funesta crise e lutam contra dificuldades para se manter, e por outro lado devido às agitações pelas quais o país está passando, devido à situação precária da agricultura e devido ainda à concorrência de outros Estados, que se fortalecem com o apoio dos Governos, é inimaginável onerar com impostos as classes trabalhadoras, que formam o mais forte e seguro esteio do Estado, sem ferir os seus interesses.
>
> Na certeza de que nem a Assembléia nem Sua Excelência o Governador do Estado querem o aniquilamento das indústrias que buscam sua subsistência em solo catarinense, os abaixo-assinados chamam a atenção em especial da Assembléia para as fábricas têxteis e empresas de luz, que nos anos de 1909 e 1910 gozavam de isenção fiscal sobre seus produtos de exportação e agora, sem motivo aparente, deverão pagar um imposto de 4,6% sobre o valor das exportações. Esse imposto é tão alto, que caso seja mantido, fará com que os industriais busquem vantagens deixando nosso Estado e abrindo seus estabelecimentos no Rio de Janeiro ou outros Estados do país que, para atrair capital, concedem às novas indústrias as mais vantajosas condições.
>
> Além dessas vantagens oferecidas em outros Estados, os industriais obtêm ainda uma significativa economia na exportação e no fretamento dos seus produtos, o que é feito de forma insignificante em nosso Estado.
>
> Seria extremamente lastimável se essas indústrias, que constituem um autêntico orgulho para o Estado de Santa Catarina e para o município de Joinville, tivessem que deixar seu campo de atividades.
>
> Mas como podem indústrias prosperar, como podem os proprietários pensar em ampliar seus empreendimentos se sofrem sob uma contínua ameaça às suas fábricas através de uma escorchante carga tributária?!
>
> Para justificar ainda mais as presentes reclamações, basta lembrar que no orçamento público deste ano a exportação de camisas de malha não será taxada. Por que isso não acontece com os outros produtos do setor têxtil? É admissível que isso se deva antes a um erro na revisão do orçamento do que a uma inexplicável e intencional diferenciação desses produtos.
>
> Também em nome dos trabalhadores, os quais estarão privados dos seus meios de subsistência caso as fábricas encerrem suas atividades, pedem os abaixo-assinados por uma especial atenção às reclamações.
>
> E assim pedimos à Assembléia, em consideração aos interesses da população, prejudicados pela enorme carga tributária que: reintroduza as taxas de impostos que estavam em vigor no ano passado e elimine o imposto de exportação sobre as fábricas têxteis e as empresas de luz, o que, sem prejudicar os cofres públicos, também auxiliará o comércio e a indústria a progredir através dos capitalistas empreendedores e de um governo inteligente e, assim, assegurará o bem-estar da classe trabalhadora.
>
> H. A. Lepper, César Pereira de Souza, Heinrich Jordan, Otto L. Parucker.
>
> (*Kolonie-Zeitung*, 12 de janeiro de 1911)

Este documento é uma espécie de registro de nascimento das atividades da Associação Comercial de Joinville, uma vez que marca de forma contundente a posição do empresariado local contra uma decisão do governo, demonstrando força, unidade e destemor do setor produtivo local. Importante notar que o jornal se refere à "recém-fundada Associação Comercial local" e que o próprio documento se autodefine como sendo da

"diretoria da Associação Comercial de Joinville, como representante do comércio, da indústria e das classes trabalhadoras". Portanto, uma vez mais, fica claro que, do ponto de vista prático, os seus fundadores consideram a associação já constituída. Aqui está também dada a chave da sua maneira de agir e que se mantém até os dias de hoje, qual seja a de discutir um tema em questão com os associados e expressar a posição tomada em conjunto – de desagrado ou de apoio – às autoridades competentes diretamente envolvidas no assunto. Assim, a entidade não se furtará a posicionar-se claramente contra as situações que lhes são desfavoráveis, mesmo que isso signifique opor-se aos governos municipal, estadual ou federal, aos poderes legislativos ou a quaisquer pessoas e empresas que lhes prejudiquem coletivamente.

Nessa mesma manifestação, a associação se coloca, inclusive, como representante do operariado, invocando as consequências maléficas que sofrerão caso insista-se no aumento dos tributos. A defesa dos trabalhadores constará do próprio estatuto da entidade, e estará mais ou menos inserida em todas as suas lutas, já que os interesses de uns e de outros coincidem em muitas das questões com as quais a Associação Comercial se envolverá. É claro que haverá momentos, como veremos, onde se verifica interesses conflitantes, em especial quando se tratar de salários, jornada de trabalho, greves etc. Joinville não foge à regra do antagonismo que se verifica entre as duas classes. Entretanto, ele surgirá somente mais tarde, conforme teremos oportunidade de registrar.

Pode-se afirmar que a associação surge em defesa das classes produtivas, nas quais se incluem os operários, contra as deficiências governamentais. Trata-se de uma reação de um organismo social contra os abusos do Estado, e não uma demonstração de força ou mesmo o fortalecimento de um setor em detrimento de outro. Em grande medida, suas lutas são também as lutas de toda a sociedade que se beneficia de maneira direta ou indireta dos resultados obtidos. Os impostos, claramente, prejudicam a classe empresarial, mas penalizam de forma irremediável o consumidor e de modo ainda mais contundente, os mais pobres. Em sua *Mensagem* ao Congresso Estadual, em 1911, o então Presidente do Estado, Vidal Ramos, faz um interessante esclarecimento a esse respeito:

> (...) quem paga afinal (imposto) é o consumidor do qual o negociante irá haver, na ocasião de vender-lhe a mercadoria, a parcela do imposto. O negociante no caso não é mais que o intermediário entre o consumidor e o fisco ao qual apenas adianta a cota com que aquele deve concorrer para o tesouro público.

Portanto, ao combatê-lo, a Associação Comercial está agindo não somente no interesse dos negócios de seus associados, o que é de direito e plenamente legítimo, mas em defesa dos milhares de consumidores anônimos e desvalidos, especialmente os mais miseráveis sem voz e sem vez para se defender. Assim, desde a sua estreia, a entidade age em prol de uma sociedade mais justa, progressista e democrática, mesmo nas situações em que este altruísmo não figure como seu escopo imediato.

Desequilíbrio fiscal

A questão é que o Estado de Santa Catarina, em 1910, passa por um momento de dificuldades financeiras e, para fazer-lhe frente, o governo lança mão do meio mais fácil: o clássico aumento de impostos. A situação, no entanto, era mais complexa que um simples déficit de caixa. O tesouro estadual estava debilitado em decorrência da precariedade da pauta de exportação de Santa Catarina, baseada em produtos agrícolas ou agroindustriais, que estavam com preços depreciados no mercado e sofriam concorrência em desvantagem. Com isso, a renda do Estado, que em 1908 foi de 10.354:328$334, cai em 1910 para 7.766:521$723, com graves consequências para as finanças públicas que, em dois anos, perde um quarto de sua receita. Isso diante do fato que, naquela época como hoje, as despesas públicas só faziam aumentar. A mensagem do Presidente

arte 2021 ACIJ 7_ARTE ALBUM JOINVILLE ok.qxd 31/05/2021 16:12 Página 22

Gustavo Richard ao Congresso Representativo, em 17 de setembro de 1910, faz um registro bastante preciso dessa situação:

> Desde fins de 1908 o Estado atravessa uma crise econômica bastante séria devido, em grande parte, à depreciação de nossos produtos principais como a manteiga, o fumo, a madeira, os cereais etc., que além da baixa contínua dos preços, encontram difícil colocação nos mercados consumidores pela competência de similares de outros estados.
>
> Muito contribui também para a crise que parece perdurar esse ano o boicote estabelecido pelo Paraná sobre os produtos catarinenses, impedindo principalmente a saída de nosso açúcar do qual era um dos principais consumidores.
>
> As barreiras estabelecidas nas zonas reivindicadas, por sua vez, paralisam as transações comerciais dos municípios do Norte, dificultando, pelo tributo imposto pelo Paraná, a entrada da erva-mate em nosso território, diminuindo assim sensivelmente a saída do produto beneficiado, vendo-se o governo obrigado, em vista das constantes reclamações do comércio exportador de Joinville e para atenuar em parte os efeitos prejudiciais e ruinosa da medida inconstitucional e arbitrária do estado vizinho, a baixar o Decreto nº 471, de Setembro do ano findo, reduzindo de 33% os direitos de exportação e o valor oficial a 220 réis o quilo, com prejuízo superior a 20 contos em um só trimestre.
>
> Nessas condições compreende-se que muito tem a sofrer as nossas transações comerciais e as nossas exportações em que se baseia a parte mais importante de nossa renda que, em 1909, teve uma diferença para menos da de 1908 de cerca de 200 contos de réis.
>
> (...) Enquanto os estados vizinhos, Rio Grande do Sul e Paraná, em 20 anos do novo regime (republicano), viram quintuplicada a sua receita, o nosso tem tido um desenvolvimento lento e tímido dando apenas os recursos precisos para atender a variados e novos encargos. (*Mensagem*, p. 39)

A mensagem do governador transparece sinceridade quanto à gravidade da situação uma vez que não se trata de uma crise conjuntural e sim estrutural. As barreiras

Na pauta de exportação catarinense, em 1910, destacam-se os seguintes gêneros:		
Produto	**Kg**	**Valor Gerado em Réis**
Erva-mate	6.562.100	1.667:960$762
Manteiga	573.860	1.376:980$100
Banha	1.411.407	935:261$440
Farinha de mandioca	8.096.576	581:808$905
Madeira (tábuas em dúzias)	55.351.312	564:671$423

fiscais estabelecidas pelo Estado do Paraná, travam a circulação de dois dos principais produtos catarinenses à época, o açúcar produzido em centenas de pequenos engenhos espalhados por toda a região Norte do estado deixava de entrar no estado vizinho; e a erva-mate *in natura* estava impedida de entrar em Santa Catarina para ser beneficiada e exportada. Ou seja, uma situação contra a qual pouco havia para ser feito. A saída seria diversificar a pauta de exportação e agregar valor aos produtos. Algo que passava longe das intenções do governo, mas que, de maneira incipiente vinha sendo praticado em Joinville, Blumenau e Brusque, ou seja, a industrialização. Em vez de couro, vender calçados; em vez de madeira, vender móveis; em vez de tecidos, vender roupas prontas.

A lista de produtos exportados por Santa Catarina em 1910, conforme quadro acima, explica a fragilidade da nossa economia, pelo baixo valor de mercado da madeira, da farinha de mandioca e também da erva-mate. Dentre os primeiros cinco com maior valor gerado, apenas a manteiga, rendendo 2.400 réis o quilo e a banha com 662 réis por quilo, obtém melhor desempenho. O quilo da erva é 250 réis (dez vezes menos que a manteiga), e a dúzia de tábuas vale míseros 10 réis. Os itens mais industrializados dentre os 25 produtos de maior rendimento à época eram a sola de sapatos, 15º lugar (com 77.316 quilos

para uma receita de 110:006$00), com o valor de 142 réis o quilo, e o arame farpado. Este, o item catarinense mais industrializado, produzido pela Abdon Batista & Cia de Joinville, e que vale 627 réis o rolo, figurando em 19º lugar na lista dos que mais geram divisas, com uma renda de 37:747$000 para 6.012 rolos vendidos, em 1910.

A constituição da Associação Comercial será um instrumento de fortalecimento da economia, dinamizando cada vez mais o comércio e auxiliando a formação da indústria de transformação, aquela que pega matérias-primas de baixo valor de mercado e transforma em produtos de maior valor. O que Santa Catarina tem até então, é a agroindústria de origem familiar, caso da banha e da manteiga, e os engenhos de beneficiamento de produtos agrícolas em maior escala, como os descascadores de arroz, a pilagem e envasamento de erva-mate e até as farinheiras que se situam num estágio intermediário. Este cenário só seria alterado de forma significativa em consequência da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), quando ocorre o primeiro surto de industrialização do país, provocado pela necessidade de substituir produtos importados, escassos naquele momento, pelos fabricados aqui.

A segunda reunião da diretoria da Associação Comercial seria realizada no dia 26 de fevereiro no Salão Berner, com a participação de 25 empresários "para tratar-se da questão dos impostos", conforme convocação da diretoria publicada na imprensa local. Ao abrir os trabalhos, Hermann Lepper declara que o motivo da reunião é discutir "sobre o pagamento de impostos de indústrias e profissões". Depois de serem lidos os telegramas postados e recebidos, põe-se em discussão a pauta da sessão, que segue com a seguinte dinâmica:

> Tomando a palavra o Sr. Ernesto Colin propôs que, à vista da atitude dos outros municípios e associações nada nos resta a fazer senão pagar os impostos.
>
> O Sr. Otto Gerken levanta a ideia de comunicar-se a diretoria com os representantes do município no Congresso Representativo do Estado para saber qual atitude pretendiam assumir na próxima sessão do Congresso.
>
> O Sr. Briese lembrou igualmente que a diretoria da Associação se deve esforçar no sentido de obter a maior concorrência dos comerciantes às sessões da Associação Comercial.
>
> O Sr. H. A. Lepper pede autorização para poder mandar imprimir os estatutos em português e em alemão.
>
> Posta a votos a proposta do Sr. Ernesto Colin, foi aprovada unanimemente, assim também as outras e foi a diretoria autorizada a mandar imprimir os estatutos.

Algumas questões transparecem nesse documento. Primeiro, há na fala de Ernesto Colin uma evidente frustração com a atitude dos "outros municípios e associações" que, pelo visto, não se engajaram na luta proposta por Joinville. Também fica claro que as empresas deixaram de pagar os seus tributos até a data da reunião, na esperança de um resultado positivo das medidas tomadas contra o aumento de impostos. A intervenção do Sr. Briese denota preocupação em fortalecer a entidade, atraindo maior participação dos comerciantes. Como em qualquer início de caminhada, deu passos incertos até adquirir a representatividade e o prestígio que são sua força. Tanto que o próximo registro no livro de atas vem datado com o dia 8 de abril de 1913, ou seja, com um salto de mais de dois anos. Embora nesse período tenham ocorrido encontros sem registro em ata, como fica implícito na ata de 9 de maio de 1913, quando é aprovada proposta para que as reuniões passem a ser na primeira terça-feira de cada mês, o que demonstra continuidade nos trabalhos, fica patente, no mínimo, o descumprimento de seus estatutos quanto ao registro em ata.

O regimento aprovado em 1911 têm seis capítulos e 16 artigos disciplinando o funcionamento da entidade. Chama atenção que constam dos fins assinalados para a associação empenhar-se pelas três áreas que estarão permanentemente na sua agenda de atividades: tributação,

arte 2021 ACIJ 7_ARTE ALBUM JOINVILLE ok.qxd 31/05/2021 16:12 Página 24

transportes e comunicação. Há que se ressaltar também o seu público alvo composto pelo comércio, indústria e "classes operárias". Uma curiosidade é que os novos sócios, antes de serem admitidos, teriam seu nome fixado numa lousa, com a intenção de atestar seu bom renome.

Os estatutos de 1911

Capítulo I

A) Dos fins da Associação

Artigo 1 – A Associação Comercial de Joinville tem por escopo cooperar com o desenvolvimento e o progresso do comércio, das indústrias e classes operárias, esforçar-se pelos mesmos de modo intensivo e representar-lhes os interesses de acordo com os estatutos e as decisões das Assembléias Gerais.

§ 1 – Deverá empenhar-se junto aos governos federal, estadual e municipal por uma tributação equitativa e judiciosa para o que poderá, em momento oportuno, coligar-se com outras associações idênticas existentes no Estado e no País.

§ 2 – Deverá, outrossim, interessar-se pelas facilidades de transportes e comunicações e preservar o comércio, as indústrias e as classes operárias contra prejuízos que lhes advenham de medidas dos governos e atos praticados por companhias de vapores e de estradas de ferro, bem como por meio de esclarecimentos obtidos das autoridades competentes, contribuir para o bem estar das classes interessadas.

B) Dos sócios

Artigo 2 – A Associação compõe-se dos sócios fundadores e de todos aqueles que forem admitidos em conformidade com os presentes estatutos.

§ 1 – Sócio pode ser todo comerciante, industrial, operário e profissional que seja independente e goze de bom renome.

§ 2 – A admissão de sócios será solicitada à diretoria por escrito, sendo o nome dos propostos publicado, pelo menos durante oito dias, em uma lousa no local da sociedade, antes de resolver a Diretoria sobre o pedido.

§ 3 – Observações referentes à admissão de algum sócio podem ser dirigidas, por escrito ou de viva voz, à Diretoria durante o prazo referido.

§ 4 – Relativamente à admissão, resolve a Diretoria por maioria absoluta de votos; deverá o novo sócio assinar o seu nome em um livro especial, obrigando-se a sujeitar-se às prescrições dos estatutos.

§ 5 – Cada sócio pagará uma contribuição mensal, cujo mínimo será fixado pela Assembléia Geral.

§ 6 – Cada novo sócio deverá pagar uma jóia por ocasião da sua admissão, sendo a importância da jóia marcada igualmente pela Assembléia Geral.

Capítulo II

Da Diretoria

Artigo 3 – A Diretoria da Associação Comercial se comporá de: um presidente, um vice-presidente, um primeiro secretário, um segundo secretário, um tesoureiro e três membros da Comissão Fiscal.

Artigo 4 – A Diretoria é eleita anualmente, realizando-se a eleição por escrutínio secreto e maioria absoluta de votos.

§ 1 – Trinta dias antes de terminar o mandato, a Diretoria convocará para esse fim uma Assembléia Geral, sendo suficiente a presença de um terço dos sócios.

§ 2 – No caso de se não achar presente o número indicado, será designada nova assembléia para o prazo de 15 dias, devendo os sócios que a essa comparecerem, independente do número, proceder à eleição.

§ 3 – A reeleição é permitida; em caso de empate, decide a idade.

Capítulo III

Deveres e direitos da Diretoria

Artigo 5 – Os direitos e deveres da Diretoria consistem em:

§ 1 – Promover por todos os meios ao seu alcance o desenvolvimento da Associação e defender com o maior zelo os interesses afetos à mesma.

§ 2 – Executar as decisões das assembléias gerais, assinar procurações, discriminar atribuições e dirigir requerimentos ou outros papéis às autoridades do País.

§ 3 – Receber pedidos e queixas dos sócios e convocar assembléias, quando julgar conveniente ou quando for desejado por um número nunca menor de dez sócios.

§ 4 – Tomar resoluções provisórias e providências julgadas necessárias, sujeitas à aprovação de uma Assembléia Geral.

Artigo 6 – Ao Presidente compete:

§ 1 – Convocar as reuniões da Diretoria e as Assembléias Gerais e presidi-las.

§ 2 – O direito de desempate quando houver colisão de votos nas reuniões da Diretoria ou nas Assembléias Gerais.

§ 3 – Autorizar o tesoureiro para o pagamento de contas devidamente documentadas.

§ 4 – Despender em casos urgentes até a quantia de RS 200$000, sobre o que dará contas à Assembléia Geral.

§ 5 – Nomear, de acordo com outros membros da Diretoria, os empregados da Associação, e demiti-los, bem como fixar-lhes os ordenados.

§ 6 – Assinar validamente todos os papéis e representar em juízo a Associação ou dar procuração para esse fim a pessoa habilitada.

§ 7 – Abrir os livros, fechá-los, numerá-los e rubricá-los.

§ 8 – Dar quitação ao tesoureiro logo que tiver prestado contas e tiverem sido essas aprovadas.

Artigo 7 – Ao Vice-presidente compete:

§ Único – Fazer as vezes do presidente sempre que este não comparecer ou estiver temporariamente impedido, sendo responsável por todos os atos praticados no desempenho do cargo.

Artigo 8 – Ao Primeiro Secretário compete:

§ Único – Manter os livros e desempenhar toda a escrituração da Associação.

Artigo 9 – Ao Segundo Secretário compete:

§ Único – Auxiliar o primeiro secretário no desempenho dos trabalhos que lhe estão afetos e representa-lo em caso de impedimento.

Artigo 10 – Ao Tesoureiro compete:

§ 1 – Promover a cobrança das jóias e contribuições dos sócios, aos quais dará recibos, e receber donativos, bem como administrar conscienciosamente os dinheiros da Associação, pelos quais é responsável.

§ 2 – Pagar as contas, quando autorizadas pelo presidente.

§ 3 – De seis em seis meses dar contas do estado financeiro à Diretoria e anualmente oferecer o balanço à Assembléia Geral.

Artigo 11 – Ao Conselho Fiscal compete:

§ único – Tomar parte nas sessões da Diretoria e representar, em caso de necessidade, a Diretoria.

Capítulo IV

Dos direitos dos sócios

Artigo 12 – Todo sócio tem direito de:

§ 1 – Eleger e ser eleito para os cargos da administração, fazer propostas e discutir as que forem apresentadas.

§ 2 – Votar nas Assembléias Gerais sobre todas as questões e propostas, bem como requerer a finalização das discussões e a votação.

Capítulo V

Dos deveres dos sócios

Artigo 13 – Cada sócio é obrigado a:

§ 1 – Aceitar o cargo para o qual for eleito pela Assembléia Geral, desde que não possa apresentar motivos suficientes para a recusa, desempenhá-lo com todo zelo, submeter-se e obedecer às decisões da Diretoria e da Assembléia Geral e às disposições dos estatutos.

arte 2021 ACIJ 7_ARTE ALBUM JOINVILLE ok.qxd 31/05/2021 16:12 Página 26

§ 2 – Pagar as jóias e as contribuições mensais pontualmente.

Artigo 14 – Obrigados os sócios ao cumprimento dos estatutos e à obediência do que resolverem as Assembléias Gerais, será multado em Rs 100$000 o sócio que não quiser se submeter.

Capítulo VI

Das disposições gerais

Artigo 15 – Cada firma ou sociedade comercial que se compuser de vários proprietários tem só um voto nas sessões da Assembléia Geral, pode porém, em caso de impedimento se fazer representar por um bastante procurador, o que aliás, vale para todos os outros membros da Associação.

§ Único – O sócio só pode aceitar uma representação e, nesse caso, vota por si e pelo seu representado.

Artigo 16 – A exclusão de sócio terá lugar:

§ 1 – Sempre que estiver o mesmo atrasado de um ano com o pagamento das contribuições mensais.

§ 2 – Em caso de falência e quaisquer atos que comprometam a reputação.

Após o hiato de dois anos, os diretores August Lepper, Henrique Jordan, Wolfgang Ammon e Pereira de Souza voltam a reunir-se, em 8 de abril de 1913, na casa do presidente. O assunto principal, conforme anotado em ata, é a solicitação do tesoureiro, Wolfgang Ammon, para que fosse instituída uma comissão fiscal à qual pudesse prestar contas dos recursos financeiros da entidade no biênio anterior. Acatando a solicitação, Lepper designou Otto Boehm e Emílio Stock para esse fim. Na oportunidade também foi decidida a convocação de uma sessão extraordinária para eleição da nova diretoria, aprovação das contas e discussão de outros assuntos, no dia 9 de maio daquele ano, no Salão Berner Irmãos, às 8 horas da noite. Nessa mesma reunião foi recebido como sócio contribuinte Alexandre Schlemm.

Conforme decidido, no dia 9 de maio, no local e horário anunciados, foi aberta sessão da assembleia geral "especialmente convocada, na forma dos estatutos, para aprovação das contas e eleição da diretoria para o exercício vindouro". Conforme exposição do tesoureiro Wolfgang Ammon, a situação financeira da entidade é "bastante próspera, apesar das dificuldades do começo". Naquela oportunidade, a entidade dispunha de um capital líquido de 529$320, sendo que a quantia de 400$000 estava aplicada no Banco do Comércio de Porto Alegre. A prestação de contas, já abonada pela comissão fiscal, foi aprovada por unanimidade. Procede-se a eleição, por escrutínio secreto, sendo eleita exatamente a mesma composição até ali em exercício com August Hermann Lepper na presidência, Henrique Jordan na vice-presidência, César Pereira de Souza como Secretário e Wolfgang Ammon na tesouraria; Otto Boehm e Emílio Stock na comissão revisora de contas. Em seguida, é aprovada a proposta de que as reuniões passem a ser na primeira terça-feira de cada mês. Com a palavra, Emílio Stock pede que a Associação intervenha junto ao Governo do Estado contra a cobrança do imposto de exportação e despachos aplicado sobre as mercadorias que sobem a serra.

É realmente uma situação esdrúxula uma vez que o Imposto de Exportação, por definição, se aplicava aos produtos vendidos para fora de Santa Catarina. Ao ser cobrado sobre as mercadorias que "subiam a serra", criava decorrências amplamente negativas para comerciantes, produtores e consumidores. Por um lado, trazia entraves para o desenvolvimento do comércio; por outro, penalizava os consumidores do Planalto Norte, uma região ampla, empobrecida e desguarnecida de qualquer atenção governamental. Como o comércio era uma via de mão dupla, ou seja, tanto levava quanto trazia gêneros produzidos por lá, o prejuízo também se dava nos dois sentidos. Outro resultado igualmente infeliz desse imposto é que, ao aplicá-lo, o governo passa a desconsiderar o Planalto Norte como território de Santa Catarina, dando razão ao vizinho estado do Paraná quanto às demandas territoriais dos dois entes e fragilizando a posição catarinense na "questão de limites".

A reunião de diretoria seguinte, registrada em ata, ocorre na casa de Hermann

August Lepper, em 28 de maio de 1913, com a presença de três diretores, quando foram admitidos como sócios contribuintes o Banco do Comércio de Porto Alegre, que mantinha agência em Joinville desde 1911, a empresa Oscar Schneider e Cia. e o construtor Fernando Lepper. O próximo encontro da diretoria dá-se em 7 de outubro de 1913, no Clube União Joinville, com a presença dos dois conselheiros fiscais, Otto Boehm e Otto Gerken. A situação financeira da instituição apresenta-se com saldo positivo de RS 628$830 réis, estando 16$126 em caixa e o restante aplicado no Banco do Comércio de Porto Alegre. Com viagem marcada para a Europa, Wolfgang Ammon é provisoriamente substituído por Otto Gerken na tesouraria da entidade. Novamente a diretoria encontra-se reunida em 2 de dezembro de 1913, no Clube União Joinville, quando são oficializados novos sócios Henrique Meyer, da firma H. Meyer e Cia.; Eugênio Moreira, da firma E. Moreira e Filhos; e The Standad Oil Grup, representado pelo seu gerente R. R. Paterson. Também se decidiu pela assinatura do D*iário O*fi*cial*, a partir de janeiro de 1914. A Associação Comercial passará a publicar, a partir de 1928, um boletim mensal com informações copiladas do D*iário O*fi*cial*, atualizando os associados quanto a leis, decretos, portarias etc., referentes, principalmente, a tributos e relações trabalhistas. Além de informações federais, trazia as novidades legais do Estado e Município. Durante décadas, essa foi a principal fonte de atualização, principalmente para as pequenas empresas, permitindo que se mantivessem em dia com as questões legais.

Na sessão da diretoria de 13 de dezembro de 1913 figuram, pela primeira vez, dois assuntos que vão ser demandados durante décadas pelo empresariado local: o serviço de Correios e o transporte ferroviário. O novo sócio Paulo Mayerle denuncia "irregularidades na expedição das malas (postais) que vêm do Rio de Janeiro destinadas a esta cidade e que são remetidas diretamente para São Francisco, de onde, depois, nos voltam pela estrada de ferro." Resolve-se oficiar ao Sr. Administrador dos Correios em Florianópolis pedindo providências. Já por sugestão de Otto Gerken "resolve-se dirigir uma reclamação à Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande pelo fato de contarem-se os domingos e dias de festas nacionais para o efeito das despesas de armazenagem e pedir que seja excluído na contagem do tempo estabelecido para a retirada das mercadorias." Resolve-se igualmente dirigir uma representação à Empresa Telefônica para o fim de que "o serviço esteja posto em boa ordem."

As duas questões – comunicação e transporte – são vitais para a dinâmica do comércio que exige a recepção e expedição de pedidos e mercadorias as quais só têm êxito havendo bom funcionamento desses dois serviços. Daí que, ao lado dos tributos, serão os temas recorrentes, com reclamações e pedidos de providências ao longo das quatro próximas décadas.

Aqui há novo hiato nas anotações oficiais. Percebe-se que não há regularidade nas reuniões, pelo menos do ponto de vista oficial, com lavragem de ata, o que, evidentemente, não impedia encontros ocasionais e informais para tratar de assuntos de interesse da classe, uma vez que a diretoria era formada por somente quatro membros.

Em 1914, ano do início da Primeira Grande Guerra, em 28 de julho, registra-se sessão da diretoria da associação somente em 27 de outubro, quando foi decidido que a entidade deveria dirigir uma representação à Câmara Municipal para que tomasse "providências enérgicas contra mascates e pombeiros (vendedores ambulantes de gêneros alimentícios)". A entidade também solicita que a Câmara exerça "rigorosa fiscalização nos impostos municipais". Fica aprovada ainda a convocação de uma assembleia geral para eleição de nova diretoria, que deve assumir a entidade a partir de 1915. O conflito entre comércio regularmente estabelecido em uma "praça" e ambulantes permanece até os dias atuais,

1913

Inauguração do Quartel do Corpo de Bombeiros Voluntários de Joinville, à Rua da Cerveja, hoje Jaguarúna

ACJ começa campanha pela melhoria dos serviços de Correios e transporte ferroviário, em Joinville

1914

ACJ promove estudos que possibilitam ao governo reduzir impostos, beneficiando exportação catarinense

Em 28 de julho começa a Primeira Guerra Mundial

arte 2021 ACIJ 7_ARTE ALBUM JOINVILLE ok.qxd 31/05/2021 16:12 Página 28

merecendo, amiúde, reclamações junto ao poder municipal.

Em novembro de 1914, serão dois encontros no mesmo mês. No dia 10, foi convocada uma reunião da diretoria "expressamente para protestar contra os lançamentos injustos e exagerados de impostos de indústria e profissão". Este era o segundo principal imposto a compor a cesta de arrecadação do Estado, em 1914, atrás apenas do imposto sobre Direitos de Importação, com as cifras 706:363$831 e 398:876$288, respectivamente. Foi decidido pelo encaminhamento de um protesto telegráfico ao governador, "considerando a crise atual e o modo injusto dos lançamentos". Ficou decidido também reunir uma comissão de cidadãos de Joinville para "examinar e endireitar os referidos lançamentos, pondo-os em relação ao direito justo". Para a comissão, foram eleitos Fernando Lepper, João Theis, Eugênio Moreira, Luiz Niemeyer, Paulo Mayerle, Dr. Arthur Costa, Otto Gerken, Hans Jordan e Otto Boehm.

Em 29 de novembro, às 9 horas da manhã, tem início a primeira reunião ocorrida no período matutino; conforme registros em ata, até ali foram sempre à noite. Na oportunidade o presidente Hermann Lepper anuncia que estão sendo regularizados os lançamentos de impostos de indústria e de profissão, em comum acordo entre a comissão montada pelo governo e o exator estadual. Aparentemente, trata-se de resultado obtido pelas medidas tomadas em 10 de novembro. A ata registra que os sócios Dr. César Pereira de Sousa e Luiz Niemeyer viajaram a Florianópolis em nome da Associação Comercial a fim de obter do governo a "suspensão de uma ordem dada à Coletoria Estadual de cobrar imposto de exportação sobre mercadorias destinadas ao Contestado". A Associação conseguiu seu intento levando o governo a suspender a cobrança, provisoriamente, até 31 de dezembro daquele ano. Cabe lembrar que o conflito do Contestado está em seu auge exatamente nesse momento, com a entrada do General Setembrino de Carvalho nas operações, à frente de um exército de 7 mil soldados.

Uma comissão composta por Henrique Jordan, Luiz Niemeyer, Dr. Costa, Alexandre Schlemm, Gustavo Richlin e o Dr. César de Souza faz um estudo das taxas de diferentes Estados, de modo a habilitar o governo para a promover a revisão do imposto sobre Direitos de Exportação e cuidar dos interesses do comércio exportador catarinense. Essa ação beneficiou a todo o estado e repercutiu positivamente atraindo novos e importantes nomes para entidade.

Em dezembro de 1914, também houve duas sessões. Uma anterior ao dia 20, realizada às 10 horas da manhã na sala da associação, no Clube União Joinville. Na oportunidade são admitidos novos associados, dentre eles alguns dos mais importantes da história econômica da cidade: Guilherme Walter, Abdon Batista e Cia., Otto Bennack, Roberto Wolf, Rudolpho Brant, Francisco Nicodemus, Frederico Muller, João Ruzanovsky, Henrique Rosenstock, Victor Weis, Rudolph Büch, Carl Schneider, Otto Wagner, Augusto Urban, Frederico Schlemm, Stein Irmãos, Trinks Irmãos, Colin Irmãos, Carlos Reck, Avelino Carvalho e João Pries.

Finalmente, a 20 de dezembro de 1914, às 10 horas da manhã, na sala de reuniões da Associação Comercial do Clube União Joinville, reuniram-se os sócios contribuintes para examinar e aprovar as contas do exercício que se findava e eleger nova diretoria para o ano de 1915. O balanço financeiro demonstra existir um caixa de 726$900 réis na instituição. Após aprovação das contas, procedeu-se a eleição por voto secreto, com o seguinte resultado: presidente, Emílio Stock; vice-presidente, Gustavo A. Richlin; primeiro secretário, Dr. César Pereira de Souza; segundo secretário Wolfgang Ammon; tesoureiro, Otto Gerken; membros da comissão fiscal Hermann Lepper, Alexandre Schlemm e Dr. Arthur Ferreira da Costa. A primeira missão da nova diretoria foi tentar aprovar na Lei Orçamentária, para o ano seguinte, recursos para investimentos em obras de interesse do comércio local. Não fica claro se no Município ou no Estado, nem quais seriam esses investimentos. Porém, independente desse detalhamento, estamos diante da estreia de um novo viés de atuação da entidade, qual seja o de influenciar as programações orçamentárias das diferentes instâncias governamentais. Esse modelo se consolidará ao longo dos anos, constituindo-se numa ferramenta eficaz para garantir o atendimento a seus pleitos, bem como, para acompanhar a gestão pública.

1915 — Emílio Stock assume a presidência da ACJ

Abdon Batista é eleito Prefeito de Joinville

Fundação de um serviço de atendimento a idosos que, mais tarde, vem a ser o Hospital D. Helena

Emílio August Heinrich Stock nasceu em 28 de julho de 1869, em Joinville. Fundou, em 1º de novembro de 1888, a casa comercial Emílio Stock & Cia., localizada na Rua 15 de Novembro, ao lado da Farmácia Delitsch. O estabelecimento comercializava produtos nacionais e importados, no atacado e varejo. Além do comércio de gêneros diversos, fabricava colchões e acolchoados, também tapeçaria. Fundou uma fábrica de tijolos e telhas francesas no bairro Jarivatuba, em Joinville. Sua casa comercial vendia diversos tipos de queijos importados, caviar, trutas defumadas, pasta de anchova, patê de sardela, pepinos e cebolas em conserva, aspargos, chocolates e bombons, frutas diversas, champignons, salsicha francesa, extratos de carne e temperos diversos, além de charutos e cigarrilhas. Ali podiam ser encontrados brinquedos, bonecas, enfeites para pinheirinhos, vidros e porcelanas e diversos outros produtos de utilidade doméstica.

Em 29 de janeiro de 1915, realiza-se uma reunião extraordinária, sob a presidência de Gustavo Richlin, para tratar da repercussão das propostas apresentadas pela associação para facilitar as transações comerciais no Estado de Santa Catarina. São lidos "vários telegramas e ofícios", certamente do governo, mas também de outras instituições classistas e empresas interessadas no assunto, com nova comissão sendo formada para dar sequência ao tema tão caro aos associados. Define-se os nomes de Gustavo Adolfo Richlin, Augusto Urban Filho e Pedro Mayerle para estudar a matéria e apresentar soluções que possam ser encaminhadas ao governo. Por sugestão do presidente interino, Gustavo Richlin, reitera-se decisão anteriormente tomada de se realizar reuniões da diretoria a cada primeira terça-feira de cada mês. No registro seguinte do livro de atas, de primeiro de junho de 1915, a comissão eleita em janeiro apresenta propostas em favor do comércio do município, decidindo-se pela providência de "chamar atenção do Conselho Municipal e pedir as providências necessárias no sentido de proteger o comércio aqui estabelecido." Fica decidido que a comissão anteriormente constituída deverá permanecer funcionando até que o "assunto chegue à completa execução".

Em 1915, Joinville é o segundo município em arrecadação no estado, conforme dados apresentados pelo Governador Felipe Schmidt em sua *Mensagem* ao Congresso Estadual.

Listas negras

Em 31 de março de 1916, às 9 da manhã, tem início sessão extraordinária convocada "a pedido de vários sócios". Dada a palavra ao Dr. Arthur Ferreira da Costa ele relata que "tendo-se pronunciado alguns movimentos no operariado dessa cidade no sentido de exercer pressões sobre os patrões para aumento dos salários e demais trabalhadores para cerração dos serviços, propunha como medidas assecuratórias o registro, por parte da diretoria da Associação, dos trabalhadores desordeiros e a uniformidade de salários de trabalhadores de categorias comuns." Aceita a proposta pelos presentes, ficou combinado que "a cargo do Secretário e na guarda do presidente, será feito o mencionado registro que estará à disposição dos interessados, com as devidas reservas". Em seguida, foram combinados os preços a serem pagos pelos serviços "dos trabalhadores do porto e dos empregados das lanchas". Como não se abrange outros ramos de atividade, deduz-se que se concentrava nas docas o movimento reivindicatório. Por outro lado, Arthur Costa é um dos proprietários do moinho de trigo Boa Vista, às margens do Rio Cachoeira, empresa plenamente dependente das atividades portuárias para importação do trigo que era transformado em farinha no seu estabelecimento, o que explica a sua proeminência no assunto.

Essa ata traz dois registros importantes. Primeiro, esclarece a postura da entidade diante do primeiro movimento do operariado a ocorrer na "cidade do trabalho" e que não

1915 — Joinville passa a segundo município em arrecadação no estado

arte 2021 ACIJ 7_ARTE ALBUM JOINVILLE ok.qxd 31/05/2021 16:12 Página 30

Arthur Ferreira da Costa nasceu em Santo Amaro (BA), em 1887. Advogado e jornalista, assumiu o cargo de redator-chefe do jornal *Comércio de Joinville* (1909-1918). Foi sócio da empresa Batista & Cia., e proprietário da empresa Arthur Costa & Cia. Nos dois empreendimentos esteve ligado ao Moinho de Trigo Boa Vista e a um Moinho de Arroz, em São Francisco do Sul. Foi deputado estadual (Congresso Catarinense) em seis legislaturas, pelo Partido Republicano. Exerceu por diversas vezes a Intendência Municipal de Joinville, substituindo seu sogro, o deputado federal e senador Abdon Batista, nos períodos em que este assumiu cargos no Governo Federal e como vice-governador do Estado de Santa Catarina. Ocupou a Secretaria de Estado da Fazenda, em 1929, e chegou ao Senado Federal, na 37ª legislatura, entre 1935 e 1937.

chega a redundar em greve, o que só viria a ocorrer no ano seguinte, em agosto de 1917, como consequência de uma ação reivindicatória nacional; segundo, confirma a elaboração de uma nominata dos participantes do movimento, que ficou conhecida como "lista negra" dos operários. Também fica patente que a "reação dos empresários" é liderada por Arthur Ferreira da Costa que, a partir da próxima eleição de diretoria da associação, assumirá sua presidência. Vale lembrar que Arthur é um advogado vindo da Bahia, em 1909, para assumir como redator chefe do *Jornal Comércio de Joinville*, de propriedade do Coronel Abdon Batista, importante líder político da época, de quem passa a ser genro, ao se casar com sua filha, Thereza Cristina, em 1910. Arthur será eleito deputado em 1913, reconduzido ao cargo sucessivamente até 1930.

A assembleia geral para eleição da nova diretoria da entidade ocorreu dia 9 de abril de 1916, um domingo, sob a presidência de Emílio Stock. São eleitos os seguintes diretores: presidente, Arthur Ferreira da Costa; vice-presidente, Otto Leonardo Paruker; Pedro C. Schuck; segundo secretário, Henrique Jordan; tesoureiro, João Frangenberg; e para o conselho fiscal: Hermann Lepper, Alexandre Schlemm e Emílio Stock. O balanço financeiro da entidade, aprovado na ocasião, demonstra os seguintes ativos financeiros: 1:047.760 réis depositados no Banco do Comércio Porto Alegre; 45.000 réis em caixa e 194.000, em mensalidades a cobrar, perfazendo um total de 1:286.760 réis. O presidente declara ainda que a Associação não tem qualquer dívida e relaciona a desfiliação dos seguintes sócios: Roberto Wolf, Rodolfo Brant, Victor Heis, Otto Wagner e Carlos Reeck.

Dando sequência aos trabalhos, Emílio Stock expõe que a firma associada Jordan & Gerken "acabava de sofrer um prejuízo com o ato da agência e do comandante do vapor inglês Poplar Branch e do Vice-Cônsul britânico de São Francisco (Roland O'Neil Addison), recusando-se a receber cargas da mesma firma, não obstante ordem expressa de Manchester, sob pretexto de ser esta alemã. Em virtude da injustiça da suspeita, visto que se trata de uma firma brasileira, a assembleia resolveu telegrafar ao Exmo. Sr. Ministro do Exterior, ao Governador do Estado e ao presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro, protestando contra este ato e pedindo a intervenção de sua autoridade para fazer cessar o prejuízo que tal medida injusta trazia para uma firma brasileira".

Este é o primeiro registro da Associação Comercial sendo acionada para intervir com relação aos "efeitos" das medidas de exceção decorrentes da Primeira Guerra Mundial (1914-1918). O Brasil só entraria no conflito em 26 de outubro 1917, contra a Tríplice Aliança (Alemanha, Áustria-Hungria e Itália), e com uma atuação bastante limitada. Porém, alguns efeitos do conflito são sentidos bem antes, como restrições a atividades de alemães ou germanófilos, bem como de empresas assim enquadradas, trazendo grandes prejuízos às firmas locais – e a seus proprietários – de origem alemã. Valendo-se dessa circunstância, o Vice-Cônsul britânico em São Francisco do Sul, Roland O'Neil Addison, elabora a famigerada "lista negra" contendo empresas e pessoas catarinenses que deviam ter suas atividades cerceadas, sob alegação de pertencerem a alemães natos, manterem relações de importação e exportação com a Alemanha, ou até de fazerem parte da "Liga Alemã". É nessa situação que se encontra a firma Jordan & Gerken, autora da reclamação junto à Associação Comercial. O caso da Jordan & Gerken é a ponta visível de um grande iceberg, que continuaria subsistindo, mesmo que de maneira submersa, até o fim do conflito, tendo

1916

Vice-cônsul inglês elabora "Lista Negra" prejudicando empresas locais

Arthur Ferreira da Costa assume a presidência da ACJ

como principais alvos exatamente o universo representado pela entidade.

Em Joinville, essa situação acirrou o antagonismo existente entre germânicos e lusos. Movidos por um patriotismo de ocasião, alguns setores "lusófonos" chegaram a conclamar o povo a não prestigiar os negócios dos teuto-brasileiros, ou dos "inimigos constantes nas listas negras", a exemplo do que ocorreu com Francisco Nicodemus, que acabara de inaugurar o seu Teatro Nicodemus, em dezembro de 1917, (mais tarde conhecido como Cine Palácio) e teve que se retirar do negócio e alugar o espaço para não perder público. Há pelo menos um registro em jornal estimulando as pessoas a não frequentarem o teatro.

Para driblar a situação, algumas empresas joinvilenses tiveram de alterar seu quadro societário, substituindo os sócios que estavam listados na relação do vice-cônsul. Os jornais da época trazem vários anúncios dessa natureza, em sua maioria associados à Associação Comercial de Joinville, em alguns casos, inclusive, envolvendo membros da diretoria. A própria entrada de Arthur da Costa, empresário, político e genro do principal cacique político regional, o Coronel Procópio Gomes, na presidência da Associação Comercial,

organisando-se nova firma com o activo e passivo da extincta e para explorar o mesmo ramo de negocio, a qual girará sob a razão social de

Arthur Costa & Cia.

composta dos socios solidarios **Dr. Arthur Ferreira da Costa** e **Pedro C. Schuck** e dos commanditarios **Dr. Abdon Baptista, Viuva Francisca Schneider, Banco do Commercio de Porto Alegre** e **Eduardo Horn,** todos brazileiros.

Joinville, 27 de Novembro de 1917.

ARTHUR COSTA & CIA.

Na acção entre amigos de 2 Bonecas foram pre-

A' PRAÇA

A firma

Viuva Oscar Schneider & Cia.

communica aos seus freguezes, amigos e ao publico que, nesta data, dissolveu a sociedade mercantil que tinha nesta praça, pela retirada dos socios solidarios **Otto Boehm** e **J. Frangenberg,** pagos e satisfeitos de seus haveres.

Joinville, 26 de Novembro de 1917.

Viuva Oscar Schneider & Cia.

Concordamos com a declaração supra.

Joinville, 26 de Novembro de 1917.

Otto Boehm

J. Frangenberg.

Anúncios publicados na imprensa de Joinville durante a Primeira Guerra, comunicando alterações societárias de empresas locais

pode ser entendida como uma alternativa para "nacionalizar" a diretoria da entidade, evitando, com isso, qualquer medida mais tempestuosa.

Comunicados conforme os aqui reproduzidos se sucedem na imprensa local, dando bem a dimensão do problema:

> Comunicado
>
> Pelo presente, comunicamos que nessa data dissolvemos a firma H. Skowronek & Cia., da qual se retiraram pagos e satisfeitos os sócios da mesma, ficando a liquidação das dívidas ativas e passivas a cargo do sócio liquidante Dr. César Pereira de Souza e tendo sido vendido o acervo dos bens a Otto L. Parucker, a quem pedimos continuem os nossos fregueses a honrar com a confiança e benevolência que nos foram tributados e que agradecemos.
>
> Emma Skowronek
> O liquidatário
> César Pereira de Souza.
> Joinville, 9 e outubro de 1917.

Na mesma edição do jornal pode ser lido o anúncio em que o novo proprietário da empresa se apresenta para a comunidade:

> Tenho a honra de participar, que comprei os bens da firma H. Skowronek & Cia., com exceção

arte 2021 ACIJ 7_ARTE ALBUM JOINVILLE ok.qxd 31/05/2021 16:12 Página 32

da dívida ativa e passiva da mesma, ficando provisoriamente como gerente o sócio-gerente da firma Duvois & Cia. desta praça, o Sr. Oscar A. Neermann a quem dei procuração bastante nesta data para agir livremente, e rogo que se dignem o comércio e o público de favorecer o meu estabelecimento que procurarei tornar merecedor de toda confiança.

Otto L. Parucker.

Joinville, em 9 de outubro de 1917.

Levo ao conhecimento do respeitável público que nesta data deixei de assumir a responsabilidade por quaisquer receitas ou preparados que forem aviados na farmácia H. Skowronek & Co., por ter me retirado da mesma.

Max Remlinger, farmacêutico (alemão, casado com a filha de Hermann Lepper).

Joinville, 9 de outubro, de 1917.

Quanto ao anúncio que segue, duas observações importantes: Otto Gerken era, à época, o Cônsul da Alemanha em Santa Catarina e um dos ativos sócios fundadores da Associação Comercial, ocupando, nesse momento, a tesouraria da entidade.

À Praça

A firma Jordan, Gerken & Cia. desta praça faz público que nesta data retirou-se o sócio solidário Otto Gerken, dissolvendo-se por este motivo dita firma. O sócio Otto Gerken retira-se pago e satisfeito de todo o seu capital e lucros.

Joinville, 20 de novembro 1917.

Jordan, Gerken & Cia.

De Acordo

Joinville, 20 de novembro de 1917.

Otto Gerken.

À Praça

Levamos ao conhecimento desta e das demais praças, que com a retirada do sócio solidário Otto Gerken, por distrato desta data, dissolveu-se a firma, que nesta praça girava sob a razão social de Jordan, Gerken & Cia., organizando-se com o seu ativo e passivo uma nova firma sob a razão social de Henrique Jordan & Cia., composta dos sócios Henrique Jordan e como solidário Max Hoepke como comanditário, ambos brasileiros natos, sendo portanto a nova firma genuinamente nacional.

Joinville, 20 de novembro de 1917.

Henrique Jordan.

Max Hoepke

(Gazeta do Comércio 21/11/1917 – nr. 49 – ano 4 – p. 3)

Otto Boehm e João Frangenber, outros dois membros da diretoria da associação retiram-se da sociedade comercial a que estavam ligados conforme anunciado em jornal:

À Praça,

Viúva Oscar Schneider & Cia.

Comunica aos seus fregueses, amigos e ao público que, nesta data, dissolveu a sociedade mercantil que tinha nesta praça, pela retirada dos sócios solidários Otto Boehm e J. Frangenberg, pagos e satisfeitos de seus haveres.

Joinville, 26 de novembro de 1917.

Viúva Oscar Schneider & Cia.

Concordamos com a declaração supra.

Joinville, 26 de novembro de 1917.

Otto Boehm

J. Frangenberg

(Gazeta do Comércio – 5/12/1917 – nr. 53, ano 4 – p. 2)

O mesmo processo deu-se com a Fábrica de Cerveja Kühne que entra em liquidação com a saída de um de seus sócios, de acordo com publicações na *Gazeta do Comércio*:

Ao público

Os proprietários da Fábrica de Cerveja sob a firma Kühne & Cia. participam ao público, comércio e aos seus fregueses que a 1º de março em diante entrará sua fábrica em liquidação, retirando-se o sócio Guilherme Walther satisfeito dos seus haveres e ficando a Sra. Carolina Kühne com todos os bens da extinta firma responsabilizando-se pelo ativo e passivo.

Joinville, 23 de fevereiro de 1917.

Kühne & Cia.

Karoline Kühne

Guilherme Walther

Em consequência da declaração acima faço público que do dia 1º de março em diante começará a liquidação da Fábrica de Cerveja Kühne & Cia., e peço a todas as pessoas que se julgam credores da firma em liquidação de apresentar dentro de 30 dias suas contas, que depois de conhecidas e achadas conforme serão satisfeitas. Outrossim, convido todos que ainda devem à firma de virem liquidar suas contas no mesmo prazo. Os que deixarem de entender-se comigo, findo o prazo marcado, serão cobrados judicialmente.

Joinville, 23 de fevereiro, 1917.

Kühne & Cia, em liquidação

Carolina Kühne

(Gazeta do Comércio, 23/2/1917 – nr. 9 – ano 4 – p. 3)

Já no final da guerra, também a tradicional Trinks, Lepper & Cia. anuncia sua alteração contratual, trocando Jorge por Paulo Trinks:

Declaração

Trinks, Lepper & Cia. declaram ao Comércio em geral, que nesta data deixou de fazer parte desta firma, o sócio solidário Sr. Jorge Trinks, tendo o mesmo se retirado, pago e satisfeito de seu capital e mais haveres na sociedade e ficando todo o ativo e passivo desta firma a cargo dos sócios Max Augusto Lepper e Paulo Trinks, sob a razão social de M. Lepper & cia.

Joinville, 1º de julho de 1918.

Trinks, Lepper & cia.

Concordo com a declaração.

Jorge Trinks

Joinville, 1º de julho de 1918.

Declaração

Ao comércio e a quem possa interessar, declaramos que em 1º de julho do ano corrente, retirou-se da nossa firma, de comum acordo, o Sr. Emílio Dubois (fabricante de produtos para odontologia e farmacêutica), pago e satisfeito do seu capital e lucro, ficando o ativo e passivo da nova firma a cargo da sra. Viúva, Helena Hygom, e o sr. Haraldo Hygom, sob a mesma razão social.

Joinville, 1º de julho de 1918.

H. Hygom & cia.

de acordo com a declaração supra

Emílio Dubois

O texto abaixo, publicado no jornal *Gazeta do Comércio*, de propriedade de Eduardo Schwartz, demonstra bem a indignação com a tal lista restritiva e a virulência contra seu autor, o pró-Cônsul britânico em São Francisco do Sul. Afora protestar e ironizar, pouca coisa podia ser feita, e olha que o próprio dono do jornal estava na listagem de Addison.

arte 2021 ACIJ 7_ARTE ALBUM JOINVILLE ok.qxd 31/05/2021 16:12 Página 34

Lista Negra

O Cônsul Inglês de S. Francisco, empregado de uma companhia alemã. Porque não se acha o nome dele incluído na lista negra. A exclusão do nome do Sr. Sérgio Augusto Nóbrega da lista negra. Outras observações.

Segunda feira última uma casa comercial desta praça recebeu de São Paulo, de importante firma, o seguinte certificado que copiamos, letra por letra:

"Ilmo. Sr. Ed. Schwartz. Comunicamos que suas mercadorias estão seguradas na Companhia de Seguros Mannheimer Versicherungs Gesellschaft, da qual é agente nessa praça (S. Francisco) o Sr. R. O. N. Addison.

Não nos responsabilizamos absolutamente por avaria de espécie alguma, devendo V.S. , no caso de se dar a mesma, apresentar sua reclamação ao agente da companhia, logo após ao recebimento dos volumes, ou na falta deste, avaliar o prejuízo sofrido, fazendo uma relação dos artigos avariados, que deverá ser firmada por dois comerciantes dessa praça.

Junto com os documentos de avaria deverá remeter-nos a 2º via de conhecimentos, endossados por V.S.

(assinado) Weiszflog Irmãos"

Ora, essa é muito boa!

Pois o Real Senhor Cônsul Inglês, que mete todo mundo, a torto e a direito, na afamada lista negra porque é alemão ou negocia com alemão, é também empregado de uma companhia alemã e .... não se meteu na lista negra ainda?

Que diabo de patriotismo é esse, então?

Será por causa da porcentagem dos segurosinhos?

Ora, o Real Senhor de Addison torna-se incoerente com essa história, que digamos a verdade, não o honra em nada...

Saberá o Exmo. Sr. Ministro Inglês que o seu esforçado cônsul e ativo arrolador da "Black List", é empregado de alemães, arranja fregueses para alemães e recebe ordens de alemães?

Achamos que o Sr. Cônsul Inglês está nas condições plenas de ser incluído, e desde já, na lista negra, se os que nela já estão incluídos, é preciso que se diga, se acharem honrados com a presença de tão digno companheiro.

O Real Senhor Addison não pode negar que não é muito agradável essa encrenca em que se meteu...

Sabemos que, por telegrama de quarta-feira, foi comunicado ao Sr. Sérgio Augusto Nóbrega, despachante geral da Alfândega de S. Francisco, ter sido excluído da lista negra, por haver feito promessa de não ter mais transações comerciais com os incluídos naquela lista.

O despachante Sr. Sérgio Nóbrega, negara-se há dias, despachar para uma casa nesta praça mercadorias vindas de Porto Alegre alegando que necessitava primeiro consultar o Sr. Cônsul Inglês (!!), visto essa casa estar incluída na lista negra.

Foi devido, pois, a esses atos de obediência, de passividade, que o Sr. Sérgio Nóbrega foi retirado das fornalhas enegrecidas da tal lista...

E, se o Sr. Sérgio Nóbrega, brasileiro e funcionário federal brasileiro, é tão obediente aos ditames de S. M. Britânica, porque o Sr. R. O. N. não faz o que o seu Real Amo e Senhor ordena que se faça?

Incompreensível! Absurdo! Irrisório!

E que grande patusco é o Senhor de Addison!

(Gazeta do Comércio, 10/3/1917 – nr. 11 – ano 4 – Capa)

Arthur da Costa dá uma nova dinâmica à entidade, que passa a ter posturas mais claras e incisivas em defesa do setor que representa, além de uma política mais agressiva na conquista de novos associados. Também os temas mais importantes passam a ser tratados com objetividade, conforme fica patente na ata da reunião realizada, em 23 de abril de 1916, para a posse dos diretores recém-eleitos e outras providências. Logo após a posse, são discutidas medidas a serem tomadas para tornar a Associação Comercial mais acessível aos seus sócios, tornando de seu conhecimento uma agenda prévia com os dias de

encontros da diretoria para "ouvir os associados e impulsionar o desenvolvimento da associação com o aumento dos sócios e com a adoção de medidas eficazes de defesa dos interesses do comércio e da indústria filiados a esta associação". Neste sentido, ficou decidido que a diretoria passaria a se reunir todos os domingos, às 10 horas da manhã.

Decidiu-se ainda que o presidente da entidade expediria um telegrama ao Ministro da Fazenda e à Delegacia Fiscal em Florianópolis, à Associação Comercial e à Imprensa, no Rio, "reclamando contra a falta de selos para artigos sujeitos a impostos de consumo, criando para o comércio e a indústria joinvilenses a situação precária de se verem expostos a multas e prejuízos por falta de selos para o cumprimento de exigências fiscais".

No intuito de aumentar o número de sócios, delibera-se por convidar diversos comerciantes e industriais que ainda não faziam parte do quadro associativo para se associarem. Como se vê, os tempos são outros. A entidade que compunha-se de 38 filiados, em abril, logo passaria a contar com 52, aprovando a entrada de 15 novos membros.

Cumprindo o estabelecido na reunião anterior, na semana seguinte, em 30 de abril de 1916, a diretoria reúne-se em "sessão ordinária semanal". O expediente constitui-se de ofícios do Governador do Estado, do Secretário Geral, do Superintendente Municipal de Joinville e das associações comerciais de Florianópolis e de Curitiba, com agradecimentos pela comunicação da eleição da nova diretoria. Pela repercussão, percebe-se que a entidade encontra-se em novo patamar de respeitabilidade por parte das congêneres e das autoridades públicas.

Outra novidade é que o presidente passa a abrir as sessões da entidade reportando-se aos presentes com informações sobre as decisões tomadas na reunião anterior, dando conta das providências da diretoria em cumprimento aos encaminhamentos então deliberados. Assim, a presidência comunica que foram encaminhados telegramas ao Ministro da Fazenda, ao delegado fiscal e à imprensa do Rio de Janeiro comunicando a falta de selos na Coletoria Federal de Joinville. Em resposta, o delegado fiscal informa que "reiterou à Casa da Moeda que remetesse os selos conforme pedido feito há mais de um mês, donde se infere que a desídia foi da própria Casa da Moeda". Informa ainda que "folgava em registrar que as reclamações dessa associação produziram o desejado efeito, por quanto, já tivera aviso da coletoria de já haverem chegado estes selos pela última mala". A presidência registra que a grande publicidade da imprensa para esse problema repercutiu positivamente na decisão da entidade de passar a se reunir semanalmente para atender melhor aos interesses dos associados.

Seguindo-se os trabalhos da reunião, e por indicação do tesoureiro, João Frangenberg, decide-se pela instalação da tesouraria da entidade na sala do prédio de número 35 da Rua 9 de Março, mediante aluguel mensal de Rs 12.000$00, onde já funcionava provisoriamente. Na oportunidade foram admitidos novos sócios efetivos dentre os quais a firma Oliveira, Schlemm & Companhia. Por fim, convoca-se uma assembleia geral de associados, "devendo dar-se toda publicidade ao dia da reunião" a fim de que tenha a desejada concorrência.

A observar nesta ata, além da postura mais incisiva por parte da sua presidência, a questão dos selos que eram obtidos na coletoria local, mediante o pagamento de taxas ao governo, e aplicados na documentação de despacho de mercadorias ou em faturas a serem cobradas. O número de selos variava conforme o valor da transação. Ocorre que muitas vezes faltavam selos na praça impedindo a circulação de mercadorias e de documentos, principalmente recebíveis, que só podiam ser efetivados se devidamente selados. A falta de selo causava grandes transtornos para efetivar negócios e para liquidar notas. O comércio via-se duplamente penalizado, pelo tributo em si e pela ineficiência do seu

1916

ACJ instala sua tesouraria no prédio de número 35 da Rua 9 de Março

ACJ achega 52 filiados

arte 2021 ACIJ 7_ARTE ALBUM JOINVILLE ok.qxd 31/05/2021 16:12 Página 36

mecanismo de cobrança. Aliás, os famigerados selos persistirão até o início da década de 60, sempre com os mesmos problemas, havendo inúmeras reclamações ao longo desse período junto à Associação Comercial.

Na reunião semanal de 7 de maio, o expediente compõe-se de ofícios do Cônsul do Chile e do vice-cônsul britânico, manifestando-se acerca da eleição da nova diretoria. Os trabalhos começam com a firma Jordan, Gerken e Cia. solicitando que a "associação telegrafe ao Governo do Estado pedindo a prorrogação de mais 20 dias de prazo para o pagamento amigável da diferença que a Mesa de Rendas de São Francisco diz haver encontrado na revisão de despachos de exportação de erva-mate nos anos de 1914 e 1915." Depois de uma exposição minuciosa em que se comprovou ser justo o pedido dos associados, a diretoria resolve pela transmissão do telegrama solicitado.

O encontro semanal de 14 de maio é presidido pelo vice-presidente Otto Parucker e tem por objetivo tratar de "assuntos importantes relativo ao lançamento de impostos por parte do Coletor Estadual". Tendo em vista o reduzido número de sócios presentes, decide-se pela convocação de nova reunião na quinta-feira seguinte, às 8 horas da noite. A diretoria opta pelo convite pessoal a cada sócio, de modo a garantir boa presença. Wolfgang Ammon pediu por escrito a interferência da associação no sentido de solicitar ao Governo do Estado uma declaração minuciosa dos valores sujeitos ao Imposto de Capital. Também esse assunto ficou adiado para a reunião extraordinária seguinte.

Na assembleia geral de quatro dias depois, em 18 de maio, além dos temas anteriormente decididos, delibera-se sobre a suspensão provisória do pagamento da jóia para a entrada na entidade, como maneira de estimular a entrada de novos sócios, aprovando-se a medida pelo período de dois meses. A iniciativa demonstra mais uma faceta da nova diretoria liderada por Arthur da Costa no sentido de ampliar a abrangência societária e popularizar a entidade, permitindo a filiação das pequenas empresas para as quais o pagamento do passaporte de entrada era um item impeditivo. Vale lembrar que os valores vigentes, estipulados na assembleia inaugural de 1911, eram de 6$000 réis para os sócios ativos e passivos e 40$000 réis para firmas comerciais. A decisão também revela que a entidade busca fortalecer seu capital social em detrimento do financeiro que, conforme demonstram os balancetes anuais, são robustos, com aplicações no Banco do Comércio de Porto Alegre. Por outro lado, a entidade avança cada vez mais em um papel do qual será protagonista pelos anos vindouros, qual seja o de exercer pressão sobre as autoridades públicas para obter encaminhamentos benéficos às classes que representa. Para esse fim, o número de associados é um ativo essencial. Decide-se também pela organização de um quadro com a relação nominal de todos os associados e pela constituição de uma comissão – formada por Wolfgang Ammon, César de Souza e Augusto Urban – que passaria a angariar associados durante o período de suspensão da jóia de entrada.

Aprovou-se ainda uma representação ao Governo do Estado com pedido para que fossem declarados quais bens estariam sujeitos ao Imposto de Capital, afastando dúvidas nos lançamentos tributários. A entidade decide solicitar também a criação de uma comissão para "auxiliar o lançador", atenuando as reclamações que se apresentam e evitando injustiças. Outra comissão – composta por César de Souza, Wolfgang Ammon e Pedro Parucker – é incumbida de "acompanhar os recursos dos sócios que tenham reclamações a fazer contra o último lançamento de Imposto de Capital". Assim, a associação toma para si, de forma corporativa, a responsabilidade de contestar os lançamentos tributários considerados injustos. Conforme se percebe, vão se afigurando moldes de atuação mantidos até os dias de hoje.

Criado em 1895, para aos poucos substituir a taxação das exportações, o Imposto de Capital, enfrenta dificuldades em sua execução, já que "ninguém dá ao fisco ao menos

1917

ACJ suspende o pagamento da jóia para entrada de novos sócios, popularizando a entidade e permitindo a filiação das pequenas empresas

o valor aproximado da sua fortuna", conforme reclama o governo na *Mensagem* encaminhada por Felipe Schmidt ao Congresso Estadual, em 14 de agosto de 1917. O mesmo documento diz ainda que "o resultado desse imposto tem sido pouco apreciável, concorrendo para sua diminuição o regime de isenções estabelecidas para sua cobrança", havendo, portanto, muito a ser ajustado entre as posições do governo e dos contribuintes.

Na reunião de 28 de maio de 1916, registra-se manifestações das associações comerciais da Bahia, Santos e Porto Alegre (em junho chegaria mensagem da congênere de Belém do Pará), ainda sobre a eleição da nova diretoria, demonstrando a ampliação do raio de repercussão da entidade joinvilense, cinco anos após a sua fundação. Também por telegrama, o Governador Felipe Schmidt, concede a prorrogação de prazo para pagamento de diferenças de impostos sobre a exportação da erva-mate, conforme solicitação da associação, aprovada na reunião anterior. Embora a entidade, desde o dia da sua fundação, tenha encaminhado manifestações ao governador do estado, esta é a primeira vez que se registra, pelo menos em ata, o pronto atendimento da questão demandada, inaugurando assim, um canal direto de comunicação com o mandatário estadual, com manifestações e respostas, característica que também perdura até os dias de hoje nos encaminhamentos da Associação Comercial e Industrial de Joinville.

O próximo encontro da diretoria realiza-se somente em 23 de setembro, demonstrando a dificuldade de se manter a programação de reuniões semanais. Sob a direção do vice-presidente, Otto Parucker, discute-se a proposta em tramitação no Congresso Estadual de elevação dos impostos de indústria, profissões e bebidas. Decide-se que "em virtude da situação precária em que se encontram a indústria e o comércio em geral", a associação deve telegrafar ao governador "pedindo sua interferência no sentido de evitar o projetado aumento". Fica resolvido ainda encaminhar telegrama no mesmo sentido aos deputados Arthur Ferreira da Costa, Otto Boehm e Procópio Gomes de Oliveira, representantes de Joinville no Legislativo Estadual, protestando contra a proposta. Note-se que os três são filiados à associação, sendo que Arthur é o seu presidente, função exercida interinamente pelo seu vice, Otto Parucker. Na sequência dos trabalhos, Parucker aprova solicitação para que a entidade intervenha junto à municipalidade para que impeça a venda de fazendas (tecidos) e outros artigos aos domingos, por parte de mascates, "uma vez que o município proíbe a abertura do comércio aos domingos e feriados". Emílio Stock é indicado para tratar do assunto com as autoridades municipais.

A alegada "situação precária em que se encontram a indústria e o comércio em geral", deduz-se, é decorrente dos empecilhos causados pelas "restrições de guerra" que atingem boa parte dos estabelecimentos de Joinville. Deve-se registrar que os recorrentes protestos do setor produtivo contra o imposto de exportação começa a fazer eco no Governo do Estado. Segundo o próprio Governador Felipe Schmidt "não se pode negar que esse imposto seja um entrave à livre expansão do movimento comercial, sendo hoje generalizada a tendência para sua supressão". Porém ele argumenta que "a supressão ou redução sequer desse imposto (de exportação), agora, produziria um desequilíbrio orçamentário de grande consequências". O que o governo deseja é um acordo com o setor produtivo, trocando um tributo por outro menos danoso à exportação: "O imposto sobre capital foi instituído com o fim de preparar o terreno para a diminuição das taxas de exportação, até reduzi-las a simples taxas de expediente", disse o governador em sua mensagem aos deputados em 1917.

Na reunião de 5 de novembro de 1916, Arthur da Costa, que volta a presidi-la, relata que o governo baixou um decreto reorganizando a Junta Comercial do Estado, orientando aos juízes de direito para que não registrassem livros comerciais de firmas que não tivessem os seus contratos devidamente legalizados na junta. Antecipando-se aos desdobramentos da medida, Arthur, que se encontrava em Florianópolis na oportunidade, na

arte 2021 ACIJ 7_ARTE ALBUM JOINVILLE ok.qxd 31/05/2021 16:12 Página 38

qualidade de deputado, solicita prazo para regularizar os contratos não legalizados. Assim, propõe à diretoria que a entidade convoque pela imprensa a todos os associados que se encontrem nessa condição, aos quais daria instrução sobre os procedimentos e levaria pessoalmente a documentação a Florianópolis. Aqui temos Arthur agindo com dupla função, como presidente da associação e como deputado estadual.

Transporte coletivo

Wolfgang Ammon sugere que a associação solicite intervenção do Conselho Municipal no sentido de evitar que a Empresa Ferro Carril Joinvilense se retire da cidade, como pretendia fazer, empobrecendo o setor. A Empresa Ferro Carril Joinvillense, que tem como sócios Gustavo Grossenbacher, Adolf Trinks, Luiz Ritzmann e Bernhard Olsen, foi constituída com um capital de 85 contos de réis. Em maio de 1910, chegaram da Europa 4.500 metros de trilhos e oito bondes a tração animal, contendo cada carro seis bancos com lotação para 16 pessoas e mais oito carros para carga. A 29 de janeiro de 1911, inaugurou-se a primeira linha de bondes – um marco na história de Joinville – com extensão de sete quilômetros. Os veículos transitavam das seis da manhã até às 21 horas, a cada 20 minutos. A empresa entra em dificuldades pela diminuição de passageiros – após a curiosidade inicial, a população reduziu sua utilização – e pelas restrições sofridas para importar peças de reposição da Alemanha, devido à guerra, agravando suas condições operacionais.

Serviço de bonde atende ruas centrais de Joinville, de 1911 a 1917

Dois itens ainda são tratados nessa reunião: o estabelecimento de uma linha telegráfica entre Joinville e São Francisco do Sul e a aquisição de uma draga para serviços no Rio Cachoeira, "assuntos que esta associação tomara a seu patrocínio", conforme registro em ata. Em sua passagem por Florianópolis, o presidente da entidade foi informado de que o estabelecimento da linha de comunicação independia de licença do Governo Federal. Quanto à dragagem, a entidade aguardava por catálogos e projetos para dar continuidade à ação em prol do serviço. Estas duas questões – comunicação e transporte – vão estar presentes na agenda da entidade ao longo de todo o século de atividades da Associação Comercial, como veremos. Chama atenção a condição da entidade "tomar a seu patrocínio" esses assuntos. Eis aí, mais uma sistemática que vai fazer parte do cotidiano da associação, que assume determinadas demandas de interesse da comunidade e não necessariamente de seus associados, e por elas advoga até que sejam atendidas.

Algo inusual ocorre na reunião da diretoria de 10 de dezembro de 1916. Um grupo de industriais de Joinville, trazido pelo associado Emílio Stock, participa do encontro para fazer "várias consultas de seu interesse comercial, sendo todos atendidos pelo Sr. presidente." São eles: Henrique Meyer, Max Colin, Paulo Delitsch e Guilherme Meyer.

Em 31 de dezembro, a diretoria volta a se reunir para discutir medidas que permitissem a permanência da Empresa Ferro Carril Joinvilense na cidade. A empresa Trinks sugere sua transformação em Sociedade Anônima, por ações, e propõe que se forme uma comissão para estudar melhor a situação e apresentar relatório em uma reunião popular que a diretoria convocaria para o próximo domingo, às 4 horas da tarde, no Salão Berner. O que foi aceito. Formaram a comissão Wolfgang Ammon, César Pereira de Souza e Arthur da Costa.

A incorporação foi tema da reunião da diretoria de 11 de janeiro, quando se definiu que o resultado da comissão seria submetido ao exame da Associação Comercial antes de ir à assembleia popular. Assim, a 4 de fevereiro, a comissão especial reuniu-se com a diretoria para apresentar as propostas da incorporação. Porém, nova reunião foi marcada para às 20 horas do dia seguinte, com ampla divulgação, a fim de se chegar a um parecer definitivo. O fato é que o tema continuou ocupando a comissão por todo o mês de fevereiro e março.

Reunida em primeiro de abril de 1917, a diretoria faz o seguinte balanço do caso: "A comissão especial nomeada por esta associação para proceder os estudos de reorganização da Empresa Ferro Carril Joinvilense se desobrigou satisfatoriamente dessa incumbência oferecendo um modelo de Estatuto da futura empresa e um relatório dos estudos e das conferências havidas com os poderes municipais, dando por finalizada a missão restando agora ao comércio e a população (...) a subscrição de ações para que o plano de organização dessa sociedade anônima possa vir a ser uma realidade".

A imprensa local repercute os trabalhos em favor da Ferro Carril. Sob o título de "Associação Comercial", a *Gazeta* do dia 17 de março, traz a seguinte nota:

> A comissão especial, escolhida sob os auspícios da Associação Comercial para estudar as bases de reorganização da Empresa Ferro Carril Joinvillense, realizou, ontem à noite, na sede da Associação, a sua reunião final, sendo lidos os estatutos e a exposição dos trabalhos, pela qual se evidencia que a comissão deu cabal desempenho ao encargo de que foi incumbida, restando, agora, somente, aos senhores subscritores corresponderem à expectativa de que tal empresa será devidamente amparada pelo público Joinvillense.
>
> A comissão teve conferências com o Sr. Superintendente Municipal e com a Comissão de Obras Públicas e de Finanças da Câmara, obtendo para a nova empresa a ser organizada, em substituição da atual, não só a continuação dos favores vigentes, como diversos novos, que virão, certamente auxiliar o êxito da empresa projetada.
>
> Em meio dos trabalhos da Comissão Especial não deixou de ser notado um certo indiferentismo por parte de muitos elementos que deviam animar empreendimentos de tal natureza, elementos que fazem parte da Associação Comercial, que tomou sob o seu patrocínio a organização da futura sociedade anônima; é de esperar, entretanto, que no momento da subscrição haja mais interesse pelo amparo e manutenção de um serviço de tamanha utilidade para o público de uma cidade, como é o da linha de bondes.
>
> A Associação Comercial fez no caso tudo o que estava ao seu alcance e a missão de que foi incumbida está honrosamente terminada.
>
> Resta agora a ação do público joinvillense.
>
> (*Gazeta do Comércio* 17/3/1917 – nr. 12 – ano 4 – p. 2)

O Relatório de 1917 da Intendência Municipal traz a seguinte menção à empresa:

> O serviço de bons não se executa com a normalidade indispensável; o horário é demasiadamente espaçado, e o material deteriora-se; porém diante do empenho de certa corrente da população em proporcionar à Empresa os elementos de que carece para o seu revigoramento, tenho transigido com semelhante mal-estar até ver que solução tomam as propostas em exame atualmente, para que não pereça esse serviço que de fato é útil à cidade.
>
> Esta Superintendência concorrerá, de sua parte para que à Empresa seja dispensada de qualquer ônus municipal.
>
> Abdon Batista, em "Balanço Geral da Receita e Despeza do Governo Municipal de Joinville referente ao exercício de 1916"
>
> (*Gazeta do Comércio*, 3/3/1917-nr.10 – ano 4 – capa e p. 2)

Chama atenção o tom áspero da nota, deixando transparecer que a disputa existente entre os teuto-descendentes e os luso-descendentes também se verifica dentro da Associação Comercial. Embora não venha à tona, há uma campanha popular contra a

arte 2021 ACIJ 7_ARTE ALBUM JOINVILLE ok.qxd 31/05/2021 16:12 Página 40

empresa pelo fato de seus proprietários constarem da "lista negra". Em 14 de abril, a *Gazeta do Comércio* traz a informação de que os sócios da empresa comunicaram à Superintendência Municipal que os bondes deixaram de funcionar, e que os trilhos seriam retirados das ruas. Mas ainda não é o fim. Em maio, os sócios Grossenbacher e Trinks retiram-se da empresa, que fica 100% na mão do terceiro sócio, Bernardo Olsen que, em 12 de maio, publica o seguinte apelo na *Gazeta*: "participo ao respeitável Comércio desta praça e ao público em geral, que no dia 15 do corrente mês começará novamente a funcionar a linha de bondes nesta cidade, esperando ser protegido pelo público e comércio". É anunciado também um inédito "serviço de transporte de encomendas" que os bondes passaram a fazer.

Apesar do envolvimento da entidade e dos esforços não foi possível salvar a Ferro Carril Joinvilense. Com prejuízos de um conto de réis por dia para manter os bondes transitando, em 28 de agosto de 1918, Bernardo Olsen participa "ao Comércio e ao respeitável público que devido a circunstâncias de força maior o tráfego dos bondes no dia 1º de setembro em diante deixará de funcionar". O fato é fartamente lamentado pela imprensa local que o qualifica de retrocesso que penaliza principalmente a população mais pobre. O jornal *Correio do Norte* lembra que a Associação Comercial organizou os estudos para que fosse constituída uma sociedade anônima e endereçou um memorial ao Conselho Municipal. "Entretanto, uma atmosfera de indiferença generalizada, digamos assim porque assim foi, não permitiu que se levasse avante coisa alguma" (*Correio do Norte*, 29/8/1918 – nr. 31 – ano I, p. 2)

Em 15 de abril de 1917, é realizada assembleia geral extraordinária para eleição da nova diretoria e a prestação de contas da entidade. Porém, não é atingido o quórum mínimo necessário para esse fim, sendo convocada nova assembleia para o dia 29 de abril. Na ocasião, é aceito como sócio Eduardo Schwartz, jornalista dos mais destacados na história da imprensa local, diretor de vários periódicos como a *Gazeta do Comércio* e o *Jornal de Joinville* que circulou de 1919 até 1980. Na assembleia de 29 de abril, foi eleita a seguinte composição para a diretoria: presidente, Arthur Ferreira da Costa; vice-presidente, Wolfgang Ammon; primeiro secretário, Pedro Schuck; segundo secretário, Henrique Jordan; tesoureiro, Otto Boehm; comissão fiscal: Emílio Stock, Hermann Lepper e Alexandre Schlemm. Foram aceitos os sócios Annibal Macedo e Miguel Bechara. Conforme dados da *Gazeta do Comércio*, Joinville tinha nessa época 31.700 habitantes (incluindo os distritos) e 373 empresas entre comércio e indústria.

A primeira greve

Em 23 de julho de 1917, tem início a primeira greve operária em Joinville – embora no ano anterior tenha havido algumas "agitações", não houve paralisação – encerrada em primeiro de agosto com um acordo entre patrões e empregados. Estranhamente, não há registros no livro de atas da Associação Comercial sobre o assunto. Levando-se em conta que os acontecimentos de 1916, de menor escala, foram debatidos pela instituição e devidamente registrados, tomando-se inclusive as decisões de igualar os salários e de criar uma lista com os trabalhadores "agitadores", é de se supor que a entidade também tenha sido acionada nesse episódio, que diz respeito diretamente aos seus associados.

A *Gazeta do Comércio*, na sua edição de 4 de agosto de 1917, comenta que "Os industriais e comerciantes conduziram-se nessa emergência com toda razoabilidade e acabaram sugerindo ao operariado ideias de utilidades para eles as quais escaparam aos seus conselheiros que visavam antes agitações que o bem estar operário." A historiadora Iara Andrade Costa, em sua tese A *cidade da ordem: tensões sociais e controle*, qualifica como tendo sido "notável a mobilização geral dos operários de Joinville que conseguiram o comprometimento dos empregadores para lhes vender alimentos pelo preço de custo, mas, ao mesmo tempo, fez

1917

Ocorre em Joinville a primeira greve operária

com que se criassem associações de empregadores mais eficientes e mais unidades."

A mesma edição de 4 de agosto da *Gazeta* traz um manifesto aos operários apresentando em detalhes a posição dos empregadores, conforme segue:

> Ao operariado
>
> O comércio e a indústria joinvilense se dirigem ao operariado para convidá-lo a comparecer amanhã, 2 de agosto, às horas de costume, nas respectivas fábricas a fim de serem iniciados os trabalhos, voltando a cidade à tranquilidade e operosidade, habituais.
>
> Os industriais não podem fazer aumento superior ao que previamente ofereceram ao operariado, dividindo os sacrifícios ante às dificuldades do momento.
>
> Não é questão de capricho, é questão de impossibilidade.
>
> O operariado deve compreender que a sua situação já foi melhorada tanto quanto era possível, portanto, é chegado o momento de voltar ao trabalho, abandonando essa atitude que a eles próprios é principalmente prejudicial e às suas famílias, privando-as do salário de alguns dias.
>
> O comércio atacadista propõem-se a fornecer pelo preço de custo à Cooperativa Alimentar organizada pelo operariado todos os gêneros de primeira necessidade, barateando consideravelmente a vida do operário.
>
> A organização dessa cooperativa deverá ser feita sob os auspícios da Associação Comercial e do presidente do Conselho Municipal, mas com exclusão absoluta de qualquer pessoa que não pertença à classe dos operários e cuja presença em tais emergências somente traduz segundas intenções.
>
> Para isso a Associação Comercial e o Presidente do Conselho Municipal, e qualquer dos assinantes do presente apelo, estarão à disposição do operariado para combinarem a organização dessa cooperativa.
>
> Enquanto não se organizar essa instituição, os industriais, que ao mesmo tempo são comerciantes atacadistas, fornecerão, como faziam outrora, aos seus respectivos operários, pelo preço de custo, os gêneros de primeira necessidade, formando-se grupos de trabalhadores aos quais serão divididos fardos de charque, sacos de sal, farinha de mandioca, feijão etc.
>
> Com tais providências, a carestia de vida, cuja causa não cabe a responsabilidade do comércio nem da indústria, que também suportam as suas más consequências, ficará sensivelmente minorada.
>
> Diante de tais concessões que revelam boa vontade para a solução das dificuldades do momento, os operários que não comparecerem ao trabalho terão que ser dispensados, embora contra a vontade dos industriais, porquanto terão, por esta forma, abandonado os empregos e serão considerados demitidos.
>
> Comércio e indústria esperam que o operariado atenda à voz da razão e do bom senso e volte à tranquilidade e ao trabalho, fechando os ouvidos aos pregoeiros da demagogia que, não tendo comunhão de interesses com os operários, outra coisa não fazem senão fomentar agitações estéreis e perniciosas ao próprio operariado.
>
> Joinville, primeiro de agosto de 1917.
>
> Abdon Batista & Cia.
> Jordan, Gerken & Cia.
> E. Moreira & Cia.
> Henrique Meyer
> E. I. Schvartz & Cia.
> Alexandre Schlemm
> Schmalz Irmãos
> Birckholz & Klimmeck
> H. A. Lepper & Cia.
> Oscar Schneider & Cia.
> Achim & Cia.
> F. Lepper & Filhos
> Colin & Cia.

1917

ACJ organiza cooperativa para vender pelo preço de custo os gêneros de primeira necessidade

arte 2021 ACIJ 7_ARTE ALBUM JOINVILLE ok.qxd 31/05/2021 16:12 Página 42

Para se ter uma ideia do panorama socioeconômico em que se deu a greve, recorremos à mensagem do Governador Felipe Schmidt ao Congresso Representativo de 1918. Tendo em perspectiva os números do ano anterior, ele constata que "todas as classes sociais encontram-se hoje empobrecidas", mesmo aquelas que melhoraram seus vencimentos, devido ao aumento de preços "de todos os gêneros necessários à vida humana e de todos os artigos imprescindíveis à subsistência de cada família".

Efeitos da guerra

Para piorar a situação, em 26 de outubro de 1917 o país declarou guerra aos Poderes Centrais (Alemanha, Áustria-Hungria e Itália) e Estado de Sítio, ou seja, suspensão das garantias constitucionais, recrudescendo uma situação que já era insustentável de perseguição e embargo às atividades de muitas das empresas consideradas "alemãs". Baseada num enquadramento vago, e não raras vezes injusto, passam a ser vistas como "firmas inimigas". Os decretos 3.393, de 16 de novembro de 1917, do Poder Legislativo, e 12.740, de 7 de dezembro de 1917, do Poder Executivo, facultam o sequestro dos bens de súditos alemães no território brasileiro. Não tarda para seus efeitos se fazerem sentir em Santa Catarina e Joinville. A *Gazeta do Comércio*, em sua edição de 20 de fevereiro de 1918, sob o título "Os vapores e lanchas da empresa Hoepcke" traz a seguinte notícia:

> Pelo Governo Federal foi mandado fazer o sequestro dos vapores Anna e Max e outras embarcações a vela, da Empresa de Navegação Hoepcke, em Florianópolis, e do vapor fluvial Richard Paul do Sur e Richard Paul, de Blumenau.
>
> Os vapores da empresa Hoepcke já seguiram viagem para o Rio de Janeiro sob o comando de oficiais da Marinha Brasileira.
>
> O Richard Paul ainda espera ordens de seu novo comandante.
>
> Para o comércio de nosso estado esta retirada fará grande falta nas comunicações e transporte de mercadorias interestaduais.
>
> O Richard Paul, principalmente para o comércio de Joinville, Itajaí e Blumenau, que nas suas viagens semanais transportava mercadorias de um a outro porto.

Uma consequência do estado de guerra muito sentida em Joinville foi a suspensão do *Kolonie-Zeitung*, jornal fundado em 1862, por Ottokar Doerffel, que circulou em língua alemã desde então. A partir de 6 de novembro de 1917, passou a circular redigido em português com o nome de *Actualidade*, voltando às suas características originais somente em 26 de agosto de 1919 (Herkenhoff, 1987).

Em 17 de março de 1918, a Associação Comercial realiza assembleia geral para eleição de nova diretoria, que também acaba sendo adiada por falta de quórum (são apenas nove presentes), para o dia 18 de abril de 1918. O registro importante nessa data é o pedido de Emílio Stock para que a associação solicitasse providências ao Ministro da Fazenda para que o inspetor da alfândega de São Francisco do Sul agisse no sentido de "fazer com que os despachantes gerais não se recusassem a fazer despachos para firmas nacionais, embora incluídas na Lista Negra, tratando-se de mercadoria de cabotagem". Digno de nota o fato da nefanda lista ser oficialmente aceita e com tentáculos cada vez maiores, interferindo até na troca de mercadorias nos portos nacionais.

A nova assembleia geral elegeu a seguinte diretoria: presidente: Procópio Gomes de Oliveira; vice-presidente, João Gomes Ribeiro; primeiro secretário, Emílio Stock; segundo secretário, Henrique Jordan; tesoureiro, Otto Boehm; comissão fiscal; Alexandre Schlemm, Hermann A. Lepper e Eugênio Moreira. Coincidindo com a derrota alemã na guerra, esta é uma diretoria luso-brasileira. Nesta ata há dois indicativos da situação financeira da entidade. A associação declina da proposta de publicação de seu relatório do último ano, devido "à situação financeira em que se encontra" e o tesoureiro relata que há sócios que estão em grande atraso com suas mensalidades. Decide-se pela intimação para a quitação do débito sob pena de exclusão dos quadros societários daqueles que não o fizerem. Outro detalhe é que as reuniões de diretoria têm sido feitas na sala da tesouraria, desde em um espaço alugado para esse fim, e não mais no Clube União Joinville, marcando, assim, a primeira sede da entidade. A inadimplência dos associados certamente é um reflexo dos tempos difíceis trazidos pela guerra.

Procópio Gomes de Oliveira nasceu em Joinville, em 1859. Iniciou a vida profissional no comércio, no Rio de Janeiro. Voltando para Joinville, constituiu sociedade com Antônio Augusto Ribeiro em uma pequena firma de exploração da erva-mate, que se tornaria a Procópio Gomes & Cia., mais tarde, transferida para a Jordan, Gerken & Cia. Foi sócio da Empresa de Luz e Força, até 1929. Duas vezes governou o município como superintendente, de 1903 a 1907 por indicação e, na segunda, de 1911 a 1914, vencendo pleito em que concorreu com Otto Boehm, que o antecedera na primeira vez, ambas pelo Partido Conservador. Sua ação no governo granjeou-lhe popularidade pelas realizações: hospital municipal, mercado público, cais do porto, aterro da praça em frente ao mercado, canalização da água, construção de estradas, pontes e vias públicas. Foi deputado estadual e recebeu patente de Coronel da Guarda Nacional, vindo a falecer em 1934. Presidiu a ACJ em cinco gestões consecutivas, entre 1918 e 1923.

Em 25 de abril, quando Procópio Gomes de Oliveira toma posse como presidente, Emílio Stock pede exoneração do cargo de primeiro secretário por motivos "independentes à sua vontade", sendo eleito para seu lugar João Dias de Paiva. Assim, com João Gomes Ribeiro na vice-presidência, forma-se a primeira trinca de lusos à frente da diretoria da associação. Dentre os motivos de Emílio Stock, certamente figuram os dissabores provocados pelas restrições impostas às firmas e empresários de origem alemã, conforme se depreende da sua última intervenção na entidade, protestando contra a "Lista Negra". Aliás, a política de perseguição foi abordada pelo Governador Hercílio Luz, em sua fala ao Congresso do Estado, após o fim das beligerâncias, nos seguintes termos: "Não foi fácil combater essa mesquinha campanha de difamação que, em última análise, criava em torno do nome catarinense uma situação moral insustentável."

Em novembro de 1918, a guerra termina. Apesar dos desdobramentos negativos sofridos em Joinville, principalmente nos dois últimos anos, no cômputo geral o conflito acabou por beneficiar o desenvolvimento socioeconômico local. A Alemanha entrou na guerra como império e saiu "exausta, retalhada, devastada e com imensas dívidas a pagar" (Herkenhoff, 1989). A derrota, por estranho que pareça, contribui para o desenvolvimento local. Verificou-se então um extraordinário movimento migratório, em especial para localidades habitadas por alemães, como Joinville. A historiadora escreve que:

> Aquele movimento imigratório foi altamente significativo para a nossa evolução socioeconômica, devido ao número relativamente elevado de mão-de-obra especializada em processos então recentemente desenvolvidos na Europa e pouco divulgados no Brasil, e pela contribuição valiosíssima nas áreas das ciências, dos esportes e das artes (Herkenhoff, 1989).

É sabido que a Primeira Guerra Mundial reduziu a disponibilidade de produtos no mercado internacional, diminuindo a concorrência e possibilitando um surto de industrialização em países periféricos como o Brasil. As indústrias de Joinville aproveitaram esse momento expandindo seus mercados (Rocha, 1997). Elly Herkenhoff, que viveu esse período, conta que "a fase compreendida entre o fim da Primeira Grande Guerra na Europa e o início da campanha da Nacionalização no Brasil (1937) constituiu o que deve ser considerado a *belle époque* no lado de cá do Atlântico. Foram anos repletos de inovações e reformulações nos campos da Arte, da Literatura, da Ciência e do próprio comportamento humano".

Se comparadas as exportações de antes e depois da guerra, percebemos um salto gigantesco, que espelha o significativo aumento de nosso parque fabril. Em 1914, as vendas para

1917
Brasil declara guerra à Alemanha

1918
O 13º Batalhão de Caçadores se estabelece em Joinville
Procópio Gomes de Oliveira é eleito presidente da ACJ

arte 2021 ACIJ 7_ARTE ALBUM JOINVILLE ok.qxd 31/05/2021 16:12 Página 44

fora do estado somaram 8.669:267$479. Já em 1918, Santa Catarina exportou 25.876:225$732, sendo 20.157:354$090 para outros estados brasileiros e 5.718.871$637 para o estrangeiro. Ou seja, mais que triplicou em quatro anos, enquanto no quadriênio anterior, 1910 a 1913, o aumento foi de 50%. Em 1919, a exportação para o exterior será de 10.481:232$171, dobrando em relação ao ano anterior.

No plano interno da Associação Comercial, tudo transcorre dentro da rotina, até que, em 12 de janeiro de 1919, o presidente Procópio Gomes de Oliveira resolve renunciar ao cargo alegando que "a isso se viu forçado por ter havido, no dia 5 do corrente, uma reunião de industriais sem a prévia comunicação do presidente". Percebe-se um esvaziamento da diretoria, pois, desde junho de 1918, são registradas 15 reuniões abertas e encerradas em seguida por falta de assunto. Por outro lado, como demonstra a atitude de Procópio Gomes, os industriais de origem alemã se articulam paralelamente. Manifesta-se Afonso Lepper em seu nome e de seu pai, Germano Lepper, dizendo não haver motivo para a renúncia, garantindo "não ter havido intuito de melindrar a autoridade do presidente com a referida reunião" e sim preparar serviço a fim de apresentar à associação. Reconhecendo a justa queixa de Procópio Gomes, pede que para o bem da entidade, reveja sua decisão. Max Lepper, Henrique Jordan e Ernesto Schlemm, que participaram da reunião endossam a proposta que, aprovada, foi transmitida ao "Coronel Procópio Gomes", que já na reunião seguinte, volta a dirigir os trabalhos da entidade, seguindo-se a rotina de se encerrar as reuniões logo que abertas por "nada haver a tratar", até a assembleia para eleição de nova diretoria, em 23 de março de 1919.

1914	8.216.669$979
1915	12.581.003$336
1916	13.017.652$007
1917	20.840.709$899
1918	25 876.225$732
1919	34.795.557$471
1920	37.799.244$979
1921	31.957.776$807
1922	42.891.817$374
1923	57.762.372$244

Evolução das exportações catarinenses, entre 1914 e 1923

Por falta de quórum na primeira convocação, a eleição desse ano se daria somente em 6 de abril, sendo reeleita a mesma diretoria para mais um mandato. Novos sócios contribuintes são aprovados: José Maia, Zake Iabhag e Cia., Arthur Cesar, Ernesto, Pinto e Cia., Domingo da Nova e Filhos, estabelecidos em Mafra e Rio Negro (PR); como sócios solidários Iung e Filhos, Le Beuts e Standard Oil Co.; sócios contribuintes H. Douat & Rosa, Marcos Görrensen e o Banco do Brasil. Em seguida, declarando insuficientes as cláusulas do estatuto, diante do desenvolvimento do comércio local, foi constituída uma comissão para elaborar novo regimento, composta por: Henrique Jordan, João Gomes Ribeiro, Otto Boehm, João Dias de Paiva, Arthur Ferreira da Costa e Afonso Lepper.

Em 18 de maio, nova reunião da diretoria, com a presença de vários sócios, "tem por fim trocar ideias sobre os operários". Diante da relevância do assunto decide-se pela constituição de uma comissão para estudá-lo e apresentar um parecer. A anotação do tema, no livro de atas, é bastante vaga mas, pelas notícias de jornais, ficamos sabendo tratar-se de novo movimento reivindicatório por parte dos trabalhadores, já que no encontro da semana seguinte, em 25 de maio, o presidente abre a reunião informando que o Caso Tüllemann "está por enquanto liquidado em vista das explicações dadas pelo mesmo", por isso deve-se aguardar pelo seu procedimento e que, "no caso de continuar a promover as agitações, serão pedidas as providências de direito". Max Lepper, em nome das firmas M. Lepper & Cia. e Mayerle & Cia., solicita que a entidade intervenha junto ao governo para rever as taxas de exportação de fósforo "que são por demais elevadas" impedindo a exportação desse produto. Bem como solicitou que a entidade buscasse suspender a proibição de transporte de fósforo por parte da Companhia Nacional Costeira, por se tratar de

produto inflamável. Essa questão apresenta-se solucionada já na reunião seguinte, em primeiro de junho, enquanto as taxas de exportação mereceram apenas "ponderações por parte da Fazenda Estadual" sem que fossem reduzidas. Nesta ocasião aprova-se a entrada da empresa Hoepcke Irmãos e Cia. como sócia contribuinte.

Quanto ao caso Tüllemann, o *Jornal de Joinville* de 22 de maio, sob o título "Pretensões dos operários", relata:

> Sr. Tulemann parece que veio a essa cidade propositadamente para promover greves, uma comissão de operários fez aos donos de fábricas as seguintes exigências:
>
> 8 horas de trabalho
>
> Aumento de 30% dos salários
>
> Salário mínimo para trabalhadores auxiliares de 4$500
>
> (O chefe da crise foi preso e levado a Florianópolis ocasionando o fracasso do movimento)
>
> No domingo a Associação Comercial reuniu-se para discutir o assunto.
>
> Tratou-se nessa reunião da carestia de vida entre nós, pois, em comparação com os preços de São Paulo e Rio, os nossos gêneros de primeira necessidade são mais caros.
>
> Como, porém, sanar essas dificuldades de vida do nosso operário?
>
> A ideia de fixação de preços pela municipalidade, não sendo aceito, resolve criar uma comissão para:
>
> a) a melhor maneira de tratar os interesses dos operários, principalmente na parte referente aos exorbitantes preços dos gêneros de primeira necessidade;
>
> b) organização de uma associação de amparo aos operários e as suas famílias em caso de enfermidades;
>
> c) conseguir dos poderes municipais a diminuição dos impostos sobre terrenos e casas dos operários ficando a referida comissão com poderes para lembrar outras medidas tendentes à melhoria da vida dos operários.
>
> Quanto à diminuição das horas de trabalho a assembleia considerou conveniente aguardar-se a votação de projeto ora em elaboração no Congresso Nacional sobre a regulamentação do trabalho para todo o país.

Sob o tema "proteção aos operários", a questão permanecerá sendo tratada, tendo desdobramentos na reunião de diretoria de 9 de junho. Na oportunidade, João Gomes Ribeiro, representando a comissão criada pela entidade para acompanhar o assunto, informa que o grupo de trabalho chegou à conclusão de que os empresários devem se unir e fundar uma "sociedade de amparo aos operários no caso de moléstia, mediante certa contribuição do operário e do respectivo patrão, com o fim especial de amparar o operário doente (...) e dar um pecúlio à família no caso de falecimento". A comissão não apresentou dados (financeiros) sobre as cooperativas a favor dos operários, mas reconhece que "são muitas as dificuldades enfrentadas". Ao final, fica estabelecida para breve uma reunião com os industriais para dar sequência ao assunto.

Uma medida prática em prol dos cerca de 3 mil operários de Joinville em 1918, decorrente da ação da Associação Comercial, é tomada pelo Conselho Municipal, em 5 de agosto, conforme reproduzido pelo jornal *Correio do Norte*, na edição do dia 6:

> Fica o Superintendente autorizado a permitir que se construam aos operários, independente das dimensões e exigências estabelecidas nas posturas municipais, nas ruas de segunda e terceira classe, construções de chalés de madeira ou edificações com o mesmo material contanto que seja de estilo moderno com ornamentações.

O jornal explica que o projeto favorece o operariado, que terá casas mais baratas, pois até então só eram permitidas casas de alvenaria, o que encarecia as construções e as locações. Uma década antes, em agosto de 1909, a *Gazeta de Joinville* já chamava a atenção para

arte 2021 ACIJ 7_ARTE ALBUM JOINVILLE ok.qxd 31/05/2021 16:12 Página 46

a carestia dos aluguéis em Joinville, que subiam acima daquilo que os ordenados dos trabalhadores podiam suportar. Já à época definindo Joinville como uma "cidade eminentemente industrial", o semanário insta as autoridades a buscarem uma solução para a moradia dos mais pobres, sugerindo para este fim que fossem construídas casas nas grandes extensões de ruas ainda desocupadas e repassadas aos trabalhadores por uma espécie de *leasing*.

A associação convida os representantes de Joinville no Congresso do Estado para participarem da reunião de 13 de julho de 1919, mas somente Plácido Gomes comparece, os outros dois, Arthur da Costa e o Coronel Alfredo de Oliveira, justificam a ausência. Os consócios, a começar por Hermann Lepper e Henrique Jordan, relatam as diversas pendências e necessidades solicitando intervenção do parlamentar, que se compromete a pleitear junto ao Governo do Estado os interesses do comércio Joinvilense. A associação também apresenta uma pauta reivindicatória a ser entregue ao governador.

A reunião da diretoria, de 27 de julho de 1919, é tomada por dois depoimentos de desagravo, ainda como resquícios da guerra. O gerente da Standart Oil Company Limited, Alexandre Grant, faz uma exposição das vendas de gasolina e querosene desde 1916, demonstrando "cabalmente que absolutamente não protegeu quem quer que seja, distribuindo sempre o estoque equitativamente; devendo estar limitada a venda por haver pouca quantidade desse produto no mercado brasileiro, espera que seus consócios verifiquem a lisura de seu procedimento que não autoriza as improcedentes acusações levantadas contra si e que já constam de telegramas e cartas dirigidos respectivamente à imprensa do Rio de Janeiro e ao executivo central da Standard Oil, em São Paulo." Em seguida, foi a vez de Gustavo Richlin rebater um telegrama passado pela imprensa do Rio contra o bom nome da sua casa, demonstrando ter vendido o querosene a quem quis comprar e o seu segredo de ter por mais tempo o produto foi não vender por atacado, mas em pequenas porções. Declarou que a sua casa comercial estava às ordens para comprovar que não há estoque do produto.

Aspecto da Estrada Dona Francisca, por volta da década de 20

De agosto de 1919 a novembro de 1920, período em que completa a primeira década de atividades, a entidade fica imersa numa grande calmaria. As únicas demandas registradas partem do Governo do Estado que pede ajuda para articular com os ervateiros uma campanha de divulgação do mate na Europa, à qual o setor demonstra total desinteresse; e um pedido para a ampliação dos armazéns da estrada de ferro na estação de Joinville, visto que os existentes não comportavam mais "o extraordinário aumento de mercadorias." Nesse ínterim, é realizada a eleição da nova diretoria, em 25 de abril de 1920, em segunda convocação, com os seguintes integrantes: presidente, Procópio Gomes de Oliveira; vice, João Gomes Ribeiro; primeiro secretário, João Dias de Paiva; segundo secretário, José Navarro Lins; tesoureiro, Paulo Mayerle; conselho fiscal: Henrique Jordan, Emílio Stock e Otto Boehm. A situação é tal que, em 28 de novembro de 1920, o presidente diz que não tem sentido lavrar atas das reuniões uma vez que "não tem havido reclamações" por parte dos sócios. As nove reuniões seguintes, até 3 de abril de 1921, são encerradas por ausência de pauta.

Em 24 de abril de 1921, em segunda convocação, é realizada a assembleia geral para eleição de novos diretores, que fica com a seguinte composição: presidente, Procópio

1919

Eduardo Schwartz funda o *Jornal de Joinville* — Fundação do Laboratório Catarinense, em Curitiba

Gomes de Oliveira; vice, Henrique Jordan; primeiro secretário, João Dias de Paiva; segundo secretário Max Lepper; tesoureiro, Paulo Mayerle; conselho fiscal: Emílio Stock, Eugênio Moreira e Afonso Lepper. O esvaziamento da entidade se aprofunda e o próximo registro no livro de atas, datado de 21 de agosto de 1921, traz a a seguinte situação: "Não tendo comparecido sócios às reuniões anteriores, o sr. presidente determinou que não havia necessidade de se lavrar ata, mandando lavrar esta para que ficasse registrada a determinação acima." Fica a dúvida se não há um mudo boicote à presidência de Procópio Gomes.

Em 23 de outubro, sopra uma brisa capaz de reanimar as disposições para novas contendas: um telegrama da Associação Comercial de São Paulo convoca os colegas de Joinville para que intervenham junto à bancada federal de Santa Catarina com um apelo para "votarem contra a lei sobre lucros comerciais". A mesma solicitação viria, dias depois, da Associação Comercial de Florianópolis. Nesta ocasião, toma-se a decisão de alugar uma nova sala para a entidade, ao custo mensal de 60.000 réis, e discute-se a necessidade de aumentar o valor da mensalidade dos associados. Em novembro, será a vez da Associação Comercial do Rio de Janeiro pedir apoio à congênere joinvilense, na tentativa de "garantir os lugares de seus empregados quando convocados para o exército nacional".

Estrada da serra

A 1º de novembro de 1921, reúnem-se os consócios em assembleia para aprovar a elevação das mensalidades para 2.000 réis, decidindo-se também que a entidade buscaria novos sócios correspondentes. Mas o assunto palpitante nesse dia é a reconstrução da Estrada Dona Francisca. Por telegrama, o Governador Hercílio Luz informa a retomada das obras. Porém, o empreiteiro, João de Oliveira, queixa-se que não recebeu pelos serviços prestados, desde o ano anterior e, não tendo recursos particulares que permitissem sua continuidade, suspendeu os trabalhos. Decidiu-se, então, pela solicitação ao Diretor de Obras Públicas do Estado para que pelo menos mandasse consertar as pontes mais necessárias. Ficou resolvido também, publicar expediente sobre o assunto nos jornais *Correio do Povo*, *Jornal de Joinville* e *Kolonie-Zeitung*.

A questão vem se arrastando há 6 anos, já que a ACJ solicitara ao Governo do Estado a reconstrução da Estrada Dona Francisca, em 11 de maio de 1919. Em dezembro é feita nova cobrança, resultando no início dos trabalhos. Porém, em 6 de novembro de 1921, a diretoria decide telegrafar ao governador pedindo que "leve-se adiante a reconstrução da Estrada Dona Francisca que está quase intransitável", demonstrando que a obra está novamente parada.

Enquanto isso, o governo Hercílio Luz tem outras prioridades. Na sua *Mensagem* ao Congresso Representativo do Estado (Assembleia), em 1920, anuncia a construção da ponte ligando a Ilha de Florianópolis ao continente: "Para a construção dessa obra gigantesca reservou o governo, em poder dos nossos banqueiros em Nova York, os recursos necessários", registra o documento. Relata ainda que segue em ritmo acelerado a obra da Estação (Palácio) da Agronômica, uma vivenda capaz de acolher "hóspedes ilustres"; informa também que o governo contribui com o "grande e majestoso templo", que será a futura catedral de Florianópolis. O Estado vive um momento de exuberância em suas contas públicas, com um extraordinário aumento da receita que, em 1919, foi da ordem de 29%, comparado com o exercício anterior, saltando de 5,8 para 7,8 mil contos de réis. O imposto de exportação é disparado o que mais contribui para este resultado, arrecadando seis vezes mais que o segundo colocado (2,6 mil contos para 649 contos). Na lista dos produtos mais exportados estão a erva-mate (9,4 mil contos), a banha (3,9 mil contos), a madeira (3,1 mil contos) e tecidos de algodão (2,8 mil contos). Conclusão, Joinville é grande produtor em

1921

ACJ cobra reconstrução da Estrada Dona Francisca, que se encontra intransitável devido à má conservação

arte 2021 ACIJ 7_ARTE ALBUM JOINVILLE ok.qxd 31/05/2021 16:12 Página 48

todos esses itens e não há, na fala do governador, nenhuma palavra sobre a recuperação da estrada por onde passa o produto que responde por mais de 35% da arrecadação do Tesouro Estadual: A Estrada da Serra.

Ao se dirigir aos deputados, em 1921, a grande preocupação de Hercílio Luz é a construção de um porto em Florianópolis, orçado em 96 mil contos de réis, além de se ocupar com o início das obras da ponte que, futuramente, levará o seu nome. E tem mais, conforme suas palavras: "Ao assumir o governo, poucas estradas desse município eram trafegáveis. É por isso, com prazer, que declaro estarem todas as sedes dos distritos da ilha ligadas por estradas de rodagem à sede do município." Enquanto isso a "Rodovia do Mate" está praticamente intransitável. Como sinal de advertência, o crescimento das exportações, em 1920, sobe menos de 10%, a metade do desempenho do ano anterior, sendo que a erva sofreu uma retração de quase 30%, fazendo com que a renda do Estado ficasse praticamente estacionada, crescendo apenas 7% em 1920, contra 29% no ano anterior. Já em 1921, há uma queda de 17% no valor das exportações de Santa Catarina, e de 29% no volume de erva-mate vendido. Mas as obras de embelezamento da capital para comemorar o centenário da independência continuam, com macadamização e arborização de ruas e ajardinamento de praças. Em 1922, os resultados comerciais de Santa Catarina voltam a subir cerca de 27%, com a renda para o caixa do governo subindo 19%, de 8 para 9,9 mil contos.

Wetzel Industrial, à Rua Felipe Schmidt; atrás, Rua Visconde de Taunay, nos anos 20

O presidente Procópio Gomes abre a reunião de diretoria da ACJ, de 18 de dezembro de 1921, falando em "esplêndidos resultados para o nosso comércio e indústria que a associação obteve com a visita do Sr. W. Plehn, ministro plenipotenciário" da Alemanha junto ao governo brasileiro. A entidade organizou um encontro, nas dependências da usina da Empresa Elétrica do Piraí, entre o visitante e empresários locais. Dentre os assuntos consta o estudo para diminuir o valor do frete marítimo de Hamburgo ao Porto de São Francisco do Sul, já que a taxa para o porto catarinense é seis vezes mais cara que para o Rio de Janeiro. A Alemanha é o quarto destino das exportações catarinenses com 101 contos de réis vendidos em 1921 e 134 contos no ano seguinte.

Embora com tintas demasiadamente ufanistas, o *Jornal de Joinville*, em sua edição de 2 de março 1921, compõe um interessante retrato da cidade sob o título "Joinville e seu desenvolvimento":

> (...) Joinville possui indústria desenvolvida, comércio intenso, exportação considerável, importação regular, construções frequentes, instrução bem ministrada, boa higiene, clima salutar, administração municipal excelente, imprensa bem orientada, população ordeira e laboriosa, bons hotéis e teatros, hospital, asilos, autoridades justiceiras e tudo o mais que relaciona à vida de uma cidade adiantada. A arrecadação municipal de Joinville sobe a mais de 300 contos anualmente o que atesta o desenvolvimento que tem tido o município, cuja população é superior a 32 mil habitantes.
>
> O que se mais admira em Joinville é a rapidez com que empreendimentos gigantescos são levados adiante.

1921

Instalação da primeira agência do Banco do Brasil, em Joinville

A agenda externa domina os trabalhos da associação no início de 1922. Em 9 de janeiro, a Federação das Associações Comerciais do Brasil solicita que a entidade se engaje na campanha pela subscrição de bônus para as comemorações do centenário da independência. Chegam convites da Associação Comercial do Rio de Janeiro e da Sociedade Nacional de Agricultura para Joinville enviar um representante ao 3º Congresso de Agricultura e Pecuária, e da Câmara do Comércio Internacional do Brasil para a participação na Feira de Amostras de Barcelona. Em 16 de janeiro, a Associação Comercial de Blumenau pede para a congênere de Joinville interceder junto ao Governo do Estado contra a equiparação dos impostos de indústria e profissões de Joinville e Blumenau aos de Florianópolis.

Em segunda convocação, dia 23 de abril de 1922, são realizadas eleições para compor a nova diretoria da ACJ. Na oportunidade, "foram lidos vários telegramas de interesse da classe que demonstram mais uma vez a boa vontade com que é tida a nossa associação". O quadro dirigente ficou assim recomposto: presidente, Procópio Gomes de Oliveira; vice, Henrique Jordan; primeiro secretário, João Dias Paiva; segundo secretário, Augusto Faneret; tesoureiro, Curt Hermann; conselho fiscal: gerentes do Banco Nacional e do Banco do Brasil e Afonso Lepper. Os anos seguintes serão marcados por intensos e profícuos trabalhos da entidade.

Na reunião de 30 de abril, decide-se pela assinatura do *Diário Oficial da União*, que servirá como fonte para subsidiar os associados quanto aos aspectos fiscais, jurídicos e trabalhistas. Nesse encontro, discute-se também a nova exigência de guia por parte da Coletoria Estadual para despachos de pequenas encomendas. Até março, o envio de itens inferiores a 10 quilos era livre desse procedimento, beneficiando principalmente o comércio regional no encaminhamento de mercadorias ao interior pela estrada de ferro. O assunto tem tal repercussão que o Diretor do Tesouro Estadual envia o "Inspetor Gomes" a Joinville para se entender com a associação sobre o assunto. Assim, ficou combinado entre o inspetor, o coletor Francisco Faraco e a Associação Comercial que para despachos de até quatro quilos não se exigiria a guia de encaminhamento, conforme registrado em ata de 21 de maio de 1922. Em 2 de julho, "diversos industriais" solicitam que a ACJ requera junto à estrada de ferro e ao Senador Felipe Schmidt o fornecimento de vagões para o transporte de madeira. A demanda obtém resposta positiva logo em seguida. Em 16 de julho, ocorre a filiação de Luis Niemeyer à entidade.

Melhorias nos serviços de Correios aparecem na pauta da entidade desde 1913 e, em 5 de novembro de 1922, o tema volta com três solicitações: selos de valor mais elevado, que se evite a distribuição noturna da correspondência, e aumento do quadro de empregados da agência de Joinville. No dia 19, retoma-se o assunto com "o envio de um longo ofício ao administrador dos Correios em Florianópolis" reclamando da falta de selos, insuficiência de funcionários e solicitando que a distribuição de correspondências aos assinantes de caixa postal fosse feita uma hora após a chegada do trem de Curitiba. O quadro societário amplia-se em janeiro de 1923, com a entrada das firmas Mendel e Filhos Cia., Empresa Industrial Agrícola Palmital Limitada (de Garuva), João Gomes Ribeiro e Silvério Piazera. Kurt Hermann propõe que se firme um entendimento entre as entidades de Porto Alegre, Florianópolis, Curitiba e São Paulo para a permuta de informações da situação das firmas nas suas respectivas praças. Esse, no futuro, será um importante serviço prestado aos associados.

Em 12 janeiro de 1923, em reunião extraordinária convocada para tratar do aumento dos impostos estaduais, há uma prévia da futura fusão das entidades empresariais de Joinville. Nessa ocasião os diretores das Associações Comercial, dos Varejistas e o Centro Industrial expressaram contrariedade ao governador do estado quanto ao aumento abusivo dos impostos. Internamente, a Associação Comercial vive um momento de esvazia-

1922

Realiza-se a Semana de Arte Moderna, em São Paulo

Morre Abdon Batista, líder político, ex-Prefeito de Joinville e Vice-Presidente do Estado

Marinho de Sousa Lobo inicia mandato de Prefeito de Joinville

arte 2021 ACIJ 7_ARTE ALBUM JOINVILLE ok.qxd 31/05/2021 16:12 Página 50

Hans Louis Fritz Jordan nasceu em 3 de março de 1893, em Joinville, filho de Heinrich Jordan e de Jenny Luise Niemeyer, filha do antigo diretor da Colônia Dona Francisca. Hans Jordan foi casado com Rose Philipine Tamm. Comerciante e sócio da firma Jordan & Gerken Cia. Ltda, ou Heinrich Jordan & Cia. (denominação após 1917), especializada na industrialização, comercialização e exportação de erva-mate, tendo atuado também na importação e comercialização de produtos diversos. Foi presidente do Conselho Municipal de Joinville, entre os anos de 1922 e 1926. Integrou o Partido Republicano Catarinense, desde 1921. Atuou como deputado no Congresso Estadual, no período de 1923-27. Foi deputado federal por Santa Catarina, de 1942 a 1946. Preside a ACJ de 1923 a 1927.

mento. A ata do dia 23 de janeiro de 1923 não chega a ser lavrada, constando apenas seu cabeçalho. Após um salto de 16 páginas em branco, os registros no livro ata retornam com a assembleia geral para escolha da nova diretoria no dia 25 de março que, por falta de quórum, é adiada para 8 de abril, quando, pelos estatutos, as eleições poderiam ser realizadas com qualquer número de presentes. Porém, dada a baixa representatividade – há apenas seis sócios presentes – o presidente propõe nova chamada pública para o dia 14, sugerindo que os sócios fossem convidados pessoalmente para participarem da eleição. Para o ano social de 1923/1924 foi eleita a seguinte composição: presidente, Hans Jordan; vice-presidente, João Gomes Ribeiro; primeiro secretário, João Dias Paiva; segundo secretário, Rodolpho Schlemm; tesoureiro, Kurt Hermann; conselho fiscal: (Augusto Faneret) Banco do Comércio, Banco do Brasil e Ary Famik.

Após cinco mandatos consecutivos, o Coronel Procópio Gomes de Oliveira deixa a presidência da Associação Comercial de Joinville. Embora não esteja presente na assembleia que elege os novos diretores, seus pares aprovam um manifesto de agradecimento ao ex-presidente pelos serviços prestados à entidade. Foram sugeridas outras duas honrarias: a fixação da sua fotografia na parede da sede da entidade e torná-lo presidente honorário, homenagens estas que dependeriam de aprovação em assembleia específica, uma vez que não constam dos estatutos da associação. Na posse da nova diretoria, em 2 de maio, Procópio Gomes faz breve balanço das suas seguidas gestões, pontuando que a associação tem promovido o progresso "constante do comércio joinvilense". Novos sócios aprovados: M. Hilpert & Cia., Kuchnot & Cia. Industrial, e Nicolau Mäder & Cia. Presentes na reunião, exportadores de açúcar solicitam que a entidade reclame junto ao Secretário da Fazenda, Victor Konder, contra as altas taxas cobradas pela Estrada de Ferro para o transporte, o que "esmaga esse produto".

Contra a burocracia

A reunião de 23 de junho de 1923 demonstra a capacidade da entidade em resolver situações em favor dos associados. A ata expõe minuciosamente o problema criado por uma portaria do Governo do Estado que cria dificuldades para o carregamento (via estrada de ferro) de mercadorias a serem embarcadas no Porto de São Francisco do Sul, "causando despesas tanto para o comércio, quanto para o Fisco, visto que não há funcionários suficientes" para atender à demanda dos diversos carregamentos. Após expor telegraficamente a

A NOTICIA

Semanario Independente

ANNO I — JOINVILLE, 28 DE ABRIL DE 1923 — N. 11

Situação Militar

Edição nº 11 do jornal *A Notícia*, fundado em 1923

Fundação do jornal *A Notícia*, por Aurino Soares

Hans Jordan assume presidência da ACJ

situação ao Secretário da Fazenda, foi enviado a Joinville o administrador da Mesa de Rendas de São Francisco do Sul para conferenciar com a diretoria da associação. Como resultado, foi encaminhado ofício ao Coletor Estadual, ao chefe da fiscalização e ao diretor do Tesouro informando que a associação estava com a razão.

Em resposta, o presidente da entidade entidade recebeu o seguinte telegrama do Secretário da Fazenda: "As medidas sobre despacho de mercadorias por este porto, que só tive conhecimento pela sua reclamação, foram hoje tornadas sem efeitos. Fazendo essa comunicação reafirmo meu elevado apreço por essa corporação e pelo Sr. pessoalmente". Diante do "brilhante resultado obtido", decidiu-se pelo encaminhamento de telegrama com agradecimentos pela "atenção demonstrada ao comércio de Joinville", ficando "consignado em ata a confiança demonstrada pelo comércio nas ações administrativas do Dr. Victor Konder" na administração financeira do Estado. Também lavrou-se parabéns ao governo por ter um secretário "tão dedicado e competente". Novos sócios são aprovados: Alfredo Tiede, Luis Miers, Alberto Schwartz e Gerson Menezes e Cia. A pedido do comércio local, é encaminhada uma interpelação à Fazenda Federal sobre a interpretação que deve ser dada à Lei de Selos.

A 23 de julho de 23 a Associação Comercial de Joinville recebe a visita do ex-presidente da Associação Comercial do Paraná, Coronel Herculano Alves da Rocha, para tratar de assunto de interesse dos dois estados. Na oportunidade, o visitante explica como a entidade paranaense vinha encaminhando junto ao seu governo o intercâmbio livre entre os dois estados. Ficou decidido que o coronel intermediaria as tratativas entre as duas instituições para iniciarem esforços junto aos dois governos para esse fim. Trata-se de um passo da maior importância pela abrangência comercial e pela histórica aproximação, já que, uma década atrás, havia uma acirrada disputa entre os dois entes.

Engrenagem de engenho de erva-mate, do início do século 20

Outro tema que vai envolver tanto paranaenses quanto catarinenses entra em cena dia 26 de outubro de 1923, quando a Associação Comercial convoca uma reunião para discutir informação publicada no jornal O D*ia*, de Curitiba, "sobre a grave situação criada pelo protecionismo da Argentina à indústria do mate". Após intervenções dos presentes, decidiu-se pelo despacho de telegramas com protestos e pedidos de esclarecimentos às autoridades competentes. Já como desdobramento da palestra do Coronel Herculano Alves, debate-se em seguida a burocracia do fisco estadual exigindo que as guias de exportação contenham o visto do agente da estação férrea, o certificado de desembaraço e o visto do coletor das localidades de destino das mercadorias. Outra portaria determina a apresentação de documento da estrada de ferro juntamente com o despacho de mercadorias vindas do Paraná, o que vem dificultar em muito o intercâmbio entre os dois estados.

Para tratar do assunto, é realizada uma reunião extraordinária, dia 30 de novembro de 1923, com as presenças do diretor da Fazenda, Pedro Cunha; do coletor estadual, Manoel Cordeiro; e do fiscal de exportação, Francisco Faraco. O diretor informou que estava ali para "resolver da melhor forma possível e de acordo com os interesses do comércio e do Fisco" as duas questões levantadas na reunião anterior que dificultam a atividade comercial. Após debate, o diretor da fazenda "tomou imediatamente providências neces-

arte 2021 ACIJ 7_ARTE ALBUM JOINVILLE ok.qxd 31/05/2021 16:12 Página 52

sárias, expedindo novas ordens à coletoria, regularizando de modo mais conveniente a fiscalização de mercadorias exportadas para as localidades limítrofes." Foram também tomadas medidas visando a "franca proteção do comércio catarinense, facilitando o aproveitamento dos despachos do Estado do Paraná." O Diretor da Fazenda proclama que aquela é a "prova patente que sempre se poderá contar com a solicitude do governo estadual".

Impostos unem entidades

Em 6 de dezembro, reúnem-se as diretorias do Centro Industrial, a Associação Comercial dos Varejistas, a Associação Comercial de Joinville e associados das três entidades classistas da cidade. Max Keller apresenta um memorial das duas entidades visitantes, expondo o avanço de todos os impostos estaduais e sugere que todos pleiteiem a permanência do imposto praticado naquele ano e que já sofrera enormes aumentos. Eduardo Gonçalves e Augusto Urban sugerem que as classes deveriam unir-se para enfrentar a questão. Henrique Meyer frisa que se deve ajustar o seguinte: 1) os impostos devem ficar na base daquele ano; 2) evitar que se proceda a criação de impostos novos sobre as classes comerciantes já tão sobrecarregadas; 3) formar uma comissão para verificar os lançamentos. O andamento dos trabalhos nessa reunião é mais um passo na aproximação das três entidades, 19 pessoas assinam a ata.

De fato, a grita tem toda razão de ser. A arrecadação tributária de Santa Catarina deu um salto de 27%, passando de 9,9 mil contos de réis, em 1922, para 12,7 mil contos de réis, em 1923. O desempenho é resultado do avanço nas exportações do estado que cresceram 35% de um ano para outro, com destaque para a madeira (aumento de 80%) e a farinha de mandioca, que saltou de 670 contos para 4 mil de contos de réis. Na contramão desses números, a erva-mate encerrou o ano com um volume exportado 17% menor.

Uma quarta entidade, a Associação Farmacêutica, participa do encontro seguinte, dia 13. Foram lidos e discutidos os telegramas trocados com o governo e decidiu-se pela formação de uma comissão para negociar a questão tributária com o sub-diretor da Fazenda, Gervásio Luz, formada por: Hans Jordan, Otto Colin, Roberto Schmidlin e Sérgio Vieira. No dia 17, nova reunião se realiza para relatar o resultado do encontro com Gervásio Luz, que deixou claro ser impossível a manutenção dos lançamentos nos patamares vigentes naquele ano de 1923, sendo proposto um aumento menor, de 15%. Posto em votação, foi rejeitado por 23 votos a nove, com dois em branco. Em seguida, foi aprovada proposta de aceitar um aumento de 10% ao imposto de indústria e profissões. Levado ao subdiretor o novo percentual foi repassado ao governo por telegrama.

Dia 1º, o mesmo grupo volta a se reunir tendo já a resposta do governo orientando o subdiretor a acatar a solicitação bem como montar uma comissão com um representante de cada entidade para rever os lançamentos já realizados para o exercício de 1924. Fazem parte da comissão: João Dias Paiva, pela Associação Comercia; Otto Colin, pelo Centro Industrial; Roberto Schmidlin, pela Associação Varejista e Sérgio Vieira pela Associação Farmacêutica. Nota no *Jornal de Joinville* sob o título "Questão de impostos, como procedem a indústria e o comércio de Joinville", informa a vinda de Gervásio Luz e anuncia o resultado de sua visita: "as alterações contidas na pauta da última quinzena de maio não passavam de um erro de cópia e, portanto, de um equívoco" do governo, de modo que os prejudicados seriam ressarcidos dos valores pagos a mais.

Essa é uma importante vitória, tanto pelo benefício dela decorrente, quanto pela maneira como foi obtida, numa clara demonstração de ousadia, força e união das entidades empresariais de Joinville, com benefícios para todo o estado.

Ameaça ao mate

O ano de 1924 começa com a notícia da aprovação, pelo Senado Federal, do novo "Imposto sobre a renda", uma espécie de precursor do nosso atual Imposto de Renda, inclusive sendo auferido mediante declaração dos rendimentos obtidos no ano anterior, incidindo sobre toda e qualquer natureza de renda. A notícia publicada na edição de 4 de janeiro de 1924 no *Jornal de Joinville* traz o detalhamento de aspectos legais do novo tributo e informa que as declarações estão sujeitas à "revisão dos agentes fiscais que poderão solicitar a exibição de livros contábeis, documentos de natureza reservada ou esclarecimentos, devassando a vida privada". As novas alíquotas variam de meio por cento a oito por cento.

Ainda sobre a questão dos impostos e do mate, o *Jornal de Joinville* transcreve, na sua edição de 7 de fevereiro de 1924, uma carta fazendo coro com as posições tomadas pela Associação Comercial. O texto, originalmente publicado no jornal *Gazeta das Bolsas*, por André Velker, sócio da firma R. Causter e Cia., estabelecida com negócios de mate em Rosário (Argentina), alerta para o risco que o Brasil corre de perder o domínio do comércio do produto. Segundo ele, os impostos proibitivos praticados pelos estados produtores, Santa Catarina e Paraná, para exportação da erva cancheada, estariam levando outros países, a exemplo dos Estados Unidos da América, na Flórida, a cultivar o *Ilex* (*Ilex paraguariensis*, denominação científica da erva-mate) com muito mais tecnologia e incentivo governamental na produção. "Conhecendo a pujança de capitais que põem em jogo os norte-americanos quando se trata de ganhar dinheiro, não me surpreenderia que, antes de muitos anos, em vez de vender nossa erva, a comprássemos da América do Norte," afirma.

Outra notícia do *Jornal de Joinville* a que vale a pena recorrer, para formar uma ideia do panorama da cidade à época, é o artigo "Porque aumentam as rendas públicas em Joinville", publicado em 15 de abril de 1924:

> Há dias referindo-nos ao aumento anual e progressivo das rendas públicas em Joinville quer sejam do Município, do Estado ou da União, dissemos que esse fato é resultante natural do nosso progresso vertiginoso, talvez sem precedentes na vida de Santa Catarina.
>
> E a nossa afirmação baseia-se nos fatos, na verdade das cifras.
>
> (...) Dizer-se, pois, que o aumento das rendas em Joinville é resultado de tal ou qual atitude de determinado funcionário é um erro se não se constituir, mais do que isso, em uma injustiça a um povo que tão nobremente cumpre seus deveres.
>
> Vejamos o aumento de rendas no município tomando por base a arrecadação nos últimos dois anos.
>
> | | |
> |---|---|
> | 1922 | 406:209$519 |
> | 1923 | 604:000$000 |
>
> A receita orçada para o ano corrente é de 535:000$000, mas a arrecadada excederá os 600:000$000. A coletoria estadual na cidade nos últimos 5 anos teve as seguintes receitas:
>
> | | |
> |---|---|
> | 1919 | 262:977$981 |
> | 1920 | 337:422$335 |
> | 1921 | 375:669$239 |
> | 1922 | 411:331$330 |
> | 1923 | 647:836$359 |
>
> A extraordinária diferença do ano 1923 para o ano 1922 é devida, em parte, à majoração dos lançamentos e à taxa de transmissão do Moinho Boa Vista, que orçou em 70:000$000. Na coletoria estadual de Jaraguá, deu-se o mesmo fenômeno de aumento anual de renda. A agência de Bananal, somente no primeiro trimestre desse ano, rendeu 31:254$637. A agência de Hansa rendeu:

1924 Associação obtém redução de impostos

Tem início a primeira grande crise do setor ervateiro

Fundação da Empresa Casimiro Silveira S.A.

arte 2021 ACIJ 7_ARTE ALBUM JOINVILLE ok.qxd 31/05/2021 16:12 Página 54

1921	21:469$558
1922	28:854$245
1923	41:775$707

> Relativamente às rendas federais arrecadadas pela coletoria, pelo telégrafo, pelas agências de Correio, o aumento se faz sentir na mesma proporção. (...) O aumento de rendas em Joinville não é milagre de nenhum agente do fisco: é um fenômeno natural resultante do maravilhoso surto de progresso desse município.

A assembleia geral para eleição de nova diretoria da ACJ, em 13 de abril de 1924, registra 13 presentes que, porém, não representam um terço dos associados, marcando-se nova sessão para o dia 27. A eleição em segunda convocação já é uma tradição da entidade e, na nova data marcada, realiza-se o escrutínio com a presença de 33 sócios, o que nos permite estimar o total de associados em pelo menos o dobro desse número. No ano anterior, foi necessário fazer um "arrastão" para levar os sócios à assembleia, tendo sido eleito o presidente em terceira chamada com nove votos apenas. O elevado quórum, agora, demonstra um exponencial aumento do interesse pelos trabalhos da associação. O resultado foi o seguinte: presidente, Hans Jordan; vice-presidente, Paulo Meyerle; primeiro secretário, João Dias Paiva; segundo secretário, Nicolau Mäder Jr. tesoureiro, Kurt Hermann; conselho fiscal: Eduardo Schwartz, Afonso Lepper e Hans Lange.

A escalada de representatividade fica explícita na ata de posse da nova diretoria, em 9 de maio, quando se registra a presença de "grande número de associados, autoridades, representantes da imprensa, cônsules e representantes das demais associações". Passa a ser um momento cerimonioso e solene, de cuja mesa fazem parte o Juiz de Direito, Ulisses Costa; o Superintendente Municipal, Marinho Lobo; e Procópio Gomes de Oliveira (ex-presidente da entidade, ex-superintendente de Joinville e ex-deputado). São citados ainda E. Lacourt, gerente do Banco do Brasil e o Major Navarro Lins, coletor federal. Pela primeira vez há um caráter festivo com uma cervejada após o cerimonial.

Outra novidade é que, ao tomar posse, o primeiro secretário, João Dias Paiva faz um relato das atividades da entidade no ano social que se encerrou. O diretor também aproveita a oportunidade para "desincumbir-se do compromisso assumido de convocar uma grande reunião de todas as associações comerciais e industriais da cidade, para elaborarem um memorial ao Governo do Estado, apontando defeitos e lacunas que prejudicam o comércio e de nada adiantam ao Executivo Estadual". Concluiu seu pronunciamento conclamando todos a se unirem, "a fim de, por intermédio da associação, tratar com carinho dos seus interesses".

O orador seguinte é Ulisses Costa, Juiz de Direito, mais do que isso, é o representante político do Governador Hercílio Luz em Joinville. Em sua saudação, fez um estudo do papel do comércio na política, dizendo que "homens de valor não devem ficar alheios aos destinos dos homens". Vale lembrar que Hercílio era, apesar de ser do mesmo partido, adversário de Abdon Batista, o mais proeminente político local até então, falecido em 1922, e Ulisses fora encaminhado para a cidade, em 1918, a fim de fazer-lhe frente (S. Thiago, 1988).

Podemos afirmar que esta solenidade marca definitivamente a entrada da associação em uma etapa de maior representatividade tanto política quanto social. Constituindo-se claramente como plataforma de defesa dos interesses locais e de combate às questões que são prejzudiciais à classe produtivo.

O ritmo de trabalho continua forte na reunião seguinte (18 de maio de 1924), quando são lidos diversos telegramas trocados no período com o Governo do Estado tratando, a questão da portaria 2.320, do tesouro, que aumentou "absurdamente os impostos de exportação". Outra frente de luta da entidade era contra as companhias de navegação, em

especial a Loyd Brasileiro, que queriam mudar a base de cálculo do frete da erva-mate, passando "para um metro cúbico, quando cobrava-se sobre uma tonelada". O presidente informa que, em todos os assuntos a "associação fora vitoriosa". Novos sócios são aprovados: César Pereira de Sousa e Baltazar Lepper e Cia. Industrial; Jorge Meyerle, Tilp e Boehm, Bernardo Grubba, e Geraldo & Wollf. Além disso, presidente anuncia um novo serviço: diariamente, das 17 às 18 horas, a entidade passará a atender as reclamações dos associados.

Crise nos transportes

A grande demanda entre catarinenses e paranaenses por vagões para o transporte de madeira e de erva-mate pela estrada de ferro é resultado da escalada desses produtos na pauta econômica, tanto lá, quanto aqui. Em 1924, a madeira desbancou a erva-mate como principal item de exportação em Santa Catarina, gerando uma receita de 11,6 mil contos de réis contra 6,4 da erva, que se mantém em segundo. A questão do transporte é vital para a indústria madeireira, justamente pelos grandes volumes que envolve, e o acirramento da disputa pelos carros de carga acompanha a importância desse mercado. Já em 1919, a Associação Comercial de Joinville pedia providências junto à Direção da Estrada de Ferro no sentido de dispor de mais vagões na linha de São Francisco. Pela resposta do chefe de tráfego, publicada no *Jornal de Joinville* ,em 22 de maio daquele ano, percebe-se uma concorrência entre a madeira e outros produtos para uso dos carros disponíveis:

Insuficiência do transporte ferroviário será uma constante em Joinville, por décadas

> Estou providenciando obter carros vazios para atender inúmeros pedidos. Em maior número de pedidos são para carros cobertos destinados (a transportar) mercadorias que conforme ordens superiores não poderão ser carregadas com madeira de qualquer espécie. Quanto a outras naturezas de carros estou providenciando com esforços para satisfazer (aos) industriais, atendendo sempre por antiguidade de pedido. Empenhar-me-ei para atender vosso pedido telegrama.
>
> Cordiais saudações
>
> B. Monteiro, Chefe de tráfego.

O artigo "Medidas odiosas do Sr. Inspetor de tráfego", publicado pelo *Jornal de Joinville*, em 21 de fevereiro de 1924, à parte os exageros de estilo, dá uma mostra de como andam os ânimos a respeito do assunto:

> A linha de São Francisco a Porto União é filha bastarda e desprezada da São Paulo-Rio Grande. Essa estrada não logra a menor importância nos interesses dessa linha e muito menos nos interesses da vasta e rica região a que serve. Por mais de uma vez temos tratado desse descaso irritante.
>
> Clamamos, debalde, pedindo a construção de um armazém, junto à estação do Bananal e o argumento de que serve também à estação de Jaraguá. Tudo em pura perda. A superintendência da estrada só tem olhos e só tem ouvidos para os interesses do Paraná, tão respeitáveis quanto os nossos.
>
> Não faz muito tempo houve uma grita contra a falta de carros para o transporte de madeiras.

1925

ACJ atua para resolver a crise nos transportes que prejudica a região Norte-Catarinense

Fundação da Empresa Mold Motores

arte 2021 ACIJ 7_ARTE ALBUM JOINVILLE ok.qxd 31/05/2021 16:12 Página 56

Foram tão grandes as reclamações que o próprio Governo do Estado interpôs a sua autoridade e o seu prestígio junto à São Paulo-Rio Grande e ao próprio Ministro da Viação. A Superintendência declarou que ficava à disposição do comércio de madeira 120 carros.

Para o vulto que tem tomado esse comércio, a medida não satisfazia. Remediava um pouco sem resolver a situação.

Agora, tendo assumido a inspetoria geral de tráfego o engenheiro Roberto Elling, nem mais com aqueles 120 carros contam os exportadores de madeira. Esse inspetor mandou retirar grande número desses carros para as linhas do Paraná e Itararé. Santa Catarina que se arranje. O seu comércio ficará seriamente prejudicado porque o senhor inspetor geral de tráfego entende que só os exportadores paranaenses são filhos de Deus. A quem devemos apelar? A São Paulo-Rio Grande é surda como um rochedo e a sua fiscalização ou vai no embrulho ou não é atendida.

Ainda sobre a disputa de vagões para o transporte de madeira o mesmo jornal volta ao assunto em 25 de abril, sob o título "Transporte de madeiras – A Associação Comercial do Paraná e os madeireiros catarinenses", com o seguinte artigo:

Em virtude do acordo entre os madeireiros da linha São Francisco-Porto União e a superintendência da São Paulo-Rio Grande, o serviço de transporte de madeira passou a ser feito permanentemente nessa linha por 120 vagões.

Não é o bastante para as necessidades do comércio exportador, tanto assim que ao longo de toda a linha existem vultuosos depósitos de madeira aguardando transporte. Mas, como poderia ser pior, os madeireiros da linha São Francisco-Porto União levantaram as mãos para o céu em agradecimento a Deus e ao Senhor Ignácio Martins pela graça concedida. Agora, os madeireiros do Paraná podem agitar-se em um movimento contrário querendo estabelecer um novo critério para a distribuição dos vagões.

(...) É publicamente notória a deficiência do material rodante da estrada de ferro, não correspondendo em absoluto ao volumoso comércio que se faz em todo o Norte do Estado.

(...)

A nós de Santa Catarina cumpre também o dever de defender os nossos próprios interesses, repelindo intervenções indevidas em nossa economia, como essa que tentam exercer contra nós, os madeireiros do Paraná, amparados pela Associação Comercial de Curitiba. (...) Essa associação vem estendendo, há muito, a sua atuação por algumas localidades do Norte catarinense promovendo a fundação de outras associações que ficam subordinadas à sua orientação econômica – por enquanto – e política, mais adiante.

A Associação Comercial de Joinville compreendeu em tempo a manobra e já fez sentir o seu protesto junto aos altos poderes públicos do estado. Que igual compreensão tenham os nossos patrícios de São Bento, Mafra e Porto União, e formem a liga indestrutível em prol dos interesses do seu comércio e do estado.

O gargalo do transporte é um fator limitador do desenvolvimento em todos os tempos e continua sendo nos dias atuais, mesmo em face de realidades tão diversas.

Em 1924, o *Jornal de Joinville* fazia o seguinte lamento, que guarda espantosa atualidade: "É grande a exportação do estado e maior seria se tivéssemos transporte. Há transporte, mas insuficiente, em vista do grande vulto que tem tomado a nossa lavoura e indústria." Se o transporte ferroviário é alvo de reclamações constantes, o fluvial também enfrenta problemas, conforme noticia o *Jornal de Joinville*, em 13 de agosto de 1924:

(...)

Dia a dia vai se notando, cada vez mais, a necessidade de melhorar a comunicação marítima do nosso porto com o de São Francisco.

Um porto como o nosso, com uma enorme exportação para quase todas as praças do país e estrangeiro, não pode ficar como está.

Atualmente, a navegação do principal rio do Norte do estado, grande escoadouro das nossas mercadorias, está sofrendo um enorme revés ante as contínuas baixas das marés.

Nesta época de marés grandes, o Rio Cachoeira tem estado baixo, como há muito não se vê.

As coroas aparecem por todo lado.

O próprio canal já não é suficiente para a navegação, parte dele já está obstruído pelas coroas.

Nestes últimos dias, os vaporzinhos da empresa estão fazendo somente uma viagem de ida. Um vai e outro vem na mesma maré.

Quanto prejuízo poderá ser sanado se os poderes competentes tomarem a peito esta justa aspiração do comércio joinvilense?

Aliás, a saturação do modal ferroviário ocorre pela crescente demanda, resultado da produção catarinense, e também pela limitação do transporte embarcado.

Em 18 de janeiro de 1925, ao fazer um retrospecto do ano recém-findo diante dos resultados obtidos, a diretoria da ACJ chega à conclusão de que ficou comprovada "a grande utilidade da associação para o comércio e indústria". A questão do transporte volta à agenda da associação em fevereiro, sendo realizada uma sessão extraordinária, no dia 11, com a presença do Superintendente Municipal, Marinho de Souza Lobo, para tratar da "anormal crise do transporte ferroviário." A primeira medida aprovada é a emissão de telegrama ao governador para que intervenha no sentido de debelar a crise na linha a São Francisco do Sul. Também se decide convidar os presidentes do Centro Industrial (Max Colin) e da Associação Comercial dos Varejistas (Roberto Schmidlin) para participarem das medidas adotadas. O superintendente se comprometeu a empregar todos os esforços no sentido de cooperar com a entidade para resolver o problema, discutindo diretamente com o Governo do Estado e com o diretor da Estrada de Ferro, Moreira Garcy.

A imprensa local dá grande repercussão ao caso. Na edição de 11 de fevereiro de 1925, o *Jornal de Joinville*, sob o título "A falta de transportes – Uma memorável assembleia" diz que o assunto vem preocupando o comércio exportador do município e de todas as localidades do Norte do estado. Reportando a fala do presidente da associação, relata que, por falta de transporte, as mercadorias de longa data "abarrotam armazéns particulares e da própria companhia com o risco de se deteriorarem, sem que o comércio local possa satisfazer compromissos com a freguesia da região serrana que a cada passo reclama, com razão, a remessa dos produtos que estão em absoluta falta". A reportagem aponta que a Associação Comercial tomou a si os interesses de seus associados, "bem como da sua congênere de varejistas e do Centro Industrial, de todos enfim, que labutam no comércio, não só em Joinville, mas em toda a extensa região Norte catarinense". O jornal cobra uma solução com a máxima presteza para o bem do comércio e do próprio consumidor serrano, "que se encontra em formidável carestia de vida pela carência de gêneros de primeira necessidade". Por fim, informa que se decidiu na reunião telegrafar ao Coronel Pereira e Oliveira, ao Dr. Ulisses Costa e a Victor Konder, respectivamente, Governador, Secretário do Interior e Justiça e Secretário de Fazenda, solicitando-lhes a sua valiosa cooperação para que fosse resolvida a crise. O jornal reproduz, ainda, o ofício encaminhado ao "Coronel Governador":

A Associação Comercial, com a devida vênia, vem à presença de vossa senhoria comunicar que, em sessão hoje celebrada com grande assistência de associados e presença do senhor Superintendente, ficou deliberado pedir vossa valiosa intervenção junto à diretoria da estrada de ferro, a fim de solucionar insuportável crise de transporte que vem oprimindo o comércio de Joinville. A Associação bem sabe que no atual momento o Governo Federal vê-se na contingência de lançar mão de todos os meios de transporte a fim de aniquilar de vez os "marshorqueiros" que estão perturbando a paz do país; contudo, não pode deixar de pedir tão valiosa intervenção para a crise de transportes que tomando dimensões nunca vistas, continuando por mais poucos dias ocasionará a falta

arte 2021 ACIJ 7_ARTE ALBUM JOINVILLE ok.qxd 31/05/2021 16:12 Página 58

completa de vagões e máquinas na linha São Francisco, e o comércio servido por ela ficará totalmente paralisado. O moinho de trigo desta praça será obrigado a paralisar o serviço, ficando centenas de operários sem trabalho, bem como as demais casas exportadores serão forçadas à medida.

Exportadores de erva-mate, madeira e outros produtos vêem-se impossibilitados de transportar seus produtos, ficando sujeitos, assim, ao não cumprimento de contratos fechados com companhias de vapores, ficando expostos a sérios prejuízos com risco de fecharem seus estabelecimentos. Estando a exportação para a zona serrana completamente paralisada, com os armazéns ao longo da linha repletos de mantimentos destinados ao interior sem probabilidade de transporte, a região serrana fica exposta ao perigo de completa falta de víveres. Casas varejistas dessa praça ficam igualmente desfalcadas de gêneros de primeira necessidade que costumam receber.

A falta de vagões chegou ao ponto de ser impossível transportar gêneros destinados a suprir forças em operação.

A associação pede, portanto, à vossa senhoria conseguir junto à estrada imediata devolução dos carros fechados mandados ultimamente a outras linhas, pois nossa linha está completamente desprovida de vagões. Correm hoje cerca de 15 vagões, contra 200 antigamente.

Carros abertos destinados ao transporte de madeira são distribuídos por ordem de Curitiba, ficando dessa forma a linha de São Francisco prejudicada. A linha de São Francisco deve ser considerada independente e ter sua distribuição feita pelo chefe de tráfego de Mafra.

Será de suma conveniência mandar imediatamente maior número de vagões e máquinas suficientes para atender as permanentes necessidades. A associação espera que do alto patriotismo de vossa excelência sejam dadas as providências necessárias.

Agradecendo apresentam respeitosas saudações:
Hans Jordan,
Nicolau Mäder Jr.

Os "marshorqueiros" a que se refere o telegrama são os integrantes da legendária Coluna Prestes, movimento político-militar de origem tenentista que, partindo do Rio Grande do Sul em 1925, marcha por 25 mil quilômetros sob o comando do Capitão Luís Carlos Prestes, passando por Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Mato Grosso, Maranhão, Minas, pelos estados do Nordeste e pelo Paraguai, até se refugiar na Bolívia, em 1927. Em seu deslocamento pelo Brasil, prega reformas políticas e sociais e combate o governo do Presidente Artur Bernardes, enfrentando tropas do Exército, forças policiais e jagunços, sem jamais ser vencida (EncBrasil, 2010).

Curioso é que a Coluna Prestes passou pelo Extremo-Oeste Catarinense e provocou reflexos em Joinville. Na mesma edição, o *Jornal de Joinville* publica telegrama de 11 de fevereiro de 1925, assinado por Victor Konder, em resposta ao pedido da Associação Comercial:

> Agradeço de coração cumprimentos de boas vindas. Quanto à crise dos transportes o Governador acaba de telegrafar à diretoria da Estrada São Paulo-Rio Grande e à nossa bancada no Rio de Janeiro esperando que esta intervenção trará pronto remédio à situação aflitiva em que se encontra o comércio dessa próspera zona, que pode contar com decisiva ação do governo na salvaguarda de seus altos interesses.
>
> Saudações cordiais saudações
> Victor Konder
> Secretário da Fazenda.

Na edição do dia 18 de fevereiro, o jornal publica telegrama do dia anterior, em que o "Coronel Governador" transcreve a resposta recebida do Dr. Geraldo Rocha, diretor da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande:

> Referência ao telegrama de Vossa Excelência, de 12 do corrente recebido, o Dr. Ignácio Martins, atualmente aqui, partirá para Curitiba, levando instruções para providências de acordo com os desejos de Vossa Excelência. Acredito que (houve) agravação da crise do transporte devido ao grande número de vagões requisitados pelos trens militares. O Dr. Ignácio Martins chegando a Curitiba prestará a Vossa Excelência informações minuciosas e fará tudo que estiver ao nosso alcance para satisfazer as justas reclamações do comércio catarinense.
>
> O governador informa ainda que recebeu telegrama sobre o mesmo assunto do Senador catarinense Felipe Schmidt e do Deputado Adolpho Konder, dizendo que conferenciaram com o Ministro da Viação, que por sua vez mandou ouvir a fiscalização e prometeu providências prontamente. O governador conclui a comunicação solicitando informações "sobre os resultados dessas intervenções", para que possa continuar agindo em defesa do comércio dessa região.

Em março, chega uma boa notícia para o comércio e a população em geral: o restabelecimento do serviço postal entre o Rio de Janeiro e Joinville. O município estava sem comunicação postal com a capital da república desde 5 de julho de 1924, quando iniciou o movimento sedicioso de São Paulo (Revolução Paulista de 1924). Em sua edição do dia 20, o *Jornal de Joinville* comemora a retomada da comunicação: "Essa anomalia vinha prejudicando consideradamente o nosso comércio, porquanto as correspondências da capital da república chegavam aqui com muito atraso." Até então, as entregas estavam a cargo da Estrada de Ferro Sorocabana, que deixava muito a desejar pois não possuía carros suficientes, prejudicando principalmente aos comerciantes. Intervieram pelo retorno do serviço, a Associação Comercial, Ulisses Costa e mesmo o próprio governo, que "reclamaram a quem de direito, para que o serviço de malas fosse restabelecido o mais breve possível."

Custo de vida

Em 3 de abril de 1925, é convocada uma reunião extraordinária da diretoria, afim de ouvir o presidente da Associação Comercial dos Varejistas, Roberto Schmidlin, sobre ação iniciada por esta entidade propondo uma tabela de impostos a ser aplicada sobre a exportação de gêneros de primeira necessidade, de modo a coibir a exportação para fora do estado e baixar o preço desses produtos no mercado regional, "na esperança de ser suavizada a atual carestia". Porém, dada a complexidade da questão, foi convocada outra "grande reunião para definitivamente tratar do assunto".

Assim, em 7 de abril, ocorre a sessão que tem por fim tratar do "barateamento do custo de vida" a partir da "iniciativa da Associação Comercial dos Varejistas", que apresentou uma tabela a ser enviada ao governo a fim de coibir a exportação de gêneros de primeira necessidade. Após amplo debate, decidiu-se telegrafar ao governador dizendo que: "sendo a produção do estado de gêneros de primeira necessidade muito maior do que o consumo, seria um verdadeiro desastre a criação do imposto de exportação para fora do estado", pois sua "aplicação viria quebrar todo o estímulo da nossa lavoura".

Embora não disponhamos do teor das discussões, percebe-se que houve um processo de convencimento de que a ideia inicial "dos varejistas" era inapropriada, já que a decisão final acabou sendo oposta ao que esse setor propunham. Entretanto, a escassez de alimentos e seus elevados preços eram uma realidade, conforme publicações da imprensa. Na edição de 3 de julho de 1924, o *Jornal de Joinville* aborda a carência de gêneros de primeira necessidade e a providência tomada pelo Governo Federal de importar 100 mil sacas de arroz, 200 mil sacas de açúcar, 27 caixas de banha, 4,5 mil toneladas de batata, 200 mil sacos de milho, 40 mil sacos de feijão e 40 mil fardos de carne seca. O periódico estranha a iniciativa, uma vez que o Brasil era, à época, um país essencialmente agrícola. Queixando-se que a quantidade seria suficiente apenas para "o estômago do Rio de Janeiro por uns dois meses", enquanto o resto do país ficaria "a debater na angústia de uma cares-

arte 2021 ACIJ 7_ARTE ALBUM JOINVILLE ok.qxd 31/05/2021 16:12 Página 60

tia de vida que vai tomando, dia a dia, aspectos verdadeiramente delirantes". Em 23 de setembro, o periódico volta a tratar do mesmo assunto:

> A carestia de vida é um grito de angústia de toda gente daqui e de toda parte.
>
> Em Santa Catarina, Joinville tem o campeonato da carestia, a começar pelo aluguel da casa e acabar na banha que se compra no vendeiro. Tudo aqui custa pelo menos 20% mais caro que em qualquer outra localidade do estado.
>
> Com gêneros de primeira necessidade, a diversidade é revoltante.
>
> Senão vejamos.

	Florianópolis	Joinville
Carne verde	1$200	1$600
Café de primeira	4$000	5$000
Açúcar de primeira	1$800	2$200
Carne de porco	1$400	2$000
Galinha	3$000	3$500
Frango	1$400	2$000

A 5 de maio de 1925, é realizada a eleição da nova diretoria da ACJ. Em segunda convocação, após diversas falas dos associados, chegou-se a um consenso quanto à seguinte formação: presidente, Hans Jordan; vice-presidente, Hans Lange; primeiro secretário, João Dias de Paiva; segundo secretário, Rodolfo Colin; tesoureiro, Kurt Hermann; conselho fiscal: Paulo Meyerle, Henrique Douat e Zacharias Iysack. Deduz-se que a escolha foi por consenso, uma vez que não há anotação dos votos.

A questão do transporte continua palpitante na agenda da associação. O foco, nesse novo ano, será o custo das tarifas de transporte. A novidade é que os empresários paranaenses, em vez de concorrentes, passam a ser parceiros nas demandas com relação aos serviços ferroviários. Assim, em 15 de julho, a pedido da Associação Comercial de Curitiba, o presidente Jordan segue para Florianópolis para tratar pessoalmente com o governador sobre a pretensão de aumento de suas tarifas por parte da estrada de ferro.

Em 5 de agosto de 1925, a Associação Comercial realiza sessão extraordinária com a presença de Alberico Xavier de Miranda, vice-presidente da Associação Comercial de Curitiba que vem a Joinville para discutir uma estratégia conjunta para evitar o aumento das tarifas da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande para a erva-mate e a madeira, que são os produtos preponderantes na economia dos dois estados e apresentam sérios dificuldades no seu comércio. A situação mais crítica era a da madeira, que naquele momento atravessava uma séria crise pela concorrência que lhe fazia o pinho estrangeiro em seu principal mercado consumidor: a Argentina. Conforme dados da arrecadação do governo estadual, em 1925, os produtos de exportação de Santa Catarina sofreram um decréscimo de aproximadamente 30%. Em decorrência da reunião, foram encaminhados ofícios e telegramas para os representantes catarinenses no Congresso Nacional, aos Deputados Estaduais, ao Ministro da Viação e Obras Públicas, Adolpho Konder, e ao chefe da fiscalização geral das estradas, Ozírio de Almeida, conforme ata de 6 de agosto. Os reajustes pretendidos eram de 70% para o mate e de 40% para a madeira.

Em resposta, o Ministro Adolpho Konder encaminhou um telegrama, no dia 8 de agosto, dizendo que "mandou ouvir" a comissão de tarifas. O Inspetor da Estrada, Ozório de Almeida, responde que encaminhou ao ministro as reclamações da associação. Na qualidade de deputado, Hans Jordan, trouxe a informação de que o governador recebeu um telegrama do ministro, dizendo que "prorrogou o prazo para mais 30 dias, mandando ouvir a comissão de tarifas no tocante às reclamações do comércio de Joinville".

Mesmo envolvendo duas associações de classe, dois estados, duas cidades, sendo uma a capital do Paraná e a outra o principal centro econômico de Santa Catarina, não há

resultados concretos. O que se percebe são medidas insatisfatórias, quase que jogos de cena, tanto por parte das autoridades, quanto do funcionário da estrada de ferro. Lembremos que o Ministro da Viação era o catarinense Adolpho Konder, homem de expressão política que, dois anos mais tarde, se elegeria Presidente da Província de Santa Catarina e, portanto, não deveria estar alheio à importância dos dois setores vitais para a economia do estado.

No dia 20, nova reunião trata do assunto, quando a representação catarinense no Congresso Federal manifesta-se por telegramas, informando que o Ministério da Viação aceitou dilatar o prazo para execução do aumento das tarifas. Também a Associação Comercial do Paraná informa que haveria uma reunião no Rio de Janeiro para tratar do assunto e convida um emissário de Joinville. A associação resolve, em vez de mandar alguém, declarar apoio ao delegado paranaense como seu representante. Nesse dia, outro importante tema é trazido à agenda da entidade: a falta de energia elétrica, que terá acompanhamento por parte da associação até os dias atuais, sempre com ações preventivas para evitar o colapso do sistema.

A ata de 11 de dezembro registra a participação do presidente Hans Jordan em Florianópolis, representando a entidade na posse do novo Diretor do Tesouro do Estado. Também foram relatados os trabalhos "em prol da diminuição (dos preços) dos fretes ferroviários" desde 1º de janeiro. A questão foi enfrentada em parceria com a Associação Comercial do Paraná, que remeteu um minucioso relatório sobre o caso à congênere joinvilense. Merece providências da entidade a notícia de aumento de dois tributos: o imposto sobre o comércio de erva-mate e o "imposto de indústria e profissão", que vem sendo combatido desde o surgimento da instituição. Outro velho "freguês" nas discussões da diretoria é a limitação do Serviço de Correios e Telégrafos. Desta vez, é a falta de vagões na estrada de ferro que impede a regular chegada da correspondência a Joinville. Ou seja, a carência de transporte acaba por atingir a eficiência da comunicação. Presente à reunião, o agente dos Correios deu suas explicações e se decidiu recorrer ao deputado Adolpho Konder para que interviesse junto ao Ministro da Viação e à diretoria dos Correios.

Uma importante conquista econômica regional é obtida em 1925, quando a mesa de rendas de São Francisco do Sul, com a marca de 1.744:782$838 de arrecadação, ultrapassa a de Itajaí, figurando como a primeira do estado. Esse desempenho, em sua maioria absoluta, deve-se às atividades das empresas joinvilenses que por aquele porto fazem suas exportações e importações. Já a coletoria de Joinville arrecadou para o Estado, nesse ano, 617:435$269 (sem contar o desempenho dos distritos de Jaraguá, Hansa e Bananal); em segundo lugar ficou Blumenau, com 460:102$039. O artigo a seguir, publicado no Jornal de Joinville, em 4 de março de 1925, faz um retrato de Joinville naquele ano. Com os costumeiros recursos de retórica da época, ambienta os acontecimentos que estamos acompanhando. Sob o título de "Cidade-modelo", o articulista escreve:

> Joinville é uma Manchester em ponto pequeno e podemos afirmar, sem temor do erro, que ela é hoje, incontestavelmente, uma das cidades mais industriais do Sul do Brasil, mercê do grande número de fábricas que ali se movimentam dia e noite, a produzir, sem interrupção, os artigos mais variados do ramo manufatureiro, quase todos executados com perícia invejável por milhares e milhares de proletários especialistas e inteligentes.
>
> (...)
>
> Onde, porém, Joinville se nos depara mais digna é na potência industrial de suas fábricas de que possui um total de 300 explorando ramos vários de produção, desde a indústria têxtil, que é a existente em maior abundância, até a de erva-mate, serrarias etc.
>
> A fábrica de meias de seda dos Srs. Arp e Companhia, por exemplo, a que mais produz este artigo no Sul do país, possui para mais de 500 operários empregados em diferentes misteres.

1925

São Francisco do Sul passa a ser a primeira Mesa de Rendas do estado, em arrecadação, resultado das exportações de Joinville

arte 2021 ACIJ 7_ARTE ALBUM JOINVILLE ok.qxd 31/05/2021 16:12 Página 62

> Como esta, outras centenas de fábricas existem em Joinville, todas empenhadas em dar uma propulsão fecunda ao industrialismo local e trabalhando incessantemente na feitura dos respectivos produtos que são entre os melhores do gênero.
>
> Outro particular interessante da bela cidade catarinense é a perfeita unidade de sentimentos de seus habitantes que, embora a mescla de alemães e brasileiros, vivem radicalmente identificados, constituindo uma sociedade única e interessada no bem e no progresso comum.
>
> (...)

Chama atenção o uso do codinome "Manchester", provavelmente pela primeira vez aplicado a Joinville como referência à industrializada cidade inglesa; notável também é a predominância da indústria têxtil, em número de estabelecimentos.

Uma ideia que se impunha

As elevadas tarifas praticadas pela estrada de ferro voltam à agenda e dominam a primeira reunião da diretoria da Associação Comercial do novo ano, a 10 de fevereiro de 1926. Alvim Alves de Carvalho foi convidado a orientar as ações da entidade, na qualidade de despachante ferroviário de várias firmas. Ele denuncia uma grande diferença a mais nas tarifas da estrada de ferro com relação aos principais gêneros produzidos em Santa Catarina. A situação é agravada pela tarifação mais elevada para cereais e vinho nacional, quando não despachados diretamente pelos produtores. Também não são aceitas procurações destes para os despachantes. Além disso, a taxa é diferente para cereais produzidos na zona da estrada e em outras regiões, e não há um critério claro para determinar a procedência dos produtos. Após discutir o assunto, foram encaminhados telegramas ao chefe da fiscalização e à diretoria da estrada de ferro.

A edição do *Jornal de Joinville*, de 23 de fevereiro de 1926, diz que as novas tarifas da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande puseram em choque o comércio por ela servido, com enormes alterações nos preços dos fretes de todas as mercadorias. A decisão afeta os municípios ao longo da linha, de São Francisco do Sul a Porto União, estendendo-se de lá até Curitiba e Paranaguá. O jornal critica que as atividades desenvolvidas pelas associações comerciais de Joinville e de Curitiba, a intervenção dos representantes federais junto ao Ministro da Viação e a comparação entre os preços praticados por outras linhas férreas não foram capazes de demover o ministro de autorizar a elevação das tarifas em 60%.

Aos cereais, entre eles o milho, feijão, arroz, foi aplicado um artifício que elevou o preço do frete em 50%, salvo quando produzidos dentro da zona da rede e despachados diretamente pelo produtor. O mesmo critério aplica-se ao açúcar. "Parece até que não vivemos em país policiado, em que as empresas estrangeiras, cujo único fito é nos explorar, gozam de todas as regalias, menosprezam os nossos direitos, matam as nossas iniciativas, exterminam a nossa lavoura, exploram o nosso comércio e nós, bestificados, não temos a quem recorrer", reclama o periódico. No mesmo tom, o jornal acusa a empresa SP-RG de ser uma "segunda entidade dentro do Estado", ainda mais forte. Lamenta que o comércio, "sobre quem recaem todos os impostos", não pode exercer o seu papel de intermediário entre o produtor e o consumidor "porque uma companhia estrangeira não quer". Acaba conclamando que é necessário reagir contra uma situação que nos "envergonha, degrada e infelicita".

Além dos elevados fretes, a imprensa registra constantes roubos de mercadorias durante o transporte, contra os quais nada se pode fazer, pois a empresa férrea acoberta as violações e se nega a registrar os desvios, impossibilitando que se acione os seguros. São comuns também as reclamações quanto à qualidade do serviço de transporte de passageiros, com vagões imundos, inundados pelas chuvas, atrasos, acidentes e cancelamentos, prejudicando o público em geral ao longo de toda a linha.

A parceria com os colegas paranaenses se aprofunda, na busca de soluções conjuntas para problemas comuns. Nesse espírito, em 14 de abril, é realizada uma reunião com a participação do primeiro e do segundo vice-presidentes da Associação Comercial do Paraná, Alberico Xavier de Miranda e Agostinho de Souza, que vieram propor a organização de um truste de todos os serradores e exportadores de madeira para elevar o preço do produto.

Em eleição realizada a 17 de maio, em segunda convocação, Hans Jordan é reconduzido à presidência da associação por mais um período, tendo como vice-presidente, Hans Lange; na primeira secretaria José Dias Barreto; Ricardo Karmann como segundo secretário. O tesoureiro eleito foi Guilherme Colin. O conselho fiscal ficou composto com Nicolau Mäder Júnior, Erico Muschllack e Otto Lepper.

Da reunião da diretoria realizada em 21 de junho de 1926, importantes registros foram feitos: a despedida de João Dias Paiva, que por sete anos exercera a função de primeiro secretário; a criação, em 30 de maio, da Associação Comercial de São Francisco do Sul, por Genésio Costa; e a designação do associado José A. Barreto como representante da entidade na assembleia geral da Classe Comercial, que se realizaria em 30 de junho, no Rio de Janeiro, para tratar da "recente lei de férias". Por fim, Otto Schilling é autorizado a desempenhar a função de "delegado permanente" da associação na capital federal. Nesta data, a falta de vagões para o Correio continua causando graves implicações para Joinville, e novos protestos são despachados para a administração dos serviços, em Florianópolis, e para os representantes da estrada de ferro em Curitiba. Também solicita-se a Ulisses Costa, que ocupa a Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, Viação, Obras Públicas e Agricultura, intervenção contra as "contínuas calamidades produzidas pela falta de carros-correios, de trens e outras inconveniências". A imprensa registra o problema, informando que, em apenas uma semana, por três vezes a mala postal não saiu da cidade "por falta de vagão", acarretando prejuízos a toda a gente. Da mesma forma, o pessoal da agência na cidade é insuficiente para atender à demanda, que teve enorme aumento nos últimos anos, fazendo com que a distribuição da correspondência estenda-se pela noite.

Em 19 de junho, o *Jornal de Joinville* publica um jocoso artigo que dá uma ideia da lastimável situação da comunicação e dos transportes, que a todos implica e contra a qual se debate a Associação Comercial:

> Não há a menor dúvida.
>
> Voltamos ao tempo antigo em celeridade.
>
> Melhor pensando, não fomos nós que voltamos, mas nos fizeram voltar.
>
> Ora o Correio, ora a São Paulo-Rio Grande, ora os vapores, ora os telégrafos.
>
> Não há pouco, o paquete Murtinho levou do Rio a Mato Grosso seis meses, dando tempo ao comandante arranjar uma "pequena", contratar casamento e casar.
>
> A São Paulo-Rio Grande, manquejando, aos saltos, aos trambolhões, leva dias e dias para transportar um carregamento.
>
> Sobre o telégrafo, um jornal carioca informa que um telegrama passado do Rio para o Maranhão, fazia 18 dias, ainda não tinha chegado.
>
> Finalmente, vamos ao ponto que nos obriga a escrever esta notinha: o Correio.
>
> Em um de nossos últimos dias, noticiamos que uma pessoa de Joinville havia recebido dois cartões de São Bento, neste estado, depois de 12 anos.
>
> Ontem, com menos tempo, recebemos um exemplar do jornal ***O Brasil,*** do Rio, com dois meses apenas!

Em 30 de julho, é convocada reunião para a admissão de novos sócios na ACJ: A. M. Schmaltz; Enterlein, Keller e Cia. (futura Fundição Tupy); Jorge Lepper e Cia.; A.

arte 2021 ACIJ 7_ARTE ALBUM JOINVILLE ok.qxd 31/05/2021 16:12 Página 64

Nicodemus & Cia., Guilherme Walter, Colin, Lepper & Cia.; Reu & Cia; M. Colin & Cia., Bernardo Stamm & Cia., Américo Stamm & Cia. Interessante notar que, em sua maioria, são firmas industriais, quando a indústria tem sua própria entidade. Aliás, nessa mesma reunião outro passo importante é dado no sentido da integração das classes ao se decidir, por "elevado espírito de solidariedade de classe", integrar o Centro Industrial de Joinville, ao lado da Associação Comercial, como representado, junto ao Conselho Nacional de Trabalho, pela Associação Comercial de São Paulo, para fim de discutir a regulamentação das férias dos trabalhadores. Para tanto, providencia-se uma procuração, via telegrama, oficializando a entidade paulista como representante dos interesses empresariais joinvilenses.

A pedido do sócio Henrique Douat, representante em Joinville da Fábrica de Pólvora Elephante, encaminha-se telegrama ao Ministro da Guerra para que libere 200 caixas de pólvora para caça e fins industriais, pois o comércio local está desprovido desse artigo de grande necessidade, "especialmente para consumidores do interior, na sua maioria pobres, que vivem justamente da caça de aves e animais silvestres".

O pedido é atendido imediatamente pelo ministro, conforme telegrama enviado à associação e lido na reunião seguinte, em 10 de agosto de 1926. Nesta ocasião, a entidade também recebe resposta da estrada de ferro, prometendo regularizar a entrega de correspondências prejudicada pela falta de um carro-correio no ramal de Joinville. No mesmo sentido, a administração dos Correios promete providências quanto à falta de pessoal na agência de Joinville.

Comércio de João Colin, na Rua do Porto (Hafenstrasse), atual 9 de Março, nos anos 20

Mas o registro mais importante da ata de 10 de agosto refere-se a uma reclamação por parte do Centro Industrial de Joinville, por não ter sido convidado a participar da reunião anterior da Associação Comercial, quando se decidiu pela representação conjunta no Conselho Nacional do Trabalho. A reclamação foi feita diretamente ao presidente Hans Jordan que, segundo relata aos seus consócios, respondeu que não há má vontade para com aquela agremiação "sendo conversado naquela ocasião sobre a possibilidade de uma fusão, porquanto os interesses de ambas em qualquer dos terrenos em que se pleiteie". Foi registrado na ata do encontro que a Associação Comercial jamais fez diferença "entre este e aquele ramo". Também ficou consignado que, no caso de haver a fusão, seria criada uma organização "inteiramente adequada aos interesses recíprocos das duas instituições". Eis aí, feita quase que de improviso, a proposta que se tornaria realidade no ano seguinte, unindo as classes empresariais de Joinville.

A atuação conjunta se fortalece dois meses depois, quando, a 19 de outubro, reúnem-se as diretorias das três entidades (Comercial, Varejistas e Industrial), sob o comando do vice-presidente dos comerciantes, Hans Lange, para discutir a criação do imposto estadual sobre viação e vendas mercantis, e o aumento dos impostos estaduais nos seguintes índices: Indústria e profissões: 20%; Fumo e bebida: 60%; Transmissão de propriedades: 33%; Transmissão de propriedade territorial: 20%; Selo (para notas fiscais): 33%; Taxa de exportação de camisas, meias, tecidos passam de 2% para 3%.

Para continuar tratando do assunto, nova reunião conjunta é marcada para o dia seguinte, quando se decide pelo envio de uma delegação a Florianópolis, a primeira de muitas que se sucederiam na centenária história da entidade, a "fim de pessoalmente entenderem-se com o Governador do Estado".

Pela associação, seguem Ricardo Karmann e Paulo Mayerle; pelo Centro Industrial, Otto Colin e Max Keller; e Roberto Schmidlim pelos varejistas. Foram expedidos telegramas às associações comerciais de Itajaí, Laguna, São Francisco, Porto União, Mafra, São Bento e ao Centro Industrial de Brusque, solicitando que se declarassem solidários à pretensão do grupo. Assim, a Associação Comercial de Joinville assume o papel de protagonista, orquestrando a reação em âmbito estadual contra o aumento de impostos. Quanto aos colegas de Blumenau, a delegação teria necessariamente de passar por lá, e faria o convite pessoalmente. Novamente o combustível que leva à união das classes, como já ocorrera quando da fundação da Associação Comercial de Joinville, é a necessidade de reagir contra a elevação de impostos.

Em 25 de outubro, as três diretorias reúnem-se, sob a presidência de Hans Lange, para discutirem os resultados obtidos pela delegação mista que foi a Florianópolis. De sua parte, Colin informou que todas as associações contatadas responderam positivamente, "hipotecando perfeita solidariedade". Depois de longa conversa com a Comissão de Finanças do Congresso Estadual, a delegação foi recebida pelo novo Presidente de Santa Catarina, Adolpho Konder, em companhia da bancada de deputados joinvilenses. O governante expôs a situação precária em que se achavam naquele momento as finanças do Estado, prometendo, "independente do orçamento ora em projeto atender no que for possível aos desejos da delegação". Konder é um antigo conhecido da Associação Comercial, tendo sido acionado em diversas ocasiões na qualidade de deputado, Secretário de Estado e Ministro da Viação e Obras Públicas.

Rua do Príncipe nos anos 20, em primeiro plano, à esquerda, a Casa do Aço

Participaram desse encontro Hans Lange, Willy Colin e Paulo Mayerle (comércio); Otto Colin, Pedro Colin, Pedro Mayerle, Albano Schmidt, Eugênio Fleixer e Max Keller (industriais); Roberto Schmidlin, Werner Metz, Frederico Koelling e Eduardo Schmidt (varejistas). As entidades congêneres de Brusque, São Francisco do Sul, São Bento e Laguna, 34 firmas de Jaraguá e outras 25 de Mafra manifestaram solidariedade e apoio à iniciativa.

Na qualidade de relator do grupo que foi à capital, Otto Colin informou que tanto os membros da Comissão de Finanças do Congresso de Representantes quanto o governador foram intransigentes quanto às solicitações. Porém, por telegrama, o Congresso informou que autorizou o Executivo a "combinar os interesses" do governo e dos contribuintes nos impostos de profissões, fumo, bebidas e tecidos. O que foi muito comemorado pelos empresários. Na ocasião, Otto Colin propôs que Joinville dirigisse um apelo aos comerciantes e industriais de Santa Catarina para que se organizassem, "a fim de ocuparem o lugar de proeminência que lhes compete" (*Jornal de Joinville*, 1926).

Naquele outubro, a Associação Comercial obteve o reconhecimento de utilidade pública municipal e estadual. Assim, mais um importante passo é dado na sua consolidação como entidade representativa, não apenas de sua classe, mas de toda a comunidade norte-catarinense. Uma reunião extraordinária com os associados foi realizada em 5 de novembro de 1926 para comemorar as duas leis, sendo, na oportunidade, anunciado que a

arte 2021 ACIJ 7_ARTE ALBUM JOINVILLE ok.qxd 31/05/2021 16:12 Página 66

mesma solicitação fora encaminhada ao Congresso Nacional. Após a fusão, haverá uma nova resolução, de 5 de outubro de 1927, assinada por Carlos Gomes de Oliveira, então na interinidade como prefeito, validando esse reconhecimento. O mesmo ocorrerá no âmbito estadual, em 26 de setembro de 1928.

Quanto à majoração dos impostos para 1927, Otto Colin propôs que se elaborasse uma estatística com tabelas comparativas entre os valores então vigentes e os que passariam a valer a partir da virada do ano.

Na última reunião de 1926, em 13 de dezembro, os associados são informados sobre a participação das entidades de Joinville no Primeiro Congresso intermunicipal, realizado em Blumenau, onde foi criada a Liga Industrial e Comercial do Estado de Santa Catarina, mais tarde, Federação Comercial e Industrial de Santa Catarina.

Em 3 de janeiro de 1927, a imprensa registra a posse de Ulisses Costa como Superintendente Municipal, em substituição a Marinho Lobo. Em seu discurso, Marinho faz um histórico da vida urbana de Joinville e conclui dizendo que "o primeiro superintendente que reagiu contra a rotina colonial, para fazer de Joinville uma cidade, abrindo corajosamente o caminho para as administrações que se seguiram, foi o Coronel Procópio Gomes de Oliveira, que ali estava presente e em nome de quem era preciso fazer esta reivindicação de justiça".

Nesse início de ano, a imprensa reflete o clima de revolta contra os novos patamares de tributos estaduais a serem pagos para equilibrar o caixa do Estado, prejudicado pela má administração de governos passados. O artigo publicado no jornal A N*otícia*, em sua edição de 8 de janeiro de 1927, sob o título "Impostos da fome – comerciantes em apuros", é ilustrativo do quanto os ânimos estão exaltados e dá um quadro geral da situação. A própria Associação Comercial é acusada de estar inerte e subjugada pela política, numa referência ao fato de seu presidente, Hans Jordan, ser também deputado estadual:

> A nota mais importante do início de ano tem sido, não resta a menor dúvida, as aperturas em que se tem visto o comércio em face da alta excessiva dos impostos estaduais.
>
> Não nos é possível mais suportar este estado de coisas que nos levará a uma questão mais séria do que se pensa.
>
> Estamos seguramente informados que para mais de 40 comerciantes requereram, este ano, baixas para os seus negócios, e cada dia que passa as aperturas vão aumentando sensivelmente, ficando o comércio, pode-se afirmar, em completa incerteza e dolorosa desordem enquanto as falências se multiplicam assustadoramente.
>
> Joinville tem casas comerciais que em 1924 pagavam 400:000 (réis), em 1925 passaram a pagar 700:000 e presentemente estão oneradas em 1.000:000, mais ou menos, por ano.
>
> É necessário que se compreenda que o povo e o comércio não podem ser bode expiatório nem tampouco vítimas dos desvarios praticados pelos governos passados. Se a Associação Comercial do município está subjugada pela política e se mantém, como as esfinges, muda às interrogações é justo que o comércio delibere, solicitando dos poderes competentes medidas mais justas para dirimir este estado de coisas.
>
> Se a situação do nosso comércio é esta, qual não será a do povo propriamente dito? Do povo que é a maior vítima de todos os tempos?
>
> O que se dirá da indigência que lavra e se aprofunda nas classes desprotegidas da fortuna? Tudo vai mal, os horizontes estão sombrios?
>
> E nós que conhecemos bem as necessidades do comércio, focalizamos a questão para que seja vista pelo Dr. Governador do Estado, o qual, estamos certos, tomará acertadas providências a respeito.
>
> A alta dos impostos começou no ano de 1923 e desde então o comércio tem se visto em verdadeiros papos de aranha.
>
> A alta de impostos afugentou de Joinville a importante firma Braun & Cia., a alta do imposto tem evitado a organização de grandes firmas comerciais em nosso município e que vão encontrar guarida no Paraná, e ultimamente a alta do imposto desatina grande parte de nossos comerciantes que preferem fechar as portas de seus estabelecimentos que enfrentar o Fisco Estadual.
>
> É preciso, senhores comerciantes, fortalecer todas as nossas energias e, unidos, levantarmos um só protesto junto aos poderes competentes, protesto esse que faça esclarecer de uma vez a situação tenebrosa em que se encontra o comércio de Joinville.

1926

Ulisses Alves da Costa assume como Prefeito de Joinville

Em outubro a Associação Comercial obtém reconhecimento de utilidade pública municipal

A crítica à entidade é infundada, haja vista a intensa mobilização ocorrida nos últimos meses de 1926.

O imposto da erva-mate, para ficar no principal produto, passou de $900 para 1&200 a arroba. Na edição da semana seguinte, de 12 de janeiro de 1927, o mesmo jornal volta à carga com o tema. Sob o título "Impostos da fome – Absurdos dos absurdos" o articulista faz a seguinte exposição:

> Convém insistir nessa palpitante questão, convém porque ela interessa profundamente às classes produtoras de Santa Catarina, que têm sido, sem dúvida nenhuma, as mais sacrificadas. Restam ainda os comerciantes que vêem com terror, dia a dia, o aumento excessivo dos impostos, não esquecendo o pobre povo em cujas costas os impostos fazem ninhos.
>
> Aqui abrimos um parênteses. Não somos inimigos do Fisco, achamos que havendo equidade – e nunca excessos – nos impostos, ninguém, nenhum jornalista de boa fé, poderá, em hipótese alguma, combatê-lo.
>
> Como dissemos em nosso número p.p (próximo passado) a alta dos impostos afugentou de Joinville importantes firmas comerciais e tem impedido a organização de outras grandes firmas que não têm ânimo de enfrentar o Fisco Estadual.
>
> Entretanto, apesar dessa situação terrível e dolorosa, nada se tem feito em favor dos que vivem penosamente, a enfrentar dificuldades de todos os tamanhos.
>
> Será injusto todo aquele que clamar contra o Sr. Governador do Estado; porque, afinal, o que poderá ele fazer em favor dos que se queixam se tudo o que se vê é o reflexo das más administrações passadas?
>
> Se a situação financeira de Santa Catarina não é boa, se existem grandes dívidas a solver.
>
> Para normalizar a situação não basta a boa vontade, está claro. Entretanto, o Sr. Governador do Estado poderia tomar algumas providências a respeito dos exorbitantes impostos estaduais.

As três entidades empresariais mais atuantes em Joinville, nessa época – Associação Comercial, Centro Industrial e Associação dos Varejistas – começam o ano de 1927 sob o signo da unificação, premidas que estão pela questão dos impostos. Assim, a 27 de janeiro, ocorre nova reunião conjunta para tratar do assunto. Antes, porém, é necessário superar o atrito ainda persistente entre o Centro Industrial e a Associação Comercial. Com a palavra, o primeiro secretário José Américo Dias Barreto "lembra que as reclamações isoladas não produziram o efeito desejado" e pondera a "conveniência de se unificarem numa única corporação as três entidades que trabalham em Joinville pelos interesses das classes conservadoras". Após decidirem-se pela criação de uma comissão que elaborasse um estudo comparativo entre o montante de imposto pago no ano anterior e quanto se pagaria em 1927, Otto Colin volta ao tema da união das entidades declarando que "os motivos da desarmonia entre o Centro Industrial e a Associação Comercial foi um telegrama encaminhado ao Governo do Estado, após a reunião das entidades de Joinville e Brusque, produzindo um pequeno atrito entre o vice-presidente em exercício (José Américo Dias Barreto) e os industriais." José Américo, que preside os trabalhos na condição de vice-presidente interino, defende-se das acusações, tendo, aparentemente, aparado as arestas.

Retomando a pauta de trabalhos, por sugestão de Otto Gerken, decide-se pelo encaminhamento de um telegrama (em nome das três entidades) ao governador, "mantendo a ideia de pagar o imposto de indústria e profissão conforme orçado e lançado pela Coletoria com um abatimento generalizado de 70%." Em relação ao novo "Imposto de Vendas Mercantis", decide-se "deixar isso a seu devido tempo, pois ninguém ainda tem uma

arte 2021 ACIJ 7_ARTE ALBUM JOINVILLE ok.qxd 31/05/2021 16:12 Página 68

ideia de seu impacto real". Hans Schneider (da Oscar Schneider e Cia.) solicita encaminhamento de pedido ao Ministro da Viação para regular o Correio estrangeiro, de modo que a mala postal passe a vir direto a Joinville. Ao final da reunião, José Américo Barreto apresenta sua renúncia em função do desgaste gerado pelo atrito com Otto Colin, a qual é recusada pela assembleia, que lhe dá um voto de confiança.

Os dois telegramas foram publicados na imprensa nos dias seguintes. No primeiro, o presidente em exercício da Associação Comercial de Joinville, Hans Lange relata ao Ministro da Viação e Obras Públicas, o catarinense Vitor Konder, a situação do Correio local. Lembra que há muito a entidade vem solicitando aumento de seu pessoal "pois interesses do comércio e da indústria muitas vezes são prejudicados pelo retardamento na abertura das malas e distribuição das correspondências, que não ocorre no mesmo dia da chegada", sem nunca ter sido atendida nessa "justa reclamação de interesse coletivo". Também reclama do fato das malas vindas do exterior chegarem com atraso considerável, visto que elas vão antes a Florianópolis em vez de virem diretamente para Joinville, via São Francisco. Hans Lange pondera que "vossa excelência bem conhece as deficiências de comunicações entre Florianópolis e este município".

Já o telegrama encaminhado ao governador tem o seguinte teor:

> Joinville 28 de janeiro
> Excelentíssimo Governador do Estado
> Florianópolis
> A Associação Comercial de Joinville reuniu associados para conhecer opiniões referentes a impostos do ano vigente de acordo com o orçamento e definir sugestões a oferecer a vossa excelência de uma fórmula capaz de harmonizar os interesses do Estado e ao mesmo tempo das classes conservadoras. Depois de largamente ponderado e tendo em vista as necessidades reais de elementos financeiros que carece o sábio governo de vossa excelência para atender compromissos, ficou resolvido tomar esta associação a liberdade de dizer, (em nome do) comércio e indústria, que estão dispostos a pagar o Imposto de Indústria e Profissão, conforme o orçamento, menos quarenta por cento, considerando lançamentos apresentados pelos contribuintes à coletoria. O atual imposto de Indústria e Profissão reúne o antigo Imposto de Capital (revogado). Esta fórmula atenderá, estamos certos, necessidades do governo e das classes conservadoras, justamente numa época em que sérios aperreios atravessam a indústria e o comércio que vão para mais de um ano.

Em 15 de março, Hans Jordan reassume a presidência da Associação Comercial. Em pauta, o encaminhamento de um memorial ao Ministro da Viação sobre "a questão do despacho do arroz beneficiado", produto que tem grande expressão na economia regional. Em seguida, foi anunciado que já estavam sendo esboçados os "estatutos que regerão futuramente os destinos da entidade que em breve será criada, com a fusão da Associação Comercial, dos Varejistas e do Centro Industrial".

Finalmente, em 20 de abril, realiza-se a assembleia geral para tratar da fusão das entidades. Na abertura da reunião, Hans Jordan diz que "uma fusão só traria benefício à classe em geral, mesmo porque essa associação nunca se negou a tratar de assuntos do comércio, da indústria e classes outras indistintamente". Nesse dia, já se pode considerar como consumada a fusão das associações, pois há um empenho de todos nesse sentido e a opinião da maioria é favorável à medida. Para sua finalização, será realizada ainda uma assembleia geral à qual as três entidades devem apresentar "o consentimento unânime de seus sócios". Por fim, formaliza-se a autorização para que a sua diretoria represente a Associação Comercial na primeira reunião, a ser convocada de comum acordo pelas três instituições, para votar favoravelmente pela fusão. O presidente congratula-se com o êxito obtido por uma ideia que "se impunha por sua utilidade". A ata dessa data traz 18 assinaturas de associados.

Em 5 de maio, realiza-se uma sessão extraordinária provocada por um telegrama

enviado por Herculano Rocha, da ACI de Curitiba, pedindo que Santa Catarina tomasse providência urgente para coibir a abusiva taxação, a título de "patente comercial", dos produtos catarinenses que entram no Paraná, a exemplo de cerveja, velas e telhas de barro, todos com relevante produção em Joinville. Dada a premência da questão, a presidência solicitou a intervenção do governador, que encarregou o deputado César Pereira de Souza para tratar do assunto junto ao Governo do Paraná. Em viagem para Curitiba, o parlamentar participa da reunião na Associação Comercial, informando que irá valer-se da amizade com Bento Munhoz da Rocha para reverter a medida.

Conforme anúncios de convocação publicados na imprensa, a assembleia conjunta das três instituições aprovando a fusão e originando a Associação Comercial e Industrial de Joinville, foi realizada dia 20 de maio de 1927, no Salão da Liga de Sociedades

O anúncio oficial da nova entidade empresarial é registrado no dia 24 de maio de 1927, quando a diretoria da Associação Comercial faz sua última reunião. O presidente informa que foi "homologada a fusão desta associação com as congêneres em assembleia geral conjunta das três associações". O livro de atas registra que, assim, dá-se por finda a missão da Associação Comercial, que vinha desempenhando, há muitos anos, a defesa e o amparo das classes conservadoras. Constam de seu acervo, nesta data: uma mesa, 12 cadeiras, um armário, uma bandeira nacional (nova e grande) e um arquivo com papéis diversos, relatórios, almanaques, diários oficiais, tudo avaliado em 300$000 (trezentos contos de réis). O tesoureiro Guilherme Colin apresenta o balancete da última gestão, que foi devidamente aprovado. Assim, a associação se dissolvia "por força da fusão, sem ficar com dívida de qualquer espécie". A ata vai lavrada por Hans Jordan, José Dias Barreto, Ricardo Karmann, Guilherme Colin e Hans Lange. Assim, termina um período que podemos qualificar de pioneiro, e dá-se início a um novo tempo, com novas e ainda mais amplas possibilidades de realizações. Essa fase está em plena sintonia com Joinville que, aos 75 anos, vive o seu momento de ruptura com as raízes coloniais e se "arroja num cotidiano feito já com todos os ingredientes que caracterizam a vida urbana". (Ternes, 1993)

Por intermédio do jornal A N*otícia*, ficamos sabendo que a nova entidade foi instalada em uma ampla sala, no pavimento térreo do prédio número 76, à Rua do Príncipe. O aspecto geral da sede é simples, composta basicamente por um salão com duas grandes mesas, estantes para livros, máquinas de escrever e "pendente na parede, um quadro negro com as indicações das taxas cambiais das diferentes praças da Europa e América". Armando Knauth é o primeiro funcionário da ACIJ, uma espécie de secretário executivo, dando expediente diário no atendimento aos sócios. A nova instituição nasce com 182 associados, número que corresponde a cerca de 50% das empresas instaladas em Joinville, à época. Na sua assembleia constitutiva, deliberou-se pela existência de diferentes classes de sócios contribuintes, desde os que pagam 2$000 até os que pagam 20$000 mensais, de forma que os grandes e os pequenos comerciantes pudessem fazer parte. Também foram criadas duas seções, uma em Jaraguá, sob a gerência do Waldemar Gruba; e outra em Hansa (Corupá), sob a direção de Guilherme Widmann.

Constituíram a primeira diretoria da ACIJ os seguintes nomes: presidente, Ricardo Karmann; vice-presidente, Nicolau Mäder Jr.; primeiro secretário, Otto Colin; segundo secretário, Willy Boehm; primeiro tesoureiro, Werner Metz; segundo tesoureiro, Rodolfo Colin. conselho deliberativo: Otto Jordan, Érico Muschelak e Roberto Schmidlin. Conselho fiscal: Max Colin, D. E. Schneider e Hans Schneider; Delegado ao Conselho Intermunicipal da Federação Comercial e Industrial de Santa Catarina, Bernardo Stamm.

São bastante escassas as informações sobre as duas outras entidades que passam a compor a ACIJ, o Centro Industrial e a Associação Comercial de Varejistas. Ambas

1927

Em 20 de maio, ocorre a fusão das entidades, originando a Associação Comercial e Industrial de Joinville

arte 2021 ACIJ 7_ARTE ALBUM JOINVILLE ok.qxd 31/05/2021 16:12 Página 70

Ricardo Karmann foi funcionário da empresa Jordan & Gerken Cia., na qual seu pai, Gustav, também atuou. Trabalhou ainda no curtume Kühne e gerenciou o complexo empresarial Jordan no beneficiamento da erva-mate, em Rio Negro e Mafra. Foi casado com Frau Urbanetz, de São Bento, de família também ligada ao mate. Preside a ACIJ nas gestões 1927/1928 e 1929/1932.

são citadas pela primeira vez na ata da Associação Comercial em 12 janeiro de 1923, quando fazem uma reunião conjunta. Quanto aos jornais, a edição número 53, de 13 de julho de 1926, do *Kolonie-Zeitung* , informa que, em 8 de julho, no Restaurante Schlorke, sob a presidência de Max Colin, ocorrera a eleição da diretoria do Centro Industrial e foram tratados assuntos diversos. A diretoria ficou assim composta: presidente, Otto Colin; vice-presidente, Otto Lepper; secretário, Willy Urban; segundo secretário, Germano Wetzel; e tesoureiro, Eugen Fleischer. O jornal anuncia um próximo encontro para 17 de julho de 1926. Nessa oportunidade, são apresentados novos sócios: Eduardo Augusto Gonçalves, Schmalz & Cia., Carl Schneider, Adam Seufert, Pedro G. Mayerle e Bernardo Stamm & Cia. Também ficamos sabendo pelo jornal, na sua edição de 20 de julho de 1926, que foi formada uma comissão com Eduardo Schwarz, Albano Schmidt e Carlos Seyboth para formular mudanças nos seus estatutos. Interessante que, exatamente 20 dias depois, registra-se a primeira menção à fusão.

Mais curioso é que, no mês seguinte, há uma nova eleição, em 19 de agosto de 1926. Conforme edição de número 70 do *Kolonie-Zeitung*, de 9 de setembro, é realizada nova eleição de diretoria que fica assim composta: presidente, Otto Colin; vice-presidente, Rodolfo Colin; primeiro secretário, Albano Schmidt; segundo secretário, Divico Scheidegger; terceiro secretário, Otto Lepper; tesoureiro, Max Keller. Nessa oportunidade, ficam registradas reclamações dos sócios Carl Schneider e Tiede & Seiboth. O semanário traz ainda o endereço da sede da entidade: Rua Otto Böehm, número 4, e já anuncia a próxima reunião para o dia 21 de outubro de 1926.

Quanto à Associação Comercial de Varejistas de Joinville , foi fundada por August Urban, em 1921. O *Kolonie-Zeitung* traz uma referência à entidade na sua edição de 28 de outubro de 1926, portanto, depois do início das conversações para a fusão, sob o título "Desenvolvimento de Joinville", em que lembra a sua criação:

> Com o fim de representar energicamente os interesses de todos os segmentos do pequeno comércio e em todas as direções, mantendo distância da política, formou-se aqui a Associação Comercial de Varejistas sob a presidência do Sr. Augusto Urban. A progressista associação decidiu em 1921 realizar cursos de contabilidade para membros, seus filhos e funcionários.

Podemos concluir que a entidade varejista surgiu como uma alternativa à Associação Comercial – que à época já contava com uma década de atividades – buscando agregar principalmente os pequenos empresários e com o fito, também, de proporcionar-lhes qualificação. Isso, inclusive, explica o leque tão grande de categorias de sócios, do ponto de vista contributivo, criadas a partir da fusão, indo de 2$000 a 20$000 mensais.

1927

Ricardo Karmann é eleito presidente da ACIJ

Nesse ano é criado o Instituto Bom Jesus

Fundação da Drogaria e Farmácia Catarinense

Uma vastidão de carências

O Brasil do início do século 20 é uma vastidão de carências. Tudo é insuficiente, tanto do ponto de vista humano, da formação e do conhecimento, quanto do estrutural. Faltam profissionais, recursos e técnicas; por outro lado, não há estradas, ferrovias, portos, navios, veículos, máquinas e materiais, em quantidade e nas condições necessárias. Quanto aos serviços, tanto os públicos quanto os de concessão, inexistem ou são precários. A presença do Estado nos núcleos urbanos dá-se, primeiramente, via de regra, pela força policial ou pela coletoria de impostos. A maioria da população está no campo, em condições que remetem à Idade Média, sem luz elétrica, comunicação, assistência à saúde, segurança e com baixa qualidade e expectativa de vida. É um contingente inerte, incapaz de exercer qualquer pressão social ou política. O poder político está nas mãos dos grandes latifundiários de monoculturas ou pecuaristas. A capacidade de mobilização social é mínima na incipiente classe operária urbana.

É nesse cenário que as pequenas cidades do interior vão empreender sua odisseia na busca pelo desenvolvimento social, comercial e industrial, numa disputa constante e injusta pelos escassos recursos existentes. Só para ilustrar, basta dizer que faltam selos no país, tanto os postais, para envio de correspondência, quanto os tributários, que funcionam como recolhimento antecipado de impostos. Devem ser aplicados tanto em mercadorias a serem despachadas quanto em recebíveis, como notas fiscais, promissórias etc. Os poderes públicos, nesse período, são omissos ou incapazes, pois, alinhados em uma verticalização que

arte 2021 ACIJ 7_ARTE ALBUM JOINVILLE ok.qxd 31/05/2021 16:12 Página 72

junge os interesses da paróquia à Capital Federal, as autoridades abstinham-se de pressionar os correligionários. E, quando de oposição, seus protestos e solicitações, evidentemente, não surtem efeito. Assim, perpetuava-se uma imobilidade socioeconômica perversa.

É justamente ante essa realidade que instituições da sociedade civil como a Associação Comercial e Industrial de Joinville ganham força e importância, defendendo os interesses locais no seio da constante disputa entre as cidades e regiões que demandam os escassos e essenciais recursos. Organizada, respeitada e articulada com a sociedade, a ACIJ cumpre importante papel no qual se aplica o pensamento do cientista político Robert Putnam, segundo quem, "para a estabilidade política, para a boa governança e mesmo para o desenvolvimento econômico, o capital social pode ser mais importante até do que o capital físico ou humano [...]". (Putnam, 2002)

Normalmente, quem leva vantagem nesse cabo de guerra é a capital do estado, por razões óbvias. Joinville teve – e tem – a sorte de estar distante de Florianópolis e ter cadeias produtivas completamente desvinculadas de lá. Tanto os negócios do mate e da madeira, quanto de outros produtos industriais eram realizados de ponta a ponta na região. No caso dos dois primeiros, foi estabelecido um corredor entre as zonas extrativistas do Planalto Norte e o Porto de São Francisco do Sul. E dali para o mundo. Os artigos industrializados em Joinville, e mesmo o comércio de produtos de outras regiões, além dos itens importados, não tinham qualquer dependência de Florianópolis. Essa vantagem propiciou ao município o desenvolvimento que, em outras condições, teria sido irresistivelmente drenado para a capital.

Joinville viria a sofrer concorrência, no caso da madeira e do mate, de Curitiba, capital paranaense. Essa condição reforça ainda mais o papel da ACIJ como poder de pressão e de negociação dos interesses locais na luta permanente por selos, vagões de trens, melhorias nas estradas, justiça fiscal, serviços dos Correios etc. Com liberdade de atuação em todo território nacional e até internacional, a entidade não se acanha ante aos desafios com que se depara. Interessante notar que, de concorrente, a entidade congênere de Curitiba passou a ser parceira, com atuação conjunta em várias e importantes questões. Cada vez mais, fica patente que, ao defender o seu quinhão, o grupo empresarial reunido em torno da ACIJ faz também a defesa de toda uma imensa região que, em certo momento, incluirá grande parte do território catarinense, além de municípios localizados no sul e no litoral do Paraná, e no norte do Rio Grande do Sul.

Há uma perceptível distinção entre a atuação da associação anterior à fusão com as demais entidades, quando se valia do prestígio de seus associados mais influentes e das relações pessoais para se fazer ouvir, e a postura que passa a adquirir a partir de 1927. Do ponto de vista de seu andamento interno, antes as queixas e reivindicações eram feitas, em sua maioria, de viva voz durante as reuniões ou mesmo informalmente para os membros da diretoria. A institucionalização da representatividade vinha sendo formada, aos poucos, conforme avançam os trabalhos e surgem os resultados, e consolidou-se com a fusão pela demonstração de unidade, ampliação de seu quadro social e fortalecimento da representatividade. Logo em seguida, vieram os Institutos do Mate e da Madeira, com envolvimento direto da entidade na criação de ambas, e a sua ramificação por inúmeras cidades através de seções locais, aumentando o poder de postulação da ACIJ. Em 1928, aparecem referências às seções regionais em Jaraguá, Bananal, Cruzeiro, Marcelino Ramos (RS), Mafra, São Bento, São Francisco, Ouro Verde, Herval, Rio Capinzal, Porto União (PR), Três Barras e Hansa. É intensa a troca de correspondências e telegramas entre os chefes dessas seções, solicitando ações da ACIJ no atendimento aos associados das respectivas localidades. Também firmas do Paraná, em especial dos ramos madeireiro e ervateiro, se associam à ACIJ.

Ao longo de 1928, somam mais de duas mil as correspondências expedidas e recebidas, com respostas imediatas a todas as questões, senão com soluções, pelo menos acusando recebimento e informando o encaminhamento dado ao assunto. A ACIJ demonstra um patamar de atividades diferente daquele estabelecido até então. Nas reuniões semanais da diretoria, diminuem os assuntos apresentados de viva voz na ordem do dia e intensificam-se as demandas encaminhadas por ofício e telegrama, das mais diversas origens, tanto de outras instituições, quanto dos governos municipal, estadual e federal, e também de agentes internacionais. A associação vive um novo tempo, dentro de uma realidade ainda antiga, que será completamente transformada pelos desdobramentos políticos que se avizinham.

Mate e madeira

O primeiro grande tema que mereceu o envolvimento da ACIJ, ainda em 1927, foi a criação do Instituto do Mate, com o objetivo de aperfeiçoar, defender e divulgar o produto no país e no exterior. Os dois maiores produtores, Paraná e Santa Catarina, disputavam o direito de sediar a entidade. Sem acordo, cada estado criou o seu, desempenhando importante papel na decisão a Associação Comercial e Industrial de Joinville.

O jornal A N*otícia*, de 30 de novembro de 1927, informa que Associação Comercial e Industrial de Joinville organizou "a grande reunião dos ervateiros do Estado, para discussão e aprovação definitiva das bases sob as quais será criado o Instituto do Mate", de acordo com a combinação havida entre o Presidente Adolpho Konder e a comissão que, para esse fim esteve na capital do Estado. Conforme o jornal, compareceram à reunião, os superintendentes de todos os municípios produtores de erva-mate, além dos deputados estaduais, Cid Gonzaga e Nicolau Aley Netto, e o Superintendente de Joinville, Ulisses Costa, que representou o governo.

Com base no que foi decidido nessa reunião na ACIJ, o Instituto do Mate foi criado por Adolfo Konder, em 2 de dezembro de 1927, pelo Decreto 54, conforme lei autorizativa de outubro daquele ano. O órgão contaria com um fundo, resultante da sobretaxa em 5 Réis o quilo do produto exportado, para desenvolver as suas ações. A escolha de Joinville como sede acompanhou a localização das principais empresas exportadoras de mate. Em primeiro de janeiro de 1928, entra em vigor a taxa para custear as atividades, buscando melhorar a qualidade, aperfeiçoar os processos de elaboração, padronizar tipos, preparo e acondicionamento, promover a redução de tarifas e estabelecer uma política de exportação para o produto (Oliveira Mendes, 2005).

Na reunião em que a ACIJ aprova a criação do Instituto do Mate, em 10 de dezembro, os empresários ressaltam o incondicional apoio do presidente do estado à iniciativa adotada pela classe empresarial, "a ponto de deixar aos próprios ervateiros a direção geral de tudo". Uma comissão de empresários, formada por Henrique Douat, Nicolau Mäder Jr., Bernardo Stamm, José Américo Dias Barreto e Claudio D'Almeida definem previamente com Adolfo Konder as bases para o instituto.

O ano de 28 começa com uma reunião extraordinária da Associação Comercial e Industrial de Joinville para discutir o aumento de impostos determinado pelo governo para fazer frente às dificuldades de caixa do Estado, decorrente da crise geral por que passa o país, ainda como conseqüência da Primeira Guerra Mundial. Estão presentes 32 empresários, o coletor estadual e o superintendente Ulisses Costa. A ata do encontro registra que "ninguém pode desconhecer os efeitos da grande crise financeira e econômica que desde a guerra estamos atravessando". Mais adiante, o mesmo documento cita também a "difícil situação das finanças estaduais oriunda dos pesados encargos a satisfazer" no país e no estrangeiro, dentre outros, o empréstimo em Nova York para a construção da Ponte Hercílio Luz. O texto faz uma interessante abordagem de como a entidade percebe o seu

1927

ACIJ cria o Instituto do Mate, instituído oficialmente pelo Presidente do Estado, Adolfo Konder

arte 2021 ACIJ 7_ARTE ALBUM JOINVILLE ok.qxd 31/05/2021 16:12 Página 74

Henrique Douat é o filho mais velho de Ethiene Douat. Nascido em Joinville, casou-se com Eronilda Moreira. Falava e escrevia quatro línguas: português, inglês, alemão e francês. Começou a vida profissional como caixeiro viajante da firma Jordan & Gercken. Em 1923, funda sua empresa, a H. Douat & Cia., atuando no comércio de gêneros alimentícios e erva-mate, mais tarde, amplia para o ramo de importação, exportação e representação comercial. Passa a exportar erva, e importar bicicletas americanas, vinhos franceses e louças inglesas. Representava desde combustíveis até serviços aéreos, além de automóveis da marca Citroën. A empresa também era proprietária de engenhos de erva, de açúcar e de arroz e uma fundição de ferro. Henrique Douat preside a ACIJ na gestão 1928/1929.

papel: "Achamos ser do dever dessa associação achar fórmulas conciliatórias para interesses que, à primeira vista, parecem ser opostos".

Seguindo uma linha de fortalecimento institucional, em 7 março de 1928, os associados do ramo madeireiro fazem uma reunião preparatória para uma assembleia do setor a fim de examinar a situação do mercado e criar um Centro Madeireiro, com sede em Mafra, congregando todo o setor catarinense, a exemplo do que se fez com o mate, sob a presidência de Bernardo Olsen. A ata traz 52 assinaturas de representantes de diversos municípios, desde Canoinhas até São Francisco do Sul.

Ao dirigir-se aos deputados, na sua *Mensagem* de julho de 1928, o Presidente Adolfo Konder anuncia a criação do Instituto do Mate para defender a indústria considerada "esteio maior da nossa fortuna pública". No ano seguinte, por intermédio do mesmo instrumento, Konder volta ao tema, citando que:

> "...criado para orientar e defender a indústria ervateira em Santa Catarina, tem o Instituto do Mate procurado desempenhar-se honestamente da missão que lhe foi destinada, organizando e realizando a propaganda e a fiscalização do produto. Sua atuação é eficacíssima pelo poderoso auxílio que presta ao Poder Público no combate à fraude. Porém, faz a seguinte ressalva: "Pena é que, por desacordo entre seus associados sofra de momento o instituto, séria crise que rouba a autoridade e lhe diminui o prestígio."

Na primeira eleição dentro das normas criadas pelo novo estatuto, com renovação de um membro de cada classe, em 15 de maio de 1928, foram eleitos: Henrique Douat, presidente; Ricardo Karmann, vice; Otto Jordan, primeiro secretário; Rodolpho Colin, para segundo secretário; Hugo Delitsch, tesoureiro; e Werner Metz para segundo tesoureiro. O conselho fiscal é formado por: Divico Scheidegger, Hans Schneider e Max Colin. Dentre as últimas providências da diretoria que finda o mandato, figura o encaminhamento de mais um memorial ao Presidente do Estado, informando sobre o péssimo estado das estradas de rodagem que dificultava o transporte dos produtos e o trânsito das pessoas em geral.

Ainda em maio, o Presidente do Estado (governador) Adolpho Konder visita Joinville, sendo recepcionado na sede da ACIJ em uma cerimônia com grande número de associados. Na oportunidade, foram feitos agradecimentos e reivindicações, dando início a outra prática que vai se tornar tradição, mantida até os dias atuais: a relação direta com os governantes. Konder manifesta sua esperança na "coadjuvação desse grêmio no progresso do Estado" e menciona a "união das classes comerciais e industriais para a consecução desse fim", numa referência à fusão das entidades.

A nova diretoria, sob a presidência de Henrique Douat, assume os trabalhos em 21 de maio. Um dos temas que a associação vem se dedicando com afinco, desde a criação do Instituto do Mate, é a regularização do mercado desse produto, inclusive com auxílio à criação e registro de marcas comerciais para as empresas locais, junto à Diretoria de Propriedade Industrial, no Rio de Janeiro. Trata-se de um apoio fundamental, dada a complexidade a que esse mercado chegou, envolvendo novos concorrentes (nem sempre honestos), a expansão do mercado interno e as restrições impostas pelos mercados externos. Ao longo desse ano, serão inúmeras as correspondências trocadas pela ACIJ, intermediando processos envolvendo outras instituições, produtores, industriais e comerciantes de

1928 Henrique Douat assume a presidência da ACIJ

Por iniciativa da ACIJ, o governo outorga em lei o direito às associações comerciais de manifestarem-se acerca dos tributos sobre as mercadorias exportadas

Fundação da Cervejaria Catarinense – Cia. Sulina de Bebidas Antárctica

Santa Catarina, Paraná e mesmo Rio de Janeiro. Dentre elas a Família Mayrink Veiga, a Associação Comercial do Rio de Janeiro e a Federação da Indústria e do Comércio do Brasil. Também são intensos os trabalhos com pedidos de informação, dilatação de prazos e questionamentos sobre tributos, em especial o imposto sobre a renda.

Em julho de 1928, a ACIJ acompanha e apresenta sugestões ao projeto da Lei de Falências, que tramita no Senado Federal. A entidade também encaminha sugestões e modificações para serem incorporadas ao novo Sistema Tributário, em discussão no Congresso do Estado. Na reunião da diretoria de 9 de julho de 1928, discute-se pela primeira vez a ideia de se confeccionar um B*oletim* mensal, com uma edição em alemão e outra em português. No dia 24, a diretoria aprova projeto para a publicação oficial da entidade, o que passa a ser feito a partir do mês seguinte, sob a responsabilidade do secretário da diretoria, Armando Knaught, e supervisão do primeiro secretário, com 18 ou 20 folhas, contendo anúncios, atas e reproduções de artigos de publicações oficiais relacionados ao comércio e à indústria. Tem início assim, um longo e produtivo caminho de aproximação da associação com seu público, tanto na difusão de informações, que vai culminar na competente área de assessoria de imprensa dos tempos atuais, quanto na disseminação de orientações do seu departamento jurídico, um dos pilares da ACIJ desde o seu nascedouro.

Janeiro de 1929

BOLETIM
DA
Associação Commercial e Industrial de Joinville
Rua do Principe N. 76
Caixa Postal N. 118 - Telephone N. 236 - Telegr.: "Acijo"

COM SECÇÕES EM:
BANANAL, JARAGUÁ e HANSÁ-HUMBOLDT - (Municipio de Joinville) - SÃO FRANCISCO - (Municipio de São Francisco) - SÃO BENTO - (Municipio de São Bento) - MAFRA - (Municipio de Mafra e Itaiopolis) - OURO VERDE - (Municipio de Ouro Verde) - PORTO UNIÃO - (Municipio de Porto União) - HERVAL - (Municipio de Campos Novos, Curuzú, Chapecó) - MARCILINO RAMOS - (Cidade de Marcilino Ramos) - Districto do Rio Uruguai

Anno I - Numero VI

Reconhecida de utilidade publica pela Lei estadual N. 1011 de 30 de Setembro de 1928 e pela Lei municipal N. 387 de 15 de Novembro de 1926.

Fundada em 20 de Maio de 1927
pela
fusão das extinctas
Associação Commercial de Joinville,
Centro Industrial de Joinville,
Associação Commercial dos Varejistas de Joinville

ESTADO DE SANTA CATHARINA
REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

Boletim da ACIJ informa e orienta o associado

Encontra-se no Arquivo Histórico de Joinville uma coleção desse B*oletim*, que vai se alterando ao longo dos anos. O exemplar mais antigo ali conservado é o de número VI, de janeiro de 1929, que traz na capa a seguinte recomendação: "Para que uma Associação Comercial possa atuar com eficiência, antes de tudo, é necessário que os comerciantes se inscrevam no seu quadro social proporcionando a renda necessária para o custeio dos seus serviços e que se congreguem, apóiem e dêem mão forte à ação da diretoria", reproduzindo frase de Albano Issler, ex-diretor da Federação das Associações Comerciais do Brasil. Outra importante conquista ocorreria em 26 de setembro de 1928, quando o Congresso Estadual aprova projeto de Carlos Gomes de Oliveira, reconhecendo a ACIJ como entidade de utilidade pública estadual.

Informação substancial para dimensionarmos o alcance da entidade, obtemos no início de agosto de 1928. Pela resposta a um associado que deseja fazer cobranças no estado de Goiás, ficamos sabendo que, além de Santa Catarina, a ACIJ atua nas praças do Rio Grande, Paraná, São Paulo, Bahia, Pará, Amazonas, Capital Federal (Guanabara) e estado do Rio de Janeiro, "onde tem representantes", estando porém, "tratando de conseguir" se fazer representar em todo o Brasil. No mesmo documento, registra-se pedido da firma Coffe Co. de Berkely, Califórnia, que solicita amostras de erva-mate para divulgar e vender o produto no Noroeste dos Estados Unidos.

O ano de 1928 é excepcionalmente bom para o comércio do produto que, dado à elevação dos preços internacionais, amplia sua participação na pauta de exportação do estado, passando de uma arrecadação de 8.144:258$, em 1917, para 17.379:300$, em 1928. Esse desempenho torna-se mais exuberante diante do fato que, nesse período, o volume do mate exportado chegou a cair, sendo compensado no preço. Já com a madeira, segundo item no comércio exterior catarinense, a elevação da sua receita de 8,5 mil contos para 12,4 mil contos foi obtida mediante elevação de 30% nos volumes exportados. A erva e a madeira responderam por quase 50% da arrecadação do estado, em 1928. Esse desempenho é resultado das atividades realizadas em Joinville, tendo como suas principais artérias de movimentação de produtos a estrada de ferro e a Estrada Dona Francisca, ambas muito

arte 2021 ACIJ 7_ARTE ALBUM JOINVILLE ok.qxd 31/05/2021 16:12 Página 76

aquém das necessidades do comércio ervateiro e madeireiro. Por isso, insistentemente a ACIJ cobra melhorias nessas estruturas.

Outras estruturas estratégicas para as exportações, o Rio Cachoeira e os portos de Joinville e São Francisco do Sul, passam a ser objeto de discussões e reivindicações por parte da Associação Comercial e Industrial de Joinville. Assim, em 3 de outubro de 1928, a entidade elabora um memorial encaminhado ao Ministro da Viação e Obras Públicas, Victor Konder, solicitando a dragagem no Rio Cachoeira, melhorias no Bucarein e instalação de uma estação de rádiotelégrafo em São Francisco do Sul. Também a estrada de rodagem até São Francisco passa a ganhar importância para o comércio, sendo solicitada ao Governo do Estado e às prefeituras de Joinville, Parati (Araquari) e São Francisco do Sul sua reconstrução, restabelecendo as condições de tráfego. Também são acionados para esse fim os deputados por Joinville, Arthur da Costa, Carlos Gomes e Marinho Lobo.

Findando o segundo semestre de 1928, a entidade volta a negociar com o inspetor geral da rede Paraná-Santa Catarina, Goes Artigas, a criação de uma linha noturna de trem entre são Francisco, Joinville e Curitiba. Nessa época, a associação decide contratar um terceiro funcionário, para serviços externos. O ano não acabará, porém, sem reclamações de ordem fiscal: o associado Erico Muschellack relata dificuldades enfrentadas pelo setor madeireiro, e o produtor Carlos May, de Jaraguá, pede revisão da alíquota de 10% do imposto de exportação cobrado sobre a banha beneficiada, um dos itens de maior valor agregado de Santa Catarina, à época. Outro item na pauta da entidade é a crise na indústria têxtil. Para tratá-lo, a ACIJ forma uma comissão que vai discutir o assunto junto ao Presidente do Estado.

Aspecto do Porto de Joinville, na década de 20, escoadouro de madeira e erva

O jornalista Petrarca Callado faz coro ao empresariado e conclama aos comerciantes, industriais e agrícolas de todos os municípios que se organizem em associações, único modo de fazer frente aos sacrifícios decorrentes da elevação de "impostos, das tarifas postais, telegráficas e ferroviárias". Segundo ele, "os problemas mais importantes e de solução mais complicada, ante os quais deveriam sempre ser consultada as opiniões, da indústria, do comércio da lavoura e do operariado, que são o próprio povo, resolve-se à revelia dos pagadores de impostos". (A *Notícia*, 20 de junho).

Duas notas curiosas a registrar nesse ano de 1928: a ACIJ renova assinatura do *Jornal República*, de Florianópolis, principal veículo do Partido da República, e que será um dos últimos focos de resistência aos revoltosos do movimento de 1930; e a diretoria aprova indenização de 40$000 réis ao funcionário Arnaldo Rise, para despesas de conserto da sua bicicleta, utilizada em serviços de rua, como a distribuição de circulares aos associados.

Uma das primeiras medidas da entidade no novo ano é interferir junto à empresa telefônica para permitir a realização de ligações intermunicipais diretamente das residências de Joinville, o que até então só era possível com a intervenção da telefonista, um procedimento precário e demorado. Para tratar do assunto junto ao prefeito, formou-se uma comissão constituída por Henrique Douat, Otto Jordan e Divico Scheidegger. Também foi encaminhado ofício ao Conselho Municipal para que, no caso de se aprovar a venda da

empresa, a nova operadora fosse obrigada a fornecer o serviço de ligação direta residencial para outras cidades.

Dando início ao processo sucessório interno da associação, em 20 de abril de 1929, por sorteio, são escolhidos o terço de diretores que deverão ser substituídos. Saíram os nomes de Ricardo Karmann, Otto Jordan Sobrinho e Werner Metz, sendo que os dois primeiros são reeleitos na assembleia geral de 17 de maio de 1929, que elege também Theodoro Stein, sendo um industrial, um atacadista e um varejista, respectivamente. Em 22 de maio, a diretoria reúne-se para fazer a distribuição dos cargos para o período administrativo subsequente, que fica assim composta: Ricardo Karmann, presidente; Otto Jordan Sobrinho, vice; Rodolfo Colin, primeiro secretário; Erico Muschellack, segundo; Theodoro Stein, primeiro tesoureiro; e Hugo Delitsch, segundo tesoureiro. Henrique Douat, Otto Colin, e Willy Boehm, continuam no conselho fiscal. Em setembro, serão eleitos dois novos diretores: Ricardo Klitzke e Affonso Schmidt, em substituição aos demissionários Hugo Delitsch e Willy Boehm. Na assembleia de 12 de maio de 1930, serão integrados à diretoria, Theodoro Stein, Hans Lange e Hans Schneider. Um ano depois, em 11 de maio de 1931, ingressam José Köerbel e Carlos Detoi.

Tendo em vista a grave crise que afeta o setor, ao longo do ano de 1929, é realizado um pormenorizado censo dos madeireiros do Paraná e Santa Catarina, levado a efeito pelas entidades classistas de Joinville e Curitiba. Pela importância do setor na economia catarinense, a ACIJ dedicou boa parte de seu tempo e estrutura para esse trabalho, catalogando todos os empresários que atuam nessa área, nas dezenas de municípios em que possuía representações locais. Em várias das reuniões da entidade nesse ano, constam solicitações de maior número de vagões junto à estrada de ferro para atender à região serrana.

Postes, fiação e iluminação pública, um dos orgulhos na Joinville dos anos 20

A citada VI edição do *Boletim* da ACIJ, que saiu com meses de atraso devido à morte de seu redator, Armando Knaught, ocorrida em 3 de junho, em Curitiba, traz um balanço das atividades da entidade para o exercício 28/29, pontuando algumas conquistas. Dentre elas, a aprovação pelo Ministro da Viação, Victor Konder, de verba para a dragagem do Rio Cachoeira, e o acolhimento da solicitação de melhorias de "tráfego e de fretes" na rede ferroviária que serve a região. Destaca-se que, por iniciativa da ACIJ, o governo estadual outorgou em lei o direito às associações comerciais de manifestarem-se periodicamente acerca dos tributos incidentes sobre as mercadorias exportadas. Em consequência, os portos de Joinville, Parati (Araquari) e São Francisco do Sul são equiparados aos portos de Antonina e Paranaguá, com relação aos fretes de pinho, uma medida prática de grande repercussão, dada à crise do setor.

A força da Empresul

Constitui-se a 6 de abril de 1929, a Empresa Sul Brasileira de Eletricidade S.A. (Empresul), instalada à Rua Princesa Isabel, a qual terá definitiva influência no desenvolvimento de Joinville – e continua tendo, com outro nome, mas no mesmo endereço. A nova firma dividirá com a ACIJ algumas importantes páginas da sua história, conforme veremos adiante. Fundada com capital aberto, tem como principal acionista a Elektrizitäts-

1929 Fundação da Malharia Manz S.A.

Criada em Joinville a Empresa Sul Brasileira de Eletricidade S.A (Empresul)

Em outubro, o ex-presidente da ACIJ, Arthur Ferreira da Costa, é nomeado Secretário Estadual da Fazenda

arte 2021 ACIJ 7_ARTE ALBUM JOINVILLE ok.qxd 31/05/2021 16:12 Página 78

Gesellschaft de Allgemeine (Companhia Geral Eletricidade-AGE), de Berlim, e mais 19 sócios locais. Engloba as seguintes empresas elétricas que operavam no estado: Empresa de Eletricidade Jaraguá, Empresa Força e Luz de São Bento (Henrique Moeller e Cia.), Empresa de Eletricidade, Luz e Telefones de Mafra, Itaiópolis e Rio Negrinho (Cia. Nicolau Bley Neto), e Empresa de Eletricidade Tijuquense, de Tijucas. Em 20 de julho, o jornal A N*otícia* saúda a instalação da Empresul em Joinville:

> (...) Aqui se instalou a Empresa Sul Brasileira de Eletricidade S.A., com ramificações em quase todo o estado, com um capital bastante elevado e que veio trazer para Joinville um grande adiantamento, quer por ser filiada a grande companhia alemã, AEG, com sede em Berlin, fabricante de todos os materiais de eletricidade e outros artigos de apurada mecânica, quer também por ser organizada em molde de trabalho fora do comum, empregando nos seus serviços um número elevado de funcionários, cada qual com função tácita e capacidades comprovadas.
>
> A nossa indústria que sempre lutou com uma excessiva taxa de força elétrica , com essa empresa verá reduzido o seu dispêndio com força motriz e, por conseguinte com possibilidade de barateamento para o que fabrica.
>
> Vários melhoramentos, de início, a Empresa Sul Brasileira de Eletricidade S.A. está realizando, como o seu custoso e bem caprichado prédio, que se acha em construção na Rua 15 de Novembro, principal rua desta cidade, a fim de ali se instalar melhormente.
>
> Essa empresa é também proprietária da força elétrica da cidade de Mafra e se acha ali construindo uma subestação elétrica ao tempo, única no gênero em Santa Catarina.
>
> Atualmente a Empresa Sul Brasileira de Eletricidade S.A. é proprietária das empresas elétricas de Joinville, Bananal, Jaraguá, São Bento, Mafra, Rio Negro e Tijucas, achando-se em negociação com outras empresas do mesmo ramo de outros municípios do Estado.
>
> Como se vê, não foi só Joinville que propriamente lucrou com a instalação da Empresul em seu meio, mas sim Santa Catarina.

Ulisses Costa, chefe político e intendente, de 1927 a 1930

Com manchetes ufanistas e textos adjetivados, o jornal A N*otícia* apresenta, no segundo semestre de 1929, uma série de artigos, anunciando obras públicas de interesse direto da classe comercial como a dragagem do Rio Cachoeira, a reconstrução da Estrada Dona Francisca e melhorias dos meios de transporte, e também aborda questões mais prosaicas e cotidianas, que nos permitem entender melhor a Joinville de então. Chama atenção o estilo do jornal, bem menos sóbrio que os concorrentes, porém, mais generoso nos espaços e com uma novidade: fotografias reproduzidas em clichês de muito boa qualidade para a época. Em 10 de agosto de 1929, sob o título "A Associação Comercial e Industrial de Joinville presta hoje justa homenagem de reconhecida gratidão", o jornal informa que a entidade oferece um banquete na sede da Sociedade Ginásticos "ao Sr. Dr. Ulisses Costa, prestigioso chefe político local e prefeito municipal, e ao ilustre Ministro da Viação, Dr. Victor Konder, pela assinatura do contrato de dragagem do Rio Cachoeira". Diz o texto que o regalo traduz "as congratulações do nosso comércio pelo início de uma obra que tem sido grandemente necessária ao desenvolvimento em geral do município, e que ora se torna uma realidade".

Em 14 de outubro de 1929, o ex-presidente da ACIJ, Arthur Ferreira da Costa, é nomeado Secretário Estadual da Fazenda.

A partir de 1913, ano da inauguração da linha de trem no planalto, a Estrada Dona Francisca entra em decadência. Fiando-se em que a via férrea supriria as necessidades de transporte e frete entre o Planalto Norte e o litoral, as autoridades descuidaram da conservação dessa via primordial para o desenvolvimento regional. Vítima do descuido, das chuvas torrenciais características da região e da própria topografia acidentada da serra, a frágil estrutura da estrada sucumbiu, apesar do esforço dos usuários que faziam de tudo para reparar os pontos mais críticos. Pelo menos desde 1921, a ACIJ fez seguidas manifestações às autoridades estaduais e federais, pedindo que fossem restabelecidas as condições de tráfego na estrada, até porque, as necessidades de transporte nunca chegaram a ser supridas pela linha férrea, devido aos elevados custos e pela insuficiente disponibilidade de vagões.

Assim, com justificado entusiasmo, o jornal A N*otícia* anuncia, na sua edição de 24 de agosto de 1929, que o "grande melhoramento acaba de ser contratado pelo Governo do Estado para Joinville, qual seja a resolução presidencial ordenando a reconstrução da Estrada Dona Francisca, evidentemente a maior via de impulsionamento para a vida comercial joinvilense". O jornal relata ainda que a reconstrução da Estrada Dona Francisca era "uma velha aspiração da nossa população, que a vê no momento, com o seu comércio atado aos excessivos fretes ferroviários sem outro meio de expansão, dado o precário estado de conservação para aquela via pública."

Também a opção hidroviária está em pauta nesse momento. Em 2 de outubro de 1929, o artigo "A dragagem do Rio Cachoeira – Uma aspiração que se realiza" lembra que há sete anos o veículo vem acompanhando os anseios da comunidade por essa obra como um assunto inadiável e que viria concorrer para o progresso dessa grande e boa cidade:

> O Rio Cachoeira foi o primeiro escoadouro dos nossos produtos e, até hoje, apesar de termos estrada de ferro, continua sendo o veículo natural do progresso de Joinville.
>
> A navegação torna-se dia a dia mais intensa.
>
> Cumpria, pois, que o Rio Cachoeira fosse desobstruído da lama que fecha o seu canal dificultando a navegação, bem como se o retificasse, a fim de a tornar menos penosa e arriscada.
>
> Tal a grande aspiração do nosso povo.

O mesmo jornal traz, em 30 do novembro de 1929, uma importante e lúcida análise, demonstrando de forma didática como os efeitos da crise de um setor se espalha, atingindo toda a economia, em todo o país, com nefastas consequências para a população indefesa. Sob o título "Os reflexos da crise do café em Joinville", o artigo desenha um quadro alarmante com tintas de gravidade e desalento, conforme segue:

> A crise do café, que desde o seu início deixou de ser um fator regional de desordem na economia pública e particular, para se tornar uma sincope nacional do comércio em geral, como tal está produzindo os seus efeitos maléficos em todos os núcleos comerciais do país.
>
> O comércio, como todo mundo sabe, obedece ao crédito ou descrédito, isto é, confiança ou à falta de confiança. Ora, uma vez verificada a crise no comércio cafeeiro, os seus efeitos não deixarão de se estender ao comércio de todos os gêneros.
>
> Há o estabelecimento do descrédito, a desconfiança, e daí advêm os malefícios que causa a todo o país.
>
> Joinville, grande núcleo comercial, sofre atualmente os reflexos da crise.
>
> Existe já a escassez de certos gêneros, os quais alcançam preços elevadíssimos. O comércio vê-se forçado a restringir as compras, enquanto o produto escasseia.
>
> Por outro lado, já existe a desconfiança nas praças externas e as vendas estão sendo restringidas por sua vez. Aliás, até a procura diminuiu, chegando ao ponto de obrigar os comerciantes a se acautelarem. As falências diárias de grandes firmas do Rio, São Paulo e Porto Alegre refletem mal no comércio, que se vê forçado a negociar "no seguro".
>
> Estamos informados que uma grande firma local que explora a indústria têxtil, pela diminuição do vulto dos seus negócios, teve de diminuir o número de seus operários. Constou-nos ainda que esta

arte 2021 ACIJ 7_ARTE ALBUM JOINVILLE ok.qxd 31/05/2021 16:12 Página 80

mesma firma passará a trabalhar duas vezes por semana, até o fim do ano, quando fechará as portas.

Nesse andar, não tardará que outras firmas se vejam também na contingência de adotar idênticas medidas.

Existe na cidade certo número de desocupados, embora não seja ainda de molde a causar grandes preocupações. Entretanto, se se der o fechamento da fábrica a que aludimos, teremos acrescido esse número em cerca de 600 operários sem trabalho.

Felizmente o grande conceito que sempre gozou a nossa praça, evitará uma crise mais aguda, mais urge que os poderes públicos federais tomem medidas enérgicas e urgentes para restabelecer o crédito no Brasil.

Embora o texto não cite, a situação é um desdobramento da grande crise americana iniciada um mês antes com o *crack* na Bolsa de Nova York, em 24 de outubro de 1929. Interessante notar que a ACIJ não registra qualquer referência ao acontecimento nas atas de suas reuniões, muito embora o tema deva ter sido objeto de análises e debates pelo seu imenso impacto no dia a dia de todos os associados. Coube ao jornal refletir os efeitos de um episódio mundial na vida do Brasil e de Joinville. Em 7 de dezembro, o jornal volta a abordar os reflexos da crise que levam a empresa férrea a medidas extremas com evidentes consequências para os joinvilenses. Sob o título "Nos domínios da São Paulo-Rio Grande – continua a falta de vagões, os trens atrasados, as mercadorias armazenadas e a diretoria de braços cruzados", A *Notícia* inclusive faz um chamamento para que a ACIJ tome providências:

Há dias verberamos os abusos cotidianos da Cia. São Paulo-Rio Grande, criticando a falta de atenção da Chefia de Tráfego, que é impotente para coibí-los, pois com eles é conivente a diretoria geral da companhia. Esperávamos que pelo menos dessa vez os responsáveis tomassem as necessárias providências, porém, tivemos de ver, e com pesar, que até agora nenhuma medida sequer foi tomada, continuando tudo como antes.

O regime econômico forçado impera na São Paulo-Rio Grande. Estão sendo cortadas todas as despesas, até mesmo as mais necessárias. A Cia. resolveu pagar um preço absurdo pelo metro cúbico de lenha cortada e empilhada à margem da linha. Os antigos fornecedores negam-se a suprí-la de combustível por um preço absurdo. Tanto assim que a maioria já suspendeu o corte da lenha, de modo que a Cia. está com um estoque diminuto. Apesar disso, entende a diretoria que não há de pagar um centil a mais e com isso quer forçar os lenheiros a fornecer-lhe o combustível pelo preço que estabeleceu. Como "duro com duro não faz bom muro", temo que a Cia. dentro de algumas semanas não terá mais um pau na linha e os lenheiros irão ocupar-se com outra coisa.

Com isso, o que se dá é o atraso no horário dos trens, pois chegam a parar na linha, como aconteceu no mês passado com o expresso, que por falta de pressão parou três vezes na serra. O trem de Curitiba raramente chega na hora marcada. Traz sempre um atraso de uma ou duas horas.

Isso quanto aos trens de passageiros. Com os de carga é ainda pior. De Mafra a Joinville um trem de carga leva seguramente dois dias! E quando não são os trens que demoram nas linhas, são os vagões que ficam pelas estações à espera de transporte. As constantes reclamações do comércio dizem bem da falta de atenção por parte da Cia. Os chefes de trens de cargas recebem ordens para deixar os vagões em tal e tal estação e nunca mais alguém se lembra deles, de modo que é preciso que a parte reclame para que chegue um dia ao seu destino.

Este estado de coisas é preciso acabar. Chamamos para ele a atenção da Associação Comercial e Industrial de Joinville e do Sr. Ministro da Viação, pois aos reclames da imprensa a Cia. faz "ouvidos de mercador..."

Em outro artigo, publicado em 11 de dezembro, o mesmo jornal traz à pauta da Associação Comercial e Industrial de Joinville o problema dos depósitos bancários a que estão sujeitas as mercadorias despachadas para as estações de Mafra e Porto União. Apesar de ter uma redação um tanto confusa, o texto dimensiona a complexa burocracia que industriais e comerciantes enfrentam para fazer circular mercadorias. Usando de certa ironia para

1929

Queda na Bolsa de Nova York gera a crise de 29, com extensão mundial e repercussão em Joinville

com a associação que, cuidando de tantos assuntos, por hora não pôde tratar desse, o articulista reclama atenção para o caso, de grande importância, conforme demonstra:

Desde que os estados entraram a cobrar impostos de exportação, de um para outro – impostos que apesar de condenados pela Constituição continuam e continuarão a vigorar, fazendo parte da receita – Santa Catarina, cujo governador, então, fez como os demais, cerrou os olhos ante a ilegalidade desses impostos. Foram criados os postos fiscais, a cargo de um fiscal, em todas as localidades por onde se escoam para os estados vizinhos as nossas mercadorias. Fez-se mais ainda, criou-se o imposto de 500 réis por fatura de um município a outro.

Encarado do ponto de vista da sua insignificância – 500 réis – esse imposto parecerá nada. Tenha-se em mira, porém, a quantidade de despachos, de faturas comerciais que faz cada comerciante ou industrial e ver-se-á que ele é até certo ponto demasiado. Atualmente, se não nos enganamos, o número desses despachos denominados "livres" eleva-se a 12.000 no posto fiscal de Joinville, importando em 6:000$000 de imposto "extra" pago pelo comércio.

Mas não é esse o ponto principal que visamos. O imposto de importação (ou exportação?) pesa hoje na receita do Estado e suprimí-lo agora acarretaria na criação de outro que compensasse a sua falta na balança.

Queremos falar dos depósitos das mercadorias despachadas para Mafra e Porto União.

Criados os postos fiscais naquelas localidades, colocado ali um "guarda", toda mercadoria que se destinar a Mafra deverá receber o seu visto na fatura. Isso é, na terceira via do despacho.

O remetente paga aqui o depósito como se pagasse (o imposto de) a exportação. Manda ao consignatário a terceira via. Depois de visada pelo agente da estação de destino e pelo coletor, o consignatário devolve a terceira via, e o remetente aqui vai receber o depósito depois de selar o necessário recibo com 1$600 de selos.

Ora, deve-se levar em conta que o dinheiro depositado, parado na mão do encarregado do posto fiscal, é um dinheiro morto, sem render juros. Um comerciante em grande escala precisa recorrer a verdadeiras acrobacias para ser compensado dos prejuízos que lhe acarretam o depósito de 1:000$000, 2:000$000 ou mais.

É fora de dúvida que ele não pode ficar sujeito a prejuízos porque o Estado procure, desse modo, coibir o contrabando naquelas localidades.

Há ainda outro inconveniente, o de constante extravio das terceiras vias dos depósitos. O prazo para o recebimento do dinheiro depositado é de 90 dias; ultrapassados estes, perde-se o direito ao reembolso. Acontece muitas vezes que a segunda via do depósito também se extravia e o comércio é forçado a arcar com os prejuízos.

Além disso, aparecem por último os recibos de 1$600 que correspondem a 600 réis de selos federais e 1$000 de selos estaduais. É mais uma sobrecarga a tantos impostos com que têm de arcar o comércio e a indústria.

Para isso tudo é que chamamos a atenção da Associação Comercial e Industrial. Faz-se mister o seu entendimento com o Sr. Presidente do Estado, para que se concerte um meio de suprimir esses depósitos, procurando realizar nas localidades limítrofes um melhor serviço de fiscalização para evitar o contrabando.

O texto a seguir, "Perspectivas risonhas – de Curitiba a Joinville em seis horas!", publicado por A *Notícia*, em 18 de dezembro de 1929, embora abordando a questão do transporte e também do comércio, faz um raro – e belo – gracejo para os padrões do jornalismo da época, de como será bela a vida em Joinville podendo-se ir a Curitiba tão rapidamente. É um precioso retrato de época.

Há poucos dias, ouvimos de pessoa autorizada que a estrada de rodagem que está sendo construída entre Joinville e Curitiba será uma das mais importantes rodovias que já se construíram no Sul do país.

A sua extensão está calculada em 150 quilômetros com uma largura de 16 metros. O leito da

arte 2021 ACIJ 7_ARTE ALBUM JOINVILLE ok.qxd 31/05/2021 16:12 Página 82

estrada será abaulado para evitar que as águas fiquem empossadas. Toda essa extensão de estrada de rodagem que ligará Joinville à adiantada capital paranaense obedecerá a uma construção adequada, de modo a resistir o mais possível à ação do tempo e dos veículos que por ela transitarem.

Ouvindo essas rápidas explicações, entramos logo a conjecturar sobre o futuro de nossa cidade. Ligada à capital do Paraná, Joinville será grandemente beneficiada.

Já possuímos uma estrada de ferro que nos leva a Curitiba em 13 horas. São 335 quilômetros de via férrea.

Uma vez construída a estrada de rodagem, esta distância ficará reduzida a 150 quilômetros e a viagem será feita em 5 ou 6 horas de automóvel.

O transporte de cargas em grandes caminhões poderá competir em preço e rapidez com a estrada de ferro.

Além disso, criar-se-ão companhias de transporte de pessoas e de carga.

Os ônibus com seis rodas, para 24 passageiros, farão a linha Joinville-Curitiba.

Ora, isso será o ideal!

Nesse tempo, quando por qualquer circunstância, estivermos aborrecidos em Joinville, tomaremos um auto e iremos assistir à matinê no Cine Avenida ou tomar um refresco no pitoresco arrabalde de Bacacheri.

Ou então, quando lá tivermos deixado "uns olhos", iremos visitá-la aos domingos e voltaremos pela segunda-feira pela manhã.

Mas não é só. O comércio vai lucrar com essa rodovia. Como já tivemos ocasião de acentuar, a SP-RG em morosidade é uma "beleza". Os auto-caminhões substituí-la-ão com vantagens.

Quando pudermos ir a Curitiba em 6 horas, ou mesmo em 9 ou 10, a preços equivalentes, quem mais quererá os carunchosos vagões da SP-RG?

Sairemos com o café da manhã e iremos almoçar na "Cidade Guria", no Jonscher. Que suco!

Sobretudo, isso, poderemos com mais facilidade passear em Campo Alegre, São Bento, Mafra, Morretes, etc. Do mesmo modo, mais facilmente se fará o intercâmbio comercial. Com esta rodovia, Santa Catarina e o Paraná lucrarão muito. Além disso, estarão mais unidos os dois estados que ainda formam no Sul do país o mais formidável mercado da erva-mate e da madeira.

Para finalizar o ano e encerrar este período, que terá termo com os desdobramentos políticos de 1930, também recorremos ao jornal A *Notícia*, que em 24 de dezembro de 1929 apresenta um retrato singelo da cidade, seu comércio e seu tempo, no texto intitulado "A centralização do nosso comércio – as nossas casas comerciais, as vitrines":

> Joinville ainda não perdeu de todo a sua feição colonial. Em que isso nos pese, precisamos dizê-lo, embora estejamos vendo que ao lado dela vai nascendo e se avantajando dia a dia esta outra feição, que é a moderna.
>
> O mal tem suas origens, aliás, profundas, e que só o tempo e um desejo constante, a exemplo de outras localidades e até mesmo do turismo, poderão modificar.
>
> Um fator que muito contribui para o aspecto colonial de Joinville, além dos fatores sociológicos, da índole do povo, etc., é a excessiva extensão do perímetro urbano, assim determinado pelo comprimento das nossas vias públicas.
>
> Tudo em Joinville é distante, a estação férrea fica a quase dois quilômetros do centro urbano, o cais, embora próximo, fica isolado. A distância de um extremo ao outro da cidade é de cerca de quatro quilômetros.
>
> Daí a dificuldade de possuirmos propriamente um centro comercial.
>
> Além disso, as nossas casas de diversões ficam do mesmo modo distantes. Uma delas quase fora do perímetro urbano e a outra escondida em uma rua sem movimento.
>
> O mesmo dá-se com os nossos hotéis, com os cafés, com os bares etc. A nossa única praça pública fica como que isolada.
>
> Ora, é natural que tudo isso contribua consideravelmente para dar à cidade esse aspecto colonial de que falamos.

> Pouco a pouco, o nosso comércio local vai compreendendo o valor da propaganda. Hoje vemos as vitrines das nossas casas comerciais apresentando outro aspecto. O público pode apreciar a exposição dos artigos, os quais são expostos de maneira a chamar a sua atenção.
>
> (O Bazar Nipon possui) a mais artística exposição de artigos que temos visto em Joinville. As demais casas vão seguindo o exemplo: Alfaiataria Joinvilense, Sr. Hermann & Cia., Otto & Eugênio Boehm, Emilio Stock, Casas Piper, Richlin & Cia., Casa Globo, Casa Ideal, A Esmeralda, Jordan, Gerken, Filial, etc. (...)
>
> Entretanto, o público tem de correr o dia todo para visitar quatro ou cinco casas.
>
> Tudo fica distante, muito longe, e o dia não chega.
>
> Por que, pois, não centralizamos o nosso comércio?

Os ventos de 30

Enquanto o ano que finda deixa uma interrogação no ar, em função da crise econômica, o ano da revolução exclama todos os bordões que a política e, depois, as armas são capazes de inflamar na população. Quanto à ACIJ, mantém-se em sólido e duradouro silêncio. O livro de atas das reuniões da ACIJ, fonte mais regular de registros sobre suas atividades, assinala apenas a realização da assembleia ordinária, marcada para 5 de maio de 1930 e realizada em 12 de maio, em segunda convocação, para a renovação de três membros da diretoria, havendo a eleição de Theodoro Stein, Hans Lange e Hans Schneider. Na imprensa, também não há qualquer declaração ou referência às ações da entidade, antes ou depois da revolução. É fato que as classes empresariais estão imersas em preocupações e ocupações para fazer frente à crise econômica que assola o país.

Os revolucionarios estão marchando com destino a Joinville

Os ultimos telegrammas vindos de Hansa e S. Bento, informam que os revolucionarios estão decendo a serra de Hansa, com o fito de occupar esta cidade.

A população civil que continue nos seus propositos de ordem e fique tranquilla que tanto os revolucionarios como os legalistas saberão respeitar o direito de cada cidadão desde que os mesmos não sejam encontrados com armas nas mãos.

Agora esperamos do patriotismo do nosso governo e do commandante da columna revolucionaria que evitem de qualquer maneira um encontro de forças para que a nossa cidade não venha a ser theatro de possivel lucta.

Confiae povo de Joinville.

Imprensa anuncia a revolução em Joinville

Na qualidade de classe conservadora, ligada ao poder ora deposto, inclusive com alguns de seus quadros tendo sido eleitos deputados pelo partido do antigo governo, é lícito concluir que os empresários perderam com a revolução. Por outro lado, é aceitável supor o contrário, já que o movimento derruba a oligarquia cafeeira, que sacrifica os interesses da incipiente indústria nacional, da qual Joinville faz parte, para manter sua hegemonia.

Poucas foram as matérias publicadas pela imprensa local sobre a revolução, com pelo menos alguma implicação para a classe empresarial e a Associação Comercial e Industrial de Joinville. Dentre elas, podemos citar a edição de 13 de outubro de A *Notícia*, que relata uma manifestação pública ocorrida em Joinville, em que vários oradores se revezaram, dentre eles Plácido Olímpio, presidente da Aliança Liberal, o "governador civil da cidade", Carlos Gomes de Oliveira, e José Américo Dias Barreto, este, associado e ex-secretário da ACIJ.

Partidário ou não do movimento, é certo que o comércio estava sofrendo prejuízo com a anormalidade do momento. Tanto que em 30 de outubro, no artigo "A paralisação do comércio local" A *Notícia* conclama pela volta à normalidade de forma bastante incisiva para um veículo "que nunca fora revolucionário de pegar em arma", e cumpre um importante chamamento à realidade num momento em que todas as "folhas" dedicam-se a deitar loas aos revoltosos:

> Atualmente, se impõe a regularização completa do movimento comercial, pois já se começam a sentir os efeitos dessa paralisação demasiadamente demorada. Havendo apenas consumo e não

1930

Plácido Olímpio de Oliveira assume a Prefeitura de Joinville

Revolução chega a Joinville, 13º Batalhão de Caçadores adere ao movimento

Embargo argentino provoca crise do mate

Em dezembro, é inaugurada a sede da Sociedade Harmonia-Lyra

arte 2021 ACIJ 7_ARTE ALBUM JOINVILLE ok.qxd 31/05/2021 16:12 Página 84

importação, dentro em pouco nos veremos a braços com maiores dificuldades.

Com o fechamento dos bancos e a falta de confiança que se fez sentir durante os dias da revolta, não era possível comerciar. As praças da zona serrana, dada a falta de veículos de transporte, ficaram esgotadas. Regiões existem onde os gêneros de necessidade escasseiam, sendo preciso o seu reabastecimento.

Isso se dará se for normalizado o comércio, graças às providências a serem adotadas pelas autoridades, não somente locais como de todo o estado.

Confiamos nessas providências que serão tomadas dentro em pouco, para que a vida comercial do estado não sofra solução de continuidade que virá prejudicar grandemente não só o comércio e a população, mas todo o Estado.

No dia seguinte, o mesmo A *Notícia* traz na capa uma nota em tom mais ameno e cuidadoso, chamando atenção para uma situação que a todos aflige: "Dado o interesse com que as altas autoridades do Estado procuram solucionar os problemas que afetam diretamente o comércio e a indústria, dentro de poucos dias estará normalizada nossa vida interna. Passando pela rápida comoção provocada pela revolução, entramos agora na fase de restabelecimento tão necessária ao nosso progresso material e financeiro", afirma o jornal. Mas as notícias que chegam vão no sentido contrário. Como a ordem "das autoridades superiores do país" suspendendo temporariamente o trem misto que corria entre as estações de São Francisco do Sul e Mafra. Os preciosos vagões seriam utilizados no transporte de tropas às suas praças de origem.

Destoando do coro ufanista em defesa dos libertários da revolução, que a todos impregna com o ardoroso frenesi patriótico, a 3 de janeiro 1931, A *Notícia* publica artigo com alerta para a crise do mate provocada pelo embargo do governo argentino ao produto brasileiro. Diz o jornal que "o comércio catarinense, em sérias dificuldades pela crise que perpassa por todo o país, terá ainda mais agravada a sua situação com a impossibilidade de venda do nosso mate na Argentina". A medida ameaça com graves consequências em especial a cidade de Joinville onde "inúmeras firmas se entregam em grande escala a este comércio". As restrições impostas pela Argentina podem acarretar o desemprego a um grande número de operários que trabalham nos vários estabelecimentos que comercializam o mate. "Façamos de tudo ao nosso alcance para que mais ainda não nos chafurdemos numa crise de falta de trabalho e de misérias, que é a agonia lenta, no momento, de muitos lares brasileiros", conclama o jornal.

Conforme informação recebida, via telegrama, por um industrial de Joinville estabelecido no país platino, a medida entraria em vigor a partir do dia 15 de janeiro. O jornal é incisivo: "Não precisamos encarecer a gravidade que acarreta aquela proibição, mormente os dias aflitivos que atravessam as nossas principais indústrias. Sofrerá o povo com a retirada brusca do seu único meio de vida neste momento; as rendas do Estado, baseadas na arrecadação provindas da exportação, verão o decréscimo imediato e teremos assim diante dos olhos, um espetáculo contristador, a ajuntar aos demais que numa sequência diabólica ameaçam os catarinenses de uma derrocada eminente." São palavras duras que ganham ainda maior envergadura uma vez que destoam da patriotada do momento.

Outro setor que atravessa grande crise é o madeireiro que, à semelhança do café, também prejudicado pelo excesso de produção que vem forçando a baixa do seu preço nos mercados consumidores, em especial o platino. Já a 3 de janeiro, a ACIJ encaminha expediente ao General Interventor, Ptolomeu de Assis Brasil, nos seguintes termos: "A Associação Comercial e Industrial de Joinville, correspondendo ao apelo que lhe foi dirigido pela classe madeireira, vem perante o dirigente dos destinos do estado solicitar medidas de emergência para a salvação da indústria da madeira, que se debate numa crise angustiosa". O documento sugere algumas medidas a serem tomadas, redução de fretes

1931

Fundação da Metalúrgica Wetzel S.A.

ACIJ cobra ligação rodoviária de Joinville a São Francisco

marítimos e ferroviários, fiscalização, redução na produção e o replantio.

A Associação Comercial e Industrial de Joinville lidera a criação de um instituto de defesa do pinho. A nova entidade dos madeireiros é criada em reunião realizada na ACIJ, tendo como primeira diretoria: Erico Muschellack, Wenzel Kahlhoffer, Ademar Garcia, José Alvin e Carlos Schmidt. Nos dias seguintes, a crise da erva e do pinho volta a ser abordada de forma contundente por A *Notícia*: "Dia a dia a crise se torna mais apavorante. Ao longo de toda a região madeireira e ervateira, não há dinheiro. Engenhos parados, braços imobilizados, gritos, choros, lamentos, imprecações põem uma nota de supino horror no tremedal da misérias, que vêm ensombrando os lares e devorando milhares de famílias." Segundo os exportadores, 70% das serrarias estão com suas atividades paradas, já que não têm como sustentar os grandes estoques.

Em edital publicado a 18 de fevereiro, o jornal informa que o interventor deverá convocar por intermédio da Associação Comercial e Industrial, uma reunião dos madeireiros. A ideia é definir um programa a ser apresentado no congresso do setor, em Curitiba, onde a "classe industrial, talvez a mais importante do estado", deverá ser representada por delegados definidos pelo próprio setor, para que assim "não continuem a depender das sugestões paranaenses".

Desde 1928, a ACIJ vinha reclamando providências, tanto do estado quanto do Ministério de Viação para a ponte do Canal do Linguado, que opera com precariedade, provocando seguidas interrupções no tráfego de trens. Por fim, nesse conturbado início de ano, já em estado de ruína, a ponte foi interditada, e todos os imensos carregamentos que seguiam diariamente de trem para o porto tiveram de ser desembarcados em Joinville e seguir viagem pelo Rio Cachoeira. Ante o acontecimento, outra antiga reivindicação da ACIJ volta a ser cobrada: a ligação rodoviária de Joinville a São Francisco. Em 23 de abril, o jornal A *Notícia* confirma que o porto de São Francisco está fechado ao tráfego da linha férrea, tanto para cargas quanto para passageiros. Segundo o jornal "a ponte se balança sobre os pilares, sem apoio, sustida apenas pelo arco superior". Diz ainda que duas comissões de engenheiros estiveram no local para averiguar a necessidade de construir uma nova ponte, sem chegar num consenso, tendo sido inclusive sugerido o fechamento do canal. Essa ideia é rechaçada: "Não poderá o Ministro da Viação consentir tamanho erro, pois o canal é passagem estratégica da qual não se pode prescindir".

Trabalhadores do setor madeireiro, o mais importante em Joinville nos anos 1930

Em abril, já sob a vigência de um acordo de preços estabelecido entre os exportadores, prosseguem os entendimentos entre os madeireiros de Santa Catarina e Paraná, liderados pela ACIJ, visando a criação de um órgão que congregasse todos os produtores. Há pelo menos duas ocasiões em que os madeireiros de Curitiba descem de trem, pernoitam na cidade e, no dia seguinte, discutem o fortalecimento do setor. Na manhã de 9 de maio, novamente reunidos na ACIJ, os empresários discutem e aprovam os estatutos da Associação dos Madeireiros do Estado de Santa Catarina, que deverá "defender de forma efetiva a indústria madeireira". De Joinville, os representantes da nova entidade vão a Florianópolis pedir o apoio do General Interventor, Ptolomeu de Assis Brasil.

1931

ACIJ lidera constituição da Associação dos Madeireiros do Estado de Santa Catarina

Dificuldades nos setores madeireiro e ervateiro provocam desemprego e crise social

arte 2021 ACIJ 7_ARTE ALBUM JOINVILLE ok.qxd 31/05/2021 16:12 Página 86

Com os dois setores mais ostensivos em ocupação de mão-de-obra em crise, agrava-se o desemprego em Joinville. Buscando mitigar a "miséria reinante nos lares", provocada pela falta de trabalho para algumas centenas de operários de mãos calejadas, a redação de A *Notícia* distribui gêneros de primeira necessidade aos "desocupados de Joinville", a que o jornal define como "mártires da crise que assoberba todo o mundo". Tais mantimentos foram arrecadados pelos comerciantes e industriais da cidade, por iniciativa do diretor do jornal, Aurino Soares. Também decide-se ofertar aos desempregados o auxílio de um conto de réis por mês em troca de serviços na reparação de ruas da cidade. A ACIJ solicita a retomada das obras no Rio Cachoeira, abrindo essa frente de trabalho para dezenas de operários, com isso provoca a vinda para Joinville do General Interventor para tratar do assunto. A obra é essencial para a reação dos setores ervateiro e madeireiro, já que o trem não passa pelo Canal do Linguado, sendo necessário escoar os produtos por Joinville.

Defendendo a ligação rodoviária entre Joinville e São Francisco do Sul, em 4 de junho, o jornal A *Notícia* lembra que este será um elo essencial para o desenvolvimento comercial e turístico da região. Além das evidentes vantagens quanto ao transporte de cargas, o periódico já vislumbra à época a potencialidade turística regional, citando que "os excursionistas que passam pela ilha ficam pouco tempo lá", o que não aconteceria se, por ventura, houvesse a possibilidade de visitar as cidades vizinhas como Joinville, "conhecida em todo o mundo como um centro de cultura e desenvolvimento industrial". O jornal lembra que os frutos da afluência de turistas representa importante fonte de receita que não se pode desprezar.

As conquistas trabalhistas, em implantação pelo Governo Vargas, formarão uma pauta permanente na ACIJ, a partir desse ano de 1931. A entidade passará a atuar de dois modos preponderantes: tentará discutir e argumentar à medida do possível, com as autoridades, defendendo os pontos de vista da classe que representa; na outra ponta, atuará orientando e organizando os empregadores para que se adaptem às novas disposições legais. Dentro desse espírito, a 12 de outubro de 1931, realiza-se uma assembleia para discutir e obter sugestões ao decreto que regula o horário de trabalho na indústria e no comércio, "tendo sido cada artigo convenientemente discutido e ponderado". Ao final, a diretoria foi autorizada a elaborar um memorial ao Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, expondo os artigos "inaplicáveis às indústrias locais".

Quanto às férias anuais, o governo provisório publicou, em 28 de março de 1931, o Decreto 19.808, suspendendo a aplicação da lei de 1925 que regulamentava o tema até então. Em função das novas normas estabelecidas, as férias referentes a 1930 que ainda não tinham sido gozadas foram pagas. Em novembro de 1931, Agripino Nazareth, representante do Ministério do Trabalho, vem a Joinville para organizar a estiva local, porém, utiliza como base os critérios dos portos marítimos, inadequados ao porto fluvial de Joinville, recebendo por isso "enérgicos protestos" da diretoria da ACIJ. Somente em setembro do ano seguinte a questão seria resolvida, quando foi selado um acordo entre os arrumadores e os estivadores sobre o regulamento que passou a ser observado, não sem "grandes sacrifícios, para o comércio exportador", conforme registro da entidade.

A partir de 12 de outubro de 1931, a ACIJ passa a ter por sede o salão do edifício da empresa Henrique Lepper & Cia., à Rua do Príncipe, 109. Outra novidade é que a diretoria passa a contar com um secretário de mesa, Celso Capudi, que terá, dentre outras, a função de lavrar as atas. Ainda com relação a questões internas da entidade, a 13 de maio de 1932, findam os mandatos de Ricardo Karmann, Otto Jordan Sobrinho e Afonso Schmidt. São reeleitos e permanecem na diretoria os dois primeiros e Otto Colin é eleito no lugar de Afonso. Assume a presidência José Köerbel em substituição a Ricardo Karmann, que conduziu a entidade em dois períodos: 1927/28 e 1929/32.

Duas importantes conquistas para Joinville são confirmadas no início de 1932. Em

José Köerbel tem origem familiar em Curitiba, no Paraná, foi administrador de renome em Joinville, tendo atuado à frente de empresas privadas e de instituições públicas. Chegou a ser o provedor do Asylo de Órphãos e Desvalidos (Lar Abdon Batista) e diretor da Maternidade Darcy Vargas. Na ACIJ ocupou diferentes funções antes de chegar à presidência da entidade, cargo que exerceu de 1932 a 1934.

janeiro a Empresul inicia operação com telefones automáticos e, em 5 de fevereiro, o jornal A *Notícia* anuncia que o Governo Federal oficializa a Escola Prática de Comércio, dirigida por Ana Harger. Assim, diz o jornal, "qualquer guarda-livros prático poderá prestar o seu exame nesse estabelecimento, que obedece a todas as prerrogativas da federação". E mais: o Instituto Bom Jesus conseguiu a banca examinadora para os exames de admissão ao primeiro ano ginasial.

Os registros da assembleia geral, realizada em 29 de agosto de 1932, deixam transparecer um clima de animosidade interna, que iniciara já em julho, quando Rodolpho Colin apresentou demissão do conselho deliberativo. No início de agosto, Hans Lange também se desliga da diretoria, alegando que durante as discussões na entidade "determinados assuntos passaram para o terreno pessoal". Já durante a assembleia, o primeiro secretário, Afonso Schmidt, também pede afastamento de seu cargo, por problemas de saúde e em solidariedade a Lange.

O discurso de Afonso Schmidt, reproduzido na ata daquele encontro, revela, com rara sinceridade, o momento de crise. Segundo ele, apesar da regularidade das reuniões e da permanente disposição para atender aos associados, "muito poucas ideias e reclamações foram sugeridas e apresentadas", levando ao enfraquecimento da entidade e a críticas com relação à ação da diretoria. O pior é que, no ambiente externo à entidade, se diz que a diretoria, nada tem feito, nada faz e nada fará para a defesa das classes que representa". O próprio orador faz a defesa da casa, dizendo que seus membros não medem esforços, "sacrificando horas e, em muitas vezes, dias para servirem à nossa agremiação". E conclama: "sigamos unidos, antes de tudo unidos, porque sem isso nada poderemos conseguir". Ele lembra que poucas cidades no Brasil apresentam uma associação que reúne industriais, atacadistas e varejistas. Nas palavras seguintes, há uma importante pista das razões da crise interna: "Não devemos estar divididos em opiniões e partidos". E conclui com a pergunta: "Qual é o valor que se lhe pode ser dado, quando precisa defender os interesses de suas classes, quando seus próprios associados não lhe dão valor?" Após a fala, os demissionários foram reconduzidos a seus cargos, por unanimidade de votos, com exceção de Rodolpho Colin, substituído por Wolfgan Altemburg.

Com relação a esse estremecimento relatado acima, é oportuno lembrar que os associados são, por natureza, conservadores. Aliás, se intitulam "classes conservadoras", cujos ideais, de maneira geral, foram derrotados pela revolução. Embora não haja esse registro, não é de todo infundado imaginar que a "velha questão étnica" possa ter provocado as desavenças na entidade, já que, em dezembro de 1930, a Lei de Nacionalização do Trabalho determina que pelo menos dois terços dos membros dos sindicatos precisam ser brasileiros, e que os estrangeiros não podem exercer cargo de direção. Afonso Schmidt também fala em erros da diretoria, que "não é infalível nem sobre-humana". Ainda no campo das conjecturas, podemos arrolar os temas tabus que estavam na pauta da ACIJ, como a implantação das jornadas fixas de trabalho e as férias anuais, a respeito das quais a entidade pouco pôde fazer, uma vez que são determinações federais, conforme Decreto 21.186, de 22 de março de 1932. Aliás, outra pista das divergências quanto a estes temas verifica-se na reunião seguinte, quando os atacadistas simplesmente não compareceram para discutir a jornada de trabalho, sendo necessário novo encontro para que tomassem a sua decisão. Importante registrar que os varejistas, nessa época, somam aproximadamente 50% dos associados.

Em novembro de 1932, são anunciados os aumentos de impostos de indústria e

arte 2021 ACIJ 7_ARTE ALBUM JOINVILLE ok.qxd 31/05/2021 16:12 Página 88

profissão para o ano seguinte, levando a entidade a discutir e tomar a única providência cabível: protestar junto ao governo. Em telegrama dirigido ao interventor federal, a ACIJ vê as implicações da medida diante da "situação aflitiva em que comércio e indústria atualmente se acham, não suportando aumento de imposto algum". Pela imprensa a entidade solicita que a questão "se processe dentro de um espírito de harmonia, de razão e de justiça". Mas um mal ainda maior se avizinha, a criação do novo Imposto Sobre Capital, a respeito do qual a ACIJ encaminha para o Major Interventor, Ruy Zubaran, um telegrama de protesto por ser o novo tributo "antieconômico, provocando retrocesso nas atividades comercial e industrial do estado, causando prejuízos recíprocos ao Fisco e aos interessados".

Canal do Linguado

Outra notícia surgida no apagar das luzes desse ano é o anúncio do aterramento do Canal do Linguado, decisão tomada pelo interventor federal, engenheiro e Major Ruy Zubaran. Conforme relato de A *Notícia*, de 3 de dezembro de 1932, a ponte é uma ameaça permanente, apesar dos constantes reparos paliativos que a fazem permanecer em pé, servindo ainda ao trem de passageiros. O aterro é visto como única alternativa, mas o jornal o considerada altamente prejudicial à população ribeirinha, e faz um apelo: "Se a ponte está condenada, se o aterro é a única solução, então que se procure uma passagem a fim de dar escoamento às embarcações, salvando-se aquela gente laboriosa de uma situação que se nos afigura horrorosa".

Em 10 de janeiro de 1933, o jornal volta ao assunto, reportando a situação dos ribeirinhos, inclusive com postura bastante modernas. Levanta, por exemplo, a possibilidade do fechamento do canal vir a prejudicar a própria barra do Porto de São Francisco e, admitindo ser a opção mais barata, questiona: "Entre o dispêndio de uma companhia poderosa como a São Paulo-Rio Grande e o prejuízo resultante para a coletividade, não há hesitações". O jornal cobra a construção de uma nova ponte, em vez do aterro. Em abril, porém, o tom muda, havendo a defesa do aterro, que "terá todas as vantagens", inclusive porque o local deverá dispor de um grande guindaste para atravessar as embarcações de um lado a outro do canal, servindo aos pescadores e moradores ribeirinhos (que nunca foi instalado). O aterramento ocorre, com as consequências que hoje se sabe. Apenas 15 anos depois, o equívoco torna-se patente, e a 20 de novembro de 1948 A *Notícia* traz a seguinte informação: "é resolução já assente a reabertura do Canal do Linguado, cujo aterro, como agora se constata, constitui um erro de consequências tão sérias que sua correção se impõe com urgência."

Logo no início de janeiro de 1933, eclode uma greve operária em Joinville, em especial dentre os trabalhadores da construção civil, que reclamam o cumprimento das leis trabalhistas no tocante à jornada de trabalho. A historiadora Iara Andrade Costa informa, citando o *Jornal de Joinville*, que a ACIJ fez várias reuniões para tratar do assunto. A situação foi resolvida após a vinda de Florianópolis do Chefe da Polícia de Santa Catarina, Claribalte Galvão e do representante do Ministério do Trabalho, Edgard Carneiro. Em reunião na ACIJ, as autoridades estaduais, empresários, o Prefeito Plácido Olímpio de Oliveira e representantes dos grevistas chegaram a um acordo que pôs fim ao movimento, dia 15 de janeiro. Ao abordar o assunto, em reunião da diretoria subsequente, a entidade faz o seguinte registro: "em janeiro deste ano (1933), inesperadamente, surgiu na cidade um movimento grevista que ameaçava tomar grandes proporções, mas graças aos esforços das autoridades locais e do Estado, permaneceram de caráter pacífico e, dentro de poucos dias, os operários voltaram ao trabalho."

Nova jornada de trabalho

A assembleia geral para discutir adaptação à nova jornada de trabalho, de 9 horas, estabelecida pelo Governo Federal, foi realizada em 17 de fevereiro de 1933, às 20 horas. Decidiu-se pela abertura do comércio varejista, das 8 às 19 horas, com duas horas de almoço. Já os atacadistas optaram pela "semana inglesa" com os seguintes horários: das 7h30 ao meio dia, e das 14 às 18 horas, com uma jornada das 7h30 à 13 horas nos sábados. Em reunião extraordinária, no dia seguinte, o comércio exportador também optou pela semana inglesa. Presentes, os diretores do Banco do Brasil e do Banco Nacional do Comércio dispuseram-se a prorrogar o horário bancário nos sábados, para adequar-se ao comércio.

O setor varejista fez uma assembleia "autônoma", sem a presença das demais áreas, em 25 de maio de 1933, com 24 comerciantes, sendo que outros 72 deixaram de comparecer. O encontro, comandado por Otto Colin, membro da diretoria da ACIJ, teve por objetivo discutir o "horário estabelecido pela Prefeitura" para o funcionamento dos varejistas, que "não corresponde, em absoluto, às exigências dos consumidores". Após discussão, foi encaminhado ao Prefeito Plácido Olímpio de Oliveira uma sugestão para que fosse facultado às casas de comércio o horário de abertura a partir das 6 horas da manhã, com fechamento indistinto às 19 horas, com exceção do mês de dezembro, quando poderiam avançar no horário devido às compras natalinas. Pela proposta, também as padarias e leiterias poderiam funcionar até mais tarde, e, aos domingos, até meio dia.

A questão não teve solução rápida. Devido à baixa presença na reunião, o Conselho Consultivo do Município não acatou a sugestão. Em 8 de junho, ocorre outra reunião quando se decide fazer circular no comércio joinvilense uma lista com os três horários – das 6 às 19, das 7 às 19, e das 8 às 19 – para que o comerciante assinalasse a opção que mais lhe convinha. Em 13 de junho, Otto Colin comanda nova reunião, com a presença de 39 varejistas para finalizar o assunto. Conforme manifestações firmadas na lista, a jornada de 12 horas, das 7 às 19 horas, com fechamento aos domingos e feriados, saiu vencedora, com 45 assinaturas, mas muito próxima da opção das 6 às 19 horas, assinalada 43 vezes. Após algumas exposições, acatou-se a decisão da maioria, que seria repassada ao Conselho Municipal. Padarias, botequins, casas de pasto e quitandas poderiam abrir aos domingos, dias santos e feriados, até ao meio dia.

Estabelecimentos dessa natureza, que fossem conjugados a casas de secos e molhados, deveriam separar os dois negócios de modo que um não se beneficiasse do horário especial do outro. Essa questão é levada tão a sério que a ACIJ decide subsidiar a contratação pela Prefeitura de um fiscal "de confiança do comércio varejista" para zelar pelo rigoroso cumprimento à lei.

A associação segue fragilizada ante seus associados, tendo sido necessárias quatro convocações, nos dias 15 e 24 de abril, e 6 a 15 de maio de 1933, para realizar-se a assembleia geral a fim de tratar de assuntos internos da entidade. Da pauta consta um tema de "importância vital para a instituição": o equilíbrio de suas receitas e despesas. Na oportunidade, fica registrado que a sua preocupação de manter-se em condições de atuar nas mais diversas questões em que está envolvida "dá testemunho expressivo em favor das nossas classes" e comprova o "dedicado esforço da nossa instituição para salvaguardar os verdadeiros interesses dos que trabalham e produzem como obreiros dos alicerces da grandeza do nosso município." Embora seja constante o envolvimento da entidade nos destinos de toda a comunidade, é a primeira vez que a associação se investe desse papel. Na sequência, o presidente José Köerbel faz um pormenorizado balanço das atividades da associação, lembrando que vão sendo vencidos os naturais obstáculos "que seguidamente vêm aparecendo". Dessa ocasião registra-se um importante e detalhado relatório do ano anterior (1932), abordando os assuntos que seguem.

arte 2021 ACIJ 7_ARTE ALBUM JOINVILLE ok.qxd 31/05/2021 16:12 Página 90

Apelo a Getúlio

Em 2 de julho de 1932, a convite da Associação Comercial de Blumenau, as congêneres de Joinville, Itajaí e Brusque reuniram-se no Congresso das Associações Comerciais do Estado, a fim de tomarem providências para "salvar o comércio e a indústria das pesadas multas que lhes vinham sendo infligidas" em razão de rigorosa fiscalização do Fisco. Decidiu-se então apelar aos novos mandatários Oswaldo Aranha, Ministro da Fazenda, e ao Presidente Getúlio Vargas, tendo em vista a crise tremenda por que passava o país. Ao ministro, foi feito apelo para que fosse dada "ampla anistia" para todas as infrações verificadas até aquele momento, com exceção das dolosas. "Como o governo tem adotado medidas de clemência, até para crimes capitulados na legislação penal, não é demais que se lhe peça que aplique o mesmo espírito liberal para os casos de infrações fiscais", diz o documento encaminhado às autoridades. Principalmente porque a "deficiência e obscuridade dos regulamentos constituem a razão principal" das autuações.

O documento lembra a Getúlio conceitos de sua plataforma política, de janeiro de 1930, quando candidato à presidência da república pela Aliança Liberal: "Um dos mais deploráveis defeitos da anarquia é, sem dúvida, a ausência de clareza nos textos das leis e regulamentos fiscais. Estes e aquelas são diversamente interpretadas com frequência nas repartições. Variando igualmente as decisões das mais altas autoridades da Fazenda." São precisamente esses defeitos que deram lugar a irregularidades verificadas pelo Fisco em Santa Catarina, especialmente no tocante a avisos de crédito que ainda não haviam sido bem concebidos, o que justificam plenamente a ampla medida de clemência pleiteada. Quanto ao Imposto de Capital o documento faz as seguintes colocações:

> Esse capítulo das leis infelizes, com objetivo exclusivo de escorchar o contribuinte há de ser sempre o que mais absorve energia dessa associação. É a nossa eterna luta que nos esfalfa e nunca termina. Ainda agora é do conhecimento de todos a energia com que todas as associações do estado mantêm de pé a defesa do comércio, da indústria e da agricultura na questão do Imposto sobre Capital. Por ocasião da aprovação do orçamento, pois não é exagero dizer-se que praticamente os nossos orçamentos não têm discussão no sentido legislativo da palavra, constituindo-se em verdadeiras surpresas atiradas sobre as classes conservadoras, fatigadas pelos constantes aumentos e revisões de lançamentos. Os poderes competentes, isto é, o Conselho Consultivo da Capital, não têm oportunidade nem tempo para, com calma, prever consequências e calcular algarismos em torno do restabelecimento do Imposto de Capital, habilidosamente encaixado no orçamento para o atual exercício. Por ocasião da aprovação do orçamento, a associação em conjunto com as demais congêneres do estado, guiadas pelo eminente jurista Marcos Konder, opuseram suas representações contra tamanho absurdo.

Foi necessário convocar um novo congresso, que se realizou em Florianópolis, com a participação de todas as associações de Santa Catarina, sob orientação do jurista Marcos Konder, para dar encaminhamento ao assunto. O resultado foi apresentado para o então interventor, Major Ruy Zubaran, que se comprometeu a adotá-la, uma vez aprovada pela Comissão de Estudos Econômicos e Financeiros, do Rio de Janeiro. Os estudos apresentados pelas associações de Santa Catarina foram aprovados por unanimidade, em 15 de março, por aquela comissão federal e, adotados pelo interventor de 1933, Aristiliano Ramos, adiando a cobrança do imposto, "que representa uma autêntica calamidade pública".

Ao relembrar a luta empreendida para obter os resultados acima citados, a diretoria da ACIJ deixa registrado em ata: "Estamos convencidos de que a atitude da associação é a defesa não só do comércio, da indústria e da agricultura, mas também de todos os contribuintes, contra o insaciável Fisco Estadual. É de prever que depois dessa tempestade a nossa classe aquilate o quanto é urgente interferir na escolha dos nossos representantes do estado e também da Nação". Eis aqui, novamente, em registro claro e direto, um

posicionamento que passará a ser uma constante da entidade até os dias de hoje.

Dois temas caros à ACIJ desde sua criação, comunicação e transporte, são colocados, ao lado do crédito, como "o máximo problema nacional". Conforme relatório, a associação "velou incessantemente para que houvesse providências em cada falha, em cada necessidade, de modo que os nossos bons ofícios chegassem sempre onde quer que fossem julgados úteis para a movimentação das mercadorias, sem a qual estas deixam de representar riqueza econômica." As dificuldades de transporte e escassez de materiais rodantes (vagões), a conclusão da dragagem do Rio Cachoeira e a construção da estrada de rodagem Joinville-Curitiba, mereceram "a nossa melhor atenção e repetidas vezes temos representado junto aos poderes a imprescindível necessidade de concluir estas obras já iniciadas". Vale lembrar que a dragagem do Cachoeira iniciou em 1929, sendo que a intervenção, à época, já estava atrasada em uma década, conforme relatos da imprensa.

Na sequência, o relatório aborda a questão do câmbio, também delicada e urgente devido às perdas que impõe ao comércio e à industria. Conforme a ata, é triste a situação do comércio exportador do estado, "em face das prerrogativas do comércio exportador do Rio Grande do Sul". Ocorre que, no estado sulino, os comerciantes têm liberdade de negociar o câmbio em prejuízo dos exportadores do Paraná e Santa Catarina, que são obrigados a vender seus câmbios ao Banco do Brasil pela cotação oficial, ficando em condições de desigualdade para exportar, sofrendo prejuízo altíssimo de 800 a 1000 réis sobre cada peso argentino. "Repetidas vezes, dirigimos apelos ao Sr. Ministro da Fazenda, sem que tenha havido uma solução satisfatória", lamenta-se a diretoria.

Até 30 de abril de 1933, a ACIJ ocupou o salão do edifício da empresa Henrique Lepper & Cia. à Rua do Príncipe, 109, que ficou pequeno, para as diversas atividades realizadas, muitas concomitantes. Como não havia repartições, sempre que o espaço era ocupado por uma reunião, prejudicava o serviço de secretaria e o bom andamento do expediente da casa. Diante disso, a diretoria optou por locar nova sede na sobreloja do edifício da empresa Germano Stein, à Rua Cruzeiro, 35, com espaços independentes permitindo a realização de mais de uma reunião ao mesmo tempo, sem interferir no expediente normal da entidade. Graças à boa vontade do proprietário e associado, o aluguel pago continuou o mesmo do imóvel anterior. O atendimento diário na sede e a correspondência estão a cargo do funcionário Celso Capudi. A tesouraria, sob a responsabilidade de Hans Lange, apresenta nessa data um saldo positivo de 7:213$500 réis, sendo 420 em caixa e o restante depositado no Banco Nacional do Comércio. O quadro social é composto por 233 associados, 10 a mais que no ano anterior, 1932.

Deixam a diretoria nessa ocasião Hans Lange, Divico Scheidegger, Teodoro Stein, José Köerbel, Wolfgang Altemburg e Afonso Schmidt; os três primeiros em final de mandato, e os três últimos, por demissão voluntária. Atendendo ao apelo dos consócios, Afonso e Köerbel decidem permanecer na diretoria. São eleitos para renovar o terço estatutário Guilherme (Willy) Urban, Leonardo Meinert e Edgar Klein, e Otto Lepper assume a vaga do demissionário Wolfgang Altemburg.

Em 25 de junho de 1933, é realizado um congresso das associações comerciais de Santa Catarina, na sede da ACIJ, em Joinville, com a finalidade de se assentarem as bases de uma ação conjunta para conseguir do Governo do Estado a revogação de dispositivos legais. Fizeram-se representar, na ocasião, as congêneres de Florianópolis, Canoinhas, São Francisco e Laguna, sendo que as associações de Itajaí e Blumenau, e os varejistas da capital, desistiram na última hora. Entendendo que a desunião enfraquecia a posição do comércio frente ao governo, decidiu-se por novo encontro, em Florianópolis. O presidente José Köerbel finaliza a reunião incitando os presentes a não desistirem, apesar do desinteresse manifestado "jus-

1933 — Fundação da Fábrica de Máquinas Raimann — Entidade tem 233 associados

Sede da ACIJ passa para o edifício Germano Stein, à Rua Cruzeiro, 35

arte 2021 ACIJ 7_ARTE ALBUM JOINVILLE ok.qxd 31/05/2021 16:12 Página 92

tamente por aqueles que mais razões tinham para colaborar na defesa das classes sobre as quais pesa, a bem dizer, em grande parte, a manutenção do Estado, mas que apesar disso estão desamparadas e entregues às exigências do insaciável Fisco Estadual".

Sindicalização

Um decreto em preparação pelo Governo Federal possibilitaria às associações comerciais brasileiras sindicalizar-se sem modificar suas estruturas até então existentes. Para discutir as vantagens da nova condição, a ACIJ convocou uma assembleia geral, realizada em 17 de julho de 1933. Ao final, a diretoria da entidade foi autorizada a tomar as medidas necessárias para requerer a sua sindicalização, assim que o decreto fosse publicado.

No balanço resumido do ano de 1933, apresentado em 14 de maio de 1934, consta a expedição de 26 circulares, somando 4.265 exemplares, feitos em mimeógrafo, constando leis, decretos, normas etc. Nessa ocasião, foram eleitos para o terço rotativo Otto Schlemm, Zacharias Syzack e Alberto Bornschein, sendo que Syzack assume a presidência da entidade.

O número de consultas no período, com pedidos de informações ao serviço "de assistência técnico-comercial", foi elevado, uma decorrência do momento conturbado com alterações e introduções de novas legislações como a de férias, jornada de serviço, trabalho de menores, nacionalização do trabalho e a Carteira de Trabalho. Instituído em 1932, esse documento passa a ser encaminhado pela ACIJ. Só no primeiro ano de vigência, foram instruídos 1.550 processos, com 604 carteiras expedidas. Da mesma forma, o fiscal em Joinville do recém-criado Departamento Nacional do Trabalho passou a dar atendimento diário na sede da ACIJ, ficando à disposição dos associados para dirimir dúvidas sobre as leis trabalhistas. O exercício 1933/34 terminou com 179 associados, 54 a menos que no ano anterior, tendo havido as seguintes baixas: 14, que se filiaram à associação de São Francisco; 36 de Jaraguá, por ser onerosa a cobrança da mensalidade; e 11 de Joinville, excluídos por se encontrarem com grandes atrasos com os pagamentos. Houve sete novas filiações. É importante lembrar que, em 1934, Jaraguá do Sul emancipa-se de Joinville, levando consigo importante parcela da população e também da economia do município, do qual até então fora distrito.

Zacharias Syzack foi empresário do ramo de navegação, atuou em Joinville junto à empresa Urbano Gern & Filhos. Preside a ACIJ no biênio 1934/1936. Nesse mesmo ano, transferiu-se com a família para o Rio de Janeiro, encerrando suas atividades empresariais em Joinville.

Nos anos de 1934 a 1936, percebe-se uma atuação mais discreta por parte da ACIJ, com poucas reuniões e escassas informações registradas, basicamente as alterações no seu quadro diretivo. Também na imprensa, escasseiam as referências à associação. Evidente que esse vazio não reflete a realidade, pois, mesmo supondo que a instituição não se envolvesse em nenhuma causa nova, o que é pouco provável, haveria sempre as questões permanentes – impostos, transportes, comunicação, crise dos setores ervateiro e madeireiro, etc. – a requerer a atenção da ACIJ. Também os associados continuam a demandar providências diárias, e o *Boletim* mensal com orientações legais é regularmente publicado. Sintomático é que, brandindo palavras ácidas contra o aumento de impostos, em que acusa o governo de "extorquir as classes produtoras", em 18 de dezembro de 1934, o jornal A *Notícia* convoca a ACIJ à ação: "Urge que a Associação Comercial se movimente e faça alguma coisa para deter o abuso do governo".

Em 22 de maio 1935, apresenta-se relatório administrativo à assembleia geral, onde se destacam algumas conquistas como a criação da Delegacia de Trabalhos Marítimos, em São Francisco do Sul, em 1934, por solicitação da associação. Também foi criada, com sede em Florianópolis, a Federação das Associações Comerciais e Industriais de Santa Catarina, sendo Otto Colin o primeiro representante da ACIJ junto à nova entidade. Nessa data foram

1933 ACIJ passa a instruir e fazer o encaminhamento das Carteiras de Trabalho
Zacharias Syzack é eleito presidente da ACIJ

1934 Max Colin é eleito Prefeito de Joinville
Desmembramento de Jaraguá do Município de Joinville

1935 Joinville tem 38 mil habitantes

eleitos para o terço da diretoria a ser renovado: Alfonso Maria Schmalz, Arnaldo Moreira Douat e Julio Manteuffel, mais três substitutos de membros demissionários, Leonardo Meinert, Max Keller e Oswaldo Schlemm. Guilherme Urban entra no lugar de Zacharias Syzack, que está de mudança para o Rio de Janeiro, com Arnaldo Moreira Douat assumindo a presidência da entidade.

A ACIJ participa ativamente do Segundo Congresso da Federação das Associações Comercias de Santa Catarina, realizado de 15 a 16 de novembro de 1936, em Blumenau. Dentre as teses aprovadas, há uma de grande importância para a classe empresarial: a criação de um Conselho de Contribuintes, órgão colaborador e consultivo de âmbito estadual com a finalidade de "dirimir os inevitáveis atritos que se produzem nas relações entre o contribuinte e o Fisco". Além disso, a instância teria o papel de orientar o governo na elaboração de leis.

Arnaldo Moreira Douat nasceu em Joinville, em 1906, filho de Henrique Douat e de Herundina Moreira. Atuou no grupo de indústrias Douat, Metalúrgica Douat e Cia. Metalmecânica, dando continuidade aos negócios de seu pai Henrique Douat (Douat & Cia., comércio de automóveis, erva-mate, etc.). Ampliou a área de atuação criando a divisão industrial, com a instalação de uma pequena metalúrgica que se transformou, mais tarde, em empresa de fundição de peças, estamparia de aço inoxidável , indústria mecânica com produção de máquinas, ferramentas, compressores e tornos. Preside a ACIJ no biênio 1936/1938. Logo a seguir, por ato do interventor Nereu Ramos, foi nomeado Prefeito de Joinville, de 1940 a 1944; foi também presidente do recém-fundado Aero Clube, de 1941 a 1962. Presidiu a Federação das Indústrias de Santa Catarina (Facisc), em 1962.

Um dos grandes momentos de Joinville em 1936 foi a realização da primeira Festa das Flores, então chamada de Exposição de Flores e Arte (EFA), conforme o jornal *Kolonie-Zeitung* anuncia na sua edição de 26 de novembro. A abertura, no Teatro Harmonia-Lyra, dia 28, às 20 horas, contou com as participações ilustres do Interventor Nereu Ramos e do presidente da Assembleia Estadual, Altamiro Guimarães. Ambos chegaram de avião, o que foi um acontecimento à parte, conforme detalha o *Kolonie* de 1º de dezembro de 1936:

> O governador e seu acompanhante tomaram um avião na Base Naval em Florianópolis com destino a Joinville. Às 15:30 horas, o avião, acompanhado por outras duas aeronaves da Marinha, pousou no aeroporto da cidade. Ali, a convite do comitê, encontravam-se as autoridades e uma grande multidão, que receberam calorosamente os hóspedes e os acompanharam, em um longo cortejo de carros, até o Palace Hotel. Um dos aviadores militares apresentou, logo após a chegada da comitiva, um show de acrobacias aéreas sobre o aeroporto. À tarde, chegaram também, de carro, a esposa do governador com uma filha e o ajudante, senhor Capitão Ernesto Nunes.

Em 1936, destaca-se dentre as atividades da ACIJ a sindicalização oficial dos diversos setores congregados na entidade, conforme determinação do Regime Vargas. Foram constituídos e reconhecidos pelo Ministério do Trabalho, nos parâmetros da legislação vigente, os seguintes sindicatos patronais: dos Comerciantes Varejistas, dos Comerciantes Atacadistas, dos Madeireiros de Santa Catarina, dos Proprietários de Farmácias e Drogarias, dos Proprietários de Alfaiatarias, dos Proprietários de Açougues, dos Proprietários de Padarias e Confeitarias, da Indústria de Malharia, da Indústria de Fiação e Tecelagem e dos Representantes Comerciais. Acha-se também criado e em vias de reconhecimento pelo Ministério do Trabalho o sindicato da Indústria Química e Congêneres. Também o Instituto do Mate funciona como sindicato da categoria, chegando a 12 as instituições sindicais patronais atuantes em Joinville nesse ano. Por fim, foi instituída a União dos Sindicatos Patronais de Joinville.

O ponto nevrálgico de todo esse processo de sindicalização é o propósito do Governo Vargas de dividir e enfraquecer as instituições até então existentes. Nos seus 25 anos de serviços prestados até então, a ACIJ enfrentou momentos de divergências, mesmo sendo a maior, melhor organizada e estruturada instituição da sociedade civil em Joinville.

1936 ACIJ sindicaliza setores patronais de Joinville
Aristides Largura é eleito Prefeito de Joinville
Realiza-se em Joinville a 1ª Exposição de Flores e Arte (EFA), que veio a ser a Festa das Flores
A Creche Conde Modesto Leal é fundada por iniciativa do Padre Alberto Kolb

arte 2021 ACIJ 7_ARTE ALBUM JOINVILLE ok.qxd 31/05/2021 16:12 Página 94

Por certo que, com 12 sindicatos e uma união sindical, as possibilidades de divergências, atritos e divisões se multiplicariam por igual número. Inclusive, em seu relatório de ações do período 1936/37, o presidente observa que a União Sindical terá a função coordenadora e de assistência aos sindicatos e seus filiados (as empresas) e, conclui: "poderia, portanto, absorver e substituir a nossa associação, mas creio, e ao que parece, é o pensamento predominante, que se deva manter as duas entidades". É uma postura sincera e lacônica que, de certa forma, explica a atuação anêmica da entidade nos anos de 1934 a 36.

Apesar da intenção de uma convivência conjunta e harmônica entre as entidades, foi necessário muito tato para que as associações, então operantes em Joinville, não fossem jungidas pelos tentáculos do sindicalismo. A ACIJ passou a sediar as entidades sindicais, chamando a si as incumbências de executar todos os serviços de secretaria e expediente, assistindo-as em tudo que fosse necessário. Por orientação legal, a União Sindical e a ACIJ passaram a ter, necessariamente, uma diretoria comum, "passando a viver intimamente ligadas entre si e agindo uma com a outra segundo a conveniência e oportunidade", conforme palavra do presidente Arnaldo Douat. No Congresso de Blumenau, realizado em 1932, a ACIJ já defendera a tese de que, para fazer valer os seus direitos, não bastava a união dos empresários, mas era preciso constituir-se em sindicatos, que perante a legislação vigente "são os órgãos verdadeiramente representativos das classes".

Este arranjo de convivência parece harmônico, mas há um porém: legalmente, quem detêm o direito à contribuição dos filiados são os sindicatos. Assim, a associação continuaria a receber o dinheiro, "porém o faria de modo a ficar o movimento financeiro registrado nos livros dos sindicatos e da União Sindical, o que é preciso para satisfazer as exigências regulamentares", conforme registrado em ata da ACIJ, de 1937. Na prática, a associação faria todo o trabalho de cobrança, expediente e atendimento social, mas o dinheiro, em última instância, era dos sindicatos e, portanto, a última palavra também. Pode-se afirmar que, ao longo dos seus 100 anos de existência, esse foi o momento de maior fragilidade da ACIJ.

A Lei Sindical, de 1931, define os sindicatos como órgãos de colaboração e cooperação com o Estado, criando mecanismos de controle destes por intermédio do Ministério do Trabalho. Assim, para que os sindicatos pudessem atuar, era obrigatório o reconhecimento ministerial e o acompanhamento de atas das reuniões, das listas de associados, dos estatutos etc. Já em dezembro de 1930, a Lei de Nacionalização do Trabalho determina que pelo menos dois terços dos membros precisam ser brasileiros, e que os estrangeiros não podem exercer cargo de direção. Além das relações trabalhistas, os sindicatos estavam autorizados a manter cooperativas para auxílio dos associados e outros serviços assistenciais. O Artigo 138 da Constituição promulgada em 10 de novembro de 1937 por Getúlio Vargas, assegura a livre associação e a cobrança de contribuições somente aos sindicatos regularmente reconhecidos pelo Estado:

> Art 138 – A associação profissional ou sindical é livre. Somente, porém, o sindicato regularmente reconhecido pelo Estado tem o direito de representação legal dos que participarem da categoria de produção para que foi constituído, e de defender-lhes os direitos perante o Estado e as outras associações profissionais, estipular contratos coletivos de trabalho obrigatórios para todos os seus associados, impor-lhes contribuições e exercer em relação a eles funções delegadas de Poder Público.

Apesar das novas estruturas e incumbências, mesmo com o substancial aumento de atividades, a ACIJ continuaria mantendo-se das mensalidades pagas pelos seus associados. Dado ao acréscimo de trabalho em função do expediente sindical, um novo funcionário fora contratado em outubro de 1936, Amandos Reiner, que passa a responder pela secretaria da ACIJ, apoiado pelo auxiliar de secretaria, Bernardo de Mira. No ano seguinte, a partir de 15 de agosto, será contratado o advogado José Acácio Soares Moreira Filho, que assumirá a função de Consultor Jurídico da casa, mantendo vínculo com a entidade pelos próximos 50 anos.

O ano de 37 começa com a entidade protestando junto ao governo quanto ao imposto de venda e consignação de mercadorias, que incide "três ou mais vezes" sobre a mesma operação de vendas. As associações de Blumenau e Florianópolis manifestam-se solidárias ao movimento iniciado em Joinville, pela revisão da nova lei tributária, que dá margem à cobrança de impostos sobre mercadorias em trânsito entre filiais e matrizes ou mesmo no transporte de matéria prima. Em 22 de janeiro, a ACIJ recebe telegrama da representação de industriais e lavradores do Oeste Catarinense, hipotecando apoio à campanha e sugerindo que se crie o imposto único, como "fórmula sadia, para que todos cumpram o dever de pagar impostos".

Uma boa notícia vem navegando, nesse ano, quando a cidade recebe, pela primeira vez, três grandes vapores. Até então, se considerava impossível que embarcações de tal envergadura pudessem subir pelo Cachoeira até os portos. Os navios cargueiros da firma Adolar Schwartz passam a fazer o transporte direto entre os portos de Joinville e Bucarein até Santos e Rio de Janeiro. É uma condição que vem trazer novo fôlego, principalmente para as exportações de madeira e erva-mate, que requerem grandes carregamentos. Trata-se de importante conquista para a cidade, beneficiando especialmente o comércio e a indústria, pois, as mercadorias que tinham de ser levadas com embarcações menores até São Francisco e lá embarcadas para outros destinos, agora podiam ser despachadas diretamente de Joinville, com menor custo.

O jornal A N*otícia* publica em 8 de agosto uma série de dados sobre Joinville, dos quais reproduzimos alguns excertos, formando um elucidativo painel socioeconômico do município, em 1937.

> Nosso parque industrial, talvez o maior de Santa Catarina e um dos principais do Brasil, registra hoje mais de 200 fábricas entre grandes e pequenas, onde trabalham cerca de 6 mil operários, constituindo-se o núcleo meridional por excelência das atividades manufaturadas.
>
> As coletorias federal e estadual e a contadoria municipal arrecadaram em 1932 a importante cifra de 3.776.600$450, número que foi ampliado para 5.405.503$400, em 1936, sendo, a capacidade de pagar impostos, o maior atestado das probabilidades econômicas de um lugar.
>
> Dentre os muitos fatores que contribuem para o desenvolvimento industrial, deve-se frisar a ótima situação (localização) da cidade, servida de vias marítimas, rodovias e ferrovias, que a colocam em fácil contato com os principais centros consumidores do país.
>
> Muito concorre para este admirável surto econômico, o baixo custo da energia elétrica, fator de capital importância para o progresso industrial.
>
> A média de novas construções na cidade é de 100, havendo-se registrado no último ano 152 casas edificadas ou reedificadas.
>
> Talvez nenhuma outra cidade do interior do Brasil conte com o número de instituições de caridade, de sociedades com fins culturais ou esportivas como o que registramos em Joinville.
>
> Hoje Joinville possui água encanada, matadouro municipal, ótimo fornecimento de energia e luz elétrica, e moderno serviço de telefones automáticos etc.

O quadro social da ACIJ encontra-se em 1937 com 211 membros, tendo havido, portanto, um importante avanço em relação ao ano anterior, elevando a receita em cerca de 500 contos de réis. Finalizaram os mandatos, em 1937, os diretores Alberto Bornschein, Guilherme Urban e Theodoro Stein. Há ainda as vagas dos demissionários Oswaldo Schlemm e Afonso Schmalz. Portanto, cinco novos membros da diretoria são eleitos na assembleia geral, realizada em maio de 1937: Alberto Colin Sobrinho, Gerhard Wetzel e Eugênio Boehm, Theodoro Stein e Rolf Colin. Osvaldo Moreira Douat é mantido na presidência, sendo constituída uma comissão para elaborar novos estatutos à entidade, tendo

1937

Joinville tem mais de 200 fábricas entre grandes e pequenas, onde trabalham cerca de 6 mil operários

Fundação da empresa Afonso Meister S/A

arte 2021 ACIJ 7_ARTE ALBUM JOINVILLE ok.qxd 31/05/2021 16:12 Página 96

em vista que os vigentes não correspondiam mais às suas necessidades. Em 30 de agosto, Fernando Tilp assume a vaga de segundo tesoureiro.

O ano de 38 será marcado pelo início da Campanha de Nacionalização, trazendo sérias implicações para todas as organizações sociais de Joinville, que tiveram de mudar seu modo de agir ou sofreram intervenção militar. A Campanha de Nacionalização foi um instrumento de Getúlio Vargas para exercer a dominação de regiões de colonização estrangeira (japoneses, italianos e, principalmente, alemães), a exemplo de Joinville. Constituiu-se basicamente de uma série de medidas restritivas, como a proibição do uso da língua alemã, inclusive no recesso dos lares, a ocupação de cargos diretivos em entidades associativas, escolas ligadas a instituições estrangeiras foram fechadas, dentre outras. O efeito mais perverso da campanha foi a perseguição sofrida por alemães e seus descendentes, proliferando as delações infundadas e o prevalecimento sobre essas populações, em sua esmagadora maioria simples colonos, cujo pecado consistia em não aprender a falar português do dia para a noite, já que tinham na língua de Goethe seu único idioma. A situação seria acirrada ainda mais com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, em 1942. Elly Herkenhoff descreve em seu livro *Joinville – Nosso Teatro amador*, que "foram incontáveis as agressões em lugares públicos, invasões de residências, arrazamentos e queimas de estabelecimentos industrias , comerciais, culturais e científicos, durante vários dias naquele fatídico mês de agosto de 1942". (Herkenhoff, p.36)

Mecânica e Fundição de Otto Bennack, encampada durante a guerra

Embora não haja registros diretamente ligados à Associação Comercial e Industrial, nem de interferência muito menos de intervenção, é fato que a sua clientela, ou seja, industriais e comerciantes, foi atingida. Afinal, muitos dos associados eram alemães, filhos ou netos de alemães. Basta lembrar que o *Boletim* da entidade foi concebido, em 1928, com uma tiragem em português e outra em língua alemã. Janine Gomes da Silva, em seu livro *Tempo de lembrar, tempo de esquecer...*, cita que "as restrições à língua estrangeira afetaram as lidas diárias no comércio, nas empresas, nas escolas e nos mais diferentes espaços onde corriqueiramente se falava alemão" (Silva, p. 62). É de se deduzir que, para garantir a continuação de uma relativa normalidade, entidades como a ACIJ tenham se autorregulado. Operação essa que pode ter sido facilitada, tanto pela sua importância socioeconômica, quanto pela diversidade de seus quadros, onde figuram desde o cônsul alemão, Otto Gerken – um dos 27 fundadores da ACIJ – até Arnaldo Moreira Douat que, em 1940, seria Prefeito de Joinville, nomeado pelo interventor federal em Santa Catarina, Nereu Ramos. Portanto, homem da mais absoluta confiança do governo de então. Um único nome ligado à associação, Erico Muschellack, foi publicamente relacionado ao sistema político alemão.

Mas há também o efeito positivo do período que se inicia. A contração do mercado mundial, desde a crise de 29 e, especialmente, durante a guerra que se inicia, permitiu novo surto de nacionalização da indústria, propiciando o surgimento ou fortalecimento de empresas na substituição de produtos importados, já indisponíveis no mercado. A professora Isa de Oliveira Rocha, em seu estudo *Industrialização de Joinville, da gênese à exportação* faz a seguinte abordagem, citando Santana:

> A guerra desencadeou o crescimento das indústrias pela substituição forçada de importações e pelas possibilidades de vendas para o mercado externo, principalmente à América Latina. Em Joinville, a recém fundada Tupy certamente aproveitou a diminuição das importações de conexões alemãs e japonesas durante os anos de conflito para expor sua produção ao mercado. Já a oficina mecânica de Otto Bennack, que consertava e fabricava equipamentos industriais (caldeiras, tornos, máquinas de moldar, etc.) durante a guerra foi encampada pelo Governo Federal para atender à manutenção e construção de equipamentos ferroviários (vagões, automotrizes etc.). Os produtos da fábrica de máquinas Raimann (máquinas para beneficiar madeira) igualmente não tinham similares na América do Sul (Rocha, 1997, p. 54)

1938
- Inicia a Campanha de Nacionalização
- Joaquim Wolf assume a Prefeitura de Joinville
- A Fundição Tupy S.A. é criada por Albano Schmidt, Hermann Metz e Arno Schwarz, em 9 de março

Werner Kurt Metz, nascido em 2 de maio de 1898 em Joinville, filho de Hermann Metz e Vera Clasen. Atuou na área industrial da Fundição Tupy S.A., da qual seu pai, Hermann Metz, foi cofundador e diretor técnico, assim como seu irmão, Mário Metz. Foi sócio-fundador do Rotary Clube de Joinville, em 1934. Juntamente com Henrique Douat, Otto Boehm, Colin & Co., Eugenio Fleischer, Max e George Keller, e H. Zimmermann, foi um dos sócios na reorganização da cervejaria de Alfredo Thiede, em 1928, quando a empresa passou a se denominar Cervejaria Catharinense. Com o mesmo grupo participará da Sociedade Anônima Companhia Internacional de Capitalização, em 1933, quando da sua fundação, no Rio de Janeiro. Casou-se com Ilse Maria Parucker, em 1922, filha de Otto L. Parucker. Presidirá a ACIJ por quatro mandatos consecutivos, entre 1938 e 1942.

Notícia de interesse direto dos empresários ervateiros de Joinville, é confirmada a criação do Instituto Nacional do Mate (INM), em maio de 1938. Tido como "um dos grandes técnicos do negócio ervateiro", Hans Jordan, ex-presidente da ACIJ e presidente do Instituto do Mate de Santa Catarina, toma parte dos encaminhamentos em torno do novo organismo, no Rio de Janeiro, assim como Algacir Maeder, presidente do instituto paranaense. A imprensa depõe grandes esperanças na nova organização, a ponto de prever "uma nova era de prosperidade para a grande indústria que tanto representa para a indústria nacional". Presidido pelo catarinense Diniz Jr., o INM detém autoridade para regular toda a produção nacional e, inclusive, entrar em entendimento com outros países produtores. A Argentina, por exemplo, de maior consumidor mundial, passou a grande produtor, enfrentando inclusive uma crise de superprodução, o que a fará exportar seus excedentes. O jornal A *Notícia*, na edição de 14 de junho de 1938, é categórico a esse respeito: "Não nos iludamos, dentro de pouco tempo a Argentina atuará como país exportador entrando na concorrência com o Brasil pelos mercados mundiais".

Em 30 de maio de 1938, terminam seus mandatos na diretoria Max Keller, Arnaldo Moreira Douat e Alberto Colin, sendo eleitos Werner Metz (assume a presidência), Arnaldo Moreira Douat (reeleito para a diretoria) e Edgar Klein. O conselho fiscal fica composto por Adhemar Garcia, Antônio Ramos Alvin e Leopoldo Elling. A nova gestão terá entre suas atribuições concluir os novos estatutos da entidade, que será aprovado em assembleia geral em 20 de abril de 1939.

Encerrando o ano, ocorre um dos acontecimentos mais significativos para o desenvolvimento de toda a região, a inauguração da estrada de rodagem ligando Joinville, Parati (Araquari) e São Francisco do Sul. Trecho da atual BR-280, a estrada foi aberta ao tráfego em 18 de dezembro de 1938, pelo Interventor Nereu Ramos. Obra largamente pugnada pela ACIJ ao longo de pelo menos uma década, a estrada teve sua fita descerrada no Km 4, em Joinville, de onde a caravana "intervencional" seguiu para uma churrascada em Araquari. Desde então, tornou-se uma das vias essenciais de Santa Catarina, escoando até os dias de hoje parcela substancial da produção catarinense. Tanto que é bandeira da ACIJ, novamente há mais de década, a sua duplicação, assim como seria o seu asfaltamento, na década de 70.

Conforme os novos estatutos, acaba a representação por setor e a ACIJ passa a contar com um Conselho Consultivo e Deliberativo com 15 membros, eleito a cada dois anos, que anualmente deverá eleger uma diretoria executiva, com seis componentes, mais três conselheiros fiscais, dentre seus membros. O primeiro CCD é eleito em assembleia geral realizada em 8 de maio 1939, com os seguintes nomes: Theodoro Stein, Gustavo

1938
- Werner Metz é eleito para a presidência da ACIJ
- É criado, no Rio de Janeiro, o Instituto Nacional do Mate
- Inauguração da estrada ligando Joinville, Parati (Araquari) e São Francisco do Sul (atual BR-280), em 18 de dezembro, por Nereu Ramos
- Nabor de Lima Monteiro assume o cargo de prefeito

arte 2021 ACIJ 7_ARTE ALBUM JOINVILLE ok.qxd 31/05/2021 16:12 Página 98

Karmann, Emílio Stock Júnior, Eugênio Schmidt, Jorge Parucker Júnior, Alfredo Panneitz, Frederico Busato, Edgar Klein, Rolf Colin, Adhemar Garcia, José Barbosa Cordeiro, Walter Brand, Werner Metz (que foi mantido na presidência), Arnaldo Moreira Douat e Leonardo Meinert. O conselho fiscal foi composto por Sergio Eloy de Fonseca Vieira, Otto Jordan Sobrinho e Adolfo Kinever. A assembleia realizada em primeira convocação contou com a presença de 70 associados, demonstrando a retomada do prestígio da entidade. Em 1 de setembro de 1939 a Alemanha invade a Polônia, dando início à Segunda Guerra Mundial, com desdobramentos que chegam a Joinville.

O aeroporto

No apagar das luzes de 1939, entra em cena um tema que estará na pauta da ACIJ, com impressionante constância, até os dias atuais: o aeroporto de Joinville. Em 21 de dezembro, é anunciada a liberação de recursos por parte do Ministério da Viação para que o Departamento de Aeronáutica Civil contrate as obras de construção dos campos de aviação de Santa Catarina, dentre os quais, o de Joinville. A cidade conta com o campo de pouso da Aerolloyde, que opera desde dezembro de 33, na Estrada Guilherme, mas que não dispõe de condições para a aviação comercial regular. Trata-se de uma iniciativa particular, de Otto Pfeutzenreuter, para atender em especial os pequenos aviões – com capacidade para piloto mais três passageiros – da Aerolloyde Iguassu SA, que opera voos regionais e faz a linha Curitiba-Florianópolis. Ainda em dezembro, noticia-se a intenção da Empresa Telefônica Catarinense de estabelecer serviços de telefonia entre Joinville e Curitiba.

o campo de aviação de Joinville

Telegramma do Rio, que já demos ao conhecimento dos nossos leitores, em tempo opportuno, informou-nos ha dias que o snr. ministro da Viação, general Mendonça Lima, officiara ao Tribunal de Contas communicando ter autorisado o director do Departamento de Aeronautica Civil a regular despesas, requisitar pagamentos e adiantamentos á conta do credito especial de Rs. 1.600:000$000, afim de attender ás despezas com a execução das obras de construcção dos campos de aviação dos Estados de Santa Catharina, Rio Grande do Sul e Paraná.

Entre os campos de pouso em construcção em nosso Estado, e para cujas obras se destina aquelle credito á que se refere o illustre titular da Viação, inclue-se o de Joinville, cujos trabalhos estão, aliás, bastante adeantados e vêm sendo executados sob a orientação do Departamento de Aeronautica Civil. Certamente, com a determinação das providencias a que allude o despacho telegraphico acima referido, esses trabalhos serão ainda accelerados, de maneira a termos dentro em breve concluido o nosso campo de aviação. Tal facto significa muito para Joinville, tendo-se em conta que apenas a falta de um campo de aviação em perfeitas condições é que está demorando o estabelecimento da escala em Joinville dos aviões da Vasp, que restabeleceram a linha aérea São Paulo-Curityba-Florianopolis. Logo que esteja prompto o campo de pouso os aviões daquella prestigiosa empreza de navegação aérea passarão a pousar tambem em nossa cidade e assim Joinville voltará a ser servido pelo trafego aéreo commercial, cuja falta tanto se faz tão sensivel para os nossos interesses economicos. Desnecessario, pois, resaltar o caracter auspicioso da noticia que serviu de thema ao nosso commentario, já que ella se liga a elevados interesses do progresso de Joinville.

Imprensa anuncia construção do aeroporto de Joinville

Mas é a rodovia que primeiro liga as duas cidades. Já em 4 de janeiro de 1940, a imprensa comemora que o ônibus que faz a linha Joinville-Curitiba com "louvável regularidade" bateu um recorde de rapidez "ao vencer em apenas quatro horas aquele percurso". O extraordinário feito só foi possível porque o veículo serviu-se da nova estrada ainda em construção, entre Joinville e Curitiba, dando demonstração da sua excelente condição e das oportunidades que criará para os dois estados. A rodovia, obra realizada pelo 1º Batalhão Rodoviário, sob o comando do Tenente Coronel Juarez Távora (legendário membro do Movimento Tenentista), seria inaugurada em 29 de fevereiro pelo interventor Nereu Ramos e seu colega paranaense, Manoel Ribas.

No mesmo embalo, entre os dias 14 e 16 de janeiro, é realizado um expressivo congresso madeireiro em Curitiba (PR), liderado pelo interventor Manoel Ribas, reunindo representantes do Governo Federal e produtores de Santa Catarina e do Paraná, que juntos respondem por 60% da produção nacional do setor, para discutir medidas que freiem a queda abrupta do preço do pinho do Brasil. Devido à guerra, o produto destinado à Europa e à África do Sul foi redirecionado aos países vizinhos, inundando os mercados platinos com madeira brasileira e derrubando o seu valor. Decidiu-se, dentre outras medidas, proibir a construção de novas serrarias e limitar a produção a 70% da capacidade já instalada, também foi criada uma cota mensal de transporte pela estrada de ferro. Com parte expressiva de seus associados atuando no negócio madeireiro, a ACIJ foi parte ativa nas discussões.

O evento mais retumbante para a região faria parte dos festejos dos 89 anos de Joinville: a visita do presidente Getúlio Vargas. O programa seria iniciado em São Francisco do Sul onde Getúlio inaugura, dia 9 de março de 1940, a base naval da Ilha da Rita e a sede

1939 Inauguração da estrada entre Joinville e Curitiba por Nereu Ramos e Manoel Ribas

Ministério da Viação autoriza o DAC a construir o aeroporto de Joinville

Em 1º de Setembro tem início a Segunda Guerra Mundial

local da Capitania dos Portos. No dia seguinte, ficaria em Joinville entre 8 e 9 horas da manhã, passando também por Blumenau, Itajaí e seguindo viagem para Florianópolis. Para organizar a recepção ao mandatário da nação, dia 5 de março foi composta uma comissão presidida pelo Prefeito Municipal, Nabor de Lima Monteiro, com as principais autoridades e lideranças do município, dentre elas Werner Metz, presidente da ACIJ. Ficou decidido recepcionar o Presidente Vargas na Sociedade Harmonia-Lyra, oferecendo-lhe um grande cortejo cívico militar, com pelo menos 8 mil participantes entre escolares e militares, que o presidente assistiria da sacada daquela entidade.

Ironicamente, Vargas é recepcionado no mais autêntico símbolo do orgulho germânico de Joinville, a Harmonia-Lyra que, por sua vez, é enfeitada de flores pela comissão organizadora da EFA (Exposição de Flores e Artes), presidida por Adolpho Trinks, e pela Agremiação Catarinense de Amadores de Orquídeas, presidida por Adalberto Schmalz. A orquestra da Lyra toca para sua excelência, regida por Otto Pfuetzenreuter Jr. O *früstik* servido ao eminente visitante foi anunciado, evidentemente, como um "pequeno almoço", tudo dentro da mais absoluta norma da Campanha de Nacionalização, instituída pelo Governo Vargas. Em sua edição de 6 de março, o jornal A *Notícia* faz o seguinte apelo, que segue no mesmo bordão nacionalista:

> Flores, portanto, mulheres deste torrão brasileiro, muitas flores, povo desta cidade **tradicionalmente brasileira**,[2] que cultua singularmente nos monumentos, nos prédios, nas ruas, nas colônias, as mais lindas lembranças da nossa história, muitas flores para que o Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas leve de nós a impressão que almejamos.

Vargas em Joinville, entre Nereu Ramos e Nabor L. Monteiro

É a primeira vez que Vargas vem a Santa Catarina, e é o primeiro presidente a pisar no estado em 20 anos. Daí serem dedicados todos os encômios ao chefe absoluto do Estado Novo. Na edição do dia 9, ao saudar o visitante, o jornal o descreve como o condutor de um regime que "estabelece no país o respeito à liberdade, às normas do direito, da dignidade humana e da moralidade administrativa". Na extensa cobertura da imprensa à sua visita, colhe-se a impressão de que Vargas apreciou o progresso das cidades que visitou, "acentuando-se no setor industrial, que conta com empresas prósperas e unidades fabris dotadas de completo e moderno aparelhamento". E conclui, repetindo discurso do visitante: "O equilíbrio de vossa economia permite maior expansão das atividades agrárias, industriais e extrativas". O mandatário federal também promete fazer tudo que estiver ao seu alcance para "incrementar tão promissor surto de progresso", conforme registra a imprensa.

Vale recorrer ao editorial de A *Notícia*, de 9 de março, em que comenta os 89 anos de Joinville, festejado justamente na véspera da visita de Getúlio. O tom do texto, ao mesmo tempo em que exalta o seu caráter, desculpa-se pela aparência austera e diz muito da personalidade da cidade: "Joinville no seu 89º aniversário não aparece vestida dos ornamentos fúteis que podem fazer a vaidade das cidades *coquettes*. Ela tem a austeridade dessas pessoas de responsabilidade que, conhecendo muito cedo a vida séria das lutas, não esbanjam seu tempo e seus recursos nos artifícios de 'maquillage' mas dedicam esse tempo e esses recursos a formar uma base sólida de futuro".

Em agosto, a diretoria da ACIJ anuncia "para os próximos dias" o início do trans-

2 Grifo do autor

1940 Presidente Getúlio Vargas vem a Joinville

Arnaldo Moreira Douat é indicado Prefeito de Joinville

População de Joinville chega 45.590 habitantes

arte 2021 ACIJ 7_ARTE ALBUM JOINVILLE ok.qxd 31/05/2021 16:12 Página 100

porte postal de Joinville para Curitiba por caminhão, pela empresa Viação Catarinense, que dali seguirá de avião para São Paulo e Rio de Janeiro. Trata-se de "uma velha e justa aspiração da cidade", obtida pela interferência da ACIJ junto ao interventor Nereu Ramos, que "arrancou" a decisão junto à direção geral dos Correios, no Rio de Janeiro. Com o novo sistema, a correspondência para o Rio de Janeiro passaria a chegar em 24 horas, contra uma média de 10 dias pelos meios antigos, via trem ou navio. A demanda teve ainda importante apoio de Lauro Carneiro de Loyola, presidente da União Sindical Patronal de Joinville. Em sua edição do dia 25, A *Notícia* faz o seguinte registro:

> Já várias vezes temos comentado as dificuldades e os prejuízos que vem sofrendo o nosso comércio em virtude da falta do serviço aéreo, principalmente para o transporte da correspondência.
>
> Enquanto as circunstâncias não permitem uma solução definitiva do problema, a Associação Comercial, por seus dedicados diretores encontrou uma solução provisória verdadeiramente feliz.
>
> Foi obtido entendimento com a diretoria dos Correios e Telégrafos de Curitiba, visando o transporte das malas postais de nosso estado, por ônibus da auto viação Catarinense, de maneira que a correspondência daqui enviada possa chegar a Curitiba a tempo de apanhar os aviões da Vasp que fazem a linha Curitiba-São Paulo e vice-versa. (...) Louvamos por essa iniciativa os diretores da Associação Comercial, cujo esforço tanto tem servido a Joinville.

Loyola participaria também de outra conquista obtida pela ACIJ para a comunidade joinvilense. A 2 de setembro de 1940, esteve presente na reunião em que a diretoria da entidade definiu as bases do contrato que permitirá ligações telefônicas intermunicipais a partir de Joinville. A discussão envolveu João Carlos Ganza Fernandez e Norberto Rihl, representantes da Companhia Telefônica Catarinense, além de Helmuth Krüeger e Marinho de Souza Lobo, da Empresul, proprietária de rede de telefones urbanos de Joinville. Da reunião, saiu um acordo entre as duas empresas, ficando a ACIJ como fiscal de seu cumprimento. No mesmo dia, a diretoria da entidade faz publicar o seguinte aviso no jornal A *Notícia*:

> A Associação Comercial e Industrial de Joinville tem o prazer de comunicar à população joinvilense que, tendo sido firmado o convênio de tráfego mútuo entre a Empresa Sul Brasileira de Eletricidade SA (Empresul) e a Companhia Telefônica Catarinense (CTC), desta data em diante todo e qualquer assinante de telefone de Joinville poderá fazer ligações diretas de suas próprias casas para os municípios servidos pela rede da Companhia Telefônica Catarinense, discando o número 259.
>
> Além da taxa normal de ligação intermunicipal, as pessoas que pedirem ligação direta de suas residências, escritórios ou estabelecimentos pagarão a sobretaxa de 1$000 (mil réis) por conferência. A sobretaxa não será cobrada se o interessado conferenciar da própria central da CTC. Estão isentas de qualquer sobretaxas as conferências recebidas de fora da cidade de Joinville.

Chama atenção a rotina de reuniões da diretoria da ACIJ, que a partir dos anos 40 passa a ter extrema regularidade, sendo realizadas inclusive na véspera do Natal. A associação assume uma postura mais abrangente, adotando inclusive um recorrente bordão em suas atas, registrando que "são tratados variados assuntos de interesse geral da indústria, do comércio e da coletividade". Consta dos encontros a leitura, discussão e aprovação de vasto expediente, consultas e pedidos de informações dos associados de Joinville e outros municípios, inclusive de Curitiba, Rio Negro, Antonina e Paranaguá, no Paraná, e Marcelino Ramos, no Rio Grande do Sul, onde há seções da entidade. Um passo ainda maior, será dado em 17 de maio de 1946, quando o empresário Juan Francisco Costa será aprovado como sócio correspondente em Montevidéu (Uruguai), ampliando mais a área de abrangência da ACIJ. As reuniões passam a ter um caráter consultivo e de orientação, com a participação de especialistas. Um exemplo é Claudio Barbosa Lima, encarregado da 4ª Zona de Fiscalização do Ministério do Trabalho, que seguidamente comparece às reuniões da ACIJ, tirando dúvidas quanto a dissídios coletivos, Junta de Conciliação e Julgamento,

1940

Entra em vigor o salário mínimo, no dia 1º de maio

Acordo permite ligações telefônicas intermunicipais a partir de Joinville

salário mínimo, dentre outras.

Leis trabalhistas

O salário mínimo, que entra em vigor no dia primeiro de maio de 1940, vinha sendo exaustivamente discutido pela associação, que busca antecipar os seus desdobramentos junto aos associados, uma vez que muitas empresas estão com suas atividades seriamente prejudicadas pela impossibilidade de importação de matérias primas da Europa, devido à guerra. O seu impacto na economia local, já bastante fragilizada, levará a medidas extremas, conforme divulga a edição de 5 de julho de A *Notícia*:

> Desencadeou-se o que de há muito era previsto em nosso Município. A crise da madeira foi como um colapso na vida operária, porém os nossos industriais, de comum acordo com a autoridade do Departamento de Trabalho, encontraram uma solução satisfatória para o momento: em lugar de dispensar os operários por falta de trabalho, resolveram criar turmas que se revezam, satisfazendo pelo menos aqueles que não podem ficar inativos dado aos encargos de família. Na indústria de malharia, tecelagem e outras, em consequência do salário mínimo, surgiu de um momento para outro um alarme de caráter mais ou menos grave.
>
> Algumas fábricas passaram a trabalhar somente três dias por semana, outras suspenderam seus operários alegando falta de serviço. E assim, dentro de pouco mais de 15 dias, mais de mil braços ficarão inativos em Joinville.

Atendendo aos apelos das lideranças locais, em 16 de setembro, Nereu Ramos envia telegrama informando que no dia seguinte chegaria a Joinville um representante seu, Costa Miranda, para discutir a questão do salário mínimo. A ACIJ reúne os associados em grupos setoriais para construírem uma pauta de cada setor a ser discutida com o emissário do interventor. Porém, não há notícia dos encaminhamentos tomados. O que sobrevém no início de dezembro, em função da guerra, é o decreto presidencial exigindo depósito no Banco do Brasil de valor igual ao devido para empresas estrangeiras em razão de operações comerciais ou bancárias, que possam estar sujeitas ao controle de governos estrangeiros, "independente da sua situação em relação ao conflito". Ou seja, piora o ambiente para negócios.

Novo processo sucessório interno dá-se em 8 de julho de 1940, quando o Conselho Consultivo e Deliberativo recebe a seguinte formação: Adhemar Garcia, Henrique Meyer, Werner Metz (que se mantém na presidência para um terceiro exercício), Eugênio Schmidt, Germano Stein Junior, Otto Jordan, Lourenço Heinzelmann, Felipe Dippe, Arthur Eisenhut, José B. Cordeiro, Libio Torres, Afonso Weimann, Eurico Zimath, Hans Kaesemodel e Bernardo Hoepfner. A comissão fiscal ganhou a seguinte conformação: Fernando Tilp, Casemiro Silveira e Hans Lange. Nesse mês, o *Boletim* da ACIJ atinge a edição de número 80. O seu quadro funcional passa a contar com uma nova funcionária: Irmgard Malschitzky. Novos sindicatos são criados pela entidade, que encaminha seu consultor jurídico, José Acácio Soares Moreira Filho, para fazer o registro e enquadramento da documentação, em Florianópolis.

Na condição de prefeito, Arnaldo Moreira Douat, a quem se deve a reorganização dos serviços prestados pela ACIJ, conforme manifestação da diretoria, comparece à reunião da entidade, em 14 de outubro de 1940, para fazer uma espécie de prestação de contas da administração municipal. Sua exposição aos empresários aborda a "marcha dos negócios públicos municipais", uma prática saudável que se tornará tradição na casa até os dias de hoje. No dia 28, a diretoria reunida recebe uma importante notícia: a publicação do decreto, pelo Presidente da República Getúlio Vargas, que autoriza a construção do Porto de São Francisco do Sul, obra que vem sendo cobrada há tanto tempo que é jocosamente chamada de "encantada".

Em janeiro do ano seguinte, é a vez do porto fluvial de Joinville, que está em obras, demonstrar que os trabalhos vão continuar, "embora lutando com deficiência material cau-

1940

Presidente Getúlio Vargas autoriza a construção do Porto de São Francisco do Sul

arte 2021 ACIJ 7_ARTE ALBUM JOINVILLE ok.qxd 31/05/2021 16:12 Página 102

sada pela dificuldade de intercâmbio comercial com a Europa". Sob a orientação da Rede Fluvial Catarinense, a obra vai seguindo paulatinamente e, conforme a imprensa, não foi paralisada em função dos esforços de Thiers Flemming, diretor da Comissão de Estudos e Obras do Governo Federal. Em outubro, a obra estará com 30 de suas 150 estacas prancha colocadas. Segundo informa A *Notícia*, o cronograma é atrasado devido à descoberta de uma grande rocha no local. Estão previstos ainda serviços de retificação de curvas, aprofundamento para 2,2 metros e alargamento do canal para 20 metros.

Os diferentes posicionamentos diante das leis trabalhistas e sociais continuam provocando tensão, autuações e multas às empresas, e demandando muito trabalho da Associação Comercial. Para ampliar o conhecimento sobre o tema, o fiscal do Ministério do Trabalho, Quadro Barbosa Lima, vai à entidade em abril, para dar novas explicações. Na oportunidade, são definidos "os dias tradicionais de festas locais", que passariam a ser considerados "feriados religiosos locais", além dos já estabelecidos pelo Ministério. São eles: segunda-feira da Páscoa, segunda-feira do Espírito Santo e o dia seguinte ao Natal, 26 de dezembro.

As discrepantes visões sobre o assunto perdurariam por muito tempo, até que fossem estabelecidas práticas reconhecidas por todas as partes interessadas. Um exemplo: se a Estrada de Ferro não reconhecesse um feriado, as firmas que deixaram de trabalhar naquele dia precisariam pagar uma taxa de estadia pelos vagões que ficassem parados, sem receber mercadorias naquela data. Este é um tema que não afeta somente Joinville e as medidas discutidas na ACIJ são compartilhadas com as congêneres do Rio de Janeiro e São Paulo, na busca de soluções definitivas. Outra questão introduzida pela nova legislação trabalhista foi o acréscimo de 25% por hora extra de trabalho. Também esse ponto recebeu atenção da entidade no sentido de facilitar sua compreensão e regular a adoção pelos empresários locais. A consultoria fornecida pela associação foi de providencial importância, pois as pesadas multas previstas para os infratores da legislação podiam facilmente inviabilizar uma empresa.

O relatório do exercício correspondente ao período entre junho de 1940 e maio de 1941, apresentado em 15 de maio de 1941 por Adhemar Garcia, na condição de vice-presidente, registra que os serviços de assistência aos associados oferecidos pela ACIJ mantêm-se intensos e com plena eficiência. São inúmeras as manifestações de agradecimento pela atenção recebida e pelos atendimentos realizados. Conforme o relatório, a seção jurídica, confiada ao advogado José Acácio, atende diariamente a uma imensa quantidade de consultas, feitas "pessoalmente, pelo telefone e por cartas" e a tudo soluciona, "com amizade e vontade de servir e de ser útil". O presidente Metz declara que a secretaria e a seção jurídica "centralizam, em magna parte, a vida mental da nossa associação". O relator se manifesta, afirmando que a conduta da ACIJ se pauta pelo "bem estar, felicidade e grandeza de Joinville". A assembleia conta com o expressivo número de 89 associados. Dentre os serviços que mais exigem expedientes da entidade, buscando melhorar sua eficiência, voltam a figurar o transporte terrestre, marítimo e ferroviário, e a estrutura local dos Correios e Telégrafos.

Em entrevista para A *Notícia*, o presidente Werner Metz confirma que a ACIJ tem "sempre procurado assistir aos seus associados nesse particular da execução das leis trabalhistas, tanto pelo seu *Boletim* , quanto pela assistência jurídica prestada pelo seu consultor". Diz ainda que providências de caráter extraordinário tem sido tomadas, como a elaboração, em conjunto com o fiscal do Ministério do Trabalho, de uma circular para ser distribuída aos comerciantes e industriais com orientações sobre o fiel cumprimento das leis trabalhistas e previdenciárias.

Em 26 de maio, presidente e vice participam das discussões sobre a escolha do local para instalação do campo de pouso de Joinville. Para esse fim, a Sociedade Nacional de Navegação Aérea enviou dois representantes à cidade.

No início de agosto, estará definido a localidade de Cubatão para abrigar o aeroporto. Em 6 de outubro de 1941, registra-se "entendimentos havidos" sobre o assunto entre a diretoria da ACIJ, o interventor Nereu Ramos e o Prefeito de Joinville, Arnaldo Moreira Douat, numa clara demonstração de que a entidade é a interlocutora não-governamental junto aos poderes públicos na condução desse assunto. Para facilitar a viabilidade da construção do aeroporto, foi criado o Jóquei Clube de Joinville, sob a liderança dos empresários. O clube terá a missão de comprar o antigo campo de pouso e levantar recursos para a nova obra.

Em 9 de junho de 1941, o CCD (Conselho Consultivo e Deliberativo) elege nova diretoria para a ACIJ, mantendo como presidente Werner Metz; vice-presidente, Adhemar Garcia; secretário, Otto Jordan Sobrinho; segundo secretário, Eugênio Schmidt; tesoureiro, Lourenço Heizelmann; e segundo tesoureiro, Germano Stein Junior. A entidade continua com a campanha de divulgação das datas de feriados e dias santos de guarda, que devem ser observados conforme legislação trabalhista. Quanto aos horários de trabalho, convenções etc., são relacionados no *Boletim* da associação para evitar infrações e multas. Em 14 de julho, a diretoria convida o Delegado Regional do Trabalho, Ernani de Oliveira, para palestrar aos associados sobre leis trabalhistas. Ele deu expediente durante um dia inteiro, atendendo separadamente às empresas e dando orientações.

Escassez

O prefeito Arnaldo Moreira Douat comparece à entidade, em 2 de agosto, para informar aos empresários a adoção do tabelamento dos preços de gêneros de primeira necessidade. Interessante que o jornal A *Notícia*, em maio, lançara um apelo à ACIJ para que interviesse junto às autoridades, buscando o tabelamento para frear a carestia na cidade. O jornal justifica o pedido dizendo que a associação vem se "batendo por todos os problemas municipais". Na reunião de dois dias depois, a diretoria aborda o tema e, em seguida, discute os efeitos da "lista negra americana". A exemplo do que ocorreu na Primeira Guerra, uma série de empresas de Joinville sob suspeita de ter entre seus quadros simpatizantes aos países do Eixo, ou por atuarem em setores estratégicos, foram listadas e cerceadas no exercício de suas atividades. Isso quando não sofreram intervenção militar. Situação diferente ocorreu com a firma associada da ACIJ, Otto Bennack S.A. que, em 29 de abril de 1943, foi encampada pela União. A metalúrgica de Joinville era uma das poucas em condições de produzir alguns itens importantes no esforço bélico do país naquele instante, como caldeiras e vagões de trens. Nesse caso, seu patrimônio foi adquirido pela Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional, e seus acionistas foram indenizados, conforme noticiado pela imprensa à época.

Ao longo do ano de 1941, um assunto recorrentemente denunciado pelos associados é a falta de frete marítimo no Porto de São Francisco. O fato é que, devido à precariedade da estrutura portuária, os navios deixam de fazer escalas, paralisando o transporte tanto para o Norte quanto para o Sul do país. As soluções obtidas, após reclamações tanto junto ao Governo Estadual quanto ao Federal, são de curta duração, com poucas escalas, que não satisfazem quanto ao volume, nem quanto à regularidade demandados pelo comércio de Joinville. A guerra é um complicador que restringe o campo de ação. O Ministério da Viação, o Interventor Federal de Santa Catarina e a Marinha Mercante são as portas às quais a ACIJ bate na busca de solução. Em 15 de dezembro, os três interlocutores decidem solicitar um estudo detalhado sobre a movimentação de carga no porto. Em janeiro de 1942, registra-se uma melhoria nesse serviço mostrando que os esforços despendidos pela associação surtiram efeitos.

O jornal A *Notícia* traz uma curiosidade sobre o comportamento do trânsito urbano de Joinville nessa época, dizendo que ao meio dia a balbúrdia nas ruas do Príncipe, 15

1941

Inauguração da Rádio Difusora, em Joinville, no dia 1º de fevereiro

Fundação da Cia. Hansen Industrial, por João Hansen Junior

arte 2021 ACIJ 7_ARTE ALBUM JOINVILLE ok.qxd 31/05/2021 16:12 Página 104

de Novembro e Duque de Caxias (atual João Colin) é indescritível. "Automóveis, bicicletas, colegiais e operários fazem com que a gente fique deveras acabrunhado ante os atropelos daqui e acolá," diz o cronista. A publicação reclama a presença de "reguladores de tráfego" para dirigirem o movimento principal "nas artérias de nossa cidade". Nesse início de ano, tem-se notícia do calçamento das primeiras ruas de Joinville.

A guerra entra nos registros da ACIJ em 9 de março de 1942, quando a presidência da casa faz uma referência ao "momento atual da nossa Pátria", afirmando que todos devem cerrar fileiras ao lado das autoridades constituídas. Desde fevereiro, submarinos alemães iniciaram o torpedeamento de embarcações brasileiras no oceano, gerando um clamor popular para que o país entrasse no conflito ao lado dos aliados. Por sua vez, a Campanha de Nacionalização inicia sua fase mais aguda em que sobrepujam as delações, humilhações públicas, depredação de patrimônio e o encarceramento pelos motivos mais banais, perpetuando-se injustiças, cabendo ao denunciado o ônus da prova. Os colonos, amedrontados por não falarem o português, deixam de vir vender "manteiga e legumes" na cidade e já se espalha o boato de que há uma insurreição entre eles. A população é insuflada a "dedurar" os traidores "quinta-colunas", inclusive pela imprensa. Em sua edição de 15 de março o jornal A N*otícia* traz o seguinte:

> Não precisamos encarecer a gravidade de que se reveste o problema do quinta-colunista entre nós. Achamos que a situação, a esse respeito, torna-se cada vez mais séria em Joinville, pois que essa gente, com a consciência turvada pelo fanatismo de uma idolatria maldita, não recua diante de nenhum propósito nem hesita sobre qualquer meio para atingir os seus infames objetivos. Fatos existem, numerosos, para comprovar as atividades desses traidores em nosso meio. (...) Por isso mesmo é que se torna necessário que todos nós brasileiros colaboremos com as autoridades nunca deixando fugir a oportunidade de desmascarar um quinta-colunista e levá-lo a sofrer o castigo que merece "Porque para essa gente só mesmo o pelotão de fuzilamento!"

Em maio de 1942, a ACIJ já está instalada em novo endereço, à Rua Mário Lobo, 55, primeiro andar do Edifício Altemburg. Por esse tempo, a diretoria vem discutindo a necessidade de se adquirir um terreno no centro da cidade para a construção de uma sede própria e também faz tramitar no Ministério da Justiça, desde o ano anterior, o pedido de reconhecimento da entidade como sendo de utilidade Pública Federal, condição que obterá em 15 de setembro, pelo Decreto 9.982. Uma rotina incorporada a cada 19 de abril, a partir de 1940, é a participação nas comemorações do aniversário de Getúlio. Os jornais anunciam para esse dia a inauguração da estrada Joinville-Itajaí, sobejamente reivindicada pela entidade classista joinvilense. Outra notícia que chega nesses dias: o Instituto Nacional do Mate, já sob a direção do joinvilense Carlos Gomes de Oliveira, informa que o produto será exportado para os Estados Unidos, renovando as esperanças de um setor que agoniza. Também em abril de 1942, tem início o racionamento de gasolina em todo o Brasil e registra-se o primeiro comentário por parte da Associação Comercial acerca da Campanha de Nacionalização. A diretoria aprova o encaminhamento de uma circular extraordinária "a todas as firmas associadas reiterando o pedido para o cumprimento rigoroso do edital do delegado regional de polícia que determina a proibição dos idiomas alemão, italiano e japonês".

A ACIJ continua sendo importante parceira do Ministério do Trabalho na implantação da legislação trabalhista, tanto que Claudio Barbosa Lima, encarregado desse ministério em Joinville, ao ser transferido para Blumenau, participou da reunião da diretoria para fazer a sua despedida, em 13 de abril de 1942. Agradece a colaboração valiosa que sempre recebeu da associação e mais uma vez enfatiza a necessidade de não se fazer uso dos idiomas proibidos. Em 20 de julho de 42, uma comitiva do ministério, em visita de trabalho a Santa Catarina, vem a Joinville, reunindo-se com os empresários na ACIJ, onde recebeu um

1942

Entidade obtém o reconhecimento de utilidade Pública Federal

ACIJ instala-se em novo endereço, à Rua Mário Lobo, 55, Edifício Altemburg

relatório com dados de empregadores e empregados locais. Ainda em abril, associados reúnem-se para discutir a criação de um banco com sede em Joinville e jurisdição em toda a zona cortada pela linha São Francisco-Mafra

Dentre as conquistas destacadas no relatório de atividades da ACIJ, apresentado na assembleia geral de 18 de maio de 1942, uma das mais significativas refere-se ao aeroporto de Joinville, "uma velha aspiração da cidade". Àquela altura, estão quase prontas "as obras do grande e moderno campo de pouso para aviões que escalarão em Joinville". A reunião, presidida por Lauro Carneiro de Loyola (cunhado do Prefeito Arnaldo Moreira Douat) e secretariada por Rolf Wetzel, destaca ainda que a ACIJ foi várias vezes acionada pelos poderes públicos para apresentar "sugestões e informações relativas à ordem administrativa", constituindo uma prática que nos dias de hoje está consagrada por parte dos poderes públicos: a de ouvir a sociedade civil, antes de tomar decisões importantes.

Esforço de guerra

Novamente, a Campanha da Nacionalização entra nos registros da entidade que assinala: "Manifesta e dedicadamente solidárias têm sido a diretoria e a associação com a grande e relevante obra da Nacionalização", emprestando a sua solidariedade "aos magníficos postuladores constitucionais que atualmente regem o povo brasileiro". A entidade também se envolve na arrecadação de recursos para Campanha Nacional de Aviação, tendo obtido até aquela data junto ao comércio e à indústria de Joinville a soma de 79:130$000. Em junho, a cifra chegará a 81:210$000 (oitenta e um contos e duzentos e dez mil réis), ficando decidido que a metade da soma (40:000$000) seria entregue a Nereu Ramos a fim de ser remetido ao Ministro da Aeronáutica "para aquisição de um avião de treinamento". O restante será utilizado para o aparelhamento do Aeroclube de Joinville, tido como uma escola de pilotos bastante útil em tempos de guerra, e que vem sendo objeto de campanha da entidade.

Com relação à "digna e altiva atitude assumida pelo Brasil na política internacional" – leia-se declaração de guerra à Alemanha – a diretoria da ACIJ "desde logo manifestou a sua inteira solidariedade, inclusive publicando na íntegra de seu B*oletim* atos do Governo Federal relativos ao conflito. O relatório da entidade traz nesse momento um tom inflamado, bem ao gosto da oratória da ocasião: "Deslumbramo-nos diante da sacrossanta imagem da Pátria, numa afirmação decisiva de que a ela integralmente dedicamos a nossa pessoa, o nosso trabalho, os nossos haveres, a nossa vida!" Dentro do mesmo espírito, a entidade reforçava convites, mediante circulares, para que os associados participassem das comemorações cívicas e para "o cumprimento mais fiel das leis e das determinações baixadas pelas autoridades."

Durante o período administrativo de 41/42, foram realizados estudos com objetivo de construir a primeira sede própria para a associação. A secretaria já conta com três funcionários: Olga Ribeiro de Freitas, Heleodoro Moreira Gonçalves e o advogado José Acácio Soares Moreira Filho, encarregado da sempre enaltecida seção jurídica da ACIJ. Na eleição dos componentes do Conselho Consultivo e Deliberativo para o biênio 42/44 foram escolhidos os seguintes nomes: José Barbosa Cordeiro, Eugênio Schmidt, Lourenço Heizelmann, Afonso Weimann, Adhemar Garcia, Rolf Colin, Lauro Carneiro de Loyola, Eurico Zimath, Germano Stein Jr., Alberto Bornschein, Libio Torrens, Hans Kaesemodel, Otto Jordan Sobrinho, Werner Metz e Edgar Klein. Para a comissão fiscal, foram Sergio Eloi da Fonseca Vieira, Casemiro Silveira e Ernani Lopes. São 112 as assinaturas constantes na ata, demonstrando crescente prestígio da instituição junto aos associados. A nova diretoria, para o período de junho de 1942 a junho de 1943, terá como presidente, Adhemar Garcia; vice, José Barbosa Cordeiro; secretário, Eugênio Schmidt; segundo secretário, Germano Stein Jr.; tesoureiro, Lourenço Heizelmann; e segundo tesoureiro, Alberto Bornschein. Tem

1942

ACIJ participa do esforço de guerra e arrecada recursos para Campanha Nacional de Aviação

Entra em vigor o Cruzeiro, em substituição ao Real (Réis no plural), que vigorava desde os tempos do Império

arte 2021 ACIJ 7_ARTE ALBUM JOINVILLE ok.qxd 31/05/2021 16:12 Página 106

Adhemar Garcia nasceu em 1905, vindo a falecer em 1983. Filho do líder político joinvilense Belarmino Justino Garcia, iniciou seu trabalho na empresa exportadora de madeiras J. Paiva & Cia., criando depois sua própria Adhemar Garcia & Cia., alterada mais tarde para Fábrica de Carretéis Santa Therezinha, posteriormente incorporada pela multinacional Linhas Correntes S.A. Foi o fundador do PSD (Partido Social Democrata) de Joinville, tendo presidido o diretório local por vários anos, mantendo amizade pessoal com o correligionário e interventor Nereu Ramos. Exerceu papel importante no comando partidário, garantido a eleição de vereadores, deputados e prefeitos. Atuou também na vice-presidência da FIESC, foi diretor da Empresul, conselheiro do CNI e da junta de administração do BRDE, desde sua fundação. Adhemar preside a ACIJ por 18 anos, até 1960.

início, assim, o longo período em que Adhemar Garcia ocupará a presidência da entidade.

A guerra volta a figurar nos registros da casa em 17 de agosto de 1942, quando era encerrada mais uma reunião ordinária da diretoria, sendo feita a seguinte anotação: "O senhor Lauro Carneiro de Loyola comunica aos presentes a dolorosa notícia que está sendo transmitida pelo rádio sobre o torpedeamento criminoso de vários vapores brasileiros na costa nordeste do país". A informação causou "a mais profunda emoção e violenta repulsa em todos os presentes". Diante dos acontecimentos, a entidade decide encaminhar um telegrama ao Presidente Getúlio Vargas, colocando o comércio e a indústria à disposição do país e empenhando inteiro devotamento à causa da pátria. Quatro dias depois, em 21 de agosto, a entidade reúne-se sob a presidência de José Barbosa Cordeiro, com o fim de tomar medida idêntica à adotada no Rio de Janeiro, suspendendo de seu quadro os "súditos do Eixo" e apelando à população para que não negocie com eles.

Lauro Salvador, na biografia de Carneiro de Loyola, ao reportar esse fato, acrescenta que o então conselheiro Loyola ponderou para que fosse considerada a "situação peculiar de Joinville, onde a maioria dos empresários alemães ou descendentes desses, não concordam com o nazismo, inclusive, muitos deles imigrados para o Brasil por terem assumido aberta posição contrária ao governo de Adolph Hitler" (Salvador, 2004). Após acatar as ponderações, a entidade oficializa sua adesão as esforços bélicos, na qualidade de "instituição de finalidade cívica pró-interesses nacionais, naquele estado de guerra". No dia 22 de agosto de 1942 o Brasil declara guerra contra a Alemanha e a Itália.

Em 22 de setembro, a diretoria forma uma comissão com Sérgio Elói da Fonseca, Lauro Carneiro de Loyola e Otto Jordan Sobrinho para preparar um projeto de uma sede própria. Também nesse dia é aprovada a compra, mediante subvenção dos associados, de uma ambulância que será utilizada "nos serviços de defesa passiva antiaérea" em Joinville. Após o conflito, o veículo seria doado ao Hospital Municipal (São José). No início de novembro, a ambulância é embarcada em São Paulo.

Nesse mês, em meio às providências relativas à guerra, a ACIJ toma uma decisão de grande importância ao adotar o pagamento do 13º Salário a seus funcionários, antecipando-se em 20 anos à regularização legal desse benefício, que viria a ocorrer em 1962.

A Associação Comercial e Industrial de Joinville inicia o ano de 1943 com mais uma campanha de cunho comunitário, arrecadando recursos entre seus associados para auxiliar o Aeroclube de Joinville a se equipar e terminar de construir o seu hangar, que se encontra em fase final. O treinamento de pilotos faz parte do esforço para a formação de uma aviação nacional, que em Joinville é assumido pela ACIJ, conforme se lê em anúncio publicado em 6 de fevereiro pelo jornal A *Notícia*:

> A Associação Comercial e Industrial de Joinville iniciou uma de todo louvável e benemérita campanha em benefício do Aeroclube de Joinville, tendo já organizado a lista das contribuições do comércio e da indústria da nossa cidade.
>
> A associação confia e espera que, como das outras vezes, todas as firmas comerciais e industriais de Joinville emprestarão seu inteiro, decidido, franco e prestigioso apoio à patriótica iniciativa de seu órgão de classe.

1942

ACIJ institui 13º Salário para seus funcionários

Adhemar Garcia é eleito presidente da ACIJ

Brasil entra na Guerra contra a Alemanha, Japão e Itália

No dia 28, o jornal já anuncia o pleno funcionamento do clube, inclusive com uma primeira turma de aprendizes sob a instrução do piloto Manoel Olns. A entidade também acolhe como bandeira da casa desenvolver ações para concretizar a instalação dos serviços telefônicos ligando Joinville a Curitiba, já aventada anteriormente pela imprensa.

Ocorre em abril de 1943 um incêndio na ponte ferroviária entre Rio Negro e Avencal, interrompendo a passagem do trem para Joinville e São Francisco do Sul. A interrupção do tráfego isola, do ponto de vista ferroviário, os dois estados do Sul do restante do país, prejudicando a população, o comércio em geral e os ramos ervateiro e madeireiro, em especial. Imediatamente, a ACIJ começa uma campanha – juntamente com o Instituto Nacional do Pinho e o Instituto do Mate, além dos sindicatos patronais dos dois setores – junto às autoridades públicas e à empresa férrea pelo restabelecimento das comunicações. A entidade assume papel de destaque na busca de solução, obtendo do Interventor Federal a vinda a Joinville do Secretário de Viação e Obras Públicas, Artur Costa Filho, para tratar do assunto. O secretário, acompanhado de uma comitiva de industriais e comerciantes de Joinville, vai até o local da ponte destruída, seguindo, depois, até Curitiba, onde obtém a colaboração e os meios mais rápidos para a construção de uma ponte provisória, restabelecendo o tráfego em 30 dias, até que a obra definitiva fosse concluída.

A guerra entra de vez no cotidiano da ACIJ em 31 de maio de 1943, quando o Prefeito Arnaldo Moreira Douat vai à entidade para "tratar da subvenção de bônus de guerra". A medida segue orientação do Interventor Nereu Ramos, recebida via telegrama nos seguintes termos: "Sendo dever de todo brasileiro colaborar no esforço de guerra do país, recomendo-lhe que procure organizar nesse município uma comissão para iniciar um movimento de subvenção de bônus de guerra de modo que Santa Catarina, fiel às suas tradições, colabore eficazmente no esforço de guerra do país". A associação formou uma comissão de arrecadação com industriais e comerciantes para esse fim, mobilizando os empresários até o fim do conflito.

A diretoria à frente da entidade tem seu mandato renovado, em 14 de junho de 43, por mais um ano, mantendo exatamente a mesma conformação dos dirigentes. Após oficializada a decisão, foi anunciado o término das obras de reconstrução da ponte ferroviária entre Avencal e Rio Preto, restabelecendo o tráfego em suas condições normais. A presidência da casa registra que, para esse êxito, foi decisiva a atuação da Associação Comercial e Industrial de Joinville. Na oportunidade, são homenageados os funcionários da ACIJ: José Acácio Soares Moreira Filho, Heleodoro Moreira Gonçalves e Ivone Silva Jardim, pelo volumoso trabalho que têm desempenhado. É crescente a demanda das empresas associadas de diversos municípios de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul que diariamente encaminham, por telegrama, correspondência ou telefonemas, reclamações, sugestões e pedidos de informações. O Departamento Jurídico também faz a defesa das firmas que são acionadas por questões trabalhistas ou tributárias.

As obras no Aeroporto de Joinville são suspensas em 9 de agosto, voltando este tema à ordem do dia da ACIJ, que encaminha um memorial ao Ministro da Aeronáutica, solicitando a retomada dos trabalhos. No dia 23, a diretoria decide encaminhar expediente ao Presidente Getúlio Vargas, relatando a precariedade crescente dos meios de transporte em geral, incluindo ferroviários, marítimos e rodoviários. Em 20 de setembro, a ACIJ constitui uma comissão para obter subscrição de capital, a fim de que fosse adquirida a Empresa Sul Brasileira de Eletricidade SA (Empresul) que, constituída com capital alemão, está sob intervenção governamental e passa por dificuldades de investimentos. Objetivando manter a empresa em mãos joinvilenses, a ACIJ fez circular uma lista entre os associados para que ano-

1943

Fundação da Empresa Buschle & Lepper S.A.

ACIJ busca subscrições de capital a fim de adquirir a Empresul

arte 2021 ACIJ 7_ARTE ALBUM JOINVILLE ok.qxd 31/05/2021 16:12 Página 108

tassem sua concordância – ou não – em participar da operação, bem como a disposição de capital para a aquisição de ações.

A precária situação do transporte ferroviário agrava-se ainda mais com a determinação do Ministro dos Transportes para que a empresa férrea organizasse trens especiais e preferenciais para o transporte entre o Rio Grande do Sul e São Paulo. Diante disso, a ACIJ mobiliza a Associação Comercial do Paraná e os setores ervateiro e madeireiro dos dois estados, a fim de planejar uma ação coordenada contra a medida, "tão prejudicial à produção do interior de Santa Catarina e do Paraná". Novamente, a ACIJ demonstra sua habilidade de articulação e liderança, de modo a manifestar a indignação do setor produtivo, mesmo diante de um governo autoritário e com o agravante do estado de exceção provocado pela guerra.

Merece registro a data de 18 de outubro de 1943, quando a instalação de uma unidade do Senai em Joinville entra em pauta na ACIJ. Já em março do ano seguinte, a entidade recebe ofício do Sistema Senai, consultando sobre a possibilidade de se obter a doação de uma área onde seria construída uma escola de aprendizagem industrial. A entidade conseguirá o terreno com a Prefeitura de Joinville.

O elevado e crescente custo de vida leva o governo a adotar o tabelamento de preços em novembro de 1943. Buscando dar praticidade à medida, o Prefeito Arnaldo Moreira Douat vai à ACIJ discutir a portaria do Ministério da Mobilização Econômica, que fixa os preços de todas as "utilidades, inclusive dos transportes", conforme tabela publicada no *Diário Oficial*. Trata-se de uma segunda tentativa de estabilizar os preços, já que a primeira revelou-se inócua. A medida tenta frear o encarecimento, "especialmente dos gêneros alimentícios e de imediata necessidade, que está criando uma situação inquietante na população". Conforme o prefeito, a luta pela subsistência pode levar as pessoas ao "desespero, com as piores consequências atingindo a todos". O fato é que o aumento de preços deve-se à crescente deficiência dos transportes, que por sua vez é decorrente do estado de guerra, e para o qual não há solução material disponível. O prefeito faz um apelo dizendo que, "em se tratando de verdadeira calamidade, ninguém de boa fé poderá apegar-se nela como justificativa para aumento de preços". A proposta de tabelamento estribado no preço real de compra e em uma margem justa de lucro, que uma vez fixada deverá ser fielmente seguida, foi pactuado por varejistas e atacadistas presentes à reunião da ACIJ.

A ACIJ começa o ano de 1944 encampando mais um movimento em prol da comunidade e se engaja no projeto do Juiz de Direito Nelson Nunes Guimarães, com apoio do Centro Municipal da Legião Brasileira de Assistência, para a construção de uma casa para menores abandonados. As iniciativas da LBA (Legião Brasileira de Assistência), que é presidida nas três instâncias governamentais pelas respectivas primeiras damas, contam sempre com a pronta simpatia do meio empresarial joinvilense. Assim, foi deflagrada uma campanha na indústria e no comércio local para levantar recursos necessários à obra, "que dará solução a um dos principais problemas de Joinville".

Sede própria

Já para adquirir a sua sede própria, a entidade estuda a possibilidade de obter um empréstimo, junto ao Instituto dos Comerciários. Em 30 de março, a diretoria recebe uma proposta de João Müller Jr., que oferece um terreno edificado, no ponto mais central da principal artéria de Joinville, a Rua do Príncipe, número 324; e outro, contíguo, com uma casa de frente para a Rua São Joaquim. Trata-se de um "achado" para abrigar a Associação Comercial. É o exato endereço onde, três décadas mais tarde, seria construído o Edifício Manchester, que passaria a sediar a entidade. A proposta de compra da área foi aprovada pela diretoria em 10 de abril de 1944, quando se decidiu também pela contração de um

1944

Em 12 de junho, ACIJ compra sua primeira sede própria

Arlindo Pereira Macedo assume a Prefeitura de Joinville

empréstimo junto ao Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Comerciários, na importância necessária para a aquisição, hipotecando o próprio terreno como garantia da operação.

Porém, não seria necessário lançar mão desse expediente, pois, por iniciativa de Lauro Carneiro de Loyola, a firma H. Douat & Cia. adiantou o montante necessário, sendo ressarcida depois com os recursos obtidos pelo Fundo de Aquisição do Prédio-Sede, que, no decorrer dos 12 meses seguintes, arrecadou Cr$ 166.600,00 em donativos. Os associados contribuintes, para esse fim, ficariam investidos de direitos especiais a serem definidos em assembleia geral. A compra deu-se no dia 12 de junho, com o pagamento de Cr$ 175.000,00 (cento e setenta e cindo mil cruzeiros).

Desde 1943 e ao longo de 1944, a ACIJ manteve permanentes tratativas com os institutos do Açúcar e do Álcool, do Sal, assim como do Trigo, tendo em vista a escassez desses produtos durante a guerra, buscando manter o abastecimento minimamente normal em Joinville e região. Da mesma forma, foram constantes as consultas, sugestões e solicitações ao Ministro João Alberto Lins de Barros, da Coordenadoria e Mobilização Econômica, responsável pelo abastecimento e tabelamento de preços dos gêneros de primeira necessidade. E assim também agiu com relação à Comissão de Abastecimento do Estado.

No dia 23 de maio de 1944, a ACIJ realiza assembleia geral com a participação de 82 associados para proceder a eleição interna e compor o seu Conselho Consultivo e Deliberativo para o biênio 44/46, conforme disposições de seu estatuto. A nova composição traz os seguintes nomes: Ovídio Pereira da Silva, Curt Colin, Roberto Stein, Rodolfo Schmalz, Arnaldo Wetzel, Adhemar Garcia, Nelson Walter, Julio Monteufel, José Amaral Filho, Edgar Klein, Lauro Carneiro de Loyola, Bernardo Hoepfner, Ernani Lopes, Casemiro Silveira, Henrique Meyer Jr. A comissão fiscal foi composta por: Otto Jordan Sobrinho, José Barbosa Cordeiro e Kurt Gern.

Do ponto de vista interno, avultam os serviços prestados aos associados. As atividades permanentes da secretaria e da seção jurídica da ACIJ englobam as seguintes atividades: receber, ler e responder a vasta correspondência que chega por cartas e telegramas, versando sobre os mais diversos assuntos; estudar e instruir todos os processos referentes à multiplicidade de consultas dos associados, nos diferentes ramos do Direito, perante a complexidade da legislação vigente; e elaborar todos os memoriais que a associação dirige aos poderes públicos. Um balanço do expediente, realizado entre maio de 44 e maio de 45, traz os seguintes números: 5.326 ofícios recebidos; 6.884 ofícios expedidos; 2.428 cartas recebidas e 2.732 encaminhadas; 321 telegramas recebidos e 294 expedidos; as consultas e pareceres jurídicos somaram 1.128, mais 165 defesas trabalhistas e 298 defesas fiscais; foram encaminhados 4.080 exemplares do *Boletim* da entidade e outras 952 circulares.

Esse intenso movimento justifica-se, pois, além do atendimento aos associados, a ACIJ intensifica o relacionamento com as instituições congêneres catarinenses e dos demais estados, bem como com dezenas de sindicatos de empregadores e de empregados, associações rurais, federações e confederações nacionais. Por outro lado, a entidade continua expandindo seu campo de ação. Tanto que, amiúde, encontra-se o registro de que seus associados estão "estabelecidos em Joinville e outros municípios de Santa Catarina e nos estados do Paraná e Rio Grande do Sul".

Crise energética

O racionamento de eletricidade em Joinville entra na pauta da ACIJ em 5 de junho de 1944, quando discute-se a medida solicitada à Empresul pelo Conselho Nacional de Água e Energia Elétrica, provavelmente para socorrer outras localidades atendidas pela mesma empresa. Os empresários reagem, alegando que a medida afetaria a fundo o parque fabril da cidade, grande parte dele considerado como de "produção de guerra". A ACIJ, como de praxe,

arte 2021 ACIJ 7_ARTE ALBUM JOINVILLE ok.qxd 31/05/2021 16:12 Página 110

Empresas como a Lithographia M. Schrappe e Cia. dependiam da energia fornecida pela Empresul para movimentar seus modernos equipamentos

monta uma comissão para estudar a proposta e apresentar um relatório de seus impactos na economia. A ata dessa reunião registra que vários dos presentes manifestaram-se com "argumentações poderosas" contra o sacrifício que seria imposto aos joinvilenses em decorrência da "imprevidência das indústrias de Blumenau e da Empresa de Luz e Força daquele município".

É a primeira vez que a cidade se vê em tal contingência, desde que foi inaugurado esse serviço, em 1909. Apesar da reação, o racionamento de energia elétrica, por motivos vários, especialmente a falta de investimento no setor para fazer frente ao aumento da demanda, será um tema recorrente com o qual a casa se baterá ao longo dos próximos 20 anos. Insumo basilar da produção industrial, a carência de energia será, certamente, a principal ameaça ao desenvolvimento socioeconômico de Joinville. A exemplo do papel que o fator transporte exerceu nas décadas anteriores sobre as atividades econômicas da cidade, energia elétrica será o item determinante do ritmo do progresso nas duas décadas seguintes. Joinville teria – e tem – a medida e a extensão da quantidade de energia que soube angariar. A ACIJ vem sendo, inclusive nos dias de hoje, o palco dessa longa e penosa luta que teve início no dia 3 de julho de 1944 quando diretores da Empresul vão à ACIJ para informar que, em função da seca, esgotaram-se as reservas de água, impedindo o fornecimento regular de energia elétrica à indústria. Nessa ocasião, são tomadas medidas até brandas diante do que viria, restringindo-se as atividades das empresas ao período entre 7 às 19 horas, aproveitando a luz natural. Atividades noturnas seriam autorizadas apenas em caso de absoluta necessidade. A insuficiência de energia elétrica não é uma consequência da guerra, pois vai perdurar para muito além do conflito.

A eleição da diretoria para o período de 15 de junho de 1944 a 15 de junho de 1945 foi realizada em 12 de junho, com o seguinte resultado: presidente, Adhemar Garcia; vice,

1944

A estiagem esgota as reservas de água interrompendo o fornecimento regular de energia elétrica à indústria

Lauro Carneiro de Loyola; secretário, Kurt Carlos Colin, segundo secretário, Ovídio Pereira da Silva; tesoureiro, José Amaral Filho; segundo tesoureiro, Rodolfo Schmalz. E um dos primeiros problemas a ser enfrentado pelos novos dirigentes foi a proibição da exportação de arroz, feijão, manteiga e outros produtos catarinenses, a exemplo do que ocorrera com o açúcar mascavo e a aguardente no ano anterior. Além de afetar o comércio exportador, a medida impacta o pequeno produtor rural.

Com o prolongamento da estiagem, a Empresul passou a suspender o fornecimento de energia também durante parte da semana. A 18 de julho, em reunião extraordinária na ACIJ, 30 empresários tentam encontrar um modo razoável de enfrentar o racionamento de energia elétrica, buscando uma maneira consensual e amigável para atenuar os efeitos da medida forçada.

Depois de muita discussão, ficou estabelecido que a diretoria da ACIJ seria investida de plenos poderes para resolver, com o máximo critério e justiça os casos de necessidade de utilização de força elétrica durante o contingenciamento. Todos os signatários da ata da reunião comprometeram-se a acatar as decisões da entidade, que seriam repassadas à empresa de força. Os empresários também comprometem-se a fazer funcionar suas indústrias apenas nos dias em que não houvesse racionamento, mesmo assim, dentro do estrito horário comercial. A diretoria ficou ainda incumbida de fiscalizar o consumo de força em parceria com a Empresul.

Na reunião seguinte, dia 31, registra-se o agravamento da situação e a preocupação com os efeitos às já precárias finanças dos operários diaristas, que ficam sem ganho nos dias em que não há força elétrica para trabalhar. Decide-se que cada firma, na conformidade das suas possibilidades, tratará de amenizar os efeitos sofridos por seus trabalhadores. A associação também toma a iniciativa de encaminhar ofício ao Presidente da República, Getúlio Vargas, denunciando a situação aflitiva de empregados e empregadores "em face do racionamento e até mesmo da suspensão total da força elétrica durante vários dias da semana." A essa altura, o Moinho Joinville, encontra-se na contingência de interromper suas atividades, suspendendo o fornecimento de farinha de trigo e ocasionando a falta de pão na cidade e também em Santa Catarina, já que é, nessa época, a maior indústria do setor no estado.

Ante essa ameaça e como medida emergencial, a ACIJ autoriza a Empresul a abastecer de energia o moinho mesmo nos dias racionados. Ciente de não haver solução a curto prazo, a normalização só se daria com a volta das chuvas. A associação decide acionar os poderes públicos nacional, estadual e municipal para que fossem tomadas medidas preventivas para que o problema não viesse a se repetir no ano seguinte. A situação avança pelo mês de agosto e, no dia 14, a diretoria elenca outros flagelos que assolam o comércio e a população de Joinville, como o tabelamento de preços e a escassez de produtos ocasionada pela precariedade nos transportes. Somente dia 21, em meio a chuvas torrenciais, a entidade consegue dar a boa notícia do fim do racionamento, liberando as empresas para voltarem ao trabalho pleno, com a normalização do fornecimento de energia elétrica.

Interessante observar o seguinte registro anotado no livro de atas da entidade nesse dia: "Foi explicado e exposto o conceito elevado que esta associação goza em Santa Catarina e nos demais estados do país". A referência decorre do papel desempenhado no gerenciamento da crise de desabastecimento, tanto elétrico quanto de gêneros de primeira necessidade. De fato, vigorou em Joinville uma auto-regulação, onde os empresários tomaram para si a responsabilidade de estabelecer medidas excepcionais e aplicá-las. Tanto é assim que não há registros da necessidade de intervenção por parte dos poderes públicos. Nas semanas seguintes foram inúmeras as cartas recebidas com elogios à entidade, inclusive, do Bispo Diocesano, Dom Pio de Freitas, pela sua postura de liderança. Porém, os efeitos da crise seriam sentidos ainda por algum tempo, com "a precariedade da indústria e do prole-

1944

Em junho tem início drástico racionamento de energia, ACIJ ajuda a administrar a situação junto às empresas

Em agosto, Joinville enfrenta escassez de alimentos

arte 2021 ACIJ 7_ARTE ALBUM JOINVILLE ok.qxd 31/05/2021 16:12 Página 112

tariado em face do racionamento" repercutindo semanalmente nas reuniões da entidade.

Ao chegar setembro, diante da crônica carência de imóveis residenciais para alugar em Joinville, a ACIJ resolve estimular os associados a constituírem uma construtora para edificar prédios com apartamentos de aluguel. A própria entidade decide locar o pavimento térreo do seu imóvel sede para um estabelecimento comercial. Nesse mês, voltam a receber atenção assuntos que são "fregueses de casa", como a dragagem e retificação do Rio Cachoeira e a necessidade de melhorias no Porto de São Francisco do Sul. Ainda em setembro, registra-se que foram "satisfatórias" as soluções dadas pelo Presidente da República ao caso do transporte pelos portos de São Francisco e de Joinville. Também uma portaria do Ministro da Agricultura autoriza as obras solicitadas para atenuar os efeitos de futuras estiagens quanto ao fornecimento de força elétrica. Para tratar desse tema, o Coronel Graciliano Negreiros, interventor federal na Empresul, e o Prefeito Arnaldo Douat, são convidados a expor os projetos da empresa para garantir a produção de energia na região. Além da necessidade de prevenção contra estiagens, outro fator que requer atenção é o constante aumento da demanda, ocasionado "pelas novas e variadas indústrias" que surgem continuamente no município. Dentre as novidades, anuncia-se a construção de uma nova barragem no Rio Bracinho, e estudos sobre o aproveitamento do Rio do Julio para a geração de energia.

Em 23 de outubro, a ACIJ recebe um memorial da Associação Comercial do Rio de Janeiro "sobre imigração de europeus para o Brasil depois da guerra, que está prestes a terminar". Efetivamente, nos anos do pós-guerra, são acolhidas em Joinville famílias vítimas do conflito, sendo que a associação estará envolvida nesse processo. Há nas atas da entidade pelo menos um registro a esse respeito. Em 21 de março de 1949, uma delegação da Comissão Mista do Brasil e da Organização Internacional de Refugiados de Guerra, das Nações Unidas, faz na ACIJ uma exposição sobre a possibilidade de Joinville e demais municípios de Santa Catarina receberem pessoas consideradas "deslocadas de guerra", de várias nacionalidades, alguns apátridas, sendo "técnicos em diversas especialidades", que poderiam ser empregados nas indústrias de Joinville ou na agricultura, conforme informação dos comissários.

A festa do centenário de fundação de Joinville é discutida pela ACIJ na reunião de 20 de novembro de 1944, quando a presidência da casa lembra a passagem da efeméride, dali a seis anos, e sugere que a entidade monte uma comissão para planejar a participação dos empresários nas festividades. São citadas algumas ações, como a inauguração de um monumento comemorativo e a realização de uma exposição de produtos. Por fim, decide-se que a associação deve "patrocinar e orientar os festejos, organizando o programa e adotando as providências que forem necessárias". Também decide-se pagar o décimo terceiro salário, a título de "gratificação de natal", para os funcionários da casa, apesar das muitas dificuldades financeiras enfrentadas. Fechando o ano, a entidade comemora o decreto federal autorizando o funcionamento da União do Comércio e Indústria Companhia de Seguros Gerais, criação joinvilense, com sede na cidade, sob a presidência de Lauro Carneiro de Loyola.

O ano de 1945 começa com a constatação da "deficiência acentuada e desanimadora" do transporte ferroviário e da navegabilidade do Rio Cachoeira, apesar da "insistência com que a associação tem tratado do assunto junto às autoridades competentes". O assunto está na pauta das quatro primeiras reuniões do ano, sendo que a navegação requer novas obras de reforço no Porto de Joinville, dragagem do Rio Cachoeira e da Lagoa de Saguaçu, além de contenções de desmoronamentos ao longo das margens. Há, nesse momento, um memorial em elaboração sobre a intensidade de uso da hidrovia, conforme solicitado pelo Ministério dos Transportes, que será encaminhado em abril.

Fim da guerra e da ditadura

Duas situações ocorridas em fevereiro ilustram a articulação exercida pela Associação Comercial e Industrial na busca de soluções, independente da esfera a que tenha de apelar. No dia 19, a entidade é informada de que o Presidente da República resolveu atender ao seu pedido, "no sentido de ser prorrogado por 60 dias a execução do novo regulamento do Imposto Consumo". Já no dia 26, diante das queixas quanto às péssimas condições da Estrada Velha de Curitiba, entre a Ponte de Rio Negro e localidade de Rincão, dentro do estado do Paraná, a ACIJ dirige-se à sua congênere em Curitiba para que solicite as melhorias junto ao governo local. Em março, a ACIJ recebe convite da Associação Comercial e Industrial do Rio de Janeiro para encaminhar um representante ao congresso que seria realizado em Teresópolis, entre 10 e 14 de abril, quando se pretende "apresentar à Nação um manifesto da indústria, do comércio e das demais classes produtoras". Após ampla discussão, a diretoria aprovou o seguinte voto, apresentado pelo vice-presidente, Lauro Carneiro de Loyola:

> A Associação Comercial e Industrial de Joinville, entidade de classe que é, não deve, não pode, nem lhe compete opinar e decidir-se sobre assuntos político-partidários. Deve, porém, dar todo o seu apoio e adotar atitude definida, serena e patriótica em face dos problemas fundamentais da economia nacional e dos rumos econômicos que proporcionam o desenvolvimento da riqueza do Brasil e dos brasileiros, e para cooperar nesse sentido a Associação Comercial e Industrial de Joinville deve fazer-se representar no Congresso de Teresópolis, não podendo deixar de reiterar a sua tradição de respeito aos princípios democráticos.

Trata-se de uma posição de vanguarda, com o uso de palavras sob medida para o momento político vigente no país. O presidente é autorizado a participar, levando consigo uma comitiva de diretores. É bom lembrar que a guerra na Europa está no fim, e crescem as pressões pela redemocratização. Afinal, um país que lutou em defesa dos princípios democráticos não pode continuar sendo governado por um regime autoritário. No final da Era Vargas, grandes encontros nacionais vinham sendo organizados por uma ala do empresariado interessada em discutir o ambiente político e socioeconômico. Esse processo culminou com a organização da 1ª Conferência das Classes Produtoras, realizado em Teresópolis, na primeira semana de maio de 1945. A partir das discussões realizadas, foi elaborada a "Carta de Teresópolis", propondo o "combate ao pauperismo, o aumento da renda nacional, o desenvolvimento das forças econômicas, a democracia econômica e a justiça social".

A ACIJ participa ativamente desse momento histórico. Durante as reuniões realizadas em abril, discute com seus associados e elabora uma pauta prévia com suas teses a serem "apresentadas, discutidas e votadas na Conferência de Teresópolis". A entidade foi representada por Adhemar Garcia e Arnaldo Moreira Douat, o presidente como representante, e outro na condição de assessor técnico da ACIJ. Em 30 de abril de 1945, dia da abertura do congresso, Adolph Hitler suicidou-se em Berlim, quando as tropas soviéticas já estavam a dois quarteirões de seu *bunker*. Em 7 de maio, o seu sucessor, o Almirante Dönitz, assina a capitulação alemã. Na reunião da diretoria de 7 de maio de 1945, lavra-se a seguinte ata:

> O presidente em exercício (Lauro Carneiro de Loyola) disse que congratulava-se com todos os presentes pelas grandes e esmagadoras vitórias das Nações Unidas, inclusive do Brasil, sobre a Alemanha, e a queda de Berlim, e que, estando toda a população da cidade em festa por esses motivos, encerrava os trabalhos dessa sessão para que todos os presentes pudessem comungar com a satisfação geral das manifestações de alegria da população.

O Conselho Consultivo e Deliberativo reúne-se em 11 de junho 1945, procede-se

arte 2021 ACIJ 7_ARTE ALBUM JOINVILLE ok.qxd 31/05/2021 16:12 Página 114

eleição da diretoria para o próximo exercício 45/ 46, sendo reconduzida exatamente a mesma formação vigente até então, com os cargos assim distribuídos: presidente, Adhemar Garcia; vice, Lauro Carneiro de Loyola; secretário, Kurt Carlos Colin, segundo secretário, Ovídio Pereira da Silva; tesoureiro, José Amaral Filho; segundo, Rodolfo Schmalz. No relatório de atividades da gestão que se encerra, fica registrado que a associação em "muito colaborou pelo êxito do esforço de guerra de todos os brasileiros, que culminou na vitória das nações unidas contra a Alemanha".

Não foi nada satisfatória a resposta do Ministro de Viação e Obras ao memorial encaminhado pela ACIJ quanto à obra no Porto de Joinville, a dragagem do Rio Cachoeira e da Lagoa de Saguaçu, e o resgate dos bônus de guerra. A entidade solicitou também – e não foi atendida – providências com relação ao transporte rodoviário e ao racionamento de energia elétrica, novamente adotado em face da estiagem. Após ler e discutir a manifestação do ministro, a diretoria decide "redobrar os esforços" que já vinha despendendo para esses assuntos, "dos quais dependem a economia pública e privada e o progresso não só de Joinville mas do estado e país". Nos próximos dias, a situação nos transportes torna-se "dificílima", com evidente consequência para os preços dos produtos, "com reflexos diretos na produção e na circulação da riqueza", pontua a associação, que se debate em busca de solução.

A exemplo do ano anterior, o racionamento de energia em decorrência da estiagem avança pelo mês de agosto. A associação novamente é chamada a organizar a aplicação das medidas de contenção junto às firmas. O assunto continua "palpitante" ao longo do mês e a ACIJ age em duas frentes: por um lado tenta atenuar os efeitos negativos para as empresas e para a população, por outro, pressiona para que fossem ultimados os projetos e iniciadas as obras que prometem evitar a falta futura de energia. Nesse ambiente desolador, aterrissa uma notícia boa. Fruto da ação da ACIJ, em parceria com a Prefeitura, anuncia-se que a Empresa de Navegação Aérea Cruzeiro vai "escalar seus aviões em Joinville".

Dois momentos em outubro de 1945 são dignos de registros. Durante a reunião do dia primeiro, são lidos diversos estudos publicados nas revistas *Brasil Madeireiro* e *Economista*, discutindo-se, em seguida, suas ideias na composição de um "plano geral de defesa do interesse econômico da coletividade". No dia 29, a diretoria suspendeu a reunião em andamento, "em face das ocorrências políticas de repercussão em todo o país", que estavam verificando-se na Capital da República e vinham sendo acompanhadas pelo rádio, em Joinville. Trata-se da queda de Vargas, apeado do poder pelo Alto Comando do Exército, pondo fim à ditadura do Estado Novo. Ambos os fatos anunciam um novo momento, de mais informação, liberdade e participação.

Já no início de novembro, a ACIJ dá mostras de um novo ritmo de trabalho. A diretoria discute, detalha e delibera um amplo memorial de providências defendidas pela entidade. Trata-se de um verdadeiro plano de ação, contendo temas recorrentes nas suas reivindicações nos últimos anos, agora apresentados em bloco. Dentre eles, a dragagem da Lagoa Saguaçu e do Rio Cachoeira, as obras do Porto de Joinville, aeroporto e navegação aérea comercial para Joinville (linhas postais, comerciais e de passageiros), melhoramento do transporte ferroviário e marítimo, praças marítimas com navegação permanente e regular entre Joinville, Laguna e Porto Alegre, força e luz elétrica, imposto de consumo e organização de sociedades anônimas.

Em 2 de dezembro de 1945, é realizada eleição – a primeira em 15 anos – para presidente da república, deputados e senadores, transcorrida na mais perfeita ordem em Joinville, sendo que vários dos integrantes da diretoria da ACIJ, trabalharam como mesários e secretários nas diversas sessões eleitorais do município. Eurico Gaspar Dutra é eleito Presidente da República e, por Joinville, o empresário Hans Jordan (ex-presidente da ACIJ), elege-se Deputado Federal, e Guilherme Urban e Max Colin (ex-diretores), deputados estaduais, os dois primeiros pelo PSD e o outro pela UDN.

O ano velho despede-se com a crise do pão, provocada pela dificuldade de transporte de trigo pela estrada de ferro e consequente falta da farinha na cidade. Porém, janeiro de 1946 surge alvissareiro: as obras da nova usina da Empresul, que está sendo construída no oitavo salto do Rio Bracinho, estão a pleno vapor.

Em março de 1946, pela primeira vez é expresso o desejo de se construir um edifício-sede – que se chamaria Palácio da Indústria e do Comércio – no terreno da entidade, no centro de Joinville, em parceria com o Instituto Nacional do Pinho e o Sindicato da Indústria de Serrarias, Carpintaria e Tanoaria de Santa Catarina.

Combate à malária

Ações de cunho comunitário marcarão o início do ano para a ACIJ em 1946. Em março, a associação articula a participação da indústria e do comércio local no auxílio financeiro ao Serviço Federal de Combate à Malária, que acaba de instalar-se em Joinville, dando início a uma parceria decisiva para a saúde no município. O nome de Otto Lepper destaca-se nessa iniciativa como benemérito, tendo sido seu "o primeiro e valioso donativo". Tanto que a ACIJ lhe dedica uma "moção de aplauso" por defender a ideia no âmbito dos industriais e comerciantes de Joinville, obtendo deles a cooperação e incentivo "à rápida consecução dos trabalhos de saneamento e tratamento gratuito aos enfermos, de maneira a debelar a malária em nosso município." O conselheiro Jorge Parucker Jr. registrou em reunião da entidade que o combate à malária trará muitos benefícios ao comércio, indústria e aos operários que, se atacados pela enfermidade, "receberão tratamento gratuito". Adhemar Garcia informa que, além do posto já instalado, encontra-se em construção um grande galpão para abrigar cerca de 70 homens encarregados do serviço, tendo contribuído com recursos para esse fim a LBA e a ACIJ.

Joinville com o Morro do Boa Vista, ao fundo, sendo desmatado no combate à malária

Na edição de 13 de maio de 1947, o jornal A *Notícia* traz um balanço dos trabalhos realizados até então. Na ocasião, discute-se a reação negativa da população ao desmatamento do Morro do Boa Vista, iniciado em novembro de 1946, como medida de combate à moléstia:

> O serviço de Entomologia realizou, desde 1946 até agora, 5.638 visitas domiciliares, encontrando 201 casos com anofelíneos, tendo sido nessas visitas capturados pelos fiscais e guardas nada menos do que 1.173 desses perigosos insetos. As capturas de maior positividade foram constatadas nas zonas da Rua José do Patrocínio, antes do desmatamento, e Aubé, em idêntica situação. (...) Foram feitas 36.181 visitas a domicílio para descobertas de doenças e 686 visitas a casas de doentes atacados de malária, 5.595 pessoas foram medicadas, sendo 4.394 no posto e 1.202 na própria casa.

Em 1949, o Serviço Nacional da Malária resolve realizar em Joinville experiência de lançar DDT de um avião sobre as áreas onde há focos. Até essa data empresas associadas

1946

A partir de março, a ACIJ auxilia financeiramente o Posto de Combate à Malária, em Joinville

Fundação das Indústrias Schneider S.A.

arte 2021 ACIJ 7_ARTE ALBUM JOINVILLE ok.qxd 31/05/2021 16:12 Página 116

à ACIJ já contribuíram com Cr$ 200.000,00 para a campanha contra a moléstia, porém, com a crise econômica desse ano, as firmas estão deixando de contribuir. Em compensação, a ACIJ adianta o pagamento de mais 12 meses de aluguel do espaço ocupado pelo posto, garantindo seu funcionamento.

A entidade toma a si a tarefa de propiciar melhorias urbanas na cidade em 1946. Contrariando sua postura histórica, a ACIJ decide pela criação de uma taxa a ser paga espontaneamente pelos empresários e destinada exclusivamente ao melhoramento de vias públicas. Nas reuniões seguintes, a entidade cria a Comissão de Pavimentação, que entra em operação já no segundo semestre. Em parceria com a Prefeitura, vai atuar no conserto, retificação, reconstrução e pavimentação das ruas centrais da cidade, especialmente na região portuária. Joinville nessa época possui 120 quilômetros de vias no perímetro urbano. O programa começa com a criação de uma taxa de 10% sobre o imposto de venda e consignações pago pela indústria e comércio de Joinville, formando um fundo para esse fim. Com os recuros, a comissão, composta de comerciantes e industriais pertencentes ao quadro da ACIJ, vai adquirir uma compressora, uma motoniveladora, veículos, ferramentas, equipamentos completos para fabricação de tubos de cimento e uma betoneira. Conforme o balanço feito por A N*otícia* em janeiro de 1947, a ideia da ACIJ "mereceu aprovação quase unânime dos comerciantes, industriais e exportadores". Constam do seu plano de ação: consertos de emergência nas ruas, fechamento de valetas com tubos de cimento, custeio da pedreira para fabricação de paralelepípedos e o início do calçamento e asfalto. O jornal traz ainda os trechos já pavimentados: Ruas Senador Schmidt, Inácio Bastos e Alameda Brustlein; e a programação para o ano de 1947.

Em 15 de abril, dois registros em ata demonstram o avanço das ações da entidade cada vez mais nos assuntos da comunidade. Por um lado, a entidade posiciona-se e cobra rigor com relação às denúncias de irregularidades nos serviços de conservação e melhorias no aeroporto. Por outro, diante das dificuldades financeiras da prefeitura, que vem acumulando déficit de caixa, a diretoria analisa e debate as medidas que estão sendo projetadas para sanar a situação. Ao que parece, o Prefeito Arlindo Macedo (1944-1947) não mantém com a ACIJ a mesma sintonia de seu antecessor, Arnaldo Moreira Douat.

Lauro Carneiro de Loyola vem atuando como uma espécie de embaixador da ACIJ, "acompanhando e dinamizando as ações externas da entidade". Fica a seu cargo o relacionamento com autoridades no Rio de Janeiro e Florianópolis, onde trata de inúmeros assuntos de interesse da ACIJ e de Joinville, como o aeroporto, obras de dragagem, e o empréstimo para a Empresul concluir a Usina do Bracinho. São Cr$ 10 milhões, requisitados junto ao Banco do Brasil, essa liberação depende da autorização do Ministro da Fazenda. A obra essencial é para fazer frente à crescente demanda por energia elétrica no município e na vasta região atendida pela mesma empresa de força e luz.

Em 18 de maio de 1946, é realizada eleição do Conselho Consultivo e Deliberativo para biênio 46/48, sendo sufragada a seguinte composição: Ovídio Pereira da Silva, José Amaral Filho, Ernani Lopes, Edgar Klein, Nelson Walter, Jorge Parucker Jr., Roberto Stein, Adhemar Garcia, João Colin, Lauro Carneiro de Loyola, Geraldo Wetzel, Werner Metz, Rodolfo Schmalz, Felinto Jordan, Carlos Cardts Jr. A comissão fiscal ficou composta por Alberto Bornschein, Kurt Gern, Guilherme Urban. Conforme relatório apresentado na ocasião, a entidade conta com associados em vários municípios de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul. Para dirigir os trabalhos da entidade no exercício 46/47, foi reconduzida, pela segunda vez, a mesma formação já em vigência, com uma só alteração. Os cargos assim distribuídos: presidente, Adhemar Garcia; vice, Lauro Carneiro de Loyola; secretário, Jorge Parucker Jr., segundo secretário, Ovídio Pereira da Silva; tesoureiro, José Amaral Filho; segundo, Carlos Condts Jr., esse, no lugar de Rodolfo Schmalz. A ACIJ passa a correspon-

1946

ACIJ cria Comissão de Pavimentação que vai consertar, retificar, reconstruir e pavimentar ruas centrais em Joinville

der-se com as entidades congêneres de outros países, dentre elas associações de Lisboa (Portugal), Buenos Aires (Argentina), São Francisco (Califórnia-EUA), Londres (Inglaterra), Bombaim (Índia), Sidney (Austrália) e Cairo (Egito).

Dentre as ações da ACIJ em junho de 1946, destaca-se que o mês começa com o Sindicato dos Armazenadores de Joinville reivindicando 50% de aumento salarial. Para tratar do assunto, a diretoria decide formar uma comissão de negociação e buscar o entendimento com os dirigentes sindicais. Manifestando-se a respeito, João Colin diz que está ocorrendo em Joinville um fenômeno no qual se verifica um "aumento crescente dos salários dos trabalhadores em armazéns e a queda vertiginosa da produção". No dia 17, registra-se um voto de profundo e imenso pesar pelo falecimento do Professor Germano Timm, "inconfundível e benemérita personalidade" que merece "gratidão, reconhecimento, veneração e o respeito de todas as gerações joinvilenses". Neste dia, a Empresa Jornalística A N*otícia*, já sob a direção da família Ramos Alvin, é aprovada como sócia da ACIJ. Já no fim do mês, a associação recebe relatório sobre os encaminhamentos do Senador Ivo de Aquino que, a pedido da entidade, busca garantir junto ao Governo da Argentina o abastecimento de cimento para Joinville e Santa Catarina.

Por solicitação dos industriais Werner Metz e João Colin, realiza-se reunião extraordinária em primeiro de julho, quando é apresentado um quadro inquietante que se avizinha com "novo racionamento de força elétrica". A situação impede a formação de novas indústrias, bem como o aumento e a modernização dos equipamentos das empresas já existentes. Os empresários terminam a exposição solicitando que a entidade reiterasse o pedido, frisando a urgência da autorização para que o Banco do Brasil atendesse pedido de empréstimo da Empresul. A empresa pleiteia junto à instituição a importância de Cr$ 10 milhões para a aquisição de máquinas e o aparelhamento, a fim de atender as "imediatas e crescentes necessidades da produção". Numa rara demonstração de indignação, o presidente Adhemar Garcia lembra que há dois anos a ACIJ vem atuando a fim de que haja uma solução para a Empresul. Loyola e Metz fazem uma sombria previsão do definhamento da produção industrial joinvilense, caso a empresa de força e luz não obtenha com urgência o empréstimo. São formadas comissões de diretores para entenderem-se, pessoalmente, primeiro com o Coronel Graciliano Negreiros, interventor nacional na Empresul; em seguida, com o Interventor Federal, Udo Deeke, em Florianópolis; seguindo depois, ao Rio de Janeiro, para reunir-se com o Presidente da República.

De fato, no início de julho, o racionamento ocorre, "inopinado", apesar do administrador federal da Empresul ter empenhado garantia em contrário. Conforme alertado, foram suspensas as novas ligações. Uma vez que a empresa operava em sua capacidade máxima, não poderia fornecer mais força que a já disponível. Essa limitação é uma ameaça real ao parque fabril regional. Conforme exposto pelo empresário Geraldo Wetzel, as interrupções bruscas de energia provocam "a irremediável perda da matéria prima em elaboração", paralisando as linhas de produção.

Nota-se que, nesse ano, não é o fenômeno da estiagem o único responsável pela insuficiente geração de energia, mas a defasagem nos equipamentos da empresa que, desde o início da guerra, ficaram sem atualizações. A solução do problema, nesse momento, é bem mais complexa que a simples ocorrência de chuvas. Empresa formada com capital alemão e sob intervenção do governo brasileiro desde 1942, a Empresul encontra-se arrolada pela Comissão de Reparação de Guerra, para ser utilizada na indenização de danos materiais sofridos pelo Brasil. Nessa condição, não pode fazer novos investimentos, muito menos obter empréstimo do Banco do Brasil. Assim, a ACIJ passa a fazer pressão no sentido de uma rápida solução por parte da Comissão de Reparação, para só então adotar novas medidas e sugerir providências necessárias à sua modernização. A ação surtiria

1946

ACIJ pressiona governo para definir destino da Empresul no pós-guerra

Em julho, tem início novo racionamento de força elétrica

arte 2021 ACIJ 7_ARTE ALBUM JOINVILLE ok.qxd 31/05/2021 16:12 Página 118

efeito e, em 26 de setembro, a Comissão de Reparação de Guerra aprovaria o empréstimo à Empresul para ampliação e melhoria dos serviços.

Nesse mesmo período, a ACIJ encaminha memorial ao interventor federal com sugestões para melhorias nos setores de viação comercial e das comunicações telegráficas e telefônicas em Santa Catarina. Outra questão para a qual a entidade reclama atenção, já em agosto, é o fornecimento de água, inclusive aventando a possibilidade das empresas abrirem poços próprios, liberando o sistema público para o abastecimento exclusivo da população. No dia 20 de agosto, a ACIJ recebe a visita de um emissário de Thiers Flemming, diretor da Comissão de Estudos e Obras do Governo Federal, anunciando o reinício dos trabalhos de dragagem do Rio Cachoeira, Lagoa do Saguaçu, Porto Bucarein e Cais Conde d'Eu. Na oportunidade, a entidade forma uma comissão composta por Lauro Carneiro de Loyola, Kurt Gern e Felinto Jordan, para acompanhar as obras.

Setembro tenso

Setembro de 1946 chega com a péssima notícia da proibição da exportação do pinho do Brasil. Temendo o desabastecimento do mercado interno, e a consequente subida dos preços, Gastão Vidigal, do Ministério da Fazenda, baixou essa medida que implica em grandes perdas para Joinvile, pois a madeira a essa altura é seu principal produto comercializado com o exterior. No dia 2, a diretoria da ACIJ debate o assunto, que será acompanhado em infindáveis discussões na capital federal pelo empresário Ramos Alvin, delegado regional do Instituto Nacional do Pinho. A medida explica-se, pois, com o fim da guerra, o mercado internacional está aquecido devido à reconstrução da Europa. A normalização do setor só ocorrerá em junho de 1947, quando a exportação volta a ser liberada.

Também nesse mês aprofunda-se a grave crise de carestia e escassez de gêneros de primeira necessidade, ainda como resultado da guerra. Para fazer-lhe frente, o governo estabelece um tabelamento geral de preços. Dado ao descontrole e a ineficiência das comissões de tabelamento, os itens mais procurados somem das prateleiras, sendo encontrados apenas no lucrativo mercado negro. Em Joinville, muitos comerciantes são acusados de esconder os seus estoques, ou praticarem preços acima da tabela, gerando o registro de queixas na Delegacia Regional. Em 16 de setembro, a ACIJ provoca uma ampla discussão com seus associados, colhendo reclamações sobre o funcionamento do sistema de preços tabelados, uma vez que, sem haver controle nas áreas produtoras – Blumenau, Jaraguá, Mafra, Rio do Sul, Canoinhas, entre outros, os produtos alimentícios já chegam à cidade com preços acima da tabela.

Com a persistência da situação, inclusive com novas ocorrências policiais, a ACIJ reúne-se em sessão extraordinária, dia 24 de setembro de 1946, com a participação dos comerciantes de Joinville, do Delegado Regional de Polícia, Heitor de Alencar, e do agente de estatística municipal, Álvaro de Maia, sob a presidência do Prefeito de Joinville, Arlindo Pereira de Macedo, para buscar uma solução para a crise. A entidade já vinha, há algum tempo, atuando junto a seus associados na tentativa de encontrar uma maneira de estancar a alta dos preços, salvaguardar os comerciantes honestos e punir os aproveitadores. Depois de muitas discussões e sugestões, ficou estabelecido uma espécie de código de conduta. Em que o comércio varejista e atacadista compromete-se a um rigoroso respeito aos preços tabelados. Cria-se uma comissão para entender-se com as autoridades sempre que necessário, e cada comerciante obriga-se a delatar desonestidades e infrações de que venha a tomar conhecimento. A comissão deverá pleitear a atualização periódica das tabelas, bem como providências das autoridades nos casos de falta de mercadorias.

Os comerciantes infratores, além de estarem sujeitos às sanções previstas em lei, serão excluídos dos quadros sociais da ACIJ, tendo seu nome e de sua empresa publicados

1946

Joinville sofre crise de carestia e escassez de gêneros de primeira necessidade

ACIJ participa de esforço para diminuir custo de produtos essenciais

pela imprensa acompanhados de uma exposição de motivos. Em contrapartida, a entidade solicitou a formação de mecanismos de controle de preços em todos os municípios de Santa Catarina, como forma de estabilizar os valores desde a origem dos produtos. Foram eleitos para compor a comissão mista Edgar Klein, Ervino Doerlitz, Germano Stein Jr., e Jorge Mayerle, que passam a ter assento nas reuniões das segundas-feiras da diretoria da associação. Ao concluir os trabalhos, ficou registrada a demonstração de boa vontade de todos os presentes "em solucionar a grave crise de preços que tanto atribula a população de Joinville". Apesar do esforço, as comissões de tabelamento nas praças fornecedoras de produtos não funcionam. Em dezembro, a banha suína desaparece do mercado, com os produtores preferindo exportar para os grandes centros urbanos, que pagam altos preços pelo produto. A farinha de trigo é outro caso especulativo, que só vem a ser resolvido com a compra de grandes estoques de grãos da Argentina por parte do governo.

Ilustrando a situação desse período em Joinville, o jornal A *Notícia*, em 9 de agosto, afirma que "não há preços fixos, uniformes, nas casas comerciais da cidade. Basta que se percorram os armazéns e em cada um variam os preços, sempre acima do possível e do normal. Há, incontestavelmente, diferenças de pasmar." Uma medida, cobrada pela imprensa e tomada pela prefeitura no intuito de baratear a alimentação, foi criar a Feira Livre, em que o agricultor poderá vender seus produtos diretamente ao consumidor. Em primeiro de outubro, o jornal anuncia, com entusiasmo, a inauguração da Feira Livre para o dia seguinte, na Praça da Bandeira, em frente ao Palace Teatro. Dentro do mesmo esforço para baixar o custo de vida em Joinville, a prefeitura assina com a Fundação Casa Popular, do Governo Federal, convênio para a construção de mil casas populares na cidade, conforme anunciado pelos jornais em agosto. A iniciativa teve a participação direta dos representantes operários: Waldemiro Palhares, Aldo Ribeiro e Edmundo José Bastos, e do deputado Hans Jordan.

Em 7 de outubro de 1946, debate-se a visita que o engenheiro chefe do distrito de obras da Aeronáutica Civil, Ruben Nisiom, veio a Joinville especialmente para entender-se com a Associação Comercial sobre as obras do campo de aviação de Joinville. O presidente Adhemar Garcia registra o seu pessimismo com o futuro das obras, posto que "não ouviu nenhuma informação positiva" do engenheiro. Nessa data, entra em pauta a discussão de outro assunto que perdura até os dias atuais: os chamados terrenos de Marinha. Buscando instrução sobre o tema, a entidade contata o diretor do Domínio da União e o comandante do Porto de São Francisco do Sul.

No início de janeiro de 1947, o Ministério da Fazenda autoriza a entidade a discutir com o Governo do Estado a criação de uma bolsa de valores em Santa Catarina, já que as empresas sediadas no estado são obrigadas a cotar as suas ações nas bolsas de Porto Alegre, São Paulo ou Rio de Janeiro.

Um dos momentos mais aguardados pelo empresariado local ocorre em 9 de março de 1947, quando a Empresul inaugura a Usina do Oitavo Salto no Rio Bracinho. Os jornais no dias seguintes noticiam o "marco notável na eletrificação industrial". A unidade passa a produzir 17.704.724 kwh de energia, respondendo por 97% de todo o consumo na área de abrangência da Empresul. Dentre os empresários, a esperança é que, a partir de então, não haja mais possibilidade de racionamento de força nos períodos de estiagem, conforme a própria empresa anuncia ao comunicar a inauguração, baseada nos números acima.

Surgem nessa época discussões sobre a estatização da Empresul, dividindo opiniões até mesmo dentro da diretoria da ACIJ. Lauro Carneiro de Loyola defende que seja imediatamente encampada pelo governo, tornando-se uma empresa pública. Adhemar Garcia é partidário da sua continuidade como empresa privada joinvilense. Na sua opinião, o comércio, a indústria, a coletividade e as pessoas particulares devem organizar uma sociedade que adquira a empresa, mediante subvenção ampla e aberta, de modo que con-

1947

Empresul inaugura a Usina do Oitavo Salto no Rio Bracinho

arte 2021 ACIJ 7_ARTE ALBUM JOINVILLE ok.qxd 31/05/2021 16:12 Página 120

tinue sendo de Joinville. A ACIJ, nas pessoas de Werner Metz e Adhemar Garcia, toma a dianteira nesse processo, buscando subscritores para formar uma sociedade que compre a Empresul. Já Loyola, cético quanto à possibilidade de se levantar o capital necessário para a aquisição, sustenta sua posição alegando que urge resolver a situação. A Empresul detém a concessão dos serviços de eletricidade em 20 localidades de Santa Catarina e três no Paraná, sendo, à época, uma das maiores organizações do setor no país.

A palavra racionamento volta à pauta já no dia seguinte à inauguração da Usina do Bracinho, em 10 de março. Desta vez, é água que falta em Joinville. Tendo em vista que desde o início do verão a cidade enfrenta escassez do produto, uma vez que a demanda é maior que a capacidade do sistema disponível, a ACIJ resolve, conforme já discutido em reuniões anteriores, que as indústrias deverão construir poços artesianos próprios. Toma-se a decisão, "a fim de não se utilizarem do encanamento público o que em muito aliviará a situação em que se encontra a população", conforme justifica a diretoria. Fechando o mês, há uma nova crise de abastecimento: falta de combustível (lenha) na rede Viação Paraná-Santa Catarina, o que impõe a redução dos trens de carga, causando grandes prejuízos com a detenção de gêneros de primeira necessidade nas zonas produtoras. A associação encaminha memorial à administração da empresa ferroviária, solicitando uma solução, uma vez que a lenha obtida em Santa Catarina vem sendo encaminhada para outras linhas da mesma rede, no Paraná.

Na reunião de 31 de março de 1947, ao comentar a posse de Aderbal Ramos da Silva no cargo de Governador de Santa Catarina, a diretoria registra manifestações de "júbilo pela volta do regime constitucional" no estado. Após novas cobranças da dragagem no Rio Cachoeira, o chefe de serviços de portos, rios e canais do Ministério da Viação, Thiers Flemming, garantiu que ainda naquele ano, de qualquer forma, seria feita a dragagem e o aparelhamento do porto. O reinício do serviço vem sendo adiado, apesar das recorrentes promessas, sendo que a última justificativa para a demora é o cancelamento da compra da draga que seria utilizada na obra, pois o equipamento estava sendo adquirido na Inglaterra, mas o governo proibiu qualquer operação com a moeda daquele país, a Libra Esterlina, havendo, consequentemente, o congelamento do crédito aberto para a aquisição do equipamento. De fato, só em 4 de dezembro chega a primeira draga para iniciar o serviço.

Com a expressiva presença de 83 associados – de um universo de 192 domiciliados em Joinville – realiza-se em 23 de maio a assembleia para apresentação do relatório do exercício 46/47. São inúmeras as ações realizadas como a comissão de pavimentação, a comissão de auxílio ao serviço da malária, a luta pela abolição do bônus de guerra, a dragagem do Cachoeira, a compra da Empresul, o racionamento de força e luz e o aeroporto.

Dentre elas, destacaram-se algumas iniciativas pelos seus aspectos sociais: ACIJ obteve da Marinha condições mais favoráveis à navegação nos diversos portos marítimos e fluviais de Santa Catarina; também atuou para que entrasse em operação o serviço de ligações telefônicas intermunicipais, interestaduais e internacionais, a partir de Joinville. Nesse período, a entidade foi chamada a contribuir na repatriação de brasileiros que se encontravam na Europa, e de vítimas da guerra que não tinham como retornar; bem como, manifestou seu parecer, por solicitação das autoridades nacionais, quanto ao acolhimento de emigrantes no Brasil e em Joinville. Preocupada com o atendimento e qualificação dos operários, a entidade mantém negociações para a instalação de unidades do Senai e Senac, além de escolas técnicas e profissionais em Santa Catarina. Tratando desse assunto, esteve em Joinville, dia 10 de março de 1947, o delegado nacional do Senac, Manoel Francisco Lopes Meireles, confirmando a implantação do primeiro curso de Ensino Comercial na cidade.

Chama atenção nesse relatório o registro em que a associação "se congratula pelo retorno ao regime constitucional no país e nos estados, o que inegavelmente se constitui num bem para a nação." Quanto aos diversos partidos políticos criados nessa época, a diretoria pontua que a entidade mantém uma "atitude de absoluta neutralidade e de respeito às convicções políticas de seus associados". A 14 de junho de 1947, realiza-se a eleição da diretoria para o período 47/48, ficando assim decidido manter exatamente a mesma composição que já vinha atuando. O novo exercício começa com a elaboração de um memorial sobre a situação da indústria têxtil em Santa Catarina, atendendo solicitação feita pelo Senador Francisco Gallotti, que busca subsídio para propor medidas debelatórias da "situação aflitiva" por que passa o setor. As dificuldades dessa área são provocadas especialmente pelo câmbio superestimado, o que beneficia o produto importado.

Também em junho, o Instituto Nacional do Pinho decide construir em Joinville, à Rua do Príncipe, um edifício que lhe servirá de sede, convidando para fazer parte do empreendimento em forma de condomínio, a Associação Comercial e Industrial de Joinville, o Sindicato das Indústrias de Serrarias, Carpintaria e Tanoarias de Santa Catarina. A proposta causou certo desconforto, uma vez que a ACIJ também trabalha pela construção de um prédio sede para si, do qual se pretendia de o INP fizesse parte. Tanto que, em 13 de outubro será aprovada resposta declinando do convite, com a justificativa de que está fazendo investimentos em melhorias e adaptações do imóvel recentemente adquirido.

A partir desse ano de 1947, a indústria e o comércio de Joinville passam a conviver com outra carência que dificulta o seu desenvolvimento. Trata-se do baixo limite de operações bancárias autorizadas para as agências que operam na praça. Ocorre que o volume de recursos movimentados na cidade é bem maior que a disponibilidade bancária, atrasando as operações. Esta situação vai perdurar até os anos 60, merecendo o permanente acompanhamento da ACIJ e reiterados apelos para que fosse paulatinamente sendo ajustada. Em 29 de julho, por sugestão de Loyola, a entidade faz a primeira solicitação para que o Banco do Brasil reveja os seus critérios de disponibilidade de créditos, de forma que estejam de acordo com as necessidades da produção e com os montantes de depósitos da agência. A ACIJ pede ainda que o banco adapte sua portaria que regula financiamentos à lavoura às condições de Santa Catarina, onde não se verificam produções padronizadas.

Operários trabalham nas obras do porto de Joinville, nos anos 40

Nos primeiros dias de agosto de 47, diretores da ACIJ participam da conferência entre os Governos dos Estados de Santa Catarina e Paraná, realizada em União da Vitória, com intuito de solucionar problemas comuns, em especial questões relacionadas ao transporte ferroviário. Nesse período, está em curso, no âmbito do Governo Federal, a divisão da Viação Paraná-Santa Catarina em dois ramais com autarquias independentes. Trata-se de uma antiga demanda de Joinville da qual a ACIJ é porta-voz. A imprensa faz uma contundente campanha, demonstrando o descaso do setor, principalmente com relação ao carro postal e ao transporte de madeira. Segundo o jornal A N*otícia*, o pinho brasileiro leva seis anos para percorrer o caminho da serraria ao consumidor final, três às margens das ferrovias, esperando por um vagão, e outros três no porto de São Francisco, Paranaguá, ou Itajaí, até que seja embarcado. Segundo estimativas, a quantidade de madeira empilhada à beira de ferrovias no Brasil, em 1943, era suficiente para abastecer o mercado interno por quatro anos!

Os demais meios de transportes não estão em melhores condições. Tanto que, nos meses seguintes, registram-se novos encaminhamentos a temas já batidos e debatidos, como a dragagem da Lagoa Saguaçu e do Rio Cachoeira; os empecilhos à navegação entre

1947

ACIJ trabalha pela instalação de unidades do Senac, Sesc e Senai em Joinville

João Herbert Érico Colin é eleito Prefeito de Joinville

Fundação da Maternidade Darci Vargas

arte 2021 ACIJ 7_ARTE ALBUM JOINVILLE ok.qxd 31/05/2021 16:12 Página 122

Laguna, Imbituba e Joinville; as obras no porto de Joinville; a construção de uma ponte sobre o Rio Itapocu, na estrada para Itajaí, então atravessado por balsa; a reparação da estrada de rodagem Joinville-Curitiba; e a estrada Joinville-Blumenau, via Jaraguá. A estruturação do transporte ferroviário, rodoviário, aéreo ou marítimo na região, exigem contínuas gestões junto às empresas e aos órgãos responsáveis pelo setor, como a Viação Paraná-Santa Catarina (ex-SPRG), a Secretaria de Viação, a Diretoria de Obras Públicas, a Comissão da Marinha Mercante, os Ministérios da Viação, Marinha e Aeronáutica, além das capitanias dos Portos e demais repartições públicas a que estão afetos os transportes. Além de cobrar os investimentos, como no caso da dragagem do Rio Cachoeira, a entidade mantém um permanente acompanhamento à execução dos serviços, no intuito de obter o melhor resultado no menor tempo possível.

Outro resultado positivo é o reinício da navegação entre Porto Alegre e os demais portos do Rio Grande do Sul e o Porto de São Francisco do Sul pela Companhia Nacional de Navegação Costeira. Trata-se de uma importante conquista obtida junto às autoridades da Marinha Mercante, por iniciativa e intervenção da associação.

A Associação Comercial e Industrial de Joinville começa o novo ano com uma pauta de grandes, importantes e urgentes assuntos a serem tratados. Em 12 de janeiro de 1948, com a presença de Gustavo Bleiker, representante da Empresul, associados debatem o excessivo aumento das tarifas de força e luz, previsto para o ano que se inicia, conforme autorização da Divisão de Águas do Departamento Nacional de Produção Mineral do Ministério da Agricultura. Uma das muitas sugestões que se aventa é que se pague pela energia efetivamente consumida, e não por faixas fixas. Ante a demonstração de boa vontade do representante da empresa em acatar um aumento de "apenas" 50% sobre as taxas em vigência, é formada uma comissão com a participação do Prefeito, João Colin, para levar em frente o entendimento. Ao Presidente da República, é encaminhado telegrama solicitando a suspensão da portaria que autoriza o aumento, sob o risco de "provocar desequilíbrios na economia das empresas e das famílias".

Na semana seguinte, os membros da comissão, Eugênio Fleischer, Jorge Parucker Jr. e Eugênio Schmidt, relatam a resposta pouco convincente do administrador federal da Empresul, Graciliano Negreiros, que se compromete apenas a fazer sugestões, "no sentido de serem atenuadas as taxas". Já do telegrama enviado ao Presidente Dutra, obtém-se uma resposta mais efetiva, determinando ao Ministério da Agricultura um imediato entendimento sobre o assunto. Também o Governador do Estado é acionado para que trate da questão no Rio de Janeiro, onde estará em audiência com o Ministro da Agricultura.

São registradas nas reuniões seguintes inúmeras manifestações de agradecimentos, cumprimentos e felicitações de firmas associadas de vários municípios pela "maneira serena, mas firme, criteriosa e digna com que a associação agiu no caso da elevação das tarifas de energia elétrica". Em abril, o panorama é outro, já com a decisão tomada de estatizar a empresa, com as ações retidas pela União sendo doadas ao Estado de Santa Catarina. Os empresários de Joinville e a ACIJ teriam ativa participação na fundação da nova empresa, inclusive com a oferta e subscrição de ações. Na década de 60, a união da Empresul e outras empresas do setor no estado formaria a atual estrutura da Celesc – Centrais Elétricas de Santa Catarina – criada em 1955.

Pouco mais de um ano depois de ter sido afastada "qualquer possibilidade de racionamento", com a inauguração da usina do Bracinho, o funcionário da Empresul, Gustavo Bleiker, volta à ACIJ para discutir o novo plano de contingenciamento de eletricidade. Traz a proposta de se fazer um rodízio, com dois ou três dias por semana sem energia para cada zona preestabelecida. Joinville compreenderia cinco zonas e os municípios de Terra Alta, Jaraguá, São Francisco, Mafra, Canoinhas, Rio Negro (no Paraná) e parte de Blumenau, outras

1948

ACIJ obtém suspensão do aumento das tarifas elétricas

Empresul é estatizada

sete zonas. Como se vê, é bastante vasta a região coberta pela empresa de eletricidade.

Estatizada, a Empresul logo encontrou maneiras não convencionais para fazer caixa. Em novembro de 1949, por exemplo, a ACIJ registra protestos contra o "depósito caução" a que todas as indústrias estão obrigadas a fazer para a empresa, por força de uma portaria do Ministério da Agricultura. O dinheiro fica com a Empresul como uma garantia de que as firmas vão pagar a conta de luz no fim do mês. Para reavê-lo, sem juros evidentemente, o contribuinte deve pedir o "desligamento definitivo da força". Ou seja, o governo estatizou a empresa de força e luz e mandou a conta para os industriais pagarem. A ACIJ decide pleitear a suspensão da caução, argumentando que o próprio patrimônio das indústrias representa a garantia do pagamento da energia consumida.

Em abril de 1948, a Diretoria de Rendas Internas do Tesouro Nacional suspende o uso obrigatório de medidores automáticos pelos colonos em suas pequenas fábricas de álcool e aguardente. Trata-se de uma medida de grande extensão social, uma vez que os alambiques estão disseminados por uma vasta região catarinense, sempre como indústria caseira. A conquista, de inestimável benefício para milhares de microprodutores é, em grande medida, uma vitória da ACIJ, uma vez que "há muito, e reiteradamente, vem se empenhando" na abolição desse dispositivo em alambiques. Conforme argumentação da entidade para as autoridades fiscais, os colonos que utilizam a cana como cultura subsidiária ao cultivo do solo, "sem cultivar grandes canaviais para fins industriais, sequer possuem instalações que possam suportar o ônus da instalação dos medidores". Assim, a ACIJ ajuda a manter uma atividade essencial para a zona rural catarinense.

A Creche Conde Modesto Leal cumpre um importante papel social em Joinville desde a década de 30. Seu idealizador, fundador e diretor desde então, Padre Alberto Kolb, vem a falecer em 1948. Assumindo o cargo de diretor, o Padre Sebastião Scarzello vai à ACIJ onde faz uma exposição sobre o trabalho desenvolvido e dirige um apelo aos benfeitores da creche para que continuem auxiliando a instituição. Em 22 de agosto do ano seguinte, Frei Salvador, novo diretor da Creche Conde Modesto Leal, encaminha um apelo à ACIJ para que a indústria e o comércio mantenham um auxílio mensal à entidade, tendo em vista os benefícios que propicia à comunidade. A associação decide ajudar, colocando o seu cobrador para conversar com todos os associados sobre o auxílio que cada um possa dar.

O sr. Ademar Garcia, presidente da Associação Comercial e Industrial e do Diretório Municipal do PSD, recebeu ontem, do deputado Hans Jordan, o seguinte telegrama:

— "De Rio. Ademar Garcia — Joinvile. Tenho a satisfação de comunicar que ontem foram apresentadas, assinadas pela nossa bancada, emendas ao orçamento relativas ás subvenções destinadas aos serviços de dragagem do rio Cachoeira e ás obras do campo de aviação, á Créche Conde Modesto Leal e Escola Normal S. Vicente de Paulo Abraços (a) Hans Jordan".

Jornal reproduz telegrama do deputado Hans Jordan à presidência da ACIJ

Aeroporto não decola

Ao fazer o balanço da gestão 1947/48, a diretoria pontua que a Associação Comercial e Industrial há anos vinha se batendo para que Joinville fosse contemplada com um moderno aeroporto, chegando a resultados alternativos, mas não satisfatórios. Conforme registra, a entidade vem agindo sistematicamente junto ao Ministério da Aeronáutica, ao departamento de Aeronáutica Civil e também junto ao Congresso Nacional, por intermédio do deputado Hans Jordan, que inclui emenda da bancada no Orçamento da União com recursos para a dragagem do Rio Cachoeira e obras no Campo de Aviação, e subvenções à Creche Conde Modesto Leal e à Escola Normal São Vicente de Paula. Porém, mesmo com uma ação pertinaz, o assunto vem se arrastando ao longo dos anos. "A associação continua com a sua incansável luta a fim de que Joinville venha a ser dotada de um aeroporto devidamente aparelhado para os interesses da região Norte de Santa Catarina". Esse registro, embora seja de maio de 1948, guarda intrigante atualidade. Se fosse publicado na imprensa, estaria estritamente dentro de um propósito e de uma situação que a ACIJ vem vivenciando nos dias de hoje.

1948

ACIJ lidera movimento pela estruturação e aparelhamento do Aeroporto de Joinville

Fundação da Metalúrgica Douat, por Arnaldo Moreira Douat

arte 2021 ACIJ 7_ARTE ALBUM JOINVILLE ok.qxd 31/05/2021 16:12 Página 124

Na semana seguinte, a casa volta ao tema, quando o agente local da empresa Transportes Aéreos Limitada (TAL), José Carlos Campos Priestes, relata a situação precária do aeroporto. Ele informa que já havia se "dirigido aos deputados, ao Prefeito Municipal, ao Governador do Estado e a outras autoridades obtendo resposta apenas do governador", por isso foi pedir o apoio da ACIJ para um benefício que virá a atender toda a Região Norte. A presidência da casa relata os incessantes esforços e a longa atuação da entidade pela conclusão da obra e aparelhamento do Aeroporto de Joinville "para receber aviões comerciais com qualquer estado de tempo". Para tanto, a entidade vem intervindo diretamente junto ao Departamento de Aeronáutica Civil do Ministério da Aeronáutica. A verba, obtida pelo deputado Hans Jordan no orçamento da União no ano anterior, só se efetivaria em setembro de 1948. José Carlos pede ainda que a ACIJ consiga junto aos Correios que a mala postal seja fechada em Joinville, de modo que pudesse ser embarcada nos aviões da empresa aqui mesmo, às segundas, quartas e sextas-feiras. Outra necessidade apontada é a estrada de acesso ao aeroporto.

Apesar das obras do aeroporto não decolarem, as empresas aéreas aterrissam em Joinville. A TAL fez sua viagem inaugural com um DC-3, dia 10 de maio de 48, prometendo ligar a cidade a Curitiba, Paranaguá, Santos e Rio de Janeiro, conforme informa o jornal A *Notícia* no dia anterior. Mas o serviço não chega a entrar em operação por falta de condições mínimas no aeródromo. Em 19 de novembro, a Varig inaugura sua agência em Joinville. A empresa anuncia que, em 60 dias, passa a servir regularmente à cidade com escalas de seus aviões comerciais, "quando deverão estar terminados os trabalhos mais urgentes que estão sendo executados no aeroporto local".

Para constituir o Conselho Consultivo e Deliberativo no biênio 1948/50, foram eleitos em junho os seguintes nomes: Adhemar Garcia, Lauro Carneiro de Loyola, Edgar Klein, Alberto Bornschein, Ovídio Pereira da Silva, Jorge Parucker Jr., Felinto Jordan, Roberto Stein, José Amaral Filho, Ernani Lopes, Nelson Walter, Ludovico Balthazar Buschle, Werner Metz, Alois Kahlholfer Filho e Geraldo Wetzel. A comissão fiscal foi composta por Eugenio Schmidt, Kurt Gern e Alexandre Wiltwer. No dia 14, os conselheiros definem a diretoria para o período 48/49, que ficou assim composta: presidente, Adhemar Garcia; vice, Geraldo Wetzel; secretário, Jorge Parucker Jr.; segundo secretário, Ovídio Pereira da Silva; tesoureiro, José Amaral Silva; segundo tesoureiro, Ludovico Balthazar Buschle.

Nessa oportunidade, é feito um relatório sobre os funcionários da casa, que conta com o seguinte quadro: José Acácio Soares Moreira Filho foi contratado dia 15 de agosto de 1937, para exercer a função de secretário da diretoria e diretor da Secretaria e da Consultoria Jurídica; Ivone Silva Jardim, datilógrafa e auxiliar de escrita, ingressou em 1º de fevereiro de 1943 e desligou-se em 25 de abril de 1947; Antônio Platino Vieira, porteiro e servente auxiliar, ingressou em 9 de abril de 1946 e pediu demissão em 6 de março de 1948; Maria de Lourdes Sobral, auxiliar de escrita e datilógrafa, foi admitida em 1º de setembro de 1947 e dispensada em 1º de dezembro de 1947; Olga Carmen Past, auxiliar de escrita e datilógrafa, ingressou em 12 de janeiro de 1948.

Em diferentes momentos, no primeiro semestre de 1948, a diretoria discutiu o Imposto de Licença, em fase de criação pela Prefeitura de Joinville, com previsão de cobrança a partir de agosto daquele ano. A ACIJ pesquisou qual o montante desse tributo em Jaraguá, Blumenau, São Francisco, Araquari, Brusque, Florianópolis e Tijucas, e também centros maiores como Curitiba e Rio de Janeiro, concluindo que a tabela projetada para Joinville tinha valores mais elevados que os praticados nos municípios pesquisados. Diante disso, decide-se pela formação de uma comissão para dar o encaminhamento esperado para o assunto. Em 15 de julho, A *Notícia* publica declarações da presidência criticando o tributo em nome do meio empresarial: "A época que atravessamos é de pressão, de restrição do crédito, de redução da procura, de incertezas nos negócios, pelo que é a mais infeliz para cogitar aumentos de impostos, seja sob o título que for, seja pelo pretexto que for".

Buscando dar maior amplitude à questão, a associação decide apresentar um recurso junto à Assembleia Legislativa, contra o ato da Prefeitura de Joinville que pretende "escorchante majoração" do Imposto de Licença, ocasionando acaloradas discussões naquela casa, em especial pelo deputado Guilherme Urban.

Serviços sociais

Ao longo do segundo semestre de 1948 a pauta da entidade – genericamente composta com "diversos assuntos de interesse da lavoura, da pecuária, da indústria e do comércio bem como do interesse coletivo" – aborda questões cruciais para aquele momento. A diretoria discutiu meios de baixar o elevadíssimo custo de vida de então, como o barateamento dos transportes, a redução de taxas e impostos que, direta ou indiretamente prejudicam a produção, industrialização e o comercio dos gêneros de primeira necessidade e dos tecidos de uso corriqueiro do povo. Abordando o crônico déficit residencial da cidade, aprova-se a proposição de uma redução do ônus fiscal de todos os materiais de construção de casas, inclusive a madeira, metais, cimento e tijolos, e também os produtos de uso doméstico, sejam os de cozinha ou os de toalete, incluindo a mobília, de modo que "o conforto possa estender-se até os menos afortunados, os que percebem remuneração como operários, empregados da lavoura e da pecuária e empregados do comércio em geral". Uma medida de espantosa similaridade com o plano de desoneração (e estímulo) da produção lançado pelo governo para fazer frente aos efeitos da crise de 1929. Nas reuniões seguintes, as proposições seguem a mesma linha, aventando-se inclusive medidas em benefício dos lavradores, principalmente quanto à aquisição de implementos para a mecanização da agricultura, o que deveria ser feito com financiamento a longo prazo, pelo Banco do Brasil ou diretamente pelo governo. A entidade menciona ainda a necessidade de meios de transporte mais eficientes entre os centros agrícolas e os mercados consumidores.

Instalação do Serviço Social do Comercio em Joinvile

Terá logar amanhã o relevante acontec imento — Será tambem instalado brevemente o Serviço Social da Industria

Deverá chegar amanhã a Joinvile alto funcionário do Serviço Social do Comércio (SESC), que aqui vem para instalar os serviços assistenciais prestados pela referida instituição aos empregados das firmas comerciais. Trata-se de marcante acontecimento, estando de parabens os nossos comerciários, bem como a Associação Comercial e Industrial de Joinvile, a cujo presidente, sr. Ademar Garcia, pelos esforços pessoais que dispendeu, se deve a instalação em nosso Municipio de tão util e valioso empreendimento assistencial, inaugurado no país por inspiração do eminente sr. João Daudt de Oliveira.

O SESC em nossa cidade funcionará, em uma das dependências da Associação Comercial e Industrial, á rua do Principe, em cuja séde — tão logo se funde a Federação da Indústria de Santa Catarina — será também instalado o Serviço Social da Indústria (SESI).

É delegado do Serviço Social do Comércio em nosso Estado o sr. Flávio Ferrari, que desde logo se prontificou a atender ao apêlo da diretoria do prestigioso órgão classista que é a Associação Comercial e Industrial de Joinvile, quando esta pleiteou, conforme em tempo oportuno noticiamos, os beneficios desse serviço para nossa cidade.

TIFO NA CIDADE

Jornal *A Notícia* destaca novos serviços instalados em Joinville para operários

O comércio exportador do pinho e do mate, duas áreas sempre palpitantes, fazem em 1948 grandes movimentações. Do lado do mate, são inúmeros os esforços realizados pelo Instituto Nacional, que busca encontrar novos mercados, especialmente conquistar o gosto dos Estados Unidos e do Canadá para o produto em substituição ao argentino, que atingiu a autossuficiência, deixando de importar a erva catarinense. A partir dos anos 30, com a retração do negócio ervateiro, a madeira torna-se o principal produto exportador de Santa Catarina, contabilizando mais de 300 serrarias dedicadas ao corte e beneficiamento da madeira. Porém, como já citamos, esbarra na ineficiência do transporte. A cada ano verdadeiras fortunas em madeira apodrecem em grandes depósitos ao ar livre, à beira das ferrovias e nos pátios dos portos. Para piorar, os dois setores operam com o Cruzeiro artificialmente valorizado, já que a Inglaterra e vários outros países, inclusive a Argentina, desvalorizaram suas moedas no pós-guerra. As constantes altas de impostos também sufocam os dois setores que, nos últimos tempos, deixaram a esfera de atuação da ACIJ, tendo seus interesses abrigados nos respectivos institutos.

1948
Joinville registra elevadíssimo índice de tuberculose

1949
Sesc instala posto de atendimento aos trabalhadores dentro da ACIJ

arte 2021 ACIJ 7_ARTE ALBUM JOINVILLE ok.qxd 31/05/2021 16:12 Página 126

Surto de tuberculose

O chamado sistema "S" – formado pelo Sesi, Sesc, Senac, Senai dentre outros – tem sua manutenção na contribuição patronal de 2% sobre a folha de pagamento, conforme lei de 28 de junho de 1946. Desde então, a ACIJ manteve esforços para sua implantação desses serviços em Joinville. Em 16 de agosto de 1948, a diretoria da entidade anuncia que o Serviço Social do Comércio (Sesc), "dentro em breve", dará início aos seus serviços assistenciais em Joinville. Para esse fim, a entidade destinou uma das salas da sua sede.

Já em janeiro do ano seguinte, dois representantes do Serviço Social da Indústria (Sesi), Rubem Limongi de França e Circe Ferraz Villaça, apresentam para a associação estudo realizado na cidade em parceria com a entidade, elencando as necessidades sociais, higiênicas e de saneamento de Joinville a serem atendidas pelo Sesi. Ficou decidido que, prioritariamente, os serviços deveriam concentrar-se na alimentação e assistência médica aos operários, uma vez que o "índice de tuberculose em Joinville encontra-se elevadíssimo, em função da carência alimentar". Interessante notar que vários associados fizeram uso da palavra nessa oportunidade, indicando que o principal problema de Joinville é a falta de residência condigna para os operários, o que prejudica os cuidados com a higiene.

A incidência da tuberculose atinge principalmente a periferia. O jornal A *Notícia*, em 18 de novembro de 1950, informa que vem pelo menos desde o ano anterior acompanhando o assunto que, efetivamente é preocupante, decorrendo principalmente "da ignorância e da miséria das famílias desfavorecidas da sorte". Segundo o jornal, as vítimas normalmente desconhecem os princípios de higiene e sofrem o mal sem perceberem que a moléstia "mina o seu organismo depauperado pela insuficiência alimentar".

Nessas circunstâncias, os serviços do Sesi propiciaram um importante lenitivo. Outra medida tomada no combate à doença foi a criação, em outubro, da Associação de Proteção aos Tuberculosos Necessitados de Joinville, que passou a contar com donativos dos empresários locais. Em 22 de dezembro de 1950, durante visita ao posto de serviço que funciona gratuitamente nas dependências da associação, o diretor do Sesc e do Senac em Santa Catarina, Flávio Ferrari, constata o volume de atendimentos aos tuberculosos. A demanda é tão elevada que absorve toda a verba destinada ao órgão em Joinville, deixando os demais serviços descobertos.

Ao abordar a instalação do serviço em Joinville, o jornal A *Notícia* destaca o papel da ACIJ, na pessoa do seu presidente, e do diretório local do PSD, também presidido por Adhemar Garcia. O mesmo jornal informa, em 10 de julho de 1949, a instalação do Sesc "em uma das dependências da Associação Comercial e Industrial de Joinville". O veículo também garante que tão logo seja fundada a Federação das Indústrias de Santa Catarina, o Sesi será instalado no mesmo local, o que só se confirmará em abril de 1952. A publicação afirma ainda que a implantação dos dois serviços atende a um apelo da ACIJ.

Entre outubro de 1948 e abril de 49, a ACIJ utiliza de dois expedientes junto ao Governo do Estado para alertá-lo da insustentável precariedade dos serviços de transporte na região. Em abril, a preocupação é com a falta de vagões para trazer cereais e banha, da linha sul para Joinville. Em audiência com o Governador Aderbal Ramos da Silva, dia 8 de novembro, o presidente Adhemar Garcia expôs a "aflitiva situação do transporte ferroviário, que tanto prejudica o abastecimento de Joinville e do litoral Norte de Santa Catarina". Na busca de uma solução, o governador despacha para Curitiba seu Secretário dos Transportes, a fim de entender-se com os diretores da Viação Paraná-Santa Catarina.

Em de abril de 49, a ACIJ volta a manifestar-se perante o Governo do Estado, encaminhando um memorando em que alerta sobre as precárias condições de transporte entre o Oeste do estado e o Porto de São Francisco do Sul. O documento faz um comparativo com a situação privilegiada do estado do Paraná, que dispõem de uma rodovia ligando Mafra a Curitiba, já entregue ao trânsito, e outra, entre União da Vitória e Curitiba,

1949

ACIJ pressiona governo por melhorias nas diferentes vias de transporte

Distrito de Guaramirim é emancipado de Joinville constituindo-se Município

Firma Hansen Irmãos, hoje Tigre S.A., é admitida como associada

em plena construção. Trata-se de uma questão estratégica, já que a grande e rica região produtora do Oeste Catarinense passará a ter mais facilidade de escoamento de seus produtos pelo Porto de Paranaguá, via Curitiba, que pelo Porto de São Francisco, via Joinville. Para piorar, a rede ferroviária Paraná-Santa Catarina tem sua sede na capital paranaense, mantendo em dia o fornecimento de vagões para o transporte ferroviário no estado vizinho, em prejuízo dos interesses catarinenses.

Interessante assinalar que um estudo concluído em fevereiro de 1949 por técnicos americanos da Missão Abbink e do Ministério da Fazenda, sobre as causas da carestia no Brasil, aponta que "a deficiência da produção agropecuária e dos transportes têm sido os fatores mais importantes no aumento dos preços e do agravamento da inflação".

A situação do Aeroporto de Joinville provoca uma atitude arrojada da ACIJ, em sua reunião semanal de 23 maio. O conselheiro Werner Metz, ex-presidente da casa, apela para que a associação promova uma campanha entre seus associados a fim de que cedam caminhões, motoristas e auxiliares de choferes para concluir as obras da estrada que liga a cidade ao aeroporto de Cubatão. O empresário relata que "é grande o reclame em Curitiba, São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre, e outras capitais, quando nas estações de vias aéreas se anuncia nos alto-falantes que o avião vai passar por Joinville". Apesar de estar operando – a imprensa informa que há um ótimo serviço regular de passageiros, com escalas de aviões do Norte e do Sul do país – sofre constantes suspensão de voos por questões climáticas e falta-lhe a estrada de acesso até o centro urbano.

Para dar sequência à sugestão de Werner, é criada uma comissão para entender-se com a prefeitura a respeito desse assunto, formada por Alberto Bornschein, Tuffy Aidar e Rodolfo Schmalz. Fazem parte ainda, Carlos de Campos Priestes, gerente da TAL, e Helmuth Hoemke, gerente da Varig. Em 18 de julho, a comissão apresenta o resultado dos entendimentos havidos, que não são nada animadores. Conforme declaração do Prefeito João Colin, a estrada só poderia ser iniciada no fim do ano, ou mesmo em princípios do ano seguinte, já que até lá estará com o maquinário e pessoal da prefeitura concentrados no calçamento das ruas centrais da cidade. Percebe-se que as relações entre a ACIJ e a municipalidade não são as melhores, uma vez que Adhemar Garcia é presidente municipal do PSD e João Colin, mesmo sendo um dos 27 sócios fundadores da casa, elegeu-se pela UDN. Os dois partidos protagonizam acirrada disputa, tanto em Joinville quanto nos planos estadual e federal. Uma clara demonstração dessa divergência fica assinalada na reunião da diretoria a 19 de setembro, quando se reclama "do exorbitante preço do calçamento a paralelepípedos que está sendo feito pela Prefeitura de Joinville". Na sessão seguinte, a associação decide orientar seus membros para que usem dos meios legais contra o preço das taxas.

Voltando ao aeroporto, a Comissão de Finanças da Câmara Federal aprova, no orçamento do ano seguinte, o expressivo valor de 300 mil cruzeiros a ser aplicado no Aeroporto de Joinville. Detalhe, com votos favoráveis de PSD e UDN.

Na eleição de diretoria de 14 de junho de 1949, Adhemar Garcia é reconduzido à presidência, tendo como vice, Geraldo Wetzel; secretário, Jorge Parucker Jr., segundo secretário, Alois Kahlhoffer Filho; tesoureiro, José Amaral Filho; e segundo tesoureiro Ludovico Balthazar Buschle. Um balanço dos expedientes da entidade no exercício anterior (48/49) demonstra 7.628 cartas recebidas e outras 8.370 expedidas; 724 telegramas recebidos e 2.205 expedidos. Memoriais, consultas e pareceres somam 2.832; são 1.530 as circulares encaminhadas; 473 as defesas fiscais e 231 as defesas trabalhistas procedidas, mais 43 recursos. Os boletins enviados somam 8.620 exemplares. Nesse período, 41 novas firmas ingressam no quadro social da ACIJ, que soma 198 associados.

Um raro momento de conflito de interesses no âmbito da entidade ocorre em 22 de agosto de 49. Os madeireiros, por intermédio do sindicato patronal da categoria, solicitam à

arte 2021 ACIJ 7_ARTE ALBUM JOINVILLE ok.qxd 31/05/2021 16:12 Página 128

Comissão da Marinha Mercante a equiparação das tarifas de fretes marítimos saídos de Joinville e os embarcados em São Francisco do Sul. O setor solicita o apoio da ACIJ para essa medida, e a associação achou por bem debater o assunto internamente, ouvindo o ponto de vista dos embarcadores e armadores associados à casa, Ernesto Buschamm, Erich Muschlach e Kurt Gern. Segundo Gern, a diferença justificava-se devido às "precárias condições de navegação para Joinville, que trazem prejuízos e insegurança para as embarcações". Após manifestações prós e contra, deliberou-se pelo apoio ao memorial do sindicato, com o voto contrário dos armadores.

Em dezembro de 1949, o sistema de telefonia de Joinville esgota sua capacidade instalada, sendo-lhe impossível atender aos pedidos de novas assinaturas. Para tratar do assunto, a diretoria da ACIJ reúne-se numa acalorada discussão em busca de alternativas para o problema que prejudica aos negócios mas, principalmente, interfere no dia-a-dia da comunidade em geral. A exemplo da eletricidade, os serviços de telefonia local eram fornecidos pela Empresul, que alega prejuízos com a sua manutenção e total incapacidade de ampliar suas instalações. Em tratativas com o governador, a entidade foi informada que, naquele momento, seria muito difícil obter a expansão dos serviços pelo alto custo que representaria à empresa.

Uma das preocupações da classe empresarial, já manifestada em 1944, era fazer das comemorações do Centenário de Joinville uma vitrine para a cidade. Dentro desse propósito, já em janeiro de 1950, intensificam-se as ações internas da entidade. Para tanto, desde março de 1949 uma comissão vem trabalhando com Albano Schulz, presidente da Sociedade Amigos de Joinville, no detalhamento da programação e na arrecadação de contribuições junto à industria e ao comércio.

Os festejos do centenário, inevitavelmente, seriam um reencontro à tradição dos pioneiros e sua origem alemã. E, em sintonia com esse espírito, o deputado Hans Jordan fez um veemente discurso na Câmara Federal, defendendo um acordo comercial e de cooperação entre o Brasil e a Alemanha. Em 13 de março, o parlamentar participa da reunião da diretoria da ACIJ, onde repercute seu pronunciamento. A ACIJ, que já manifestara inteira solidariedade à iniciativa, encaminhando telegrama de congratulações, empenha agora o apoio à proposta que aborda um "assunto oportuno e de marcante objetividade, tendo em vista a aflitiva situação de nossas trocas comerciais com o exterior," registra a entidade. Essa iniciativa junta dois interesses convergentes: a Alemanha necessita de alimentos e materiais para sua reconstrução e os comerciantes de Joinville precisam de novos mercados, especialmente para erva e madeira.

Já em junho de 1950, a ACIJ recebe a visita da delegação do governo alemão para a promoção do intercâmbio comercial entre Brasil e Alemanha, na pessoa de Helmuth Lorenz-Meyer, que esteve em Joinville acompanhado do deputado Hans Jordan, autor da proposta da promoção comercial entre os dois países. Trata-se de uma ocasião memorável pelo potencial econômico e simbólico de retomada do intercâmbio comercial com o país de origem de muitas das famílias à frente das mais importantes firmas de exportação e importação de Joinville. É sem dúvida um momento de reconciliação com o país que, em 12 anos, deixou de ser a matriz referencial do joinvilense, pela Campanha de Nacionalização, tornou-se uma nação inimiga durante a guerra e que, agora, dá um importante passo rumo a um novo tempo de cooperação.

Do ponto de vista interno, o projeto mais desafiador da associação é a construção de uma nova sede própria. E, em 27 de abril de 1950, os associados reúnem-se em assembleia geral extraordinária para autorizar a diretoria a "providenciar a construção de um moderno edifício que servirá de sede à associação". Para esse fim, autoriza-se também que seja tomado um empréstimo e contratada a obra. A planta, concluída em março, apresenta um prédio com duas frentes iguais, uma para a Rua do Príncipe e outra para a Rua São Joaquim. Fazem parte da comissão de construção Tuffy Aidar, Ernane Lopes, Alexandre Wiltwer Jr. e Nelson Walter. Nesta ocasião, foi apresentado o primeiro projeto preliminar para o edifício sede, com o pavimento exclusivamente para fins comerciais, com espaços destinados a lojas, cafés,

1950

ACIJ participa da criação da Federação das Associações Comerciais e Industriais de Santa Catarina

População de Joinville é de 43.334 habitantes

Fundação da Refrigeração Consul S.A., em 15 de julho

bares e restaurantes; e os pavimentos superiores para salas comerciais, escritórios e apartamentos residenciais. Para a sede da ACIJ, foi reservada uma das alas frontais. Outra opção em estudo reserva os dois primeiros pavimentos para um hotel. Para consecução da obra, fica decidido lançar um edital público, com prazo de inscrição até 10 de julho.

Também nessa ocasião é aprovada a filiação da ACIJ à Federação das Associações Comerciais e Industriais de Santa Catarina, que encontra-se em processo de formação, em Florianópolis. Os empresários de Joinville apoiam a iniciativa, constituindo uma comissão para participar das discussões e elaboração dos estatutos da nova entidade. Uma das propostas defendidas é que a entidade ficasse sediada na "cidade de maior expressão econômica".

A eleição do Conselho Consultivo e Deliberativo para o biênio 50/52 é realizada em 13 de maio de 50, sendo formado por: Adhemar Garcia, Edgard Klein, Alberto Bornschein, Ovídio Pereira da Silva, Jorge Parucker Jr., Felinto Jordan, Roberto Stein, José Amaral Filho, Ernane Lopes, Ludovico Baltazar Buschle, Alois Kahlhoffer Filho, Geraldo Wetzel, Werner Metz, Tuffy Aidar e Arnaldo Moreira Douat. A comissão fiscal foi constituída por Eugênio Schmidt, Kurt Gern e Alexandre Wiltwer. Em maio de 1951, foram preenchidas duas vagas no Conselho, abertas por pedido de desligamento, sendo eleitos Guido Torre e Helmuth Keller. A diretoria 50/51, eleita em 12 de junho de 1950 foi a seguinte: Adhemar Garcia, presidente; Geraldo Wetzel, vice; Jorge Parucker Jr., secretário; Ovídio Pereira da Silva, segundo secretário; Tuffy Aidar, tesoureiro; e Ludovico Balthazar Buschle, segundo tesoureiro. Como vem ocorrendo desde a década de 30, a entidade aprova a continuidade da manutenção do funcionário do Ministério do Trabalho, que prepara no posto local as carteiras profissionais dos operários joinvilenses. Para o ano seguinte, a ACIJ pagará inclusive, contas de telefone para o Posto de Fiscalização do Ministério do Trabalho.

Centenário de Joinville

Em 17 de agosto, o diretor presidente da Empresul, Haroldo Paranhos Pederneiras, comparece à ACIJ para pactuar com os empresários o novo plano de racionamento de eletricidade, e anunciar também investimentos em maquinários, já encomendados e com previsão de chegada em fins de 1951, que possibilitarão atendimento da crescente demanda na vasta zona atendida pela empresa. Fica estabelecido que os cortes no fornecimento serão feitos por turno. A região servida pela Empresul foi dividida em dois setores, sendo um abastecido pela manhã e outro à tarde. Assim, a área compreendida pelos municípios de São Bento do Sul, Jaraguá do Sul, Corupá, São Francisco do Sul, Rio Negrinho, Mafra, Canoinhas, Rio Negro e Lapa (os últimos dois no Paraná) e, além de uma parte de Joinville, passa a receber energia no período vespertino, entre 12 e 17 horas. O segundo setor, compreendendo o restante de Joinville que não entrou no fornecimento anterior, tem fornecimento entre as 7 e 12 horas. A interrupção noturna abrange todas as áreas, das 17 às 7 horas da manhã. Também fica suspenso o abastecimento para fins industriais aos domingos em toda a região. Por fim, forma-se uma comissão, com um representante da ACIJ, outro do setor de tecelagem e um terceiro representando o sindicato dos trabalhadores nas indústrias para resolver os "casos excepcionais de necessidade de energia à noite". Buscando minimizar os efeitos sobre a produção, muitas empresas passam a utilizar geradores de eletricidade movidos a Diesel.

A ACIJ, que começou o ano tratando dos festejos do centenário, termina com o mesmo tema. Assim, em 18 de dezembro a entidade fecha com o Ministério do Trabalho, representado por Paulino Leite, e o presidente do Sindicato dos Empregados no Comércio de Joinville, José Gonçalves, o acordo sobre horários de trabalho no período das comemorações. A proposta, validada em fevereiro de 51, contempla o fechamento total dia 9, feriado municipal; dia 10 (sábado) abertura facultativa das 13h30 às 17 horas; entre os dias 12 e 16,

arte 2021 ACIJ 7_ARTE ALBUM JOINVILLE ok.qxd 31/05/2021 16:12 Página 130

trabalho das 9 às 12 e das 13h30 às 17 horas. Quanto às indústrias, ficou acertada férias coletivas de sete dias úteis, conforme negociado pela ACIJ com o Ministério do Trabalho.

Ante a continuidade do racionamento de energia elétrica, em janeiro de 1951, o Governo do Estado, sensibilizado talvez pela passagem do Centenário de Joinville, que poderia se dar às escuras, decide ceder quatro geradores trifásicos que eram empregados na iluminação pública da capital. Um atenuante muito bem recebido pela cidade. Porém, quatro meses depois, em 7 de maio de 51, a ACIJ ainda questionava porque, àquela altura, com Joinville vivendo um racionamento de eletricidade tão rigoroso, os quatro geradores ainda não entraram em operação. A energia elétrica gerada pela Usina do Bracinho já não dá conta de atender a sempre crescente demanda da região da Empresul. O fornecimento irregular e insuficiente passa a ser uma constante ao longo do ano, mesmo em condições normais de chuva, deixando de ser um efeito sazonal da estiagem. No período de seca, a situação só se agrava. Assim, a partir do dia 16 de agosto de 51, impõem-se a "paralisação definitiva do fornecimento da força elétrica", mantendo-se o fornecimento em apenas quatro horas diárias, das 6h30 às 10h30. Ou seja, uma completa tragédia para a indústria, que leva a ACIJ a "interpelar o Governo do Estado sobre as providências capazes de solucionar tão letal situação". A entidade também apela à Assembleia Legislativa para pressionar o governo. Sintomaticamente, a mensagem do governador encaminhada à Assembleia nesse ano relaciona desenvolvimento com fornecimento de energia elétrica e propõe investimentos que permitam a interligação entre as principais empresas do setor em Santa Catarina.

Outra solicitação levada ao governo por esses dias, e cobrada seguidamente pela entidade, é a construção de uma ponte sobre o Rio Itapocu, de forma a permitir a passagem de caminhões-tanque com gasolina. A medida possibilitaria um preço menor para o produto em Joinville e cidades vizinhas atendidas pela Standart Oil Company. Os combustíveis consumidos nessa região faziam, então, uma longa jornada, sendo transportados de Itajaí via Blumenau, chegando a Joinville por um preço acentuadamente maior que o praticado na origem. A estrutura, implantada com verba federal, será inaugurada em janeiro de 1953, como parte da rodovia costeira que liga Joinville, São Francisco do Sul e Itajaí, encurtando para menos da metade a distância entre os dois municípios.

Mesmo tendo à mesa do governador os pleitos de energia e da ponte, a ACIJ inicia mais uma contestação tributária contra o Estado, que tornou obrigatório o número de inscrição do comprador na nota ou fatura de qualquer produto comercializado. Na reunião de 28 de maio, o coletor estadual Zanon da Silva Fernandes comparece à casa para fazer a defesa da nova medida, provocando múltiplas contestações por parte dos empresários. Em atenção às reações, o Secretário da Fazenda convida uma comissão da ACIJ para participar de uma mesa redonda e discutir o tema, em Florianópolis. Nesse encontro, o governo é convencido a suspender a medida.

O Conselho da ACIJ reúne-se, em 11 de junho de 1951, para eleger a diretoria da gestão 1951/52, que fica composta pelos seguintes membros: presidente, Adhemar Garcia; vice, Alberto Bornschein; secretário, Jorge Parucker Jr.; segundo secretário, Guido Torre; tesoureiro, Ludovico Balthazar Buschle; segundo tesoureiro, José Amaral Filho. O presidente dessa sessão – as sessões eleitorais sempre são conduzidas por um presidente *ad hoc* – , Alois Kalholffer, falando sobre o comprometimento para com a associação, permite-se um raro momento de autocrítica ao empresariado local, conforme registrado em ata: "Infelizmente, em Joinville nem sempre se pode contar com os elementos capazes de exercer tais funções (de liderança), pois eles se esquivam de assim colaborar", e faz votos para que no futuro esses líderes empresariais possam ser atraídos à participação, a fim de "defenderem os interesses das classes produtoras". Sua fala foi seguida de uma salva de palmas.

1951

- Fundação da Gráfica Meyer S.A.
- Joinville comemora primeiro centenário com apoio da ACIJ
- Fundação da Malharia Princesa
- Em 15 de outubro registra-se pesar pelos falecimentos de Max Colin (ex-prefeito) e Eugênio Lepper, assíduos colaboradores da ACIJ
- Rolf João Max Colin se elege prefeito

Adhemar Garcia reforça as palavras de Alois, apelando para que os presentes compareçam às reuniões, a fim de que sejam tratados com "afinco e mais colaboração os assuntos pertinentes à subsistência da associação". Ou seja, vive-se um momento de fraca participação dos associados na entidade, a despeito do seu quadro social em franca expansão, contabilizando, até o fim desse ano, mais de 120 novas empresas afiliadas. Apesar do esvaziamento, muitas e importantes ações são cotidianamente empreendidas pela ACIJ, em benefício das classes empresariais e da comunidade em geral, de Joinville e de dezenas de municípios abrangendo uma vasta região que vai de Porto União a São Francisco do Sul, de Paranaguá a Criciúma.

No segundo semestre, novamente a falta de energia elétrica se somará ao desabastecimento de água. A capacidade do sistema instalado é insuficiente para abastecer a cidade, havendo escassez permanente em alguns bairros, situação que se tornou crítica com o prolongamento da estiagem. Por várias horas, durante o dia e à noite, as torneiras estão vazias. Em sua edição de 2 de agosto, o jornal A *Notícia* conclui que, "se continuarmos muito tempo sem chuva, não se sabe a que situação de calamidade poderemos chegar, com a completa falta de água e as gravíssimas consequências que poderão daí decorrer para a saúde pública".

Alem da crise de energia eletrica sofre a cidade tremenda falta d'agua

Os reservatorios estão vazios e os mananciais estão reduzidissimos – Impõe-se a adoção de um sistema de racionamento para evitar o desperdicio do que ainda resta do precioso liquido

Duplo racionamento aflige joinvilenses em 1951, devido à estiagem prolongada

Em 19 de maio de 1952, é eleita nova formação do Conselho Consultivo e Deliberativo da ACIJ para o biênio 1952/1954: Adhemar Garcia, Alberto Carlos Rocha, Edgar Klein, Alberto Bornschein, Ovídio Pereira da Silva, Jorge Parucker jr., Felinto Jordan, Roberto Stein, José Freire de Aguiar, Ernani Lopes, Ludovico Balthazar Buschle, Guido Torres, Alois Kahlhoffer Filho, Antônio Budal Arins, Affonso Koentopp. Comissão fiscal: Ervino Dorletz, Helmulth Von Gehlen e Átila Urban. A nova diretoria, eleita dentre os membros do CCD, para a gestão 52/53, fica assim composta: presidente, Adhemar Garcia; vice, Alberto Bornschein; secretário, Jorge Parucker Jr.; segundo secretário, Guido Torre; tesoureiro, Antônio Budal Arins; segundo tesoureiro, Ludovico Balthazar Buschle.

Nessa época, duas questões tributárias a destacar: a diretoria rejeita uma proposta da Prefeitura de criar um imposto a título de assistência social, e enumera contribuições regulares do setor empresarial para fins assistenciais em Joinville, às seguintes entidades: Legião Brasileira de Assistência, Sesi, Senai, Sesc e Senac, Associação dos Pobres, asilos e hospitais, Associação de Auxílio aos Tuberculosos Pobres e Creche Conde Modesto Leal. O Governador do Estado, por sua vez, faz um apelo à associação para que repercutisse junto às classes produtoras os esforços do governo catarinense no sentido do soerguimento das finanças do Estado, mediante o exato e fiel recolhimento dos impostos pelos contribuintes, evitando-se aumentos e a criação de novos tributos. A entidade utiliza o seu *Boletim* para reproduzir o apelo aos associados.

Uma ligação, dois governadores

O estabelecimento do serviço telefônico entre Joinville e Curitiba está entre os objetivos da ACIJ desde 1943, com várias iniciativas sendo feitas nesse sentido. Em 1º de setembro de 1952, Lauro Carneiro de Loyola, participa da reunião da ACIJ, comunicando para breve a conclusão da linha telefônica permitindo comunicação com a capital para-

1952

- Em 13 de setembro é estabelecido serviço telefônico entre Joinville e Curitiba
- Fundação da Impressora Ipiranga
- Fundação da Empresa Granalha de Aço
- Fundação da Empresa Grubba Têxtil S.A. (Rainha)

arte 2021 ACIJ 7_ARTE ALBUM JOINVILLE ok.qxd 31/05/2021 16:12 Página 132

naense. Conforme fica registrado em ata, é uma conquista devida, especialmente ao Governador do Paraná, Bento Munhoz da Rocha que, primo de Loyola e seu colega no Colégio Militar em Barbacena, empenhou-se em trazer a linha até a divisa de Santa Catarina. Houve também intensa articulação com as duas concessionárias telefônicas. Loyola informa ainda a intenção de estender uma linha até Mafra e outra de Joinville a Blumenau. O relacionamento de Loyola com o Governador do Paraná possibilitaria ainda outra grande conquista na área da comunicação: a conexão telegráfica internacional direta, a partir de Joinville, através do cabo submarino da Inglesa Western Telegraph Company.

A ligação inaugural entre os dois estados ocorreu dia 13 de setembro, no gabinete do Prefeito de Joinville, Rolf Colin, com a presença dos dois governadores, Irineu Bornhausen e Munhoz da Rocha. Bornhausen destaca que, além das conveniências comercias, a partir de então haverá estreitamento das relações e sociabilidade entre Santa Catarina e Paraná. Loyola expressa na oportunidade um conceito bastante moderno sobre telefonia: "ligar telefonicamente é poupar estradas e facilitar o trânsito".

A ACIJ manterá, no primeiro semestre de 1953, uma pauta bastante similar à que vem sendo tratada no ano anterior, com transportes – por terra, água e ar – e comunicação, merecendo especial atenção. Dentre as novidades, há a solicitação para que seja criada em Joinville uma Mesa de Rendas Federais e uma representação da Capitania dos Portos. Também se registra o descontentamento do empresariado local com a Bolsa de Valores de Santa Catarina, que vem forçando a corretagem pelo seu pregão.

Festivo o ato inaugural da linha telefonica entre Joinville e Curitiba

Presentes os governadores de Santa Catarina e do Paraná

Conforme se havia programado, realizou-se ontem, pelas 10 horas, no gabinete do prefeito municipal de Joinville, o teste experimental do funcionamento da linha telefônica entre esta cidade e Curitiba, tendo ao ato comparecido, além do governador do Estado, secretários do govêrno, tôdas as autoridades civis locais e diversas militares, representantes de todas as classes e das empresas construtoras da linha, além de numerosas outras personalidades chegadas da capital do Paraná e de Florianópolis.

Ocupando o fone, o governador Irineu Bornhausen usou da palavra, dirigindo a seguinte saudação ao governador do Estado do Paraná:

«A ligação telefônica Interestadual, que neste instante se inaugura, não responde apenas a conveniências de natureza econômica. Bem é o seu aspecto utilitário. A par, ou, acima dêle, entretanto, encontra uma significação patriótica de magna importância: o estreitamento maior — se é possível — das relações de sociabilidade entre os habitantes de Santa Catarina e Paraná, em, surtindo pelos altos interêsses do Brasil, contribuem com a sua indissolúvel fraternidade de origens, uma fraternidade mais viva e mais coêsa para o futuro. Assim, em nome do Povo Catarinense, e dos meus amigos do Paraná, não apenas mais limitar-me, nesta publicação, a simples saudação administrativa. Não são obstáculos à prosperidade, à atividade criadora.

A sua rôde constitui, só por si, valorização econômica da área atingida. Daí por que, as relações que propiciam o desenvolvimento nos vários setores da nossa economia, serão favorecidas por este rápido e seguro eficiente meio de comunicação.

Sendo, também, a vinculação em agora se fará, instrumento permanente de um bem coletivo, importa que, na qualidade de governante do município joinvilense, eu dia da inauguração dêste serviço de utilidade pública, transmita ao Prefeito da Cidade florida esta mensagem. Mensagem de referência da amizade social que sela o interêsse comum. Mensagem cuja finalidade principal é a de fazer sentir aos Curitibanos o propósito dos joinvilenses, de estreitar sempre e cada vez mais a cooperação entre as nossas duas cidades».

Encerrando o teste experimental, que deu os últimos resultados esperados, não tenho havido o menor incidente antes, durante ou após as ligações entre Joinville e Curitiba, evidenciando-se a perfeição da obra executada, ocupou o fone o nosso colega de imprensa, sr. José Gonçalves, que recebeu a do Paraná em termos entusiásticos. Damos sua oração em outro local desta edição.

GOV. IRINEU BORNHAUSEN

GOV. MUNHOZ DA ROCHA

Telefonia estreita relações comerciais e sociais entre Joinville e Curitiba

Nesse mesmo dia, a ACIJ decide apoiar a recepção da "Peregrina Imagem de Nossa Senhora de Fátima", que virá a Joinville.

Também a exemplo dos dois anos anteriores, a questão crucial para Joinvile e para a ACIJ será a crise energética provocada pela insuficiência de eletricidade fornecida pela Empresul, mesmo com a ampliação e modernização da Usina do Bracinho. Em agosto, a cidade volta a conviver com o racionamento, palavra já incorporada ao calendário do joinvilense. No dia 17, a diretoria discute o assunto, lamentando as peremptórias afirmações da empresa e declarações de autoridades estaduais, afirmando que o racionamento em Joinville estava definitivamente terminado. O mais alarmante é que as medidas possíveis para resolver o problema foram tomadas, como ligação da Empresul com a Usina Termoelétrica de Capivari. Novamente, o que se evidencia é o extraordinário crescimento da demanda, decorrente especialmente do aumento do parque fabril da região. Além das autoridades estaduais – diretores da empresa, Assembleia e governo –, a ACIJ encaminha telegramas solicitando providências também ao Presidente da República, ao presidente da Câmara Federal, ao senador por Joinville, Carlos Gomes de Oliveira, e ao Conselho Nacional de Água e Energia Elétrica.

A solução encontrada pelo Governo Federal para o setor energético – remeter ao Congresso Nacional projeto criando o fundo nacional de eletrificação, mediante aumento de impostos de consumo, principalmente de bebidas – é rechaçada pela entidade. Em 31 de agosto, a diretoria manifesta-se com veemência contra essa iniciativa do Presidente da República. São expedidos telegramas aos deputados Joaquim Ramos e Israel Pinheiro, presidente da Comissão de Finanças da Câmara Federal, e ao presidente da Federação das Indústrias de Santa Catarina e da Câmara Federal, Nereu Ramos, fazendo sentir a inconveniência de aumentar impostos naquele momento.

Tendo em vista a impossibilidade de uma solução a curto prazo, a Associação Comercial encaminha ofício ao Conselho Nacional de Água e Energia Elétrica, solicitando o envio de técnicos daquela entidade para estudo *in loco* das causas dos reincidentes racionamentos de energia. A ideia é elaborar um memorial técnico, com sugestões e medidas que possam ser tomadas para solucionar o déficit de energia elétrica, uma vez que a Empresul está interligada a termoelétrica de Capivari o que, em tese, deveria manter a regularidade no fornecimento.

A ACIJ também dedicará atenção nesse segundo semestre de 1953 à defesa de pequenos empreendimentos madeireiros, que funcionam de maneira irregular perante o Instituto Nacional do Pinho (INP). Em outubro, a associação aprova manifestação para que as pequenas serrarias movidas a roda d'água, instaladas em áreas coloniais, "prestando relevantes serviços nesses núcleos distantes e carentes", e que não possuem prévia autorização para funcionamento, possam ser registradas pelo INP sem o pagamento de multas. A entidade, inclusive, articula uma lei nesse sentido, junto ao Congresso Nacional. Proposta encampada pelo deputado catarinense Joaquim Fiuza Ramos. A associação registra que foram "acerbamente criticadas e veementemente combatidas" diversas portarias e resoluções do Instituto do Pinho que se apresentam "flagrantemente protecionistas de monopólios e trustes em prejuízo do pequeno produtor", conforme fica registrado pela casa.

Celso Ramos, presidente da Federação da Indústria de Santa Catarina e do Conselho Regional do Sesi vem à Joinville, dia primeiro de outubro, quando inspeciona os serviços que estão sendo prestados pelo órgão na cidade. Reunido com diretores e associados da ACIJ, anuncia a instalação de um núcleo regional do Sesi e a realização de uma campanha antituberculose com "censo torácico" – uso de Raio X para descobrir as pessoas doentes – e vacinação da BCG para imunizar os filhos de operários contra a moléstia. Também se discute a proposta de ampliar o amparo ao trabalhador afastado do serviço por enfermidade.

O censo torácico será realizado dois anos depois, em maio de 1955, precedido de uma ampla e esclarecedora campanha do jornal A *Notícia*, já que ainda persistem resistências ao procedimento. Dispondo de uma unidade móvel com equipamento radiológico, câmara escura, gerador e demais instalações, a equipe do Sesi percorre fábrica por fábrica, dando atendimento individual no local de trabalho. Em 97 empresas, 3 mil operários foram submetidos à radiografia, aqueles que apresentaram qualquer problema pulmonar foram encaminhados para tratamento, e os demais receberam vacina BCG.

Em 10 de outubro de 1953, a Associação Comercial e Industrial de Joinville procede nova alteração em seu regimento interno, aprovando em assembleia geral os novos estatutos. A esse tempo, a entidade tem firmas associadas em todos os municípios de Santa Catarina, de Dionísio Cerqueira e Itapiranga, na divisa com a Argentina, até São Francisco do Sul, tornando-se a principal voz, não apenas das empresas, mas também dos pequenos municípios do estado. A ampliação de seu quadro social é atribuída ao prestígio e ao fato de não fazer distinção entre grandes e pequenos.

Interessante estatística sobre o ano de 1953 é publicado pelo jornal A *Notícia* em sua edição de 7 de julho. Como a Delegacia Regional está procedendo o emplacamento das bicicletas na cidade, até essa data 13.306 desses veículos já haviam sido contabilizados, estiman-

arte 2021 ACIJ 7_ARTE ALBUM JOINVILLE ok.qxd 31/05/2021 16:12 Página 134

do-se que, ao fim, chegariam a 15 mil. O número, acentua o jornal, faz jus ao codinome de "Cidade das Bicicletas" com que Joinville é conhecida no país. É uma das cidades do mundo com maior número de bicicletas em relação à sua população, uma para cada dois habitantes. Calcula-se também que sejam vendidas cinco bicicletas por dia no comércio local. O jornal diz ainda que "tanto andam de bicicleta o operário, como o comerciário, o funcionário público e até muitos empregadores", não havendo distinção de classe no seu uso, sendo o meio de transporte preferido pela classe pobre e média. Curiosamente, a primeira bicicleta a circular em Joinville, segundo o historiador Adolfo Bernardo Schneider, foi importada por seu pai, Karl Schneider, ainda no final do século 19. Visionário, o comerciante Karl também foi pioneiro na importação de sementes de flores, moendas para cana-de-açúcar e a 1ª bomba de gasolina de Joinville. Já o filho, Hans Emílio, foi o precursor no uso de duplicatas na cidade.

Outra notícia importante sobre a cidade nesse ano é o início da implantação de uma nova adutora com captação de água, do Rio Piraí, para o abastecimento da cidade, conforme a ACIJ vem solicitando há pelo menos cinco anos. A unidade entrará em funcionamento dia 9 de março de 1955.

A eleição para o Conselho Consultivo e Deliberativo da ACIJ, realizada em 19 maio 1954, define os seguintes conselheiros: Adhemar Garcia, Benjamin William Kuno Frank, Edgar Klein, Alberto Bornschein, Ovídio Pereira da Silva, Jorge Parucker jr., Felinto Jordan, Roberto Stein, Wittich Freitag, Ernani Lopes, Ludovico Balthazar Buschle, Hélio Jurgzoni, Alois Kahlhoffer Filho, Antônio Budal Arins, Hans Lange. Para a comissão fiscal Ervino Doerlitz, Eugênio Schmidt e Afonso Koentopp. Os membros do CCD elegerão, em 14 de junho, a nova diretoria para o período 54/55, com a seguinte conformação: presidente, Adhemar Garcia; vice, Jorge Parucker Jr.; secretário, Ludovico Balthazar Buschle; segundo secretário, Edgar Klein; tesoureiro, Antônio Budal Arins; segundo tesoureiro, Wittich Freitag.

Sesi promove censo da tuberculose e vacinação em 3 mil operários de Joinville

Apesar da vigilância para que questões políticas não interfiram nas posições da associação, há momentos inevitáveis. Exemplo disso é a entrevista do Governador Irineu Bornhausen à Rádio Difusora, dia 11 de fevereiro de 1954, na qual "censurou severamente o pessimismo da Associação Comercial alegando que somente o tem criticado sem apresentar sugestões para um melhor andamento dos trabalhos do seu governo". As queixas, extensivas às classes produtoras do estado, foram, claro, consideradas improcedentes. Porém, não se pode esquecer que Irineu Bornhausen é cacique da UDN, enquanto Adhemar Garcia preside o diretório local do PSD, razões suficientes para os desentendimentos, agravas pela falta de investimentos na Empresul.

A crise energética que assola o estado é o principal motivo do estremecimento entre governo e empresariado e o assunto volta à pauta na reunião de 30 de agosto. A entidade levanta o tom, concluindo que a Empresul trata com "negligência e descaso" os interesses coletivos. Em face das diversas interpretações, "ora políticas, ora de outras intenções", sobre o assunto, o presidente da empresa, Mario Costa Preta, participa de encontro na entidade, dia 13 de setembro, propondo-se a dar esclarecimentos sobre o problema.

1954

ACIJ lidera grande mobilização em busca de soluções para a crise energética

Em 30 de agosto, diretoria da ACIJ registra voto de pesar pela morte do Presidente Getúlio Vargas, ocorrida dia 24, no Rio de Janeiro

Aponta a recém-criada Eletrobrás e o Código das Águas como empecilhos para a obtenção de financiamentos para a expansão do sistema. Ressaltando que era um técnico e não um político, tendo assumido o cargo na qualidade de engenheiro, defende a utilidade da ligação com a usina termoelétrica de Capivari, criticada pelos empresários em função dos altos custos. Mário lembra que nenhum país do mundo depende só de eletricidade, mas do consórcio das duas fontes, o que não ocorre no Brasil, dado à escassez tanto de petróleo quanto de carvão mineral. Por outro lado, é dispendiosa a ampliação ou construção de novas hidroelétricas. Disse ainda que a linha de transmissão entre Joinville e Florianópolis apresenta falhas nos isoladores, que estão sendo substituídos, mas é um processo lento dada a dificuldade de localizar quais estão com defeito.

Mobilização por energia

Apesar do clima cordial e das explicações, o problema persiste ao ponto de, em 22 de novembro, cogitar-se uma paralisação total do fornecimento de energia. Ante essa ameaça, a ACIJ forma uma comissão para se entender com os diretores da empresa e com o Governo do Estado, e convoca os 20 maiores consumidores de Joinville e região para uma reunião para o dia 15 de setembro de 1954, que será realizada no salão da Liga de Sociedades (Rua Jaguarúna, 100), uma vez que a sede da associação encontra-se em obras (troca do madeirame do teto, fiação elétrica e telhado).

O encontro contou com grande número de associados, sendo presidida por Balthazar Buschle, que fez um detalhado histórico das *démarches* da associação desde os primórdios dos racionamentos. Em especial, lembra o plano apresentado pela ACIJ, em 1951, no Congresso de Jaraguá do Sul, baseado em estudos, da própria Empresul, apontando obras que, se tivessem sido iniciadas naquela época, estariam prontas, afastando as causas do racionamento. Também a opção pela termoelétrica é criticada, já que necessita de óleo combustível importado para funcionar e requer que extensas áreas florestais sejam transformadas em lenha para alimentar suas caldeiras. A crise é tão grave que as indústrias estão tendo de importar geradores e caldeiras para suprir a energia que a Empresul deixa de fornecer.

Os empresários criticam também a forma de cobrança adotada pela Empresul, em que os consumidores pagam uma taxa mensal de demanda dentro de determinadas faixas estabelecidas pela empresa. O que vale dizer que mesmo durante o racionamento, quando o fornecimento é interrompido na maior parte do tempo, a conta continua igual. Na opinião dos presentes, é mais justo que se pague pela energia efetivamente consumida. Dentre os muitos empresários que fizeram uso da palavra, Wittich Freitag diz que a comissão proposta para fazer frente ao problema deve ser composta por pessoas persistentes e dispostas a ir até o fim, numa "atitude desassombrada, corajosa e firme que deve ser adotada pelas classes produtoras em face de tão grave, doloroso, prejudicial e nocivo problema que vem enfrentando uma das mais vastas e progressivas regiões de Santa Catarina".

O relatório da comissão empresarial é apresentado em 2 de dezembro, acrescentando uma nota a mais no descompasso entre ACIJ e o Governador do Estado, que se esquivou de receber a comissão, mandando que os empresários "se entendessem com a direção da Empresul", e por isso mereceu a aprovação de um "voto de protesto" por parte da entidade. Nessa oportunidade, o udenista Hans Lange, portanto correligionário de Irineu Bornhausen, diz que "sente-se muito à vontade para afirmar que a ACIJ não faz nem nunca fez política". Mas a bulha não fica por aí. Em 11 de janeiro de 1955, os empresários ligados à ACIJ voltam a se reunir com o fim único de ler, discutir, apresentar emendas e aprovar "a resposta que a associação deverá dar ao Governador do Estado com relação às acusações que fez à entidade", em discurso proferido na Liga de Sociedades, em Joinville, dia 4

1955

Inauguração da Biblioteca Pública Municipal Rolf Colin

Em dezembro, é criada a Centrais Elétricas de Santa Catarina S/A (CELESC)

arte 2021 ACIJ 7_ARTE ALBUM JOINVILLE ok.qxd 31/05/2021 16:12 Página 136

de dezembro 1954. Por fim, o relatório da Empresul, publicado em maio, assume uma posição contrária ao discurso do governador, sustentando, como pleiteia da ACIJ, que "as obras indispensáveis, imediatas e necessárias são as de ligação do Rio do Júio ao Rio Bracinho".

Cabe aqui uma explicação sobre a divergência. Para o Governo do Estado, a prioridade é investir em uma nova linha de transmissão ligando a usina de Capivari a Joinville, atendendo no caminho outras localidades também carentes de energia, a exemplo de Itajaí, terra natal do governador. Os empresários rejeitam essa tese e preferem que se amplie a capacidade da Usina do Bracinho, conectando a ela também as águas do Rio do Júlio. Dois motivos justificam essa tese: a energia termoelétrica é muito mais cara que a hidroelétrica e teme-se que a força gerada em Capivari fique pelo caminho, abastecendo outras cidades, e não chegue a Joinville. O tempo dirá que ambos são verdadeiros.

Em agosto de 1955, perdura o racionamento de energia da Empresul. A ACIJ continua cobrando providências e estudando alternativas, e o governo leva adiante a construção da nova linha de transmissão. A notícia que chega à reunião da diretoria do dia 15 não é das melhores: a entidade obtém, "em caráter particular", uma cópia de uma portaria que o Ministério da Agricultura deverá baixar nos próximos dias, elevando as tarifas de Empresul. A entidade decide dirigir-se ao Presidente da República, Café Filho, solicitando que intervenha junto ao ministério para que, antes de publicar a medida, discuta suas implicações com as classes produtoras e demais consumidores, por intermédio da ACIJ.

Um ano depois, a elevação das taxas está consolidada e a normalidade do fornecimento ainda não. O que era para ser uma excepcionalidade tornou-se a regra, uma vez que, em 24 de setembro de 1956, o assunto é qualificado como o "drástico racionamento de energia elétrica que há muito está sendo mantido pela Empresul, embora as elevadas taxas que atualmente está cobrando". Ao que se vê, as duas instâncias de governo estão fazendo "ouvidos de mercador" para os reclames e sugestões da entidade.

Quanto aos transportes, a entidade cobra a conclusão das obras no Rio Cachoeira e Lagoa Saguaçu, que há uma década vêm sofrendo início e paralisação, com grandes prejuízos à navegação e à economia da região. Também é solicitada a retomada do tráfego e das obras na estrada Joinville-Araquari-Itajaí. Com objetivo de buscar solução paras as deficiências da ferrovia PR-SC, a ACIJ organiza uma mesa redonda com a participação do diretor da rede, General Iberê de Matos, e do empresariado. Chega-se à conclusão de que a ferrovia está 20 anos atrás do desenvolvimento da região e que o preço do frete está defasado, sendo necessário melhorar os serviços prestados e aumentar as taxas cobradas, o que permitiria, em um ano, dispor de 700 vagões para o transporte de madeira e 200 outros para caixarias.

A par dos grandes temas, há também discussões prosaicas, como a decisão de vender o mimeógrafo antigo – já que foi comprado um novo – ou trocá-lo por uma máquina de escrever ou uma moderna máquina automática de endereçamento.

Na tradicional eleição de meados de junho, renova-se a diretoria para o exercício 55/56 e que se manterá inalterada para o exercício seguinte, que vai até junho de 58, com a seguinte composição: Adhemar Garcia, presidente; Jorge Parucker Jr., vice-presidente; Edgar Klein, secretário; Ludovico Balthazar Buschle, segundo secretário; Antônio Budal Arins, tesoureiro; Wittich Freitag, segundo tesoureiro.

Um fato de distinção para a ACIJ registra-se em 11 de novembro de 55, quando o presidente da FIESC, Celso Ramos, encaminha correspondência, agradecendo a entidade pela participação na 2ª Reunião Plenária da Indústria, realizada em Porto Alegre. O ex-governador tece elogios ao representante de Joinville, Balthazar Buschle, que tomou parte ativa nas comissões que discutiram a política monetária, bancária e tributária do país, nas quais se destacou pela "defesa da indústria regional", colaborando com a elaboração da "Carta de Princípios da Indústria".

Nos anos 50, por mais de uma oportunidade, a diretoria da ACIJ transmite aos associados apelos de Sadalla Amin Ghanem para que o comércio e a indústria de Joinville contribuíssem com duas obras para as quais o médico estava ajudando a levantar fundos: a nova Catedral de Joinville e o *estádium* do América F*oot-ball* Club. Em março de 1956, Sadalla visita a entidade, solicitando contribuição para o término dessa obra "monumental, com a qual poucas cidades são dotadas".

A assembleia geral para eleição do Conselho Consultivo e Deliberativo da ACIJ com exercício no biênio 56/58 é realizada dia 19 de maio de 1956, com o seguinte resultado: Adhemar Garcia, Benjamin Kuno Frank, Edgar Klein, Alberto Bornschein, Ovídio Pereira da Silva, Jorge Parucker Jr., Felinto Jordan, Roberto Stein, Wittich Freitag, Ernani Lopes, Ludovico Balthazar Buschle, Kurt Freisler, Alois Koslhoffer Filho, Antonio Budal Arins e Hans Lange. A comissão fiscal ficou composta por Ervino Doerlitz, Eugênio Scmidt e Edmundo Hoepfner. Quanto à diretoria, foi mantida a mesma eleita no ano anterior.

Relatório Buschle

Dia 19 de outubro de 56, na Liga de Sociedades, realiza-se novo encontro promovido pela ACIJ com a participação de 101 empresários para ouvir, discutir e aprovar o estudo realizado sobre a insuficiência de energia elétrica fornecida pela Empresul à região Norte catarinense. O trabalho foi realizado por uma comissão liderada por Balthazar Buschle e formada por Gerd Neermann, Júlio Sohmann, Martim Zipper, Otto Brosing e Otto Artmann. Balthazar, a essa altura, era o representante para o litoral Norte do Plano de Obras e Equipamentos (POE), órgão do Governo do Estado, instituído em novembro de 1955 e que passaria a responder pelo planejamento dos grandes investimentos em infraestrutura. Pelo número e expressão dos presentes, trata-se de uma das mais memoráveis reuniões da história da ACIJ.

O estudo é bastante complexo e completo, trazendo detalhes específicos, mas importantes, para entendermos a extensão do problema e o quanto seria letal ao desenvolvimento da região, caso não lhe tivesse sido imposta tenaz resistência e busca de alternativas por parte do setor empresarial. A Empresul atende aos municípios de Joinville, Jaraguá, São Francisco do Sul, Araquari, Guaramirim, Campo Alegre, São Bento, Rio Negrinho, Mafra, Canoinhas, Rio Negro e Lapa (os dois últimos do Paraná). A demanda para essa região, em 1956, é de 64.000.000 KWH, para uma capacidade produtiva de 54.600.000 KWH, somando-se a produção das hidroelétricas do Piraí, São Lourenço, Bracinho e a termoelétrica de Capivari. O consumo projetado para os próximos seis anos é de 110.000.000 KWH. A energia de Capivari, para chegar à Joinville, enfrenta problemas técnicos de difícil solução, e estima-se que, eventualmente, só em 1959 esteja disponível na região.

Após o diagnóstico, são apresentadas as alternativas existentes à época, como a nova linha de transmissão que vem do Sul, e as possibilidades de modernização de equipamentos. Inclusive, são relacionadas todas as pequenas usinas a diesel disponíveis no país, seu preço, capacidade, produtividade, custo operacional, viabilidade e o tempo de instalação, incluindo desmontagem, transporte e montagem. Chega-se a detalhar quais são os seus componentes e o estado de conservação. Também é citada a opção e o custo da compra de geradores novos (esta solução já obtivera aprovação prévia da Comissão de Energia Elétrica). São apresentadas as alternativas em hidroelétricas: a Usina Garcia I (Blumenau), com uma perspectiva de funcionamento em seis anos, e a do Rio Cubatão, com previsão de funcionamento em quatro anos após o início da obra (à época, nem a estrada até o local estava pronta e, como se sabe, nunca saiu do papel). Por fim, demonstra-se a opção de interligar o Rio de Júlio à Usina do Bracinho, com a construção de um túnel de

1956

ACIJ apresenta minucioso estudo sobre alternativas de geração de energia

João Colin assume segundo mandato na prefeitura

Inauguração do atual quartel do Corpo de Bombeiros Voluntários

Em 9 de outubro foi sancionada pelo Governo do Estado a lei que cria Faculdade de Engenharia de Joinville

arte 2021 ACIJ 7_ARTE ALBUM JOINVILLE ok.qxd 31/05/2021 16:12 Página 138

1.200 metros entre as duas represas. O relatório traz uma detalhada projeção dos KWH a serem gerados a cada ano e sua comparação com a demanda projetada até o ano de 1961.

A conclusão do documento alerta para a gravidade do problema, uma vez que o déficit energético vem, em parte, sendo amenizado pelas centenas de geradores particulares, a diesel, que, devido ao desgaste, estão sendo progressivamente desativados, levando à paralisação das indústrias. Aliás, estes equipamentos respondem por 12500 KWHs. "Medidas de urgência deverão se impor para evitar um colapso total, com consequências imprevisíveis econômicas e sociais", conclui o apresentador, conforme registrado na ata da reunião.

Encaminhado ao Governador Jorge Lacerda, o relatório obtém a seguinte resposta, em ofício endereçado a Balthazar Buschle:

> Florianópolis, 18 de outubro de 1956
> Prezado senhor,
> Tenho o prazer de comunicar a vossa senhoria que esse governo, à vista das novas condições impostas pelo racionamento de energia elétrica no sistema Empresa Sul Brasileira de Eletricidade SA, Empresul, determinei aos técnicos que fossem acelerados os estudos sobre o antigo plano de transposição do Rio do Júlio para o Bracinho. Ao mesmo tempo, autorizei a citada empresa a providenciar, junto ao Banco do Brasil, o empréstimo de Cr$ 40.000.000,00, já em andamento, para a execução desse trabalho. Acrescento ainda que aprovei recente a solução da Comissão de Energia Elétrica que recomenda a pronta instalação em Joinville de grupos geradores Diesel, com a potência total de 10.000 KWhs, na importância de Cr$ 80.000.000,00, esperando que essa medida encontre apoio na operosa classe conservadora dessa cidade.
> Acompanhei com entusiasmo a árdua tarefa a que se entregou o distinto amigo, percorrendo outros estados com o objetivo de colher elementos que permitam dar solução mais rápida ao dramático problema de energia elétrica em Joinville e no Norte do estado. Podem os responsáveis pela economia dessas regiões e do estado confiar no apoio decidido do meu governo para o pronto encaminhamento das graves questões de energia, como também no rodoviário, em que se destaca a grande obra da Estrada Dona Francisca, cuja reconstrução realizarei, serão cumpridas custe o que custar. Essas palavras, desejaria fossem levadas ao generoso povo da grande cidade industrial de Joinville e às populações do Norte do estado pelo ilustre representante das associações produtoras da região geoeconômica do Litoral de São Francisco na Comissão Executiva do Plano de Obras e Equipamentos,[3] cuja exemplar dedicação aos interesses coletivos não me canso de exaltar.
> Apresento-lhe, no ensejo, protestos de elevada estima e distinta consideração.
> Jorge Lacerda
> Governador

Marcante diferença de tratamento entre o atual governador e seu antecessor com relação ao problema. Foram inúmeras as manifestações que se seguiram à apresentação do relatório e posterior leitura do ofício resposta, encaminhado pelo governador, dentre elas a do deputado Tupy Barreto, que menciona uma declaração de Jorge Lacerda dizendo que "ninguém antes lhe havia apresentado um trabalho de tanta utilidade, valor e oportunidade". Por fim, a assembleia aprova as duas medidas propostas: a construção da barragem do Rio do Júlio com um túnel de ligação com o Rio Bracinho, e a compra de conjuntos Diesel até perfazer a capacidade de geração de 10 mil KWHs de energia. Em 05 de novembro, chega telegrama à ACIJ informando sobre a viagem ao Rio de Janeiro do Governador e do presidente da Comissão de Energia Elétrica, Vitor Peluso Jr., para assinatura do contrato para a execução da Usina do Cubatão. E, em janeiro de 1957, a Empresul lança edital para aquisição dos geradores a Diesel

3 Balthazar Buschle é membro da CEPOE, que é composta por representantes eleitos pelas associações classistas da região.

Registra-se que, no 18 de fevereiro de 1957, Hans Lange solicita seu desligamento da ACIJ, uma vez que está deixando a vida empresarial. Ao lamentar seu afastamento, Adhemar Garcia lembra que "foi ele, com outros companheiros, quem fez ressurgir a associação do esquecimento em que jazia há anos".

Apesar dos encaminhamentos, a associação continua mobilizada. Em 21 de fevereiro, os associados e demais interessados no assunto participam de uma nova "grande reunião das classes produtoras do Norte catarinense". Organizado pela ACIJ na Liga de Sociedades, o encontro tem o fim de novamente "tratar do grave e angustioso problema de carência de energia elétrica". Na pauta uma nova exposição de Balthazar Buschle, que fala na qualidade de representante das entidades do Litoral Norte no Conselho Estadual do Plano de Obras e Equipamentos (CEPOE), sobre as providências que estão sendo tomadas, conforme decisão em setembro. O público é ainda mais expressivo que o anterior; há 171 assinaturas no livro de presença de empresários de Joinville, Jaraguá, São Bento, São Francisco do Sul, Rio Negrinho Mafra e de outros municípios da região, além de representações de sindicatos de trabalhadores e patronais.

Como já houvera uma prévia do assunto pela imprensa, ao erguer-se para falar, Balthazar Buschle recebe uma "entusiástica manifestação da assembleia que, de pé, o saúda com uma demorada salva de palmas", numa clara manifestação de apoio ao empresário que está demissionário da posição que ocupa como representante regional na CEPOE. A tônica da sua fala é que se deve "libertar o Norte das algemas que há tantos anos vem aprisionando o seu progresso".

Balthazar faz um relatório sobre o que aconteceu desde a última grande reunião, quando o governador Jorge Lacerda empenhou apoio ao plano de investimento para geração de energia. Na sua exposição, demonstra que tanto o Governador quanto a Comissão Estadual de Energia e a própria Empresul, vêm protelando as medidas necessárias, num franco conflito entre as necessidades técnicas e os interesses políticos e econômicos. Um dos membros da CEE chegou a dizer que a comissão não autorizaria a obra (interligação do Rio do Julio com a Usina do Bracinho), uma vez que a sua prioridade era a construção de uma nova linha de transmissão entre Florianópolis e Jaraguá. Alternativa mais dispendiosa e que não resolveria o problema, já que traria a pouca energia excedente de Capivari e a preços até quatro vezes mais caros que a hidroelétrica. Ao final, pergunta-se o orador: "Por que (o governo) se nega a aplicar Cr$ 25.000.000,00 para um rendimento provável de 16.000.000 de KWHs, ao custo de Cr$ 0,30 por KWH; e não hesita em aplicar Cr$ 80.000.000,00 para um rendimento de 24.000.000,00 ao custo de Cr$ 2,00 por KWH?" A contundência da frase que segue demonstra a voltagem dos ânimos: "se capitularmos diante da ação desagregadora daqueles que nos desejam ver divididos, continuaremos a ser um aglomerado heterogêneo de vassalos aos quais falta aquela personalidade coletiva única, capaz de se impor em todas as ocasiões determinantes do seu destino".

Em seguida, o também demissionário diretor-presidente da Empresul, Mário Catta Preta, lastima-se que nenhuma solução foi obtida em face das disparidades de opiniões e das "vacilações do senhor governador", a quem ele descreve como uma pessoa "sem opinião formada, vacilante, que ora combina e assenta uma solução para horas depois desfazer, não se podendo assim depositar confiança nas suas decisões, o que torna insegura a administração de uma empresa da importância da Empresul e incerto o rumo a seguir para a solução do problema da energia elétrica do Norte catarinense e principalmente de Joinville". Concluiu dizendo que, pelos motivos expostos, "durante o governo de Jorge Lacerda não só o aflitivo problema de carência e racionamento de energia elétrica, como os demais problemas administrativos do Estado não obterão solução satisfatória". Critica

1957
Reunião com 171 empresários e representantes sindicais discute a crise energética
Dario Geraldo Sales conclui mandato de Prefeito de Joinville
Criação do Museu Nacional de Imigração e Colonização, em 2 de julho

arte 2021 ACIJ 7_ARTE ALBUM JOINVILLE ok.qxd 31/05/2021 16:12 Página 140

ainda as reuniões infindas da Comissão Estadual de Energia, sem resultado prático em face da intransigência de seu presidente.

Representando a comitiva de São Bento do Sul, o empresário Franz Brach exclama que as classes produtoras "estão desesperançadas, pois que não é com palavras bonitas nem com promessas" que se resolverá tão vital problema. Apela para que o governador acate a decisão da assembleia dos produtores, pois a situação lhes diz respeito diretamente e são eles quem "pagam as pesadas taxas", e com seu esforço e trabalho contribuem "decisivamente para os cofres estaduais". Franz também exime o movimento, ali iniciado, de disputas político partidárias, "mesmo porque os sentimentos partidários não podem prevalecer quando se trata da defesa da economia de uma região e de um povo". Ao final do congresso, decide-se pela formação de uma comissão que irá a Florianópolis reiterar pessoalmente as decisões tomadas, quais sejam: contratar o projeto definitivo para o túnel e a barragem do Rio do Júlio e, confirmada sua exequibilidade, contratar a obra mediante concorrência e financiá-la até que a Empresul obtenha os recursos, já pleiteados junto ao Banco do Brasil.

Em artigo assinado na imprensa, Balthazar Buschle elenca algumas razões para ter esperança e "atenuar a onda de pessimismo que se vem apoderando irresistivelmente das populações do Norte e, particularmente, de Joinville". Ele demonstra que, premido pelas contingências, o governo "irá concretizar uma solução", mesmo que em marcha lenta e em tempo não previsível. Caso contrário "as empresas fabris, pela premência financeira, e os operários pelo desemprego serão levados ao desespero".

A Hidroelétrica do Piraí foi a principal fonte energética de Joinville por meio século

Eis que a movimentação empresarial surtiu efeito e, em 30 de maio de 1957, o Governador Lacerda encaminha telegrama à ACIJ dando a notícia das providências que todos esperavam: aquisição dos geradores diesel para a Empresul, a autorização para as obras de ligação do Rio do Julio ao Rio Bracinho, a instalação da Usina do Cubatão, e outras relativas à energia no Norte do Estado.

O ano de 1958 vai marcar a estreia do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) em Joinville. Em 17 de março, a diretoria da ACIJ discute formas de viabilizar um curso intensivo de balconista pelo Senac. Fica decidido que uma das firmas conveniadas deverá ceder um de seus funcionários para ir a São Paulo estudar a matéria e, de volta a Joinville, dar aulas sobre atendimento ao balcão. Benjamim Franke, gerente local da Loja Prosdócimo, prontifica-se a conseguir de seu quadro funcional um candidato para a missão, e Adhemar Garcia obtém do Senac em Florianópolis, as condições necessárias ao curso. Dois anos mais tarde, em 1960, a entidade vai articular para que seja instalada a Escola do Senac em Joinville.

Nova eleição para integrantes do Conselho Consultivo e Deliberativo ocorre em 16 de maio de 1958. Com mandato até 15 de maio de 1960, são definidos os seguintes conselheiros: Benjamim Willian Kuno Frank, Adhemar Garcia, Edgar Klein, Alberto Bornschein, Ovídio Pereira da Silva, Jorge Parucker Jr., Felinto Jordan, Roberto Stein, Wittich Freitag, Ernani Lopes, Hilário Buschle, Kurt Freissler, Alois Kahlhoffer Filho, Antonio Budal Arins e Geraldo Wetzel. Para comissão fiscal foram eleitos Ervino Doerlitz, Henrique Douat Filho e Eugênio Schmidt.

A definição da diretoria, em junho, terá uma única alteração em relação aos nomes que há três anos dirigem a entidade. Balthazar Buschle, que está em campanha pela Prefeitura e afasta-se temporariamente da entidade, sendo substituído por Hilário Buschle.

Em 30 de junho de 1958, a diretoria aprova voto de pesar pelo "trágico falecimento" do Senador Nereu Ramos, do Governador Jorge Lacerda e do Deputado Leoberto Leal, e do associado da ACIJ Antônio Kaesemodel, vítimas de acidente aéreo em São José dos Pinhais, ocorrido em 16 de junho de 1958.

Nos anos de 1958 e 1959, a Associação Comercial e Industrial de Joinville retrai-se quanto aos grandes temas, mantendo uma atuação mais voltada para seu público interno, com ações de consultoria e apoio aos associados. Inclusive, na eleição da diretoria em 59, manteve-se praticamente a mesma formação que há quatro anos vem dirigindo a entidade, tendo como única alteração Roberto Stein ocupando o lugar de Hilário Buschle, que por sua vez substituiu Balthazar no ano anterior. Percebe-se um desgaste na fórmula que vem sendo adotada na sucessão da entidade, que não incentiva a renovação e vem permitindo a permanência de Adhemar Garcia na presidência desde 1942.

Nesse período, a seção jurídica mantém intenso e assoberbado serviço aos empresários, especialmente diante do crescente aumento de leis, decisões e pareceres, que têm implicação no dia a dia das empresas. Reflexo disso são as múltiplas consultas das firmas associadas sobre todos os temas de Direito. Para dinamizar esse trabalho, a entidade atualiza sua biblioteca, assinando revistas e publicações técnicas que abordam a doutrina jurídica e trazem decisões, acórdãos, especialmente trabalhistas e fiscais. Também o B*oletim* é um meio eficiente utilizado para informar as firmas sobre a multiplicidade da legislação. A melhor notícia desse período ocorre no último dia de 1959, quando representantes nacionais do Senac e do Sesc compram o terreno na rua Visconde de Taunay, onde será construída a Escola do Comércio e instalado o Serviço Social do setor.

O fim de uma era

Em 26 de abril de 1960, ocorre nova alteração nos estatutos. As eleições para o conselho e comissão fiscal passam de maio para junho, mantendo mandatos bianuais, mas obedecendo a novas normas. A principal mudança é a votação em chapas com 15 componentes para o CCP e três para a Comissão Fiscal, que devem ser inscritas na sede da entidade, em 10 dias, contados a partir da publicação do edital da eleição.

Já dentro das novas regras, reúnem-se, em 2 de junho de 1960, em assembleia geral, 215 dos 293 associados estabelecidos em Joinville para aprovar o relatório do exercício anterior e eleger o Conselho Consultivo e Deliberativo e a comissão fiscal para o biênio seguinte (1960/1962). A mesa eleitoral foi composta sob a presidência de Alois Kahlhoffer Filho, tendo Hercílio Gomes Corrêa e Anibale Stolf nas funções de mesários, e Angelo Storrer e Hermes Raouch como fiscais. Diferente das simples reconduções anteriores, este será um dos mais longos conclaves eleitorais a que a entidade assistiu em cinco décadas de existência.

Duas chapas estão inscritas para a disputa. A chapa 1, apresentada por Iulmar Sancho Moreira, Adoniro Rosa e Aldori João de Souza, contém a seguinte nominata para o Conselho: Adhemar Garcia, Benjamim Willian Kuno Frank, Werner Manteufel, Edgar Klein, Ernane Lopes, Jorge Paruker Jr. Hans Dieter Schmidt, Felinto Jordan, Ovídio Pereira da Silva, Roberto Stein, Wittich Freitag, Kurt Freissler, Paulo Hilário Buschle, Antônio Budal de Arins e Geraldo Wetzel; com Ervino Doerlitz, Gustavo Grossenbacher Jr. e Henrique Douat Filho, para a comissão fiscal.

Já a chapa 2, inscrita pela Fundição Tupy S/A, na pessoa de seu diretor Nilson Wilson Bender, traz os seguintes nomes: para o Conselho, Roberto Stein, Antônio Budal de

1958
- ACIJ abriga primeiro curso do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) em Joinville
- Balthazar Buschle é eleito prefeito de Joinville
- Acidente aéreo mata o Senador Nereu Ramos, o Governador Jorge Lacerda e o Deputado Leoberto Leal
- Fundação da CISER – Cia. Industrial H. Carlos Schneider

arte 2021 ACIJ 7_ARTE ALBUM JOINVILLE ok.qxd 31/05/2021 16:12 Página 142

Arins, Adhemar Garcia, Jorge Parucker, Geraldo Wetzel, Wittich Freitag, Kurt Freissler, João Julio Moeller, Hans Dieter Schmidt, Rudolf Rechemberg, Peter Stein, Adolpho Mayer, Kurt Alvino Monich, Werner Manteufel, Felinto Jordan e, para a comissão fiscal, Paulo Buschle, Edgar Klein e Carlos A. G. Kasting.

Duas questões a se destacar: as chapas assemelham-se bastante com a formação do Conselho já em atividade e que há alguns anos domina a direção da ACIJ, e ambas apresentam apenas quatro nomes diferentes, sendo que 12 deles repetem-se nas duas cédulas. Uma curiosidade é que, pela primeira vez, é citada a presença feminina em uma sessão da entidade, ficando registrado o aviso de que "as senhoras presentes" deverão votar logo depois dos componentes da mesa.

Após a votação – mas antes do escrutínio das cédulas – Aldari João de Souza, proponente da chapa 1, solicita a impugnação da chapa 2, alegando ter havido alteração de nomes depois do prazo final para inscrições de concorrentes. Mesmo com a semelhança entre as duas listas de candidatos, a proposta origina uma acalorada discussão, com manifestações de ambas as partes, levando a sucessivas leituras de documentos, secundando-se réplicas e tréplicas, com veementes argumentos prós e contras. Diante do impasse, os componentes da mesa suspendem o trabalho por alguns minutos a fim de deliberarem calmamente, convocando o "antigo, experimentado e sereno servidor" da associação, José Acácio Soares (cunhado de Adhemar) para auxiliar na tomada de decisão. Ao fim, decide-se pela manutenção das duas chapas e, na contagem dos votos chega-se ao resultado de 106 a 107, em favor da chapa 2, com duas abstenções. Dessa maneira, temos a estreia de Hans Dieter Schmidt no Conselho da ACIJ. Ele exercerá papel decisivo na interrupção do ciclo de Adhemar Garcia na presidência da associação, que perdura desde 1942 e que terá fim na próxima reunião do CCD.

Em 15 de junho, o conselho reúne-se para eleger dentre os seus membros a diretoria para o próximo exercício. Numa atitude inusitada, ainda na presidência da entidade, Adhemar é indicado para dirigir os trabalhos eleitorais, função tradicionalmente conduzida por um presidente *ad hoc*. Trata-se de uma clara demonstração de força dos "adhemaristas" e de apego ao poder, já que a manobra dá-lhe condições privilegiadas de conduzir a própria sucessão. Pela primeira vez em 20 anos, o Conselho divide-se em duas alas, uma de situação e outra de oposição, sob a bandeira da renovação. A primeira defendida por Geraldo Wetzel e Wittich Freitag, e a outra por Hans Dieter Schmidt. Após a votação secreta, percebe-se absoluto equilíbrio com sete votos para cada chapa, à exceção de Kurt Germano Freissler e Antônio Budal de Arins, que receberam a totalidade dos votos para os cargos de vice-presidente e primeiro secretário, respectivamente. Ante o empate, Geraldo Wetzel propõe adoção do critério de idade, utilizado tradicionalmente pelas entidades. A ideia é logo aceita por parte dos presentes. Hans Dieter Schmidt, no entanto, opõe-se, argumentando que ficaria prejudicada a opção pela renovação, expressa quando da eleição do Conselho. Então, convida Adhemar Garcia para que ambos renunciem juntos à votação recebida, dando chance à construção de uma chapa de consenso, a ser organizada por Freissler e Budal. Geraldo Wetzel e Wittich Freitag manifestam-se contra, mas Adhemar aceita, desde que a nova composição seja referendada pela unanimidade dos conselheiros, o que, evidentemente, deixa fora tanto ele quanto Dieter.

Somente em 19 de setembro de 1960, o Conselho volta a reunir-se com a finalidade de concluir o processo sucessório da diretoria, sendo consensada a seguinte composição: presidente, Roberto Stein; vice, Werner Manteufel; secretário, João Julio Moeller; segundo secretário, Felinto Jordan; tesoureiro, Antônio Budal Arins; segundo tesoureiro, Hans Peter Stein. Ao fazer seu agradecimento, o novo presidente declarou; "É meu desejo que a nossa associação continue sendo uma entidade das classes, pelas classes e para as classes produtoras de nossa próspera cidade".

1960

Roberto Stein substitui Adhemar Garcia na presidência da ACIJ, após 18 anos

Tem início período de influência de Hans Dieter Schmidt dentro da ACIJ

População de Joinville chega a 69.677 habitantes

Um novo ciclo

Símbolos da Rua do Príncipe nos anos 70: Palmeiras, Catedral e o Manchester

Caminhando para o seu cinqüentenário, o novo tempo que se inicia na ACIJ será marcado pela estruturação interna e dinamização de suas relações externas. Alguns espaços que vinham sendo ocupados pela entidade passaram a ter outros protagonistas, acompanhando uma paulatina estruturação da sociedade civil e a formação de uma consciência em relação a direitos sociais. As questões estruturais da região e do país continuarão sob permanente vigilância da associação, mas haverá outras vozes, como a da imprensa e mesmo a política, que passarão a exercer esse papel, cabendo à ACIJ um desempenho mais técnico e conceitual. Multiplicam-se as parcerias, com a entidade participando em inúmeras instâncias de consulta, discussão e decisão nas três esferas de governo. Estrutura-se do ponto de vista interno e amplia sua representatividade e prestígio, passando a funcionar como uma espécie de "escola de negócios", onde a experiência de grandes empresários ligados aos ciclos nacionais, tanto de negócios quanto de poder, dividirão suas impressões e experiências com os menores. Será também o tempo de reconhecimento e acolhimento formal à pequena e microempresa.

Um passo importante na concretização do sonho da sede própria é dado em 21 de novembro de 1960, quando a diretoria discute e aprova proposta de incorporação do terreno de Eugênio Boehm, limítrofe ao imóvel da ACIJ. A nova área faz parte do plano da construção de um edifício, conforme projeto já aprovado, em sistema de condomínio. A própria aquisição se daria nessas bases, com os proprietários recebendo parte do espaço futuramente edificado.

Sintomática também será a parceria que a entidade passa a constituir com o Círculo Operário de Joinville, a partir da visita à ACIJ do Padre Raimundo Weizenmann, em 28 de novembro de 1960. Assistente eclesiástico do Círculo, o religioso fez impressionante exposição sobre a atuação social de Joinville em matéria trabalhista e de relações humanas. O clérigo relatou sobre as péssimas condições em que se encontrava aquela instituição, reduzida a 50 associados quando assumiu seu posto, e a sua reabilitação obtida nos últimos quatro meses, chegando a mais de 400 membros. Padre Raimundo discorreu longamente sobre a formação de líderes sindicais, operários católicos e da ação social e humana que leva a efeito nos lares operários de Joinville por intermédio da evangelização. A exposição causou boa impressão, a ponto de o padre obter a cooperação dos empre-

arte 2021 ACIJ 7_ARTE ALBUM JOINVILLE ok.qxd 31/05/2021 16:12 Página 144

sários para o seu trabalho.

Em 19 de dezembro de 1960, o Dr. Marcos Grossenbacher é contratado para atuar na ACIJ.

No primeiro semestre de 1961 vamos encontrar uma pauta de atuações muito semelhante com as cobranças que vinham sendo feitas já na década anterior. Dentre elas, pontuam solicitações para que sejam implementadas melhorias nas estradas para Curitiba, Mafra, Itajaí, Jaraguá e Blumenau. Volta a ser cobrada a transferência para Joinville da sede do Instituto Nacional do Pinho, conforme aventado já no início dos anos 50. A estrada para o aeroporto é a mais longeva dentre as reivindicações da entidade, ao lado da "rápida conclusão da dragagem do Rio Cachoeira e Lagoa Saguaçu", tema esse presente nas discussões da ACIJ desde os tempos em que transitavam em Joinville os bondinhos puxados a burro, nos primeiros tempos da entidade que, aliás, está completando o seu primeiro meio século de existência.

Dentre as atividades que já trazem ares de novidade, podemos citar o convite para participar do processo de planejamento do novo Governo Federal que tomará posse no ano seguinte. A ACIJ forma um grupo de trabalho para reunir propostas e ideias, referentes ao desenvolvimento socioeconômico, a serem encaminhadas ao presidente eleito Jânio Quadros. As expectativas quanto à infraestrutura, ganham novo patamar para as rodovias: em vez de saibro, pede-se asfalto. Assim, em 19 de junho de 1961, reunida com o Deputado Lauro Carneiro de Loyola, a diretoria aborda vários assuntos, entre eles, pela primeira vez, o asfaltamento da BR-101 no trecho Curitiba-Joinville-Itajaí.

Em 22 de junho de 1961, a ACIJ conta com 432 associados quites com suas obrigações para com a associação e domiciliados em Joinville. Nessa data, é apresentado relatório da diretoria presidida por Roberto Stein. O aumento do quadro social é impressionante e mais do que dobrou, comparado ao ano anterior. No dia 26, é eleita nova diretoria com Roberto Stein sendo reconduzido ao cargo de presidente, tendo como vice Werner Manteufel; secretário, João Julio Moeller; segundo secretário Felinto Jordan; tesoureiro, Antonio Budal Arins; e segundo secretário, Hans Peter Stein.

Nos próximos dias, a ACIJ elabora um memorial com os principais assuntos em pauta na casa para ser entregue ao Governador Heriberto Hulse, que vem a Joinville dia 28 de julho. Hulse assumiu cargo no dia 16 de junho de 1958, em substituição a Jorge Lacerda, que faleceu naquele dia, em acidente aéreo. Alguns dos assuntos recorrentes da entidade e de urgente necessidade à região são novamente pleiteados à autoridade. Dentre eles, a conclusão das obras na Estrada Dona Francisca – conforme prometido já por seu antecessor – a garantia do abastecimento de energia elétrica, a conclusão da estrada de acesso ao aeroporto e estrutura para a segurança pública. Esse, um assunto da "modernidade" que passa a fazer parte da agenda permanente da entidade.

Outro compêndio, com temas relacionados ao município, é entregue ao Prefeito Balthazar Buschle por uma comissão de empresários, dentre os quais, João Hansen Jr. – numa das raras vezes em que é citado nominalmente na ata da ACIJ – em 29 de junho de 1961. O documento entregue à municipalidade versa sobre aumento de tarifas, precariedade dos serviços postais e telefônicos, imposto de vendas e consignação, instrução pública e particular, e a construção da sede da entidade.

Petróleo e educação

No segundo semestre de 1961, importantes questões vão dominar as atenções da entidade. O acompanhamento das obras no Aeroporto de Joinville é uma delas. Em 4 de agosto, o engenheiro da empresa Gutierrez Ltda., empreiteira responsável pelas serviços,

1961 Fundação da Metalúrgica Schulz S.A. — Helmuth Ernesto Fallgatter é eleito Prefeito

Em 31 de janeiro o conselheiro Geraldo Wetzel assume a Secretaria Estadual da Fazenda — Entidade discute asfaltamento da BR-101

participa da reunião de diretoria onde detalha o cronograma das intervenções que estão sendo feitas. O asfaltamento total da pista de aterrissagem, com 30 por 1000 metros de extensão, deve ficar pronto até o fim de agosto, e a área de taxiamento, com 9.800 metros quadrados, até fim de outubro. Quanto à estação de passageiros, a entidade decide indagar ao Deputado Lauro Carneiro de Loyola se este setor está contemplado na nova verba a ser liberada para o aeroporto. Decide-se enviar ofícios à construtora, com cópia às empresas de aviação, à Diretoria da Aeronáutica Civil, ao Governador do Estado, ao Deputado Loyola e ao prefeito, reivindicando que a área de taxiamento e a cabeceira da pista deveriam ser cimentados ou asfaltados, dentro dos prazos previstos. O documento também visa obter a garantia de manutenção para a pista depois de concluída. Em 28 de agosto, o tema volta à discussão tendo em vista a lentidão do trabalho e a baixa produtividade da usina de asfalto. Como se vê, a ACIJ assume um papel de fiscal da obra, acompanhando em detalhes o seu andamento e os investimentos realizados.

Nessa mesma reunião, a ACIJ é acionada para auxiliar o Colégio Bom Jesus, que enfrenta grave crise financeira. O diretor Werner Manteufel solicita que fosse convidado para a próxima reunião o seu diretor, a fim de expor as dificuldades para manutenção do curso científico e encontrar soluções para minorá-las. Assim, no dia 21, o Professor F. Harger, diretor da instituição, acompanhado do Professor Hamilton, explicou que, com 54 alunos, o curso científico sempre foi deficitário, sendo coberto pelos ganhos com os outros cursos. Porém, em 1961, não seria possível cobrir o déficit, sendo necessário suspender a primeira série no ano seguinte, 1962, até encerrar completamente. Mesmo com a ajuda do Governo do Estado, que fez alguns pagamentos, a instituição não consegue manter os mestres. A associação decidiu que encaminharia expediente ao governo, solicitando apoio para a escola, além disso, o presidente empenhou total apoio, em todas as suas pretensões, tomando em seu favor as medidas que estiveram ao seu alcance. O diretor Harger colocou o seu cargo à disposição da ACIJ, propondo-se a voltar a ser professor, caso isso ajudasse a salvar as finanças da escola.

No plano interno, a construção do edifício sede é o grande desafio da Associação Comercial e Industrial de Joinville. E, na última reunião de agosto, Hans Dieter Schmidt faz um veemente discurso para que os estudos da nova sede fossem "levados avante com a maior presteza e sem esmorecimentos". É secundado por Hans Peter Stein, que diz que a comissão está se desincumbindo de suas funções "imediatamente e sem esmorecer". Em 9 de outubro, Hans Peter Stein pede afastamento da comissão de construção da sede, entregando dados e documentos para a diretoria.

O déficit energético na região é abordado na reunião de 11 de setembro, em condições completamente diversas das anteriores, uma vez que o ex-diretor e membro da casa, Wittich Freitag, responde pela presidência da Empresul. O fato de ter um de seus associados guindado ao cargo demonstra o prestígio que a associação conquistou em relação ao tema. Foram de Freitag, enquanto empresário, algumas das mais veementes cobranças por solução para o desabastecimento de energia. Agora, do outro lado do balcão, comparece à ACIJ para falar sobre o problema. Seu relato aponta a situação das medidas em andamento: construção da linha de transmissão, Capivari-Florianópolis-Ilhota-Itajaí-Joinville; usina de Palmeiras, em Blumenau; Barragem do Rio do Julio e o "eventual" aproveitamento da queda do Cubatão. Mas o fato que realmente terá impacto nos desdobramentos da questão é a entrada de Itajaí e Ilhota na disputa pelos 4 mil kWh que serão disponibilizados de Capivari para a região Norte, exatamente como temiam os empresários nos embates com o governo, em 1958.

Um tema dos mais importantes e históricos entra na pauta da ACIJ em 25 de setembro de 1961. Nesse dia, a diretoria elege Helmuth Keller para representar a entidade no grupo

arte 2021 ACIJ 7_ARTE ALBUM JOINVILLE ok.qxd 31/05/2021 16:12 Página 146

de trabalho criado pelo Governo do Estado para elaborar um memorial que sirva de instrumento para reivindicar a instalação de uma refinaria de petróleo no litoral de São Francisco do Sul. A ACIJ é escolhida para sediar os trabalhos do grupo, formado ainda por João Maia e Adhemar Garcia, representando o governo; Wittich Freitag, da Empresul; e Antonio Brumata Siqueira de Souza, pela Associação Comercial e Industrial de São Francisco do Sul.

Finalizando o ano, há uma nova audiência da comissão da ACIJ com o Governador do Estado para reforçar antigas reivindicações da região Norte. Dentre elas a Estrada Dona Francisca, energia elétrica, estrada Joinville-São Francisco do Sul, estrada para o aeroporto, BR-59 (101), estrada Joinville-Guaratuba – e um novo tema: a implantação do Ginásio Estadual em Joinville. Já em 18 de dezembro, o Departamento da Aeronáutica Civil anuncia a aprovação de operações no Aeroporto de Joinville, mesmo sem ter havido a vistoria prevista. A diretoria decide enviar um telegrama de agradecimento ao Deputado Lauro Carneiro de Loyola pela sua intervenção nesse caso.

Um interessante quadro social de Joinville nesse ano é fornecido pelo jornal A *Notícia*, na sua edição de 17 de janeiro, ao informar sobre o número de bicicletas circulantes na cidade. Das 15 mil unidades existentes em 1953, no ano seguinte já são 31.150 emplacadas pela Prefeitura; em 1960, já circulam 35 mil pelas ruas e projeta-se um salto para 40 mil, ao final de 1961. Diz o texto que "a bicicleta é o veículo do joinvilense. Ricos, remediados, pobres, homens, senhoras, moças, rapazes, meninos, utilizam a bicicleta para o trabalho, para o passeio, para o esporte. Não pode haver por isso surpresa quando se constata que o número de bicicletas em circulação na cidade aumenta aos milhares de ano para ano."

Comércio de Joinville no início dos anos 60, quando passa a contar com SPC

SPC

Para a ACIJ, o ano de 1962 começa em 5 de janeiro, quando, sob presidência de Roberto Stein, realiza-se reunião com a presença de representantes de várias firmas locais e a participação de Célio Pereira de Oliveira, diretor da Associação Comercial do Paraná e presidente do Serviço de Proteção ao Crédito, mantido por aquela entidade. A finalidade do encontro é estudar a implantação de um SPC em Joinville, análogo ao que funciona em Curitiba. Célio explica, na oportunidade, o seu funcionamento e finalidade e os resultados positivos obtidos, pois que vem funcionando com grande êxito. Aprovado pelos presentes, o assunto ficou de ser submetido ao Conselho, que se reúne em 8 de janeiro, acatando a proposta para ser implantada no menor prazo possível. Para esse fim foi contratado Dr. Bernardo Luiz Stamm (secretário executivo), por seis meses, período em que visitaria as empresas ocupando-se da organização do SPC. Ele seguiria para Curitiba em março, para estudar como funciona a organização naquela cidade.

A usina Termoelétrica de Capivari, tida como solução definitiva para a demanda catarinense de energia elétrica, vive dois momentos contraditórios no início de 1962. Em fevereiro, a ACIJ recebe ofício da empresa, comunicando que foi autorizada pelo Ministério de Minas e Energia a ampliar sua potência com o uso de carvão mineral. Já em março, a diretoria da casa organiza um memorial, solicitando 400 milhões de cruzeiros para a finalização da

1961 Joinville emplaca 40 mil bicicletas — **1962** ACIJ organiza serviço de Proteção ao Crédito em Joinville — Regulamentado o 13º salário

obra da Sotelca (Sociedade Termoelétrica Capivari) que está em ritmo lento. Após a renúncia de Jânio Quadros, o país vive nesse momento sob o Parlamentarismo como forma de governo, tendo João Goulart como presidente e o mineiro Tancredo Neves, como Primeiro Ministro. A Tancredo foi endereçado o documento que, em sintonia com o ambiente político do momento, continha também as assinaturas de diversos sindicatos operários atuantes no Norte catarinense.

Hans Peter Stein não tem parentesco com a tradicional Família Stein de Joinville. Nascido na Alemanha, de origem judaica, veio para o Brasil na década de 20, tendo iniciado sua vida profissional no porto de Santos, no litoral paulista. Em Joinville, foi sócio e diretor da empresa madeireira Karl Veit. Com a queda do ciclo da madeira, passou a beneficiar forros e vistas. Foi um membro destacado do Lions Club de Joinville. Mais tarde, radicou-se em São Paulo com a família. Preside a ACIJ, no biênio 1962/1964.

O associado Paul Helmuth Keller é eleito, em abril de 1962, o representante da Região do Litoral de São Francisco do Sul no Conselho de Desenvolvimento do Estado. Este órgão substitui o antigo CEPOE (Conselho Estadual do Plano de Obras e Equipamentos), sendo presidido pelo Governador Celso Ramos e tendo como vice-presidente outro nome ligado à ACIJ, Geraldo Wetzel, que é Secretário da Fazenda. No dia 2, Keller relata aos diretores da ACIJ o plano de trabalho e o orçamento do Plano de Metas do Governo para o exercício de 1962. Fica acertada a participação de uma comissão do Norte do estado na próxima reunião do Conselho, em Florianópolis.

Também em abril, a ACIJ aprova o convênio para implantação do Seproc em Joinville, tendo por finalidade a defesa dos comerciantes contra os maus pagadores. Conforme decisão da casa, podem se utilizar do serviço todas as firmas associadas à ACIJ, em dia com suas mensalidades, que forneçam regularmente, de acordo com o regulamento interno, as fichas dos fregueses negativos. A associação compromete-se a fornecer aos usuários uma relação completa de todos os negativos fichados e a admissão dos usuários implicará na integral aceitação do regulamento estabelecido. Dados de seu segundo ano de funcionamento apontam 34 usuários com resultados satisfatórios, tendo, em maio de 1965, 6.000 fichas de clientes negativos fornecidas pelas empresas usuárias.

Na qualidade de presidente da Empresul, Wittich Freitag tem a inconveniente missão de dar uma má notícia aos joinvilenses: em 20 de maio de 1962, inicia-se novo racionamento de energia elétrica. Para tanto, organiza um encontro na Liga da Sociedade, acompanhado do engenheiro da empresa, Harro Stamm, para discutir com os consumidores detalhes do plano de contingenciamento.

Em 7 de maio de 1962, realiza-se uma assembleia geral extraordinária para novas alterações estatutárias, elevando-se de 15 para 25 os membros do Conselho Consultivo e Deliberativo. Em 4 de junho, ocorre a primeira eleição do CCD dentro da nova sistemática.[4]

A diretoria eleita para o exercício 62/63, em 18 de junho 1962, tem na presidência Hans Peter Stein; vice, Herbert Zimath; secretário, João Julio Moeller; segundo secretário, Georg Schmidt; tesoureiro, Jaime Corrêa; segundo tesoureiro, Guilherme Walter. Na reunião seguinte, a casa indica Hans Dieter Schmidt para representar a ACIJ junto à Fiesp. A entidade decide solicitar aos deputados catarinenses estaduais e federais o envio de todas as matérias e pré-

4 São eleitos os seguintes membros para o CCD: Antonio Budal Arins, Jorge Parucker Jr., Hans Peter Stein, Wittich Freitag, Adolpho Mayer, Kurt Alvin Monich, Hans Dieter Schmidt, Geraldo Wetzel, Nilson Wilson Bender, José Spring, Erick Colin, Georg Schmidt, João Julio Moeller, Herbert Zimath, Affonso Eggert, W. Schmalz, Henrique Douat Filho, Alberto Bornschein Filho, Nelson Meister, Jaime Corrêa, Marcos Wippel, Curt Colin, Carlos Schneider Filho, Günther Weber, Kurt Meinert. Para a comissão fiscal: Paulo Hilário Buschle, Edgar Klein e Carlos Kosting.

1962 Hans Peter Stein assume presidência da ACIJ

arte 2021 ACIJ 7_ARTE ALBUM JOINVILLE ok.qxd 31/05/2021 16:12 Página 148

projetos relacionados a Santa Catarina, em tramitação nos legislativos estadual e federal, para que possam ser debatidos pela entidade. Nessa ocasião, é aprovada a criação de uma coluna semanal da ACIJ na imprensa local a fim de divulgar suas atividades e comunicações.

Tomando posição

O Primeiro Ministro Tancredo Neves está demissionário, em junho de 1962, e articula para que se mantenha o sistema parlamentarista, evitando um golpe militar. De seu turno, o Presidente João Goulart trabalha pelo retorno do sistema presidencialista. Nesse cenário, a ACIJ aprova um manifesto dirigido às classes produtoras, em especial aos associados, constituindo "uma tomada de posição" e um "modo de alerta ao atual estado de coisas em que se encontra a nação brasileira". Para fazer frente às indefinições políticas e buscar obter alguma objetividade administrativa do governo, a entidade estabelece um programa de ações com objetivos a serem alcançados para Joinville e a região Norte catarinense. Estão contidos ali "todos os melhoramentos e benefícios que por direito lhe cabem, tomando em consideração as grandes contribuições que a região dá aos cofres públicos," conforme anotado em ata da entidade. O programa contempla benefícios à coletividade, "abrangendo tanto empregadores quanto empregados".

A Associação Comercial toma outra iniciativa que, como as anteriores, lhe encaminham para uma postura mais institucional e moderna, elegendo uma pauta de preocupações permanentes, com nove pontos: 1) energia elétrica, 2) segurança pública, 3) ensino, 4) exame das conclusões do Seminário Socioeconômico, 5) vias de comunicação (estradas), 6) crédito bancário, 7) abastecimento (de água), 8) aplicação de benefícios da previdência, e 9) Correios e Telégrafos. Também foram criadas comissões de trabalho para cada item. Dando sequência a seu posicionamento, a diretoria vai à Prefeitura e à Câmara de Vereadores, colocar a associação "à inteira disposição" do município. O Prefeito Helmuth Fallgatter apresenta as necessidades mais prementes encaminhadas ao Governo do Estado, para que a ACIJ intervenha a seu favor.

Ao longo dos últimos meses, foram muitas as discussões e inúmeros os apelos para que a Prefeitura assumisse a manutenção do veículo de atendimento utilizado pela Irmandade Pioneiras Sociais no atendimento à saúde em Joinville. Sem que houvesse uma solução, em 8 de julho, associados reunidos na ACIJ decidem bancar metade do custo mensal do veículo, orçado em 200 mil cruzeiros por mês. Ocorre que a unidade estava prestes a ser transferida para Brusque, caso não houvesse uma solução para mantê-la, acarretando "sério transtorno na situação já precária da assistência social em Joinville". Os empresários que se comprometeram a contribuir financeiramente para a manutenção do serviço foram: Hans Dieter Schmidt (Tupy), João Júlio Moeller (Tigre) e Georg Schmidt (Gráfica Ipiranga). Na semana seguinte a prefeitura informou que bancaria o custo, até que obtivesse apoio do governo.

Nessa época, a cada dois anos, entidades patronais organizadas elegem seus candidatos que vão concorrer aos cargos de representante e de suplente da região denominada Litoral de São Francisco do Sul, no Conselho de Desenvolvimento do Estado. Embora com nomes diferentes, esse órgão funciona desde 1958 no âmbito do governo estadual. Para a eleição, cada entidade apresenta três delegados que podem votar e ser votados. Assim em 30 de julho de 1962, ACIJ, Sindicato dos Representantes Comerciais de Joinville, Associação Comercial e Industrial de Jaraguá do Sul, Sindicato da Indústria do Mate em Santa Catarina, Sindicato da Indústria da Construção Civil de Joinville, Sindicato da Indústria de Serrarias, Carpintaria a Tanoaria de Santa Catarina e Associação Comercial e Industrial de São Francisco do Sul procederam a escolha, tendo sido eleitos nessa ocasião Kurt Meinert e Felinto Jordan, ambos da ACIJ.

1962

ACIJ lança manifesto contra indefinições na administração federal

ACIJ é acionada para intermediar crise estudantil

Crise estudantil

Nessa mesma data, na reunião da diretoria, a casa decide criar uma comissão com Hans Peter Stein, Heitor Lobo, Herbert Zimath, Antônio Gabardo, Nelson Meister, Hans Dieter Schmidt, Alceu Lopes e Waldo Herbster e Jaime Corrêa pra buscar solucionar a situação do Colégio Bom Jesus, que se vê na iminência de encerrar o seu curso científico. Na reunião seguinte, em 6 de agosto, procurando intervir para a solução da crise que já evoluiu para uma greve dos estudantes, participa da reunião da ACIJ o presidente do Centro Cultural Visconde de Taunay, que faz uma ampla exposição sobre a crise que está se desenvolvendo entre o colégio e seu corpo discente, situando a posição do Centro Cultural e da União Joinvilense de Estudantes ante a situação. A diretoria da ACIJ decide intervir para buscar equacionar o problema uma vez que "outros órgãos mais competentes e interessados omitiram-se da busca de solução", conforme faz questão de registrar. A entidade compromete-se com o Centro Cultural e a UJE a tudo fazer para "resolver a atual crise estudantil". Marca-se reunião para a manhã seguinte, com a participação de vários dos mais importantes empresários da cidade e o prefeito.

Nessa oportunidade, agindo como mediadora, a ACIJ conseguiu que os alunos voltassem às aulas e obteve da Prefeitura um cheque de Cr$ 600 mil, relativo ao adiantamento de bolsas de estudo. Também o Círculo de Pais e Mestres do colégio é chamado a participar. Após diferentes estudos, chegou-se a uma proposta aceita pelas partes, com a elevação das mensalidades em 21,5% para o segundo semestre de 1962, de modo a equilibrar o custo do curso. A ACIJ decide ainda pagar o custo adicional para os alunos carentes. Em três de dezembro, a CCD aprova que a diretoria conceda empréstimo de Cr$ 10.000,00 à União Joinvilense de Estudantes, para cobrir os aumentos de mensalidade dos alunos bolsistas do Colégio Bom Jesus. A solução definitiva viria em 1963, com a adoção do colégio pela Comunidade Evangélica de Joinville.

Em 13 de julho de 1962, A N*otícia* publica coluna intitulada I*nformativo da* ACIJ, anunciando que coloca à disposição da entidade aquele espaço, semanalmente, para a publicação de informações aos associados.

Outros fatos importantes ocorridos no ano de 1962 e que merecem ser citados: em maio, a Empresul impõe novo racionamento de energia elétrica, determinando 20% de redução do consumo para indústrias e de 25% para os demais consumidores; a Associação Rural de Joinville (ARJ) participa da reunião da ACIJ, em agosto, reclamando da precariedade da assistência técnica prestada pelos técnicos da Secretaria Estadual da Agricultura. A entidade reivindica um convênio com o governo para que o recurso necessário seja repassado para a ARJ para contratar os técnicos. A diretoria da ACIJ decide elaborar um memorial de apoio à iniciativa e encaminhá-lo ao governo. Em outubro, o *Jornal de Joinville* envia ofício relatando dificuldades econômicas que vem enfrentando e pede apoio da ACIJ para sua reestruturação econômica. O importante periódico foi fundado em 1919, por Eduardo Schwartz.

Energia, política, economia estarão na ordem do dia da ACIJ, ao longo do ano de 1963, bem como ensino, que já está na pauta de janeiro. Na reunião do dia 8, a diretoria faz uma série de comparações com outras cidades, até menores, e que estão em situação melhor no ensino, primário e secundário. Dentre as carências , destacam-se as instalações inadequadas e o nível de ensino que "não merece elogios". A casa decide procurar por todos os meios melhorar a educação em Joinville. Para tanto, entraria em contato com o poder público, e também com as escolas particulares, propondo um esforço conjunto para proporcionar meios de instruir a população. Hans Dieter Schmidt discorreu sobre a necessidade de unir a classe e batalhar sem descanso, com a meta de obter para Joinville "obras, melhoramentos e serviços a que inegavelmente sua população faz jus", na medida em que contribui para os cofres da União e do Estado. O empresário lembrou que Florianópolis conseguiu a instalação

arte 2021 ACIJ 7_ARTE ALBUM JOINVILLE ok.qxd 31/05/2021 16:12 Página 150

de uma escola industrial com capacidade para mil alunos, concluindo que "deveríamos nós pleitear igual benefício em razão do nosso parque industrial ser muito maior que o da capital". Também os temas sociais frequentam a agenda da entidade ao longo do ano com "constância e profundidade". Em 16 de julho, por exemplo, ao relatar as discussões ocorridas na reunião da ACIJ, o jornal A *Notícia* pontua que, os conselheiros, durante as últimas reuniões, "abandonando por completo as considerações de ordem econômico-financeiras, detiveram-se em analisar detalhadamente as questões sociais em nossa cidade."

O fim da Empresul

Wittich Freitag, presidente da Empresul, participa da reunião da ACIJ em 4 de fevereiro de 1963, quando faz uma projeção positiva para energia nesse ano, estimando uma necessidade de consumo de cerca de 125 milhões kWh e uma produção prevista de 114 a 140 milhões de kWh, havendo a possibilidade de um déficit de 9 milhões de kWh, "se o ano for excepcionalmente seco". No entanto, a previsão é que a produção não acompanhe o aumento do consumo, elevando o déficit para 43 milhões kWh no ano de 1964, o que implicará em um severo racionamento caso a Sotelca (Sociedade Termoelétrica Capivari) não esteja em funcionamento e devidamente interligada com a Empresul. A previsão é que a usina entre em operação ainda em caráter experimental, em abril desse ano. A linha de transmissão que está sendo construída a partir do sul encontra-se pronta até Ilhota, faltando 5 km para se interligar com o sistema Empresul e os equipamentos para a subestação já foram adquiridos. Também a Usina a Diesel de Joinville deve receber investimentos para manter regularidade de produção, informa Freitag.

Com uma visita do Governador Celso Ramos agendada para a semana seguinte, a ACIJ, em 22 de abril, elenca suas prioridades para serem solicitadas ao visitante: reconstrução do Asilo Oscar Schneider, conclusão das obras da estrada para o aeroporto e do ginásio estadual, nomeação de um Delegado de Polícia, ampliação do contingente policial e do quartel, além de prover as demais estruturas necessárias a uma efetiva presença da segurança pública na comunidade. Este tema vem requerendo cada vez maior atenção da entidade, inclusive pela quase ausência de policiamento na cidade, que possui apenas oito soldados para uma população estimada em 70 mil habitantes. Em outubro, o Capitão Inocente Xavier assume função de Delegado de Polícia de Joinville, e vai à ACIJ, onde faz um relato sobre a situação que encontrou. Do efetivo policial com 30 homens, apenas 11 estão lotados na cidade, há uma única viatura, um escrivão, um comissário, e a cadeia pública possui apenas nove cubículos para aprisionamentos. O delegado solicita que a associação reafirme o seu relatório perante o governador. No seu entender, se os joinvilenses não realizassem um movimento cerrado por intermédio de suas associações, como a ACIJ, jamais será atendida qualquer solicitação para solucionar o problema da segurança. No final de abril de 1963, Celso Ramos vem a Joinville e assina o contrato entre o Plano de Metas do Governo (PLAMEG) e a empreiteira Mantiqueira para a construção do trecho Joinville-Campo Alegre da Rodovia Dona Francisca. O secretário Executivo do PLAMEG é Annes Gualberto, que também participa do ato. A obra vinha sendo revindicada pela ACIJ, tendo em vista sua grande importância econômica para Joinville e Região Norte.

Ainda no campo da luta por recursos para Joinville, destaca-se a participação do Deputado Lauro Carneiro de Loyola em reunião da casa, onde fala sobre os problemas das estradas que servem Joinville, pelas quais tem se batido em Brasília, em busca de verbas, mas que continuam em estado catastrófico. Salienta a necessidade de unir forças, especialmente através dos órgãos de classe como a ACIJ, e pressionar o poder Executivo a fim de que tais verbas sejam liberadas. O parlamentar lembra que tramita um projeto

1963

ACIJ negocia contrapartidas para região Norte no processo de incorporação da Empresul pela Celesc

Adoção do Colégio Bom Jesus pela CEJ – Comunidade Evangélica de Joinville

prevendo 1 bilhão de cruzeiros para a conclusão da BR-59, solicitando que fossem expedidos telegramas aos ministros de Estado, à Câmara dos Deputados e ao Presidente da República, solicitando a aprovação em regime de urgência para esse projeto. Tendo em vista o péssimo estado das estradas que servem ao município e a paralisação da obra na rodovia que vai a São Francisco, a casa propõe que se mantenha "severa vigilância" sobre as principais reivindicações de Joinville junto aos governos estadual e federal.

Apesar da confiança demonstrada em sua última vista à ACIJ, em fevereiro, Wittich Freitag volta à casa dia 27 de maio, na condição de demissionário da presidência da Empresul. Relata aos empresários que sua atitude foi motivada pela decisão tomada pela Celesc e o Conselho Estadual de Energia que, à revelia da Empresul e contrariando promessas do Governador Celso Ramos, interligaram Itajaí à mesma fonte energética de que se valia a Empresul. Ocorre que, não tendo capacidade parar gerar toda a energia consumida na região, há anos o sistema Empresul vinha utilizando as sobras de energia da Usina de Capivari. Essa disponibilidade de eletricidade, que já era pouca, agora terá de ser repartida com Itajaí aumentando o déficit da região Norte. Foi uma decisão política, em benefício de Blumenau e em prejuízo de Joinville. Como o governo já havia feito grandes investimentos na Usina de Palmeiras, garantindo o fornecimento ao vale do Itajaí, era lógico que a cidade portuária continuasse interligada naquele sistema. Porém, a partir de então também passa a se abastecer na Sotelca.

O novo presidente da Empresul será Geraldo Wetzel que, como Freitag, é um "nome da casa". Caberá a ele acompanhar o Governador Celso Ramos, dia 16 de junho, na inauguração da usina termoelétrica de Joinville e a nova Central Telefônica com mais 1.500 linhas. Em 19 de agosto, ele vai à entidade acompanhado de seu diretor técnico, Harro Stamm, discutir a elevação das tarifas telefônicas, tendo em vista a necessidade de corrigir a inflação e planejar investimentos em melhoria da estrutura e do sistema, apresentando um panorama dos serviços e dos preços praticados em diversas cidades brasileiras. Também é discutida a encampação da Empresul pela Celesc, operação já em estudo, pois se trata de uma condição imposta pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), para conceder o vultoso empréstimo pleiteado pela Centrais Elétricas de Santa Catarina junto àquela instituição. Novamente na ACIJ, em 16 de setembro, em reunião com representantes de Jaraguá, Rio Negrinho, Mafra, Itaiópolis, São Bento e Papanduvas, Geraldo Wetzel informa que o processo de incorporação deve ser concluído em 60 dias.

Tendo em vista que os recursos pleiteados junto ao BID vão contemplar a Sotelca, a linha de transmissão Florianópolis-Itajaí-Lages, a linha Joinville-Mafra-Porto União, subestações e outras obras menores, os empresários decidem pedir ao governo uma contrapartida pelo apoio à fusão: um representante do Norte catarinense no CEE, dois na Celesc, e que a linha-tronco do Norte chegue até Canoinhas. Solicita-se também que, caso a região não seja suficientemente beneficiada pelo empréstimo, haja o compromisso de compensação via Plameg. Como se vê, a ACIJ senta na mesa de negociação para defender os interesses de uma vasta região, tendo em vista objetivos imediatos, mas também de longo prazo, garantindo importantes assentos no novo sistema energético catarinense que está sendo desenhado, e utiliza como moeda de troca a credibilidade que dispõem junto aos poderes constituídos. A Empresul é encampada pela Celesc em dezembro, pondo fim a uma empresa que, apesar dos percalços, contribui decisivamente para o engrandecimento de Joinville.

Nova diretoria é eleita em 25 de junho, para o período 63/64, sendo reconduzido Hans Peter Stein à presidência, tendo como vice, Herbert Zimath; secretário Gunther Weber; segundo secretário, Georg Schmidt; tesoureiro, Marcos Wippel; segundo tesoureiro, Affonso Eggert.

Criada pelo Governo do Estado, a Secretaria de Estado do Oeste foi duramente criticada na reunião da ACIJ de 12 de agosto. Hans Dieter Schmidt disse que aparentava

1963

O vice-presidente, Herbert Zimath, exerce a presidência, de setembro de 1963 a janeiro de 1964

Em 16 de dezembro, registra-se voto de pesar pelo recente falecimento de Hans Lange, antigo e ativo membro da casa

arte 2021 ACIJ 7_ARTE ALBUM JOINVILLE ok.qxd 31/05/2021 16:12 Página 152

constituir-se num investimento "injusto e odioso, pois poderia acarretar malversação dos dinheiros públicos". Adolfo Mayer salientou que "o Governo do Estado não tem dinheiro para edificar o prometido Fórum de Joinville, bem como para construir escolas e estradas, mas pode gastar Cr$ 500 milhões para implantar a Secretaria do Oeste". Foi citada ainda a Delegacia de Polícia, que não consegue verbas sequer para as despesas comuns de expediente. Ao final, decidiu-se pelo encaminhamento de um ofício de protesto ao governador, destacando que a secretaria só consumirá dinheiro nababescamente em "despesas de instalação e burocracia de papeis e nunca em melhoramentos da região". O documento, discutido em reunião subsequente, ainda salienta a inutilidade da nova secretaria como "órgão planejador e de ação, visto já existir dentro do aparelho estatal um órgão exclusivamente criado e destinado a desenvolver todo o território barriga-verde: o Plameg". A diretoria achou por bem ainda, encaminhar o texto para todas as entidades congêneres de Santa Catarina e publicá-lo no *Boletim* mensal da associação.

A reunião de 30 de setembro traz o registro de uma homenagem aos 50 anos de magistério de Anna Maria Harger, conforme proposta de Herbert Zimath:

> Quero solicitar a esta casa que seja aprovado um voto de louvor pela sua obra. Seria supérfluo destacar os trabalhos que se somam em volume no patrimônio de realizações da homenageada. Desejo, no entanto, lembrar que decorridos cinquenta anos dedicados à difusão da cultura, de formação intelectual dos moços, de orientação para as coisas da vida, temos, em Joinville, em nossas fábricas, escritórios e estabelecimentos e, principalmente, em todos os setores da administração, homens que tiveram ministrados por Dona Anna Maria Harger grande parte da sua cultura básica. A tarefa árdua desenvolvida pela homenageada constitui uma atividade ímpar e, creio, não teremos nem mesmo no futuro, a repetição de fato semelhante. Trata-se de uma existência inteira dedicada aos misteres da educação, não apenas como atividade principal, mas como ocupação única, ininterrupta e duradoura que proporcionou a Joinville, à nossa coletividade, gerações mais aptas e capazes a promover o progresso dessa terra.

A inquietação que inflama a política nacional, em 1963, chega à diretoria da ACIJ por vias transversas. Em 6 de maio, Nilson Bender, voltando da Venezuela onde foi a negócios, relata os incidentes políticos e sociais que presenciou naquele país, provocados pela "infiltração comunista e atos de terrorismo praticados contra homens do governo e contra a população em geral". Dia 22 de julho, a casa recebe a visita do líder estudantil Pedro Fagundes, presidente da União Joinvilense de Estudantes Secundaristas (UJES) e responsável pelo "movimento democrático dentro dos órgãos estudantis em Santa Catarina". O visitante declara que tem a finalidade de "orientar os homens das classes produtoras" quanto ao movimento estudantil. Conforme registros em ata, o estudante fez um discurso "dos mais significativos" na ACIJ, onde comparou que as preocupações de um líder estudantil são idênticas às dos homens de empresas quanto às responsabilidades. Discorrendo sobre problemas de ordem "estudantil e questões internas que afligem o país", Pedro Fagundes fez um relato da política estudantil da UNE e seus adeptos, bem como "suas implicações com o comunismo internacional".

O empresário Mário Petrelli fala na entidade, em 26 de agosto, sobre a importância do empresário na vida social, econômica e política do país. O palestrante lamenta que nos últimos acontecimentos no Brasil há uma quase completa ausência de homens de empresa, uma omissão gravíssima e improcedente, visto que "nessas ocorrência há um cunho verdadeiramente estranho ao nosso modo de vida". Já em 9 de setembro, em ofício dirigido aos conselheiros, o presidente Hans Peter Stein, concita os colegas a "permanecerem em constante vigília, comparecendo em massa às reuniões semanais em defesa da classe e da coletividade". Hans Dieter Schmidt e Herbert Zimath, esse presidindo a sessão, fizeram ver a necessidade de se ampliar a participação dos associados e fortalecer o congraçamento e a liderança da entidade nesse momento.

Hans Dieter Schmidt volta ao tema em 7 de outubro, quando discorre sobre o perigo do comunismo e a crescente política de estatização, alertando que as classes produtoras deveriam unir-se e atuar no sentido de preservar seus direitos. O conselheiro Adolfo Mayer sugere que fosse se faça uma declaração pública alertando os poderes Executivo e Legislativo sobre as consequências do desentendimento e o caos administrativo que a nação vem suportando. Outra sugestão aprovada foi que a entidade elaborasse um plano de ação, no qual pudesse pautar suas atividades e promover maior atuação dos homens de empresa.

O ano de 1963 registra ainda na história da ACIJ uma iniciativa que se tornará estratégia de desenvolvimento ao longo das três décadas seguintes. Trata-se do compartilhamento do conhecimento, em que executivos das grandes empresas, mais estruturadas e com maior inserção no mundo dos negócios, fazem relatos de casos aos demais associados. Dentro desse espírito, temos o primeiro panorama do comércio internacional, apresentado por Geraldo Kielwagen, que fizera viagem de prospecção de negócios para a Fundição Tupy à Venezuela, Colômbia e México. Em seu relato, aponta uma série de obstáculos a exportações brasileiras, tais como diferença cambial, preços, burocracia, impostos, fretes, portos, embarques, financiamento, e a ausência completa de divulgação dos produtos brasileiros. A entidade também analisa a abertura de capitais de empresas permitindo o ingresso de empregados como acionistas, a exemplo do que fez a fábrica de máquinas Raimann S.A., democratizando os seus capitais. Podemos relacionar ainda, como relevante, o empenho da ACIJ, a partir desse ano em estabelecer dados estatísticos sobre Joinville, em especial os índices de elevação do custo de vida, solicitando informações a diversas fontes a fim de estabelecer um cálculo seguro.

Na pauta local da entidade, ao longo de 1964, serão reincidentemente discutidas as carências no abastecimento de água, verduras, carne e trigo. Também as questões de esgoto e do déficit habitacional estarão em pauta. No âmbito empresarial, já em 13 de janeiro, aborda-se o problema do reinvestimento de capital na indústria, considerando que a atual legislação não concede a mínima facilidade para a ampliação da produção e da criação de novas oportunidades de trabalho na região Sul, fator indispensável para o desenvolvimento. Ante a omissão, a entidade determina que seu departamento jurídico realize um estudo sobre a matéria, preparando uma tese para ser apresentada às demais entidades empresariais.

Por outro lado, são constantes os assédios aos empresários de Joinville para que invistam no Nordeste, aproveitando os benefícios irresistíveis oferecidos pela Sudene. Nesse sentido, já em 23 de abril do ano anterior, empresários reunidos na ACIJ manifestam preocupação pela descapitalização dos estados do Sul do Brasil, face às facilidades oferecidas pela Sudene para investimentos no Nordeste, conforme oferecimento realizado, inclusive, na própria entidade por um emissário daquela superintendência. Também no âmbito estadual, tenta-se atrair empresas da cidade. Assim, o Secretário da Fazenda do Estado, Eugênio Doin Vieira, encaminha um apelo aos empresários de Joinville para que instalem indústrias em Florianópolis aproveitando uma série de regalias e vantagens que o governo dispunha para a capital, incluindo doação de terreno, e "facilidades" bancárias e do Estado. A proposta não caiu bem, uma vez que Florianópolis já ficava com o grosso dos investimentos estatais em estrutura e serviços, e o governo agora sinalizava com mais vantagens, evidentemente em prejuízo das demais regiões que tinham de se haver por si.

Duas notícias importantes chegam em fevereiro à casa. A primeira é o lançamento, pelo Ministério da Educação, do Programa Intensivo de Preparação de Mão de Obra

arte 2021 ACIJ 7_ARTE ALBUM JOINVILLE ok.qxd 31/05/2021 16:12 Página 154

Industrial. Sob a coordenação estadual de Hans Dieter Schmidt, a iniciativa contempla Joinville, Blumenau, Florianópolis e Chapecó. Estão previstos 725 beneficiários, em 50 cursos com 28 especialidades, utilizando escolas industriais, públicas e privadas. A segunda é que, a partir de março, depois de anos brigando por mais disponibilidade de crédito na agência local do Banco do Brasil, finalmente veio do Rio de Janeiro a informação de que essa medida fora tomada, resultado da vinda a Joinville de Nestor Just, diretor da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do banco, após inúmeros apelos da ACIJ.

A proeminência de Dieter

Em 10 de março, realiza-se no Rio de Janeiro, a reunião das classes produtoras, organizada pela Confederação das Associações Comerciais do Brasil, da qual Hans Peter Stein participa, representando a ACIJ, quando são discutidas e aprovadas moções "perfeitamente identificadas com os anseios e apreensões do povo brasileiro". Esse mês será marcado por uma greve no Porto de São Francisco do Sul, prejudicando especialmente a entrada de trigo e a saída de madeira. A 23 de março, é realizada a última reunião da ACIJ antes do golpe que destitui João Goulart da Presidência da República e deu início ao regime militar. Nas duas semanas seguintes não há reuniões. A próxima será em 13 de abril. Nessa ocasião, registra-se ofício encaminhado ao Governador Celso Ramos congratulando-se com seu "oportuno pronunciamento em favor da democracia e da liberdade, por ocasião da recente crise político militar".

No âmbito da ACIJ, é dominante o pensamento de que se implantava no Brasil uma ditadura de esquerda e que os militares tomaram o poder para salvaguardar a democracia e a liberdade, como fica patente em seguidas manifestações oficializadas em ata nas reuniões da entidade. Simpáticos ao novo regime, os empresários imediatamente passam a discutir maneiras de colaborar com o governo, em especial no combate ao principal problema que aflige o país: a inflação. Com esse intuito, a diretoria convoca uma reunião extraordinária para o dia 16 de abril, a fim de firmar a posição do comércio e da indústria no combate à carestia, "visando a consolidação da revolução vitoriosa e consequentemente da própria ordem democrática e livre do país". Um dos oradores mais constantes é Hans Dieter Schmidt, segundo quem "é necessário e urgente formarmos uma nova consciência industrial para que ela seja realmente um baluarte a serviço da consolidação do regime democrático do Brasil". Dizendo-se convicto da transformação de "transcendente importância" que a nova administração traria, o líder empresarial frisa ainda que o governo anterior não merecia a "confiança e muito menos o sacrifício das classes produtoras".

Hans Dieter Schmidt insiste para que a ACIJ assuma um compromisso público em nome de seus associados de não aumentar preços e contribuir para debelar a inflação. Defende que "um pronunciamento dessa associação em favor da Revolução Democrática era oportuno e acima de tudo conveniente". A primeira medida prática do novo regime sentida em Joinville foi a licença especial concedida ao Delegado de Polícia, sendo que o substituto, Tenente-Coronel Spalding de Souza, "assumiu o cargo com a função específica de cuidar de processos que se estão movendo contra pessoas incursas na Lei de Segurança Nacional".

Estreando uma série de encontros em que a casa abre as portas para ouvir dificuldades de outros setores e tentar encaminhar soluções, em 11 de maio de 1964, a convite da diretoria, técnicos da Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina (Acaresc – futura Epagri), expõem aspectos da crise vivida pela rizicultura da região, que sofre com a falta de silos para armazenagem, falta de recursos financeiros para as empresas processadoras comprarem a safra e falta de mercado consumidor regional para absorção da alta produção do Norte. Para piorar, os catarinense perderam o mercado paulista,

1964

Golpe de Estado instaura Regime Militar no Brasil

Classe empresarial colabora com o novo governo

maior consumidor, que passa a ser abastecido pelas safras próprias e também pelo produto goiano. Em decorrência desse quadro, os rizicultores estão endividados. Decide-se que uma comissão da Acaresc deverá solicitar à direção do Banco do Brasil a dilatação dos prazos de pagamento dos financiamentos concedidos aos produtores de arroz, até que encontrem saída para seu produto.

Hans Dieter Schmidt nasceu em Joinville, em 1932. Filho de Albano Schmidt, um dos fundadores da Fundição Tupy, assumiu a presidência da empresa aos 26 anos, em 1958, quando contava com 1.500 funcionários. Cria, em 1959, a Escola Técnica Tupy para qualificar mão de obra para a nascente indústria automobilística. Em 1963, já instalava a segunda unidade da fundição voltada para esse segmento e, em 1972, o primeiro centro de pesquisa em parceria com a Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP). No ano de 1975, uma terceira frente materializava a vocação da empresa para atuar no setor automotivo, dedicada à produção de blocos e cabeçotes de motor. Foi secretário de Estado da Indústria e Comércio, vindo a falecer em 1981. Ocuparia a presidência da ACIJ em dois momentos, de 1964 a 1966 e na gestão 1969/1970.

Dando sequência aos temas visitantes, em primeiro de junho o agente postal e telegráfico em Joinville, Alberto Joaquim Simão, e seu assessor imediato, Attilio Domingos Sdrigotti, comparecem à ACIJ para relatar as dificuldades daquele serviço que, aliás, é um dos pilares das reivindicações da ACIJ ao longo dos anos. São indicados dois pontos que impedem a normalidade dos serviços: falta de pessoal e de material. Uma das reivindicações a que o agente postal solicita ajuda, pela sua importância, é aquisição de um aparelho de radiotransmissão para expedir telegramas. Em maio do ano seguinte, o Departamento dos Correios e Telégrafos, em resposta ao pronunciamento da ACIJ, anuncia ampliação dos serviços na cidade, inclusive com instalação do serviço de Telex.

Em São Paulo, Hans Dieter Schmidt ouve proposta do banqueiro Horácio Coimbra, sobre a possibilidade do edifício sede ser construído em sistema de condomínio, com galerias no térreo. Não chega a trazer novidades em relação ao projeto até então definido, mas serve para reanimar o desejo de executá-lo. Na reunião de 8 de junho de 64, é formada uma comissão para levar avante a ideia.

A 11 de junho de 64, em segunda convocação e com a presença de apenas 25 associados, constitui-se a assembleia geral para aprovação de relatório e eleição de novos integrantes para o Conselho Consultivo e Deliberativo, e da comissão fiscal, apresentados em chapa única.[5] Na composição da diretoria, dia 22, há uma renovação, depois de três mandatos de Hans Peter Stein na presidência, sendo que no último o seu vice, Herbert Zimath, exerceu a função como interino por quatro meses. Hans Dieter Schmidt é eleito presidente, tendo Günter Weber, como seu vice, e Felinto Jordan de secretário, Frank Fleischfresser como segundo secretário, Georg Schmidt de tesoureiro e Hans Peter Stein de segundo tesoureiro. Uma das primeiras bandeiras da nova gestão será a implantação da Superintendência Nacional do Abastecimento (SUNAB) em Joinville, já que há anos a cidade sofre com o desabastecimento de gêneros alimentícios.

Uma comissão da ACIJ, ciceroneada pelo Deputado Carneiro de Loyola, obtém receptividade inédita das altas autoridades federais, em junho de 1964. Recebida pelo presidente do Banco do Brasil, reivindicou a elevação do crédito na agência de Joinville e nova linha de financiamento com recursos da Aliança para o Progresso (instituição americana). Houve também reuniões com o diretor de rendas do Tesouro Nacional, com o Ministro da Indústria e do Comércio (Daniel Faraco), e com o ministro do Planejamento e Coordenação,

5 Composição do CCD: Adolfo Mayer, Affonso Eggert, Alberto Bornschein Filho, Aldo Pereira dos Anjos, Alfredo Salfer, Ludovico Balthazar Buschle, Carlos Frank Fleischfresser, Carlos Schneider Filho, Kurt Alvin Monich, Egon Freitag, Engelberto Hagemann, Etienne Arnaldo Douat, Felinto Jordan, Georg Schmidt, Gunther Weber, Hans Dieter Schmidt, Hans Peter Stein, Herbert Zimath, Jorge Parucker Jr., Leo Mertens, Marcos Wippel, Nilson Wilson Bender, Paulo Bornhausen, Pedro Dória, Rubens Pereira da Silva. A comissão fiscal ficou composta por Carlos Kasting, Edgar Klein e Werner Frederico Manteufel.

1964

Hans Dieter Schmidt assume presidência da ACIJ

Comissão da ACIJ é recebida em audiência por ministros e demais autoridades do Governo Federal, em Brasília

arte 2021 ACIJ 7_ARTE ALBUM JOINVILLE ok.qxd 31/05/2021 16:12 Página 156

Roberto Campos, com quem foi discutido um plano habitacional para a cidade. O ministro afiançou que o novo governo "confia plenamente na iniciativa privada para solução dos mais prementes problemas da estrutura brasileira". Disse ainda que a indústria e o comércio podem ter plena confiança no Governo Federal, pois todas as medidas que adotará terão como meta "consertar as coisas neste país". Pediu ainda para a indústria manter a produção normal, e para o comércio estimular suas vendas.

Após ouvir veterinários e agrônomos, em 24 de junho a ACIJ decide encaminhar ofício ao Secretário da Agricultura, solicitando solução para diversos problemas do setor agrícola na região Norte, e convidando-o para visitar Joinville para verificar *in loco* a necessidade das reivindicações encaminhadas. Em seguida, num raro momento de divergência interna, o conselheiro Adolpho Mayer tece críticas à orientação imprimida pela associação, de alinhamento ao Governo Federal, redundando em um "completo alheamento aos diversos problemas que afligem o país", principalmente no que diz respeito a diversos atos das autoridades executivas e legislativas. Em outras oportunidades, Mayer manifestou sua contrariedade em relação aos resultados práticos das reuniões semanais da entidade, e também contra a burocracia e o papelório que impedem o andamento das coisas no ambiente governamental. No mesmo dia, Kurt Meinert é reconduzido ao cargo de representante da região geopolítica do litoral de São Francisco do Sul no Conselho de Desenvolvimento do Estado, órgão de supervisão do Plano de Metas do Governo (Plameg), tendo Nelson Driessen, de Jaraguá, como suplente. Votaram três representantes de cada uma das entidades classistas estabelecidas na região: as três associações comerciais e industriais de Joinville, São Francisco do Sul e Jaraguá e os quatro sindicatos, da Construção Civil, das Serrarias, Carpintarias e Tanoarias, dos Representantes Comerciais de Joinville e da Indústria do Mate do estado.

Com participação de clubes de serviço, a ACIJ lidera, a partir de agosto, um movimento em favor da segurança pública em Joinville, inaugurando uma prática que se manterá nos tempos atuais. Várias medidas são elencadas, dentre as quais, a necessidade de construir casas para abrigar seis policiais civis já destinados à cidade, mas que ainda não vieram por falta de moradia, e a instalação de um quartel da Polícia Militar para solucionar a antiga, contínua e crônica falta de soldados em Joinville. O conselheiro Curt Alvino Monich apresenta estudo demonstrando que a tarifa cobrada pela Celesc Setor-Joinville é a mais cara do estado. A diretoria decide encaminhar ofício ao governador solicitando a equiparação das tarifas, uma vez que o setor produtivo de Joinville sofre desleal concorrência ao pagar mais pela energia.

Em outro lance de pioneirismo, a 14 de setembro de 1964, a ACIJ cria o Comitê Permanente Pró-Conclusão das Obras da Rodovia BR-59, iniciada há duas décadas e até aquele momento inacabada. Em ação conjunta com outras associações, sua finalidade é coordenar um movimento pela finalização dessa obra elementar para Santa Catarina e "mola mestra para a implantação de uma política rodoviária no interior do estado". A presidência declara sua estranheza pela demora em concluir a rodovia de tão magna importância para o sistema sul-brasileiro de transportes, originando considerável prejuízo aos estados do Sul. O movimento deverá mobilizar outros setores a favor da causa. Como primeira medida, encaminha-se um apelo ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) para que tome providências no sentido de conclusão. No início de dezembro, Felinto Jordan relata palestra do Marechal Juarez Távora (Ministro da Viação e Obras Públicas), em que anunciou que o trecho da BR-59 entre Joinville e Florianópolis seria totalmente concluído até dezembro de 1965.

A entidade promoveu com amplo sucesso, nos dias 28 e 29 de novembro, em Joinville, o 1º Encontro Norte-Catarinense das Associações Comerciais e Industriais.

1964

ACIJ cria o Comitê Permanente Pró-Conclusão das Obras da Rodovia BR-59, atual BR-101

Entidade promove o 1º Encontro Norte-Catarinense das Associações Comerciais

Em 21 de dezembro, a assembleia extraordinária autoriza a diretoria a contratar a execução do condomínio Edifício Manchester

Participaram representações de Joinville, São Francisco do Sul, Mafra, Jaraguá do Sul, Garuva, São Bento do Sul, Schroeder e Barra Velha, tendo sido aprovadas 26 teses, todas elas revestidas do mais alto teor técnico e importância socioeconômicas. Três razões essenciais motivaram a realização desse encontro: o equacionamento das principais reivindicações da região e consequente esforço para a competente concretização; a experiência para a efetivação de um amplo encontro estadual em Joinville, já escolhida como sede; e a aproximação e congraçamento entre líderes regionais.

Ao discorrer sobre o papel da ACIJ junto à coletividade, Hans Dieter Schmidt fornece um panorama interessante da entidade naquele momento, como voz de tantos "homens do comércio, da indústria e mesmo dos meios rurais de nós afastados pela distância, mas que nem por isso deixam de sofrer os mesmos problemas". O presidente frisa que "as estradas que dão acesso a Joinville estão em péssimo estado e que este problema não poderia deixar de atingir aos homens de empresa e de repercutir nesta casa onde, hora a hora, tomamos o pulso das situações que nos agitam". Justifica que por isso procurou dar ênfase especial a este problema que, "à primeira vista, não parece dizer respeito a nós, mas que está em estreita vinculação com o nosso destino de homens voltados ao interesse público, atentos assim ao futuro do Brasil."

Em 21 de dezembro, a ACIJ realiza uma assembleia extraordinária para autorizar a diretoria da casa a contratar a execução do condomínio Edifício Manchester a ser levantado na propriedade da associação e no terreno contíguo pertencente a Eugênio Boehm. O edifício servirá para a nova sede social da entidade, compondo-se de lojas, escritórios e apartamentos residenciais. Ao abrir os trabalhos, o presidente diz que a iniciativa "procura proporcionar uma ampla e moderna sede à associação e ao mesmo tempo dotar a cidade de Joinville de um edifício à altura de seu Progresso". O projeto escolhido por concurso foi apresentado pela Construtora Comercial e Industrial S.A. (Comasa) de Curitiba (PR), que ficou responsável pela incorporação, construção e venda do edifício em sistema de condomínio. A Câmara de Vereadores deu a sua contribuição, aprovando a isenção de emolumentos e taxas municipais para o prédio. A comissão de escolha do projeto foi composta por Hans Dieter Schmidt, Günter Weber, Felinto Jordan, Hans Peter Stein, Alberto Bornschein Filho, Marcos Dippel, Carlos Schneider Filho e o engenheiro Mário Boehm.

A ACIJ obtém reconhecimento público externo em fevereiro de 1965, quando o prestigioso jornal carioca O *Diário do Comércio* publica uma reportagem mencionando detalhadamente a atuação da entidade em prol do setor que representa e em defesa da comunidade. A publicação aponta a casa como um órgão classista dos mais atuantes do interior brasileiro. Envolvida desde o ano anterior na implantação da Faculdade de Engenharia de Joinville, que passa a funcionar no Colégio Celso Ramos, a associação acentua seu apoio à causa, que terá o engenheiro Harro Stamm como seu primeiro diretor e o engenheiro Adil Calomeno como vice. Também assunto já corrente e periodicamente abordado, a implantação de um departamento do Senac em Joinville passa a contar com envolvimento direto da casa, em especial do conselheiro Sr. Alfredo Salfer.

A grande notícia de março é a visita do Marechal Juarez Távora (Ministro da Viação e Obras Públicas) a Santa Catarina, conforme vinha solicitando a ACIJ, o que será de suma importância para ajustar a conclusão da rodovia BR-59.

Em maio, a entidade faz um breve balanço de suas atividades quanto ao relacionamento com os poderes públicos e com os órgãos classistas. A ACIJ, como tradicionalmente tem feito, mantém reiterados e permanentes entendimentos com autoridades, desde a Presidência da República, ministérios, diversas autarquias, Banco do Brasil e demais bancos, até o Governador de Santa Catarina, os secretários do governo estadual, prefeitos

1965

Inauguração da Faculdade de Engenharia de Joinville – FEJ

Marechal Juarez Távora (Ministro da Viação e Obras Públicas) visita Santa Catarina, conforme solicitação da ACIJ

Fundação da Metalúrgica Schulz S.A.

arte 2021 ACIJ 7_ARTE ALBUM JOINVILLE ok.qxd 31/05/2021 16:12 Página 158

municipais, vereadores de Joinville e de outros municípios, além de vários outros setores administrativos das três instâncias de governo. Conforme pontua, a entidade vem sempre tratando de assuntos pertinentes ao interesse coletivo e da própria economia do país, do estado, e do interesse das classes produtoras e das firmas associadas. Com as entidades classistas, tanto catarinenses quanto federais, é intensa e constante a correspondência trocada, "tudo visando melhoria de condições para a indústria, o comércio e a comunidade.

No dia 21 de junho, registra-se um raro momento de divergência na cúpula empresarial de Joinville. Em reunião do CCD presidida pelo primeiro secretário Felinto Jordan, sem a presença do presidente Hans Dieter Schmidt e do seu vice, Günther Weber, realiza-se eleição de nova diretoria, mesmo sem ter havido reunião prévia de aprovação do relatório e das contas do exercício findante. Como só poderiam votar e ser votados conselheiros presentes, Hans Peter Stein evocou a possibilidade de Dieter ser reconduzido ao cargo, medida, aliás, tradicional na entidade. Feita a apuração, Felinto perdeu a eleição para o ausente Dieter Schmidt por um voto, sendo eleitos para os demais cargos Hans Peter Stein, Adolfo Mayer, Alfredo Salfer e Affonso Eggert.

Na reunião seguinte, dia 28, de volta à presidência, Hans Dieter declara ter sido injusta a substituição de seus companheiros "que vinham se dedicando de corpo e alma aos superiores interesses dessa associação, dando grande cota de sacrifício à classe". Diante do exposto, os recém-eleitos apresentaram renúncia coletiva, sendo convocada uma reunião extraordinária, no dia seguinte, para proceder nova eleição. Nessa oportunidade, Dieter reitera o apoio à sua diretoria, ressaltando que, "para um homem de empresa moderno, requer extraordinária boa vontade e disposição ao sacrifício, porquanto, a intensa atividade desenvolvida pela associação exige de cada diretor algumas horas diárias de sacrifício em prol dessa casa". A chapa proposta, e eleita, foi exatamente a que vinha exercendo os trabalhos até então, com a diferença que Günther Weber, a seu pedido, trocou de posição com Hans Peter Stein, passando de vice-presidente a segundo tesoureiro. A composição final ficou a seguinte: presidente, Hans Dieter Schmidt; vice, Hans Peter Stein; secretário, Felinto Jordan; segundo secretário, Carlos Frank Fleischfresser; tesoureiro, Georg Schmidt; e segundo tesoureiro, Günther Weber.

Em fevereiro de 1965, a ACIJ instala-se à Rua das Palmeiras número 60, sede provisória para onde a entidade transferiu suas atividades, a fim de dar lugar ao início das obras do Edifício Manchester.

Nas eleições para governador de 1965 a ACIJ assume o papel de ouvir as propostas dos candidatos e apresentar sugestões. No dia 6 setembro, comparece o postulante da União Democrática Cristã e Libertadora, o Senador Antonio Carlos Konder Reis. No dia 17, é a vez do Deputado Estadual Ivo Silveira falar sobre seu plano de governo. Esta prática se estenderá até os dias atuais. Já no dia 20, são apresentadas fitas gravadas com pronunciamentos dos dois candidatos, para análise e debate dos empresários. Em outubro, entra em cena outro assunto que estará permanentemente na pauta da casa, o planejamento urbano. Nesse momento a diretoria discute a viabilidade de instituir a Cia. Urbanizadora de Joinville como entidade paraestatal que se encarregaria na execução do Plano Diretor e Urbanístico em Joinville. A entidade forma uma comissão para acompanhar sua implantação em vista das muitas resistências. Também o turismo de negócios recebe atenção da entidade nesse ano, quando se analisa a constituição da Sociedade Promotora de Exposições de Joinville-Promovex. Nos anos seguintes, a ACIJ defenderá uma política para desenvolver o setor turístico hoteleiro.

Um registro histórico: Sob a liderança dos associados Germano Stein Jr. e Alfredo Salfer, reunidos na ACIJ em setembro com outros 11 comerciantes da cidade, decide-se pela criação do Clube de Dirigentes Lojistas de Joinville, que ocorrerá em novembro.

Em 13 de junho de 1966, realiza-se assembleia geral ordinária para análise e aprovação

1966
Em fevereiro, ACIJ se instala à Rua das Palmeiras, dando início às obras do Edifício Manchester
Nilson Wilson Bender é eleito Prefeito de Joinville
Felinto Jordan assume presidência da ACIJ

do relatório de atividades e da prestação de contas, além da eleição dos novos integrantes do Conselho Consultivo e Deliberativo e da comissão fiscal da ACIJ. Chama atenção a presença de apenas 31 associados, uma vez que a instituição vive um momento de pujança com a construção do novo edifício sede, tendo à frente um nome nacionalmente reconhecido pela liderança e arrojo empresarial. Novamente, a votação dá-se em chapa única.[6] Para o exercício 66/67, assume a presidência Felinto Jordan, com Afonso Schützler de vice, Aldo Hamilton Pereira dos Anjos na primeira secretaria e Marcos Wippel na segunda; Georg Schmidt na primeira tesouraria e Affonso Eggert na segunda. Mantendo seu expediente normal, a casa concentrará esforços na construção da nova sede.

Felinto Jordan nasceu em Joinville, sendo neto de colonizadores. Sua trajetória profissional está ligada à empresa da família desde cedo, o antigo Comércio e Indústria Hans Jordan S.A., uma das empresas especializadas na exportação da erva-mate. Num segundo momento, também passou a importar veículos da marca Willis Overland. Entre os primeiros modelos trazidos do exterior estavam os luxuosos Aero Willis, o compacto Gordini, o utilitário Rural e o mundialmente conhecido Jeep. Ao lado do tio Hans, ajudou a fundar, em 1960, a Cia. Jordan de Veículos, assumindo a direção da empresa em 1967, revendedora de veículos Ford. Faleceu em 2000. Preside a ACIJ consecutivamente de 1966 a 1969.

O ano será marcado por inúmeras visitas de autoridades estaduais e federais a Joinville, algumas delas por iniciativa da ACIJ, e todas tendo a ativa participação da entidade na sua organização. Dentre os visitantes, destacam-se o Governador do Estado, Ivo Silveira, e todo seu secretariado; o Ministro de Viação e Obras Públicas e uma comitiva com 30 pessoas; e o Presidente da República, Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, que participou da abertura da Festa das Flores e visitou a Fundição Tupy, dispensando atenção especial à Escola Técnica. Da comitiva que o acompanha, constam o Ministro da Guerra, Marechal Ademar de Queiroz e os generais Orlando e Ernesto Geisel que, em 1974 assumiria a Presidência da República.

A ACIJ entra o ano de 1967 encabeçando uma campanha nacional contra mudança no cálculo e consequente elevação do ICM. Para esse fim, mobiliza o setor empresarial do estado e contata autoridades estaduais e nacionais, a começar pelo Presidente da República. São inúmeros os telegramas despachados para o Ministro da Fazenda, Roberto Campos, ao Governador Ivo Silveira e ao Secretário da Fazenda do Estado, Ivan Luiz de Matos. Também o aumento da contribuição à Previdência Social, de 8% para 10%, definida pelo novo Governo de Costa e Silva, merecerá imediata reação da ACIJ. Em telegrama enviado ao Presidente da República, assinado por Felinto Jordan, em 5 de maio, a associação diz que os problemas do INPS devem ser resolvidos "mediante racionalização e melhor produtividade de seu funcionalismo, e nunca com aumento de alíquotas de contribuição".

Pavimentação da BR-101

Ainda em maio, a ACIJ mobiliza-se para garantir a inclusão da pavimentação da BR-101 dentre as prioridades do Governo Federal para o ano de 1967. Em telegrama enviado aos Ministros dos Transportes (Mário Andreazza), Fazenda e Planejamento, a entidade lembra o compromisso do Presidente Costa e Silva em "dar cuidado preferencial e urgente à pavimentação da rodovia Curitiba-Florianópolis. Ao defender a estrada como vital para o desenvolvimento dos três estados do Sul, o texto lembra que "esta entidade, há longos anos, vem batalhando junto aos poderes constituídos a conclusão da obra, iniciada há 20 anos, que constitui a principal reivindicação do Estado de Santa Catarina." Em julho, será a vez da entidade requerer junto às autoridades nacionais a inclusão de Joinville no novo

6 Composição do CCD: Adolfo Mayer, Affonso Eggert, Alberto Bornschein Filho, Adolfo Pereira dos Anjos, Alfredo Salfer, Alfonso Schützer, Atila Urban, Carlos Frank Fleischfresser, Carlos Schneider Filho, Curt Alvino Monich, Egon Freitag, Eugênio Brüske, Felinto Jordan, Georg Schmidt, Günter Weber, Hans Dieter Schmidt, Hans Peter Stein, Harold Nielson, Herbert Zimath, Jorge Parucker Jr., Marcos Wippel, Nagib Zattar, Osmar Sotter Corrêa, Rubin Fulte e Waldomiro Schützler; e, para a comissão fiscal, Carlos Kasting, Edgar Klein e Werner Frederico Manteufel.

1967
ACIJ mobiliza-se para garantir a inclusão da pavimentação da BR-101 dentre as prioridades do Governo Federal
Entidade requer inclusão de Joinville no sistema telefônico de discagem direta à distância (DDD)

arte 2021 ACIJ 7_ARTE ALBUM JOINVILLE ok.qxd 31/05/2021 16:12 Página 160

sistema de integração telefônica, permitindo que se faça discagem direta à distância (DDD). A entidade argumenta que Joinville é a maior contribuinte, tem o maior parque industrial do estado e enfrenta enormes deficiências com o sistema em uso. Uma ligação para Florianópolis ou Curitiba leva até nove horas para ser completada. Aproveitando visita do Ministro Andreazza ao porto de Paranaguá, a ACIJ também entrega um memorial reivindicando melhorias no Porto de São Francisco do Sul.

No campo da formação profissional, a entidade promoverá, a partir de março, uma série de cursos e palestras, com temas como a psicologia aplicada a vendas, técnica de vendas, prática de vendas, técnicas de comunicação, interpretação da previdência social, embalagens ornamentais e comunicações administrativas. Em junho, a ACIJ articula-se com a Prefeitura e outras entidades para prestar socorro à Faculdade de Engenharia de Joinville que, precariamente instalada no Colégio Celso Ramos, enfrenta dificuldades. Inúmeros equipamentos necessários às aulas práticas estão empilhados nas salas que deveriam abrigar as aulas teóricas, impedindo o bom funcionamento de ambas. No dia 6 de julho, é dado um importante passo na melhoria da assistência ao trabalhador, após inúmeros expedientes da casa, a Prefeitura doa o terreno em que será construído o centro de atividades do Sesc. Já em julho será inaugurado o edifício-sede do Cesita (Centro Educacional e Social Itaum), iniciativa que conta com apoio da ACIJ.

Presidente Castelo Branco com Dieter Schmidt, Nilson Bender e Ernesto Geisel, na Fundição Tupy

Em janeiro de 1968, o primeiro grande compromisso da ACIJ é trazer diretores do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) para fazer uma palestra aos associados sobre financiamento empresarial. A atuação do banco destina-se a solucionar questões prementes da produção, como o reequipamento do parque industrial. Tendo em vista que a demanda supera a disponibilidade de crédito, as concessões são pautadas no rigor técnico. Nesse ano, a ACIJ também se envolve em campanhas, porém de cunho mais comunitário. Dentre elas, o movimento popular para que a prefeitura adquira a casa e o acervo do escultor Fritz Alt, para que seja transformada em museu. Também atua para que seja feito o tratamento da água distribuída, com instalação de filtros e tratamento químico, bem como, a instalação de 200 hidrantes sugeridos pelo Corpo de Bombeiros. Por fim, interage para que seja instalada em Joinville uma repetidora de canal de televisão, possibilitando receber sinal de TV do Paraná. A entidade estará envolvida novamente na busca de soluções para o Ensino Médio em Joinville, que se encontra em situação precária pela falta de professores. Uma boa notícia chega, em dezembro, com a instalação da 7ª Companhia de Polícia Destacada, reivindicação da classe empresarial por intermédio da ACIJ.

Quanto à pavimentação da BR-101, em junho de 1968 a ACIJ divulga cronograma recebido do Departamento Nacional de Estradas e Rodagem (DNER, atual DNIT) atendendo às solicitações que foram encaminhadas ao Ministro dos Transportes, com o andamento das obras. A previsão é que o trecho de Curitiba até o início da serra seja concluído ainda em 1968. Já nos 48 quilômetros de serra, os prognósticos são para conclusão somente em 1970, devido ao elevado índice de chuvas na região. Quanto ao segmento da divisa do Paraná até Joinville, faltam 20 quilômetros de pavimentação asfáltica, que devem ser concluídos até julho de 1969, mesmo tempo que se prevê para a entrega do trajeto Itajaí a Tijucas.

1968

Fundação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras

Fundação da Telesc, em Florianópolis

Os associados reúnem-se em assembleia geral, a 14 de junho, para aprovar o relatório de atividades e as contas referentes ao período 67/68 e eleger os 25 membros do Conselho Consultivo e Deliberativo e a comissão fiscal para o biênio 1968-1970. A escolha dá-se com chapa única, na presença de apenas 27 associados, ou seja, um a menos que o número de eleitos.[7] Mantém-se a diretoria anterior sob a presidência de Felinto Jordan.

A energia elétrica volta a ser objeto de ações da ACIJ em agosto de 68, quando a casa leva ao Governador Ivo Silveira, as deficiências do setor. A essa altura, já não é a geração que causa problemas, mas as condições inadequadas de distribuição. Com o aumento da produção em Capivari, o estado está, inclusive, exportando eletricidade. Porém, com uma subestação defasada, Joinville sofre constantes oscilações e interrupções no fornecimento. A construção de uma nova subestação, há cinco anos está sendo planejada e não sai do papel, conforme reclama a comitiva da ACIJ ao governador. Duas boas notícias chegam no segundo semestre. Em setembro, na sua edição do dia 4 de agosto, o *Jornal de Joinville* traz a notícia de que o Edifício Manchester ficará pronto em 15 meses. Na oportunidade é assinado um empréstimo da construtora Comasa junto à Credimpar, para garantir a finalização da obra sem depender dos pagamentos das pessoas que compraram apartamentos.

Ainda em agosto, dia 16, o Ministro das Comunicações, Carlos Furtado Simas, está em Joinville para inaugurar o moderníssimo sistema de comunicação via Telex. A imprensa ressalta que Joinville é a primeira cidade do Sul do país, a partir de São Paulo, a contar com esse serviço. O Seproc teve, nesse ano, grande crescimento, chegando a 51 usuários e 21.811 fichas, entre negativas e reabilitadas.

Em fins de março de 1969, aproveitando a instalação do Governo Federal em Santa Catarina, a ACIJ entregou ao Presidente da República, Marechal Arthur da Costa e Silva, um memorial contendo diversas reivindicações das classes produtoras. Em consequência, foi instituído um grupo especial de ação, sob coordenação do Ministério do Planejamento, Hélio Beltrão, para estudar as solicitações e propor medidas para acelerar o desenvolvimento econômico-social do Estado. Também em março, o Almirante Paulo Castro Moreira da Silva, presidente da Fundação de Estudos do Mar (FEMAR), proferiu uma conferência na ACIJ com o tema "A pesca nacional, regional e seus incentivos".

Em 13 de junho de 1969, realiza-se assembleia geral para tomar conhecimento e aprovar o relatório de atividades 68/69, bem como o relatório fiscal do mesmo período. Em seguida ao encerramento da assembleia e lavratura da respectiva ata, foi aberta uma assembleia extraordinária com intuito de reformar os estatutos, ampliando o número de membros da diretoria para atender à "constante expansão dos quadros de atuação do órgão de classe, cuja força de penetração hoje é sentida nos mais importantes centros de decisão nos âmbitos municipal, estadual e federal, a fim de que seja continuamente aprimorado o alto padrão de serviços prestados à coletividade produtora joinvilense". Assim, são propostos e aprovados dois novos cargos de vice-presidentes. Outra alteração sugerida, impedindo a reeleição da diretoria por mais de uma vez, não obteve consenso, ficando para outra oportunidade. Na eleição ocorrida em junho, Hans Dieter Schmidt volta à presidência da casa, tendo Carlos Frank Fleischfresser na vice-presidência.

No segundo semestre de 1969, a entidade mantém em desenvolvimento apenas os temas em que já está envolvida, com destaque para o Serviço de Proteção ao Consumidor. O Seproc conta com 61 usuários, tendo aumentado o número de consultas e

7 O CCD ficou assim composto: Adolpho Mayer, Affonso Eggert, Aldo Hamilton Pereira dos Anjos, Alfredo Salfer, Alfonso Schützler, Atila Urban, Carlos Frank Fleiscfesser, Carlos Schneider Filho, Curt Alvin Monich, Egon Freitag, Eloy Struve, Felinto Jordan, Georg Wigand Schmidt, Germano Stein Jr., Günter Weber, Hans Dieter Schmidt, Harold Nielson, João Julio Moeller, José Henrique Carneiro de Loyola, Ludovico Balthazar Buschle, Marcos Wippel, Nagib Zattar, Norberto Schossland, Osmar Soter Corrêa e Rubin Fulte. Para a comissão fiscal foram eleitos Ernesto Wagner, Pedro Osvaldo Dória e Werner Frederico Manteufel.

1968 1969

Cidade entra na era do moderníssimo Telex

ACIJ reforma estatutos para acompanhar crescimento da entidade

arte 2021 ACIJ 7_ARTE ALBUM JOINVILLE ok.qxd 31/05/2021 16:12 Página 162

Norberto Willy Schossland é natural de Gaspar, onde foi vereador, transferiu-se para Joinville em 1970, assumindo o cargo de diretor-gerente da Mold Motores. De 1975 a 1980 foi membro do Conselho Fiscal da Fiesc. De 1974 a 1976 foi secretário e de 1977 a 1979 foi presidente do Sindicato das Indústrias Mecânicas de Joinville. De 1972 a 1988 foi presidente da Fundação Municipal de Promoção da Indústria (Promoville). De 1986 a 1988 foi ainda membro do Conselho Curador da Fundação Hospitalar, diretor da sociedade mantenedora da Escola Técnica Tupy, membro e presidente do Lions Clube Centro e membro efetivo do Conselho Deliberativo do Joinville Esporte Clube. Preside a ACIJ em dois períodos, nas gestões 1970/1972 e 1982/1983.

informações fornecidas. Já são 25.300 fichas, tendo sido negativados 5.605 clientes em 1969, e 2.810 foram recuperados. O montante devido pelos clientes negativos chega a Cr$ 828.009,60, e as reabilitações a Cr$ 228.947,94. Ao longo do ano, foram recebidas 88.199 consultas, o que deixa ver a importância do serviço e dá uma dimensão do comércio varejista à época, em Joinville.

As maiores atenções estão voltadas para a conclusão do edifício-sede. Além das providências para a finalização da obra, há a necessidade de mobiliário, equipamentos e a organização do evento inaugural. Fica definida a inauguração do Edifício Manchester para a segunda quinzena de junho do ano seguinte, tendo sido confirmado pela diretoria como convidado especial o Ministro da Fazenda, Professor Antonio Delfim Netto que, na oportunidade, vai proferir uma conferencia na ACIJ. A entidade termina a década de 60 com 361 associados de Joinville e 95 de outras cidades.

A primeira providência da ACIJ no ano de 1970 é encaminhar um ofício ao Departamento de Estradas de Rodagem do Estado, relatando as condições da rodovia Joinville-São Francisco do Sul, conforme reproduzido pelo jornal A N*otícia* na edição de 11 de janeiro:

> Já tivemos a oportunidade de mencionar em ofício anteriormente dirigido a este departamento a péssima situação daquela pista, e hoje que os buracos e as rachaduras aumentaram consideravelmente, sujeitando os usuários não só a danos de grande monta, como também a acidentes que poderão vir a ser fatais, a recapagem asfáltica se constitui numa imperativa de urgente necessidade.

O documento lembra a importância da via para o progresso de Joinville, da região e do estado, pela conexão com o Porto de São Francisco do Sul, "indiscutivelmente o melhor do Brasil pelas suas excepcionais qualidades naturais e privilegiada posição geográfica". A entidade argumenta ainda que, com a conclusão da ligação entre Curitiba e Joinville, o uso da rodovia será intensificado. Além da cobrança justificadamente firme cabe aqui ressaltar o reconhecimento das qualidades do Porto de São Francisco, para o qual a ACIJ vem reivindicando melhorias e investimentos federais há alguns anos. A propósito das cobranças, em edital de 6 de fevereiro, A N*otícia* afirma que "o problema rodoviário catarinense nunca esteve em tanta evidência como atualmente". Diz ainda que o acomodado estado de Santa Catarina "tomou-se de força e passou a reivindicar as obras rodoviárias com disposição redobrada". Comprovando a afirmação do jornal, o Ministro Mário Andreazza, dos Transportes, que esteve pessoalmente vistoriando as obras da BR-101, em 12 de janeiro, confirmou sua conclusão no decorrer daquele ano.

No início de 1970, as atenções do empresariado joinvilense estão voltadas para duas marcantes obras edificadas na cidade, o Edifício Manchester, que está em fase de acabamento, e o pavilhão da Expoville. O local, um moderno espaço para realização de feiras e eventos, iniciado no Governo Nilson Bender e finalizado pelo prefeito sucessor, Harald Karmann, será inaugurado dia 18 de julho, com a realização da VI Feira de Amostras de Santa Catarina (Famosc). A construção, a cargo da Fundação Municipal de Promoção da Indústria, tem seus detalhes apresentados na ACIJ, em 2 de fevereiro de 1970, pelo seu presidente, Alfonso Schtzler. Duas outras obras a que a ACIJ está diretamente relacionada são o Centro de Atividades do Sesc e a Escola Senac, ambos com previsão de conclusão ainda naquele ano de 1970.

Em 15 de junho de 1970, realiza-se nova assembleia geral ordinária para aprovação

de relatório e contas da diretoria relativas ao exercício social 69/70 e eleição dos membros do Conselho Consultivo e Deliberativo e da comissão fiscal. Estão presentes 22 associados com direito a voto, que elegem a chapa única composta por 28 nomes para o biênio 1970/1972.[8]

O Edifício Manchester foi utilizado mesmo antes da sua inauguração, em junho, para a eleição da diretoria 70/71, que obteve a seguinte formação: presidente: Norberto Willy Schossland; vice-presidente, Carlos Frank Fleischfresser, Felinto Jordan e José Henrique Carneiro de Loyola; secretário, Nagib Zattar; segundo secretário, Adolfo Mayer; tesoureiro, Osvaldo Moreira Douat; segundo tesoureiro: Hercílio Hardt.

O Manchester

O exercício social de 70/71 foi de extraordinário significado para a Associação Comercial e Industrial de Joinville. Assinala sua consolidação na moderna sede inaugurada no 10º e 11º andares do imponente Edifício Manchester. A transferência definitiva para o novo endereço deu-se no dia 29 de junho. A casa registra esse momento como o "mais formidável marco de progresso a apontar a gloriosa trajetória histórica de nosso órgão de classe, que agora se vê beneficiado com um patrimônio inigualável e, sobretudo, à altura do desenvolvimento industrial e comercial de Joinville."

O calendário de comemoração estendeu-se por um mês, com intenso programa, que culminou a 24 de julho de 1970, na inauguração oficial, com a presença do então todo poderoso Ministro da Fazenda, Delfim Netto. Participaram também o Governador Ivo Silveira, o Prefeito Dr. Harald Karmann, além de inúmeras outras autoridades e personalidades empresariais de Joinville e de outros estados. Em relatório sobre esse dia, a entidade registra que "a história da Associação Comercial e Industrial de Joinville interliga-se inteiramente na própria história de nossa progressista cidade." Realidade esta plenamente verificável, especialmente agora em seu centenário.

Ministro Delfim Netto na inauguração do Edifício Manchester, um marco dos anos 1970 em Joinville

Nos últimos meses do ano 1970, houve uma grave escassez de crédito bancário, com repercussões negativas em vários setores da produção e da comercialização de bens da região. A ACIJ não mediu esforços para solucionar o problema, com expedientes e contatos diretos com as mais altas autoridades. Em 13 de outubro de 1970, a entidade realiza reunião com os gerentes bancários que operavam em Joinville e, no dia seguinte, foram para o Rio de Janeiro o tesoureiro Osvaldo Moreira Douat e o asses-

8 São eleitos para o Conselho Ronald Schmalz, Adolpho Mayer, Afonso Eggert, Alfredo Salfer, Alfonso Schützler, Atila Urban, Carlos Frank Fleischfresser, Curt Alvino Monich, Egon Freitag, Felinto Jordan, Georg Wigand Schmidt, Germano Stein Jr., Günther Weber, Hans Dieter Schmidt, Hercilio Hardt, João Julio Moeller, José Henrique Carneiro de Loyola, Klaus Eduardo Meyer, Nagib Zattar, Norberto Willy Schossland, Osmar Soter Corrêa, Osvaldo Moreira Douat, Ralf Schmalz, Rubin Fulte e Udo Döhler. Para a comissão fiscal, Ernesto Wagner, Pedro Bencz e Werner Frederico.

1970 Harald Karmann assume a Prefeitura — População de Joinville chega a 126.058 habitantes

Em 24 de julho, é inaugurada oficialmente a sede no Edifício Manchester, com a presença do então Ministro da Fazenda, Delfim Netto

arte 2021 ACIJ 7_ARTE ALBUM JOINVILLE ok.qxd 31/05/2021 16:12 Página 164

sor jurídico Evi Alexandre Varela, para entregar às autoridades monetárias um memorial da ACIJ, apresentando a posição da praça e procurando identificar as origens da crise.

Lauro Carneiro de Loyola, ex-deputado e ex-diretor da casa, foi homenageado pela ACIJ, em 15 de fevereiro de 1971. Foi uma das figuras mais proeminentes da entidade, especialmente nas décadas de 50 e 60, quando teve atuação decisiva em muitas das conquistas da casa nessa época.

A ACIJ colaborou ativamente na reunião de dados estatísticos e elaboração do Projeto Catarinense de Desenvolvimento, que viria a ser desenvolvido pelo novo governador, Colombo Salles. Além de muitas sugestões, a entidade compôs um memorial relacionando os principais problemas. Em visitas à casa, os associados tiveram oportunidade de abordar diretamente com o governador inúmeros aspectos sociais e econômicos de Joinville e região. Mostrando a sintonia entre o novo governo e a entidade, o diretor Osvaldo Moreira Douat é convidado a presidir a Celesc.

Fruto da iniciativa e da ação da entidade, foi oficialmente constituído o Instituto Brasil-Alemanha, em 18 de junho de 1971, nas dependências da ACIJ. Também na área educacional, nesse ano foi formada uma comissão reunindo ACIJ, Escola Técnica Tupy, Hansen SA, Cônsul, sindicatos dos metalúrgicos e da tecelagem para elaborar o projeto de uma escola técnica, voltada à formação de operários tanto nos níveis de qualificação quanto supervisores e mestres.

Pavilhão da Expoville foi inaugurado dia 18 de julho de 1970, com a 4ª Famosc

Em 13 de maio de 1971, a Associação Comercial e Industrial de Joinville reúne-se em assembleia geral extraordinária para proceder uma reformulação geral dos estatutos, prevendo reafirmação dos objetivos sociais, reestruturação das categorias dos sócios, nova estrutura dos órgãos de direção mediante a criação de um conselho superior e um conselho deliberativo, cada qual com 30 membros; um conselho fiscal com seis integrantes; e uma diretoria com 10 componentes. Também o processo eleitoral foi remodelado, bem como a destinação do patrimônio em caso de dissolução da entidade. Dirigindo-se aos sócios presentes, o presidente da assembleia, Hans Dieter Schmidt, fala em "ampla e geral atualização da carta regimental" elaborada com espírito imbuído "das mais nobres tradições da nossa casa". A reforma se justifica, conforme parecer da diretoria pela permanente "expansão das atividades sociais da entidade, cujo prestígio e influência se faz sentir mais e mais nos campos socioeconômicos e político do país". Após a leitura, análise, discussão e aprovação da reforma proposta, que passou a vigorar imediatamente, houve a renúncia coletiva dos integrantes do Conselho, da comissão fiscal e da diretoria. E, face à vacância dos cargos, decidiu-se, por unanimidade, investir os renunciantes para um mandato tampão, dentro de suas antigas atribuições, até a posse dos novos dirigentes já eleitos dentro dos parâmetros reformulados. Como último ato, a assembleia convocou eleições gerais na forma dos estatutos aprovados.

A nova diretoria eleita em 15 de junho de 71 reconduziu à presidência Norberto Willy Schossland, tendo como vice-presidentes Carlos Frank Fleischfresser, Felinto Jordan, Günther O. Weber, José Henrique Carneiro de Loyola e Osvaldo Moreira Douat; secretário,

1971

Reforma dos estatutos cria conselhos superior e deliberativo da ACIJ

Fundação da Empresa Brasileira de Compressores – Embraco

Nagib Zattar, segundo secretário, Adolpho Mayer; tesoureiro, Hercílio Hardt; segundo tesoureiro: João Guilherme Spring.

Ao fazer o balanço da gestão 70/71, período em que foi concluída a pavimentação da BR-101, fica nos registros da casa uma referência à sua atuação frente a essa obra: "Hoje, ao vermos inteiramente asfaltada a BR-101, podemos afirmar que boa parcela de responsabilidade deste resultado é do constante empenho da ACIJ, promovendo diversas reuniões e encontros com autoridades e pessoas ligadas ao assunto, emitindo sugestões e pronunciamentos aos nossos governantes e também expedindo diversas reivindicações, memórias, cartas, ofícios e telegramas."

Etienne Douat, irmão mais velho de Osvaldo, é filho do ex-prefeito Arnaldo Moreira Douat, que presidiu a ACIJ entre 1936 e 1938. Com formação em Administração de Empresas e Contabilidade, no Rio de Janeiro, foi sócio e diretor das empresas Metalúrgica Douat e Tecno-mecânica Douat. Ocupou o cargo de presidente do Sindicato Patronal dos Meta-lúrgicos. Ocupa a presidência da ACIJ no biênio 1972/1974.

Empenhada na campanha que se desenvolve para obter a instalação de uma unidade da Petrobras em São Francisco do Sul, a entidade recebe o Deputado Federal Pedro Colin para tratar de novas etapas da reivindicação. Com uma projeção de criar 3.500 empregos, a empresa é uma grande oportunidade de desenvolvimento para a região. Pedro Colin solicita que a ACIJ o subsidie com dados que lhe permitam formular pronunciamentos na Câmara Federal em favor daquela iniciativa. A associação também fica de encaminhar dados estatísticos de Joinville e Norte-Catarinense à sede da estatal no Rio de Janeiro. Em vez da refinaria, que vai para o Estado vizinho do Paraná, a região recebe a unidade de transporte da Petrobrás, que opera a monoboia instalada em São Francisco do Sul.

Egon Freitag e Hans Dieter Schmidt, em diferentes oportunidades, mencionam a necessidade de melhorar a estrutura para atrair turistas à região e implantar hotéis, aproveitando recursos da EMBRATUR, conforme está sendo feito nos estados do Nordeste. Em agosto de 1971, Ramiro Gregório da Silva, diretor da empresa associada Rádio Cultura de Joinville, fala à casa sobre as perspectivas da implantação de uma Estação de TV em Joinville. Citou o grande esforço da empresa Jornal A *Noticia* objetivando a concretização dessa importante iniciativa.

Em dezembro de 1971, a entidade contabiliza importante vitória em mais uma de suas iniciativas. Conforme correspondência encaminhada pelo Instituto de Resseguro do Brasil (IRB), Joinville é requalificada da classe 3 para a 2. Na década seguinte, a entidade obterá nova redução. A melhoria na classe de localização permite a fixação de tarifas mais baixas de seguros contra incêndio. Em março de 1972, a associação referencia a proposição apresentada na Câmara de Vereadores de Joinville pelo associado e presidente daquela casa, Curt Monich, para que a diferença da reclassificação do IRB se destine à Fundação Universitária do Norte-Catarinense (FUNC).

A nova diretoria da casa é eleita, em 12 de junho, para o mandato 72/73, tendo a seguinte composição: presidente, Etienne Arnaldo Douat; vice-presidentes, Carlos Frank João Fleischfresser, Norberto Willy Schossland, José Henrique Carneiro de Loyola, Günther O. Weber e Osvaldo Moreira Douat.

No primeiro semestre de 1972, a pauta da ACIJ traz atividades menos palpitantes do que normalmente se verifica. Buscando alterar este quadro, o diretor Norberto Willy sugere que se programe uma série de temas que poderão ser debatidos por autoridades e personalidades a convite da ACIJ. Dentre os registros desse período, citamos a intervenção da ACIJ junto ao diretor do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Renato Soreiro, para que autorizasse a transferência de uma casa enxaimel para o conjunto do Parque do Museu Nacional da Imigração e Colonização de Joinville; e o voto de louvor à empresa ENGEPASA pela construção da Estação de Passageiros ao Aeroporto

1971

Entidade obtém reclassificação de Joinville no Instituto de Resseguro do Brasil

1972

Etienne Arnaldo Douat assume presidência da ACIJ

Pedro Ivo Campos é eleito Prefeito

arte 2021 ACIJ 7_ARTE ALBUM JOINVILLE ok.qxd 31/05/2021 16:12 Página 166

de Cubatão, conforme sugestão de Hans Dieter Schmidt.

No segundo semestre, vão se destacar ações na área da educação e formação, com diversos cursos organizados pela própria ACIJ e por outras instituições. Dentre elas, a Fundação Getúlio Vargas (FGV), que oferece intensivos de pós-graduação. A entidade também encaminha expediente ao Ministro de Educação e Cultura, Jarbas Passarinho, solicitando especial e decisiva atenção ao processo de federalização da Escola Técnica Tupy. Trata-se de um manifesto de apoio à iniciativa tomada pela ETT.

Uma questão que vai render desdobramentos nos próximos anos é levada à casa em 25 de setembro, pelo presidente da Sociedade Corpo de Bombeiros Voluntários de Joinville, Ubirajara Dippold. Na ocasião, são apresentadas as dificuldades da instituição, principalmente quanto a equipamentos de combate a incêndios. A entidade empenha seu apoio à causa, dando início a uma parceria que se tornará constante até os dias de hoje. Também os membros da comissão para a instalação de uma TV em Joinville visitam a associação solicitanto auxílio à iniciativa. O ano termina com a informação de que a ACIJ foi nominalmente citada com uma das colaboradoras do Anteprojeto do Código Civil, em elaboração naquele momento pelo Congresso Nacional.

A educação será um tema recorrente em 1973, a começar pelo envolvimento da entidade na formação de uma Comissão Municipal de Educação Comunitária. Em agosto, a ACIJ firma convênio com a Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc) para a implantação de cursos noturnos de Engenharia Mecânica e Metalurgia, para técnicos que já possuem o nível médio, com dois anos de atividades profissionais. Havia nessa época 400 técnicos nessas condições. O Jornal A *Notícia* informa, no dia 19, que o Reitor Celestino Sachet recebeu em mãos o memorial assinado pelo Prefeito Pedro Ivo Campos, pelo presidente da ACIJ, Etienne Douat, e por Moacir Brandeburg, da Associação de Técnicos Industriais de Joinville. No mês seguinte, a ACIJ solicita às autoridades o aumento de grupos escolares, tendo em vista o aumento da população e o acréscimo de 50% da demanda por matrículas.

A implantação de uma emissora de TV em Joinville volta a ser discutida na casa em abril, pelo empresário Roberto Mater. Na oportunidade, João Guilherme Spring apresentou os resultados dos contatos mantidos pela comissão formada pela entidade para tratar do assunto. Outro tema no qual a casa está envolvida e que volta a ser tratado é o Porto de São Francisco do Sul. Em conjunto com a Prefeitura daquela cidade, são elaborados expedientes encaminhados ao Ministro dos Transportes e ao Diretor Geral do Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis (DNPVN), solicitando providências para a ampliação e desenvolvimento do porto.

Em 15 de junho, é eleita a diretoria para o exercício 73/74, sendo reconduzido Etienne Arnaldo Douat à presidência, tendo como vice-presidentes Carlos Frank João Fleischfresser, Norberto Willy Schossland, Udo Döhler, Günther O. Weber e Osvaldo Moreira Douat; secretário, João Guilherme Spring, segundo secretário, Eduardo L. de Oliveira, tesoureiro, Hercílio Hardt; segundo tesoureiro, Felinto Koerber.

Em 1973, a ACIJ levanta novamente bandeiras de amplitude estadual. Dentre elas, estancar o verdadeiro desmonte de órgãos federais até então sediados em Santa Catarina. Decide-se pela elaboração de um documento a ser apresentado ao governador, mostrando o esvaziamento que o estado vinha sofrendo, e estudar alternativas a fim de recuperar a fixação de órgãos, entidades e repartições. Dentro desse esforço, em junho de 1974, será constituída na Assembleia uma Comissão Parlamentar Externa para elaborar memorial reivindicando a transferência para Santa Catarina da sede da Eletrosul. A casa também promove a discussão em torno da duplicação da BR-101. Embora fosse bastante recente a conclusão da pavimentação asfáltica, já se previa a necessidade de novas obras. À convite da

1973

Criação do Museu de Arte de Joinville

É criado o Arquivo Histórico de Joinville

ACIJ firma convênio com a Udesc para cursos noturnos de Engenharia Mecânica e Metalurgia, em Joinville

Economia de Joinville aumenta 90%, três maiores empresas respondem por 47% desse desempenho

entidade, o DNER apresenta, em outubro de 1973, propostas nesse sentido, tendo em vista estudos já realizados, apontando o ano de 1975 como ideal para intervenções no segmento Itajaí/Joinville, e 1977 para Joinville/Garuva. Porém, a prioridade é a duplicação do trecho Florianópolis/Itajaí, onde o trafego é mais acentuado. O tema será periodicamente abordado, saindo do campo das solicitações para a pressão, com o passar dos anos.

Um porto natural

O Porto de São Francisco do Sul é, desde os tempos da colônia, um parceiro imprescindível de Joinville e região. Basta citar os negócios da madeira e do mate para dimensionarmos a sua importância. Porém, nos últimos anos, tem sido um fator ainda mais decisivo, à medida que crescem na sua pauta de embarques os produtos industrializados. Na disputa de mercado para esses itens, o fator logística é determinante. Assim, as constantes reivindicações que a ACIJ sempre fez em defesa de melhorias para a estrutura portuária ganham contornos mais estratégicos. Dentro dessa postura, em 1973, a ACIJ passa a brigar, ao lado da Prefeitura e da Associação Comercial de São Francisco do Sul para que o porto fosse incluído no Programa de Corredores de Exportação desenvolvido pelo Governo Federal.

Em outubro, novos aliados desse propósito participam de encontro para dar andamento ao assunto. Dentre eles, a Comissão Parlamentar Externa da Assembleia Legislativa, autoridades públicas, membros da comunidade francisquense e demais associações da região. Em 12 de novembro, realiza-se na ACIJ uma "prolongada reunião na Associação Comercial", abordada no dia seguinte pelo jornal A *Notícia*. Estão presentes os prefeitos de Joinville, Pedro Ivo Campos, e de São Francisco, José Schmidt, além de representantes de toda a região, deputados e expressiva parcela do empresariado joinvilense. Na oportunidade, é discutido o Plano Diretor de Reaparelhamento e Expansão do Porto, com a participação da comissão Externa da Assembleia Estadual, presidida pelo Deputado Benedito Terezio de Carvalho, sob a relatoria do Deputado Luiz Henrique da Silveira, que elabora um dossiê encaminhado ao Ministério dos Transportes e à Presidência da República.

ACIJ defende investimentos no Porto de São Francisco, nos anos 70

A entidade também traz para sua agenda, em 1973, uma questão que terá desdobramentos diretos entre seus associados: a implantação do parque industrial de Joinville. A diretoria destaca ainda os trabalhos desenvolvidos pelo tesoureiro Udo Döhler e o economista Francisco Martins Fidelis, na administração do condomínio Edifício Manchester, superando algumas dificuldades dessa modalidade administrativa que era uma novidade em Joinville. Em outubro, é consignado um voto de louvor pelos resultados obtidos. Uma curiosidade do ponto de vista interno da entidade é que, nessa época, define-se a data oficial de sua fundação. Para tanto é feito um levantamento histórico, fixando-se em dois momentos: a primeira reunião registrada em ata, em 16 de fevereiro de 1911, e a fusão com Centro Industrial e a Associação dos Varejistas, em 24 de maio de 1927. Também se pondera que a denominação Associação Comercial e Industrial de Joinville é registrada no cartório no dia 11 de janeiro de 1928. Por fim, decide-se por 16 de fevereiro de 1911, como data natalícia oficial.

O fornecimento de energia elétrica em Joinville volta às manchetes em 12 de outubro de 1973. Porém, em vez de novo racionamento os jornais trazem a visita do presiden-

1973

ACIJ encabeça campanha para incluir o Porto de São Francisco do Sul no Programa de Corredores de Exportação

Fundação da Casa da Cultura

arte 2021 ACIJ 7_ARTE ALBUM JOINVILLE ok.qxd 31/05/2021 16:12 Página 168

te da Celesc, o associado Osvaldo Douat, que vistoria as obras de construção de duas subestações em Joinville, acompanhado do secretário de Serviços Públicos e Transportes, Paulo Müller. As duas unidades – de número três e quatro – estão equipadas com sistemas de regularização e controle de distribuição de energia, diminuindo as possibilidades de cortes e oscilações. Assim, a última grande reivindicação da ACIJ no setor energético está sendo atendida, pondo fim a um ciclo que se iniciou 30 anos atrás, ainda durante a Segunda Guerra. Claro que o tema não está exaurido, e voltará à pauta outras vezes, por questões pontuais, e para garantir abastecimento, conforme futuras necessidades.

Ao visitar Joinville, em 1973, o Governador Colombo Sales vai despachar na ACIJ. A entidade, desde os anos 30, assume o papel de fazer a ponte entre o Governo do Estado e a Prefeitura de Joinville, especialmente quando o prefeito é adversário político do chefe do Executivo Estadual. Nesse caso, a casa organizou a agenda e fez a recepção ao governador da ARENA, tendo em vista o distanciamento natural com Pedro Ivo Campos, prefeito do MDB. Apesar, das diferenças, duas questões determinantes para a economia regional são resolvidas no governo de Colombo Salles, a regularização do abastecimento de energia e o calçamento com paralelepípedos do trecho de serra da Estrada Dona Francisca. Também o trecho rodoviário (BR-280) de Jaraguá à BR-101 é asfaltado no seu governo.

Em fevereiro de 1974, obtém-se um grande resultado no programa de estruturação portuária. No dia 14 de fevereiro, são autorizados os serviços de dragagem do Rio Cachoeira e do cais do Porto de São Francisco do Sul, inclusive de seu canal de acesso. O evento tem a presença do Governador Colombo Salles, do presidente da Companhia Brasileira de Dragagem e do diretor regional do Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis (DNPVN), Martius Pena Firme. Em abril, outra boa notícia: Paulo Konder Bornhausen, presidente da Companhia Brasileira de Entrepostos Comerciais (Cobec), assume posição em favor da instalação de entrepostos daquela autarquia nos portos de Itajaí e São Francisco, bem como da inclusão desse porto no sistema de corredores de exportação. Já em junho, o DNPVN informa que o plano de reaparelhamento e expansão do porto seria incluído no Plano Portuário Nacional. Em maio, o porto inclui em seu plano diretor a implantação de um sistema de corredor de exportação, no qual se prevê a construção de um armazém pela Companhia Catarinense de Armazéns (Cocar), atualmente incorporada à Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (Cidasc). A obra efetivamente é feita, constituindo-se atualmente no setor de embarque a granel.

Governador Colombo Sales é recebido pela diretoria, na sede da ACIJ

Também a questão do Distrito Industrial de Joinville evolui nesse início de ano. Representante da Planisul – empresa de Porto Alegre que está desenvolvendo os estudos para sua implantação – João Erico Goss, vai à ACIJ em abril e maio tratar do assunto. Nessas oportunidades, discute-se principalmente as alternativas para a localização. Estão em vista áreas no Cubatão, Itaum, Zona Sul e Pirai. O assunto se manterá em aberto até 1981, com muitas idas e vindas, apesar dos inúmeros expedientes encaminhados.

No plano das comunicações, a casa envia ofício ao Diretor Geral do Departamento Nacional de Telecomunicações (Dentel), em Brasília, solicitando apoio ao projeto de instalação de uma emissora de TV em Joinville. Em 1º de outubro, será publicado no *Diário Oficial da União* edital de concorrência para a execução e exploração da emissora de TV em Joinville. Hoje prosaico, mas à época importante meio, o Telex também está entre os planos da ACIJ que, em maio de 74, inscreve-se na nova Rede Nacional para obtenção de assinatura de um aparelho.

Ao findar o exercício 73/74, presidido por Etienne Douat, a ACIJ conta com 440 associados, sendo 55 de outras cidades, 230 do setor comercial, 190 da indústria e 30 de outros setores. São quatro os departamentos administrativos da casa coordenados por um diretor executivo, Athur Oscar Langsch, prestando serviços diretamente aos associados. O Seproc, nessa época, possui 12 funcionários e um encarregado, além de possuir 88 mil fichas de clientes, sendo 25 mil negativadas. O Departamento de Economia mantém dados socioeconômicos atualizados de Joinville e responde pela administração das sete apólices de seguro em grupo que a ACIJ mantêm, segurando milhares de funcionários de empresas associadas à entidade. Na sua edição de 4 de abril, o jornal A *Notícia* traz uma inédita página inteira dedicada à instituição. Por sinal, a cobertura que a imprensa passa a dispensar às ações da entidade cresce consideravelmente a partir dos anos 70.

Em 10 junho de 1974, Udo Döhler tem a sua primeira eleição à presidência da casa, para o exercício 74/75, no qual contou com os vice-presidentes Hercílio Hard, Norberto Willy Schossland, Etienne Arnaldo Douat, João Guilherme Spring, Osvaldo Moreira Douat e Carlos Frank Fleischfesser; secretário, Gunther Osvaldo Weber, segundo secretário, Norberto Cubas da Silva; tesoureiro, Eduardo Ledaex de Oliveira; e segundo tesoureiro, Felinto Korber. Nessa oportunidade, fica consignado um voto de reconhecimento ao trabalho desenvolvido por Carlos Frank Fleischfesser, que há vários anos vem colaborando em sucessivas diretorias. A mesma formação terá seu mandato renovado para o período 75/76. A posse da nova diretoria, prestigiada por três secretários de estado, merece grande repercussão na imprensa, com grande destaque à fala do novo presidente.

Udo Döhler é membro de tradicional família de industriais, nasceu em Joinville (29/10/1942) descendente de Carl Gottlieb Döhler, imigrante da Saxônia e fundador da primeira tecelagem na cidade. Cursou direito na Universidade Católica do Paraná e fez inúmeros cursos na área de administração de empresas, governança corporativa, risco ambiental, etc. Diretor presidente da Döhler S.A., foi também diretor financeiro da Companhia Catarinense de Fiação (CONFIO), presidente do Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem de Joinville. Participou como membro de conselho na Comissão Permanente de Assuntos Tributários da Secretaria da Fazenda do Estado de Santa Catarina, do Conselho de Ciência e Tecnologia do MTC, do Conselho Estadual de Desenvolvimento, da Comissão Empresarial de Competitividade (CEC do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento) e do Comitê Temático de Educação no mesmo órgão. Atua em atividades comunitárias como no conselho deliberativo da Associação Beneficente Evangélica de Joinville (mantenedora do Hospital Dona Helena) e do Conselho do Corpo de Bombeiros. Foi Cônsul Honorário da República Federal da Alemanha, e Membro do Conselho Superior da Câmara de Comércio e Indústria Brasil – Reino Unido. Foi prefeito de Joinville de 2013 a 2020. Preside a ACIJ nos períodos de 1974/1976, 1983/1984, 1987/1989, 2007/2009 e 2011/2012.

Tendo em vista que o Porto de São Francisco atende a uma vasta região, como porta de saída de seus produtos destinados à exportação, a ACIJ resolve ampliar o leque de postulantes às suas melhorias. Assim, são encaminhados telegramas para as Associações Comerciais de Caçador, Canoinhas, Chapecó, Curitibanos, Jaraguá do Sul, Joaçaba, Lages, Mafra, Porto União, São Bento do Sul, São Miguel do Oeste e Xanxerê, solicitando que se integrem à comissão que irá a Brasília reivindicar ao Ministro dos Transportes a inclusão do porto norte-catarinense no programa de corredores de exportação.

Em outubro de 74, a ACIJ cria o Departamento de Assistência aos Sindicatos, com objetivo de dar maior coesão e unidade ao setor patronal e facilitar o trabalho diante da complexidade de ações a que estão sujeitos. A unificação facilitou a operacionalidade da estrutura burocrática, minimizando os custos e ampliando os resultados.

O Brasil sofre, em 1975, os reflexos da crise do petróleo, iniciada dois anos antes, provocando elevação de preços e desemprego. Na qualidade de presidente de uma das mais importantes empresas do país, a Fundição Tupy, Hans Dieter Schmidt tem acesso às altas autoridades federais, relatando sempre que possível para seus pares na ACIJ o teor

1974 — ACIJ estadualiza campanha em benefício do Porto de São Francisco do Sul

Em 29 de julho é registrado voto de pesar pelo falecimento de Arno Waldemar Döhler, diretor da associada Döhler S.A.

Instituída a Companhia de Desenvolvimento de Joinville – Codeville

Udo Döhler é eleito presidente da ACIJ

arte 2021 ACIJ 7_ARTE ALBUM JOINVILLE ok.qxd 31/05/2021 16:12 Página 170

desses encontros em Brasília; como ocorreu em fevereiro de 1975, quando falou aos colegas da ACIJ sobre o encontro com o Ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen, ocorrido dias antes. Conforme Dieter, a mensagem do ministro é de otimismo, apesar do conturbado quadro mundial. Suas perspectivas para o ano são de aumento das exportações e contenção das importações, de forma a não ocasionar desequilíbrio no orçamento cambial.

Uma situação que chega a parecer surreal é a estrada de acesso ao aeroporto. Após tantas manifestações, moções, solicitações e apelos, ao longo das últimas duas décadas, em março de 75 a ACIJ, a pedido de Hans Dieter Schmidt, volta a indagar a Secretaria de Transportes e Obras do Estado sobre quando será iniciada a obra. O detalhe é que os empresários acharam por bem não reivindicar sua pavimentação, pois isso poderia "atrasar ainda mais a obra". Também estão sendo cobrados reparos na pista. Em abril, o diretor da Faculdade de Engenharia de Joinville (FEJ), professor Mário César Moraes, visita a ACIJ e solicita que a entidade reivindique ao Governo do Estado a criação do Centro Tecnológico da Udesc, em Joinville. A associação passa a perseguir esta meta, como outras de interesse comunitário vem reivindicando, a exemplo da instalação de uma retransmissora de TV. Assim, tendo em vista que no dia 1º de maio o Presidente da República Ernesto Geisel visitará Joinville, a ACIJ despacha telegrama ao Ministro das Comunicações, Euclides Quandt de Oliveira, cobrando a assinatura de concessão do canal de televisão com abrangência regional.

Por sinal, a visita do presidente, que a exemplo de Castelo Branco veio para participar de evento na Fundição Tupy, propiciou uma inédita vitrine televisiva a Joinville. Pois foi da "Manchester Catarinense" que Geisel dirigiu sua tradicional mensagem aos trabalhadores brasileiros, no Dia do Trabalho. Isso fez com que a cidade tivesse uma enorme projeção, pois suas palavras foram transmitidas através de emissoras em âmbito nacional. O presidente participou da inauguração de um novo setor na Tupy, destinado a fundir blocos e cabeçotes para motores.

Konder Reis assinou na ACIJ financiamento para a adutora do Cubatão

O GOVERNADOR E O PRESIDENTE DA CASAN ASSINAM DO O CONTRATO DA NOVA ADUTORA DO CUBATÃO

Na ACIJ, governador libera recursos e recebe novas reivindicações

O Hospital Regional de Joinville entra na pauta da ACIJ, em maio de 1975, quando a entidade discute a intenção do Governo do Estado em transferir subsídios aos Municípios que já disponham de hospitais municipais, a exemplo do São José, para que sejam ampliados. A casa entende que é necessário construir uma nova unidade, pela qual vai se bater nos próximos 10 anos. No dia 16, uma comitiva da associação leva uma série de reivindicações ao novo governador, Antônio Carlos Konder Reis, dentre elas a criação de um hospital regional em Joinville.

Por essa época, há uma grande fábrica de celulose do Canadá estudando a possibilidade de se instalar em Joinville. A posição da associação quanto a esse assunto revela sua preocupação ambiental, muito tempo antes de se falar em ecologia. O tema, levado à casa por Heraldo do Valle, será discutido em inúmeras oportunidades, com a entidade posicionando-se contra, devido aos impactos ambientais que provocaria. Em junho, o Secretário do Meio Ambiente do Estado é convidado a participar da reunião da ACIJ para tratar do tema. Em agosto, a empresa Comfloresta é convidada a fazer uma palestra sobre o Projeto da Indústria de Celulose que pretende implantar no município.

Há 25 anos atuando em Joinville, em junho de 75, a Varig S.A. suspende os voos da aeronave 737 que servem Joinville. Trata-se de uma medida preventiva, em consonância com a solicitação para que o aeroporto local instale sistema de prevenção e combate a

1975

ACIJ propõe ao Governo do Estado a construção de um Hospital Regional em Joinville

Associação mobiliza-se por obras no Aeroporto de Joinville

sinistros. A ACIJ cria uma comissão para sensibilizar as autoridades para dotar o Aeroporto de Joinville das condições necessárias à sua permanência no sistema aeroportuário nacional. Em visita ao aeroporto, a comissão levantou vários pontos que carecem de intervenções imediatas, dentre elas a implantação de um sistema de drenagem, recuperação da pista e do estacionamento, reforço na cabeceira, estação de energia e terminal de carga, além da modernização de seus equipamentos. O fato é que sem os 737 e com os Avros que ainda pousam em Joinville prestes a saírem de operação, o aeroporto local está condenado à paralisação. Daí o inconformismo e a mobilização da ACIJ, que passa a contar com o apoio de suas congêneres da região. A entidade também toma a iniciativa de solicitar ao Departamento Nacional de Estradas e Rodagem que sejam estabelecidas linhas diretas, no horário noturno, entre Joinville e São Paulo e Joinvile e Porto Alegre.

Em 14 de julho, a ACIJ recebe uma visita inusitada, o Maestro Isaac Karabtchevsky, à época diretor musical da Orquestra Sinfônica Brasileira. O ilustre regente, que estava em Joinville para se apresentar à frente da Orquestra da Sociedade Harmonia-Lyra, foi pessoalmente convidar os empresários para os dois concertos que seriam realizados na cidade.

A entidade vem, desde 1974, solicitando medidas que garantam o abastecimento de água em Joinville, como o tombamento das áreas de nascente do Rio Cubatão e o empenho da Casan na construção da nova adutora. No entanto, a resposta que o presidente da estatal, Nabor Schlichting, traz em outubro de 1975 para o prefeito interino de Joinville, Ivan José Rodrigues, não é nada animadora. A empresa dispõe de 7 milhões de cruzeiros em materiais e os investimentos necessárias chegam a 121 milhões de cruzeiros. A perspectiva é que uma primeira etapa fique pronta em 10 anos, e a segunda até 1995, atendendo então 80% da população urbana, com captação nos rios Cubatão e Piraí. Diante do quadro, a entidade intensifica os pedidos junto ao governo para uma solução, antes que o abastecimento entrasse em colapso. Por fim, em 13 de abril de 1976, o Governador Konder Reis assinou, na ACIJ, um financiamento de 128 milhões, dando início à ampliação do sistema de água de Joinville, com previsão de término em dois anos. Nesse ínterim, a cidade seria servida por uma adutora de emergência, com 50% da capacidade até então instalada.

Chamam atenção duas colocações do conselheiro Hans Dieter Schmidt, registradas em outubro de 1974. Vale a pena citá-las pela sintonia com a realidade imediata e futura. A primeira é sua preocupação com o vertiginoso crescimento populacional da cidade e seus reflexos sociais, pontuando a necessidade de se obter recursos para implantação de infraestrutura, principalmente no que trata da deficiência habitacional. Nessa época se intensificam as ocupações irregulares de áreas de manguezais para construção de moradias em sistema de palafitas por parte da população empobrecida atraída à cidade pela perspectiva de emprego. A Fundição Tupy era a maior empregadora de Joinville, à época. Na outra manifestação, Hans cobra uma reforma tributária, na qual os municípios tenham uma maior participação na arrecadação estadual e federal para implantar a infraestrutura necessária. Essa, é uma medida municipalista que se mantém atual, necessária e pendente ainda nos dias de hoje.

A ACIJ empreende campanha, nesse ano, pela instalação de um posto de abastecimento de produtos hortifrutigranjeiros em Joinville. Após debater o assunto internamente desde janeiro, no início de abril, a convite da entidade, o engenheiro Ingo Jordan, da Secretaria de Agricultura de Santa Catarina, esclareceu dúvidas acerca da implantação da Central de Abastecimento (Ceasa). Em seguida, a entidade coloca a ideia para a Prefeitura e, tendo em vista o favorecimento à população e aos produtores, solicita um terreno, entre o bairro Vila Nova e a BR-101, para esse fim. Um ano depois, o Secretário da Agricultura do Estado, Victor Fontana, autoriza a instalação da Central de Abastecimento. O edital de licitação foi assinado em 29 de outubro de 1981, pelo governador Jorge Bornhausen.

1975

ACIJ faz pressão por investimentos que garantam abastecimento de água

Entidade faz campanha pela instalação de um posto do Ceasa em Joinmville

arte 2021 ACIJ 7_ARTE ALBUM JOINVILLE ok.qxd 31/05/2021 16:12 Página 172

Os 65 anos

Em 16 de fevereiro de 1976, no aniversário de 65 anos, a ACIJ inaugura nova ala. A sede social passa a ocupar uma área de cerca de 1.400 metros quadrados, com serviços próprios à disposição dos associados. São quatro salas para reuniões, uma sala de cursos e um auditório com 105 lugares e modernos equipamentos de sonorização. O espaço será constantemente utilizado por órgãos públicos, clubes de serviço, e para a realização de cursos, palestras e principalmente as reuniões do conselho deliberativo. Na oportunidade, o colaborador mais antigo, José Acácio Soares Moreira Filho, recebeu uma homenagem pelos 54 anos de atividades desenvolvidas na casa. Dr. José Acácio passou a colaborar com a associação em 1922, ainda em Florianópolis. Desde então, prestou serviços em diferentes condições. Em 1930, fixou-se em Joinville e, a partir de 1937 passou a dar expediente na ACIJ. Além de responder pela seção jurídica, confeccionava o B*oletim* mensal da instituição. Aos 65 anos, a ACIJ contava com a expressiva marca de 500 associados, sendo 45 de outras localidades. O Seproc conta com 138 usuários, tendo prestado no último ano 170.873 informações, a partir de suas 128.371 fichas, das quais, nessa época 19.045 estavam negativadas. Tudo isso feito através de 17 linhas telefônicas. Em seu editorial do dia 15 de fevereiro, o jornal A N*otícia* fala sobre a entidade:

> A Associação Comercial e Industrial é uma entidade que congrega os empresários locais, mas nem por isso ela deixa de ser porta-voz das reivindicações que interessam à comunidade joinvilense e regional. Ligada a tudo que diz respeito ao interesse do município, a ACIJ tem prestado destacados serviços ao longo de 65 anos de existência, mantendo representantes junto a sete órgãos municipais, a entidade colabora na solução de problemas comunitários, que abrangem diversos setores da atividade humana.

Em visita à ACIJ, no dia 26 de abril, o Secretário de Segurança e Informações, Coronel Ary de Oliveira, faz um relato sobre a situação desse setor na cidade. Questionado sobre a necessidade de aumento do efetivo policial, salientou que o problema da escassez de pessoal é sentido em todo o Estado, pois o déficit de pessoal nas polícias Civil e Militar é de 45.000 homens, devido às constantes baixas e às dificuldades de recrutamento, face aos baixos salários oferecidos em relação ao mercado de trabalho. A Companhia de Polícia Militar em operação na cidade conta com 91 homens para atender Joinville e região, a metade do que seria o ideal. Quanto às viaturas, são quatro, porém, somente uma está em condições de uso.

Os prognósticos mais pessimistas com relação ao Aeroporto de Joinville parecem ter se realizado, quando, em 30 de abril de 1976, a Varig suspendeu os voos diários que ainda mantinha na cidade. Necessitando modernizar a sua frota, retira de circulação os aviões Avros, únicos que ainda operavam nas condições do aeroporto local, que não obteve as melhorias insistentemente reclamadas. Em 5 de abril, além da ACIJ, a Câmara de Dirigentes Logistas (CDL), a Câmara de Vereadores e a Prefeitura estão atuando junto à Varig e ao Departamento de Aviação Civil (DAC) tentando reverter a situação. Apesar de surgirem mirabolantes ideias, a única solução é "sensibilizar as autoridades competentes da esfera federal a fim de que o aeroporto de Cubatão seja definitivamente remodelado para poder receber aviões a jato", nas palavras do conselheiro e vereador Nagib Zattar.

Em 19 de maio, os voos da Varig para São Paulo são restabelecidos com aviões da marca Samurais, de fabricação japonesa, com capacidade para 60 passageiros. Trata-se de medida paliativa, pois que a solução só virá com investimentos no aeroporto. Em julho, chega à associação um telex encaminhado ao Senador Otair Becker, comunicando que o Ministro da Aeronáutica determinou que o Aeroporto de Joinville recebesse as melhorias que lhe permitam operações regulares. Já a Câmara de Vereadores recebeu ofício do presidente da Infraero, dando ciência da abertura da licitação para as melhorias que permitirão à cidade receber aeronaves a jato.

Osvaldo Moreira Douat é eleito presidente da ACIJ para o exercício 76/77, em eleição realizada em 14 de junho de 1976, tendo como companheiros de administração os vice-presidentes Hercílio Hard, Udo Döhler, Felinto Koerber; João Guilherme Spring; Heimich Berg e Egon Freitag; secretário, Norberto Cubas da Silva; segundo secretário, Norberto Willy Schossland; tesoureiro, Eduardo Ledaex de Oliveira; segundo tesoureiro, Gunther Osvaldo Weber. A posse da nova diretoria, a exemplo do ano anterior atraiu autoridades, como o ex-governador Colombo Machado Salles. O novo presidente diz que a atuação da entidade "foge à área meramente econômica, passando a atuar cada vez com maior intensidade e interesse sobre a problemática social", pois o homem "é a pedra angular de todo desenvolvimento". A mesma formação da diretoria será mantida para o exercício seguinte 77/78.

Osvaldo Moreira Douat é natural de Joinville. Formado em Direito e Administração de Empresas começou carreira profissional como funcionário do Banco do Brasil e, em 1966, assumiu a direção do Grupo Douat. Foi membro da diretoria da Escola Técnica Tupy e do Sindicato das Indústrias Metalúrgicas e de Material Elétrico em Joinville. Participou do conselho superior da Associação de Ferro e Aço de Santa Catarina, sendo vice-presidente da Associação Brasileira de Fundição (ABIFA). Presidiu as Centrais Elétricas de Santa Catarina (Celesc), o Sistema de Federação das Indústrias de Santa Catarina durante dois mandatos e por mais de 16 anos foi membro da Confederação Nacional da Indústria (CNI), inclusive vice-presidente por dois mandatos. Preside a ACIJ em dois momentos 1976/1978 e 1980/1982. É Diretor vice-presidente da Associação Industrial Latino Americana (AILA), e membro da Câmara Brasil-Alemanha e dos Conselhos do Comércio Exterior do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina.

O Ministro das Comunicações, Euclides Quandt de Oliveira, em visita a Joinville, comunica que em 11 de julho seria inaugurada a nova Central Telefônica e de Telex, solucionando as limitações existentes nessa área. Na oportunidade, os empresários locais trataram sobre o canal de televisão para Joinville. Enfim, em 26 de julho, é publicado decreto com a concessão à Companhia Catarinense de Rádio e Televisão para estabelecer uma estação de televisão em Joinville. A CCRT, nessa época é presidida por José Navarro Lins e tem no seu conselho geral alguns dos nomes mais influentes à época: Mario Gonzaga Petrelli, Wittich Freitag, Hans Dieter Schmidt e João Hansen Neto; além de Alceu Gugelmin, João Guilherme Sprog, Klaus Meyer e Osvaldo S. Thiago, completando a diretoria da emissora, a grande maioria deles são ligados à ACIJ.

Em visita à ACIJ, o presidente do Banco Regional de Desenvolvimento Econômico (BRDE), Ary Canguçu de Mesquita, falou sobre o programa de desenvolvimento da indústria metal-mecânica que o banco está desenvolvendo em Santa Catarina. Também comunicou a intenção do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) em implantar no estado a primeira bolsa de subcontratação do Brasil. Modelo francês já em funcionamento em outros países como o Chile, a bolsa facilita o intercâmbio e a complementaridade infra-setorial das empresas. O sistema permite, entre outras vantagens, maior especialização tecnológica e diminui a ociosidade de máquinas e equipamentos nas empresas. A bolsa foi instalada na ACIJ, no ano seguinte, constituindo-se em uma experiência pioneira no país.

No fim do ano, Joinville volta a sofrer uma crise de crédito bancário, e a ACIJ solicita ao Ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen, em 22 de novembro, um reforço do limite operacional da agência do Banco do Brasil, em 50 milhões de cruzeiros, a fim de atender às necessidades das indústrias locais. Também comunica ao governador do estado a situação e pede sua interferência no assunto. Também a instalação da fábrica de papel volta a ser abordada. Em expediente ao governador, a entidade coloca sua preocupação com a poluição que a fábrica provocará e suas implicações no abastecimento de água em Joinville.

O ano de 1977 começa com dois temas ambientais na pauta da ACIJ, já em janeiro. Continuam os expedientes às autoridades, salientando a preocupação com o abastecimento de água em Joinville, caso venha a instalar-se a fábrica de papel na cidade. A outra questão é antiga, mas volta com motivação completamente renovada: o Canal do

1976 — ACIJ abriga a primeira bolsa de subcontratação do Brasil — Fusão das agremiações esportivas Caxias e América, criando o Joinville Esporte Clube — Inauguração do Museu de Arte de Joinville na casa que pertenceu a Ottokar Doerffel

1976 — Criada a Fundação Universitária da Região de Joinville – FURJ — Com auxílio da ACIJ, Joinville ganha seu primeiro canal de TV — Osvaldo Moreira Douat é eleito presidente da ACIJ

arte 2021 ACIJ 7_ARTE ALBUM JOINVILLE ok.qxd 31/05/2021 16:12 Página 174

Linguado. A ACIJ solicita estudos para determinar a possibilidade de sua reabertura, depois de 43 anos fechado. Aproveitando a visita do Ministro dos Transportes, Dirceu Nogueira, ao Porto de São Francisco, a associação entrega-lhe um relatório, em que argumenta que o fechamento do Linguado provoca o assoreamento do Rio Cachoeira e da própria Baía Babitonga. Aliás, o documento reclama também a dragagem do Rio Cachoeira e a finalização do trevo de acesso, na BR-101, obra que há mais de 10 anos vem sendo reivindicada.

O desassoreamento do Cachoeira é solicitado tendo em vista a navegação, mas também como medida de prevenção contra enchentes. O documento apresenta um histórico sobre a intensa circulação de embarcações e o estado de paralisia em que se encontra naquele momento. A lâmina d'água que tinha três metros no canal, agora tem apenas um. A última dragagem foi autorizada pela Portobrás (ainda como DPNVN) em 1974, mas só começou em 1976 e, em 1977, parou novamente, informa o dossiê. Em janeiro de 1977, a ACIJ cria um Grupo Tarefa para estudar os problemas das enchentes ocorridas em Joinville. Com essa iniciativa, inclui a cidade no Programa Especial de Controle de Enchentes e Recuperação dos Vales, que prevê investimentos da ordem de 126 milhões de cruzeiros. O programa global terá início em 1979 e término em 1984. Ainda sem atendimento, em 13 de novembro de 1981, a entidade desengaveta o projeto. Encaminha telex ao Governador Jorge Bornhausen, pedindo a interferência junto ao Ministro do Interior, Mário Andreazza, que estará em Santa Catarina, no sentido de sensibilizá-lo para o grave problema das enchentes em Joinville.

Um verão quente

"Mais uma indústria joinvilense foi vítima de incendiários, a onda de sinistros criminosos que iniciou há cerca de um mês continua alarmando a população de Joinville". Esta informação publicada pelo jornal A *Notícia*, em 13 de dezembro de 77, traduz uma dos mais abrangentes – e misteriosas – circunstâncias pelas quais a cidade já passou e na qual a ACIJ também se envolve. Na evolução dos acontecimentos, o Prefeito Luiz Henrique da Silveira decretou estado de emergência dia 19, quando chega a 13 o número de incêndios provocados. No dia 21, o jornal informa que "os órgãos policiais ainda não dispõem de nenhuma pista para desvendar o mistério em torno dos incêndios", apesar do aparato policial com oito viaturas fazendo ronda 24 horas. A essa altura, mais de 300 detenções já haviam sido feitas. Também entraram em ação a Polícia Federal e agentes vindos do Rio de Janeiro, especializados em investigar atos terroristas, mas esta hipótese é rapidamente descartada. A imprensa nacional chega a noticiar que a população vive clima de pânico. Para acompanhar a situação, o Governador Konder Reis ficou em Joinville do dia 15 até depois do Natal. No dia 30, o Coronel Ary de Oliveira, Secretário de Segurança e Informação, declara que "a cidade está livre de incêndios". O número de ocorrências incendiárias elevou-se a três centenas, conforme relatoria da ACIJ. Ao final, foram presas 16 pessoas, 8 delas menores, mas nunca chegou a ser comprovada a responsabilidade de qualquer deles. Osvaldo Douat, presidente da ACIJ à época, faz um elucidativo relato de como a entidade encarou esses episódios:

> Foram ações muito voltadas para as instalações industriais. Na ocasião, a ACIJ teve de assumir uma postura proativa com as autoridades policiais e de combate ao fogo, por conta da pouca atenção dada pelo governo estadual, na época, e que custou até alguns atritos de relacionamento, no início. O governador se negava a vir a Joinville, achava desculpas. Dada a gravidade da situação, aquele comportamento não se justificava e a ACIJ se viu na obrigação de fazer uma pressão forte e acompanhar os eventos junto às autoridades policiais locais, muitas vezes, sendo convocada nas madrugadas para discutir a situação e as estratégias de combate às ameaças. E, em consequência, passou a usar de um tom forte de críticas e reivindicações, que ao final, acabaram sendo atendidas pelos policiais.

1977 — Luiz Henrique da Silveira assume a Prefeitura de Joinville
Exportações das empresas locais alcançam 4 milhões de dólares no mês de março de 1977
Onda de incêndios criminosos atinge empresas joinvilenses
ACIJ solicita estudos sobre possibilidade de reabertura do Canal do Linguado

> Como percebíamos que as autoridades precisavam de um suporte, a ACIJ, de alguma maneira, buscava dar esse respaldo. A entidade tomava conhecimento dos fatos, transmitia informações sigilosas para empresas que estavam sob ameaça maior e indicava medidas preventivas que tinham de ser tomadas sem conhecimento público. Às vezes, atuávamos contribuindo com meios materiais para acelerar as investigações: consertar pneu de carro, abastecer de combustível, enfim, foi implantado um regime de emergência.

Já no dia 5 de dezembro, após discussão no Conselho, a ACIJ formou uma comissão com Heinrich Berg, Roberto Wetzel, Udo Döhler, Carlos Frank Fleischfresser, Lourival May e Gerd Haufe para coordenar uma ação comunitária sobre segurança pública. Dentro de seu modo de agir, a entidade busca obter o envolvimento de autoridades estaduais e nacionais no assunto. Porém, devido ao ingrediente político envolvido nesse caso – não podemos esquecer que o país vive sob o regime militar e o prefeito é de oposição – as medidas da casa provocam descontentamento, especialmente por não haver participação de autoridades do município na comissão. Em seu livro *História Econômica de Joinville*, Apolinário Ternes destaca aquele como um momento em que, "especialmente a classe empresarial se viu encurralada por acontecimentos dramáticos que, afinal, nunca chegaram a ser totalmente explicados e esclarecidos. Mas, como resultado daquela vulnerabilidade da comunidade a ACIJ realizou notável campanha para equipar o Corpo de Bombeiros Voluntários de Joinville."

Em fevereiro, a ACIJ aprova por unanimidade a realização de uma campanha financeira, com o pagamento de dupla mensalidade pelos empresários que aderirem, para o reequipamento do Corpo de Bombeiros Voluntários de Joinville. Um primeiro resultado já se obtém em julho, quando a corporação recebe carros pipas doados pela ACIJ, e um chassi de caminhão onde foi acoplada uma bomba *kab-snorkel*, para combate a incêndios em edificações verticais.

O ano de 1978 começa com a ACIJ mobilizando-se novamente em torno do Aeroporto de Joinville. Uma comissão vai a Florianópolis entregar ao Governador Konder Reis um relatório solicitando verbas para a ampliação da pista, uma vez que a Prefeitura já disponibilizou o terreno para a obra. Nesse momento, a cidade é servida somente por aviões do tipo Bandeirantes, da Transbrasil, com capacidade para 16 passageiros, não pressurizados e sem espaço para transporte de cargas. Após contatos com os Ministros Mário Henrique Simonsen (Fazenda), Reis Veloso (Planejamento) e Ângelo Calmon de Sá (Indústria e Comércio), a solução encontrada foi a canalização de recursos federais e estaduais para ampliação da pista.

Mas as preocupações da ACIJ vão muito além da pista do Cubatão, conforme indica o jornal A *Notícia*, em sua edição de 16 de março:

> Um extenso documento apontando o desolador quadro de necessidades do município como habitação, saneamento básico, saúde e transportes foi entregue ao Ministro da Indústria e Comércio, Ângelo Calmon de Sá, em Brasília, pelo presidente da Associação Comercial e Industrial de Joinville, Osvaldo Moreira Douat. O documento ao mesmo tempo em que traça o perfil econômico do município, mostra a preocupação dos empresários pela falta de infraestrutura para o seu desenvolvimento e pede especial apoio à definitiva implantação do Distrito Industrial. Douat também entrega cópia do documento ao Ministro Reis Veloso e ao Chefe da Casa Civil, Golberi de Couto e Silva, acompanhado do Senador Otair Becker.

O quadro mais dramático traçado pelo documento é o da saúde, com apenas dois hospitais para uma população superior a 200 mil habitantes, sendo que um deles está praticamente falido: "É um hospital municipal funcionando como regional. Suporta a indigência

1977 — ACIJ desenvolve campanha para reequipar Corpo de Bombeiros Voluntários de Joinville
Fundação da Akros Industrial de Plásticos
Entidade reivindica, em Brasília, investimentos em habitação, saneamento básico, saúde e transportes
Joinville ultrapassa 200 mil habitantes

arte 2021 ACIJ 7_ARTE ALBUM JOINVILLE ok.qxd 31/05/2021 16:12 Página 176

e os serviços de pronto socorro da região. As internações são sempre difíceis por falta de vagas", diz o relatório reproduzido na imprensa, à época. A entidade aponta ainda que a ocorrência de uma epidemia pesa como séria ameaça sobre a população.

A ACIJ sempre manteve estreita ligação com os poderes constituídos. Até porque sua linha de ação, desde o dia em que foi fundada, sempre se pautou pela recorrência às instituições. No caso específico da Prefeitura local, a proximidade sempre foi ainda maior, com inúmeros ex-dirigentes da entidade vindo a ocupar o cargo de prefeito. Essa sintonia só não ocorreu nos mandatos do udenista João Colin, nos anos 50, quando a casa era presidida pelo líder pessedista local, Adhemar Garcia. Nesse primeiro mandato de Luiz Henrique da Silveira, iniciado em 1977, as relações da ACIJ com a Prefeitura voltam a esfriar. Mesmo durante os mandatos de deputado estadual e federal, poucas vezes ele foi acionado, embora tenha se colocado à disposição quando assumiu em Brasília. Já na Prefeitura, o episódio dos incêndios criminosos foi desgastante para as partes. Somente em maio de 1978 registra-se a primeira visita de Luiz Henrique à entidade, onde, acompanhado de empresários, expõe a campanha a ser desenvolvida em favor do menor carente em Joinville. O tema está no rol de preocupações da casa. A partir de então, as relações serão intensificadas. Em setembro de 79, Luiz Henrique será convidando a participar da reunião do conselho deliberativo, no dia 1º de outubro, para proferir uma palestra com o tema de sua escolha, quando fará um esclarecedor painel das condições socioeconômicas do município.

Em agosto do "ano dos incêndios", o prefeito volta à casa e manifesta o seu desejo de trabalhar em conjunto nas causas de interesse comunitário. Dentre os problemas que atingem Joinville, abordou o vertiginoso crescimento urbano que vem ocorrendo nos últimos anos. Já no mês seguinte, visita a ACIJ em companhia de técnicos em problemas urbanos, vindos da Alemanha Ocidental, e que estavam realizando um estudo da infraestrutura urbana de Joinville. Os técnicos prestaram inúmeros esclarecimentos sobre o assunto. Em outubro, Luiz Henrique encaminha aos empresários cópia do convênio entre a Secretaria de Planejamento da Presidência da República e prefeituras dos estados, visando a execução de obras. O prefeito conclama a ACIJ a auxiliar na busca de recursos junto à União e o governo estadual para complementar os custos da Ponte do Trabalhador.

Luiz Henrique lembra como foi essa transição que vai do distanciamento à parceria, já no segundo e terceiro mandatos à frente da Prefeitura, entre 1997 e 2002:

> Nos anos 70, ainda havia um grande distanciamento entre o empresariado e os políticos. O governo e os empreendedores caminhavam praticamente em vias paralelas. Já no meu segundo mandato, encontrei uma realidade diferente. Eu mesmo evoluí para uma ótica diferente de ver os empresários. Entendendo que não poderíamos nos manter de costas, criei o Desenville, com o objetivo de fazer dos mais importantes empreendedores da cidade meus principais conselheiros. Durante todo o meu segundo e terceiro governos, o Desenville cumpriu um papel extraordinário de coadjuvante da administração. Nas condições de vice-prefeito e de Secretário do Desenvolvimento Econômico, José Henrique Carneiro de Loyola e Edgard Meister, cumpriram papel relevante nesta articulação ACIJ-Prefeitura. No momento em que nos sentamos juntos, acabou aquele hiato entre empresários e homem público.

Defesa ambiental

Em junho de 1978, o conselheiro Hans Dieter Schmidt relata na ACIJ suas impressões sobre os contatos mantidos na esfera federal, principalmente com o futuro Presidente da República, João Baptista Figueiredo. Esta é mais uma situação em que o líder empresarial, valendo-se de relacionamentos bastante raros, abastece os colegas associados com informações privilegiadas. Figueiredo só seria ungido pelo Colégio Eleitoral em outubro, vindo a assumir em março de 1979, mas em julho já está "escolhido" pelo Presidente Geisel, para sucedê-lo. Em 31 de julho, a entidade entrega ao ainda candidato Figueiredo um trabalho contendo sugestões relacionadas ao desenvolvimento da indústria.

Norberto Cubas da Silva nasceu em Campo Alegre (SC) em 23 junho de 1937. É formado em Direito pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Vale do Itajaí e Ciências Contábeis e Atuariais pela Faculdade de Ciências Econômicas do Paraná. É diretor presidente da Wetzel S.A., onde atua desde 1971, da ALUTEC S.A., e da Foundry Engineers Inc. (Weston, Flórida/USA). Foi membro do Conselho Consultivo do Desenville (Prefeitura Municipal de Joinville). Recebeu a Ordem do Mérito Industrial de Santa Catarina, homenagem da FIESC, em 2008. Preside a ACIJ no biênio 1978/1980.

O empresário Norberto Cubas da Silva é eleito presidente da ACIJ, em 18 de junho de 1978, tendo como vice-presidentes, Lourival May, Osvaldo Moreira Douat, Egon Freitag, Átila Urban e Heinrich Waldemar Berg. Completam a diretoria Heinz Brüske, secretário, Ralf Schmalz, segundo secretário; Achiles Schunemann, tesoureiro e Rubin Fulte, segundo tesoureiro. A mesma formação será mantida para um segundo período administrativo, de 79/80. Cubas toma posse citando a falta de esgoto sanitário e as carências no atendimento à saúde como principais problemas a serem solucionados, e aponta o papel da ACIJ nesse contexto: "buscar uma aproximação com os poderes públicos, com a finalidade de reivindicar o que nos é de direito pela expressão que Joinville representa". A ACIJ, nesse momento, já tem seu nome consolidado nacionalmente como uma das entidades classistas mais dinâmicas do país.

Em agosto de 1978, Jorge Konder Bornhausen já havia sido escolhido pelo Presidente da República, Ernesto Geisel para suceder seu primo, Konder Reis, no Governo de Santa Catarina, cargo que assumiria em março de 1979. Na condição de futuro governador, ele visita a ACIJ no dia 29, recebendo um memorial expondo as principais reivindicações de Joinville e região. O ex-presidente Osvaldo Douat traçou um perfil dos problemas apresentados. Dentre os muitos assuntos relacionados, constam a conclusão do sistema de abastecimento de água, implantação do sistema de esgoto, dragagem e canalização do Rio Cachoeira. No setor do transporte, reforça-se o pedido pela duplicação da BR-101 no trecho entre Joinville e Curitiba e surge, pela primeira vez, o pleito pela implantação de um viaduto na intersecção com a Rua Ottokar Doerffel. O documento pontua ainda as carências na área da segurança e, principalmente, a necessidade de construir um novo hospital para solucionar a falta de capacidade de internação na região. Com relação ao hospital, já há um pré-projeto, com o orçamento preliminar que monta em Cr$ 106 milhões, sem os equipamentos, sendo que existem Cr$ 60 milhões previstos no orçamento do Estado para o ano seguinte. O aeroporto seria objeto de outra audiência, em outubro, quando foi apresentada a situação que vem se arrastando há alguns anos sem solução.

Também em outubro, a ACIJ conclama seus associados para prestigiarem a inauguração do Centro Social Urbano do Itaum, que contará com a presença do Presidente da República, General Ernesto Geisel, em sua segunda viagem a Joinville no cargo presidencial. Na oportunidade, a entidade entrega a seus assessores – devido ao rígido cumprimento da agenda não foi possível entregar em mãos – um memorial com reivindicações para a cidade. Driblando as tradicionais questões sempre abordadas pela associação, nesse documento são solicitados recursos para a construção do estádio do Joinville Esporte Clube, investimentos na salvaguarda do sistema de abastecimento de água dos Rios Piraí e Cubatão e verbas para o Corpo de Bombeiros Voluntários. Sobre os mananciais, o trecho do documento reproduzido por A *Notícia*, em sua edição de 22 de outubro, diz o seguinte:

> Estes citados rios, Cubatão e Piraí, constituem os mananciais de água de que dispõe a cidade

1978 Norberto Cubas da Silva é eleito presidente da entidade

ACIJ solicita ao Presidente Geisel preservação das florestas no entorno dos rios Cubatão e Piraí

Fundação da Datasul, por Miguel Abuhab

Em 8 de outubro, realiza-se uma homenagem póstuma ao ex-diretor da casa e ex-deputado, Lauro Carneiro de Loyola

arte 2021 ACIJ 7_ARTE ALBUM JOINVILLE ok.qxd 31/05/2021 16:12 Página 178

para sua utilização no presente e também no futuro.

Enseja preocupação, portanto, a preservação desses mananciais.

E nesse sentido – Senhor Presidente da República – volta-se a reivindicação que lhe é apresentada.

Talvez através do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), talvez através de outros órgãos, seja possível adquirir desapropriar, tombar, conveniar, ou talvez sob formas outras preservar as florestas, evitando os desmatamentos, as remoções de terras, as alterações da apresentação ecológica da região. Tudo com vistas a manter as referidas bacias hidrográficas dos referidos rios, para que estes possam, indefinidamente, proporcionar os recursos hídricos indispensáveis às populações desta região.

Curioso é que, depois do presidente general, quem vem a Joinville é o futuro presidente operário. No dia 4 de dezembro, o associado Harold Nielson relata que, no próximo dia 8 de dezembro, estará em Joinville o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Luiz Inácio da Silva, conhecido como Lula. A convite do movimento sindical local, vem proferir uma palestra sobre "Direitos Humanos dos trabalhadores".

O ano que começou com a ACIJ doando equipamentos aos Bombeiros, termina com o mesmo tema. No dia 4 de dezembro, a entidade entrega à corporação um cheque de 115 mil cruzeiros – terceira parcela do montante que chegará a 650 mil – para as obras de ampliação do quartel, e outro de 80 mil, para a compra de um terreno, onde será instalado um subquartel na zona norte. Os recursos fazem parte da campanha que está sendo desenvolvida pela casa junto a seus associados, os quais vêm pagando dupla mensalidade a fim de reequipar os bombeiros. Trata-se de uma medida tomada pela associação após a onda de incêndios verificada em dezembro do ano anterior. No dia 20, é entregue o caminhão equipado com o *lança-snorker*.

Bornhausen toma conhecimento dos problemas da região

Acij mostra a Bornhausen problemas de Joinville

ACIJ torna-se porta-voz da cidade junto às autoridades

A ACIJ começa o ano de 1979 com 459 associados, dos quais 425 são sócios contribuintes e 34 são sócios correspondentes. A entidade cria em janeiro um Grupo Tarefa para estudar os problemas das enchentes ocorridas em Joinville, assunto com o qual vem se ocupando há algum tempo, inclusive junto à Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul (Sudesul). A partir dos trabalhos elaborados pelo grupo, Joinville será incluída no Programa Especial de Controle de Enchentes e Recuperação dos Vales, do Governo Federal, com a previsão de investimentos da ordem de 126 milhões de cruzeiros. O programa terá início em 1979, com previsão de término em 1984.

No início de 1979, a ACIJ ganha ainda mais musculatura ao ter quadros da casa indicados para posições estratégicas nos novos governos estadual e federal. O ex-presidente Hans Dieter Schmidt será Secretário da Indústria e Comércio do Governo Jorge Bornhausen; Luiz Gomes, membro do conselho fiscal da entidade, assume o cargo de Diretor Financeiro da Celesc; Klaus Meyer dirigirá o Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (Badesc); já o também joinvilense Oswaldo Roberto Colin, que fizera carreira no Banco do Brasil, foi alçado à presidência da instituição pelo Presidente João Figueiredo.

Desde os anos 60 e ao longo da década de 70, as empresas de Joinville vão se deparar com dois tipos de aliciamento: de capital e de mão de obra. No primeiro caso, foram investidas oficiais com representantes especialmente da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), que estiveram na ACIJ apresentando o mavioso canto dos incentivos fiscais que o Governo Federal dispunha para aquelas regiões. No início da década, a associação chegou a receber até duas destas palestras no mesmo mês. Já quanto aos trabalhadores, os pretendentes vinham de diversas partes do país alistar operários em Joinville. Há um caso, inclusive, em que as dependências do Sesc foram utilizadas com esse objetivo, no final da década de 60. Pois nesse início de ano, novamente a diretoria informa sobre as providências tomadas para coibir o recrutamento de mão de obra especializada de Joinville por empresas de fora.

Duas questões requeridas pela ACIJ ao Governo do Estado ganham ênfase no segundo semestre de 79: o Aeroporto e o Hospital Regional. No primeiro caso, o governador comprometeu-se em buscar a liberação das verbas federais e, em 9 de agosto, anuncia-se a aprovação dos investimentos pelo DAC. Em 18 de novembro é agendada a liberação dos recursos, 40 milhões de cruzeiros, em 15 dias. Em dezembro, a cifra necessária sobe para 75 milhões, já garantidos em convênio assinado pelo Estado com o Ministério da Aeronáutica. Além de ampliação da pistas, outras obras estruturais estão previstas. Com relação ao hospital, o governo define-se pela construção de uma unidade com 260 leitos, e a Fundição Tupy coloca à disposição do Estado uma área situada entre os bairros Iririú e Boa Vista, para esse fim.

Encaminhando outra questão da sua agenda permanente, a entidade envia ofício ao Ministro dos Transportes, Eliseu Rezende, solicitando a inclusão da duplicação da BR-101 entre as prioridades do Plano Rodoviário Nacional. Do ponto de vista interno, uma importante iniciativa surge em 12 de novembro, quando a casa decide nomear o conselheiro Udo Döhler como coordenador da Comissão de Ação Empresarial que será instituída na ACIJ. Finalizando outra empreitada em que a entidade está envolvida, em 10 de dezembro é encaminhado ofício ao presidente da Cia. Catarinense de Rádio e Televisão, José Antonio Navarro Lins, cumprimentando pela inauguração e início regular de operações da TV Santa Catarina, Canal 5, em Joinville.

Anos 80

Joinville entra nos anos 80 com drásticos déficits sociais nas áreas de educação, saúde, lazer, segurança, assistência ao menor carente e transportes coletivos, dentre outros. Conforme dados publicados pelo jornal A N*otícia*, relatando palestra do Prefeito Luiz Henrique na ACIJ, baseados em números do ano anterior, a Prefeitura de Joinville arrecada, por ano, 380 milhões de reais, o que significa 15 dias de faturamento do Grupo Hansen e um mês de faturamento do grupo Tupy. "Fazemos essa comparação para mostrar a indigência das receitas municipais", disse, na oportunidade, o prefeito Luiz Henrique da Silveira. Não há rede de esgoto e a água tratada chega a apenas 70% das 52 mil edificações existentes no município. Com um crescimento populacional que oscila entre 10% e 12%, apesar dos esforços da municipalidade "as favelas proliferam em diferentes pontos do município". Assim, a crise social é o principal ingrediente da nova década.

Os anos 80 vão caracterizar-se pela hiperinflação, a redemocratização do país, o ressurgimento dos movimentos sociais e o fortalecimento do sindicalismo. A política passa a estar mais presente nas discussões da casa, com a participação de secretários estaduais de diferentes áreas, deputados e até do governador do estado, debatendo temas de interesse da região, mantendo permanente interlocução com o meio político-administrativo. Segurança, explosão demográfica em Joinville, economia e duplicação da BR-101 passam a ser temas recorrentes, ao lado de outros já tradicionais como aeroporto e educação. A economia estará nos centro das atenções empresarias em Joinville na década de 80, com o país sucumbindo à moratória e recorrendo, seguidas vezes, ao Fundo Monetário Internacional (FMI). O Departamento Econômico da entidade terá papel preponderante no

1980 ACIJ participa da campanha *Voto por Joinville* — População de Joinville atinge 235.803 habitantes

ACIJ reestrutura seu Departamento Econômico para auferir índices de custo de vida em Joinville

arte 2021 ACIJ 7_ARTE ALBUM JOINVILLE ok.qxd 31/05/2021 16:12 Página 180

Na Acij, da esquerda para direita: Prefeito Luiz Henrique; Ministro Camilo Penna; Governador Jorge Bornhausen; Norberto Cubas da Silva e Dieter Schmidt.

Muitos empresários ouviram o Ministro no auditório da Acij.

Jornal destaca reunião em que a ACIJ pede ao ministro Camilo Pena a conclusão do Parque Industrial de Joinville

acompanhamento dos índices econômicos como inflação, reajustes e o nível de emprego em Joinville, gerando um intenso expediente junto às instâncias governamentais, especialmente Governo Federal e suas definições de ordem socioeconômica, muitas vezes titubeantes, tendo em vista o enfraquecimento dos militares no poder e o avanço das forças democráticas, trazendo novos componentes às tomadas de decisões.

No início dos anos de 1980, a ACIJ mantém uma política permanente de incentivo às pequenas e microempresas, discutindo com o Banco do Brasil linhas de financiamento especial, solicitando a aprovação de leis voltadas ao setor, tanto na Câmara de Vereadores, quanto na Assembleia Legislativa, discutindo o tema junto à Federação das Associações Empresariais de Santa Catarina (Facisc) e apoiando cursos de aperfeiçoamento para microempresários em diferentes instituições, como Senac e Senai.

Mesmo consolidado, o Aeroporto de Joinville continuará na pauta da ACIJ nos anos 80, com inúmeras reuniões, ofícios e solicitações por melhorias tanto na estrutura quanto nos serviços prestados, objetivando qualidade e regularidade nas ofertas de voos.

Preocupada em melhorar a representação política de Joinville, a ACIJ participa da campanha *Voto por Joinville*, organizada pela Câmara de Vereadores e Prefeitura Municipal, em 1980. A iniciativa consistiu em uma ampla campanha visando a que os habitantes de Joinville, oriundos de outras cidades e que ainda não tivessem transferido seus títulos de eleitor, providenciem a sua transferência a fim de aumentar o colégio eleitoral da cidade. Com isso, elevando as chances de eleger representantes locais para a Câmara Federal e Assembleia Legislativa. A mesma iniciativa seria repetida no ano seguinte.

No início de 1980, revigora no meio empresarial a esperança de, enfim, ser concluída a implantação do Distrito Industrial de Joinville que, em sete anos, já transitou da esfera municipal à estadual, sem chegar a uma conclusão. Por ocasião da visita do Ministro da Indústria e do Comércio, Camilo Pena, à ACIJ, em 20 de março, o presidente Norberto Cubas da Silva faz uma colocação bem realista da situação, na presença do Governador Jorge Bornhausen e do Prefeito Luiz Henrique da Silveira, conforme publicado pelo jornal *A Notícia* no dia seguinte:

> O Distrito Industrial é uma preocupação do empresariado joinvilense desde 1973, quando foi encaminhado ao BNDE (órgão subordinado ao Ministério da Indústria e do Comércio) pedido de enquadramento no programa de distritos industriais e de financiamento. Confiamos agora, que estamos em vias de sua concretização. Sua presença reforça a esperança do empresariado joinvilense.

O Brasil passa, nesse período, por uma fase de aguda inflação, que chega a 80% a cada 12 meses, índice insustentável que vem causando crescente insatisfação, especialmente entre os trabalhadores, cujos salários não acompanham a escalada inflacionária, tendo como consequência a proliferação de greves no país. Outro problema igualmente colossal é a dívida externa que cresce 12 bilhões de dólares ao ano.

1980

ACIJ cobra conclusão do Distrito Industrial de Joinville

Entidade mantém pressão pela duplicação da BR-101

Em 26 de março, a ACIJ entrega ao Corpo de Bombeiros Voluntários de Joinville um caminhão auto bomba encerrando a campanha promovida pela entidade que mobilizou recursos da ordem de 5,6 milhões de cruzeiros, desde março de 1978. Como resultado da campanha, a corporação recebeu dois caminhões, uma lança elevatória *Kabi-Snorkel* e 1 milhão de cruzeiros em dinheiro para ampliação do quartel, aquisição de um terreno e construção de um mini quartel na Rua Dona Francisca.

Em resposta aos seus inúmeros expedientes solicitando a duplicação da BR-101 entre Curitiba e Joinville, a ACIJ recebe ofício do Chefe de Gabinete do Ministro do Transportes, em março de 1980, informando que estão sendo realizados estudos que permitam a duplicação nos trechos de índices de tráfego elevados, no caso, de Palhoça a Itajaí. Nesse segmento de 105 quilômetros, o projeto já está pronto, sendo examinado pelo DNER.

No dia 28 de abril, o presidente da casa comunica que existe um movimento em Joinville prevendo para o dia 1º de maio a organização de uma paralisação em solidariedade aos grevistas metalúrgicos do ABC Paulista, com a finalidade de angariar recursos para o fundo da greve. Já no dia 5 de maio, a presidência informa que não se registrou nenhuma anormalidade nas manifestações programadas para o Dia do Trabalho e o clima de normalidade deveu-se, em grande parte, às festividades esportivas e sociais desenvolvidas nas recreativas das empresas, em atendimento a uma solicitação da ACIJ.

Osvaldo Moreira Douat é eleito para um segundo período de gestão, 80/81, à frente da ACIJ, em 9 de junho de 1980. O empresário que já ocupara a presidência da entidade no biênio 1976/78, terá como vice-presidentes na gestão que se inicia: Hercílio Hardt, Udo Döhler, Egon Freitag, Atila Urban e Norberto Cubas da Silva. A diretoria completa-se com o secretário Lourival May; o segundo secretário, Juracy Ribeiro; o tesoureiro, Norberto Willy Schossland; e o segundo tesoureiro, Gonçalo Nascimento. A nova gestão tem entre seus propósitos fortalecer a representação empresarial, revertendo em benefício da comunidade a influência da classe junto às autoridades, e estimular o surgimento de novas lideranças. Dentre as preocupações, constam a estruturação no atendimento hospitalar, a consolidação do ensino universitário e a duplicação da BR-101.

Desde junho, o associado Luiz Gomes assumiu o cargo de Supervisor Regional do Governo do Estado e, nessa condição, anunciou na ACIJ, dia 14 de julho, a assinatura do contrato para a ampliação da pista do aeroporto de Cubatão, para dia 21, com a presença do governador do estado. As obras estenderam-se até setembro de 1981, contemplando ampliação das dimensões da pista, melhoria no balizamento noturno e sinalização horizontal. Finalmente, depois de sete anos – somente para obter esta última melhoria, pois a luta para a construção da primeira pista remonta há três décadas – o novo Aeroporto de Joinville foi inaugurado em 29 de outubro de 1981, com a presença do Governador Jorge Bornhausen. Mas ainda lhe falta o rádio-farol, equipamento para operar voos noturnos. Em agosto de 81, a associação recebe o engenheiro Fernando José Camacho, da Engepasa, empresa que executou as melhorias no aeroporto, para falar sobre o assunto. Segundo ele, as obras encontravam-se totalmente concluídas, restando somente a vistoria da Infraero e do Quinto Comando Aéreo Regional (Comar), para homologação. Somente em 15 de março de 1982, a ACIJ recebe a notícia do retorno dos aviões a jato para Joinville. Flavio Augusto de Carvalho, representante local da Varig, participou da reunião da diretoria informando que, depois de sete anos de ausência, a empresa voltaria a operar com a aeronave Boeing 737, com capacidade para 109 passageiros e mais seis toneladas de carga.

Em 19 de setembro de 1980, é assinado o edital para a construção do Hospital Regional de Joinville. O Governo do Estado anuncia a concordância da Caixa Econômica Federal em financiar os 395,8 milhões de cruzeiros necessários à obra, mas a operação não foi aprovada pela Assembleia Legislativa.

arte 2021 ACIJ 7_ARTE ALBUM JOINVILLE ok.qxd 31/05/2021 16:12 Página 182

Como parte de uma série de reportagens comemorativas aos 70 anos da entidade, o jornal A *Notícia* traz, em 15 de janeiro de 1981, uma elucidativa entrevista com Udo Döhler, então vice-presidente da casa. O empresário traça um retrato bastante singular de Joinville, da associação e de aspectos sociais do trabalhador.

> Hoje o primeiro objetivo da Associação Comercial e Industrial de Joinville é proteger os interesses da comunidade, antes mesmo das necessidades dos empresários. Devido à grande explosão demográfica ocorrida em Joinville nos últimos dez anos, os problemas se avolumaram. Estes problemas infraestruturais refletem-se na precariedade da educação, na falta de leitos hospitalares, na escassez de moradia e em muitos outros setores. Se Joinville não alterar rapidamente a sua política hospitalar até 1986 a situação será crítica. O Hospital Regional de Joinville apenas amenizará o problema, mas não será suficiente. Outro fato importante é que dez anos atrás não existiam favelas na cidade. Hoje elas estão espalhadas por todo o canto. Os recém-nascidos não têm nenhuma proteção ao nascer. A rede escolar ainda deixa muito a desejar, portanto é preciso investir na comunidade. O operário enfrenta muitos problemas como transporte, esgoto, água, luz enfim uma série de dificuldades que prejudicam a sua produção. Se estes problemas minorassem, ele seria muito mais estável e produtivo.

O dirigente empresarial reconhece que um dos principais fatores geradores daquela situação é a excessiva concentração de renda, o que justifica maior participação do setor na busca de soluções. "É preciso que se encontre uma fórmula para uma melhor distribuição de renda. O empresário pode assumir, em parte, essa tarefa, participando de programas comunitários", afirma. Exemplos práticos dessa participação eram os programas Alimentar e o de Formação de Mão de Obra. No primeiro, o empregado fazia suas refeições a preços bem abaixo do seu custo, com as despesas cobertas em parte pela empresa e parcialmente pelo governo. No entanto, o entrevistado aponta que "a refeição é dada somente ao empregado, sua família pode até não ter o que comer". Já a formação profissional permitia que o funcionário menos graduado pudesse chegar à condição de técnico e galgar outras posições. À época, a ACIJ estava reestruturando o seu Departamento Econômico com o objetivo de levantar o custo de vida em Joinville, instrumento importante para desenvolver ações que melhorassem a condição social do operário.

Integrando as comemorações dos 130 anos de Joinville, em 9 de março de 1981, realiza-se um jantar promovido por CDL, ACIJ e Prefeitura Municipal de Joinville, quando são homenageadas três das mais antigas empresas de Joinville: Schneider, Döhler e Wetzel Industrial. As duas primeiras completando, nesse ano, um século de atividades, e a terceira, 125 anos.

A crise econômica motiva, em 6 de abril de 1981, o encaminhamento, por parte da ACIJ, de um expediente ao Superintendente Regional do Banco do Brasil, em Santa Catarina, relatando as manifestações de preocupação dos empresários joinvilenses. Dentre os fatores mencionados, constam a sensível redução do nível de negócios e a retração econômica. Nas reuniões da entidade, os associados debatem e analisam sucessivamente os atuais problemas econômicos, sociais e o desemprego, e outros temas correlatos, como controle de natalidade, queda de liquidez e altos custos com os transportes. Essas discussões são indícios de um novo momento vivido pela associação, numa fase em que são relacionados de maneira bastante cabal o crescimento empresarial com a sustentação social; onde ambos devem evoluir juntos. Embora a defesa de temas de interesse comunitário seja uma tônica desde os primeiros tempos da entidade, a questão ganha nova dimensão.

Em entrevista ao jornal A *Notícia*, que publicou uma série de reportagens comemorativas aos 80 anos da entidade, o presidente Arnaldo Douat diz: "Vamos lutar pela recuperação da qualidade de vida da comunidade porque só assim poderemos alcançar um maior crescimento industrial". E arremata com uma frase lapidar: "Só podemos fazer a nossa empresa crescer se a comunidade tiver um crescimento paralelo". Dados de abril de

1981

Debate do quadro socioeconômico passa a ser uma constante nas reuniões da ACIJ

81 mostram uma elevação de 64% dos desempregados em Joinville em relação ao mês anterior. Foram 7.424 demissões contra 3.764 contratações nesse período. O número de carteiras assinadas no mês caiu 34%, se comparado com abril do ano anterior.

Em 4 de maio de 1981, realiza-se reunião do conselho para discutir as sugestões de reforma nos estatutos da ACIJ, conforme solicitado em novembro do ano anterior. O maior objetivo da atualização é fortalecer a entidade com a reestruturação tanto dos meios físicos quanto dos estatuários. Na ocasião, Udo Döhler fez uma explanação detalhada sobre as alterações até então elaboradas, que alteram inclusive os quadros do conselho superior e o conselho deliberativo.

Atendendo nova solicitação da Sociedade de Corpo de Bombeiros de Joinville, a ACIJ vem coordenando uma campanha junto às empresas associadas no sentido de sensibilizá-las a refazer suas contribuições mensais àquela sociedade, de modo a reajustá-las conforme os índices inflacionários dos últimos dois anos. Os recursos obtidos dessa fonte permitem àquela entidade enfrentar parte dos custos e despesas decorrentes da manutenção dos seus dispositivos e o aumento de efetivos em seus plantões permanentes. Nesse caso não se trata de campanha provisória para compra de equipamentos, como a findada no ano anterior, mas de doações permanentes.

Duas medidas internas importantes foram tomadas em 8 de junho. Conforme discussões já anteriormente realizadas, a ACIJ decide aproveitar o pessoal técnico disponível entre os associados para colaborar com o Departamento Econômico da casa na realização de estudos mais aprofundados sobre o custo de vida em Joinville. A intenção é viabilizar dados regionais a esse respeito, especialmente ante um cenário de taxas de inflação tão elevadas. Para esse fim a ACIJ negociou um convênio com o BRDE, visando implantar um sistema de acompanhamento dos índices em Joinville. Foi proposta também a criação de uma Assessoria de Imprensa, que viria a ser estruturada somente na década seguinte. Ocuparam a função os jornalistas José Augusto Gayoso Neves, João Afonso Böer, Álvaro Junqueira, Estela Benetti e Julio Franco, atual assessor de imprensa, que responde pela área desde o dia 1º de fevereiro de 1996.

Em 15 de Julho de 1981, Osvaldo Moreira Douat é reconduzido à presidência da ACIJ, tendo Wilmar Hansen como diretor secretário e Norberto Willy Schossland como diretor tesoureiro. Os vice-presidentes eleitos são: Gonçalo Arnoldo do Nascimento, Hercílio Hardt, Norberto Cubas da Silva, Udo Döhler, Átila Urban, Edgard Meister, Egon Freitag, Juracy Ribeiro, Manfredo Evaldo Trauer e Waldemar João Hoffmann.

Em 27 de julho de 1981, João Adalberto da Silveira fez a entrega ao presidente da ACIJ de uma placa traduzindo homenagem do BRDE à entidade pela sua efetiva colaboração no processo de desenvolvimento do Estado de Santa Catarina.

A exemplo do que vem acontecendo quase que mensalmente, a diretoria debate os desdobramentos do quadro socioeconômico. Em agosto a diretoria decide encaminhar ofício ao Governador Jorge Bornhausen, manifestando a preocupação dos empresários com o desemprego decorrente da queda das atividades industriais em Joinville. Tendo em vista que é uma consequência da crise econômica que o país atravessa, a entidade sugere medidas tendentes a amenizar a difícil situação. Também em agosto, surge a informação de que a Celesc estaria solicitando às empresas que pretendem ampliar as suas ligações elétricas ou que venham a instalar-se na região, compromissos financeiros visando complementar a insuficiência de recursos para a expansão do sistema energético da concessionária. A ACIJ encaminha ofício à diretoria da empresa solicitando esclarecimentos a esse respeito.

Tema incomum, mas relevante, é abordado pelo presidente Osvaldo Douat, no início de setembro, quando refere-se ao Arquivo Histórico da cidade, solicitando que os empresários visitem o acervo para, por si só, sentirem-se sensibilizados a emprestar apoio

arte 2021 ACIJ 7_ARTE ALBUM JOINVILLE ok.qxd 31/05/2021 16:12 Página 184

na formação de um novo abrigo àqueles documentos. Em agosto de 1976, a entidade já havia manifestado apoio à iniciativa do diretor daquele arquivo, Apolinário Ternes, que solicitara ao prefeito a desapropriação da coleção de jornal *Kolonie-Zeitung* e outros documentos da colônia que se encontravam em posse dos filhos do historiador Carlos Ficker.

Na reunião do dia 28 de setembro, a casa manifesta sua desolação pelo trágico acidente aéreo ocorrido dia 23 de setembro de 1981, quando morre Hans Dieter Schmidt. O empresário foi qualificado como "nosso grande e leal companheiro", que à época era membro do conselho superior da ACIJ e Secretário da Indústria e Comércio de Santa Catarina. Foi proposto e aprovado que constasse em ata um voto de pesar pelo tão prematuro e lamentável desaparecimento do empresário e homem público Dr. Hans Dieter Schmidt. Duas semanas mais tarde, em 14 de novembro vem a falecer José Acácio Soares Moreira Filho, advogado que durante 50 anos colaborou com os trabalhos jurídicos da associação. Na reunião do dia 16, consignou-se um voto de pesar em sua homenagem.

A crise previdenciária que unira sindicatos, associação de aposentados e entidades patronais, dentre as quais a ACIJ, contra a proposta de aumento da contribuição, chegou a um desfecho desejável. Assim é que, com satisfação, em 19 de outubro, a associação recebe um telex do Ministro da Previdência e Assistência Social, Jair Soares, informando que a solução encontrada, não inclui aumento de alíquota e não suprime a aposentadoria por tempo de serviço.

Em retrospecto sobre a entidade, o ex-presidente Osvaldo Moreira Douat, faz a seguinte colocação:

> O papel da ACIJ é ser indutor das ações da classe empresarial, no sentido de buscar soluções para problemas que possam contribuir para o crescimento econômico e sustentável da cidade de Joinville. Essa filosofia, talvez, conflite um pouco com a origem das associações comerciais de um modo geral no país, que foram inicialmente criadas pra defender os interesses corporativos da classe empresarial. A ACIJ desde os primórdios de sua fundação, buscou um compromisso e, um foco mais amplo, visando a comunidade. A ideia de que a comunidade indo bem, sob todos os seus aspectos, cria bases sólidas para o desenvolvimento produtivo, fez com que a ACIJ sempre trabalhasse com uma visão muito mais ampliada do que meramente os interesses da classe. Esse diferencial fez com que a entidade sempre se projetasse no cenário nacional, tendo contribuído com relevantes trabalhos para indicar soluções importantes para o desenvolvimento do município de Joinville. Várias entidades, com o tempo, acabaram adotando esse modelo de gestão, como em Jaraguá do Sul, São Bento do Sul, São Francisco do Sul, entre outras. A ACIJ sempre teve uma liderança muito forte no contexto das associações comerciais do estado, exatamente pela sua forma de atuar e pela sua estrutura organizacional que sempre esteve muito apta a produzir documentos consistentes para apresentar reivindicações às autoridades (Entrevista concedida por Osvaldo Moreira Douat, 2010).

Norberto Willy Schossland, que já ocupara a presidência da casa em 70/71, é eleito presidente da ACIJ em 14 de junho de 1982, para um segundo período de gestão. A diretoria foi composta ainda pelo secretário Valdir José Leuzi e o tesoureiro Waldemar João Hoffmann, mais 12 vice-presidentes, conforme definido pela reforma nos estatutos da entidade. Norberto assume defendendo uma participação mais efetiva e objetiva do empresariado nos assuntos de interesse comunitário, especialmente tendo em vista a crise que se atravessava.

Após a definição interna, entram em discussão as eleições estaduais que, depois de três mandatos com indicação indireta do governador, voltam a ser diretas, já como resultado do processo de redemocratização do país, iniciado com a Anistia, em 1979. Tendo em vista o interesse dos candidatos em manter contato com a classe empresarial, a entidade decide formar um grupo de trabalho e elaborar um documento com as aspirações do setor a ser apresentado aos concorrentes. Após diversas reuniões, foi concluída uma

1981

Hans Dieter Schmidt falece, dia 23 de setembro

pauta englobando três áreas com interesses comunitários, empresariais e políticos. Assim, os postulantes a cargos eletivos foram convidados a debater suas propostas, como a ACIJ já fizera antes de 1964. Dos concorrentes a governador, apenas Esperidião Amin marcou presença, dia 3 de novembro, quando debateu suas propostas e examinou as reivindicações que lhe foram apresentadas.

Cidade segura

Após estudos desenvolvidos e melhorias implementadas na área de segurança, que começaram quatro anos antes com a reestruturação dos Bombeiros Voluntários, a ACIJ apresenta, em agosto de 1982, um memorial para buscar melhorar a classificação do município para fins de seguro. A entidade formou um dossiê com três volumes contendo todos os avanços obtidos desde a última reclassificação e formulou pedido de melhoria de classe de localização da cidade de Joinville ao Instituto de Resseguros do Brasil (IRB). O grau de classificação define o valor da apólice a ser paga. Daí a importância desse trabalho, o último avanço obtido fora em 1971, também por obra da ACIJ. Em março de 83, vem a Joinville um técnico do IRB, Valdin Canalli, para analisar a infraestrutura da cidade quanto aos riscos de incêndio. Foram visitadas várias organizações como Corpo de Bombeiro, Aeroporto, Polícia Militar, Casan, Telesc, Celesc, Prefeitura, Apag e Distrito Industrial. Por fim, a ACIJ é oficialmente comunicada pelo superintendente do IRB, Geet Meyer, de que foi aprovado, em 24 de junho, o pedido de melhoria de classe de localização da cidade. Com isso, Joinville passa da tarifa 2 para a tarifa 1. Observou-se, no entanto, a necessidade da construção do reservatório de água previsto no Distrito Industrial. A homologação ocorreu em agosto, coroando intenso trabalho da entidade. Em outubro, representantes da Associação Industrial de Blumenau, que estava interessada em melhorar a colocação da sua cidade no IRB, foram conhecer o trabalho desenvolvido pela ACIJ, reputado junto ao instituto como um dos melhores já apresentados. Importante ressaltar que o resultado prático é economia para todos os segmentos empresariais e para a população em geral.

Acij quer melhoria na segurança

Na tarde de ontem os diretores da Associação Comercial e Industrial de Joinville mantiveram contato com o prefeito Violantino Rodrigues, solicitando que através da Prefeitura Municipal seja enviado ao Instituto de Resseguros do Brasil (IRB) um pedido para melhoria de classe na localização da cidade na tarifação de seguro-incêndio. O motivo da reunião deve-se a uma restrição feita pelo IRB sobre o pedido, que deve ser enviado através do prefeito da cidade. Os diretores da Acij, através dessa reclassificação, pretendem conseguir uma importante economia a todos os agentes económicos locais e que deve também atingir a população de maneira geral. O documento entregue consta de três volumes que incluem todos os requisitos exigi-

Entidade leva processo do IRB ao prefeito Violantino Rodrigues

Em convênio com o Serviço de Segurança ao Crédito Industrial (SCI), a ACIJ implanta em outubro o cadastro de informações de pessoas jurídicas, visando a segurança ao crédito industrial. Assim possibilita a prática de preços especiais para os associados cadastrados ao sistema. Diversas empresas locais filiaram-se ao novo serviço. Também em outubro, o presidente da Portobrás, Arno Oscar Markus, informou à casa que teria início dia 11 de outubro a dragagem do Porto de São Francisco do Sul. A obra vai movimentar 100 mil metros cúbicos de areia, ampliando a bacia de evolução dos navios para 150 metros de largura. Trata-se de resultado do esforço que a entidade vem empreendendo há uma década por melhorias naquele porto.

Tendo em vista a regular realização do processo eleitoral, em novembro, a ACIJ encaminha ofício ao Presidente da República, General João Baptista de Oliveira Figueiredo, cumprimentando-o pela condução do processo de abertura política no país. Os ares da abertura democrática também se fazem sentir nos processos internos da entidade, com diversos conselheiros fazendo uso da palavra livre para apresentar sugestões da classe

1982

Em 31 de maio, a ACIJ encaminha circular às empresas exportadoras, informando sobre as consequências do conflito das Malvinas

Violantino Afonso Rodrigues finaliza mandato de prefeito

Ação da ACIJ reduz tarifa de seguro em Joinville junto ao IRB

arte 2021 ACIJ 7_ARTE ALBUM JOINVILLE ok.qxd 31/05/2021 16:12 Página 186

empresarial, tendo em vista o novo quadro político. Dentre elas, que a associação se aproxime mais da classe política e dos diversos partidos surgidos após o fim do bipartidarismo, em 1979. Ocorre que, desde os tempos de Adhemar Garcia, no pós-guerra, praticamente só se convive com duas correntes políticas. Primeiro com PSD e UDN, e depois com ARENA e MDB. No mês seguinte, a casa volta a dirigir-se ao presidente, desta vez com um extenso telex, para expressar a preocupação da classe empresarial ante os aumentos da carga tributária sobre as empresas nacionais.

A entidade fecha o ano fazendo uma leitura interna dos dados econômicos do período que se encerra, em que a inflação bateu em 99,71% e projetando prognósticos para 1983. Foram analisados os principais indicadores e suas tendências: inflação, recessão econômica, desemprego, mudanças na política empresarial, corte nos gastos do governo, taxa de juros, renegociação da dívida externa, ajuste cambial do Cruzeiro e controle às importações.

O tema econômico também dominará a pauta no primeiro trimestre seguinte. Tendo em vista o saldo negativo de 458 postos de trabalho, em 1982, mais o contingente de pessoas vindas de outros locais em busca de serviço na cidade, há uma grande pressão por empregos. Contando com os levantamentos do Departamento Econômico da casa, a ACIJ acompanha mês a mês a situação. Só em fevereiro de 1983 foram 364 novos desligamentos. A situação é tão crítica que ocorre um movimento para criar a Associação de Desempregados de Joinville. Diante desse quadro, a ACIJ marca uma reunião com os presidentes dos sindicatos patronais, para procurar soluções que possam diminuir os problemas sociais decorrentes deste desemprego. O número de títulos protestados na praça de Joinville também impressiona, tendo um aumento significativo de 401,2 % em janeiro de 1983, contra 62,04% no último dezembro. A primeira boa notícia chega só em maio, quando se constatou que houve 82 contratações a mais que as demissões no mês de abril. Mas, já no mês seguinte, o número é negativado em 422 posições. Enfim, este será um ano em que a palavra recessão entrará para o cotidiano do brasileiro. Dentre as medidas que a associação toma, uma se reveste de maior importância: a entrega ao Presidente João Figueiredo e aos ministros da área econômica de um documento pleiteando a redução das taxas de juros.

Em eleição ocorrida em 13 de junho, Udo Döhler foi eleito para um segundo período à frente da ACIJ, uma vez que já ocupara o cargo entre 1974 e 1976. Foram eleitos ainda o secretário Luiz Henrique Burmester, o tesoureiro Marcos Schatsmann e 12 vice-presidentes.[9] O novo presidente assume anunciando "uma articulação maior do empresário no encaminhamento dos problemas da comunidade". Uma declaração do novo presidente, publicada pelo jornal A *Notícia*, em 29 de junho de 1983, dimensiona a situação socioeconômica daquele ano:

> Os nossos companheiros, a cada colóquio declinam um rosário de queixas que se mantém entre si, sinal de indisfarçável verdade, uma terrível coincidência por mais variado que seja o ramo de atividade, por mais diverso o porte dos estabelecimentos, por diferente que seja o preparo dos empresários. (...) No campo social, ultimamente abateu-se sobre a família – cuja estrutura, respeitabilidade, consistência e perenidade vêm de longa data sofrendo injusta e progressiva degradação – também o fantasma da pobreza, filha espúria do desemprego e do subemprego.

Em 11 de julho, a diretoria acata sugestão de Norberto Cubas para que fosse confeccionado um busto de Hans Dieter Schmidt e instalado na casa, como homenagem póstuma ao líder empresarial. A obra foi encomendada em São Paulo e confeccionada pelo escultor Luiz Marrone. A inauguração deu-se em 9 de março de 1984, com um discurso de

9 Os vice-presidentes eleitos foram: Ivens Freitag, Simão Renato Gunther, Osvaldo Silva Filho, Oswaldo Neves Aguiar, Aldo Eggert, Dagoberto Heinz Haak, Mário Marquat, Avelar Pascoal Swarowski, Luiz Carlos Manteufel, Hélio Juarel Schutzler, Felinto Jordan e Carlos Frank Fleischfresser.

1983

Em 31 de março, realiza-se a primeira manifestação pública a favor de eleições diretas, dando início ao movimento *Diretas Já*

O empresário Wittich Freitag assume prefeitura de Joinville

Balthazar Buschle e a leitura da *Carta de Princípios*, manifesto de autoria do homenageado. No bronze, consta a seguinte mensagem: "Para que teus exemplos de empresário e de homem público permaneçam redivivos entre nós, a Associação Comercial e Industrial de Joinville honra-te com esta homenagem, por tudo que fizeste por ela, da qual continuas membro eminente e inesquecível". Ainda nesse mês, a presidência leva ao conhecimento da diretoria a escolha do novo Diretor Executivo da ACIJ, Dr. Francisco Luiz Martins Fidelis, que exercia o cargo de Secretário Executivo.

Além da recessão, outro problema bate à porta dos catarinenses em 83: a devastação provocada pelas enchentes que assolaram a região de Blumenau, em julho daquele ano, destruindo cerca de 35% da economia do estado. Solidária com as congêneres das cidades afetadas, a ACIJ cobra investimentos na recuperação da estrutura destruída.

O ano de 1983 ficará definitivamente assinalado na história pelo esfacelamento da economia, que leva o país a um estado de permanente tensão social, com sucessivas greves e protestos. Basta lembrar que a política salarial mudou três vezes e que a inflação bateu fantásticos 211% em 12 meses. Assim, como já ocorrera no primeiro semestre, as discussões socioeconômicas e o acompanhamento da progressão dos diversos índices controlados pela casa marcarão os seis últimos meses do ano. Periodicamente, são confeccionados mapas com indicadores da economia em Joinville, abordando os valores reais e nominais, dados de exportações e importações, arrecadação de imposto, arrecadação municipal, consumo de energia industrial, comercial e residencial. Essas informações são distribuídas para os associados e discutidas internamente. Um serviço que se reveste de grande importância tendo em vista a instabilidade dos parâmetros que mudam do dia para a noite e que, se tomados de maneira equivocada, podem representar grandes prejuízos às empresas. A espiral inflacionária e a maior presença do movimento sindical geram grandes discussões sobre política salarial e desemprego, as quais requerem a participação do meio empresarial.

Vítima da situação socioeconômica que abala o país, o Hospital Municipal São José vê sua já deficitária estrutura ser ainda mais demandada por pacientes. Ao longo do ano, piora ainda mais seu precário quadro com falta de médicos, estrutura, equipamentos, materiais e recursos financeiros. A ACIJ sugere ao Prefeito Wittich Freitag que seja constituído um Conselho Comunitário, com a participação de representantes de diversos segmentos da sociedade, para fiscalizar e auxiliar a administração hospitalar. Assim, a casa passa a colaborar empreendendo uma campanha de arrecadação de fundos. Em 20 de agosto do ano seguinte, o gerente local do Banco do Brasil, Cícero Ferreiro, entregará um cheque no valor de 10 milhões de cruzeiros para o hospital, obtido junto a seu presidente, Oswaldo Roberto Colin. Dentro da mesma lógica, o Corpo de Bombeiros Voluntários de Joinville também enfrenta dificuldades financeiras, correndo o risco inclusive de ter de fechar a unidade do Distrito Industrial. A entidade novamente sai em seu socorro, com nova campanha de arrecadação entre os associados. Até porque, o desmantelamento dos bombeiros colocaria em risco o novo patamar conquistado junto ao IRB.

O fim do SPC

O Serviço de Proteção ao Crédito funcionou como departamento da ACIJ de 8 de maio de 1962 a abril de 1982, e teve como primeiros usuários as Lojas Freitag, Loja Mundial, Ótica Boa Vista, Lojas Madison, Lojas Salfer, Prosdócimo e Anobiliar. Em abril de 1982, esse serviço entra num processo de revisão interna, no qual uma corrente entende que deva ser transferido para o CDL, levando à demissão coletiva do Conselho de Usuários daquele serviço, à época, presidido por Douglas Roberto dos Santos. Diante disso, a entidade faz uma pesquisa interna para definir como proceder. Em reunião dia 5

arte 2021 ACIJ 7_ARTE ALBUM JOINVILLE ok.qxd 31/05/2021 16:13 Página 188

de novembro, diversos conselheiros ligados a área comercial manifestaram-se pela sua manutenção. Em nova reunião, dia 8, vários membros solicitam um entendimento favorável às partes. Em outubro, o presidente da casa expõe que o CDL local e o Sindicato dos Lojistas estão desenvolvendo ações no sentido de criar um segundo SPC em Joinville, tendo como consequência a inviabilização do SPC que a ACIJ mantém. Diante disso, três possibilidades se colocam: desativá-lo, reagir com uma campanha para angariar novos usuários ou mantê-lo como está. Prevaleceu a primeira opção e, em 31 de outubro de 1983 o serviço foi desativado, tendo sido previamente comunicado aos usuários, à Confederação das Associações Comercial do Brasil e às federações das ACIs de Santa Catarina, Paraná e São Paulo. Assim, a ACIJ termina o ano sem um dos departamentos mais operosos da casa, nas últimas duas décadas.

A ACIJ começa 1984 fazendo balanços sobre o ano findado. Um dos índices que mais denunciam a profundidade da crise foi o número de falências e pedidos de concordata em Joinville, que cresceu em cerca de 100% sobre o ano anterior. Foram 71 pedidos de falência e outros 82 de concordata, em sua maioria, conforme análises da casa, firmas que foram pegas de surpresa pela inflação, afinal, estavam preparadas para um índice estimado em 80%, que chegou a 211%. Também como reflexo desse quadro, o número de sócios da ACIJ caiu: dos mais de 500 na virada da década, somam nesse momento 387.

No início de abril, a ACIJ discute os aspectos da criminalidade e da segurança pública em face da recessão econômica. São levantados dados, constatando um aumento expressivo de ocorrências policiais, deixando a população de Joinville em um estado de permanente angústia. Uma série de medidas de emergência são esperadas. A questão é antiga e recorrente, nos últimos 10 anos, Joinville vem sofrendo crises no setor, com falta de combustível e manutenção para as viaturas policiais, e um efetivo sempre aquém das necessidades. Também se ponderou o agravamento do desemprego e carestia como fatores desencadeantes de ações ilegais. Pautando-se no fato de que a sociedade não devia esperar de 90 a 120 dias para inquirir as autoridades sobre as medidas tomadas no campo da segurança, mas sim a cada 15 dias, a entidade criou uma comissão para acompanhar permanentemente os encaminhamentos dados à questão. Uma das medidas foi solicitar a estruturação do setor em Joinville. Em março de 85, o Secretário de Segurança do Estado fez um breve relato sobre as providências tomadas. Depois da sua última estada na ACIJ, houve um significativo aumento do efetivo na polícia civil e militar passando de 60 para 120 funcionários, reforma e adaptação do prédio do Centro de Saúde, na Rua Jaguaruna, para servir de sede da Delegacia Regional de Polícia, a transformação da Companhia da Polícia Militar em Batalhão, e entrega de uma escada Magirus para o Corpo de Bombeiros Voluntários. Registre-se que a escada só veio para Joinville depois de uma incisiva cobrança da associação.

A educação, afora as permanentes preocupações, cobranças e solicitação de ajuda, especialmente para a Escola Técnica Tupy, merecerá uma reunião especial, em 7 de abril de 84, com a presença do então Secretário de Estado da Educação, Moacir Thomazi – que também era membro do conselho deliberativo da ACIJ. Thomazi apresentou um quadro bastante pessimista, tendo em vista a necessidade de investimento na recuperação de escolas avariadas pelas enchentes daquele ano, mas principalmente pelo elevado grau de evasão escolar. Conforme o seu relato, de cada mil alunos matriculados na rede pública, apenas 286 concluiam o primeiro grau; 12 deles, chegavam ao fim do segundo grau e só 4 formavam-se em curso superior. Dentre os motivos para esse rendimento, somam-se a falta de consciência dos pais quanto à necessidade de educação e os problemas financeiros, que levam o jovem a trocar o estudo pelo trabalho precoce.

Participando da reunião da diretoria de 16 de abril de 84, o deputado Pedro Colin, constante interlocutor do empresariado local, "discorre sobre a atual situação política", posicionando-se favorável às eleições diretas para presidente da república, aliás, o primeiro registro sobre o tema na entidade.

Osvaldo Neves de Aguiar nasceu em Barra Velha (SC), em 1944, filho de Higino de Aguiar e Maria Machado de Aguiar. Mudou para Joinville, em 1954, onde formou-se em Economia e Administração de Empresas. Ingressou na Metalúrgica Duque S/A aos 25 anos, fazendo parte de seu quadro diretivo por muitos anos, ao longo dos quais presidiu, por dois mandatos, o Sindicato da Indústria Mecânica de Joinville, a Associação de Ferro e Aço de Santa Catarina (Afasc), sendo também vice-presidente da Facisc. Exerceu igualmente o cargo de vice-presidente da Fiesc. Desde 1985, atua na pecuária e bioenergia, em São Paulo e Mato Grosso do Sul. Ocupou a presidência da ACIJ de 1984 a 1985.

Microempresas

Nesse ano, a ACIJ faz um estudo sobre o funcionamento do setor de microempresa das associações comerciais de Blumenau e de São Paulo. Ao tomar conhecimento, em 2 de abril de 84, da criação da Associação Comercial e Industrial das Microempresas do Vale do Itajaí, a diretoria faz um amplo debate sobre a questão concluindo que há desvantagens na criação de "associações paralelas no que concerne à união da classe empresarial". A criação da Associação de Micro e Pequenas Empresas (AMPE) em Joinville demonstra terem sido infrutíferos os contatos para que os empresários desse porte participassem das reuniões da ACIJ. Em maio, assessorada pelo consultor jurídico, Dr. Evi Varela, essa questão ganha maior envergadura na entidade. A percepção que se tem naquele momento é que a iniciativa divide e enfraquece a classe empresarial, uma vez que o setor pode participar da ACIJ, inclusive com a organização de um Departamento de Microempresas para tratar das suas especificidades. Em 2 de julho, Laércio Beckhauser, na qualidade de presidente da Associação de Joinville e Região da Pequena, Média e Micro Empresas (Ajorpeme), faz uma explanação para a diretoria sobre as atividades daquela entidade, que se encontra em fase de criação.

Em abril de 84, a ACIJ inicia seu primeiro estudo demográfico de Joinville, num esforço de obter dados confiáveis para subsidiar o planejamento da casa, bem como embasar seus posicionamentos e reivindicações.

Nesse mesmo mês, a entidade apresenta argumentação contrária à proposta do Governo do Estado de desativar a Maternidade Darcy Vargas, transferindo seu pessoal ao Hospital Regional Hans Dieter Schmidt. A postura é uma defesa dos interesses da comunidade joinvilense, manifestada por diversos médicos que subscreveram documento contra o fechamento da maternidade. Também os deputados estaduais por Joinville foram mobilizados nesse propósito. Em 17 de setembro, o Secretário de Estado da Saúde, Dr. Vanildo José Ozelame, comparece à reunião da ACIJ, justificando que fez a proposta de fechamento da maternidade pelo déficit mensal de 30 milhões de cruzeiros em sua manutenção, a diminuição progressiva da taxa de ocupação e a necessidade de investimentos. Após longo debate, o conselheiro Luiz Gomes sugeriu ao secretário que assumisse um compromisso junto à comunidade de Joinville de que durante o seu mandato não desativaria a Maternidade Darcy Vargas.

A nova diretoria, constituída em 16 de junho, traz Osvaldo Neves de Aguiar na presidência, tendo como secretário Luiz Henrique Burmester e tesoureiro, Helio Juarez.[10] Ao assumir, Aguiar propõem maior entrosamento com as congêneres da região, uma vez que todas enfrentam problemas parecidos. Também pregou a união entre pequenos e médios empresários.

Em 7 de agosto, a ACIJ cria seu Departamento de Microempresas, que passa a fornecer ao setor assessoria jurídica, administrativa e gerencial, sob os trabalhos de Ademir Vicente Machado. Trata-se de uma resposta da casa à recém-criada Associação de Joinville e

10 Os vice-presidentes eleitos são: Ivens Freitag, Simão Renato Gunther, Nivaldo Nass, Mário Eugênio Boehm, Osvaldo Silva Filho, Helmut Sommer, Hírio Antônio Wolf, Avelar Pascoal Swarowski, Ruy Randolfo Weber e Carlos Frank Fleischfresser.

1984

ACIJ cria Departamento de Microempresas

Osvaldo Neves de Aguiar assume presidência da ACIJ

Entidade mobiliza-se pela manutenção da Maternidade Darcy Vargas em Joinville

arte 2021 ACIJ 7_ARTE ALBUM JOINVILLE ok.qxd 31/05/2021 16:13 Página 190

Região da Pequena e Média Empresa (Ajorpeme). O presidente declara na oportunidade que "queremos evitar a divisão de forças, o perigo dos antagonismos e mesmo o risco menor, mas nem por isso desprezível, da indiferença recíproca". No mesmo dia, a ACIJ promove palestra com o professor e economista Stephen Charles Kanitz, que fala sobre dívida externa, juros e inflação, dentro de uma estratégia de colocar o empresariado local ao alcance das ideias de renomados pensadores, auxiliando assim no seu planejamento e tomada de decisão.

Adotando uma estratégia de estreitar as relações entre a entidade e a classe política, a ACIJ agenda uma série de encontros com o prefeito municipal, presidente da Câmara de Vereadores, deputados federais e estaduais, senadores, o governador e outras lideranças.

O Festival de Dança de Joinville, que teve sua primeira edição realizada no ano anterior, foi discutido pela diretoria, em 30 de julho, dias depois da sua segunda edição. O vice-presidente, Osvaldo Silva Filho, parabenizou o Secretário de Esporte e Turismo, Klaus Günter, e os professores Miraci Dereti e Albertina Tuma pela excelente organização.

Outra vítima da torrente da crise econômica é a tradicional Escola Técnica Tupy (ETT). Em agosto, o conselheiro Osvaldo Moreira Douat apresenta na ACIJ o quadro de dificuldades pelas quais passa a instituição. Entre as dificuldades, o estabelecimento enfrenta a suspensão dos recursos encaminhados pelo Estado e os malefícios da elevada inflação, que estão comprometendo o nível de ensino e o funcionamento nos antigos padrões. A entidade decide convidar o empresário Raul Schmidt e o professor Sylvio Sniecikovski, respectivamente mantenedor e diretor da ETT, para participarem da próxima reunião e debater o assunto. Nessa oportunidade, Raul relatou as dificuldades e sua preocupação com o futuro da escola. Exemplificou que, enquanto a Escola Técnica de Florianópolis recebe uma subvenção de 3,4 bilhões, a Escola Técnica Tupy recebe apenas 133 milhões. O professor Sylvio Sniecikovski ressaltou que a falta de recursos poderá comprometer a qualidade do corpo docente e atualização dos equipamentos. Por fim, a ACIJ e a direção da escola decidem atuar conjuntamente na busca de soluções. Em outubro, forma-se uma comitiva, com o prefeito, a Sociedade Educacional Tupy e a ACIJ que vai a Brasília pleitear recursos junto aos órgãos governamentais para sanar as dificuldades financeiras da ETT.

Retorno à democracia

Nessa época, Joinville convivia com as ocupações irregulares de áreas de manguezais. Eram milhares de famílias morando em palafitas, sem água, luz, esgoto e ainda sujeitas aos alagamentos das marés, num acelerado processo de favelização. Em visita à cidade, o Embaixador da República Federal da Alemanha, Walter Gorenflos, foi levado a conhecer Joinville ciceroneado pelo presidente da casa. Ao comentar esta importante visita, ele lembrou que fez questão de informar àquele diplomata sobre as potencialidades industriais do município, mas também mostrar-lhe algumas particularidades das condições sociais da população da periferia, em especial daquela que habita os mangues.

O lado desenvolvido da cidade dá um importante passo com a inauguração do Parque Tecnológico de Joinville, em 30 de setembro,mais uma conquista para a cidade que teve na ACIJ importante parceira para sua realização. O ato contou com a participação do presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque, que assinou na oportunidade um protocolo de cooperação, permitindo aproximar interesses das médias, pequenas e microempresas no campo tecnológico. À época o CNPq estava voltado para o arco social, identificando algumas prioridades: alimentos, assentamentos humanos, difusão tecnológica e área de alta tecnologia.

O ano termina com uma inflação ainda superior à de 1983, que atinge estratosféricos 223,90%. Porém terá menor nocividade à economia, que inclusive apresenta uma performance melhor que nos 12 meses anteriores. O nível de emprego, se não chega a recuperar-se, pelo menos estanca o decréscimo. Em Joinville, o grande dado é que as exportações cresceram mais de 100% em relação ao período anterior. Ou seja, os brasileiros muito rapidamente se adaptaram à dinâmica inflacionária, mantendo pelo menos um nível de sobrevivência. O mesmo vale para as empresas que já não apresentam um índice tão elevado de falências e concordatas como no ano anterior. O fato é que 1984 fica marcado como o ano da esperança. Sentimento esse que tem nome e sobrenome: Tancredo Neves, que simboliza o sonho de um novo tempo, pós-ditadura militar, de liberdade e prosperidade. Em 15 de janeiro do ano seguinte, seria eleito pelo Congresso Nacional o primeiro presidente civil do Brasil depois de 20 anos de regime militar. Gravemente adoecido, não tomou posse em 15 de março; em vez dele, José Sarney recebe a faixa presidencial.

Nivaldo Nass é natural de Joinville, técnico em Contabilidade, formado em Ciências Econômicas pela Faculdade de Ciências Econômicas de Joinville, com especialização em Administração Financeira pela University of Southern Califórnia (Los Angeles/USA). Nivaldo Nass construiu sua trajetória contribuindo para a excelência e para o sucesso que caracteriza a indústria de Joinville, teve passagem marcante por empresas como Lepper, Tigre e Amanco e participação empreendedora na Herten, Akros/Amanco e Cajadina. Paralelamente, presidiu o SIMPESC – Sindicato da Indústria de Material Plástico no Estado de Santa Catarina, por três gestões no período de 1996 a 2005, e dedicou grande parcela de seu tempo ao voluntariado. Contribuiu com o ensino (como professor universitário), com associações, com federações e com a Agência Municipal de Águas e Esgoto, onde foi o primeiro presidente do Conselho de Administração. Preside a ACIJ em duas ocasiões: 1985/1986 e em 2006/2007.

Como epílogo da era militar no setor econômico, reproduzimos o seguinte quadro publicado pelo *Almanaque da Folha*, em fevereiro de 1985. "Em cerca de dois anos são assinadas, pelo ministro do Planejamento Delfim Netto, sete cartas de intenção com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Há sucessivos pedidos de *waiver* (perdão) porque metas não são cumpridas. O FMI recusa a sétima carta e suspende os desembolsos ao país."

No primeiro semestre de 1985, a ACIJ mantém o atendimento ao associado, destacando-se o apoio aos pequenos e microempresários, tendo inclusive obtido os primeiros registros na Junta Comercial do Estado para estas categorias. Nas ações externas, prioriza os temas que vêm sendo tratados pela casa, em especial segurança e meio ambiente, com a defesa da manutenção da chamada "Cota 40" em Joinville, como instrumento para preservar sua extensa área verde urbana. Dentre as conquistas, figura a transformação da Companhia de Polícia Militar de Joinville no 8º Batalhão da PM, ampliando seu efetivo e dando-lhe jurisdição regional, conforme a entidade vinha pleiteando há algum tempo.

Em 1º de julho de 1985, sai o primeiro número do *Informativo* ACIJ, o novo *Boletim* mensal que a casa passou a editar como instrumento de divulgação das atividades da entidade.

Nas eleições para a nova diretoria, ocorrida em 3 de junho de 1985, a ACIJ passa a ser presidida por Nivaldo Nass, tendo como diretor secretário Luiz Henrique Burmaster e diretor tesoureiro, Waldemar Hoffmann.[11] A gestão voltou-se à qualificação dos homens de empresas para enfrentar as grandes turbulências da época, notadamente no relacionamento com os movimentos sindicais. Promovendo cursos e palestras, a entidade procurou trazer novas luzes aos associados.

A formação da Assembleia Nacional Constituinte com o propósito de elaborar uma nova Constituição para o país chega à ACIJ no segundo semestre de 1985, com palestras dos dois deputados federais eleitos pela cidade. Pedro Colin, no dia 15 de julho, e Luiz Henrique da Silveira, dia 12 de agosto. Pedro fez um relato histórico desde o golpe de 1964

11 Os vice-presidentes são: Ivens Freitag, Wilmar Hansen, Mário Eugênio Boehm, Helmult Sommer, Hírio Antonio Wolf, Ninfo König, Osvaldo Silva Filho, Ruy Weber e Ronaldo Nass.

1984 Realizada primeira edição do Festival de Dança de Joinville, criado por Albertina Tuma e Carlos Tafur

Em 31 de outubro, ACIJ desativa o seu serviço de SPC

Em 19 de setembro, registra-se o falecimento de Adhemar Garcia, que presidiu a casa por 18 anos, ocorrido no dia 14

1985 Nivaldo Nass é eleito presidente da ACIJ

arte 2021 ACIJ 7_ARTE ALBUM JOINVILLE ok.qxd 31/05/2021 16:13 Página 192

até o retorno do regime democrático e o momento ímpar de "redefinição da organização do Brasil" por meio de uma Constituinte. Luiz Henrique lembra que a sociedade está sendo convocada para participar da Constituinte, que é a reconstituição do país sob o ponto de vista econômico, financeiro, social e administrativo. Finalizou destacando a importância de um amplo debate a nível nacional para a aprovação da Constituinte, sempre defendendo a máxima participação popular.

Outros palestrantes levados à casa foram Pedro Ivo Figueiredo de Campos, então presidente da Telesc, que falou sobre sistema telefônico; Luiz Gomes, presidente da Celesc, que faz um alerta sobre a possibilidade de um esgotamento da capacidade de energia elétrica, tendo em vista a falta de investimentos na ampliação das fontes geradoras; e Moacir Thomazi, Secretário de Educação, que mencionou a situação das escolas, o projeto de construção do Centro Cultural de Joinville, a participação do Estado no custeio da ETT e a constituição de uma universidade regional. Destaca-se ainda o Prefeito Wittich Freitag, que mostrou em detalhes os problemas da cidade, enfatizando a educação, o Projeto Mangue e a infraestrutura urbana, a área social e a zona Rural. O Deputado Osni Piske esclareceu sobre a fusão Furj/Udesc, lembrando que o primeiro grande passo para criar uma Universidade em Joinville é essa fusão.

O Vale Transporte é o tema que o Secretário Nacional de Transportes Urbanos do Ministério dos Transportes, Alcidino Bittencourt Pereira, aborda em sua palestra na ACIJ, em 25 de novembro. O benefício seria sancionado em dezembro desse ano pelo Presidente Sarney. Ainda em caráter não obrigatório, com incidência de até 6% sobre o salário-base, e sem natureza salarial ou tributária, a proposta foi bem recebida. O tema acabou trazendo o próprio Ministro do Trabalho, Almir Pazianotto, para falar à casa, no ano seguinte.

O ano de 1986 nascerá sob o signo do Plano Cruzado. Lançada em 28 de fevereiro, pelo então Ministro da Fazenda, Dílson Funaro, como remédio para livrar o país da inflação, a medida tem como base o congelamento de preços de produtos e de salários. A correção monetária foi extinta e implanta-se um novo padrão monetário no país, o Cruzado. Assim, o empresariado nacional está no centro da nova proposição, operando nos dois lados da questão. Outro tema que domina as discussões empresariais são as medidas em debate no âmbito governamental, especialmente a redução da jornada de trabalho e a estabilidade no emprego. O plano de estabilização econômica pautou as discussões da casa no primeiro semestre, com palestras, cálculos, comparações onde os associados procuram entender melhor o que está acontecendo e fazem projeções sobre seus desdobramentos. As análises fixaram-se principalmente sobre a atualização dos salários, o congelamento de preços e a deflação das obrigações a vencer no curso da nova lei. Também se sucedem as reuniões com o Delegado Regional da Superintendência Nacional do Abastecimento (Sunab) e com a Promotoria de Justiça. O relacionamento fornecedor-cliente logo se mostra como o ponto nevrálgico do combate à inflação, na percepção da casa. Dada a importância do assunto, a presidência propõe um debate continuado, solicitando que cada setor ressaltasse suas experiências suscitando vivos debates.

Também os preparativos para Constituinte receberão atenção especial nesse ano. Em março, a entidade participa da palestra proferida pelo Secretário Geral da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, Ney Prado. Nas repercussões internas, ganha ênfase as declarações do palestrante sobre a necessidade de participação efetiva da classe empresarial, não só encaminhando sugestões, mas também na escolha dos congressistas constituintes e no acompanhamento de seu trabalho. Essa será a linha de ação da ACIJ com relação a esse tema.

Os 75 anos da ACIJ são comemorados com um almoço, dia 25 de abril, quando são homenageados o Governador Esperidião Amin, o ex-governador, senador e, à época Ministro da Educação, Jorge Bornhausen, ao Prefeito Wittich Freitag e aos ex-presidentes

1984

ACIJ pleiteia recursos junto aos órgãos governamentais para Escola Técnica Tupy

Empresários debatem a formação da futura Assembleia Nacional Constituinte

Em 27 de agosto, registra-se com pesar a morte de Guilherme Urban, ex-diretor da casa

da casa. Na oportunidade, Amin define que a entidade é um patrimônio do estado. Ainda como parte das comemorações do jubileu de diamante da associação, em 28 de junho é lançado o livro *História Econômica de Joinville*, do jornalista e historiador, Apolinário Ternes, onde consta um capítulo relatando fatos da história da entidade.

As deficiências na estrutura de segurança pública em Joinville ganham repercussão devido a uma rebelião de presos que destrói a Cadeia Pública da cidade, em abril. No mês seguinte, o titular da pasta no colegiado estadual, Manoel Fogaça, comparece na ACIJ para prestar esclarecimentos sobre o setor e anuncia a liberação de recursos para a reconstrução da cadeia. Objeto de permanentes cobranças por parte da entidade, a insuficiência de pessoal tanto no efetivo civil quanto militar, volta a ser abordada. Outra questão reforçada nesse momento é o movimento pela duplicação da BR-101, que ganha uma mobilização das classes empresariais nos três estados do sul, que trabalham na elaboração de um documento conjunto a ser encaminhado ao Ministério dos Transportes.

Mário Eugenio Boehm, natural de Joinville (14/08/1926), é técnico em Administração e Engenheiro de Minas e Metalurgia pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. Foi presidente da Fundação Joinvillense de Ensino (iniciadora do ensino superior na cidade), da FUNDAJE e conselheiro educacional da Tupy. Na Fundição Tupy S.A. exerceu cargos diversos na linha de produção, atuando como superintendente da Área de Tecnologia, diretor de produção e membro do Conselho de Administração. Foi diretor industrial da Empresa Hitchiner em Indaiatuba (SP), atuou na área pública como Secretário de Administração da Prefeitura Municipal de Joinville (1990/1992), presidente da Celesc, é membro do Conselho Municipal do Meio Ambiente, da AMAE e da Câmara Comunitária de Qualificação do Ambiente Construído no conselho da cidade. Preside a ACIJ no período 1986/1987.

Mário Eugênio Boehm, à época presidindo a Celesc, foi eleito presidente da ACIJ em 9 de junho de 1986, tendo como colegas de diretoria Luiz Henrique Burmaister, secretário, e Hélio Juarez, tesoureiro.[12] O tom dos trabalhos desenvolvidos ao longo desse ano fica perceptível nas palavras do novo presidente, conforme publicação do jornal A *Notícia*, em 29 de junho: "Encontramo-nos em meio a notável liberdade político-partidária, significativa liberdade sindical, estando em curso uma disposição política que irá se elevar em uma nova e ampla reforma constitucional. Por isso cabe aos próprios associados, comparecendo às reuniões da casa, manifestarem livremente suas opiniões em torno dos assuntos trazidos a debate". Nivaldo Nass complementa a questão: "As carências ao nível governamental são inúmeras, para eliminá-las ou atenuá-las, impõem-se o exercício de uma continuada prática de pressões legítimas, para que obras e serviços da mais acentuada prioridade sejam executados."

No segundo semestre de 1986, além dos temas já em andamento, voltam a figurar a preocupação com o abastecimento de água em Joinville. Conforme levantamento da casa, o consumo industrial deverá aumentar sensivelmente, sendo necessária uma vigilância para que não venha a ocorrer desabastecimento. Relacionado a esse tema, a entidade encaminhará expedientes ao Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), à Secretaria Especial do Meio-Ambiente e à Fundação do Meio Ambiente de Santa Catarina (Fatma), solicitando maior atenção no que se refere aos desmatamentos nas cabeceiras dos rios Cubatão e Júlio. Para apresentar suas preocupações e ouvir os encaminhamentos tomados em relação ao assunto, a associação convida o presidente da Casan, Manoel Felipe, que participa de um debate na ACIJ, em julho.

Tendo em vista as eleições de novembro, a casa, a exemplo de outros anos, prepara uma pauta de reivindicações da classe empresarial a ser apresentada aos candidatos. A entidade receberá ao longo do ano representantes dos diversos partidos, candidatos aos diferentes cargos em disputa, entre eles Vilson Kleinübing, Pedro Colin, Pedro Ivo Campos,

12 Vice-presidentes escolhidos: Ivens Freitag, Wilmar Hausen, Helmult Sommer, Hírio Antônio Wolf, Nivaldo Nass, Avelar Swarowsky, Osvaldo Silva Filho, Ronaldo Nass, Edgard Meister, Carlos Bollmann de Bruns, Ruy Cardoso e Carlos Frank Fleischfresser.

1986

ACIJ solicita ações que contenham os desmatamentos nas cabeceiras dos rios Cubatão e Júlio

Mário Eugênio Boehm assume a presidência sa ACIJ

arte 2021 ACIJ 7_ARTE ALBUM JOINVILLE ok.qxd 31/05/2021 16:13 Página 194

Otair Becker, Luiz Henrique da Silveira, Nagib Zattar, Geovah Amarante, Cid Pedroso, João Norberto Neto, Alcione Gomes de Oliveira, Raulino Rosskamp, Dorival Lopes Pereira, Arno Krelling e César Condeixa Cabral. Ainda na pauta política, a casa expressa sua preocupação com o plano de metas divulgado pelo Governo Federal, que deixa descobertas algumas áreas, e privilegia recursos para o Nordeste em detrimento do Sul. Em setembro, a casa fará um chamamento à classe empresarial, visando obter maior participação no processo político, que irá culminar com a eleição dos membros da Assembleia Nacional Constituinte.

O relacionamento entre os membros associados é um dos primeiros e mais importantes aspectos de entidades de classe como a ACIJ. Um momento que ilustra isso foi propiciado pelo conselheiro Rodolpho Bertola, em outubro de 1986, a exemplo do que já fizeram no passado outras lideranças como Hans Dieter Schmidt. Então superintendente da Embraco, empresa líder mundial em seu setor, Bertola proferiu palestra analisando as perspectivas da economia para 1987. Abordou as perspectivas de crescimento econômico, o aumento de consumo depois do Plano Cruzado, redução das exportações e aumento das importações, déficit público, insatisfação dos consumidores com falta de produtos, insuficiência de energia elétrica e as consequências das mudanças políticas. Uma pauta digna de qualquer grande centro empresarial do país onde se produz e se difunde conhecimento.

Momentos como esse revestem-se de grande importância na tomada de decisões empresariais, tendo em vista a montanha russa em que se tornará a economia nacional nos próximos meses, onde nada mais é confiável. E a primeira de uma sucessão de medidas vem em 21 de novembro de 86, seis dias depois da eleição, quando o governo lança o Plano Cruzado II, um choque fiscal que põe fim ao sistema de congelamento e aumenta os preços de combustíveis e tarifas públicas, numa tentativa de equilibrar o déficit fiscal. A inflação oficial do ano que era para ter os preços congelados atinge 65%.

Três tópicos da agenda de assuntos comunitários ainda seriam tratados esse ano pela ACIJ. Em outubro, uma comitiva joinvilense integrada pela associação vai ao Ministério dos Transportes, em Brasília, para apresentar novos dados evidenciando a necessidade de duplicação da BR-101. Também a abertura do Canal do Linguado, reivindicada pela casa, recebe apoio do Governo do Estado, que encaminha projeto à Assembleia Legislativa tratando da matéria. A construção de um teatro municipal em Joinville, mencionada na casa em diferentes momentos desde 1977, é tema de apresentação pelo Secretário do Planejamento do Município, José Carlos Vieira, em 17 de novembro de 1986. Essa aspiração, agora, passa a se tornar possível mediante a criação de leis de incentivo à cultura, em especial, a Lei Sarney, que permite aos projetos habilitados no Ministério da Cultura, receber doações de empresas, que depois terão o valor abatido no imposto de renda devido ao Governo Federal. Após discussões internas, a entidade recomenda que as doações sejam canalizadas para a Fundação Cultural de Joinville. Em contrapartida, a Prefeitura comprometeu-se a criar um conselho para deliberar sobre a aplicação dos recursos. Em fevereiro de 87, o conselheiro Carlos Bruns informa que 50 empresas associadas já haviam realizado doações através da Lei Sarney, totalizando Cz$ 7.700.000.

Constituinte

O ano de 1987 começa com todas as atenções voltadas para o Congresso Nacional, em Brasília, onde em 1º de fevereiro é instalada a Assembleia Nacional Constituinte, composta por 559 congressistas, senadores e deputados federais, eleitos no ano anterior, sob a presidência de Ulysses Guimarães. A entidade passará a encaminhar expedientes, com sugestões resultantes das discussões internas, aos deputados constituintes, tendo em Luiz Henrique da Silveira o mais constante interlocutor. Brasília seria palco de outros acontecimentos menos auspiciosos para o país: em 20 de fevereiro, o presidente José Sarney anuncia que o governo brasileiro decretara moratória da dívida externa brasileira, suspendendo unilateralmente todos os pagamentos de juros, de médio e longo prazo, devidos aos bancos comerciais estrangeiros. No plano interno, os preços dispararam e o governo desiste de controlá-los, restabelecendo-se a indexação.

1986

Entidade passa a captar recursos para construção do Teatro Municipal de Joinville

Inauguração do Shopping Americanas

Interessante posicionamento verifica-se em junho, quando o Prefeito Wittich Freitag, em reportagem publicada pelo jornal *Gazeta Mercantil*, menciona que "Joinville não quer novas Indústrias". Ao discutir a matéria, a ACIJ concorda que o momento é de recuperar a qualidade de vida na cidade, uma vez que serviços básicos como água, luz, esgoto, saúde, educação e transporte não estão atendendo à crescente demanda.

Em eleição realizada dia 1º de junho, Udo Döhler é guindado à presidência da ACIJ pela terceira vez, tendo como diretor secretário Carlos Rodolfo Schneider e diretor tesoureiro, Luiz Carlos Manteufel.[13] A partir desse ano, a ACIJ assume a responsabilidade pela administração e manutenção do Corpo de Bombeiros Voluntários de Joinville, como mantenedora, passando o presidente da casa a dirigir a sociedade (Ternes, 2007).

Na pauta econômica, em 12 de junho, o governo anuncia o Plano Bresser – o nome é uma referência ao economista Luiz Carlos Bresser que substituiu Dílson Funaro no Ministério da Fazenda, em fevereiro de 1987 – com novo congelamento de preços e salários, dessa vez por 90 dias. Três dias depois, os associados reunidos na ACIJ criticam as declarações do Ministro do Trabalho, que responsabiliza os empresários pelo fracasso do Plano Cruzado. A entidade registra a forte contrariedade do setor empresarial com a fórmula sistemática do governo em aumentar os tributos para cobrir seu déficit sem nunca ter reduzido suas próprias despesas. Evidencia-se também que não há ainda segurança quanto à conceituação dos preços congelados pelo novo pacote. Por fim, decide-se apelar ao governo para que não fossem cometidas arbitrariedades, como ocorreu no início do Plano Cruzado.

Na semana seguinte, atendendo solicitação do Governador Pedro Ivo Campos, são elaboradas sugestões tendentes a aperfeiçoar o Plano Bresser. Dentre elas, a ACIJ solicitou a introdução de elementos que aumentassem a confiabilidade do plano, como a obrigatoriedade de se publicar mensalmente, através de forma clara e simplificada, o montante de déficit acumulado de cada órgão independente e autarquias, da União, dos Estados e Municípios. Também foi pedido que se mantivesse ilesa a confiança no sistema de cadernetas de poupança, impedindo a introdução de alterações frequentes ou de difícil compreensão.

Em palestra na ACIJ, o deputado Luiz Henrique da Silveira presta esclarecimentos sobre o andamento dos trabalhos na Constituinte. Dentre os vários aspectos abordados, dois dizem respeito mais diretamente à casa. A partilha dos recursos tributários, conforme o texto que está em exame naquele momento – e que prevalecerá na versão final – fortalece a posição dos Estados, atribuindo-lhes uma maior participação na arrecadação, porém pouco muda para os Municípios. O deputado lamenta que os municípios passarão de pedintes do Governo Federal para pedintes dos governos estaduais. Quanto à redução do nível de estatização da economia, há muita resistência por parte da forte e organizada burocracia nacional. Pelo menos, a perspectiva é que não haja novo incremento, como se poderia recear.

Logo que assume, Udo Döhler põe em questão o abastecimento de água em Joinville, tema que mantém sob sua permanente vigilância. Em contato com a Casan, é solicitada a instalação das adutoras do Piraí e Cubatão, do sistema de filtragem e bombeamento dando certa segurança para o setor, pelo menos para os próximos dois anos. Também espera-se por recursos para implantar rede de esgoto. Dois outros temas "clássicos" da entidade:

13 Os vice-presidentes são: Raul Schmidt, Hercílio Hardt, Osvaldo Silva Filho, Wilmar Arthur Hansen, Helmuth Sammor, Nivaldo Nass, Osvaldo Moreira Douat, Sérgio Zimath, Ronaldo Nass e Aldemir Sebastião Dadalt.

arte 2021 ACIJ 7_ARTE ALBUM JOINVILLE ok.qxd 31/05/2021 16:13 Página 196

energia elétrica e telefonia, são abordados. Em setembro, o presidente da Celesc, Nogert Wiest – ex-diretor e associado da casa – apresenta a delicada situação financeira da empresa elétrica, que deve 1,5 bilhões de cruzados à Eletrosul. Mencionou ainda que no governo anterior foram retirados acerca de 800 milhões de cruzados do caixa da estatal para reforçar o tesouro do Estado. Na reunião seguinte, é a vez do presidente da Telesc, Manfredo Arno Böer, discorrer sobre a situação da empresa. O maior problema é o déficit de terminais, sendo que somente 57% da demanda existente é atendida, mesmo assim as centrais estão sobrecarregadas. A situação é pior nas redes de Joinville e Blumenau, onde o congestionamento chega a 72%, e o crescimento anual de tráfego de Joinville é de 57%. Em grande parte, o gargalo deve-se à Telebrás, que não tem atendido Santa Catarina. Enquanto a participação do estado no PIB é de 4%, os investimentos da Telebrás na Telesc são da ordem de 1,8%.

Em 23 de outubro, Luiz Henrique da Silveira é nomeado Ministro das Ciências e Tecnologia. No dia 21 de novembro a ACIJ, em conjunto com a Prefeitura e a seção de Joinville da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), prestam-lhe homenagem pela posição assumida. Um benefício imediato do MCT para Joinville foi a instalação do Centro de Desenvolvimento de Biotecnologia (CDB). Implantado em 17 de dezembro, com o objetivo de desenvolver alta tecnologia em Joinville, agrega várias entidades, entre elas a ACIJ. O CDB contou com um aporte inicial de U$S 6 milhões do GBF (*Gesellschaft für Biotechnolo-gische Forschung* – Centro Alemão de Pesquisa em Biotecnologia), da Alemanha. Nos meses seguintes, a ACIJ acompanharia a formação do centro, seus programas, perspectivas e detalhes de sua base física, bem como o andamento das aquisições de equipamentos e formulação de convênios com a comunidade científica, como Fiocruz, Epagri, FINEP e CNPq.

O ano de 1987 terminará com uma inflação acumulada de inacreditáveis 415,83%, mas esse ainda não seria o fundo do poço.

No primeiro semestre de 1988, a ACIJ acompanhará os encaminhamentos e decisões da Assembleia Nacional Constituinte. Sempre que possível, relaciona os artigos aprovados para a nova Carta Magna aos desdobramentos práticos que vão provocar na economia e na sociedade, em especial os benefícios sociais e trabalhistas que estão sendo definidos nesse momento. A economia é acompanhada com certo desalento pelas sucessivas alterações das metas, a troca do ministro – em 6 de janeiro Luiz Carlos Bresser foi substituído por Maílson da Nóbrega – e pela inflação que continua escalando patamares cada vez mais estratosféricos. Se as empresas aprenderam a minimizar seus danos – há um frenesi de aplicações de curtíssimo prazo como o *overnight* – o mesmo não ocorre com os trabalhadores. Para esses é impossível proteger-se, uma vez que os salários ficam defasados de um dia para o outro, criando tensão social e retração no setor produtivo. A boa notícia que a casa registra são os investimentos da Casan em Joinville, conforme vinha solicitando. Com mais de 1 bilhão de cruzados investidos em obras e equipamentos, foi ampliada a rede de esgoto e duplicada sua capacidade de processar e distribuir água.

Em abril, o Prefeito Wittich Freitag e seu Secretário de Planejamento, José Carlos Vieira, apresentam na ACIJ o plano de desenvolvimento urbano da cidade. São inúmeros os temas abrangidos, todos dentro do universo de preocupações da ACIJ. Dentre os tópicos relacionados, destacam-se: evolução urbana, áreas de preservação permanente, equipamentos comunitários, destinação do lixo, abastecimento de água, energia elétrica, esgoto sanitário, parcelamento do solo, habitação, estrutura viária, estrutura urbana, áreas verdes e de lazer, localização das indústrias, área central, pré-zoneamento, perímetro urbano, invasões do mangue e transporte coletivo. Os empresários salientaram a necessidade de se tomar medidas urgentes para evitar uma queda na qualidade de vida em Joinville.

Em 25 de maio de 1988, Dia da Indústria, uma declaração à imprensa do presidente da ACIJ, Udo Döhler – que acumulava à época também a direção da Facisc – é um termômetro do estado de espírito do empresariado, frente à situação de descalabro na economia: "as indústrias de Santa Catarina não têm nada para comemorar este ano, pelo contrário, estamos preocupados com a depressão econômica nacional gerada pela má administração e pela instabilidade generalizada". O jornal A N*otícia* aponta dados que justificam o desabafo: redução da atividade industrial estimada em 20%, ociosidade de mão de obra em 15% e decréscimo na atividade industrial de 1,5% no primeiro quadrimestre.

1987

Deputados prestam esclarecimentos na ACIJ sobre andamento da Constituinte

Em 23 de outubro, Luiz Henrique da Silveira é nomeado Ministro das Ciências e Tecnologia

Em 13 de junho, Udo Döhler é aclamado para mais um mandato à frente da ACIJ, tendo como companheiros de trabalho o diretor secretário, Ninfo König, e o diretor tesoureiro, Luiz Carlos Manteuffel.[14]

No início de julho, o associado Luiz Gomes discorreu sobre o processo eleitoral municipal daquele ano e defendeu uma participação mais intensa da classe empresarial. O pleito será realizado em novembro, elegendo prefeito e vereadores, e terá o próprio Luiz Gomes como um dos candidatos, vindo a derrotar o postulante da situação. Em 21 de novembro, ele volta à casa, já como prefeito eleito. Em seu governo terá a colaboração de quatro pessoas vinculadas à ACIJ: Ronald Caputo (na Secretaria de Finanças), Moacir Thomazi (Secretaria da Educação), Mário Eugênio Boehm (Secretaria da Administração) e Evi Varela, (Consultor Jurídico).

As agendas política e econômica dominam o segundo semestre de 88. Em ambas, apesar de aflitivas, pouco a entidade pôde influir. No campo político – que nesse momento se traduz na Constituinte, já em seus dias finais – além de ficar atento, é possível exercer alguma pressão. O que mais preocupa o setor é o capítulo dos direitos sociais, sobre o qual a entidade tem se manifestado para que fossem identificadas soluções, que pudessem compatibilizar os interesses dos trabalhadores e das empresas. Os trabalhos encerram-se em 27 de julho, quando Ulysses Guimarães profere as palavras finais: "Essa será a Constituição cidadã, porque recuperará como cidadãos milhões de brasileiros, vítimas da pior das discriminações: a miséria [...] O povo nos mandou aqui para fazê-la, não para ter medo. Viva a Constituição de 1988! Viva a vida que ela vai defender e semear!".

No campo econômico, o país caminha para acumular a maior inflação da sua história que, em dezembro, atingirá a cabalística cifra de 1.037,56%. Mesmo assim, o melhor a fazer é levar o barco para até depois do nevoeiro. As muitas discussões e análises realizadas na entidade sobre as perspectivas encaminham-se sempre para a conclusão de que é necessário o empresariado ficar atento, pois deverão surgir medidas que podem afetar não só a classe, mas a sociedade de maneira abrangente. Em meio a greves, passeatas, manifestações e mortes – na Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em Volta Redonda – o setor empresarial finalmente é chamado a participar de maneira prática da agenda econômica do governo, na elaboração de um pacto entre as classes. Em novembro, a ACIJ coloca em discussão a proposição do Pacto Social, feito pelo governo, para o combate à inflação. Um entendimento deveria ser firmado por entidades da classe empresarial, trabalhadores e governo. Embora a falta de credibilidade nas ações governamentais fosse uma barreira para o sucesso do pacto, foi unânime entre os associados a opinião de que se deveria dar apoio integral às medidas, no sentido de evitar uma recessão com desdobramentos ainda mais nocivos. No final, o entendimento da entidade foi que, somente com o apoio seria possível alterar os rumos da política econômica do país. A ACIJ expediu circular às empresas associadas solicitando apoio ao Pacto Social. Houve algumas restrições ao seu sucesso, afinal, no dia anterior à sua assinatura, o governo autorizou aumentos superiores aos pactuados. Mesmo assim os empresários colaboraram.

O ano de 1989 começa com um novo pacote econômico e uma nova moeda, o

14 São eleitos os vice-presidentes: Raul Schmidt, Hercílio Hardt, Osvaldo Silva Filho, Wilmar Arthur Hansen, Helmut Sommer, Ivens Freitag, Osvaldo Moreira Douat, Felinto Koerber e Ronaldo Nass.

1988

Nova Constituição do Brasil é promulgada pelo Congresso Nacional

Prefeito Wittich Freitag e José Carlos Vieira apresentam na ACIJ o plano de desenvolvimento urbano de Joinville

arte 2021 ACIJ 7_ARTE ALBUM JOINVILLE ok.qxd 31/05/2021 16:13 Página 198

Cruzado Novo em substituição ao Cruzado. O terceiro do Governo Sarney, chamado de Plano Verão, foi instituído em 16 de janeiro, tendo sido realizado pelo ministro Maílson da Nóbrega, e mantinha premissas semelhantes aos anteriores: congelando preços e salários, e maxidesvalorizando da moeda (foram cortados três zeros), na tentativa de debelar a inflação. Porém, as medidas administrativas que faziam parte do pacote – entre elas limitar por lei o gasto público, extinguir órgãos e privatizar grandes estatais – não passaram no Congresso e o plano fracassou antes mesmo do fim do verão. Em 31 de dezembro, o índice acumulado no ano ficou em inimagináveis 1.764,87%, o maior da história. Com esse resultado, a inflação nos anos 80 chegou a 39.043.765%. Porém, mais que o ano da hiperinflação, 89 será o ano da primeira eleição direta para presidente do Brasil, em 29 anos.

Na ACIJ, um dos primeiros temas a se tratar no novo ano foi a elaboração da nova Constituição Estadual, que se procederia. De posse do pré-projeto, a entidade faria os estudos necessários, discutindo posteriormente com os deputados. Uma das sugestões, apresentada por Adolar Piske, foi a inclusão na Constituição Estadual de um Fundo para Fomento de Pesquisa Científica e Tecnológica. A proposta, reservando 1% das receitas orçamentárias para destinação ao fundo, foi encaminhada à Assembleia Legislativa. Baseado nesse princípio, seria criada por lei ordinária, em 1997, a Fundação de Ciência e Tecnologia da Santa Catarina (Fucitec), que recebe 1% das receitas do Estado, descontados os repasses constitucionais.

Governador Kleinübing entrega a Buschle diploma de Benemérito

Alguns fatos a pontuar nesse primeiro semestre: a ACIJ continua trabalhando pela arrecadação de fundos para Construção do Teatro Municipal de Joinville. No dia 6 de março, o vice-presidente Aldemir Sebastião Dadalt, representando a entidade, participa da solenidade de cravamento da 1º estaca da obra. Em abril, Hermes Rück, auxiliado por uma maquete, apresentou o andamento da construção. Nesse mesmo mês, o conselheiro José Henrique Carneiro de Loyola, desde março Secretário da Indústria do Comércio e do Turismo do Estado de Santa Catarina, encaminha expediente informando sobre estudo a respeito da travessia da Vigoreli, entre os municípios de Joinville e São Francisco do Sul. Loyola assumiu o posto no Estado tendo como missão pôr em prática o programa de desenvolvimento (PRODESC), diretamente ligado ao setor empresarial. Um ano depois, há 92 projetos em desenvolvimento com investimentos de 28 bilhões de cruzeiros, nos quais o PRODESC participa com 157 milhões.

Em 12 de junho de 1989, o empresário Raul Schmidt é eleito presidente da ACIJ, tendo como diretor secretário, Ninfo Konig e diretor tesoureiro, Marcos Hardt.[15]

Na esfera econômica, a inflação continua a se elevar. Não se discute mais se o governo conseguirá domá-la, mas se o país vivia uma hiperinflação do ponto de vista técnico. Por meio de Medida Provisória, determina-se o retorno da indexação da economia e liberação de preços, com a conseqüente previsão de acelerar ainda mais a inflação, o que de fato ocorre. A ACIJ acompanha as medidas e busca refletir sobre seus desdobramentos, em debates e colóquios, como o realizado por Ruy Cardoso, que discorreu sobre

15 Vice-presidentes eleitos: Hercílio Hardt, Ivens Freitag, Wilmar Arthur Hansen, Udo Döhler, Felinto Koerber, Roberto Jorge Keller, Osvaldo Silva Filho, Osvaldo Moreira Douat, José Antonio Monzu Sanches e Aldemir Sebastião Dadalt.

1989

Entidade propõe que a Constituição Estadual crie um Fundo para Fomento de Pesquisa Científica e Tecnológica

ACIJ encabeça uma grande mobilização com os três Estados do Sul reivindicando a duplicação da BR-101

aspectos e consequências de uma hiperinflação, especialmente a partir de uma análise sobre as medidas tomadas pela Alemanha a partir de 1924.

Em agosto, a ACIJ começa nova campanha. Dessa vez, pela instalação de uma Delegacia de Polícia Federal em Joinville. Expediente nesse sentido foi encaminhado à Polícia Federal em Brasília e ao Deputado Luiz Henrique da Silveira. Também o Prefeito Luiz Gomes foi informado dessa solicitação. Fruto de outra bandeira da ACIJ, a instalação de uma guarnição da Polícia Montada em Joinville, tem data marcada para ocorrer: março de 1990, conforme a casa é informada.

Raul Schmidt nasceu em Joinville, em 21 de abril de 1925, ingressou na faculdade de Engenharia Civil e Industrial da Universidade do Paraná, em 1944, ao mesmo tempo que se alista no exército na Bateria de Artilharia da Costa, sendo deslocado para o Rio de Janeiro. Em 1946, dando baixa retoma o estudo na Escola Nacional de Engenharia da Universidade do Brasil, forma-se em engenharia civil iniciando carreira na Fundição Tupy como responsável pela engenharia de produtos, sendo encarregado de instalar a empresa no parque industrial do Boa Vista. Em 1955, é elevado a diretor adjunto e, em 1958, a diretor gerente industrial. Em 1960, implementa a Escola Técnica Tupy. Foi coordenador do PIPMO (Programa Intensivo de Preparação de Mão de Obra) e conselheiro no Departamento Regional do Senai-SC. Em 1979, é eleito vice-presidente da área industrial e, em 1984, presidente da empresa. Raul Schmidt preside a ACIJ no biênio 1989/1991. Na foto, Raul com os deputados Ulysses Guimarães e Luiz Henrique da Silveira (aparece parcialmente).

Em agosto, após violento acidente ocorrido dia 20, com18 mortos e inúmeros feridos, a casa volta a cobrar a duplicação da BR-101. São mantidos contatos convocando as comunidades vizinhas a pressionar o Governo Federal, para imediata iniciação das obras. A entidade também encaminha ofício ao Presidente da República com cópia para os senadores e deputados federais por Santa Catarina, para os ministros dos Transportes e do Planejamento, para os governadores dos três estados do Sul e todas as associações comerciais do estado, conclamando para que houvesse uma grande mobilização reivindicando a duplicação.

Em setembro, Hermes Rück, diretor da Fundação Cultural de Joinville, informa à ACIJ que a empresa Engepasa ganhou a concorrência para a conclusão da segunda etapa da construção do teatro municipal. Lembra também que a Fundação ainda precisa captar dinheiro, mas está confiante de que os valores necessários serão obtidos em abril de 1990, por intermédio dos incentivos da Lei Sarney, quando serão concluídos os balanços das empresas. A esperada coleta de abril jamais ocorreu, pois, após a posse do novo presidente, a lei de incentivo à cultura será revogada.

Para concluir esse ano e o decênio – que passará para a história com o triste epíteto de "a década perdida" – vale lembrar um episódio relatado pelo jornal *Folha de São Paulo*, em 29 de dezembro de 1989. Já ostentando a inglória marca de maior inflação da história, a equipe econômica surpreende-se com o novo repique inflacionário. Os ministros da área econômica disseram-se "surpresos" e o Ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, saiu-se com essa pérola da sinceridade: "O índice foi puxado pelos preços dos alimentos e pelos reajustes agressivos das tarifas públicas". Pois é, essa foi a tecla muitas vezes batida pela ACIJ e o empresariado nacional em geral como uma das fragilidades dos sucessivos planos econômicos.

A ACIJ começa a nova década disposta a colaborar com o novo governo, apresentando ideias na preparação de um documento que será entregue pela Confederação

1989

Raul Schmidt é eleito presidente da ACIJ

Em 9 de novembro, após semanas de distúrbios civis, o Muro de Berlim é derrubado

Luiz Gomes assume a prefeitura de Joinville

Em 17 de dezembro Fernando Collor de Mello é eleito Presidente do Brasil

arte 2021 ACIJ 7_ARTE ALBUM JOINVILLE ok.qxd 31/05/2021 16:13 Página 200

Nacional da Indústria (CNI) ao Presidente da República, Fernando Collor de Mello. Na agenda local, registra-se a apresentação, em fevereiro, de sugestões ao Deputado Raulino Rosskamp, para que o controle da Casan retornasse a Joinville, em sintonia com a manifestação do Prefeito Luiz Gomes neste sentido. Com o governo enfrentando dificuldade em manter os investimentos necessários ao sistema, a municipalização facilitaria a administração do problema. O tema terá grande repercussão na imprensa e no meio político.

Representada pelo associado Mario Zendron, a ACIJ participa da pioneira Comissão Comunitária para a Humanização no Trânsito, em Joinville, que desenvolve uma campanha com diversas ações, como a organização de um programa curricular sobre educação para o trânsito, a ser aplicado nas escolas locais. Em outubro, a iniciativa receberá o Prêmio Volvo, em Curitiba. A casa passa a acompanhar mais de perto o Projeto Mangue, implantado no início do Governo Freitag, pela Prefeitura de Joinville. Visando a urbanização das áreas de mangue já ocupadas, o projeto inclui também a abertura de um longo canal, com 60 metros de largura, isolando as áreas de manguezais ainda intactas e impedindo que venham a ser destruídas. A iniciativa estanca um processo de ocupação desordenada nessas áreas que vem ocorrendo nos últimos 10 anos.

O pacote de Collor

Fernando Collor elegeu-se com um discurso para os "descamisados e pés descalços" e com a promessa de extinguir a inflação com um único golpe. Em março, antes da posse do novo presidente, a entidade reúne seus associados para assistir e debater uma fita de vídeo com informações econômicas. Trata-se de um meio bastante moderno à época – é preciso lembrar que ainda estamos no tempo do telex – para obter dados e acompanhar opiniões e prognósticos gerados em outros centros. Preparado por agências especializadas no assunto, o vídeo traça algumas linhas sobre a inflação, juros, dólar oficial e paralelo, bolsa de valores, ouro, *comodities*, venda do comércio, produção industrial, exportações e importações. Será um mecanismo bastante utilizado até o aparecimento de novas mídias. O Plano Collor – oficialmente chamado de Plano Brasil Novo – é bem recebido pela associação, com a ressalva de que deveriam ser liberados os recursos (que estavam congelados em bancos), necessários ao pagamento das folhas de salários como medida que evitaria a dispensa de trabalhadores.

Formulado pela nova Ministra da Fazenda, Zélia Cardoso de Melo, e lançado no dia seguinte à posse do presidente, em 16 de março, o plano traz o receituário já conhecido – congelamento de preços e salários – e novidades como o congelamento de 80% dos depósitos bancários, substituição da moeda (sai o Cruzado Novo e entra o Cruzeiro), liberação do câmbio e extinção de vários órgãos governamentais e incentivos fiscais. Ainda em março, durante reunião da ACIJ, o empresário Henrique Weber manifestou a sua preocupação em relação ao plano, especialmente pelas inconstitucionalidades das inúmeras medidas que estão sendo tomadas.

Em maio, o Deputado Luiz Henrique participa de encontro na entidade respondendo a diversas perguntas do plenário, notadamente sobre política e economia. Informou também a entrega à Fundação Cultural de Joinville um cheque doado pelo BESC, de Cr$1.000.000,00, para as obras do Teatro Municipal de Joinville. Foi a última soma expressiva que a obra recebeu. Com os recursos de que dispunha congelados – pois estavam aplicados para proteger-se da hiperinflação – e com o fim dos benefícios fiscais da Lei Sarney decretado pelo novo pacote econômico, a obra será abandonada. Em seu lugar e aproveitando a base já existente, oito anos mais tarde será inaugurado o Centreventos Cau Hansen.

Em 11 de junho de 1990, Raul Schmidt é reconduzido à presidência da ACIJ, tendo

1990

Falece em Florianópolis, dia 27 de fevereiro, o Governador de Santa Catarina, Pedro Ivo Figueiredo de Campos

ACIJ participa da pioneira Comissão Comunitária para a Humanização no Trânsito

sido eleitos também o diretor secretário Ninfo Valtero König e o diretor tesoureiro Marcos Hardt.[16] O primeiro tema tratado pela nova composição é a carência hospitalar. As discussões da casa são embasadas em estudos que apontam Santa Catarina com a melhor média leito/população.Todavia, existe uma total centralização na Grande Florianópolis, que concentra 80% das vagas hospitalares de todo o estado. Em setembro a entidade será convidada a participar do novo plano de expansão do Hospital São José – que inclui ampliação do Pronto Socorro, dotado de sala cirúrgica emergencial, UTI, salas ambulatoriais e heliponto. Vai atuar politicamente, reforçando o pedido junto aos representantes de Santa Catarina na Câmara e no Senado, a fim de que sejam destinadas verbas para a execução do projeto.

A liberação das importações, que faz parte das medidas econômicas do novo governo, é discutida pela entidade, concluindo-se que pode trazer problemas para determinados ramos industriais. A orientação é que, para enfrentar os produtos importados, a classe empresarial invista em ganhos administrativos e produtivos, visando aumentar o poder da competitividade e fazer frente à concorrência de outros países. Esta será uma política capital para a indústria nacional. Acostumada ao conforto de ter o mercado interno reservado para si, o setor industrial terá de investir em modernização, tecnologia e novos padrões comportamentais, isso será determinante num mundo cada vez mais globalizado e competitivo. Aquelas empresas ou setores que não souberam ou não tiveram condições de se adaptar, enfrentaram grandes dificuldades.

Em julho, o conselheiro da casa e Secretário da Indústria e Comércio do Estado, José Henrique Carneiro de Loyola, assume a presidência da Sociedade Educacional de Santa Catarina, mantenedora da Escola Técnica Tupy, que passa por dificuldades financeiras. Já no CDB a situação está bem encaminhada. Foram adquiridos todos os equipamentos básicos para o laboratório, há quatro projetos pilotos de pesquisa em desenvolvimento, realiza-se treinamento dos recursos humanos e está em andamento o primeiro curso de introdução a Biotecnologia Industrial. O Governo Estadual é responsável pelas despesas de custeio do CDB, aportando 50 mil dólares por mês. De sua parte, a ACIJ vem respondendo pela construção das instalações físicas e, em agosto, 60% da obra já está concluída. Para esse fim, a entidade arrecadou 600.000 dólares junto a 19 empresas.

Em agosto, a sede social da associação é novamente ampliada com a aquisição do Terraço Tupy, um amplo espaço localizado no 11º andar do Edifício Manchester, até então pertencente à Fundição Tupy.

O acompanhamento da economia é permanente. A entidade dispõe de dados locais, levantados pelo seu Departamento Econômico, com índices da variação de preços em cada setor, nível de emprego, exportação e importação. Mensalmente também recebe a fita de vídeo com informações e análises do cenário nacional, que é assistida e discutida nas reuniões da casa. São fontes preciosas que ajudam na compreensão do momento econômico e na tomada de decisão, especialmente para os pequenos empresários.

Nas eleições estaduais, realizadas em 3 de outubro de 1990, são eleitos pela região o Deputado Estadual Wittich Freitag, os federais Paulo Bauer e Luiz Henrique da Silveira; e, na majoritária, o Senador Esperidião Amin e Governador Vilson Kleinübing.

Em 3 de dezembro de 1990, a professora Mariléia Gastaldi Machado Lopes, diretora da Furj, comparece à ACIJ para apresentar o plano de transformação da entidade em universidade, e pedir apoio à iniciativa. Comunica que estará indo a Brasília para entregar ao Conselho Federação de Educação do MEC, a carta de consulta visando a criação da Univille. Em março de 1991, a Furj recebe resposta positiva da Comissão Especial das

16 Vice-presidentes: Hercílio Hardt, Ivens Freitag, Udo Döhler, Osvaldo Moreira Douat, Felinto Koerber, Roberto Jorge Keller, Aldemir Sebastião Dadalt, Wilmar Arthur Hansen, Paulo Sergio Caputo, José Laydir Colino, Georg Schmidt e José Henrique Carneiro de Loyola.

arte 2021 ACIJ 7_ARTE ALBUM JOINVILLE ok.qxd 31/05/2021 16:13 Página 202

Universidades, do Conselho Federal de Educação. Mariléia encaminha seu agradecimento pelo apoio da ACIJ e dos empresários da região de Joinville.

Na primeira reunião de fevereiro a diretoria aprova o projeto que criou a figura do Sócio Benemérito, posteriormente também aprovado pelo seu conselho superior. O título é uma distinção concedida àqueles empresários com relevantes serviços prestados à associação. O primeiro a ser agraciado, em 1996, foi o ex-prefeito Balthazar Buschle. Em junho de 1997, será a vez de Wittich Freitag, e um ano depois, José Henrique Carneiro de Loyola.

Também em fevereiro, dão-se os primeiros passos de uma das mais importantes e profícuas iniciativas da história da entidade. Um emissário da Câmara de Artes e Ofícios de Munique e Alta Baviera (HWK), entra em contato com a ACIJ propondo a uma cooperação técnica com aquela entidade. No dia 13 de fevereiro, o economista Rainer Muller Glodde apresenta a filosofia e objetivos a serem atingidos na formação, aperfeiçoamento e desenvolvimento das micro e pequenas empresas, na parceria com a Câmara de Arte e Ofícios. Assim é dado o primeiro passo de um importante projeto para Santa Catarina, com visitas às micro e pequenas empresas de Joinville, Brusque e Blumenau. Conforme Raul Schmidt escreve em sua biografia *Reflexões ao Longo de Uma Vida* (Gelbcke, 2007), aquela era uma oportunidade para Joinville, pois, na Alemanha, o setor de artes e ofícios constitui-se no segundo mais forte da economia.

Assim, tem início o projeto "Micro e Pequenas Empresas", proporcionando aos empresários grandes oportunidades de desenvolvimento. Já em 25 de março, a ACIJ recebe a visita de Heribert Spath (Presidente da Câmara de Munique e Alta Baviera e Presidente da Federação das Associações na Alemanha), acompanhado do vice-diretor Henrich Strasser e do diretor Rudolf Herwig, que coordena o Projeto pela Micro e Pequenas Empresas na Alemanha.

No mês de abril de 1991, sob o comando da presidência da ACIJ, foi a vez de uma delegação catarinense retribuir a visita. Raul Schmidt, presidente da associação; Francisco Luiz Martins Fidelis, coordenador do projeto em Joinville; Max Hermann, supervisor do projeto; Leonardo Boma, da ACI de Blumenau; e Armando Polli, da ACI de Brusque, foram conhecer a *Handwerkskammer* (Câmera de Artes e Ofícios) em Munique e Alta Baviera. A comissão voltou entusiasmada com a ideia de implantar uma câmara de artes e ofícios em Joinville e a entidade passa a trabalhar nesse objetivo.

Em visita à casa, em 29 de abril, o Deputado Luiz Henrique da Silveira anuncia a criação do Fórum da Representação Catarinense no Congresso Nacional, composto por 16 deputados federais, ex-governadores e os três senadores. Na oportunidade, são colocadas como prioridades pelo parlamentar: a conclusão do pátio de *containers* e a retomada das obras do novo cais do Porto de São Francisco, a recuperação da hidrovia Joinville-São Francisco, a duplicação da BR-101 e a conclusão da BR-280, no trecho Corupá-São Bento do Sul. Já os empresários reivindicaram apoio financeiro para a conclusão do CDB e do Teatro Municipal, auxílio ao Corpo de Bombeiros de Joinville na manutenção dos quartéis e para aquisição de equipamentos, além de ajuda financeira aos Hospitais São José, Regional e Maternidade Darcy Vargas. Interessante perceber que Luiz Henrique apresenta um pauta voltada ao setor produtivo e os empresários pedem pelas necessidades da comunidade.

Ante as perspectivas de duplicação da BR-101, a ACIJ encaminha, em maio de 1991, telex ao Governador Vilson Kleinübing, solicitando a assinatura de um convênio entre os governos federal e estadual para que, dentro da obra, fosse implementado um lote denominado "Travessia Urbana de Joinville", prevendo a construção de quatro viadutos. O mesmo expediente é encaminhado ao Secretário dos Transportes e Obras do Estado e ao Prefeito Municipal, Luiz Gomes.

As discussões sobre a composição da nova diretoria da ACIJ começam já em

1991

Em 13 de fevereiro, o economista Rainer Muller Glodde apresenta à ACIJ a proposta da Câmara de Artes e Ofícios de Munique e Alta Baviera

Em 11 de março, entra em vigor o Código de Defesa do Consumidor

março, com três postulações. José Henrique Carneiro de Loyola tem seu nome lembrado para dirigir a entidade, como um encaminhamento natural, e os jovens Albano Schmidt, sobrinho de Raul, e Ninfo König também se colocam à disposição. Desde a sucessão conflituosa de Adhemar Garcia, em 1960, os processos eleitorais da casa são sempre consensuais. O assessor jurídico, Evi Varela, na entidade desde 1962, diz que o diálogo foi uma prática constante para construir unidade. "Não me lembro de nenhuma disputa feita no voto, embora muitas vezes houvesse mais de um candidato assumido. Por tradição, eles se acomodam e sempre sai chapa única."

E assim foi. A diretoria eleita a 10 de junho de 1991 traz José Henrique Carneiro de Loyola na presidência, Avelar Paschoal Swarowsky, na secretaria e Hercílio Hardt na tesouraria.[17] A sessão foi prestigiada pelos deputados federais Ulysses Guimarães e Luiz Henrique da Silveira.

Hoje, ao recordar o episódio, Ninfo reputa aquele como um momento interessante que criou um movimento muito saudável. "O objetivo era criar um fato, não era uma disputa. Não se justifica, numa entidade de classe que representa os empresários, uma disputa acirrada. Até porque, o período de gestão é curto, é efêmero. Abri mão da candidatura em consenso, depois de conversar com o presidente e com os colegas. O Loyola assumiu a presidência e teve uma excelente gestão."

José Henrique Carneiro de Loyola nasceu em Joinville, é filho do destacado industrial e político brasileiro, Lauro Carneiro de Loyola, deputado eleito em três mandatos, e de Regina Douat Loyola. É casado com **Helga de Loyola**, de tradicional família de industriais na tecelagem. Formado em Ciências Econômicas e Técnico em Administração e Contabilidade cursou Estudos Avançados para Diretores de Empresas na Universidade Sul da Califórnia (Los Angeles/USA) e no Instituto Europeu de Administração de Negócios (INSEAD) em Fontainebleau, França. Atuou como controlador da Companhia Fabril Lepper, da Fiação São Bento S.A. e como presidente dos Empreendimentos de Turismo São Bento (NOVOTEL). Presidiu a Sociedade Corpo de Bombeiros Voluntários de Joinville, instituiu e foi o 1º presidente da Fundação Empreender. Respondeu pela Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Turismo de Santa Catarina, entre 1989 e 1991; suplente de senador, exerceu o cargo em dois períodos (08/1996 a 12/1996 e 08/2000 a 12/2000), vice-prefeito de Joinville no mandato 1997 a 2000, e prefeito interino por 10 oportunidades, somando 147 dias. Exerce a presidência da ACIJ em dois mandatos sucessivos, de 1991 a 1993. Na foto, com Helga de Loyola.

As primeiras providências de Loyola foram em direção à assinatura do convênio com a Câmara de Artes o Ofício de Munique e Alta Baviera. "Fui eleito em maio, empossado em junho, a assinatura de início do programa foi no primeiro dia de julho, e o programa iniciou no mesmo mês", recorda Loyola.

O Festival de Dança de Joinville é o tema da pauta em 29 de julho, quando os associados opinam sobre o resultado do evento para as diversas áreas. Laércio Beckhauser disse que houve um bom movimento nos restaurantes, já o comércio sentiu o poder de compra menor na população. Várias foram as manifestações sobre a importância do festival, ressaltando-se a sua repercussão internacional, divulgando a cidade. Ruy Arsego elogiou a abordagem do tema pela ACIJ, fazendo uma análise pós-festival e conclui que o sucesso cultural foi enorme e a tendência é só crescer. Vale dizer que grande parte dos recursos que viabilizam o festival provinha do patrocínio de empresas associadas à casa.

Em 22 de agosto, foi lançado o Programa Aluno Guia, pela Comissão Comunitária para a Humanização no Trânsito, da qual a ACIJ faz parte, sendo representada por Mário Zendron. Trata-se de uma iniciativa inovadora de segurança e educação no trânsito.

Prosseguindo com o programa de apoio aos micro e pequenos empreendedores, Rainer Müller Glodde e Max Hermann, representantes da Câmara de Artes e Ofícios de

17 Vice-presidentes: Edgard Nelson Meister, Luiz Freddy Mastricinique, Udo Döhler, Osvaldo Moreira Douat, Felinto Koerber, Roberto Jorge Keller, Álvaro de Calazans Gayoso Neves Filho; Albano Schmidt, Paulo Sergio Caputo e Osvaldo Silva Filho.

1991

José Henrique Carneiro de Loyola é eleito presidente da ACIJ

arte 2021 ACIJ 7_ARTE ALBUM JOINVILLE ok.qxd 31/05/2021 16:13 Página 204

Munique e Alta Baviera, participaram da reunião da diretoria em 19 de agosto, expondo os resultados esperados com a implantação do projeto. Dentre elas, alteração na estrutura das Associações Comerciais e Industriais participantes – Joinville, Brusque e Blumenau – com a criação de núcleos setoriais. Discute-se também o papel de cada um dos lados na manutenção do projeto, cabendo aos alemães o custeio de viagens de representantes da HWK para Santa Catarina, viagens de representantes das ACIs para Munique, de modo a intensificar a cooperação entre as entidades, prestar consultoria mantendo à disposição o consultor Rainer Muller e fornecer ao projeto livros e materiais didáticos. Ao encargo das associações participantes fica a infraestrutura e o material de escritório, todos os transportes dentro de Santa Catarina, a disponibilização de um coordenador e dois subcoordenadores, além de funcionários para organizar e fazer treinamento e consultoria. Já em setembro, dois resultados práticos são contabilizados: Pedro Emílio Petry viaja para um ano de estudos na Alemanha, cumprindo um programa de aperfeiçoamento e especialização na área de marcenaria. Petry hoje é uma referência nacional em trabalhos artísticos com madeira. Também foi realizado um curso de formação de jardineiros, qualificando a mão de obra que atua nesse setor.

Ante a situação de penúria pela qual passa a Creche Conde Modesto Leal, a ACIJ abre uma lista de contribuições em seu benefício. O presidente da casa toma a iniciativa doando Cr$ 1.000.000,00, por intermédio da sua empresa, a Cia. Fabril Lepper. A associação vem incentivando donativos de seus associados àquela entidade desde os anos 40. Em janeiro de 1992, a presidência foi informada que, com interferência da ACIJ a Conde Modesto Leal obteve a revisão dos convênios com as empresas joinvilenses, o que lhe permite uma situação financeira suficiente para continuar na prestação de serviço à comunidade. A entidade agradece o apoio da casa e dos empresários.

A conjuntura econômica nacional se constitui tema permanente de discussões. Várias foram as reuniões destinadas à reflexão sobre o quadro socioeconômico e político nacional. Embora os efeitos positivos do início, o Plano Collor não se mostrou suficiente para segurar a inflação, com o ano terminando num patamar de 20%. Baixa, se comparada aos 70% do último mês do Governo Sarney, mas insustentável, porque em ascendência. A evidência de que a situação está descontrolada é a substituição da Ministra Zélia Cardoso pelo diplomata Marcílio Marques Moreira, em 10 de maio. A entidade busca dar suporte aos empresários promovendo palestras sobre o tema, com os próprios associados, ou trazendo convidados. Um exemplo foi o Professor Yuichi Tsukamoto, que apresentou os cenários para a economia brasileira, com a crise cambial à vista, e o poder desestruturador dos choques econômicos. No final, teceu recomendações quanto às táticas e estratégias para enfrentar os cenários da economia naquele momento. A par disso, o governo tentava fazer ajustes à Constituição em áreas sensíveis ao empresariado, nas quais a ACIJ tentava influenciar, encaminhando expedientes à Presidência da República e aos Ministérios da Justiça, Economia, Fazenda e Planejamento e Trabalho e Previdência Social.

Nesse esforço, em fevereiro, a entidade emite uma Carta Aberta à Previdência Social com a defesa de seus pontos de vista, conforme segue:

> Os empresários de Joinville, seguindo o exemplo dos demais empresários brasileiros, acompanham, com atenção e angústia, a situação da Previdência Social no Brasil. Como ponto mais saliente e atual da questão sobressai o pequeno valor das aposentadorias que vêm sendo pagas ao expressivo número de ex-trabalhadores já em avançada idade, em cotejo com os polpudos benefícios da mesma natureza que um apreciável número de favorecidos vem colhendo.
>
> Os recursos necessários para as aposentadorias e pensões são, principalmente, providos pelas empresas e seus empregados, mas, o usufruto dessa seguridade, vem sendo colhido, sobretudo por funcionários públicos federais. Segundo as notícias divulgadas pela Comissão Especial de Previdência Social da Câmara Federal, os servidores inativos da União, que constituem pouco mais de 10% no total de aposentados, ficam com mais de 60% da arrecadação. De outra parte, casos há em que os benefícios individuais ultrapassam a casa dos Cr$ 5.000.000 mensais (valor de abril/91) e seu deferimento está sujeito ao regime especial citado no art. 75 da Lei 8.212/91. Convive com esta situação de inaceitável privilégio o desfecho inusitado da campanha aquecida pelo clamor público em favor do reajuste de 147% para os aposentados, que poucos conseguiram compreender.
>
> Senhores Congressistas – é urgente que a questão ora denunciada seja corrigida. Impõem-se uma alteração do texto constitucional que coíba essa situação que tanto privilegia os melhores aquinhoados e prejudica os mais pobres. O alegado direito adquirido em que se escudam os beneficiados, realmente não tem suporte, pois não pode prevalecer sobre os interesses da Nação. Não pode conduzir o povo a uma situação de penúria para satisfazer a um reduzido grupo.
>
> Seja reformada pela Constituição. Canceladas as aposentadorias por tempo de serviço, tanto no regime comum como em relação aos servidores públicos de todos os níveis. Limitados os valores máximos de aposentadorias e pensões, em níveis compatíveis com a riqueza nacional, em patamares idênticos para trabalhadores e servidores públicos. Seja extinta a estabilidade, que é uma grande culpada pelo excessivo tamanho do Estado. As acumulações de aposentadorias entre si ou com proventos de atividade em outro órgão, devem ser radicalmente extirpadas e substituídas pelo regime de opção.
>
> Assim, não haverá mais necessidade de se elevar tributos e contribuições de toda ordem, iniciando-se uma nova era de composição de custos, não inflada, e de barateamento do custo de vida.
>
> Apelamos a Vossas Excelências.
>
> Joinville, 27 de fevereiro de 1992.
>
> José Henrique Carneiro de Loyola, presidente

1992

ACIJ altera estatutos para admitir os Núcleos Setoriais como sócios coletivos

Entidade passa a contar com uma consultoria de Meio Ambiente

Em abril de 1992, dá-se um primeiro passo concreto rumo à ideia de construção de uma nova sede para a ACIJ, quando a Prefeitura doa um terreno para esse fim, às margens do Rio Cachoeira. A nova estrutura seria denominada "Palácio da Indústria".

Cumprindo um dos dispositivos do acordo com a Alemanha, em maio, a ACIJ forma uma comissão para estudar as mudanças nos seus estatutos, com a finalidade de incluir novas categorias de sócios, dentre elas, os Núcleos Setoriais. A alteração do regimento interno, criando a nova categoria de sócio coletivo, é aprovada em 20 de julho. Em 3 de agosto, foi aprovado o ingresso no quadro social dos primeiros núcleos setoriais, o de Marcenaria e de Plantas Ornamentais, em conformidade com os novos estatutos. Dada à envergadura do projeto, com uma complexidade de assuntos a tratar, a ACIJ decidiu criar um organismo autônomo para dirigir os trabalhos do convênio com a Câmara de Munique. Assim, em 14 de setembro de 1992, foram aprovados os estatutos da Fundação Empreender, que passaria a centralizar as ações do projeto.

A partir de junho, a casa passa a contar com um consultor de Meio Ambiente, o engenheiro Max Arthur Veit, para dar orientação aos associados. Em fevereiro de 1993, será criado um Núcleo de Meio Ambiente, com a participação dos técnicos das empresas locais, responsáveis pelas áreas de tratamento de efluentes, sob a coordenação de Max Veit. Assim se formaria um fórum de debates propício para orientar e acompanhar as ações nessa área. Em março, a consultoria de meio ambiente elabora um guia de controle de poluição em empresas, que é disponibilizado aos associados.

A entidade participa da organização das comemorações dos 100 anos de Fundação dos Bombeiros Voluntários de Joinville, obtendo patrocínio do Bamerindus e Bradesco para as atividades festivas. O centenário foi marcado, dentre outras iniciativas, pela edição de um selo postal comemorativo. Também foi deflagrada nova campanha para reequipar a corporação, apelando-se para as três esferas de poder e também para a iniciativa privada. Apesar da efeméride e dos 100 longos anos de serviços prestados à comunidade joinvilense, a corporação passa por graves dificuldades financeiras, conforme rela-

arte 2021 ACIJ 7_ARTE ALBUM JOINVILLE ok.qxd 31/05/2021 16:13 Página 206

ta à diretoria o presidente Loyola – que nesse tempo acumula a presidência da sociedade mantenedora dos bombeiros, da Escola Técnica Tupy e da ACIJ – em 10 de agosto. Sua última folha de pagamento e demais encargos foram pagos com recursos emprestados junto à própria ACIJ, à Cia. Fabril Lepper e ao Besc. Foram realizadas várias tentativas junto ao governo do estado para conseguir os recursos necessários às atividades da corporação, mas todas resultaram infrutíferas. Na semana seguinte, o Governador do Estado decidiu agendar uma visita a Joinville e reunir-se com os empresários para discutir as reivindicações já enviadas. Porém, em dezembro, o problema ainda persistirá sem solução.

Na eleição realizada em 15 de junho de 1992, Jorge Henrique Carneiro de Loyola é reconduzido para mais um ano à frente da ACIJ. Foram eleitos ainda o diretor secretário Jordi Castan Baneras e o diretor tesoureiro Ricardo Andres Domicent.[18]

Tendo em vista as características das empresas joinvilenses e a necessidade de modernização dos processos, tanto administrativos quanto produtivos, a ACIJ promove em junho uma palestra com o tema "Modernização da Empresa Familiar". A palestrante, a professora Elismar Álvares da Silva, consultora da Fundação Dom Cabral, apresenta aspectos e problemas relacionados com a atuação e sucessão da empresa familiar. Dentro desse mesmo conceito, em julho, foi realizada uma palestra com a Secretária Nacional de Economia, Dorothéia Werneck.

Devido à crítica situação em que se encontra a segurança pública em Joinville, a ACIJ instituiu em julho uma comissão de empresários, com o objetivo de analisar e identificar procedimentos que pudessem ser pleiteados junto às autoridades competentes, visando uma solução em curto prazo para esta questão.

A política nacional também vira caso de polícia. Desde maio de 1992, quando a revista V*eja* publicou uma entrevista, com seu irmão, Pedro Collor, o Presidente Fernando Collor vem sendo enredado em uma trama que envolve corrupção, tráfico de influência e enriquecimento ilícito. Vasto material vem a público envolvendo o tesoureiro da campanha de Collor, Paulo César Farias, comprometendo sua permanência na Presidência da República. Em junho, o Congresso Nacional instala uma CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito – para apurar as denúncias. Em agosto, intensificam-se as manifestações populares de repúdio ao presidente e, em 26 de agosto, a CPI aprova relatório em que Collor é responsabilizado pelas denúncias. Em Joinville, os empresários acompanham o desenrolar da situação duplamente preocupante, pela decepção com o esquema de corrupção instalado dentro do governo, e pelas consequências que o episódio poderá trazer para a economia, que paulatinamente, busca se recompor. Em 10 de setembro a ACIJ manifesta-se oficialmente fazendo publicar a seguinte nota no jornal A N*otícia*:

> Associação Comercial e Industrial de Joinville
>
> Proclamação
>
> A classe empresarial joinvilense manifesta, de público, sua crescente preocupação com o desenrolar dos acontecimentos políticos nacionais, na atual conjuntura.
>
> Reconhece que estão em curso medidas altamente salutares para a recuperação da economia do país, como programa de privatizações, a abertura paulatina e cuidadosa do comércio exterior, inclusive com a proposta de modernização operacional das áreas portuárias, a manutenção de adequada política cambial, entre outros, em conjunto, de outra parte com denúncias sobre o tráfico de influências e prática de corrupção a nível de governo.
>
> Teme, por isso, que o esforço para o controle da inflação e retomada do desenvolvimento nacional, com o retorno do desejado regime de pleno emprego e franca criação e distribuição de renda, possam sofrer reveses irrecuperáveis.
>
> Proclama a que, sobretudo as nossas autoridades dos mais altos escalões dos poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, ajam celeremente nessa difícil e complicada conjuntura, com o mais acentuado espírito de Justiça e Patriotismo, para que possam ser identificadas, comprovadas e penalizadas as práticas delituosas que tenham sido cometidas, sem o prejuízo da continuidade e conclusão dos programas de recuperação do desenvolvimento nacional
>
> Joinville, 10 de setembro de 1992.
>
> José Henrique Carneiro de Loyola, presidente

18 Vice-presidentes eleitos: Edgard Nelson Meister, Ezio Andres Domicent, Udo Döhler, Osvaldo Moreira Douat, Felinto Koerber, Roberto Jorge Keller, Álvaro de Calazans Gayoso Neves Filho, Albano Schmidt, Paulo Sérgio Caputo e Osvaldo Silva Filho.

Em 28 de setembro, a diretoria discute o pedido de *impeachment* do Presidente Collor. São analisadas as probabilidades e as consequências da situação. O afastamento seria aprovado no dia seguinte pelo Congresso Nacional e, em 2 de outubro Collor é destituído da presidência. Em sua reunião seguinte, dia 5, a ACIJ já discute os primeiros atos do Presidente da República, Itamar Franco.

Em 5 de outubro, é aprovada por unanimidade a primeira diretoria da Fundação Empreender tendo José Henrique Carneiro de Loyola, como presidente, e como diretores Ricardo Andres Domicent e Paulo Sérgio Caputo. Quatro dias depois, realiza-se reunião com membros da Câmara de Artes e Ofícios de Munique e Alta Baviera, que estavam em Joinville para avaliar o desempenho do projeto. Com os bons resultados alcançados até ali, aventou-se a possibilidade do programa ser prorrogado uma vez que sua conclusão estava prevista para janeiro de 1994. Também foi recebida favoravelmente a proposta de ampliar a região abrangida pelo convênio.

Por Joinville

Edgard Nelson Meister é eleito presidente da ACIJ em 25 de junho de 1993, tendo como diretor secretário Jordi Castan Baneras e diretor tesoureiro Luiz Fernando Reyes.[19]

A nova diretoria aplica-se em elaborar um plano com objetivos e metas a serem cumpridas. Aplicando o método de avaliação GUT, são atribuídos pesos para cada uma das áreas conforme sua importância. Despontam duas das áreas clássicas de atuação da entidade, educação, com peso 500, e Bombeiros Voluntários, com peso 490. Na sequência entram segurança pública (450), saúde (410), controle demográfico (350), formação profissional (275) e promoção ao turismo (72). A área de mais peso é objeto de uma grande campanha, a ACIJ tentará mudar a legislação nacional sobre o salário educação, uma contribuição de 2,5% sobre a folha de pagamento recolhido para a União. O problema, conforme denunciado pelo jornal F*olha de São Paulo*, à época, é que 80% desses recursos eram consumidos pela estrutura burocrática. Ou seja, ficava pelo caminho nessa triangulação de ir até Brasília e voltar. Apenas 20% retornavam aos municípios para efetivamente ser aplicado em educação. A ACIJ criou uma grande discussão, mobilizando inclusive a Fiesp, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e a Câmara dos Deputados, para que esse dinheiro permanecesse nos locais onde era originado.

Duas situações ocorridas em 1993 demonstram a participação da ACIJ em questões comunitárias. Desde outubro do ano anterior, a entidade vinha pagando os salários de funcionários colocados à disposição do Fórum de Joinville. Após o término do convênio, e por solicitação do diretor daquela instituição, a casa decide manter a parceria até que os

19 Os vice-presidentes eleitos foram: Ricardo Andres Domicent, Felinto Koerber, Álvaro C. Gayoso Neves Filho, Albano Schmidt, Paulo Sergio Caputo, Udo Döhler, Osvaldo Moreira Douat, Fabio Luiz Nielson, Marcos Hardt, Ninfo Valtero König, José Henrique Carneiro de Loyola e Osvaldo Silva Filho. Para o exercício seguinte (94/95), Meister será reconduzido à presidência, havendo poucas alterações na diretoria com a substituição de Luiz Fernando por Lauri do Nascimento na tesouraria e a entrada de novos vice-conselheiros, Felinto Koerber, Ernesto Heizelmann, Mário Hagemann e Henrique Weber, tendo saído Udo Döhler, Osvaldo Douat, Fábio Nielson e Ricardo Domicent.

arte 2021 ACIJ 7_ARTE ALBUM JOINVILLE ok.qxd 31/05/2021 16:13 Página 208

Edgard Nelson Meister, industrial e político natural de Joinville (26/09/1950) cursou Escola Técnica Tupy, Administração de Empresas na Universidade Católica de Curitiba transferindo-se depois para a Escola Superior de Administração e Gerência (ESAG) da UDESC em Florianópolis. Filho do industrial Nelson Meister, foi presidente da empresa Metalgráfica Meister, envolvendo-se então com a ACIJ. Em 1994, foi Secretário Municipal de Ações Políticas, no Governo Wittich Freitag, vindo a presidir o PFL; em 1996 assumiu a Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico e Integração Regional, no Governo Luiz Henrique, presidindo o Desenville, criado nesse ano como interface entre os empresários e o poder municipal. Já na presidência do PSDB, foi cogitado como candidato a vice-governador do Estado, em 1997. Meister, na foto, com o então Presidente **Fernando Henrique Cardoso**, comanda a ACIJ no biênio 1993/1995. Faleceu em 19 de setembro de 1998, ficando sua mulher Heleny Mendonça Meister à frente da empresa.

contratos temporários de trabalho vencessem. Essa não é a primeira vez que a associação adota, às suas custas, órgãos ou funcionários públicos, a exemplo do posto de combate à malária e do fiscal do Ministério do Trabalho, na década de 40. Também o Centro Comunitário de Segurança pede auxílio para a reforma do prédio e instalação da Central de Plantão Policial. Nesse caso, o desfecho é negativo. Após debater o caso, a diretoria conclui que, mesmo colaborando há vários anos com esse setor, não há uma evolução na qualidade dos serviços e da estrutura.

Em 16 de agosto de 1993, surgiu a preocupação com a baixa representatividade de Joinville na Assembleia Legislativa e na Câmara dos Deputados. Como solução foi desenvolvida a campanha *Vote Certo, Vote Por Joinville*, uma das grandes bandeiras da história da ACIJ, firmando seu caráter político, mas apartidário. Embora se tenha registrado iniciativa semelhante em 1980, na época, ficou restrita ao esforço para fazer com que os novos moradores, vindos de outras cidades, transferissem seus títulos para Joinville. Dessa vez, além da transferência de domicílio eleitoral, o trabalho tem o foco na redução do número de candidatos lançados pelos partidos, no estímulo ao voto para maiores de 16 anos (que não têm obrigação legal de votar), na redução de votos nulos e brancos, e também de votos para candidatos "pára-quedistas", de outras regiões. O resultado foi surpreendente. Enquanto em 1990, dos 19 postulantes à Assembleia Legislativa somente o ex-Prefeito Wittich Freitag foi eleito; em 1994, foram 15 candidatos e quatro eleitos: Adelor Vieira, Carlito Merss, Eni Voltolini e Sérgio Silva. Para a Câmara Federal, elegeram-se três: Luiz Henrique da Silveira, José Carlos Vieira e Paulo Bauer, e um suplente de senador, José Henrique Carneiro de Loyola, que respondeu interinamente pelo cargo. A iniciativa da ACIJ ajudou Joinville a tornar-se mais forte politicamente. De quebra, a entidade ainda ganhou o prêmio Top de Marketing da Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil (ADVB).

Sala de recepção

A ideia de se construir uma nova sede para a entidade é fortalecida em 20 de setembro de 1993, quando Balthazar Buschle apresentou à diretoria um retrospecto das instalações físicas que a ACIJ havia ocupando ao longo dos anos, desde as acanhadas salas alugadas, à compra de um terreno na Rua do Príncipe e a construção no Edifício Manchester. Buschle, à época já com meio século de serviços prestados à entidade, discorreu também sobre o crescimento ininterrupto da representatividade da associação e o fato de ter se tornado a sala de visitas da cidade, acolhendo políticos, administradores e toda a sorte de visitantes ilustres. Mencionou ainda as limitações da sede no que concer-

1993 Edgard Meister é eleito presidente da associação
Wittich Freitag assume Prefeitura de Joinville
ACIJ mobiliza frente nacional pela manutenção do Salário Educação em sua origem
Entidade realiza campanha *Vote Certo, Vote Por Joinville*
Associação ganha o Top de Marketing da ADVB

ne ao estacionamento de veículos e segurança, lembrando os momentos de constrangimento, quando grevistas em piquete interpelaram autoridades que visitavam a casa. Disse ainda, que em seu entender a nova sede da associação deveria ser um marco e um símbolo de unidade empresarial em Joinville. Concluindo, Balthazar disse que o momento era de tomada de decisão para o futuro.

Em 27 de fevereiro de 1994, foi lançado o Plano Real e instituída a Unidade Real de Valor (URV), que passa a vigorar no dia seguinte, indexando preços e salários. Trata-se da segunda medida dentro de uma estratégia que, enfim, domaria a inflação no Brasil. A primeira etapa foi o Programa de Ação Imediata, um conjunto de princípios visando reduzir e dar mais eficiência aos gastos públicos. Ambas foram implantadas no Governo Itamar Franco, quando Fernando Henrique era Ministro da Fazenda.

Com a pauta econômica atingindo certa normalidade, a ACIJ concentra-se em outros temas. Assim, no início de março, a presidência da casa reúne-se com o Prefeito Wittich Freitag, para discutir prioridades comunitárias: Segurança Pública, viaduto na BR-101, convênio com os bombeiros, obras do teatro municipal, verbas para investimento em Joinville, solução para os Centros de Educação e Recreação Infantil (CERIs) e a construção de um novo ginásio de esportes. No dia 21, o presidente Edgard Meister integra uma comitiva que vai a Brasília reivindicar a duplicação da BR-101, junto aos Ministros da Fazenda e dos Transportes. O grupo de autoridades joinvilenses foi integrado, entre outros, pelos presidentes dos partidos PMDB, PFL e PPR. A agenda em Brasília incluiu o gabinete do Deputado Luiz Henrique da Silveira, a Embaixada da Alemanha e a sede do DNOS (Departamento Nacional de Obras de Saneamento), onde foram tratadas, respectivamente, de verbas para o teatro municipal, equipamentos para o Hospital São José e recursos para obras de saneamento em Joinville.

Em junho de 1995, a diretoria eleita conta com Ninfo Valtero König na presidência, Jordi Castan Baneras, como diretor secretário e Lauri do Nascimento como diretor financeiro.[20] Para o período seguinte, 96/97, se manterá praticamente a mesma composição, com Ninfo na presidência e duas outras alterações: Felinto Koerber assume a tesouraria, e entram os vices Miguel Abuhab e Jamiro Wiest, tendo saído Lauri do Nascimento e Henrique Weber. A nova gestão assumiu num momento de transição da economia brasileira e buscou operar mudanças também na entidade, nos processos e procedimentos com o objetivo de preparar a casa para esse novo momento que o país estava vivendo. No intuito de evitar que as ações do dia a dia se tornassem muito rotineiras, a diretoria buscará imprimir nova dinâmica em todos os processos.

Em assembleia realizada dia 2 de outubro de 1995, o professor Néri dos Santos assumiu como presidente do Centro de Desenvolvimento de Biotecnologia (CDB), em substituição a Osvaldo Silva Filho, diretor da ACIJ. O primeiro registro de dificuldade financeira do CDB ocorre em 5 de fevereiro de 1996, quando o presidente Néri dos Santos e o vice-presidente, Aldemir Dadalt, representando a ACIJ, vão a Florianópolis para apresentar as dificuldades enfrentadas pelo CDB e discutir alternativas para superá-las. Após a constatação da situação quase insuperável do CDB, a diretoria da ACIJ decidiu que o presidente da casa buscaria junto governo do estado um encaminhamento para a situação.

Em 5 de agosto de 1996, os diretores Edgard Meister e José Henrique Carneiro de Loyola fizeram um amplo relatório sobre a situação preocupante do CDB, levantando algu-

20 A composição dos vice-presidentes foi a seguinte: Albano Schmidt, Álvaro Gayoso Neves Filho, Aldemir Sebastião Dadalt, Osvaldo Silva Filho, Felinto Koerber, Ernesto Heinzelmann, Nelson João Possamai, Edgard Nelson Meister, Henrique de Oliveira Weber, Milton Kruger, José Henrique Carneiro de Loyola e Ovandi Rosenstock

1995 Comitiva faz derradeira peregrinação a Brasília pela duplicação da BR-101
Lançado o Plano Real de estabilização da economia
Ninfo Valtero König assume a presidência da ACIJ
Inauguração dos shoppings Cidade das Flores e Mueller

arte 2021 ACIJ 7_ARTE ALBUM JOINVILLE ok.qxd 31/05/2021 16:13 Página 210

Ninfo Valtero König nasceu em Joinville, atuou nas empresas Emilio Stock & Cia Ltda, Lumière, Alva fabricante de máquinas de lavar roupa, e Tigre. Aos 31 anos assumiu a direção da CIPLA, a maior subsidiária do Grupo, na ocasião, implementando um aumento de 400% em cinco anos. Em 1977, foi um dos sócios fundadores da Akros Industrial de Plásticos e da Herten Engenharia de Moldes Ltda., foi conselheiro da Amanco-Brasil, diretor da Sociesc, do Simplast (Sindicato das Indústrias de Material Plástico do Estado de Santa Catarina), presidente do Conselho Técnico do Senai, vice-presidente da Fiesc e da Facisc, foi membro do Conselho Consultivo Empresarial de Competitividade, do Ministério da Indústria e Comércio; também foi conselheiro de Capacitação Tecnológica da Indústria do Ministério de Ciência e Tecnologia. Preside a Átrio Hotéis e a Valorem Fomento Mercantil. Ocupou a presidência da ACIJ pelo biênio 1995/1997. Na foto, com o então Governador de Santa Catarina, **Paulo Afonso**.

mas hipóteses de recuperação, porém, nada houve de conclusivo. Já na reunião seguinte, o vice-presidente Edgard Meister relatou sobre o contato mantido com o presidente do Conselho e com o diretor administrativo do CDB, que revelam uma situação pré-falimentar do empreendimento. Conforme o presidente König, estudava-se uma alternativa envolvendo a Univille, a Udesc e Governo do Estado. A ACIJ decidiu sair a campo e colher, junto às empresas associadas, recursos para fazer frente às necessidades mais prementes do CDB. Em dezembro, havia um entendimento de que a Univille deveria assumir o centro, uma vez que seus equipamentos de última geração teriam grande utilidade na vida acadêmica e no desenvolvimento de pesquisas e tecnologia. Porém, quando a ACIJ procurou lhe entregar os valores arrecadados, a universidade recusou-se a recebê-los, alegando que não poderia assumir o CDB, pois corria o risco de ficar também com seu elevado passivo trabalhista.

Em 29 de agosto de 1996, o vice-presidente José Henrique Carneiro de Loyola assume a cadeira de senador, substituindo temporariamente o Senador Casildo Maldaner, colocando-se à disposição da ACIJ A posse foi muito prestigiado, contando com a presença de diretores da ACIJ e diversos empresários de Santa Catarina. Na semana seguinte, a casa decidiu prestar uma homenagem ao Senador Loyola e aos associados Balthazar Buschle, que recentemente recebera o título de Cidadão Honorário de Joinville; Udo Döhler, Cônsul da Alemanha; e Carlos Rodolfo Schneider, Cônsul da Colômbia.

No Senado, além de discursos, defesas e posicionamentos, Loyola deixou pelo menos uma semente que frutificou, beneficiando milhares de brasileiros, a chamada "Lei Loyola", que viria a ser sancionada pelo Presidente Lula, 10 anos mais tarde, em 4 de janeiro 2007. Esse instrumento alterou dispositivos do Código de Processo Civil, possibilitando a realização de inventário e partilha, separação e divórcio consensuais diretamente no cartório, evitando a burocracia de processos no Poder Judiciário. A nova lei é resultado do Projeto 267, apresentado pelo Senador Henrique Loyola quando assumiu o cargo, em 1996 e 2000, propondo a simplificação dos procedimentos. A equipe de advogados da ACIJ ajudou na pesquisa e redação do texto jurídico. Em 2003, a ideia seria encampada pelo juiz de direito Ricardo Roesler, que remeteu a minuta à Associação dos Magistrados de Santa Catarina, que dali foi encaminhada para a instância nacional, ganhando força para ser aprovada no Congresso Nacional.

A entidade traz para palestrar em Joinville, no segundo semestre de 1996, em parceria com a Fiesc, os economistas Mailson de Nóbrega e Stephen Kanitz, que falam sobre a conjuntura política e econômica. Em novembro, será o economista, ex-Ministro e Deputado Roberto Campos que vem a Joinville, a convite da ACIJ, falar aos empresários.

Em novembro, Nelson Possamai representa a ACIJ em visitas e reuniões realizadas na Alemanha por uma comitiva de técnicos catarinenses da área ambiental, com vistas a desenvolver parcerias nesse setor, em especial aquelas focadas na despoluição da Baía Babitonga. Um dos resultados será o convênio assinado entre a FATMA e a Sociedade Alemã de Cooperação Técnica (GTZ) que permitirá uma série de ações e os estudos publicados no *Atlas Ambiental da Região de Joinville*, em 2002.

1996

O vice-presidente da ACIJ, José Henrique Carneiro de Loyola, assume cadeira no Senado Federal

Desde o ano anterior, há um movimento buscando a emancipação do distrito de Pirabeiraba. A ACIJ vem se posicionando contrária à iniciativa pelos laços culturais que unem aquela comunidade ao município de Joinville. Em novembro de 1995, quando o processo chega à Assembleia Estadual, a entidade encaminha um ofício aos deputados que integram a comissão responsável por estudar o requerimento emancipatório, manifestando sua contrariedade à iniciativa.

Em 1993, a ACIJ fixou como um dos objetivos conquistar uma relação mais proativa com a Prefeitura. Para tanto, se pleiteou a criação de uma secretaria voltada ao setor. Em 1996, a entidade preparou uma proposta da Secretaria Municipal da Indústria, Comércio e Turismo, encaminhada para que fosse inserida nos programas dos candidatos a prefeito, na eleição daquele ano. Dentre as justificativas apresentadas em defesa da medida, consta a tendência mundial para a automação da indústria e a consequente redução do número de empregos, sendo indispensável procurar-se novas colocações para essa mão de obra excedente. A proposta será implementada pelo novo prefeito com a Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional, tendo o conselheiro da ACIJ, Edgard Meister como seu primeiro titular.

Em 27 de maio, finalmente, foi instalada a Delegacia da Polícia Federal em Joinville, com uma solenidade na Prefeitura, da qual participaram o Ministro da Justiça, Nelson Jobim, o Governador do Estado, Paulo Afonso Vieira, e o Deputado Federal, Luiz Henrique da Silveira, dentre outras autoridades. A medida foi reivindicada pela ACIJ na década de 80, com expedientes encaminhados às diversas autoridades. Porém, ao tomar conhecimento da portaria publicada no *Diário Oficial da União*, que ocorrera dia 22 de maio, descobriu-se que a unidade recém-inaugurada estava vinculada a um convênio entre o Departamento da Polícia Federal, a Prefeitura de Joinville e a ACIJ, pelo qual todos os gastos com instalações e equipamentos ficariam a cargo da municipalidade e da associação.

No dia 26 de junho, a ACIJ participa da solenidade de assinatura do contrato de financiamento para a duplicação da BR-101. O ato foi realizado em Florianópolis, com a presença do Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso. Dessa forma começava a se concretizar um sonho, que se tornou uma meta, que virou uma obsessão da Associação Comercial. O caminho entre o sonho e a concretude foi percorrido de outubro de 1973 a junho de 1996. Porém, muitos ainda seriam os passos a serem dados, muitos deles para trás, até que o setor norte – Curitiba-Florianópolis – fosse totalmente concluído. A ACIJ manteria permanente vigilância sobre esse tema por muito tempo ainda.

Conforme relatoria da instituição alemã, HWK, dado ao conhecimento da ACIJ em maio de 1996, o projeto voltado às microempresas desenvolvido em Santa Catarina foi o mais bem sucedido de todos aqueles realizados no exterior pelos parceiros alemães. Ao final, o documento registra seu elogio ao diretor-secretário, Jordi Castan, pelo empenho exercido em prol do êxito do projeto, e ao diretor executivo, Francisco Luiz Martins Fidelis, além das demais pessoas que trabalharam na sua execução.

1996

ACIJ participa da solenidade de assinatura do financiamento para a duplicação da BR-101

Instalada a Delegacia da Polícia Federal em Joinville

Maílson de Nóbrega, Stephen Kanitz e Roberto Campos, vêm a Joinville a convite da ACIJ falar sobre Economia

arte 2021 ACIJ 7_ARTE ALBUM JOINVILLE ok.qxd 31/05/2021 16:13 Página 212

Reconhecimento alemão

A Fundação Empreender, criada para dar continuidade e expansão ao projeto iniciado entre a ACIJ e a Câmara de Artes e Ofícios de Munique e Alta Baviera (HWK), teve seu Conselho Curador empossado em 8 de julho de 1996. Do convênio, resultou a instalação dos Núcleos Setoriais na ACIJ – e também nas outras associações participantes – instrumento que permitiu o aperfeiçoamento de pequenos empresários mediante uma série de mecanismos, como cursos e consultorias permanentes. Em sua primeira etapa, o projeto consistiu em fomentar a parceria entre câmaras e associações empresariais da Alemanha e entidades de Santa Catarina, além da ACIJ, as associações de Brusque e Blumenau. O trabalho trouxe resultados positivos e logo depois iniciou a expansão para as outras cidades da região. Com o sucesso conquistado, a partir de outubro de 1997, a Federação das Associações Empresariais de Santa Catarina (Facisc) e o Sebrae passaram a integrar a iniciativa com o intuito de ampliar o raio de ação do Empreender, introduzindo o programa em outras regiões do estado. Atualmente a metodologia é utilizada em todo Brasil – são 30 mil empresas em 3 mil núcleos setoriais, em mais de 600 municípios – e seis em outros países, como o distante Sri Lanka.

A paranaense Maringá é uma das cidades que estão utilizando a metodologia Empreender. Jeferson Nogarolli, diretor-presidente da rede de Supermercados São Francisco e ex-presidente da ACIM e da Federação das Associações Comerciais e Industriais do Estado do Paraná, visitou a ACIJ em 1997 e deu a seguinte declaração: "Joinville tem um tecido social muito forte e está, no mínimo, uma geração à nossa frente. Daqui saiu um patrimônio para todo o nosso sistema associativo, que é o Projeto Empreender. Acredito que uma associação é tão forte quanto for o seu poder de mobilização".

Dentre os resultados, figuram o aumento da competitividade das empresas, o fortalecimento do associativismo, a união da classe empresarial, o desenvolvimento organizacional das Associações Comerciais e Industriais, o incentivo à qualidade e ao treinamento, e o impulso à geração de emprego e renda das micro e pequenas empresas. O Empreender é uma das mais exitosas iniciativas de apoio às micro e pequenas empresas do Brasil. Conforme levantamento feito em 1997, antes do programa, 80% das pequenas e médio empresas de Santa Catarina não chegavam a completar três anos de vida. Em 97, esse índice iria inverter-se, com 20% não completando cinco anos de funcionamento. Outra pesquisa, realizada em 2005, demonstrou que as empresas participantes de Núcleos Setoriais tiveram um aumento de 53% no faturamento e 58% na produtividade, em média, comparado com o ano anterior. A geração de novos empregos foi 30% superior a 2004 e a margem de lucro cresceu quase 40% sobre o ano anterior. Em Joinville são 20 núcleos, reunindo mais de 200 empresas de micro, pequeno e médio porte. Açougues, automecânicas, confecções, serralherias, comunicação, fotografia profissional, assessoria jurídica e panificação são alguns dos exemplos. Em Santa Catarina, são pelo menos 20 setores representados por 5.200 empresas, participando de 353 núcleos setoriais, que abrangem 68 segmentos diferentes da economia.

Ao longo do projeto, várias foram as empresas de segmentos diferentes que puderam estagiar durante três meses na Alemanha, aperfeiçoando-se em gestão e no seu ofício. No jornal A *Notícia* de dia 14 de agosto de 2001, o colunista João Carlos Vieira cita como foi essa oportunidade na trajetória vitoriosa da empresária do ramo chocolateiro, Dorothea Karsten. "Em 1993, por força de intercâmbio da ACIJ com a Alta Baviera, Dorothea participou durante três meses de um curso patrocinado pelo governo alemão: adquiriu enorme experiência, aprendeu bastante e fez amigos", destaca o colunista. Assim como a Doce Beijo, muitos outros pequenos negócios hoje estão fortes e sólidos, gerando empregos e renda para os cidadãos de Joinville e impostos para os governos.

Em dezembro de 2002, o então Chanceler da Alemanha, Gerard Schröeder, destacou o projeto de desenvolvimento da micro e pequena empresa catarinense, pelos resultados obtidos. Para o líder alemão, entre todos os investimentos feitos pelo seu país na América Latina, os recursos que tiveram melhor aproveitamento foram aqueles geridos na parceria com Santa Catarina. O governo alemão fez esse reconhecimento à missão empresarial catarinense que participou da assembleia geral da Câmara de Artes e Ofícios, em Munique, em 2002. Na ocasião, os presidentes das associações comerciais e industriais de Joinville, Blumenau, Jaraguá do Sul e São José foram homenageados pela correta condução de um projeto de sucesso.

Os diretores da Câmara de Artes e Ofícios de Munique e Alta Baviera deixaram claro que o projeto havia sido concluído – porque tinha início, meio e fim – mas a parceria e a receptividade da Câmara para com as entidades empresariais de Santa Catarina mantinham-se as mesmas. O trabalho feito em prol dos novos empreendedores por intermédio do Projeto Empreender passou de pioneiro a referência, mesmo para os experientes dirigentes HWK, que é uma das principais entidades de fomento à micro e pequena empresa da Europa.

arte 2021 ACIJ 7_ARTE ALBUM JOINVILLE ok.qxd 31/05/2021 16:13 Página 214

A contemporaneidade

Temos aqui o fechamento de um ciclo e o início de outro, em que os acontecimentos deixam de ser história para se tornar notícia. Essa mudança dá-se pela contemporaneidade dos fatos e dos personagens, que continuam contribuindo nesse longo e ininterrupto processo. Como todos os marcos em história, este é aleatório, e sempre poderia ser avançado ou retroagido um pouco mais, dependendo do ponto de vista. Não há menor ou maior importância nas ações desenvolvidas doravante. Todas se inserem no caudaloso legado que a ACIJ vem construindo dia após dia. Como em uma corrida de revezamento, o bastão passa de mão em mão, novos protagonistas participam do esforço coletivo, mas o jogo em andamento ainda é o mesmo. Há uma mobilidade em curso que pode alterar o seu desfecho. O que caracterizará esse novo período é uma profunda transformação na estrutura da entidade, na sua relação com o associado, utilizando-se de ferramentas modernas de gestão, e na preocupação com a comunidade, institucionalizada numa permanente vigilância. Mais do que atuar em grandes temas – embora eles continuem existindo – a ACIJ estará atenta às causas que podem ter grandes

desdobramentos, às novas ideias, à pluralidade de demandas e à multiplicidade de seus associados. A ACIJ que surge nesses novos tempos é mais maleável, permeável e inventiva, e terminará por se reinventar, sempre com o mesmo antigo propósito de buscar as condições necessárias ao desenvolvimento de seus associados, sendo a primeira e mais importante o bem estar da comunidade em que está inserida. Muito maior em todos os sentidos – número de filiados, ações desenvolvidas, espaço físico – o que mais se avulta na entidade que emerge no século 21 é o seu capital simbólico, estando envolvida em centenas, quiçá milhares de questões para as quais a comunidade conta com a sua participação. Fábrica de líderes, usina de ideias, a ACIJ é um dínamo que gera boa parte da energia transformadora dos destinos da cidade. Aliás, como sempre fez, só que agora, com mais velocidade.

No primeiro dia útil de 1997 o novo Prefeito de Joinville, Luiz Henrique da Silveira, vai à ACIJ, participar da reunião da diretoria, numa clara demonstração de prestígio da entidade e do desejo de participação no seu governo. O entrosamento começou antes mesmo da eleição. Na hora de compor a chapa, Luiz Henrique buscou o vice-presidente da ACIJ – então senador no exercício do cargo – José Henrique Loyola, para ser seu vice-prefeito. O encontro serviu para uma afinação das agendas, em que a casa colocou a sua prioridade. Interessante notar que em uma reunião prévia, havida em dezembro, elencou-se a despoluição do Rio Cachoeira, Univille, Ginásio de Esportes no Boa Vista e o desenvolvimento do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Joinville (IPPUJ) com o planejamento viário da cidade. Ao final, deliberou-se um único e grande item: o planejamento da cidade. Além de Loyola, a administração municipal contará, também, com Edgard Meister na pasta de Desenvolvimento e Integração Regional.

A associação conta com oportuna representatividade no novo governo. Muitos de seus ex-presidentes, diretores, conselheiros e vice-presidentes fazem parte do Conselho de Desenvolvimento Econômico de Joinville (Desenville). E dois ex-presidentes, José Henrique Loyola e Edgard Meister, ocupam funções estratégicas. Com cadeira no Executivo, a entidade tem condições de pôr em prática ações que sempre defendeu, sem que isso a impedisse de praticar o saudável exercício da crítica e da análise. Até porque, ante à pluralidade ideológica de que se compõe, sempre foi de sua tradição resguardar uma posição de autonomia e independência, mesmo mantendo estreito relacionamento com os governos municipais, estaduais e até mesmo federais, em diferentes períodos de sua história. No plano estadual, Henrique Weber assume a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Integração ao Mercosul.

Em fevereiro de 1997, foi constituída uma empresa de sociedade civil, sem fins lucrativos, numa parceria entre a ACIJ e a Prefeitura para a implantação, operação, desenvolvimento e manutenção de uma central de destinação de resíduos industriais de Joinville. A Sociedade Auxiliar de Preservação Ambiental utilizará para esse fim uma área de 500 mil metros quadrados doado pelo Estado ao Município. O gerente geral da Multibrás em Joinville, Nelson Possamai, foi eleito diretor-presidente da Sociedade Ambiental. As empresas de Joinville produziam, em 1997, cerca de 300 toneladas/dia de lixo industrial que, a partir de então, passaram a ter uma destinação mais adequada. A empresa também tinha por objetivo o desenvolvimento de estudos sobre reciclagem e reaproveitamento de materiais descartados; implantação de um sistema de monitoramento dos resíduos industriais e formulação de sugestões com vistas à preservação ou recuperação do meio ambiente. A necessidade de uma destinação própria para o resíduo industrial começou a ser discutida pela ACIJ em junho de 1988, com a participação do engenheiro Roberto Cabral Aracheski. Na época, 50% do lixo recolhido era industrial.

Mais um pacote de aspirações se consubstancia em 8 de março de 1997, quando o Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, visita Joinville inaugurando o

1997

Luiz Henrique da Silveira assume segundo mandato de prefeito

Prefeitura e ACIJ criam central de destinação de resíduos industriais de Joinville

arte 2021 ACIJ 7_ARTE ALBUM JOINVILLE ok.qxd 31/05/2021 16:13 Página 216

Albano Schmidt, natural de Joinville, filho de Hans Dieter Schmidt, formou-se em Engenharia de Produção pelo Instituto de Ensino de Engenharia Paulista, complementado pelo Curso de Consultores Internos e Facilitadores da ADIGO (São Paulo), *Trainée* em fabricantes de máquinas e equipamentos de fundição na Alemanha (Wurzburg) e (Duriach/Karlsruhe), pós-graduado em MBA pelo Babson College/Wellesley (Massachussetts/USA). Foi responsável pelo projeto de viabilidade e implantação da usina de produção de ferro gusa via autoredução em Imbituba, através de consórcio de empresas; foi membro do Conselho Administrativo da Tupy S.A. Exerceu o cargo de Secretário do Estado Adjunto da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico. É diretor presidente da Térmotécnica Ltda., da Abrapex, da Câmara de Energia da Fiesc. Preside a ACIJ durante o biênio 1997/1999.

Museu Nacional dos Bombeiros. Nesse dia, também assinou convênios para importantes obras, como o Eixo-Sul, ligando os bairros daquela zona à BR-101, e manifestou apoio à construção do Centreventos Cau Hansen, aproveitando a estrutura do teatro municipal.

Em 2 de junho, o Diretor Executivo, Francisco Luiz Martins Fidelis, foi homenageado por ter completado, no dia anterior, 25 anos de serviços à ACIJ.

Mudanças internas

Na sucessão procedida em 9 de junho de 1997 a nova diretoria contempla na presidência Albano Schmidt, com Karin Sliva na secretaria e Felinto Koerber na tesouraria. Aqui cabe o registro de que Karin foi a primeira mulher a participar da diretoria da entidade que, definitivamente, até então era um ambiente de terno e gravata.[21]

Já imprimindo seu estilo, ainda em junho a nova gestão propõe que fossem instalados 5 comissões temáticas com os seguintes composições: 1) Administrativo: Felinto Koerber, Álvaro Gayoso Filho, Miguel Abuhab; 2) Relações com o Associado: Jordi Castan, Karin Sliva, Luiz Selbach, Erolf Theilacker; 3) Marketing da Entidade: Edgard Meister, Moacir Thomazi, Moacir Bogo; 4) Relações com Entidades Empresariais: José Herique Carneiro de Loyola, Ninfo König, Osvaldo Silva Filho, Ovandi Rosenstock, Nivaldo Nass; e 5) Relações com órgãos públicos: Albano Schmidt, Jamiro Wiest, Ernesto Heinzelmann, Jaime Baggenstoss e Mário Egerland.

No Dia da Indústria, em 25 de maio de 1998, a ACIJ passa a usar nova logomarca. O processo de renovação da sua identidade visual começou em setembro, com um concurso aberto aos especialistas das áreas de comunicação, programadores visuais e diretores de arte de Joinville. Uma comissão julgadora formada por artistas e profissionais de comunicação, selecionou três propostas, que foram analisadas, adaptadas e aperfeiçoadas até se chegar à versão atualmente adotada. Oslei Rodrigues, da agência Pólo, foi o autor do trabalho escolhido.

Outra inovação é que o presidente do Conselho das Entidades Patronais Conveniadas, função então ocupada por Nivaldo Nass, passa a participar da reunião semanal da diretoria. A iniciativa aproxima a ACIJ dos sindicatos patronais, facilitando a organização dos setores ainda não sindicalizados e a discussão de temas como política salarial, desindexação e negociações coletivas.

A *Agenda* 21 foi um dos principais resultados da conferência internacional sobre o meio ambiente, realizada no Rio de Janeiro em 1992, a Eco-92, e entrou na pauta da ACIJ em 25 de agosto de 1997. O assessor de meio ambiente deu explicações sobre o documento, segundo o qual cada país deveria fazer seu plano de desenvolvimento e de defesa do meio ambiente. Trata-se de um instrumento de ação que passou a ser elaborado e adotado nos três niveis governamentais, e Joinville também produziu o seu. A ACIJ fez parte da comissão para a sua elaboração, cumprindo uma importante parcela desse trabalho. A comissão ficou composta por 25 membros que distribuíram entre si a tarefa de elaborar uma minuta de trabalho, voltada ao cumprimento, no nível local, dos compromissos da *Agenda* 21. Coube à ACIJ os subitens "integração entre meio ambiente e desenvolvimento" e "Manejo Ecologicamente Saudável de Substancias Tóxicas". A entidade utilizou o Núcleo Setorial do Meio Ambiente para esse fim, com total apoio de todos os membros.

21 Os vice-presidentes eleitos são Miguel Abuhab, Álvaro Gayoso Neves Filho, Osvaldo Silva Filho, Jamiro Wiest, Ernesto Heizelmann, José Henrique Carneiro de Loyola, Edgard Nelson Meister, Ninfo König, Ovandi Rosenstock, Jordi Castan, Mário Egerland, Jaime Baggenstoss, Luiz Selbach, Moacir Bogo e Moacir Thomazi. Para o exercício seguinte, 98/99, será mantida a mesma formação, havendo a saída de Selbach e Álvaro Gayoso e a entrada de Jaime Grasso, Mário Egerland, Nelson Possamai e Raulino Esbiteskoski.

1997 Albano Schmidt é eleito presidente da ACIJ
Entidade institui comissões temáticas permanentes
1998 Em 25 de maio, a ACIJ passa a usar nova logomarca
ACIJ participa da elaboração da *Agenda 21*

O Aeroporto de Joinville, como já foi observado, nunca saiu da pauta da ACIJ. Só para pontuarmos alguns momentos nos últimos anos, em 1994 manifestou-se a preocupação com a demora na aquisição e instalação de equipamentos de segurança. À época, no período de inverno, os pousos costumavam ser desviados para Navegantes, por fala de condições locais. Em 1996, nova cobrança por equipamentos e construção de uma nova estação de passageiros, além do corte de árvores próximas à cabeceira da pista, e o deslocamento da rua e do canal em uma das cabeceiras. Essas providências, por sinal, serão cobradas em 2010 novamente. Em 1997, reclama-se a instalação dos instrumentos de orientação de voos, DGPS e ILS, que também ficarão para 15 anos mais tarde. Aliás, em mais uma discussão sobre as limitações aeroviárias, em março de 1998, Henrique Loyola desenterrou uma proposta formulada em 1960, lembrando que a solução seria construir um aeroporto regional na localidade de Rainha, em Araquari, por razões de topografia. Essa mesma ideia será retomada em 2010.

Inaugurados em 1995 e consolidados em 97, os dois novos shoppings centers de Joinville, Mueller e Cidade das Flores – até 95 só havia o Shopping Americanas – são saudados pela ACIJ, tendo em vista a importante alteração socioeconômica que operam na cidade. Em artigo para o jornal A *Notícia* a presidência da associação escreve a respeito:

> De cada R$ 100,00 gerados na economia de Joinville, R$ 80,00 são provenientes da indústria. Pouco mais de 17% da geração de riquezas da cidade compete aos setores de comércio e serviços e o restante, cerca de 1%, é oriundo da agropecuária. No Estado, a situação é um pouco mais equilibrada: 43% do PIB provém da indústria, 39% de comércio e serviços e 18% da agropecuária. Com a crescente automação industrial e ganhos de tecnologia, a indústria está mais ágil, eficiente e enxuta. As vagas de emprego estão mais escassas. Por isso, são louváveis algumas iniciativas e empreendimentos que se consolidam em Joinville, e que devem ser saudados pela ACIJ, em nome da classe empresarial (AN 28.08.97).

A Comissão para Integração Polícia/Comunidade, presidida pelo vice-presidente da ACIJ, Osvaldo da Silva Filho, une esforços em defesa dos interesses da comunidade. Surgida inicialmente para ajudar na resolução de problemas de infraestrutura das polícias, avançou na integração social desse setor. Normalmente vindos de outras cidades, o policial e sua família passaram a contar com instrumentos para uma efetiva ligação com Joinville. Destacam-se entre as ações dessa comissão, os cursos para policiais extensivos à sua família, a garantia de combustível às viaturas, o programa de alimentação em fábricas e o seguro de vida para 1.450 trabalhadores dessa área. Ali também surgiu a proposta de uma penitenciária industrial em Joinville, onde os presos poderiam trabalhar e estudar, obtendo remuneração e redução da pena, que hoje é uma realidade.

Nas eleições de 1998, a campanha *Vote Certo, Vote por Joinville* é reeditada. A iniciativa de quatro anos atrás foi tão bem sucedida que, inclusive, levou a ACI de Criciúma, a coorde-

1998
Comissão da ACIJ trabalha pela integração entre policial e comunidade
Inauguração do Centreventos Cau Hansen
Campanha *Vote Certo, Vote por Joinville* é reeditada

arte 2021 ACIJ 7_ARTE ALBUM JOINVILLE ok.qxd 31/05/2021 16:13 Página 218

nar um trabalho semelhante naquela cidade. Em agosto, a ACIJ define os últimos detalhes para a reedição, que tem todos os custos cobertos pela entidade, incluindo as despesas com lanches dos funcionários da Justiça Eleitoral que fizeram demonstrações com as urnas eletrônicas. Quando a campanha para aumentar o número de eleitores foi iniciada, o juiz Ricardo Roessler anunciou na ACIJ que a cidade contava com 253 mil eleitores. Ao ser encerrado o período para cadastramento e transferência, 9.983 cidadãos haviam se habilitado para votar em Joinville em 1998. Dez mil votos, em alguns casos, são suficientes para eleger um deputado. Quanto ao resultado, dos 14 candidatos, cinco foram eleitos, um recorde. Em reunião no dia 19 de outubro, já se começa a pensar na eleição municipal, daí a dois anos, sendo instituída uma comissão permanente para acompanhar o trabalho dos parlamentares.

Em 19 de setembro de 1998, vem a falecer Edgard Meister, ex-presidente da ACIJ, vítima de um câncer encefálico. Sua morte foi profundamente lamentada pela sua juventude e dinamismo, tanto na vice-presidência da casa quanto na Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico e Integração Regional, que ocupava à época, e pelo futuro que se vislumbrava para si na política.

Duas outras perdas do mundo empresarial ocorrem em outubro de 1998: no dia 16, registra-se a morte de Wittich Freitag, fundador da Consul e da Embraco, vereador, deputado e prefeito de Joinville por duas vezes, Freitag foi uma das figuras mais importantes de Santa Catarina na segunda metade do século 20. Destacou-se também como ativo membro da ACIJ, tendo estreado na diretoria da casa em 1954. No dia 30, um desastre aéreo tira a vida de Harold Nielson, criador da Carrocerias Nielson, hoje Busscar Ônibus, e membro do conselho superior da ACIJ. Em 9 de novembro, a diretoria presta-lhe uma homenagem póstuma em sinal de respeito e pesar.

Uma curiosidade: Em 19 de outubro, o vice-presidente Ninfo König, comentando os assuntos debatidos na reunião do Desenville, na Prefeitura, mencionou a possível instalação de uma escola do Ballet Bolshoi em Joinville, o que viria a ocorrer dois anos depois.

A ACIJ começa o novo ano com uma pauta econômica. Influenciado por fatores internos e também pela Crise Russa, do ano anterior, o país é levado a operar uma desvalorização do Real, em 13 de janeiro de 1999. Com poucas reservas em dólar, o Brasil fica vulnerável a ataques especulativos. Na reunião de 18 de janeiro, o presidente mostrou sua preocupação com a situação econômica do país, principalmente da desvalorização do Real face ao Dólar, e manifestou a necessidade de implementação do ajuste fiscal em votação no Congresso Nacional. Em debate, as preocupações maiores se fixaram em torno da perda de credibilidade do país ante aos credores internacionais e o risco de um retorno da inflação. Decidiu-se fazer contatos com congressistas, presidentes de entidades de âmbito estadual, políticos e empresários influentes para cobrar as reformas. Por último, restou recomendar aos empresários que eventuais aumentos dos custos dos produtos fossem repassados aos preços de forma muito disciplinada. Em fevereiro, diante do agravamento do quadro econômico em função da adoção do câmbio flutuante – até então era semifixo, mantendo o Real artificialmente valorizado – e a subsequente queda acentuada no valor da moeda nacional, a diretoria fez uma detalhada análise das possíveis consequências, enfocando a questão sob o prisma de diferentes setores. Um total de 3.657 postos de trabalho foram fechados em Joinville no ano de1998. A taxa média de desemprego foi de 8,07%, conforme pesquisa mensal da Assessoria em Dados Estatísticos e Econômicos da ACIJ, realizada em 180 empresas associadas, com um universo de 42 mil trabalhadores. Em 1997, a taxa de desemprego foi de 5,12% de acordo com a mesma fonte.

A ACIJ fecha fevereiro com uma visita do Governador Esperidião Amin. Como é de costume, a casa apresenta-lhe os pontos mais críticos a serem equacionados em Joinville. Dentre eles, paralisação das obras da BR-101, econômica nacional, gastos públicos

1998

Morrem os ex-presidentes Edgard Meister e Wittich Freitag, além do conselheiro Harold Nielson

incontroláveis, sucessivos aumentos da carga tributária, precariedade dos hospitais de Joinville, o não cumprimento do convênio com o Corpo de Bombeiros Voluntários, a situação falimentar do CDB e incentivos para a fixação de novas empresas em Santa Catarina.

Em março, aproximando-se o final do mandato da diretoria e, sobretudo, tendo em vista a norma estatutária que limita a reeleição da presidência da casa a dois anos, procede-se a discussão em torno de um novo nome para o cargo. Vários foram lembrados e os diretores fecharam questão que a escolha não deveria recair sobre empresários que já tivessem exercido a função. Visando uma renovação ampla e efetiva, dentre as opções cogitadas, fixou-se em Moacir Thomazi.

Moacir Thomazi, natural de São João Batista (SC), é formado em História pela UFSC e pós-graduado em Antropologia. Atuou como diretor da Unidade de Coordenação Regional de Educação de Joinville, Secretário de Estado de Educação, Secretário de Educação do Município de Joinville, presidente da Fundação Cultural de Joinville, presidente da Fundamas e presidente do Fórum Nacional dos Secretários de Educação do Brasil. Foi conselheiro da Fundema, Fundamas, Furj/Univille, presidente da Sociedade Corpo de Bombeiros Voluntários de Joinville e diretor presidente do Jornal *A Notícia* (1978/2006). Participou do conselho fiscal da Codesc e deliberativo da ADVB, bem como do Desenville e da Sociesc. Membro do conselho deliberativo da ACIJ, ocupou a presidência da entidade pelos biênios 1999/2001 e 2016/2018.

Em abril, a reitora da Univille, Mariléia Gastaldi Machado Lopes, foi à ACIJ para informar que, no final do ano anterior a universidade construíra os locais adequados para instalar os laboratórios destinados aos cursos de medicina, farmácia, odontologia e engenharia ambiental. Ali seriam instalados os equipamentos que compunham o acervo do CDB, penhorados pelo banco e entregues a própria reitora, como pessoa física, na qualidade de fiel depositária. Informou também que trabalhavam na Univille 12 ex-funcionários do CDB, entre técnicos, mestres e doutores. Com os equipamentos reativados, a Univille conseguiu reatar convênios com o GBF (Gesellschaft für Biotechnologische Forschung – Centro Alemão de Pesquisa para Biotecnologia) para a pesquisa e fabricação de vitaminas e outros antigos projetos do CDB.

Acompanhando a tramitação da Reforma Tributária no Congresso Nacional, a ACIJ promove, entre abril e julho de 1999, uma grande discussão pública acerca do assunto, com a participação dos deputados Germano Rigotto e Antônio Kandir. Durante o 10º Congresso Brasileiro das Associações Comerciais, realizado no Centreventos Cau Hansen, em junho, a matéria foi o centro das discussões na busca de alternativas viáveis para o país. Tendo como tema central o "Desenvolvimento Sustentável – Tempo de Transformação", abordou também importantes subtemas como Reforma Política, Reforma Tributária, Mudança da Mentalidade Empresarial, o Papel da Mulher no Empresariado Brasileiro, o Jovem Empresário e a Sucessão nos Negócios, e MPE's e o Comércio Exterior. Participaram das palestras e debates o Ministro Celso Lafer, o presidente do Conselho Nacional do SEBRAE, Pio Guerra; o Secretário de Estado do Desenvolvimento Econômico e Mercosul, Paulo Gouvêa da Costa; a Prefeita de Florianópolis, Ângela Amin; o Senador, Jorge Bornhausen, o presidente da CEF, Emílio Carasai e o Deputado Michel Temer.

Também o tributarista Luís Roberto Ponte, o Governador Esperidião Amin e o Prefeito Luiz Henrique da Silveira contribuíram com o ciclo de reflexões. O evento fortaleceu o posicionamento da ACIJ na defesa de um sistema tributário mais justo, descomplicado e eficiente. A entidade passou a reforçar sistematicamente, junto aos parlamentares, lideranças políticas e empresariais, a necessidade de modernização na cobrança de impostos.

Também nesse ano a ACIJ participa do projeto P*ensando Joinville*, onde coordena o

1999

Moacir Thomazi assume presidência da ACIJ

Univille assume equipamentos do CDB

ACIJ organiza o 10º Congresso Brasileiro das Associações Comerciais e promove discussão pública sobre Reforma Tributária

arte 2021 ACIJ 7_ARTE ALBUM JOINVILLE ok.qxd 31/05/2021 16:13 Página 220

grupo de desenvolvimento econômico, composto também pela CDL e Ajorpeme.

Conforme definido já em março, a renovação da diretoria realizada em junho de 1999 traz Moacir Thomazi na presidência, com Jordi Castan na secretaria e Felinto Koerber na tesouraria.[22] Nesse ano a ACIJ conta com 670 associados, 285 sócios singulares e 385 sócios coletivos. Há três sócios beneméritos: Wittich Freitag (*in memoriam*), José Henrique Loyola e Balthazar Buschle.

A primeira preocupação da nova gestão foi reestruturar administrativamente a entidade para dar mais agilidade. "Fizemos uma mexida grande, de 36 funcionários, ficamos com 18, compactamos os setores, implantamos métodos de gestão mais modernos e começamos a pensar no projeto da nova sede. Foi uma façanha que hoje não se faria", afirma o ex-presidente.

Uma das realizações de grande impacto ao longo da história da ACIJ foi a vistoria técnica da BR-101, realizada durante a gestão 1999/2001. O assunto foi levado à casa pelo associado Ernesto Heinzelmann, que perdera um sobrinho em acidente provocado por defeitos na estrada recém-duplicada. Após debates e tentativas de obter respostas junto ao DNER, a entidade partiu para a ação mais efetiva. Contratou uma consultoria independente, a Cooperativa de Serviços de Engenharia, Arquitetura e Agronomia da Região de Joinville (Coopenge), que realizou uma análise das condições da BR-101, num trecho de 111 quilômetros, entre a divisa com o Paraná até a cidade de Itajaí. O estudo coordenado pelo engenheiro Fernando Camacho, mostrou que havia trechos com erros de projeto e execução mal feita. "Quando vimos o resultado, ficamos espantados. Havia trechos com problemas de drenagem que em dias de chuva formavam uma piscina. Em vários lugares, o asfalto já apresentava fissuras, apesar da estrada ser nova". A declaração de Moacir Thomazi, presidente da ACIJ à época, está publicada na revista *Quatro Rodas* (nº 515, de junho de 2003) que dedicou seis páginas ao caso. Os sete volumes do laudo serviram de base para uma ação civil pública, levada a efeito pelo Ministério Público, responsabilizando os autores do projeto, e as empresas à frente da execução e fiscalização da rodovia. A iniciativa obrigou o governo e as empreiteiras a corrigirem os erros. Foi um processo histórico, que economizou tempo, dinheiro e vidas.

Caixa e terreno para a obra

Também nessa gestão a nova sede sai do papel. Durante a presidência de Albano Schmidt, que antecedeu Thomazi, foi criado um fundo para a obra, ao qual se destinava 10% da receita das mensalidades. Em 1999, havia 150 mil reais reservados para a construção. No Manchester, a entidade tinha problemas sérios de acesso, especialmente pelos elevadores, pequenos, antigos e lerdos, em dias de eventos, formavam-se filas para subir ao 10º andar. Assim, viabilizar a sede nova, discutida desde o início da década, era uma condição que se impunha. "Estabeleci como premissa que não gastaríamos dinheiro na compra do terreno", diz Thomazi. A ideia era trocar o imóvel do CDB, que era da ACIJ e estava cedido em comodato à Prefeitura, por um terreno que fosse adequado à obra. Proprietária do imóvel escolhido, a Hacasa se dispôs a ajudar a ACIJ, transferindo a área ao Município por conta de IPTUs ainda por vencer no futuro. Foi uma tramitação complexa, passaram duas legislaturas na Câmara de Vereadores, dois prefeitos, quatro secretários de administração e foram feitas 23

22 Os vice-presidentes eleitos são: Albano Schmidt, Álvaro Gayoso Neves Filho, César Pereira Döhler, Eduardo Oltramari, Ernesto Heinzelmann, Jaime Grasso, Jamiro Wiest, Karin Sliva, Mário Eggerland, Moacir Bogo, Nelson Possamai, Ninfo König, Osvaldo Silva Filho, Ovandi Rosenstock e Sérgio Rodrigues Alves. Para o mandato 2000/2001 a diretoria manterá a mesma formação, com três alterações, saem Eduardo Oltramari, Karin Sliva, Mário Eggerland; e substituídos por Carlos Rodolfo Schneider, Margareth Maria Missen Drefahl e Raulino Esbiteskoski.

1999

ACIJ aponta erros na duplicação da BR-101, levando governo e construtoras a fazer correções na obra

ACIJ põe em execução projeto para viabilizar a sede nova

reuniões, até que a entidade tivesse a posse de um terreno adequado ao seu propósito.

Em agosto de 2003, seria escolhido o projeto de arquitetura da nova sede. A comissão julgadora foi composta por diretores da ACIJ, IPPUJ e Sinduscon Joinville. O edital do Concurso Nacional de Ideias foi retirado por 11 profissionais, e 10 deles apresentaram projetos. A proposta vencedora foi do arquiteto Márcio da Costa Pereira, de Joinville. A decisão não levou em conta os nomes dos participantes, já que os dados de identificação do autor foram conhecidos somente depois da escolha. Para a definição dos demais fornecedores, foi adotado o mesmo procedimento. As contratações do serviço de gerenciamento da obra, e dos projetos elétrico, hidráulico etc., foram feitas mediante carta-convite, obedecendo a rigoroso critério técnico, definido pelo Time de Trabalho Nova Sede, sob a coordenação de Thomazi.

Havia um grande desafio pela frente. A sobra mensal da entidade era de 10 mil reais. Foi estabelecida a dupla mensalidade, garantindo mais 72 mil por mês. Foram criados espaços especiais na futura sede, que levariam o nome de empresas, mediante pagamento, a exemplo do Salão de Eventos Tigre, Salão Nobre Schulz, Sala de Diretoria Hans Dieter Schmidt, Espaço da Memória Lepper. Outros ambientes, como as salas de treinamento, também foram vendidos para empresas e aos ex-presidentes da casa. Com tudo isso, elevou-se o fundo para 600 mil reais. A venda da sede antiga e um empréstimo do BRDE, que só começaria a ser amortizado depois de finalizada a obra, de modo que as prestações coubessem na sobra de 10% que a entidade tinha, perfazem o caixa necessário para dar início à construção. Esse processo já seria realizado pelas diretorias subseqüentes, mas Thomazi permaneceria à frente do Time de Trabalho da Nova Sede, até sua conclusão, em 2006.

Os principais posicionamentos da casa no primeiro semestre de 2001 foram com relação à alteração na Taxa de Licença para Localização (TLL), segurança pública, Código de Defesa do Contribuinte, flexibilização da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) e duplicação da BR-101. Quanto a esse item, desde o início das obras, a ACIJ acompanhou os trabalhos, apresentando sugestões para melhorias e, em algumas oportunidades, convidando os responsáveis para apresentar detalhes nas reuniões da entidade. Dentre os principais eventos realizados, pontua-se as reuniões com os grandes consumidores de energia, o Almoço de Ideias com o governador (promoção conjunta com Acomac, Ajorpeme e CDL) e reunião com deputados estaduais para revisão da lei que cria estrutura exclusiva para Bombeiros Militares. Nas comemorações dos 90 anos da ACIJ, foram homenageados ex-presidentes, os sócios beneméritos Balthazar Buschle e José Henrique Loyola, o Prefeito Luiz Henrique da Silveira e o Governador Esperidião Amin.

Novo perfil

Em março de 2001, Joinville tinha 428.974 mil habitantes, apresentando um crescimento de 1,89%, demonstrando estabilização dentro de padrões aceitáveis, especialmente se comparados com os saltos populacionais verificados nas décadas de 70 e 80. Outro dado importante é que a participação da indústria no PIB, apresenta queda, de 84% em 1990, para 64% em 2000, claro sinal da diversificação do setor produtivo. O mercado formal nesse ano, segundo o Ministério do Trabalho e Emprego é de 86.012 trabalhadores, com uma renda per capita média estimada em R$ 10 mil. Joinville responde por cerca de 20% das exportações de SC e 14% do ICMS arrecadado. Os principais produtos manufaturados são refrigeradores (linha branca), motocompressores, tubos e conexões, metais sanitários, ônibus, têxteis, autopeças, medicamentos, alimentos e software. A ACIJ estará atenta a esse novo perfil socioeconômico.

Na eleição realizada em junho, Moacir Luiz Bogo assume a presidência, com o dire-

2000 2001

Entidade obtém terreno e viabiliza fontes de recursos para construir a nova sede

ACIJ comemora 90 anos de fundação

Instalação da Escola do Teatro Bolshoi no Brasil

arte 2021 ACIJ 7_ARTE ALBUM JOINVILLE ok.qxd 31/05/2021 16:13 Página 222

Moacir Luiz Bogo é natural de Rio do Oeste (SC), onde começou sua vida profissional. Galgou na White Martins sucessivos postos, sendo transferido para Brasília onde cursou Administração de Empresas no Centro de Ensino Unificado de Brasília (CEUB) e atuou como Gerente Administrativo do *Diário de Brasília*. É sócio do complexo turístico Parque Unipraias e diretor geral da Gidion S.A. Transporte e Turismo, foi o empreendedor do complexo gastronômico e cultural Piazza Italia, criou o Museu do Ferro de Passar e escreveu o livro *Bogo, de Belluno ao Brasil*. Membro do conselho deliberativo da Promotur, foi fundador e presidente do Circolo Italiano Di Joinville, conselheiro da Companhia Águas de Joinville, foi vice-presidente da Facisc (Federação das Associações Comerciais e Industriais de Santa Catarina), e presidente do Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros de Santa Catarina. É vice-presidente da Câmara Italiana de Comércio e Indústria de Santa Catarina e Cônsul Honorário da Itália para Joinville e região. Preside a ACIJ pelo biênio de 2001 a 2003.

tor secretário Jordi Castan Baneras e o diretor tesoureiro Sérgio Rodrigues Alves.[23] Após assumir o mandato, dia 25, a nova gestão definiu como prioridades o fortalecimento das atividades dos núcleos setoriais, formados por pequenas empresas e, no plano nacional, a defesa e a aprovação da Reforma Tributária pelo Congresso Nacional. O conceito de reunir empresas com problemas comuns para a busca de soluções conjuntas norteia os Núcleos Setoriais da ACIJ, desde 1998. A valorização da pequena e microempresa e o treinamento e aprimoramento da mão de obra, que foram bases fundamentais para a atração de investimentos e surgimento de novos negócios, será reforçada pela entidade.

A exemplo de Thomazi, que o antecedeu, Bogo é do setor terciário que vem crescendo em importância na economia joinvilense e dentro da entidade. Esse será outro foco de atuação da nova diretoria. Até 1990, a ACIJ contava com pouco mais de 200 empresas associadas, a maioria indústrias e comércios de médio e grande porte. Esse perfil foi sendo mudado ao longo da década, com o sistema de Núcleos Setoriais. Em 2010, aproximadamente 70% dos associados são micros e pequenas empresas, a maioria do setor de serviços. Embora abrigasse negócios de pequeno porte, como panificadoras, marcenarias, oficinas mecânicas e até mesmo um expressivo número de profissionais liberais, a ACIJ sempre era vista como a casa dos grandes. Essa imagem passou a mudar a partir de 2001, quando a entidade voltou suas atenções com ainda mais força para os "pequenos", desenvolvendo uma gama de serviços e de ações que promoveram benefícios diretos à categoria. A ACIJ também ampliou a presença das pequenas empresas no quadro de associados, organizando-as no mesmo ramo de atividade, de modo que pudessem buscar soluções conjuntas para problemas comuns.

Nesse início de um novo século, Joinville tem mais de 34 mil empresas, sendo 1.700 indústrias, que respondem por 64% do Produto Interno Bruto (PIB). Dados do IBGE, em 2002, confirmam o município como o maior PIB de Santa Catarina, com R$ 5,3 bilhões, sendo o terceiro do Sul do país, com 10,2%, perdendo para Curitiba, com 17,2%, e para Porto Alegre, com 12,5%. Duas decisões simples e eficazes vão nortear os trabalhos da entidade nesse período. Cunhando o conceito "Socialização do Conhecimento", será sistematizada a transferência de experiências por parte de empresários e administradores das grandes empresas de padrão internacional, que fazem palestras para os menores. É uma receita utilizada já nos anos 70, especialmente com Hans Dieter Schmidt, agora, institucionalizada, de modo que empresas globalizadas compartilhem sua bagagem gerencial com microempresas, sentando em torno da mesma mesa para discutir gestão. Para a fluência desse processo na

23 Os vice-presidentes para o período 2001/2002 foram Albano Schmidt, Álvaro de C. Gayoso Filho, Arthur Kiefer, Carlos Rodolfo Schneider, César Pereira Döhler, Ernesto Heinzelmann, Felinto Koerber, Heleny Mendonça Meister, Hirio Antonio Wolf, Jaime Romagna Grasso, Moacir Gervázio Thomazi, Nelson Possamai, Ninfo Valtero König, Osvaldo Silva Filho e Ovandi Rosenstock. No ano seguinte mantém-se a mesma diretoria para segundo período, havendo a renovação de Gayoso, Ninfo, Kiefer e Osvaldo, que dão lugar a Alexandre Fernandes, André Luiz Wetzel da Silva, Nivaldo Nass e Raulino Esbiteskoski.

2002

Marco Antônio Tebaldi assume a Prefeitura de Joinville

Moacir Bogo é eleito presidente da entidade

ACIJ estimula socialização do conhecimento e troca de experiências

entidade, Bogo ressalta o papel da diretoria formada por "pessoas com um poder de realização enorme e que fizeram uma verdadeira revolução de ideias e posturas dentro da ACIJ, partindo efetivamente do discurso para a prática".

Em 20 de março de 2002, tem início o Congresso Sul-Brasileiro de Atualização em Gestão e Liderança, já com o lema "Empresários falando para empresários". A iniciativa do Núcleo de Jovens Empresários da ACIJ ganharia no ano seguinte seu nome definitivo, ExpoGestão, mas desde a primeira edição já se apresenta com um formato definido: trazer grandes líderes empresariais para conversar sobre gestão, marketing, criatividade, inovação, liderança, eficiência e sucesso nos negócios. O primeiro time escalado para essa missão foi formado por Gustavo Loyola (ex-presidente do Banco Central), Júlio Ribeiro (presidente da Talent), Vicente Donini (presidente da Marisol), Ernesto Heinzelmann (presidente da Embraco), José Luiz Santana (Fundação Dom Cabral), Raul Beer (Price Waterhouse Coopers), Luiz Fernando Levy (*Gazeta Mercantil*), Paulo Vicente Kretly (Franklin Covey Brasil) e Kip Garland (Inovation Seed). Todos executivos falando a respeito de suas práticas à frente de empresas vitoriosas. Foi uma oportunidade para compartilhar algumas das melhores experiências conhecidas no mercado. Uma receita com sucesso instantâneo, atraindo uma plateia ávida, de todo o Sul do país, e que desde então só tem crescido. Nos anos seguintes, a ExpoGestão tornaria-se uma referência nacional, trazendo para Joinville os prêmios Nobel Gary S. Becker e Edward Prescott, além de nomes consagrados do mundo corporativo como Ram Charan, Tom Peters, James Hunter, Domênico De Masi, Michio Kaku, Eliezer Batista, Fernando Henrique Cardoso e dezenas de outros. Com temas e palestrantes sintonizados aos cenários do momento e necessidades dos executivos, o evento incorporou também *workshops*, painéis e uma feira da gestão, realizada concomitantemente ao congresso.

Associação Referência

No início de abril de 2002, com apoio do diretor executivo Márcio Vieira, a ACIJ dá início ao projeto de profissionalização plena. Entra em curso o Sistema de Gestão da Qualidade, implementado com apoio da Sociesc e da Quality Progress, tendo por objetivo a satisfação do associado. Todos os setores da casa foram reorganizados, os colaboradores foram treinados e reciclados (a maioria fez ou faz curso superior ou pós-graduação). Com a otimização dos serviços, foi firmado um compromisso para implantar o sistema de qualidade que culminaria na certificação ISO 9001:2000 e a ampliação do quadro de associados em 50%.

Alguns serviços foram reformulados e adaptados às normas internacionais de qualidade e desenvolvidos sob medida, atendendo às necessidades de cada associado. Dentre eles, a Consultoria Grupal, consolidada nos Núcleos Setoriais, Consultoria Individual, Sistema de Informações Empresariais (Sinfor) e a Capacitação Empresarial. O associado passou a ser visto, e tratado, como cliente. Nesse processo, o Café da Manhã com o presidente passou a ser um importante instrumento para receber o associado – especialmente aqueles que não participam do dia a dia da casa – e detalhar serviços e iniciativas da entidade. É também uma oportunidade excepcional para receber sugestões, reclamações, críticas e propostas, possibilitando o desenvolvimento de novos produtos e serviços, por parte da entidade, após essa "pesquisa" informal com o cliente.

Também conforme ocorrido em outras épocas, nesse período foi contratado um agente para ir atrás de novos associados. E eles vieram, ultrapassando a marca de mil filiados. Recepcionados com um café de boas vindas, os novos sócios recebem o Certificado de Associado e fazem uma apresentação da sua empresa. Ou seja, já na primeira visita à associação o empresário tem a chance de expandir sua rede de relacionamentos.

Como resultado do trabalho iniciado no ano anterior, em 30 de abril de 2003, a

2003

Durante o Congresso Sul-Brasileiro de Atualização em Gestão e Liderança é criada a ExpoGestão

arte 2021 ACIJ 7_ARTE ALBUM JOINVILLE ok.qxd 31/05/2021 16:13 Página 224

ACIJ obtém a recomendação do BVQI (Bureau Veritas Quality International) para receber a certificação ISO 9001:2000, versão da norma que aufere a satisfação do cliente, quanto à qualidade na prestação de serviços. A certificação da ACIJ foi inédita no estado e uma das primeiras no Brasil. Os serviços prestados pela ACIJ – incluindo Consultoria Grupal (Núcleos Setoriais), Consultoria Individual, Capacitação Empresarial (treinamento, cursos e missões), Sinfor (Sistema de Informações Empresariais) e Emissão de Certificados de Origem – passaram a constar de um rigoroso sistema de qualidade, cujo fluxo de atividades obedece as normas ISO 9001:2000, que se baseiam na cultura de indicadores para medição e controle das necessidades (requisitos) do cliente e na melhoria contínua.

Todo esse trabalho ajudou, inclusive, a entidade a incrementar a sua receita e teve sempre o acompanhamento do diretor financeiro, Sérgio Rodrigues Alves, que mantém um equilíbrio saudável nas contas. O orçamento da casa está à disposição *on line* para cada coordenador de área. Interessante pontuar ainda, a participação dos jovens, César Döhler, André Wetzel e Alexandre Fernandes na diretoria. Coroando esse processo, a entidade foi escolhida a Associação Referência de Santa Catarina e uma das três melhores do Brasil.

Lugar ao sol

Também em abril, o vice-presidente Jaime Romagna Grasso assume o cargo de Secretário Municipal de Qualidade, Negócios e Integração. É mais uma colaboração de um nome da ACIJ na gestão pública, a exemplo de outros colegas que exerceram funções na municipalidade, como Omar Amin Ghanem Filho, Ivandro de Souza e Ivo Gramkow. No âmbito estadual, Carlos Rodolfo Schneider é indicado presidente da Celesc, como representante da ACIJ, e Alexandre Fernandes é chamado para integrar a equipe da Secretaria da Fazenda, vindo a ocupar posteriormente as secretarias de Assuntos Estratégicos e de Articulação Internacional, a partir de 2011.

A diretoria eleita em junho de 2003, com mandato até junho de 2004, tem Jaime Romagna Grasso na presidência, Jordi Castan Baneras, como diretor secretário, e Sérgio Rodrigues Alves assume como diretor tesoureiro.[24] Egresso da Ajorpeme, onde fora presidente em 92/93, Jaime assume com a missão de fortalecer ainda mais o pequeno empresário na ACIJ. Ele tinha a clara importância desse passo, baseado na trajetória do seu próprio negócio: "O pequeno empresário é um exército de um homem só", define.

A entidade terminará o ano ostentando importantes números. Amplia em 90% o seu quadro social, passando de 633 sócios em março de 2001 para mil em junho, chegando a 1.200 em dezembro 2003. No mesmo período, o incremento nas receitas provenientes de prestação de serviços foi de 245%, já os recursos obtidos com mensalidades cresceram 45%. No total, os rendimentos operacionais da entidade se elevaram em 100%. Outros números importantes referem-se aos usuários dos serviços da ACIJ, com 85% de satisfação, e aos colaboradores da casa, com 83% de contentamento. Já as ações preventivas e corretivas chegaram a 93% de eficácia.

Tendo em seu quadro social mais de 75% dos associados definidos como micro e pequena empresa, e 60% atuando no segmento serviços, a ACIJ consolida-se como entida-

24 Os vice-presidentes do período são Albano Schmidt, Alexandre Fernandes, Alonso José Torres, César Pereira Döhler, Ernesto Heinzelmann, Heleny Mendonça Meister, Mario Cezar de Aguiar, Moacir Gervásio Thomazi, Moacir Luiz Bogo, Nelson Possamai, Ney Osvaldo Silva Filho, Nivaldo Nass, Omar Amin Ghanem Filho, Ovandi Rosenstock, Waldir José Mendonça. Nivaldo Nass é o presidente do Conselho das Entidades Patronais e Pedro Luiz Pereira presidente do Conselho dos Núcleos.

2003

ACIJ obtém certificação ISO 9001:2000

Entidade é escolhida a Associação Referência de Santa Catarina e uma das três melhores do Brasil

Jaime Grasso assume presidência da ACIJ

de aberta à pluralidade empresarial, independente do tamanho ou ramo de atuação. A nova diretoria trará como grande inovação um sistema de gestão descentralizado, participativo e profissional. Aliás, a iniciativa está em consonância com o novo governo estadual, na recém-instalada administração Luiz Henrique da Silveira, que implanta a descentralização administrativa no Estado.

Internamente, ela ocorre com a adoção de times de trabalho, capitaneados pelos vice-presidentes da casa. Moacir Thomazi, por exemplo, coordena o time encarregado da construção da nova sede. César Döhler coordena o Time de Marketing, e Sérgio Alves, o Time de Gestão. Externamente, a descentralização dá-se com o projeto Gestão Compartilhada, uma iniciativa voltada ao desenvolvimento das empresas nos bairros onde estão instaladas. Com o apoio de uma empresa âncora, nas duas primeiras experiências foram o Arroz Vila Nova, na região Oeste da cidade, e a Döhler S.A., na região Norte, as firmas reúnem-se semanalmente para identificar necessidades e demandas em comum e buscar soluções em conjunto. "Iniciamos a operacionalização do projeto com toda a insegurança de algo novo, não conhecíamos nenhuma experiência parecida no Brasil ou mundo. Criamos um braço da entidade no bairro, na sala do principal executivo, onde o seu telefone e a sua secretária passaram a ser também os da associação. E quando as reuniões não cabiam ali, nos reuníamos no galpão da igreja, escolas ou clubes", relata o presidente da entidade, à época, Jaime Grasso.

Jaime Romagna Grasso, nascido em Gravatal (SC), formou-se técnico metalúrgico pela Escola Técnica Tupy, fez também Engenharia de Metalurgia pela Fej e Administração de Empresas pela Furj, com MBA em Gestão Empresarial. É sócio fundador da empresa Athletic Way, da Universal Motors, Athletic Eletrônica e Athletic da Amazônia. Foi presidente da Ajorpeme, vice-presidente da CSGIN/ABIMAQ, Secretário Municipal de Qualidade, Negócios e Integração de Joinville, em 2002. Preside a ACIJ no biênio 2003/2005.

A iniciativa teve imediata aceitação. Compartilhar competências em gestão e liderança, amplamente disponíveis na associação, foi um de seus principais objetivos desde o início.

Outra razão do sucesso do Programa Gestão Compartilhada é o foco das discussões. O grupo debate as questões ligadas ao bairro. Problemas de infraestrutura e outras dificuldades locais dominam a pauta. Obviamente, as soluções também surgem naquele fórum formado por "especialista" nos temas relacionados ao seu entorno. "Não existe negócio rico cercado de miséria. O desenvolvimento das regiões também está inserido neste projeto, que vê no fortalecimento das empresas a única forma de desenvolvimento da comunidade", apregoa Grasso.

A boa experiência levaria o projeto a se expandir. Hoje as quatro regiões da cidade estão contempladas, tendo como âncoras a Gidion S.A., na zona Sul; e o Perini Business Park, no Norte. Na zona Leste, um braço do projeto está ancorado na Moldville, situada à Rua Dorothóvio do Nascimento, no Jardim Sofia. Cada programa tem suas peculiaridades, mas todos têm pontos em comum, como a satisfação dos participantes e a soma de resultados obtidos, nem sempre visíveis ao primeiro olhar. Os grupos de trabalho, fundamentais no processo de descentralização, ganham mais força a partir da criação dos "Times de Trabalho", que visam fundamentalmente instrumentalizar e fortalecer o pequeno empreendedor negócio para o seu desenvolvimento.

Uma das principais virtudes do Programa Gestão Compartilhada é a capacidade que tem de mostrar potencialidades e particularidades das regiões onde é realizado. São especificidades muitas vezes desconhecidas, mas importantes para a economia, a história e o meio ambiente daquela localidade. No Bairro Vila Nova, uma das suas grandes con-

2003

ACIJ consolida pluralidade de participação, independente do tamanho ou ramo de negócio

Implantado projeto Gestão Compartilhada

arte 2021 ACIJ 7_ARTE ALBUM JOINVILLE ok.qxd 31/05/2021 16:13 Página 226

quistas foi a mobilização em defesa da pavimentação da Rodovia do Arroz. O asfaltamento dessa importante ligação entre Joinville, Guaramirim e Jaraguá do Sul era um sonho de décadas e acabou recebendo o impulso decisivo em uma reunião descentralizada da ACIJ, da qual participaram o Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional, Manoel Mendonça, e o presidente do Departamento de Infraestrutura do Estado (Deinfra), Romualdo França. "O secretário compareceu à reunião com todo o seu *staff*, assumindo o compromisso de que o assunto entraria na pauta de prioridades da região. Em menos de um mês, estávamos em audiência com o Governador Luiz Henrique, onde se definiu que o pleito seria contemplado", relata Grasso. Em 18 de janeiro de 2007 a obra seria inaugurada.

Na região Norte, ea grande reivindicação é o projeto de duplicação da Rua Dona Francisca e da Avenida Santos Dumont, que se constituem em vetores fundamentais de desenvolvimento da cidade. No sul, as implantações – em andamento – da Universidade Federal, da fábrica da General Motors e do Parque Tecnológico, e o novo acesso sul (já implantado), redefiniram a vocação da região, e vem dominando as discussões com o objetivo de se tirar o melhor proveito destas grandes transformações que se verificam na região. A exemplo do que já acontece com os Núcleos Setoriais, a Gestão Compartilhada mantém as empresas organizadas e mobilizadas em torno de seus objetivos, seja a sedimentação do setor, seja o fortalecimento da região.

O mestre de obras José do Amaral leu no informativo da ACIJ, em 1994, que a entidade oferecia um curso para formação de marceneiros. Fez o curso e integrou-se ao Núcleo de Marcenaria, um dos mais antigos da casa. Montou uma pequena empresa e contratou um empregado. Logo depois, teve que deixar o emprego na Ambalit e ampliar o seu negócio. Virou empresário e não parou de crescer. Nove anos mais tarde e quatro vezes maior, passou a receber missões empresariais do Mato Grosso, Minas Gerais e até mesmo da Argentina, Costa Rica e República Dominicana. São marceneiros que passaram a conhecer o excepcional trabalho feito em Joinville, também nessa área. "O Sol nasceu para todos. Nós é que temos que sair da sombra", resume ele, ao falar das oportunidades que lhe foram oferecidas, ou que ele mesmo criou, ao procurar a entidade. Este é o pensamento que passou a nortear os trabalhos na ACIJ, na busca da socialização do conhecimento e da valorização do associado, para que todos pudessem ter o seu "lugar ao sol".

Outra iniciativa que surgiu em 2003, foi o Prêmio Joinville Responsável, criado pelo Núcleo de Responsabilidade Social da ACIJ, com intuito de fomentar a apresentação de projetos que possam ser adotados por empresas, contribuindo para melhorar a qualidade de vida no município. A ACIJ mantém forte atuação no Instituto Ethos, do qual é parceira e articuladora para Santa Catarina. A entidade também detém cadeira no Comitê Brasileiro do Pacto Global da ONU, como única representante do estado. Essas iniciativas balizam sua liderança de forma ética, baseada em valores e no reconhecimento da necessidade de avanços econômicos, sociais e ambientais. Também de 2003, são realizadas a Semana da Mulher Empresária e a campanha "Dê ao seu livro um final feliz".

Imposto na praça

No dia 6 de dezembro 2003, sob a presidência de Ivandro de Souza, o Núcleo de Jovens Empresários realizou a primeira edição do Feirão do Imposto, na Praça Nereu Ramos, em Joinville, com intuito de conscientizar a comunidade para a pesada carga de impostos paga em todos os produtos e serviços que se adquire. A ideia era bastante simples, expor em um local público, produtos do dia a dia, identificando no valor de cada um deles quanto vai para o governo em forma de imposto. O objetivo foi demonstrar que ninguém recebe nada de graça do Estado, pois paga impostos sobre tudo o que consome ou

2003

Núcleo de Jovens Empresários realiza primeiro Feirão do Imposto

Lançado Prêmio Joinville Responsável

utiliza. Foram apresentados produtos alimentícios, remédios, eletrodomésticos, material de construção, material de limpeza, artigos de higiene pessoal, bebidas, cigarros e até automóveis. Na sua primeira edição, houve 500 visitantes, mas a proporção que a iniciativa tomaria seria imensa. Aquele foi o ponto de partida para deflagrar uma campanha nacional, com intuito de educar a população sobre o quanto se paga de imposto, já que a grande maioria dos brasileiros não faz ideia dos tributos embutidos no custo de todos os produtos e serviços de que necessita.

A segunda edição foi realizada simultaneamente em 10 cidades brasileiras, no dia 7 de agosto de 2004. Além do Núcleo de Jovens Empresários, envolveu o Conselho Estadual do Jovem Empreendedor de Santa Catarina (CEJESC) e o Conselho Nacional de Jovens Empresários (CONAJ). Antes mesmo da sua realização, o apoio recebido e a repercussão já eram grandes, como se percebe pela mensagem encaminhada à ACIJ pelo presidente da Associação Comercial de São Paulo Guilherme, Afif Domingos:

> A Associação Comercial de São Paulo e a Federação das Associações Comerciais do Estado de São Paulo aderiram à iniciativa do Fórum de Jovens Empresários de Joinvile, ligado à Associação Comercial dessa bela cidade catarinense, o Feirão do Imposto, que objetiva mostrar à população quanto ela paga de tributos, embutidos nos preços dos produtos que utiliza ou consome. Procura-se, com esse evento, despertar nos cidadãos a consciência de contribuintes para que possam avaliar se a contrapartida que recebem do Estado na forma de serviços é compatível com o nível de tributação a que estão sujeitos. Não se trata de questionar se a carga tributária é alta ou baixa, mas, sim, se o retorno oferecido está adequado ao que é extraído da sociedade na forma de tributos.
>
> Apoiamos a ideia dos idealizadores do Feirão de reproduzir esse evento em diversas cidades do país no próximo dia 7 de agosto, para dar caráter nacional ao movimento de esclarecimento e conscientização do consumidor. Engajando-se nessa iniciativa, a ACSP e a FACESP obtiveram o apoio da OAB, do Conaje e do SESCON, para promover em São Paulo o lançamento da campanha, no dia 19 de julho, com a exposição de uma ampla gama de produtos, desde alimentos e remédios, a veículos e eletrodomésticos, passando por material de limpeza e artigos de higiene e beleza, com seus respectivos preços e impostos incluídos.
>
> Ao contrário de outros países, os impostos no Brasil são embutidos, podemos dizer, escondidos, nos preços, de forma a que o consumidor não tenha a informação de quanto está pagando de tributos nos bens que compra. Quem paga os impostos são sempre as pessoas físicas, sejam como aplicadores, tomadores de crédito, prestadores de serviços, consumidoras, ou acionistas. As empresas apenas os recolhem para o governo, mas os repassam nos preços. Ocorre que grande parte da população não se dá conta de sua condição de contribuinte por estar isenta do Imposto de Renda, não percebendo o elevado peso dos tributos que incidem sobre os bens e serviços. Por isso, considera que os serviços, precários no geral, que o governo oferece são dados gratuitamente, pelo que aceita passivamente o mau atendimento a que está sujeita.
>
> Na medida em que a população tome consciência de sua condição de contribuinte poderá passar a exigir seus direitos, exercendo sua cidadania.
>
> É evidente que, ao se expor o percentual de impostos embutidos nos preços, o cidadão vai se dar conta do quanto de sua renda é consumida pelos tributos e vai se interessar mais em saber o destino que é dado aos recursos que são drenados da população pela via tributária. Seguramente, aumentará a vigilância da população sobre os gastos públicos, o que deverá propiciar a redução dos desvios e desperdícios. Bem informado, o cidadão/contribuinte brasileiro vai poder dizer: Pago, logo exijo. Por isso, queremos parabenizar os idealizadores e realizadores do Feirão do Imposto que irá contribuir para despertar na população brasileira a noção de que, como contribuinte, ela precisa exercer a cidadania e controlar o Estado.

Mostrando às pessoas que são elas que pagam os impostos e que, portanto, são as mais prejudicadas com o crescente aumento da carga tributária, o Feirão acabou sendo

arte 2021 ACIJ 7_ARTE ALBUM JOINVILLE ok.qxd 31/05/2021 16:13 Página 228

um primeiro ato estruturado e forte de protesto e conscientização sobre o tema. Tão forte e tão contundente que repercutiu durante a semana inteira nos principais jornais e televisões do país, a partir do lançamento na Associação Comercial de São Paulo (ACSP). O fato é que alguns produtos dobram de preço, somente por causa da carga tributária. É o caso de automóveis, combustíveis e até mesmo eletrodomésticos. Distanciada desses números, a sociedade não reage para reverter o processo. "Se o cidadão pensar nisso cada vez que levar a mão ao bolso, talvez ele pense um pouco melhor, na hora de colocar a mão neste mesmo bolso para tirar o título de eleitor", propõe a entidade, antevendo o amplo alcance da iniciativa. Com grande repercussão na mídia, a edição nacional do projeto, realizada em agosto de 2007, ocorreu simultaneamente em 122 cidades de 15 estados. No ano seguinte, também foram mais de 100 cidades, incluindo as 27 capitais dos estados e o Distrito Federal, atingindo meio milhão de pessoas. A grandeza do movimento e das pessoas que o idealizaram não permite paternidade para o evento. O seu sucesso está exatamente na facilidade de sua disseminação, podendo ser replicado indefinidamente. O que fica registrado é a inovação e o pioneirismo da iniciativa, marcas históricas da ACIJ e de Joinville.

Em junho de 2004, a diretoria foi reconduzida para mais um período à frente da entidade, com algumas alterações, Waldir Mendonça assume o lugar de Jordi na secretaria.[25] O foco continuará sendo o compartilhamento de gestão. A ACIJ conta então com 1.227 associados, sendo 74% de pequenas e micro empresas, as firmas de tamanho médio correspondem a 18% do total e as grandes somente 7%. A entidade está estruturada com 20 Núcleos Setoriais, 26 sindicatos patronais e 12 times de trabalho. Em 2004, a economia de Joinville cresceu 28,5% em relação ao ano anterior, fazendo com que o PIB alcançasse o montante de R$ 26,9 bilhões. As atividades industriais apresentaram em 2004, crescimento de 28% na comparação com 2003. Os impostos federais e estaduais, gerados em Joinville em 2004, tiveram alavancagem de 44,9%, na comparação com 2002, e de 27,6%, em relação a 2003.

Outro momento relevante dessa gestão é o lançamento da pedra fundamental da nova sede em 04/04/04. Também nesse ano a ACIJ conquista o Prêmio Expressão de Ecologia, recebido pelo Núcleo de Meio Ambiente, em função do projeto de educação ambiental, e cria o Espaço Empresarial, que proporcionou ao associado a oportunidade para apresentar seus produtos e serviços a um público altamente qualificado.

Também marcam os anos de 2003/2004 a luta empreendida pela ACIJ, com apoio do Governo do Estado e da Prefeitura de Joinville, para reverter a absurda situação do transporte aéreo no Norte-Catarinense. De 23 voos diários, a cidade passou a contar com apenas oito, trazendo prejuízos à população e aos negócios nas diferentes áreas. Em menos de um ano, foram feitas seis viagens para Florianópolis e Brasília com o Governador Luiz Henrique da Silveira, visitando diversos ministérios e a Infraero, para quebrar as resistências que dificultavam a entrada de outras companhias aéreas no Aeroporto de Joinville. Com isso, a Gol passou a operar, baixando as passagens em cerca de 50%.

Jaime Grasso teve um papel importante na aproximação da ACIJ e Ajorpeme, já que era associado às duas, ainda na gestões de Loyola e Meister (91/95). Depois, com Albano na presidência e já na condição de vice-presidente da ACIJ, ajuda a criar o Conselho das Entidades Empresariais, juntando CDL, Ajorpeme e Acomac, num mesmo fórum, com discussões regulares, tendo em pauta interesses comuns.

A primeira etapa da nova sede da ACIJ foi concluída em fevereiro de 2005, com as paredes levantadas e coberta. Resultado de um planejamento de longo prazo, iniciado em 1998, o cronograma de execução foi cumprido pelo "Time Nova Sede", coordenado por Moacir

25 Assumem os vice-presidentes: André Luiz Wetzel da Silva, José Júlio Pereira, Miguel Abuhab, Ney Silva e Alonso Torres.

2004

Lançamento da pedra fundamental da nova sede, em 04/04/04

ACIJ conquista o Prêmio Expressão de Ecologia

Entidade cria o Espaço Empresarial

Thomazi. Desde a viabilização dos recursos necessários, passando pelo lançamento da pedra fundamental, em 4 de abril de 2004 (4 do 4 do 4), até a conclusão da primeira fase, tudo foi feito visando a inauguração do espaço no dia marcado: de 6 de junho de 2006 – ou seja 6 do 6 do 6.

A entidade passou a ter maior presença em um dos projetos socioculturais mais importantes do país, instalado em Joinville, a Escola do Teatro Bolshoi. Em abril de 2005, a reunião semanal da diretoria foi realizada nas dependências daquela instituição, quando a ACIJ reafirmou sua posição em defesa da manutenção da escola em Joinville. A coluna ACIJ *Informa*, da semana seguinte, convida seus leitores a conhecerem o espaço dedicado à educação e cultura: "A Escola do Teatro Bolshoi em Joinville é um grande patrimônio social e cultural. As possibilidades desta escola, que tem por fim a dança, mas que tem como meio uma formação sólida das crianças, são infindáveis e estimulantes para uma cidade que pretende estimular ainda mais as áreas cultural e social. Difícil colocar em palavras a importância e a dimensão que tem o Bolshoi para Joinville. Por isso, quem não conhece a escola, em toda a sua magnitude, deveria fazê-lo", diz o texto.

Com intuito de formar cidadãos mais preparados e qualificados para assumir cargos públicos, o Núcleo de Jovens Empresários desenvolveu, em 2005, Programa de Formação de Lideranças Públicas, em parceria com Univille e Câmara de Vereadores. Conforme pontuou Nivaldo Nass à época, a entidade é "apartidária, mas atuante, em todas as questões que dizem respeito à nossa cidade". A iniciativa fortalece esse papel de agente empreendedor, fiscalizador e transformador da sociedade que a ACIJ vem desempenhando na contemporaneidade. Antigo sonho dos Núcleos Setoriais da casa, o primeiro Balcão de Negócios foi realizado em maio de 2005, organizado pelo Conselho dos Núcleos e pela ACIJ, com a finalidade de catalisar oportunidades e ações entre as empresas que pertencem aos diferentes Núcleos. Na definição de Peninha Machado, presidente do Núcleo de Fotografia Profissional, "foi um passo importante para o desenvolvimento desse mercado interno que é a ACIJ".

Primeira etapa da nova sede foi concluída em fevereiro de 2005

A alta representatividade na área de prestação de serviços foi a principal razão que consolidou outra novidade na centenária entidade. Em 2005, foi adotado seu terceiro nome, passando a se chamar Associação Empresarial de Joinville, nomenclatura mais adequanda à realidade contemporânea, mas sem abrir mão da sigla ACIJ. O primeiro nome foi Associação Comercial de Joinville; a segunda denominação incorporou o setor industrial, após a fusão, em 1927.

A nova diretoria da ACIJ, eleita em junho de 2005, apresenta Sérgio Rodrigues Alves como presidente; César Pereira Döhler, como diretor secretário; e Waldir José Mendonça como diretor financeiro.[26] Ao assumir, Sérgio reafirmou os compromissos de "consolidar cada vez mais nossa representatividade e fazer da ACIJ um agente ativo e participante das grandes decisões locais, estaduais e, se possível nacional". À época, a entidade tinha sob sua responsabilidade aproximadamente 71 mil postos de trabalho ligados às

26 Os cargos de vice-presidentes são ocupados por Alonso José Torres, Ernesto Heinzelmann, Heleny Mendonça Meister, Jordi Castan Baneras, José Júlio Pereira, Luiz Tarquínio Sardinha Ferro, Mario Cezar Aguiar, Miguel Abuhab, Moacir Gervázio Thomazi, Moacir Luiz Bogo, Nivaldo Nass, Omar Amin Ghanem Filho, Ovandi Rosenstock, Paulo Harry Schmalz e Sandro Murilo Santos.

2005

Entidade passa a se chamar Associação Empresarial de Joinville

Núcleo de Jovens Empresários cria Programa de Formação de Lideranças Públicas

Núcleos Setoriais da casa realizam o primeiro Balcão de Negócios

arte 2021 ACIJ 7_ARTE ALBUM JOINVILLE ok.qxd 31/05/2021 16:13 Página 230

Sérgio Rodrigues Alves é natural de Rio Negro (PR), técnico em Processamento de Dados pela União Tecnológica do Trabalho (Curitiba/PR), formado em Direito pela Faculdade de Direito de Joinville e em Administração de Empresas pela Faculdade de Ciências Administrativas de Joinville, com especializações na IBM – Chief Information on Officers (USA) e no INSEAD – Institut Européee d'Administration des Affaires (França). Diretor e controlador da Companhia Fabril Lepper, da Fiação São Bento S.A., da Manchester S.A., Alfitex Comércio e Representações e da Bel Turismo. Na área pública, foi Secretário da Fazenda do Estado de Santa Catarina, presidente do Conselho de Administração do Badesc, do Conselho de Administração da Codesc, diretor presidente da Celesc e membro do Conselho de Administração do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE). Preside a ACIJ no biênio 2005/2007.

empresas associadas. Esse número corresponde a cerca de 300 mil pessoas, considerando que as famílias têm em média quatro integrantes, representando mais da metade da população de Joinville.

Dentre as ações previstas no plano de gestão da nova diretoria, despontam o fortalecimento dos trabalhos dos Núcleos Setoriais e a atuação em conjunto com outras entidades. "Participamos de diversas outras entidades e conselhos de classe, e o objetivo é atuar cada vez mais em parceria", definiu o novo presidente. Atenção especial seria dispensada à conclusão da sede, de modo a ser inaugurada no ano seguinte conforme planejado. Uma das mais representativas e atuantes entidades de Santa Catarina, a ACIJ contava com um quadro social de 1343 empresas. Destas, 75% eram de micro e pequeno porte, sendo 40% indústrias e estabelecimentos comerciais e 60% prestadoras de serviços, estando 500 delas distribuidas em 28 núcleos setoriais.

Dia 15 de julho, foi anunciada a primeira montadora de veículos do estado, a Tac SA, empresa que produziria o jipe A4, a partir de 2007, em Joinville. A ACIJ desempenhou importante papel nessa conquista. Desde o segundo semestre do ano 2004 um Time de Trabalho liderado pelo vice-presidente Mario Cezar de Aguiar trabalhou para atrair a montadora para Joinville. Prefeitura, Câmara de Vereadores, Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional, profissionais e técnicos foram chamados a contribuir. Além dos atributos já existentes na região – como maior parque fabril de autopeças, malha rodoviária, portos e demais itens de infraestrutura, mão de obra qualificada e escolas com histórico na preparação de profissionais – Joinville apresentou-se aos empreendedores com uma proposta sólida e irrecusável. O Stark, primeiro veículo produzido, seria apresentado na ACIJ, em outubro de 2006.

Em dezembro, a ACIJ posiciona-se publicamente contra o rumoroso caso de corrupção dentro do governo e do Congresso Nacional, conhecido como "Mensalão". Em seu informe semanal a entidade diz que "passadas a renúncia de três medalhões da política brasileira, e ainda com uma sensação clara de impunidade quanto às grandes denúncias levantadas pela imprensa brasileira nos últimos seis meses, ficamos com a sensação de que algo precisa ser feito." A entidade volta a bater na tecla de que as soluções para se fazer um novo Brasil passam pelas reformas tributária, política, trabalhista e do judiciário. Também em dezembro, a entidade promoveu reunião especial, onde tratou do Plano Diretor de Joinville. Tema esse que passaria a merecer contribuição consistente, continuada e em consonância com o pensamento empresarial de Joinville por parte da associação.

Em 2006, o Projeto Empreender completou 15 anos em Joinville. Para comemorar esse marco, o Conselho dos Núcleos Setoriais prestou homenagem ao sócio benemérito da ACIJ, José Henrique Carneiro de Loyola, a Francisco Martins Fidélis, José Maria Melin e Max

2005 – Sérgio Rodrigues Alves é eleito presidente da ACIJ
Associação passa a contribuir com a elaboração do Plano Diretor de Joinville
Com apoio da entidade, instala-se em Joinville a primeira montadora de automóveis de Santa Catarina

Hermann, executivos que deram fundamental contribuição para a sua implantação e desenvolvimento. Seu principal legado na entidade são os núcleos setoriais, que contribuem de forma inestimável para o fortalecimento da classe empresarial e para a qualidade de vida do município. O impacto dos núcleos no crescimento dos negócios, na fiscalização e revisão das leis e na implementação das melhores práticas, é motivo de orgulho para toda a classe empresarial. Ao longo de 2006, comemorou-se, também, os 95 anos da ACIJ, tendo como tema norteador a Valorização do Produto de Joinville. A escolha deu-se com o objetivo de destacar aquilo que a cidade consegue produzir com sua cultura e peculiaridades. Além dos produtos manufaturados, a entidade buscou aplicar o princípio para a dimensão social, demonstrando que, diante de um Brasil desordenado e injusto sob diversos aspectos, Joinville se sobressai como uma cidade que deu certo.

A diretoria à frente da entidade, com Sérgio Rodrigues Alves na presidência, seria reconduzida para mais um período administrativo em junho, com as seguintes alterações: entram o diretor administrativo Ivo Gramkow e o diretor financeiro Paulo Harry Schmalz, além dos vices, Ely Diniz da Silva Filho, Francisco Amaury Olsen, Ivandro de Souza, Jaime Romagna Grasso, Marcelo Hack e Udo Döhler; em substituição a Jordi, Alonso, José Julio, Omar e Murilo Santos.

A sede dos sonhos

O desenlace de um novo tempo para as atividades da ACIJ

No panteão das muitas datas históricas da ACIJ, inscreve-se o dia 6 de junho de 2006 como uma das mais representativas. A união, o associativismo, o esforço conjunto, a integração empresarial, todos esses valores estarão reunidos e simbolizados na nova sede inaugurada nesse dia. Coube a Sergio Rodrigues Alves, na condição de presidente da entidade, comandar a solenidade inaugural, quando se pronunciou lembrando o esforço de seus antecessores, desde Albano Schmidt, passando por Moacir Thomazi, Moacir Bogo e Jaime Grasso. Também tiveram papel destacado nesse processo o Conselho dos Núcleos, o Núcleo de Jovens Empresários, a diretoria, os sócios beneméritos, o Conselho das Entidades Patronais (sindicatos) e o Governador de Santa Catarina, Luiz Henrique da Silveira.

A entidade, que na antiga estrutura tinha somente duas salas de treinamento, três salas para reuniões e um salão com 100 lugares, passa a contar com seis salas de treinamento e um salão nobre modular, com capacidade inicial para 150 pessoas, podendo ser preparado para até 350 convidados sentadas, ou ainda quatro salas com até 50 lugares, além de um escritório virtual à disposição do associado. Outros diferenciais que merecem ser ressaltados são: a flexibilidade de uso dos espaços e instalações, a aplicação de materiais perenes e de baixa manutenção e o aproveitamento de recursos naturais, como o recolhimento de água da chuva para uso secundário.

Os sindicados patronais de Joinville foram levados fisicamente para dentro da ACIJ com a inauguração da sede no Edifício Manchester, em 1970. Desde então a institucionalização desse relacionamento cresceu e solidificou-se com a criação do Conselho das Entidades Patronais (Consep) com o objetivo principal de promover o associativismo e a integração entre empresas e sindicatos patronais. O Consep não possui identidade jurídica, mas reúne todos os sindicatos patronais representativos das indústrias de Joinville. A nova

2006
A nova sede da ACIJ é inaugurada em 06/06/06
ACIJ entra na briga pelo campus da Universidade Federal de Santa Catarina

arte 2021 ACIJ 7_ARTE ALBUM JOINVILLE ok.qxd 31/05/2021 16:13 Página 232

sede, a exemplo do que ocorrera três décadas antes, possibilitou a expansão das suas atividades, troca de experiências, capacitação e estímulo para o aperfeiçoamento e desenvolvimento sindical, com especial atenção aos sindicatos de menor porte. Todas essas atividades, além de consultoria a respeito de processos, treinamento profissional, legislação e outros assuntos de interesse comum, são realizados dentro da ACIJ.

Tendo em vista as eleições de 2006, em agosto, a ACIJ elabora uma mensagem aos candidatos, convidando-os a se dedicarem à correção de algumas situações reconhecidamente graves, como: os excessivos gastos públicos com custeio, em prejuízo dos investimentos em obras e serviços prioritários; a corrupção, estimulada pela impunidade; o sistema político deficiente, que dificulta o alinhamento das pessoas de bem; o sistema tributário, perverso e caótico, que penaliza exageradamente o contribuinte; a burocracia exacerbada, que mais serve a alimentar gastos inúteis com custeio, a favorecer a corrupção; a deformar o sistema político e a elevar o sistema tributário a níveis de perversa intolerância. Outros temas mais específicos são também lembrados, como: produzir reformas que levem à municipalização de algumas atividades do poder público, como na área da defesa civil, do meio ambiente, da educação, do saneamento básico e da assistência médica e hospitalar.

Sérgio Rodrigues Alves deixa a presidência da ACIJ, no final de 2006, para tomar posse na Secretaria de Estado da Fazenda. Assume o cargo o empresário Nivaldo Nass, que já presidira a entidade em 1985, permanecendo no comando até junho de 2007. Nesse tempo, uma das principais ações foi a consolidação do planejamento estratégico, iniciado pelo antecessor. Esse instrumento passaria a orientar todas as ações, atividades e projetos futuros da associação, consolidando a nova fase que passa a gerir os seus negócios de acordo com as necessidades dos associados. Em consonância com os novos tempos, também seriam alterados pontos do Estatuto da casa. Outra questão que contou com a atuação da ACIJ nesse período, foi a proposta de criação de Unidade de Conservação na Baía Babitonga, por parte do Ibama, na qual a ACIJ teria importante papel, resguardando os interesses da comunidade regional. Em 17 de maio de 2007 a ACIJ "entrou na briga" pela instalação de um campus da Universidade Federal de Santa Catarina em Joinville. Assim que o governo determinou a interiorização das universidades federais, a associação entregou à UFSC um documento, apontando o potencial de Joinville para sediar o campus.

Em junho de 2007, Udo Döhler é eleito para seu sexto período na presidência da ACIJ. A diretoria se completa com o diretor administrativo, Mário Cezar Aguiar, e o diretor financeiro, João Joaquim Martinelli.[27] Essa gestão será marcada pela conquista da Universidade Federal, com inúmeras reuniões e encaminhamentos sendo realizados, tanto com a instituição, quanto com autoridades municipais e estaduais, visando vencer todas as etapas até que Joinville fosse contemplada, já que havia outros municípios com a mesma pretensão. Udo Döhler começou a atuar no assunto antes mesmo de ser empossado – ainda na condição de vice-presidente. A coluna semanal da ACIJ descreve assim aquele momento:

> Em 17 de abril, enquanto se preparava para assumir mais um mandato à frente da entidade, durante uma reunião, na Döhler, Udo comentava com o diretor executivo que sua prioridade número um seria a Educação. Minutos depois, estava em sua sala o assessor parlamentar José Dias, que trazia informações sobre a questão da Baía Babitonga e uma pergunta provocadora: "A ACIJ não quer a instalação de um campus da Universidade Federal em Joinville?".
>
> Imediatamente, Döhler posicionou a diretoria sobre a questão da UFSC e, com o sinal verde de Nivaldo Nass e seus vice-presidentes, começou a articular o trabalho de persuasão e convencimento do reitor da Universidade Federal.

27 Os vice-presidentes são: Carlos Rodolfo Schneider, Ernesto Heinzelmann, Francisco Amaury Olsen, Heleny Mendonça Meister, Maria Regina Loyola R. Alves, Jaime Romagna Grasso, Luiz Tarquínio Sardinha Ferro, Sandro Murilo Santos, Marcelo Hack, Miguel Abuhab, Moacir Gervázio Thomazi, Moacir Luiz Bogo, Albano Schmidt, Ovandi Rosenstock e Nivaldo Nass.

2006 — Nivaldo Nass assume a presidência para concluir a gestão 2006/2007

2007 — Concluído planejamento estratégico interno da entidade

Udo Döhler é eleito presidente para seu sexto mandato

> Dias depois, já com o aval do Prefeito Marco Tebaldi quanto à disponibilidade de terreno por parte do município, Nivaldo Nass, Udo Döhler, Ideli Salvatti e Carlito Merss visitaram o reitor Lúcio Botelho, para entregar um documento onde ficava claro o interesse do município em sediar o campus.
>
> Também foi fundamental a posição dos diretores e reitores das faculdades e universidades locais, que expressaram claramente a importância da UFSC em Joinville trazendo, além de cursos regulares, pesquisa e extensão.
>
> Neste meio tempo, o Governador Luiz Henrique da Silveira também foi visitado, para conhecer a questão em toda a sua complexidade e dispor dos recursos do Estado para contribuir na viabilização do campus. Junto com o secretário da Fazenda Sérgio Alves, o governador hipotecou apoio ao pleito.

Em julho, o reitor da UFSC, Lucio Botelho, aponta a Curva do Arroz, no km 47 da BR-101, como local propício para instalação do campus devido à posição estratégica entre os municípios da região, atendendo assim aos outros dois postulantes, Guaramirim e Araquari. E, em agosto, anuncia a escolha por Joinville. Depois de definido o terreno, viriam as negociações pela sua compra. Em 17 de setembro, a Prefeitura de Joinville e Governo do Estado oficializam negociação da área sugerida pelo reitor para a instalação do novo campus. A pedra fundamental da obra foi lançada, em 26 de abril de 2008, pelo então Ministro da Educação, Fernando Haddad. Além da universidade, o projeto idealizado pela ACIJ prevê a instalação de um parque científico-tecnológico, com incubadora e centros de pesquisa integrados à UFSC. Para esse fim a entidade obtém, em 2009, recursos da Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado de Santa Catarina (Fapesc), órgão do Governo do Estado.

Educação e energia marcam gestão Udo Döhler

O campus da Universidade Federal no Norte de Santa Catarina é uma das mais importantes conquistas da história recente para a região. Sua localização quase que equidistante entre Joinville e Jaraguá, e muito próxima de diversos outros municípios, com os quais estará interagindo, é estratégica. "Isso tudo aconteceu porque nós herdamos essa liderança forte da entidade na cidade", define Udo.

Um tema histórico que voltará a ser abordado pela ACIJ nesse período é o fornecimento de energia elétrica. À época, estudos apontavam que, com uma taxa de crescimento anual de 10% no consumo, mais a instalação de grandes empreendimentos previstos para a região – a exemplo da fábrica da GM e o Porto de Itapoá – em dois anos a energia disponível seria insuficiente para atender à demanda. A saturação do sistema atingiria primeiramente o Parque Industrial de Joinville. A entidade preparou um documento, mostrando estes números e saiu a campo para convencer as autoridades da necessidade de investimentos imediatos em uma nova subestação rebaixadora. Já em julho de 2007, são feitas as primeiras reuniões com a Celesc, que se comprometeu a acionar a Agência Nacional de Energia Elétrica (Anaeel). Também o Governador Luiz Henrique da Silveira seria engajado no processo: "A ACIJ me trouxe o problema e decretei estado de emergência para agilizar o encaminhamento. Fomos juntos a Brasília, reivindicar ao presidente da Anaeel e ao Ministro de Minas e Energia, Edson Lobão. Meses depois a subestação estava funcionando e ficou afastada a possibilidade de um apagão, que seria traumático para Joinville", recorda Luiz Henrique

De fato, em março a ACIJ recebeu a diretoria da Eletrosul que, juntamente com a Senadora Ideli Salvatti e o Deputado Federal Carlito Merss, apresentou o projeto que, em 12 meses, ampliaria a capacidade energética de Joinville em 52%. Foram investidos R$ 54,5

2008 — Ministro da Educação, Fernando Haddad, lança pedra fundamental do campus da UFSC

arte 2021 ACIJ 7_ARTE ALBUM JOINVILLE ok.qxd 31/05/2021 16:13 Página 234

milhões em uma nova subestação, na ampliação da unidade de Pirabeiraba e na implantação de uma linha de transmissão de 3,4 quilômetros, interligando o sistema da Celesc à nova unidade. O conjunto de obras foi inaugurado dia 22 de junho de 2009, com a presença do Ministro de Minas e Energia, Edison Lobão. Cabe realçar a sinergia gerada rapidamente entre a classe empresarial, Governo do Estado e União em torno da solução do problema. A Celesc, presidida por Carlos Rodolfo Schneider, faz outras importantes obras em Joinville e Região Norte, como as subestações de Jaraguá do Sul e São Bento do Sul. Somente a integração de todos os agentes e a posição firme da Eletrosul diante das adversidades garantiu a conclusão da obra em tão curto espaço de tempo. Udo Döhler é categórico em afirmar que, não fosse o investimento, teríamos racionamento de 20% hoje.

Como de praxe, em junho Udo Döhler é reconduzido para mais um período, 2008/2009, à frente da ACIJ, tendo como diretor administrativo, Mario Cezar Aguiar, e diretor financeiro, João Joaquim Martinelli.[28] Em seu balanço do período anterior, Udo salienta como prioridade, infraestrutura e educação. Além da UFSC, a entidade trabalhou para que a Pontífice Universidade Católica (PUC) pudesse instalar-se em Joinville. Recreação, lazer e turismo são três temas, voltados ao mesmo objetivo, introduzidos na agenda da casa, como prioridades a serem alcançadas. Em sua defesa, a ACIJ argumenta que "o acesso da população a atividades e espaços de entretenimento e bem-estar é fundamental para uma cidade que quer se orgulhar da qualidade de vida que pode oferecer."

Completando 15 anos, o Núcleo de Usinagem e Ferramentaria realiza, em agosto de 2008, uma Missão Internacional à Alemanha, com passagens por Frankfurt e Munique, tendo como destino principal a Euromold, principal feira do setor. Nesse período, o núcleo evoluiu de tal maneira, que transformou Joinville no principal pólo brasileiro no setor, ultrapassando Caxias do Sul e a cidade de São Paulo. Hoje, o setor soma 400 empresas que garantem parcela importante de empregos nas indústrias da cidade. Há entre elas parcerias que, não raro, propiciam complementaridades nas técnicas, capacidades e prazos, condição esta em parte favorecida e propiciada pela participação nas reuniões e eventos do Núcleo Setorial. São pequenas e médias empresas, via de regra, com poucos funcionários, mas altamente capacitados e salários compatíveis. Formam um ambiente de equilíbrio socioeconômico com distribuição de renda, criação de empregos e recolhimento de tributos. Udo Döhler conceitua que o setor "não é intensivo de capital, mas é intensivo de talentos." O presidente raciocina que a empresa "multinacional não pensa a cidade. Hoje, está aqui, amanhã vai para onde o vento sopra", daí a importância da múltipla participação das pequenas e micro empresas, com base local elas estão imersas na realidade da sua comunidade. E conclui: "enquanto entidade de classe, temos de cuidar da cidade."

A história de conquistas dos Núcleos Setoriais da ACIJ escreveu um novo e importante capítulo, em setembro de 2008, quando uma resolução do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Consema) permitiu a reutilização das areias descartadas de fundição. Há oito anos que o núcleo do setor vinha tratando do tema junto aos órgãos ambientais e instituições de ensino, pesquisa e a própria Fundição Tupy. A decisão baseia-se em parecer da Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (Cetesb – SP) aprovando o seu uso em São Paulo.

A frase "uma cidade sem água, sem energia elétrica, sem educação e sem moradia não se admite", do presidente da ACIJ, continua norteando algumas ações da entidade, no primeiro semestre de 2008. Se a questão energética está resolvida, a educação superior ganhou poderosos reforços, a água continua sendo uma ameaça e o setor habitacional

28 Os vice-presidentes para o o período 2008/2009 são: Carlos Rodolfo Schneider, Ernesto Heinzelmann, Francisco Amaury Olsen, Heleny Mendonça Meister, Luiz Tarquínio Sardinha Ferro, Sandro Murilo Santos, Marcelo Hack, Miguel Abuhab, Moacir Gervázio Thomazi, Moacir Luiz Bogo e Albano Schmidt.

2008

ACIJ mobiliza autoridades e amplia a capacidade energética de Joinville em 52%

Núcleo de Usinagem e Ferramentaria completa 15 anos

constitui-se em um dos pontos críticos da cidade, tanto pelo déficit, quanto pela ocupação de áreas impróprias para moradias, pelo risco de deslizamentos ou enchentes a cada chuva mais forte. A questão da água tem um particularidade, enquanto nas décadas anteriores a entidade lutava por investimentos no sistema de captação, tratamento e distribuição, a preocupação no século 21 é a sua finitude. Além de preservar os mananciais, os esforços concentram-se em estimular o uso consciente. Também na questão energética a entidade atuou em duas frentes, buscando garantir a maior oferta e estimulando o uso inteligente do recurso pelas empresas. Assim, foi instituído o Programa de Consumo Inteligente de Energia, coordenado pelo então vice-presidente Carlos Rodolfo Schneider, que visa reduzir a demanda com seu uso racional.

A mobilidade urbana é outro ponto que mereceu atenção da entidade, em especial quanto à necessidade de duplicação das ruas Dona Francisca e Marquês de Olinda, a implantação do binário Vila Nova, do Eixo Sul-Norte e da Beira Mangue, além da construção de um grande anel viário e incentivo à utilização do transporte coletivo. Ainda dentro da infraestrutura de transporte, a associação posicionou-se com muita ênfase pela duplicação da BR-280. A visita do Ministro de Assuntos Estratégicos, Mangabeira Unger, dia 8 de abril, para colher subsídios, sugestões e propostas para o Plano de Ação de Longo Prazo do Governo Federal, foi uma oportunidade para reforçar esses e outros assuntos. Nessa ocasião, a entidade apresentou suas propostas para o desenvolvimento integrado e sustentável da região nas áreas de educação, meio ambiente, mobilidade, infraestrutura e segurança, e ainda sua preocupação com o custo do Estado e as necessidades de reformas, especialmente a tributária, para a qual a entidade tem um projeto em andamento, o Brasil Forte. A presença dos senadores Neuto de Conto e Ideli Salvatti, bem como dos deputados Cláudio Vignatti, Valdir Colatto e Décio Lima, reforçou a posição de Santa Catarina quanto à pauta reivindicada. Ainda ligado ao tema infraestrutura, a gestão trabalhou no sentido de ver iniciadas as obras de ampliação do Aeroporto de Joinville, transformando-o definitivamente num terminal de cargas e, mais adiante, num aeroporto industrial.

Em 10 de junho de 2009, finalizando o sétimo mandato à frente da ACIJ, Udo Döhler foi homenageado no artigo "Liderança", de Jordi Castan, publicado no Jornal A *Notícia* pela sua participação constante à frente de temas empresariais, comunitários e políticos. Suas ações "fazem dele um dos personagens mais representativos de uma forma de ser e de agir que parecia em extinção", diz o articulista, que prossegue: "nenhum outro dos seus pares ocupou o cargo tantas vezes, no último meio século, e poucos o fizeram com tanto entusiasmo e dedicação". O texto ressalta que Udo capitaneou ações com firmeza e sem titubeio, sem buscar colher outra recompensa além da "satisfação do dever cumprido, de forma desinteressada e altruísta." Udo termina seu mandato com a satisfação de anunciar o início das aulas na UFSC: "dentro de dois meses, teremos o primeiro vestibular, com 200 vagas, para o inovador curso de Engenharia da Mobilidade."

Espaço para temas nacionais

O empresário Carlos Rodolfo Schneider assume a presidência da ACIJ em 19 de junho de 2009. Completam a diretoria Mario Cezar de Aguiar, diretor secretário; João Joaquim Martinelli, diretor financeiro e Christian Dihlmann, diretor de relacionamento com os associados.[29] A criação da Diretoria de Relacionamento com Associados, com objetivo de aprimorar

29 Os vice-presidentes do período são: Udo Döhler, Francisco Amaury Olsen, Ernesto Heinzelmann, Luiz Tarquínio Sardinha Ferro, Ingo Doubrawa, João Carlos Brega, Moacir Thomazi, Jaime Romagna Grasso, Claudio Salfer, Maria Regina de Loyola Rodrigues Alves, Heleny Mendonça Meister, Moacir Luiz Bogo, Norberto Cubas da Silva e Sandro Murilo Santos.

2009

Trabalho do Núcleo de Meio Ambiente libera reutilização de areias de fundição

Carlito Merss assume a Prefeitura de Joinville

Palestrantes nacionais abordam na ACIJ cultura, tributos e gestão pública

UFSC anuncia início da primeira turma em Joinville

arte 2021 ACIJ 7_ARTE ALBUM JOINVILLE ok.qxd 31/05/2021 16:13 Página 236

a matriz de serviços, é uma das inovações da gestão. A posse contou com a presença de presidentes de associações empresariais, deputados, senadores, prefeitos e do Governador do Estado, que assinou atos contemplando obras e melhorias para Joinville e região.

A imprensa noticia que Schneider quase não chegou a tempo para a própria eleição. Depois de proferir uma palestra na capital paulista, o empresário voou para Joinville. Essa dupla agenda será uma tônica da nova diretoria, que assume com o desafio de responder às questões locais com a mesma eficiência com que vinham sendo conduzidas, e ao mesmo tempo abrir espaço para temas nacionais. Agir para melhorar as questões estruturais que mais impactam no crescimento a longo prazo, com efeito direto na competitividade do país, dos municípios e das empresas. Esse é o espírito que norteia as principais ações desencadeadas na gestão de Carlos Rodolfo Schneider. Nesse esforço, os projetos "Movimento Brasil Eficiente" e "Municípios que fazem render mais" serão as principais plataformas de trabalho.

Internamente, uma das propostas da nova diretoria foi trabalhar em comitês e grupos estratégicos, coordenados por vice-presidentes e diretores, para desenvolver ações que contribuíssem com o aumento da competitividade dos associados e com a melhoria da qualidade de vida da comunidade. Os comitês e seus coordenadores são: Infraestrutura e Serviços Públicos (dedica-se a assuntos como aeroporto, duplicação da Rua Dona Francisca e implantação de anel viário), Moacir Thomazi; Gestão Compartilhada (interação das gestões compartilhadas com a diretoria), Jaime Grasso; Competitividade e Tecnologia (sua principal tarefa é a implantação de um Parque Tecnológico Regional), Sandro Murilo Santos; Assuntos Ambientais (dedica-se a temas como despoluição do Rio Cachoeira), Ingo Doubrawa; Marketing, Eventos e Comunicação (coordena os eventos e lança a Revista ACIJ), Maria Regina Alves; Assuntos Comunitários (manutenção de praças e calçadas, criação de parques, qualidade do atendimento à população), Heleny Meister; Assuntos Legislativos (acompanha tramitações na Câmara de Vereadores, na Assembleia e no Congresso Nacional), João Joaquim Martinelli; Assuntos Trabalhistas (acompanha assuntos da área que sejam de interesse dos associados), Cláudio Salfer; Comitê dos 100 Anos, Moacir Bogo.

Uma das marcas dessa gestão foram as parcerias com os diferentes poderes na busca pela solução de problemas do município e região. Dentro do espírito de colaboração mútua para a construção de uma sociedade melhor, foi criado o Fórum Empresarial do Norte de Santa Catarina, agregando 15 associações comerciais das cidades, desde Mafra até São Francisco do Sul, com o objetivo de identificar problemas comuns e buscar soluções em conjunto. Sob a coordenação de Udo Döhler, foram trabalhados projetos de infraestrutura, cultura, serviços públicos e questões ambientais, que tratados isoladamente teriam menos força do que articulados com outras entidades.

É tradicional a parceria da ACIJ com o município na busca de soluções para os principais desafios da região. Modernização do aeroporto, instalação do Parque de Inovação Tecnológica, readequação e distribuição de energia elétrica, duplicação da Rua Dona Francisca, ampliação da rede de esgoto, despoluição do Rio Cachoeira, a reserva da Baía Babitonga, são exemplos da agenda nesse período. Alguns desses temas permanecem na pauta da entidade pelo tempo necessário para que haja uma solução.

Em 14 de setembro de 2009, o presidente da ACIJ reuniu pessoas de notório saber, dentre as quais, o jurista Ives Gandra da Silva Martins, os economistas Paulo Rabello de Castro, Roberto Teixeira da Costa, Raul Velloso, o diretor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, Yoshiaki Nakano (ex-Secretário da Fazenda do Governo Mário Covas, em São Paulo), o ex-Senador Jorge Bornhausen, Ernesto Heinzelmann, entre outros. A missão do grupo foi avaliar ações capazes de mobilizar a

2009

Carlos Rodolfo Schneider é eleito presidente da ACIJ

Criado o Fórum Empresarial Permanente do Norte com a participação de 15 municípios

sociedade em torno da necessidade de reforma fiscal. A iniciativa levaria à criação do Movimento Brasil Eficiente.

Outra pauta interligada com o plano federal ocorreu no dia 3 de novembro, quando o Ministro da Cultura, Juca Ferreira, assinou na ACIJ o termo de adesão da cidade ao programa "Mais Cultura", juntamente com o Prefeito Carlito Merss e o presidente da Fundação Cultural de Joinville (FCJ), Silvestre Ferreira. No dia seguinte, o tema abordado foi a falta de planejamento de longo prazo para o país e a "estrutura medieval" do sistema tributário brasileiro. O palestrante, empresário Jorge Gerdau Johannpeter, destaca que essa conjuntura reduz sobremaneira a competitividade das empresas no cenário mundial. No mês anterior, o então secretário de Desenvolvimento de São Paulo, Geraldo Alckmin, já viera falar na ACIJ explorando o tema "Desenvolvimento Econômico e Gestão Pública". Outro ilustre visitante será o então governador paulista, José Serra, mas isso em setembro do ano seguinte.

Com a RIC Record, a ACIJ organiza, em 27 de novembro, um seminário com representantes da Petrobrás – que contou com a participação do presidente da empresa, José Sérgio Gabrielli de Azevedo – para debater o papel da cadeia produtiva catarinense na exploração e produção de petróleo a partir do Pré-sal. Por meio do Sistema de Gestão Estratégica Orientada para Resultados (GEOR), a entidade finaliza 2009 definindo a agenda a ser implementada e gerenciada em 2010. Dentre elas destacam-se o início de uma intensa programação para comemorar os 100 anos da ACIJ, e a extensão do Programa Gestão Compartilhada para mais uma região, a Leste, instalada em março, na Moldville, no Jardim Sofia.

A qualificação do aeroporto de Joinville é uma bandeira da ACIJ desde a década de 1940, tendo sido obtidas melhorias constantes. Com objetivo de possibilitar a maior oferta de voos e a melhoria dos serviços no terminal, desde 2003 a casa reivindica nova ampliação. A obra requer desapropriação de 72 áreas, retificação do Rio Cubatão, contorno rodoviário e outras intervenções de infraestrutura, para as quais será necessário um esforço conjunto da Prefeitura, Governo do Estado e Federal. Além disso, a Infraero pretende implantar um terminal de cargas em Joinville, devido à sua excelente condição logística, com portos e BR-101 muito próximos. Outra proposta é a instalação de Aeroporto Industrial, que seria o segundo do país, alternativa essa que ajudou a "decolar" o Aeroporto de Confins, em Minas Gerais.

Em março de 2011, o Departamento de Controle de Espaço Aéreo (Decea) reconheceu oficialmente a necessidade do ILS (Instrument Landing System), após avaliação técnica iniciada no ano anterior. Em maio, uma comissão foi a Brasília solicitar ao Ministro da Defesa, Nelson Jobim, a instalação do equipamento. Sob a liderança do presidente da ACIJ Carlos Rodolfo Schneider, os vice-presidentes Moacir Thomazi e Udo Döhler, acompanhados da Senadora Ideli Salvatti, do Prefeito Carlito Merss, do Secretário de Desenvolvimento Rodrigo Thomazi e do ex-Governador Luiz Henrique da Silveira, obtiveram a promessa de solução num prazo de um ano e meio.

E no início de agosto, a boa notícia "aterrissa" no Aeroporto Lauro Carneiro de Loyola, de Joinville. Conforme noticiado pela imprensa, o Departamento de Controle do Espaço Aéreo (Decea) autorizou a compra do conjunto de equipamentos ILS, incluindo sistema de iluminação e torre meteorológica, facilitando o pouso de aeronaves em condições climáticas adversas. O instrumento reduz em cerca de 70% o número de voos cancelados. Aproveitando o vento favorável, a Infraero emitiu a ordem de serviço para execução de estudos para ampliação da pista do aeroporto em 500 metros, com investimentos superiores a R$ 55 milhões. Assim, são atendidas duas reivindicações sistematicamente cobradas pela ACIJ.

2010

Departamento do Controle do Espaço Aéreo autoriza ILS para o Aeroporto de Joinville

arte 2021 ACIJ 7_ARTE ALBUM JOINVILLE ok.qxd 31/05/2021 16:13 Página 238

Carlos Rodolfo Schneider é Bacharel e Mestre em Administração pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), dirige hoje o grupo H. Carlos Schneider, que inclui empresas como Ciser Fixadores, Ciser Automotive e Hacasa Empreendimentos Imobiliários. Em 2010, foi agraciado pela Câmara de Vereadores com a outorga de Cidadão Benemérito de Joinville; em 2017, recebeu da Federação das Indústrias de Santa Catarina – FIESC a comenda da Ordem do Mérito Industrial; e, em 2020, recebeu da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais – FIEMG a comenda da Ordem do Mérito Industrial. Foi cônsul honorário da Colômbia para Santa Catarina, de 1996 a 2003, diretor-presidente da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc, de 2003 a 2005, e presidente do Conselho de Administração da Celesc, no mesmo período. É membro, entre outros, do Conselho Superior de Economia da FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo; do Conselho Estratégico da Indústria Catarinense – FIESC; do Conselho Político e Social da Associação Comercial de São Paulo, do Comitê de Líderes da Mobilização Empresarial pela Inovação da Confederação Nacional da Indústria – CNI; e do Conselho Empresarial da América Latina – CEAL.

Fiel à crença que as soluções para os grandes problemas do país passam por uma qualificação da gestão pública, a ACIJ lança em junho de 2010 o prêmio "Municípios que Fazem Render Mais". Foram realizados lançamentos da premiação nos três Estados do Sul, contando sempre com a presença dos respectivos governadores. A iniciativa identifica e reconhece administrações que fazem o melhor uso possível dos recursos públicos. Nesta avaliação, quatro aspectos são fundamentais: sustentabilidade das ações, transparência da gestão pública, abertura à participação dos cidadãos nas decisões governamentais e contribuição ao desenvolvimento local. A ACIJ promove a premiação com a coordenação técnica do Centro de Estudos de Administração Pública e Governo (CEAPG) da Fundação Getúlio Vargas, que avalia os municípios participantes, e com o apoio institucional e logístico das entidades empresariais dos três estados do Sul: Federação das Associações Empresariais de Santa Catarina (FACISC), Associação Comercial do Paraná, Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado do Paraná (FACIAP), Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP), Fecomércio Paraná e Fecomércio de Santa Catarina, Federação das Associações Comerciais e de Serviços do Rio Grande do Sul (FEDERASUL) e Associação Comercial de Porto Alegre (ACPA). O idealizador do prêmio, Carlos Rodolfo Schneider, destaca que "a ação mais eficaz que podemos desenvolver para aumentar a competitividade do país e por consequência das empresas é contribuir para melhorar a gestão pública. Queremos que os municípios melhor geridos sirvam de exemplo e inspiração para os demais".

O processo de seleção é realizado em três etapas. Na primeira, o Comitê Técnico da CEAPG/FGV faz uma seleção a partir do questionário previamente respondido e de informações de domínio público, como as disponíveis no Tribunal de Contas dos Estados, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e outros órgãos estaduais ou federais. Na segunda etapa, os concorrentes recebem a visita de uma equipe do Comitê Técnico para coletar dados na localidade. Na terceira etapa, a Banca Julgadora do Prêmio escolhe um destaque por categoria para cada estado, que recebe o título "Municípios que fazem render mais". A premiação da primeira edição foi realizada em Joinville, com a presença de dezenas de prefeitos dos três estados e outras autoridades, no mês de novembro 2010 e contou com patrocínio do Banco do Brasil, SAP e BRDE. Dos 131 municípios inscritos, 50 foram habilitados e apenas 25 foram pré-selecionados, de acordo com os indicadores quantitativos e de base oficial. As gestões municipais vencedoras foram de Apucarana (PR), Campo Alegre, Rio do Sul, Joinville (SC), São Lourenço do Sul e Bagé (RS).

Depois disso a Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP) implantou o prêmio em São Paulo por meio de parceria com a ACIJ.

2010

Entidade cria Prêmio Municípios que Fazem Render Mais, pela maior eficiência do setor público nos três estados do Sul

Em visita à ACIJ, em julho de 2010, o Governador Leonel Pavan destinou recursos para o estudo de implantação do Parque Tecnológico Regional e para ampliação do Campus Universitário da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em Joinville. Pavan assinou o decreto que altera o regulamento do ICMS sobre os combustíveis, beneficiando o abastecimento de aeronaves que operem linhas regionais, desde que iniciem ou encerrem voo em Santa Catarina. O objetivo é atrair mais empresas para operar no estado, a exemplo da Azul, que passou a atender Joinville.

Criado em 1999 pelo Núcleo de Comércio Exterior da ACIJ, o Seminário de Negócios Internacionais (Seni) realizou, em 2010, sua 11ª edição. Com intuito de promover soluções em comércio exterior, o Seni incentiva networking entre os profissionais e promove discussões com grandes nomes da área, como o Embaixador Rubens Barbosa, o Professor Doutor William L. Ury e o Secretário de Comércio Exterior, Welber Oliveira Barral.

Brasil Eficiente

É um falso dilema imaginar que o país deve escolher entre um Estado forte e Estado fraco. Sem dúvida o que se deseja é um Estado forte, que cumpra seu indispensável papel. A escolha deve ser entre Estado enxuto ou Estado inchado; mais eficiente ou menos eficiente. A partir dessa reflexão, a ACIJ, por intermédio de seu presidente, Carlos Rodolfo Schneider, lança uma proposta e obtém pronto apoio para desenvolver o Movimento Brasil Eficiente, a partir de um diagnóstico fiscal do país.

A partir da ACIJ desencadeou-se o movimento unindo várias entidades na luta pela competitividade da economia nacional, requisito primeiro para o fortalecimento das empresas. Naquele ano, o governo estava procurando calcar o crescimento do país em cima da expansão do gasto público. Já era previsto que a manobra iria estourar mais à frente. A crise fiscal no Brasil, em 2015, foi consequência em grande parte desse período em que os gastos públicos moveram o país. E o pior: foram criadas despesas permanentes que não puderam ser reduzidas na hora que chegou a crise. O país inclusive jogou fora toda a riqueza acumulada com o *boom* das *commodities* da primeira década desse século, quando a China moveu o mundo e o Brasil foi um dos grandes *players*. Todo aquele recurso foi jogado em cima de aumento de gastos públicos, em vez de terem sido criadas as bases para o crescimento sustentado do país.

Enxergando que isso iria criar uma forte crise fiscal, entendeu-se que a sociedade civil deveria se mobilizar para tentar conter e alterar aquela situação. Foi gerado um movimento lançado em 20 de julho de 2010 na EAESP - Escola de Administração de Empresas de São Paulo da FGV – com várias personalidades nacionais, como Dr. Ives Gandra Martins, Gustavo Loyola, Mario Petrelli, Delfim Netto, Jorge Bornhausen, Rodrigo Maia, Raul Velloso, Yoshiaki Nakano, Roberto Teixeira da Costa, entre outros. O movimento nascido na ACIJ obteve reconhecimento nacional pela solidez, relevância e urgência de suas propostas.

A iniciativa congregou inúmeras lideranças e cerca de 150 entidades. Dentre elas Fecomércio do Paraná e de Santa Catarina, Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP), Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI), Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB – Conselho Federal), BM&F Bovespa, Centro de Estudos Avançados de Direito Tributário e Finanças Públicas do Brasil (CEAT), Rede Globo de Televisão, RIC-Record, Conselho Federal de Medicina (CFM), Movimento de Donas de Casa, Confederação dos Contabilistas, Confederação Nacional da Indústria (CNI), Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC), Federação das Associações Empresariais de Santa Catarina (FACISC), Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG), Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco (FIEPE) e Fecomércio de São Paulo

2010

ACIJ lidera esforço nacional por ajuste fiscal – o Movimento Brasil Eficiente – com apoio das principais entidades do país

arte 2021 ACIJ 7_ARTE ALBUM JOINVILLE ok.qxd 31/05/2021 16:13 Página 240

Em 14 de março de 2011, o governador Raimundo Colombo participou da reunião de trabalho da ACIJ, assinando o termo de adesão do Estado de Santa Catarina ao Movimento Brasil Eficiente (MBE), como também o fizeram governadores de diversos outros estados, entre eles, São Paulo, Paraná, Minas Gerais e Pernambuco.

Como proponente do MBE, a ACIJ apoia medidas que promovam a racionalização do gasto público, a eficiência administrativa como caminho para uma reforma fiscal efetiva, que aumente a taxa de investimento, simplifique a estrutura tributária, reduza a carga de impostos e o custo Brasil, possibilitando um crescimento mais acelerado do país. Um tema fundamental e de permanente atualidade. Basta ver os motivos que levaram a Ford a desistir do Brasil, em 2021, depois de 100 anos atuando no país. Segundo a Abimac, em 2011 o custo de produção no Brasil era 36% superior aos Estados Unidos e Alemanha; a comparação com a China era ainda pior. Mesmo com o país vivendo um ciclo de expansão, investia apenas 2,2% do PIB em infraestrutura, contra 5,6% da Índia, 5,8% da Colômbia, 6,2% do Chile e 7,3% da China. Estudos da Federação das Indústrias de Santa Catarina apontam que as empresas brasileiras têm entre 2 e 5% dos seus custos somente com a administração dos compromissos fiscais e planejamento tributário. O economista Paulo Rabello de Castro, um dos mentores do Movimento Brasil Eficiente, chamou o sistema de impostos brasileiro de "favela tributária", onde são criados os "puxadinhos fiscais de acordo com os interesses dos governos nas esferas municipal, estadual e federal".

O MBE propunha medidas capazes de "conduzir o crescimento econômico e a geração de empregos à média de 6% ao ano, dobrando a renda per capita da população até 2020". Dez anos depois do lançamento, o Brasil não chegou ao patamar desejado, as propostas foram apenas parcialmente implantadas, e outras continuam em discussão em Brasília. Antes um tabu, hoje é quase um consenso que o país precisa avançar nas reformas estruturais. Iniciativas para a Reforma Tributária e vários projetos de lei que avançaram no Congresso, visando melhorar a gestão pública e a questão fiscal, incluindo a qualidade dos gastos públicos, tiveram participação do MBE.

Um exemplo foi o programa Ponte para o Futuro, do Governo Temer, que aproveitou várias das propostas do MBE. O movimento participou diretamente nesse processo. Nem tudo foi implementado, mas teve a Reforma Trabalhista, a lei do Teto de Gastos e uma série de pontos importantes implementados. Foi realizada uma Reforma da Previdência e há um esforço por uma Reforma Tributária, e também uma Reforma Administrativa.

O Brasil Eficiente teve uma participação mais direta durante esse governo, até porque o assessor jurídico do movimento, Gastão Toledo, passou a ser o assessor jurídico do Presidente da República. Paulo Rabello de Castro, o presidente do BNDES na época, foi junto com Carlos R. Schneider coordenador nacional do movimento. Com a entrada de Michel Temer no Governo, foi possível participar com mais efetividade nos acontecimentos de Brasília. Várias medidas importantes foram tomadas para conscientização e ordenação desse grande problema brasileiro que é a indisciplina fiscal do poder público. Também foram realizados trabalhos de eficiência administrativa em vários Estados. Foi um movimento importante que nasceu na ACIJ a partir da consciência de que as entidades empresariais precisam se envolver, já que os empresários têm mais consciência dessas questões.

As coisas não caminham na velocidade necessária porque corporações, setores do Congresso e dos governos são contra mudanças que não lhes convêm. Mas existe uma consciência muito mais forte hoje de que isso é necessário. O principal papel que o MBE tinha para cumprir era alertar para a situação e fazer que com isso virasse uma preocupação efetiva em Brasília, e isso avançou. As principais entidades do Brasil estiveram juntas, confederações como a CNI e CACB, federações da indústria e do comércio, como Fiesp, Fiesc, Fiepe, Fiemg e Fiep, Conselho Federal da OAB, Conselho Federal de Economia, entre outros. A Rede Globo

fez um seminário no Rio de Janeiro, coordenado pelo Movimento, com a participação do então ainda vice-Presidente da República, Michael Temer.

Quando o MBE foi lançado, era dominante no governo federal a tese de que o país precisava crescer a partir de gastos públicos. Esse é um pensamento que foi enfraquecido. Existe uma consciência muito maior de que deve haver disciplina fiscal. O MBE ajudou a colocar no radar do país a importância da questão fiscal. Mesmo com a conscientização, em Brasília sempre existe uma corrente muito forte de corporações e correntes políticas que querem ficar no velho mundo porque isso mantém privilégios. Então essa vigilância precisa ser constante.

O movimento mostrou que a ACIJ, além de olhar para Joinville e região, tem potencial para trabalhar os assuntos do país. A entidade tem um saudável espírito comunitário, e vai continuar trabalhando em prol da cidade e dos associados, ajudando os empresários a entenderem a nova realidade, os fatores que antecipam o futuro, trazendo pessoas que possam esclarecer sobre mudanças e tendências. Continuar a luta pela competitividade da indústria brasileira vai ser uma necessidade constante. Sem isso, a maioria das empresas não consegue sobreviver no médio e longo prazo. Para isso é fundamental a articulação com outras instituições.

Adesões ao Movimento Brasil Eficiente do governador de Santa Catarina, Raimundo Colombo, do governador de Minas Gerais, Antônio Anastasia, do governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, do governador de Pernambuco, Eduardo Campos, e entrega das propostas do MBE, em 2010, aos candidatos à Presidência da República José Serra e Dilma Roussef

As coisas mudam com velocidade crescente. Quem não se adequa vai ficando para trás. Em 1980, o parque industrial do Brasil era equivalente aos parques da Malásia, da Tailândia, da Coreia do Sul e da China somados. Em 2010, já representava só 8% do parque desses quatros países. Há 40 anos o Brasil está perdendo espaço e representatividade na economia mundial, no total de produção e exportação industrial. Há 20 anos outros países em desenvolvimento estão crescendo mais do que o Brasil. Isso significa menos investimentos em estradas, em tecnologia, educação, segurança, saúde, e menos empregos.

O Brasil está perdendo competitividade. Isso porque não existe uma força da sociedade organizada que trabalhe de forma constante e consistente em cima dessa pauta. O país precisa reconhecer que ninguém é uma ilha, e as forças regionais devem entender e assumir o seu papel, contribuindo para que o todo funcione. Porque se o todo não funcionar, cada um acaba pagando uma parte da conta.

A ACIJ, enquanto entidade representativa de uma classe que tem ressonância sobre

arte 2021 ACIJ 7_ARTE ALBUM JOINVILLE ok.qxd 31/05/2021 16:13 Página 242

toda a comunidade, tem o desafio de aprofundar a interação com o poder público, na intenção de melhorar a competitividade da economia e, em consequência, o bem-estar das pessoas. Para isso, não basta enviar uma correspondência à autoridade governante, requer sempre mobilização, demonstração de engajamento setorial, inclusive se articulando e fazendo com que outras entidades empresariais se envolvam. A entidade tem a consciência de que não pode pensar que as questões de maior envergadura devam ser uma preocupação exclusiva das federações estaduais ou confederações: a vigilância deve ocorrer em todas as instâncias.

Bodas de Jequitibá

Em 2011, foram comemorados os 100 anos da ACIJ. A Associação Empresarial de Joinville começou a comemorar seu primeiro século – suas Bodas de Jequitibá – ainda em 2010, com a formação do Comitê do Centenário composto por Maria Regina de Loyola Rodrigues Alves, Diogo Haron, Emerson Branco e Julio Cesar Franco, sob a coordenação de Moacir Bogo. O jequitibá é uma das maiores árvores da flora tropical, podendo atingir até 100 metros de altura e 3 mil anos de vida. Longevidade, robustez, resistência e acolhimento, são predicados da árvore que também qualificam a ACIJ. Outro paralelo que se pode fazer entre o jequitibá e a entidade empresarial é a simbiose que une o gigante da floresta e os pequenos organismos que formam o seu ecossistema, onde todos são beneficiados e fortalecidos.

Inauguração do Espaço da Memória, nos 100 anos da ACIJ

A primeira atividade comemorativa ocorreu em 29 de novembro de 2010, quando a Câmara de Vereadores de Joinville fez uma sessão solene em homenagem ao centenário. Em 6 dezembro, foi inaugurado na sede da associação o monumento público Os Quatro Elementos, criado pelo renomado artista plástico Juarez Machado. Moacir Bogo observa que, "do fogo, da água, do ar e da terra surgiram todos os elementos que construíram e constroem o sistema social em que vivemos." Na mesma ocasião, foi plantada uma muda de jequitibá, árvore símbolo do centenário. Em 16 de fevereiro de 2011, data oficial da sua instituição, foi realizado um jantar comemorativo para 600 convidados, na tradicional Sociedade Harmonia-Lyra. Participaram associados, diretores, ex-diretores, e autoridades, dentre as quais, o Governador de Santa Catarina, Raimundo Colombo. Na oportunidade, o presidente da ACIJ, Carlos Rodolfo Schneider lembrou que a história da entidade é recheada de desafios e que "outras lutas também devem mobilizar a ACIJ nos próximos 100 anos, a exemplo do que ocorreu neste primeiro século". Moacir Bogo salientou o caráter da associação, que se ocupa com assuntos diretamente ligados aos empresários, mas também com temas de interesse da comunidade e da região.

As atividades comemorativas da ACIJ foram desenvolvidas para dar relevo à história da casa, com resgate e reconhecimento aos personagens fundamentais na sua trajetória. Criada para defender os interesses da classe empresarial, a ACIJ ampliou seus horizontes e multiplicou suas bandeiras, sempre focada na competitividade e no bem-estar da sociedade. Ainda em fevereiro, dia 22, foi realizada uma Sessão Solene em homenagem à associação pela Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina; no dia 28, foi inaugurado o Espaço da Memória e a galeria dos ex-presidentes, na sede da entidade, um amplo painel pontuando momentos marcantes de sua história. A partir dessa exposição permanente, foi criada uma mostra itinerante em universidades, shoppings, escolas e locais públicos. Na oportunidade, o Prefeito de Joinville, Carlito Merss, destacou ações desenvolvidas pela municipalidade em conjunto com a ACIJ, como a instalação do campus da

2011

ACIJ comemora seu primeiro centenário

Entidade entrega ao Governo do Estado nova pauta de melhorias e ampliação do sistema de distribuição de energia para Joinville e região

Universidade Federal de Santa Catarina e novos equipamentos no aeroporto de Joinville. Carlito afirmou que "nossos objetivos são os mesmos", e que há 100 anos a entidade vem provando que é possível "construir uma Joinville muito melhor de se viver." Para dar mais amplitude às comemorações, foram publicados 10 anúncios nos dois principais jornais de Joinville, A Notícia e Notícias do Dia, e nas duas redes de televisão de maior audiência, RBS e RIC, com um extrato dos momentos de maior relevo na centenária trajetória da Associação Empresarial de Joinville. Em março, três momentos finalizam a agenda dos 100 anos: a primeira reunião do conselho deliberativo, com a presença do Governador Raimundo Colombo; o lançamento de um selo comemorativo, pela Empresa Brasileira de Correios; e a publicação do livro O *Século Singular – Participação Empresarial na Formação de Joinville*, do jornalista Joel Gehlen, com registro do primeiro centenário da ACIJ.

Ainda em março de 2011, o presidente da ACIJ, Carlos Schneider, entregou ao Governo do Estado uma pauta de melhorias e ampliação do sistema de distribuição de energia para Joinville e região. A proposta foi elaborada pela comissão de energia da ACIJ em parceria com a Celesc. Numa demonstração de união, o ato de entrega foi prestigiado por um grupo de autoridades públicas que incluiu o governador Raimundo Colombo, o prefeito de Joinville Carlito Merss, os três senadores catarinenses - Luiz Henrique da Silveira, Paulo Bauer e Casildo Maldaner - os deputados estaduais Darci de Matos e Nilson Gonçalves, além de cinco secretários de Estado (Alexandre Fernandes, Dalmo Claro de Oliveira, Marco Tebaldi, Paulo Bornhausen e Paulo Cesar da Costa) e diretores de estatais. Maior polo industrial de Santa Catarina, Joinville consome anualmente 13% do total de energia elétrica do Estado. No ano de 2010, o crescimento industrial foi de 20% em relação a 2009.

Em junho, Carlos Schneider completou dois anos à frente da ACIJ. A gestão procurou ajustar o foco em prioridades em infraestrutura e nos fatores de competitividade. Balanço de atividade do ano anterior apontam 94 eventos de formação realizados, beneficiando diretamente 4.900 pessoas (sem contabilizar as reuniões de segunda-feira) com algum tipo de treinamento. O índice de satisfação médio foi de 9,23. Dentre os palestrantes do ano, destacam-se Carlos Alberto Julio, Nuno Cobra, Mario Sérgio Cortella e Lya Luft. No esforço de formação da entidade, também houve a Expogestão, sessões teatrais com dois espetáculos temáticos e outras promoções periódicas, como a Rodada de Negócios, Seminário de Negócios Internacionais (SENI), Feirão do Imposto, Simpósio de Negócios Imobiliários e o Seminário Internacional de Areias de Fundição. Além de estímulo ao associado em cursos de graduação, pós, doutorado, especializações nas mais diversas instituições e áreas.

No ano de 2011, destaca-se a participação de personalidades ilustres em reuniões da associação, como Geraldo Alkmin, José Serra, Sérgio Gabrieli, Emilio Odebrecht, além de senadores e deputados. O projeto dos Núcleos Setoriais completou 20 anos em 2011. Nesse ano, a Associação Empresarial de Joinville recebeu a comenda da Ordem do Mérito Industrial de Santa Catarina. A ACIJ foi a primeira entidade a receber essa distinção da FIESC. A comenda foi criada em 2000 e reconhece as contribuições dos empresários para o desenvolvimento da indústria catarinense. O ex-presidente da ACIJ Albano Schmidt também foi homenageado naquela ocasião.

Energia e conhecimento

Em 26 de junho, o empresário Udo Döhler assumiu seu oitavo mandato à frente da ACIJ.[30] Pela primeira vez a solenidade de posse da nova diretoria contou com a participação de um vice-presidente da República. Além de Michel Temer, outras personalida-

30 Tomaram posse como vice-presidentes: Mario Cezar de Aguiar, Moacir Gervázio Thomazi, Evaldo Dreher, Luiz Tarquínio Sardinha Ferro, Ingo Doubrawa, Ovandi Rosenstock, João Carlos Brega, Carlos Rodolfo Schneider, Jaime Romagna Grasso, Cláudio Salfer, Vice-Presidente: Maria Regina de Loyola Rodrigues Alves,: Dinorá Solange Nass, Sandro Murilo Santos.

arte 2021 ACIJ 7_ARTE ALBUM JOINVILLE ok.qxd 31/05/2021 16:13 Página 244

des marcaram presença, quatro senadores – Luiz Henrique, Paulo Bauer, Casildo Maldaner e Valdir Raup – o governador Raimundo Colombo, o prefeito Carlito Merss, o ex-governador e o senador e embaixador Jorge Bornhausen, entre tantos outros.

Na mesma noite teve entrega de troféu ao Núcleo Referência, uma premiação em reconhecimento aos núcleos setoriais que se destacaram. O programa de Núcleos Setoriais completou 20 anos em 2011. A comemoração dessa conquista, em agosto, contou com a participação do sócio-benemérito José Henrique Loyola, um dos responsáveis pelo convênio com a Alemanha que resultou nesse projeto de consultoria coletiva, que é uma referência, sendo adotado por mais de 140 instituições.

Único caso de oito gestões em cinco períodos distintos à frente da entidade – donde saiu para se eleger prefeito de Joinville, em 2012 – a relação do diretor da Döhler S/A com a ACIJ compõe um quadro que merece um olhar detido. Depois de formar-se em Direito em Curitiba, em 1966, Udo voltou a Joinville, passando a atuar por quase quatro anos numa banca de advocacia. Também lecionava à noite no Colégio Bom Jesus e prestava assessoria jurídica para a empresa da família. A têxtil era pequena na época e, buscando se aproximar da classe empresarial, Udo foi à ACIJ, então alojada na sede da Rua das Palmeiras, numa edificação de dois pavimentos. No térreo funcionava um cartório e a ACIJ ficava em cima. O presidente na época era o industrial Hans Dieter Schmidt, na sua segunda gestão (1969-1970). Havia uma área separada com a mesa de reunião e o espaço restante com cadeiras formando um auditório. Chegou em meio a uma reunião do conselho da entidade. Era o único assistente ali. Voltou na semana seguinte e foi recebido pelo Dr. Evi Varela, que era o consultor jurídico da ACIJ. Contou que era associado e tinha ido assistir a reunião. Na terceira vez, o presidente Hans Dieter Schmidt, percebendo que não havia mais ninguém no plenário, o convidou para fazer parte da mesa. Foi assim que passou a integrar os encontros semanais da casa, e logo em seguida veio a fazer parte da diretoria, como vice-presidente.

Naquele tempo, estava em construção do Edifício Manchester, que abrigaria a entidade nos dois andares superiores. Em 1970, o então ministro da Fazenda, Antônio Delfim Netto, visitou Joinville para inauguração da nova sede, criando a célebre assertiva em que afirmava: "Quem não corre é atropelado". Isso passou a ser mote do empreendedorismo de Joinville, capitaneado por Hans Dieter Schmidt. O presidente da Fundição Tupy imprimiu um caráter público nas atividades da ACIJ. Isso o levaria a ingressar no cenário político, mais tarde, tornando-se o Secretário da Indústria e do Comércio do Estado, em 1981. Sua gestão foi um marco de mudança de escala no associativismo em Joinville. A ACIJ passa por um salto, muda de direção, deixa de examinar somente o interesse local do associado, para ocupar-se com a cidade, com o Estado e com o país. Desde então a ACIJ a participa mais do dia a dia da comunidade.

A ACIJ participou de decisões importantes, algumas que atravessaram diferentes gestões, em especial a equação da energia elétrica. Na atualidade, são inúmeros os temas tratados de forma permanente pela entidade. O grande marco dessa postura começou lá atrás, com Hans Dieter Schmidt. A ACIJ reforçou sua visão política em 1994, quando criou a campanha "Vote Certo, Vote por Joinville", uma iniciativa que sai da preocupação com o empreendedor e se volta à cidade. Nas últimas décadas, o investidor joinvilense deixou de ser local e passou a ser nacional; depois, as multinacionais chegaram. A cidade acomoda hoje a maior indústria de ferro maleável da América Latina, o maior condomínio industrial da América Latina, o maior produtor de compressores do mundo, dentre outros destaques nacionais e mundiais. Toda essa envergadura ajuda a lastrear os posicionamentos da ACIJ perante instâncias decisórias.

O grande desafio da atualidade continua a ser a energia. Cerca de 81% da energia

2012

Udo Döhler é eleito para seu oitavo mandato à frente da ACIJ

consumida no mundo ainda é fóssil: carvão, petróleo e gás. Mesmo com as tecnologias que reduzem o gasto dos aparelhos elétricos, o mundo vai consumir cada vez mais força. Há duas décadas, as casas tinham um ar condicionado; hoje têm cinco e muitos outros aparelhos. O insumo principal em qualquer atividade é energia, então o aumento do seu consumo vai ser exponencial. Em 2040 as fontes alternativas mais viáveis, a eólica e a solar (fotovoltaica), mesmo aceitando taxas generosas de crescimento, vão gerar a índices inferiores ao aumento da demanda. Então, o mundo vai consumir mais combustível fóssil, com um passivo brutal ao meio ambiente. Essa vai ser a grande preocupação.

A ACIJ já está enxergando isso. O governador Raimundo Colombo e o presidente da Celesc, Antonio Gavazzoni, estiveram na reunião do dia 21 de novembro de 2011, detalhando o plano de investimento no setor elétrico da regional de Joinville, com valor orçado de R$ 115,5 milhões. Foram instaladas novas subestações e a linha de transmissão interligando Joinville ao sistema de Itaipu. Isso representa uma nova escala energética, a disponibilidade de energia passou a ser suficiente para Joinville triplicar sua economia. Sem esses investimentos, na década seguinte Joinville teria um déficit de 25% de energia. Ou seja, em 2021 sua capacidade produtiva seria um quarto menor.

A robótica muito em breve vai engolir postos de trabalho, gerando um grande contingente de desempregados. Projeções apontam que nos próximos décadas, 40% das atuais profissões, vão desaparecer. Um rol de atividades vai desaparecer e outras novas vão surgir. A pandemia acelerou esse futuro. Para fazer frente a essa realidade, é preciso preparar a criança que está entrando na escola.

Udo Döhler comandou ACIJ em cinco períodos

Em 2008, a ACIJ encomendou um estudo sobre o cenário de futuro, tendo em vista os novos materiais, economia verde, saúde e assim por diante. Posteriormente, estudos do Centro de Referência em Tecnologias Inovadoras apontam vocações para a região nos setores de saúde, biotecnologia, fármacos, TIC, economia verde, logística, mobilidade e materiais. Desde então, a cidade está olhando para esse futuro e seguindo essa nova matriz de oportunidades. Nesse sentido, em 2018 a prefeitura de Joinville fez um convênio de matemática e ciência com Singapura, o país mais avançado nesses dois campos no mundo. Técnicos do país asiático estiveram em Joinville para formar um grupo de 40 multiplicadores que transferiram esse conhecimento para toda a rede municipal de ensino durante dois anos e meio. Todos os professores de matemática e ciência já utilizam o método de Singapura, voltado para a economia 4.0. Hoje as escolas municipais estão equipadas com laboratório, espaços makers e de robótica. Com isso, matemática e ciências avançaram de uma forma extraordinária. Essa é uma ferramenta fundamental para colocar o olhar no futuro.

Debates nas reuniões dos diversos órgãos da estrutura da ACIJ, como a Gestão Compartilhada e os Núcleos Setoriais, demonstram como principais demandas melhorias na educação e na infraestrutura. A gestão elegeu a educação como prioridade, trabalhando para aprimorar o setor "em todos os níveis e em todas as direções". Nessa linha, a entidade estimulou o ensino superior, especialmente para a área tecnológica, dando apoio à instalação de novas instituições educacionais, como Anhanguera, Católica de Santa Catarina e Universidade Federal de Santa Catarina. Pelo seu caráter público, a ACIJ se empenhou particularmente para que a UFSC se instalasse na região Norte. Valeu o esforço. Em 2012, já eram nove cursos, 34 professores com dedicação exclusiva e 975 alunos, contando com o benefício do ensino superior público e gratuito.

A ACIJ passou a abrir espaço em sua agenda das segundas-feiras para debater com

arte 2021 ACIJ 7_ARTE ALBUM JOINVILLE ok.qxd 31/05/2021 16:13 Página 246

o setor de educação a formação superior e técnica em Joinville. Dessa série de reuniões, com participação de Univille, Sociesc, Udesc, Ielusc, Aupex, Faculdade Cenecista de Joinville (FCJ) Assessoritec e Instituto Federal de Santa Catarina, resultou um grupo de trabalho e um seminário onde foram desenvolvidas propostas para a melhoria efetiva da oferta de cursos de formação técnica para fazer frente à demanda de mão de obra especializada.

As empresas Totus e Neogrid, duas gigantes da tecnologia instaladas lado a lado em Joinville, juntas abrigam mais de 2 mil especialistas com curso superior em tecnologia da informação. A Neogrid hoje é a maior produtora de software de rastreamento do mundo. Essa é a indústria 4.0 que está florescendo. E já há um déficit de engenheiros e técnicos nesse setor que também chega a cerca de 2 mil profissionais. Por isso é preciso redirecionar o ensino para que no futuro possamos suprir essa área.

A inovação tecnológica é estratégica na competitividade das empresas e para mover as economias regionais na direção de seu desenvolvimento sustentado. Alinhada com essa realidade, a ACIJ trabalhou na implantação do Parque de Inovação Tecnológica de Joinville. As superfícies gigantes tendem a dar espaço para empresas que ocupam espaços cada vez menores.

A ferramentaria é um exemplo. Joinville constitui-se na segunda força nacional do setor, com cerca de 650 empresas, empregando entre 20 e 60 pessoas. Mesmo assim, corria o risco de desaparecer devido à concorrência chinesa. Em 2011, o Encontro Nacional de Ferramentarias, o Enafer, chegou a seu quarto ano, sendo realizado nas cidades onde é mais expressivo: Joinville, São Paulo e Caxias do Sul. Em 16 de setembro daquele ano, a quarta edição ocorreu em Joinville. Com o apoio da diretoria da ACIJ, foi criada a Abinfer (Associação Brasileira de Indústria de Ferramentarias), com sede em Joinville, para enfrentar os desafios setoriais que se apresentavam. O primeiro presidente foi o empresário Christian Dihlmann, ex-presidente do Núcleo Setorial e, à época, diretor de Relacionamento com o Associado da ACIJ. Foi desenvolvido um trabalho de capacitação já voltado para o setor 4.0. O setor enfrentou anos difíceis, mas se estabilizou. O ramo em Joinville, alinhado com a tecnologia 4.0, tem tudo para crescer ainda mais.

O ano de 2012 começa com a boa notícia das obras do Binário do Vila Nova. Em 2007, após inauguração da Rodovia do Arroz, lideranças empresariais lideradas pelo vice-presidente Jaime Grasso, com articulação da Gestão Compartilhada da Vila Nova, se reuniram com o então presidente do Deinfra, Romualdo França e com o secretário regional do Estado, Manoel Mendonça, para reivindicar a continuidade da rodovia com a implantação do binário. Passados cinco anos, com dezenas de expedientes junto ao Governo do Estado e do Município, as máquinas finalmente roncavam naquele trecho.

Nos dias 27 e 28 de fevereiro, a ACIJ e a Fundação Empreender receberam o presidente da Câmara de Arte de Munique e Alta Baviera (HWK), Heinrich Traubliger. Com apoio da HWK e junto com as ACIs de Blumenau e Brusque, a ACIJ deu início, em 1991, ao modelo de consultoria grupal, com os núcleos setoriais, que hoje é referência nacional e em diversos países das Américas. A parceria com a Alemanha deu origem também à Fundação Empreender. A iniciativa trabalhou essencialmente a profissionalização das associações empresariais e a maior participação das empresas de pequeno porte. O presidente da HKW também fez visitas a empresas que participaram de intercâmbio na Alemanha e que se tornaram exemplos bem sucedidos de gestão.

Em qualquer época, é sempre grande a lista de realizações que estão ocorrendo na região Norte e que passaram pela ACIJ, com maior ou menor grau de envolvimento da entidade. Isso reforça a crença de que está no caminho certo ao focar suas atividades, enquanto representação empresarial, no desenvolvimento da comunidade. Dentre outros itens, foram contemplados na pauta de encaminhamentos da ACIJ em 2012 os seguintes

2012

ACIJ abre espaço para debater a educação superior e técnica em Joinville

temas: lançamento pela Infraero do edital de licitação para instalação do ILS no Aeroporto Lauro Carneiro Loyola; confirmação da instalação da BMW na região; inauguração da subestação de energia da Celesc no bairro Paranaguamirim, aumentando oferta de energia; anúncio de investimento privado em uma nova planta da associada Yudo no valor de US$ 100 milhões; empenho da Secretaria de Saúde em uniformizar as plataformas de atendimento dos Hospitais São José e Regional, otimizando os serviços do SUS em ambos. A evolução desses assuntos demonstra o quanto é positiva a atuação da ACIJ como facilitadora junto ao poder público, tendo como prioridades questões comunitárias.

A ACJI é parceira do Corpo de Bombeiros Voluntários de Joinville, fundado em 1892 e que contava em 2012 com um contingente de 1.700 pessoas, 90% delas voluntárias doando 77 mil horas de trabalho por ano. A corporação oferece serviços diversos como combate a incêndios, atendimento em acidentes e outras ocorrências. Com 12 unidades descentralizadas em todo o município, o Corpo de Bombeiros Voluntários de Joinville tem o melhor tempo de resposta do país. Conta com equipamentos exclusivos no Sul do país, como a única plataforma elevatória que dá acesso a prédios de até 18 andares. Com apoio do Sinduscon, o CBVJ construiu seu centro de treinamento, que está disponível também para equipes de brigadistas das empresas e outras instituições.

A ACIJ continua sendo essencial para o setor empresarial, mas vai muito além, como vimos: é determinante para o desenvolvimento da cidade. Na agenda de 4 de junho, a Associação Empresarial de Joinville realizou a Assembleia Geral e reunião conjunta dos Conselhos Superior e Deliberativo, para a eleição da diretoria para o exercício 2012/2013, tendo sido eleito presidente o empresário Mario Cezar Aguiar, que ocupava a diretoria financeira da casa. Na oportunidade, Udo Döhler renunciou à presidência da casa para disputar a eleição para a Prefeitura, e Mario Aguiar passou a exercer interinamente a função até a posse da gestão para a qual foi eleito, em 18 de junho. Também foram eleitos novos membros para o Conselho Fiscal, e renovados 50% dos membros dos Conselhos Superior e Deliberativo, para exercício 2012/2013.

Ambiente próspero para empresas e sociedade

O vice-presidente Mario Cezar de Aguiar assumiu interinamente a presidência da ACIJ em 4 de junho de 2012, após a renúncia de Udo Döhler para concorrer na eleição à Prefeitura de Joinville. Naquela data, reunião conjunta dos Conselhos Superior e Deliberativo elegeu a nova diretoria, tendo o próprio Mario como presidente. Compuseram a gestão Adriano Silva (Laboratório Catarinense) como diretor administrativo; César Döhler (Döhler S/A) como diretor financeiro; e Dinorá Nass Allage (Cajadan Têxtil), como diretora de Relacionamento com o Associado. Roberto Campos, novo presidente da Embraco, passou a integrar a diretoria em substituição a João Carlos Brega.[31]

A posse ocorreu dia 18 de junho, quando também assumiram os novos conselheiros, presidentes de núcleos e coordenadores do Gestão Compartilhada. O jantar para 660 pessoas, na Sociedade Harmonia-Lyra, contou com a participação do governador Raimundo Colombo, dos três senadores catarinenses, Casildo Maldaner, Paulo Bauer e Luiz Henrique da Silveira; do prefeito Carlito Merss e do presidente da Câmara de Vereadores, Odir Nunes. O novo presidente arrancou aplausos ao reforçar o apoio da entidade aos bombeiros voluntários e ao destacar a necessidade de participação política do empresá-

31 Vice-presidentes: Maria Regina de Loyola Rodrigues Alves, Moacir Gervázio Thomazi, João Joaquim Martinelli, Jaime Romagna Grasso, Carlos Rodolfo Schneider, Roberto Holthausen Campos, Ovandi Rosenstock, Luiz Tarquinio Sardinha Ferro, Ingo Doubrawa, Marcelo Hack, Evaldo Dreher, Ernesto Heinzelmann, Heleny Mendonça Meister, Christian Dihlmann, Alceu Poffo.

2012

Mario Cezar de Aguiar é eleito presidente

Udo Döhler renuncia para concorrer a prefeito e Mario Aguiar conclui seu mandato

arte 2021 ACIJ 7_ARTE ALBUM JOINVILLE ok.qxd 31/05/2021 16:13 Página 248

Mario Cezar de Aguiar é engenheiro civil e empresário dos setores da construção civil e do plástico. Formou-se em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em 1978. É especialista em Construção Civil pela Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB); em Marketing, pela Universidade da Região de Joinville (Univille); e em Gestão Empresarial, pela Pensylvania State University. Foi professor do curso de Engenharia Civil da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc). Foi Vice-Preside da Federação das Indústrias de Santa Catarina (FIESC), vindo a assumir a presidência após seu mandato na ACIJ. Já presidiu a Câmara Estadual da Indústria e Construção de Santa Catarina e, por duas vezes, o Sindicato da Indústria da Construção de Joinville (Sinduscon). Também fundou e presidiu o Serviço Social da Construção Civil de Joinville (Seconci).

rio. Durante a solenidade, o governador Raimundo Colombo anunciou a abertura do edital para duplicação das avenidas Santos Dumont e Dona Francisca, cujo processo licitatório seria assinado em 13 de agosto, na ACIJ.

Aprimorar sua comunicação com os associados foi uma das metas daquela gestão. Ainda no mês de junho, a ACIJ lançou a *Revista 21*, produzida pela Mercado Comunicação. Com foco em economia, negócios e tendências, a publicação passa a abordar os grandes temas de interesse da classe empresarial, sempre com uma visão local e um olhar de futuro. Além do relatório anual e da revista bimestral, a associação busca estreitar a comunicação com os seus públicos, divulgando todas as atividades e dando transparência às decisões e iniciativas por meio de coluna semanal publicada no jornal A *Notícia*, e em atualizações diárias no site e nas redes sociais da entidade.

Embora seu estatuto preveja o trabalho em prol dos associados, a ACIJ sempre teve atuação muito voltada para a melhoria da comunidade, do espaço onde ela está inserida. E por meio de seus canais de comunicação, a entidade reafirmou suas balizas: "A ACIJ acredita que a atividade empresarial deve ser exercida em sua plenitude, o que significa zelar pela conservação do meio ambiente e recuperação de áreas degradadas e valorizar as pessoas, colocando-as sempre em primeiro plano. Tais pressupostos, acompanhados de uma forte gestão administrativa e financeira, compõem o tripé da sustentabilidade."

A postura histórica da ACIJ sempre foi voltada aos interesses do município e das pessoas que moram em Joinville. Ao longo do tempo, as grandes ações da entidade foram em benefício da sociedade, contribuindo para o bem-estar da comunidade e para o desenvolvimento de um ambiente cada vez mais propício à prosperidade dos negócios.

O trabalho para mudar a percepção das pessoas com relação à saúde em Joinville é um exemplo dessa interação naquela gestão. O Hospital Municipal São José era notícia de problemas e crises, e a ACIJ fez uma campanha para mostrar à comunidade que aquele equipamento era fundamental e que prestava um bom serviço à sociedade. Não obstante tivesse várias necessidades de melhorias, ainda assim trazia enormes benefícios para a cidade, sendo referência em diversas especialidades.

Em fevereiro de 2013, a diretoria da ACIJ fez a primeira visita de cortesia ao prefeito Udo Döhler. A pauta apresentada pelo presidente Mario Cezar de Aguiar e demais diretores é bem conhecida. Além das demandas permanentes - duplicação das avenidas Santos Dumont e Dona Francisca, modernização do aeroporto com implantação do ILS, saneamento básico e despoluição do Rio Cachoeira – a pauta previa um presente para a cidade. O diretor administrativo da ACIJ, Adriano Silva, apresentou a campanha "Eu abraço o São José", que seria liderada pela ACIJ a partir de março, em favor da saúde pública, uma questão que impacta na vida de todos.

O apoio de empresários ao Hospital São José vem ocorrendo ao longo da sua história, com doações, reformas, ampliação de espaços e modernização de equipamentos. A campanha de 2013 teve como objetivo arrecadar recursos para atender necessidades emergenciais. A principal fonte de recursos seria a venda de camisetas personalizadas, com receita revertida ao hospital. Também houve estímulo e orientação às empresas para se valerem de leis de renúncia fiscal para doação de equipamentos hospitalares.

2013

Udo Döhler assume mandato de prefeito de Joinville

Após 50 dias de campanha, foi alcançado um valor superior a R$ 1 milhão, que era a meta inicial. Foram arrecadas R$ 498 mil entre doações em espécie e vendas de camisetas. Outros R$ 500 mil foram doados pelo Governo do Estado por meio de subvenção social. Houve ainda associados que doaram materiais e produtos ao São José. Empresas de Joinville fizeram outro importante aporte, adquirindo equipamentos hospitalares por meio de programas de renúncia fiscal, como a Lei do Idoso e a Lei José de Alencar (Pronon – Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica). A adesão à campanha foi notável, com a participação maciça de empresas e entidades, além do próprio poder público, Estado, Prefeitura e a Câmara de Vereadores. Foram mais de 100 entidades e empresas envolvidas. Foi um abraço de toda a comunidade ao hospital do coração de Joinville, destacou Cesar Döhler, diretor financeiro da ACIJ à época.

Em outra campanha da casa, o Conselho dos Núcleos da ACIJ entregou, em março, quase 8 mil itens em materiais escolares para os alunos da Escola Municipal Prefeito Luiz Gomes, no bairro Ademar Garcia. A ação integra a Campanha "De 8 a 80 anos", com o objetivo de proporcionar às crianças de baixa renda oportunidade de ampliar seu horizonte futuro e aos idosos carentes, uma melhor expectativa de vida. Quase 900 alunos foram beneficiados com as doações.

No dia 24 de junho de 2013, ocorreu a posse de 50% dos membros dos Conselhos Superior e Deliberativo, do Conselho Fiscal, do Conselho das Entidades Patronais, do Conselho dos Núcleos e dos residentes de Núcleos e dos Coordenadores do Gestão Compartilhada e da Diretoria, mantendo Mario de Aguiar na presidência.[32] Na oportunidade, foi outorgado o Título de Sócio Benemérito ao empresário e ex-presidente da casa, o então Prefeito de Joinville, Udo Döhler.

A ACIJ tem um histórico respeitável na defesa de seus associados, mas sempre com o olhar muito atento àquilo que a cidade precisa, isso faz dela uma entidade relevante para o desenvolvimento de Joinville, como vemos nos resgates históricos apresentados neste livro. A saúde das pessoas é fundamental, e ações nessa área, a exemplo da que ocorreria em 2020, no esforço de combate à pandemia provocada pelo coronavírus, reforçam esta percepção de valor. As empresas fazem questão de participar, porque percebem importância naquilo que a entidade faz para o bem da comunidade. Em consonância com esse sentimento, a ACIJ tem cada vez mais se voltado para a busca de soluções coletivas para a cidade. Seu empenho em ações que beneficiam a comunidade e, em consequência, os seus associados, faz com que seja percebida como uma entidade de respeitabilidade e representatividade.

Mobilidade é outra demanda das mais importantes, e há décadas a associação vem se empenhando em articular novos acessos a Joinville. Mobilidade é um fator que torna a cidade atrativa para investimentos, o que gera empregos e desenvolvimento de modo ordenado e sustentável.

A consolidação de um ambiente para que os negócios se desenvolvam em Joinville esbarra em outra questão delicada: a demora para aprovar ampliação ou instalação de novos empreendimentos. A cidade tem uma burocracia que inibe e afugenta investimentos.

32 Vice-presidentes: Maria Regina de Loyola Rodrigues Alves, Moacir Gervázio Thomazi, Ingo Doubrawa, João Joaquim Martinelli, Marcelo Hack, Jaime Romagna Grasso, Felipe Hansen, Carlos Rodolfo Schneider, Clayton Salfer, Roberto Holthausen Campos, Heleny Mendonça Meister, Ovandi Rosenstock, Albano Schmidt, Luiz Tarquínio Sardinha Ferro, André Chedid Daher.

2013

ACIJ lidera campanha "Eu abraço o São José" e arrecada recursos para o Hospital Municipal

arte 2021 ACIJ 7_ARTE ALBUM JOINVILLE ok.qxd 31/05/2021 16:13 Página 250

O rápido crescimento de cidades vizinhas nos últimos anos é uma decorrência disso.

Importante exemplo no caminho da desburocratização foi dado dia 21 de outubro de 2013. O então secretário de Desenvolvimento Sustentável do Estado, Paulo Bornhausen, sancionou na ACIJ a Resolução 26 do Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONSEMA), estabelecendo as diretrizes de reaproveitamento das areias descartadas de fundição. Essa era uma luta antiga da ACIJ em nome das empresas de Joinville para aproveitamento desse material que até então era descartado, gerando passivo ambiental. Esse processo teve ação destacada do Núcleo de Meio Ambiente da ACIJ, especialmente na pessoa da presidente do Núcleo, Schirlene Chegatti (executiva da Schulz); e da integrante do NMA, Raquel Carnin, executiva da Tupy.

Em 2013, mais uma vez, os Bombeiros Voluntários de Joinville tiveram de se mobilizar para defender a sua manutenção. O serviço voluntário custa 20 vezes menos que o militar. Ao longo do tempo, Joinville e mais 30 municípios catarinenses se organizaram para estruturar corporações competentes e bem equipadas, mesmo assim precisam manter permanente luta para exercerem seu voluntariado. Essa é uma bandeira que a ACIJ apoia incondicionalmente.

A ACIJ sempre ofereceu aos seus associados e à comunidade palestrantes e temas cada vez mais qualificados. Na tradicional reunião das segundas-feiras, em 28 outubro do primeiro ano da gestão de Mario Cezar Aguiar teve a participação de Danilo Igliori, que falou sobre macroeconomia, com as perspectivas para o final de 2013 e para o ano de 2014. Danilo Igliori é economista sênior do BTG Pactual, PhD pela Universidade de Cambridge, onde lecionou de 2004 a 2011. No dia 4 de novembro, durante a reunião semanal, foi realizado um debate sobre a nova dinâmica de RH para o século 21: Governança, Desenvolvimento de Líderes e Atração e Retenção de Talentos. O palestrante foi Delsio Klein, presidente da Doers – Human Capital Solutions. Com mais de 30 anos de mercado, o convidado foi diretor de qualidade de controles internos e de recursos humanos do Citigroup no Brasil, Itália, Espanha, Portugal e Grécia.

O balanço do ano de 2013 destaca o posicionamento da entidade contra o aumento da carga tributária; naquele ano, a ACIJ recebeu o prêmio de Entidade Destaque da Facisc. Houve ampliação dos serviços prestados ao associado, como a consultoria individual. A ACIJ capacitou 2.502 pessoas em 53 eventos e recebeu 240 empresas nos cafés para novos associados. Passaram pela casa 68 mil pessoas durante o ano. O quadro associativo englobava mais de 1.400 empresas lutando juntas por mais competitividade, justiça social e qualidade de vida.

E a luta por justiça social e qualidade de vida deu a tônica na entrada do novo ano. A ACIJ começou 2014 cobrando: "Queremos que Joinville tenha acesso a mais investimentos federais para fazer frente às deficiências no atendimento à população. É preciso ter um retorno mais equilibrado e justo da União." Joinville é o município catarinense que mais contribui com a União, mas figurava apenas na 13ª posição no retorno de recursos diretos ou em investimentos. Em 2013, regressaram apenas R$ 379,00 por habitante, enquanto Florianópolis recebeu R$ 1.222 per capita, e a vizinha São Francisco do Sul, 1.193.

Por falar em retorno, essa é uma das marcas que Mario Aguiar deixou. Quando o engenheiro assumiu a ACIJ, já era o primeiro vice-presidente da FIESC, que tem a máxima representação industrial em Santa Catarina, congregando os sindicatos empresariais do setor. Foi natural uma aproximação entre as duas entidades, com várias ações em conjunto, em especial a parceria educacional. Um dos resultados mais expressivos foi o investimento que a FIESC viria a realizar, em 2019, na aquisição do Moinho Joinville, uma edificação histórica de Joinville, às margens do Rio Cachoeira, para abrigar um complexo cultural e educacional. O projeto foi uma iniciativa de Mário Aguiar, que assumiu a presidência da FIESC em 2018. A expectativa é entregar a nova estrutura para Joinville até 2023, quando

2013

Parceria educacional
estabelecida entre ACIJ e FIESC

termina sua gestão à frente da Federação. Joinville é a maior unidade da FIESC e a cidade que mais contribui, razão mais que suficiente para merecer esse retorno.

Em 2 de junho de 2014, ocorreu a eleição na ACIJ. O advogado João Joaquim Martinelli foi eleito presidente para o exercício 2014/15. Os demais membros da diretoria para o exercício foram: Heleny Meister, diretora administrativa; Ana Carolina Brüske, diretora financeira; André Daher, diretor de Relações com o Associado; Moacir Bogo, Evair Oenning e Paulo Nascentes como vice-presidentes. Também houve renovação no Conselho dos Núcleos, Conselho das Entidades Patronais (Consep), os presidentes de Núcleos, os coordenadores do Gestão Compartilhada, e metade dos membros do Conselho Superior e Deliberativo. A solenidade de posse ocorreu dia 1º de julho, na Sociedade Harmonia-Lyra.

João Joaquim Martinelli formou-se em Direito pela Universidade de São Paulo (USP), em 1973, é consultor de empresas há mais de 35 anos, tendo participação em conselhos de administração e processos de sucessão empresarial. Preside o Escritório Martinelli Advogados, fundado em 1997. Em 2008, criou o Instituto Martinelli Solidariedade, voltado ao desenvolvimento de ações comunitárias direcionadas à educação ou a saúde para crianças carentes. Presidiu a ACIJ por dois períodos de dois anos, 2014-2016 e 2018-2020.

Se a ACIJ não fizer, quem vai fazer?

Mais de 600 empresários e lideranças políticas participaram, dia 1º de julho, do Jantar de posse do advogado e empresário João Joaquim Martinelli na presidência da ACIJ. A nova diretoria foi eleita em 2 de junho, no rito aclamativo. Ao discursar Martinelli já apresentou uma pauta de reivindicações às autoridades presentes, dentre elas o governador Raimundo Colombo, o prefeito Udo Döhler e os senadores Luiz Henrique e Paulo Bauer. Fez a defesa dos Bombeiros Voluntários, de um novo hospital estadual com 300 leitos, da redução da carga tributária incidente sobre as tarifas de ônibus e da conclusão do campus da UFSC. Foram empossados também novos titulares nos Núcleos da ACIJ, no Conselho dos Núcleos, no Conselho Superior, no Conselho Deliberativo, no Conselho Fiscal e os coordenadores do Gestão Compartilhada.[33]

A presidência da ACIJ é uma corrida de revezamento. Os presidentes se sucedem e os trabalhos mantêm ritmo contínuo. Quando Martinelli assumiu, não ficou buscando quais seriam as suas questões. Seguiu o que vinha sendo feito, reforçando as ações em busca do propósito estabelecido. E na transição seguinte, as providências para alcançar o objetivo continuariam com o novo presidente. E assim sucessivamente até a consolidação daquilo que começou lá atrás. Ou seja, é uma gestão em que os presidentes são totalmente diferentes uns dos outros em identidade, características e negócios, mas isso não reflete em mudança na pauta da casa. O mais relevante é que quem assume a entidade dá continuidade e amplia o que vem sendo feito. O dirigente da vez abre mão de convicções pessoais para fazer a defesa da cidade, tendo em vista sempre o médio e o longo prazos.

Ninguém chega a presidente da ACIJ por ambição. Não é um projeto de vida. É muito mais uma missão a que se anui, sem procurar por isso. Logo que assumiu, Martinelli entendeu algo muito importante e expressou numa frase que se tornaria bordão durante seus quatro anos de gestão: "Se a ACIJ não fizer, quem vai fazer?". Trata-se de uma verdade verificável desde os primórdios da entidade e que continua valendo. Imbuída dessa

33 Vice- presidentes: Carlos Rodolfo Schneider, César Pereira Döhler, Clayton Salfer, Evair Oenning, Jaime Romagna Grasso, Luiz Tarquínio Sardinha Ferro, Ingo Doubrawa, Marcelo Hack, Maria Regina de Loyola Rodrigues Alves, Moacir Bogo, Moacir Thomazi, Mario Cezar de Aguiar, Ovandi Rosenstock, Paulo de Andrade Nascentes da Silva, Roberto Holthausen Campos

2014

O advogado João Joaquim Martinelli é eleito presidente da entidade

arte 2021 ACIJ 7_ARTE ALBUM JOINVILLE ok.qxd 31/05/2021 16:13 Página 252

determinação, a ACIJ assume missões que podem até parecer impossíveis, mas que, pela tenacidade com que são trabalhadas, tendem a obter desfecho positivo. E isso normalmente não ocorre dentro de um mesmo mandato. A exemplo das frentes de melhorias na infraestrutura da Santos Dummont, Hans Dieter Schmidt e Almirante Jaceguay. "Toda bandeira que se vê na cidade por infraestrutura é a ACIJ que faz", resume Martinelli.

A ACIJ não baixa a guarda na luta pela melhoria da segurança em Joinville, setor em que as ações governamentais estão sempre aquém das necessidades. Em julho, por exemplo, foram designados para atuar na cidade 40 policiais de um total de 852 formados pela academia da Polícia Militar. Não repôs sequer os 50 policiais que estavam dando baixa no efetivo, em 2014. Florianópolis (com 100 mil habitantes a menos) recebeu 102 policiais; e Chapecó (um terço da população joinvilense), 70 homens. O resultado dessa defasagem não tardaria. Dados de agosto apontam que "Joinville nunca esteve tão frágil e abandonada." A Secretaria da Segurança Pública aponta cerca de 1.000 assaltos em seis meses, 167 por mês, 6 por dia. Em outubro, pela terceira vez no ano, a ACIJ vai se ocupar com o assunto.

A representação política é o principal instrumento de exercício da cidadania. Nas eleições de 2014, mais uma vez a ACIJ articulou conversas com partidos, candidatos, eleitores e empresários para garantir uma representatividade à altura de Joinville. Com 34 postulantes à Assembleia, o risco de pulverização dos votos era grande. A entidade reeditou a campanha "Vote Certo, Vote em Joinville", estimulando eleitores a votarem naqueles candidatos com projetos a favor do município.

Em 25 anos, a campanha atuou em frentes diversas. Como a regularização de eleitores; adequação do número de candidatos ao tamanho do colégio eleitoral; redução de votos brancos e nulos; e redução dos votos em candidatos de outras praças. Nesse ano, a mobilização visou a conscientizar o eleitorado sobre a importância de votar e de escolher candidatos comprometidos com Joinville. A ACIJ também abriu espaço para os candidatos ao Governo do Estado apresentarem suas propostas e debaterem com a comunidade. Foram eleitos três deputados estaduais, dois federais e dois senadores. A ACIJ prontamente encabeçou movimento junto à bancada para que houvesse união em torno das demandas da cidade.

O Brasil termina 2014 como o país que menos cresceu na América Latina, em quatro anos. A inflação subiu, o superávit da balança comercial desapareceu e as contas públicas se decompõem. A previsão é que, em 2015, o governo recomponha tarifas públicas, elevando a inflação, o que exigirá novas altas dos juros. A campanha presidencial de 2014 mostrou um grau de polarização extremo, o que deteriora o ambiente político. As apurações do chamado "Petrolão" contribuem para exacerbar os ânimos e tirar o foco do Congresso da pauta de reformas estruturais. A confiança dos consumidores é a mais baixa em 10 anos e a dos empresários, ainda menor.

Em texto publicado no *Informe* ACIJ, em 22 de dezembro, a entidade responde porque muitas das suas prioridades não são diretamente destinadas a seus associados. "Nossa entidade tem prezado por cuidar de Joinville e defender as causas que afetam a grande maioria dos seus cidadãos que, em última análise e em grande parte, são os próprios colaboradores dos seus associados."

Como era previsto, 2015 começou com aumento de impostos e contribuições que devem tomar cerca de R$ 21 bilhões dos contribuintes. A medida foi negada com veemência durante a campanha, pela candidata à reeleição. Com um sentimento de indignação diante da agressividade tributária do governo, a ACIJ reagiu com espirituosidade: "Sabemos que não podemos contar com esse nosso grande acionista, passivo e voraz, chamado governo. Então, é hora de arregaçar as mangas, trabalhar muito, muito mais, para tentar não fazer um papel feio em 2015."

Nesse ano foi lançado o Banco Social da ACIJ, com o objetivo de aproximar projetos sociais e culturais das empresas aptas a fazer investimento por meio das leis de Incentivo. Dois objetivos principais são perseguidos. O patrocínio de ações que melhoram a qualidade de vida, educação e cultura da comunidade e a manutenção em Joinville de valores que seriam destinados a outros lugares por meio de tributos. O Banco Social recebe cadastramento de projetos aprovados em leis de incentivo, no âmbito municipal, estadual e federal. Para receber o apoio da entidade, as propostas são avaliadas quanto ao proponente e relevância social ou cultural.

2015

- Lançado o Banco Social da ACIJ
- Em maio, morre o Senador Luiz Henrique da Silveira
- Manifestações contra e a favor impeachment da presidente Dilma Rousseff tomam as ruas do Brasil

Diante dos movimentos de março de 2015, em que parte da população começou a ir às ruas pedindo o impeachment da presidente Dilma Rousseff, e outra parte saiu em sua defesa, a ACIJ se posicionou. Demonstrando coerência com um histórico em que procura dar o exemplo e defender publicamente seus pontos de vista, a entidade argumenta que todas as manifestações que reivindicam um país melhor são legítimas. A ACIJ entende que todo brasileiro tem o direito de participar das mobilizações agendadas em todo o país.

Aproveitando o mês de aniversário de Joinville, o presidente da ACIJ, João Martinelli, e o vice-presidente, Jaime Romagna Grasso, acompanhados do prefeito Udo Döhler, solicitaram novamente ao governador Raimundo Colombo a duplicação da rodovia estadual Hans Dieter Schmidt/Edgard Meister. O pedido se ampara no Convênio 85/2011, que permite às empresas aplicarem parcela do ICMS devido em obras de infraestrutura previamente autorizadas. A via é escoadouro da produção industrial de empresas como a Whirlpool, Schulz, Döhler, Docol, e outras dezenas instaladas no Perini Business Park.

A Assembleia Geral da ACIJ, em reunião conjunta com os Conselhos Superior e Deliberativo, dia 8 de junho, reconduziu João Joaquim Martinelli, mais três diretores e 15 vice-presidentes para mais um ano de mandato.[34] Também ocorreram eleições para o Conselho Fiscal e para 50% dos membros dos Conselhos Superior e Deliberativo, exercício 2015/2017. Na oportunidade, com a presença de Ivete Appel da Silveira e demais familiares de Luiz Henrique da Silveira, a ACIJ prestou homenagem póstuma ao senador. Uma das mais importantes figuras públicas de Santa Catarina, Luiz Henrique foi um dos grandes defensores de Joinville e do Estado. Advogava em favor da democracia, da liberdade e da descentralização do poder. Parceiro da Associação, Luiz Henrique esteve ao lado da ACIJ em inúmeros pleitos, como deputado, prefeito, ministro, governador e senador. Ao comentar sua morte, ocorrida em 10 de maio, a entidade registrara: "Nenhum político joinvilense foi maior do que ele e nem mais sábio. Homem culto como poucos, tinha o dom e a arte de bem colocar as palavras. Como governador, soube como desenvolver o Estado de Santa Catarina, que teve um crescimento econômico fenomenal, a ponto de ser comparado a Cingapura na taxa de emprego."

A posse da nova gestão ocorreu em 29 de junho, em jantar festivo na Sociedade Harmonia-Lyra. O boletim semanal da ACIJ registra o pensamento oficial da entidade:

> Cada vez mais nos convencemos de que o que é importante para Joinville é importante para a ACIJ. (...) Não restam dúvidas de que o papel de uma entidade empresarial formada por cidadãos que se importam com os rumos da sua cidade está em defender o que é bom para a sua população. É graças ao senso de coletividade de todos que nosso trabalho alcança resultados positivos.

Corroborando o espírito apontado acima, a ACIJ inicia um movimento reivindicando que, quando o quartel do 62º Batalhão ou o seu estande de tiro for retirado do centro da cidade, sua área seja destinada para a instalação de um grande espaço público de lazer.

34 Vice-presidentes: Moacir Thomazi, Maria Regina de Loyola Rodrigues Alves, Ingo Doubrawa, Mario Cezar de Aguiar, Marcelo Hack, Jaime Romagna Grasso, Paulo de Andrade Nascentes da Silva, Carlos Rodolfo Schneider, Clayton Salfer, Roberto Holthausen Campos, Moacir Bogo, Ovandi Rosenstock, Evair Oenning, Luiz Tarquínio Sardinha Ferro, César Pereira Döhler.

arte 2021 ACIJ 7_ARTE ALBUM JOINVILLE ok.qxd 31/05/2021 16:13 Página 254

A entidade conclama todas as forças sociais e políticas para a consecução dessa proposta, "que mais uma vez tem foco na comunidade, muito além dos interesses empresariais."

Em 2015, grandes nomes participaram de eventos na ACIJ. Dentre eles, o então ministro da Economia, Joaquim Levy, o administrador de empresas e escritor Max Gehringer, o filósofo e palestrante Mario Sergio Cortella, o economista Paulo Rabello de Castro, a executiva Claudia Sender (ex-Latam Airlines), a executiva sênior do Banco Safra Priscila Deliberalli e a escritora e palestrante Bel Pesce. Durante todo o ano, foram realizadas 31 reuniões do Conselho, com uma média de 150 pessoas por evento, isso sem contar a infinidade de projetos do Gestão Compartilhada e dos Núcleos. Para marcar o ingresso da BMW no quadro de sócios da ACIJ, a entidade realizou a palestra "O BMW Group no Brasil", com o Gerald Degen, CEO da fábrica catarinense.

O ano de 2016 começa com uma situação contraditória em Joinville. Num momento em que a cidade vive a maior onda de crimes de sua história, os bombeiros militares implantam na cidade uma unidade munida de um bloco de notificações e outro de multas para abordar empresas que já são inspecionadas pelos Bombeiros Voluntários, corporação que detêm o direito e o dever de fiscalizar em Joinville. Há anos a cidade clama por aumento do efetivo policial e implantação de câmeras de monitoramento, e a PM alega falta de recursos. Mas, por outro lado, amplia a estrutura do Bombeiro Militar, que custa cerca de 25 vezes mais do que o Bombeiro Voluntário. Em abril, o presidente do CBVJ e vice-presidente da ACIJ, Moacir Thomazi, tratou do reconhecimento dessa instituição joinvilense com o governador Raimundo Colombo. O presidente Martinelli esteve com o comando geral dos Bombeiros Militares e com o secretário de Segurança Pública, para sensibilizar que Joinville, Jaraguá do Sul e demais cidades atendidas pelos voluntários necessitam de mais policiais e não bombeiros militares.

Na economia, o novo ano não infunde entusiasmo. Em dezembro – mês em que tradicionalmente há oferta de trabalho temporário – Joinville perdeu 3.396 empregos. Para piorar, o governo acena com a volta da CPMF. Revertendo esse quadro, o CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados) de fevereiro traz a boa surpresa das recontratações. Em especial da indústria, que abriu 856 vagas. O sentimento é que, se o governo federal não estivesse atrapalhando tanto, a reação da economia seria ainda melhor.

Um dos conceitos mais acertados sobre a ACIJ diz que sua função é agir como facilitadora, buscando aglutinar pessoas, grupos e poderes na conquista dos objetivos maiores da cidade. Nascida para representar a classe empresarial, essa missão só se cumpre com uma sociedade fortalecida e com cidadãos que tenham suas necessidades básicas supridas. Por isso, a entidade se insere em quase todos os assuntos que dizem respeito à cidade. A entidade tem a concepção de que não existe ilha de excelência cercada por um mar de miséria. Ou seja, não pode haver empresas fortes e prósperas numa cidade ou região que não ofereça qualidade de vida. Por isso, mobilidade, saúde, educação e segurança, entre outros temas, são pautas constantes. A ACIJ mantém uma ponte de diálogo com as autoridades constituídas em todas as esferas, agindo de forma política, mas apartidária, para construir uma sociedade melhor e mais justa.

Esse é o selo da ACIJ: não estar voltada apenas para a economia. É uma entidade que pensa na cidade. Como não tem vínculo político – embora saiam políticos de seus quadros – não tem partidos, não torce partidariamente. Assim tem condições de olhar a cidade como um todo, sem vínculos com interesses específicos. Pode-se dizer que Joinville foi construída a partir do envolvimento da ACIJ nas questões comunitárias mais importantes. É a entidade que representa a cidade com excelência diante de autoridades e pleitos, e não uma categoria de pessoas.

Como um marco dos 105 anos, em 15 de fevereiro a ACIJ implantou seu Sistema de Ética. O evento de lançamento do Código de Ética contou com palestra do historiador Leandro Karnal, que falou sobre "atitudes de microética". Aquelas ações do dia a dia relacionadas ao respeito de um cidadão para com outro, como a polidez e a gentileza. Os grandes problemas éticos começam pelo menosprezo aos pequenos. Quando as faltas menores se tornam aceitáveis, passamos a tolerar faltas maiores. O restabelecimento de um ambiente ético, também começa pelo cotidiano, no nível individual, até que atinja as grandes questões em âmbito coletivo.

Em 14 de março, a entidade se manifesta quanto à questão ética mais candente naquele momento, um desdobramento das investigações da operação lava-jato: "O País inteiro assiste a este vexatório espetáculo que vem sendo dado por altas figuras da República. Toda a Nação entendeu a manobra do ex-presidente em se tornar ministro apenas para que lhe seja concedido foro privilegiado. Enquanto a crise política se agrava, o Brasil para. A insegurança institucional e jurídica aumenta. A economia perde o rumo. Muitas empresas respiram por aparelhos."

Em 16 de maio, a ACIJ se posiciona sobre o afastamento provisório da presidente Dilma Rousseff, dentro do processo de Impeachment. Registra que a decisão do Senado Federal causou alívio pela perspectiva de mudanças num quadro que chegou a um grau insustentável. A simples expectativa de um novo governo se mostrou suficiente para renovar as esperanças de um recomeço, com mais compromisso na gestão dos recursos públicos. Mantendo sua postura vigilante, no mês seguinte a entidade já faz cobranças ao novo governo. "Entendemos que ainda não houve tempo hábil para implementar medidas, mas elas se tornarão ainda mais difíceis se perdermos um ministro a cada semana, por suspeitas de conduta inadequada. Seria prudente que o presidente Temer afastasse todos os ministros citados em processos de investigação, até que tudo seja esclarecido."

Os Conselhos Superior e Deliberativo elegeram em reunião conjunta, em 6 de junho, a diretoria para o exercício 2016/2017, a ser presidida por Moacir Thomazi.

Uma escola de gestão

Quinze anos depois de liderar a ACIJ pela primeira vez (1999 a 2001), o empresário Moacir Thomazi foi eleito presidente para conduzir a entidade durante o biênio 2016/2018.

Além de Thomazi, a chapa eleita em 6 de junho tem cinco novos integrantes: Alencar Lehmkuhl (Tigre), Guilherme Bertani (Docol), Luis Felipe Dau (Embraco), Marco Antonio Corsini (Construtora Roma) e Tina Marcatto (Otto House). Também foram renovados 50% dos membros do Conselho Superior e do Conselho Deliberativo, para o período de 2016 a 2018, e os membros titulares e suplentes do Conselho Fiscal, para 2016/2017. Os novos membros do Conselho Superior são Alberto Bornschein e Waldir Harger. Os novos membros do Conselho Deliberativo são Alberto Bornschein Filho, Alencar Lehmkuhl, Ivan Hudler, Luis Felipe Dau e Nereu Antonio Martinelli.[35]

Nada de importante que tenha acontecido em Joinville deixou de passar pela ACIJ, com maior ou menor influência, e em muitos desses acontecimentos a entidade foi protagonista. O associativismo é muito importante, mas a ACIJ é também uma escola, e aprender é a única coisa que a gente nunca termina. Há uma intensa troca de experiências, os grandes empresários sempre estiveram presentes dividindo receitas de sucesso, sem nunca guardar apenas para si as boas práticas.

A ACIJ sempre esteve à frente das inovações e atenta às novidades, seja pelas ações que promove, seja pela participação de algum dos seus integrantes em empresas de atuação mundial, sempre muito atentas sobre o futuro. O que quer que venha a acontecer a ACIJ vai estar presente e colaborando. O que vai acontecer ao longo do século 21 vai passar pela ACIJ. Exemplos concretos desta preocupação com o futuro estão presentes de

35 Vice-presidentes: Alencar Guilherme Lehmkuhl, André Chedid Daher, Carlos Rodolfo Schneider, César Pereira Döhler, Evair Oenning, Guilherme Fessel Bertani, Jaime Romagna Grasso, João Joaquim Martinelli, Luis Felipe Berthi Abboud Dau, Luiz Tarquínio Sardinha Ferro, Marcelo Hack, Maria Regina de Loyola Rodrigues Alves, Mario Cezar de Aguiar, Moacir Luiz Bogo, Ovandi Rosenstock.

arte 2021 ACIJ 7_ARTE ALBUM JOINVILLE ok.qxd 31/05/2021 16:13 Página 256

forma bastante concreta na própria sede da entidade e dizem respeito a dois desafios das próximas décadas: água e energia. O prédio da ACIJ foi construído dotado com sistema de captação de água da chuva. E, com a instalação de painéis fotovoltaicos na sede dos Bombeiros Voluntários e na associação, ambas geram 100% da energia que consomem.

Independente do futuro que vier, a ACIJ terá o papel de encurtar distâncias e agilizar processos. Na expectativa de fazer mais e melhor em prol da comunidade, mesmo no auge da crise social e econômica iniciada em 2014, uma das primeiras tarefas da nova diretoria foi liderar um processo de revisão de metas e de métodos na ACIJ. Dentro do espírito de que é nas dificuldades que se avança, procedeu-se uma reengenharia na entidade. Pelo *Informe* ACIJ a diretoria conclama seus pares: "É preciso participar! Sem que nos juntemos em força solidária e cívica, pouco se poderá fazer em favor de melhores tempos. Participar é o verbo da ordem e do progresso. Do respeito aos direitos e ao cumprimento dos deveres. O tempo presente nos impõe a esperança de que, juntos, saberemos construir o futuro que desejamos."

A ACIJ é um espaço de ressonância das demandas públicas, e repercute em agosto uma nova onda de furtos, roubos e latrocínios em Joinville. Em alguns bairros, a insegurança leva estabelecimentos a funcionarem no regime de porta fechada. São alvos preferenciais dos criminosos pequenos supermercados, postos de combustíveis e comércio em geral. No início de novembro, a entidade volta ao tema com bastante ênfase, diante dos índices de violência, com um assassinato a cada três dias em Joinville. O quadro reflete a queda de 63,7% do investimento em segurança, no ano anterior em Santa Catarina. O resultado foi aumento de 5,9% no número de mortes violentas, 11,6% em roubos e 14,6% em furtos de veículos em Santa Catarina. O tráfico de entorpecentes cresceu 25% e o percentual de usuários detidos com drogas cresceu 30% em 2015, em relação ao ano anterior. A entidade alerta que a realidade pode ser ainda pior, pois muitas vítimas não registram a ocorrência. Diante disso, o Núcleo de Supermercados da ACIJ desenvolveu uma campanha esclarecendo sobre a importância de fazer o Boletim de Ocorrência, que pode ser eletrônico.

Outro fator de risco - dessa vez no trânsito - que está no radar da associação empresarial é a BR-280, único acesso rodoviário ao Porto de São Francisco do Sul. Em agosto, com o apoio da ACIJ e demais Associações do Norte, a FACISC lançou uma campanha pela duplicação da rodovia. Com o tema "Aceleração da Duplicação, a única velocidade na BR que a gente apoia", faz uma dupla cobrança: às autoridades, pela obra; e aos motoristas, por prudência.

A partir de 1º de outubro entrou em vigor o acordo comercial entre ACIJ e JUCESC (Junta Comercial do Estado de Santa Catarina), que mantém um posto de atendimento dentro da sede da entidade, onde dispõe de estrutura para atender à demanda de toda a região. A parceria simplifica, desburocratiza e agiliza processos de registro de empresas.

Com o Programa de Consumo Inteligente de Energia, a ACIJ oferece aos associados consultoria gratuita para otimizar o consumo de energia. O programa de Eficiência Energética é uma ferramenta para a modernização do parque industrial e da gestão de energia elétrica, gerando economia sustentável e alívio de carga no sistema elétrico da Celesc. A diferença na conta pode ser muito expressiva, uma única empresa de médio porte acumulou no último ano uma redução de R$ 225 mil na conta de energia em uma de suas unidades. Desde 2007, 150 empresas já foram beneficiadas.

O ILS entrou em operação no Aeroporto de Joinville em junho de 2014. Em dois anos, 32.912 passageiros foram beneficiados em 352 procedimentos de pousos e decolagens. Antes do ILS, o aeroporto ficava fora de operação para pouso de qualquer aeronave em pelo menos 3,5% do tempo. Com o equipamento, esse número caiu para 0,94%, um ganho operacional de cerca de 74%. Ainda em 2014, foi ampliada a sala de embarque em quase

50%. Também foi instalado o ELO (Equipamento de Ligação Operacional), garantindo conforto, segurança e acessibilidade aos passageiros. No início de 2016, foi aplicado o *grooving* - ranhuras de drenagem – em toda a extensão da pista, aumentando a segurança em operações com chuva. A partir de 13 de outubro, as aeronaves que pousam podem utilizar um novo procedimento de pouso, conhecido com RNAV, que diminui as ocorrências de arremetidas e de voos alternados por vento de cauda.

Reunião na ACIJ, no dia 10 abril de 2017, marcou importante passo para Joinville. Foi quando o governador Raimundo Colombo assinou o edital de licitação para duplicação dos 5,4 quilômetros que ligam a SC-108 (Rodovia Hans Dieter Schmidt/Edgar Meister) ao parque industrial de Joinville. Para chegar a esse momento foram necessárias muitas reuniões com o governador. Além de demandar o investimento, a entidade atuou para remover entraves. Por exemplo, o Estado pode dispor de recursos para a obra, mas não para desapropriações. Então, a ACIJ fez contato com cada um dos proprietários, e conseguiu que 90 % deles doassem a parte que seria necessária para a duplicação. A SC-108 é única rodovia estadual dentro do perímetro urbano de Joinville. Nos dois trechos envolvidos na duplicação, a estrada recebe os nomes de Hans Dieter Schmidt e Edgard Meister, dois ex-presidentes da ACIJ.

A ACIJ apoia o manifesto publicado em abril por um conjunto de instituições representativas da Indústria, Comércio e Serviços em defesa de medidas consideradas primordiais para o crescimento sustentado do país. Dentre elas, as que mais comprometem o futuro: as inadiáveis reformas previdenciária e trabalhista. O documento afirma que a essas reformas "representam o início do processo de restauração do Brasil, abrindo espaço para que os próximos governos não temam fazer o que é necessário."

Thomazi reassume presidência da ACIJ para novo biênio

De forma inédita, no fim de maio, a ACIJ participou da exposição *Schwanke Circuito Expositivo*, do artista Luiz Henrique Schwanke. Foi uma mostra realizada em três espaços – Museu de Arte de Joinville (MAJ), Instituto Juarez Machado e ACIJ. Promovida pelo Museu de Arte Contemporânea Schwanke em parceria com a Fundação Cultural BADESC, a exposição reuniu 40 peças retratando a obra híbrida do artista.

Em 5 de junho, os Conselhos Superior e Deliberativo da ACIJ reconduziram o empresário Moacir Thomazi para mais uma gestão à frente da entidade.[36] O empresário Ivan Hudler assumiu a função de diretor administrativo em substituição a Jaime Grasso que deixou a diretoria tendo seu trabalho enaltecido, especialmente a liderança do projeto que culminou na licitação para duplicar a Hans Dieter Schmidt e Edgard Meister. A posse ocorreu no dia 26 de junho, em solenidade na Sociedade Harmonia-Lyra.

Também ocorreu a eleição dos Conselhos. Ascenderam ao Conselho Superior três novos membros: Felipe Hansen, Nagib Daher e Marco Antonio Corsini, além de 17 conselheiros reeleitos para o período junho 2017/2019. No Conselho Deliberativo, foram eleitos cinco novos membros: Carla Pinheiro, Julio Skowasch, Tina Marcato, Renato Feres e Vanderlei Bufon. 25 membros foram reeleitos, igualmente para o período junho 2017/2019. Também foi eleito o Conselho Fiscal 2017/2018.

36 Vice-presidentes eleitos: Alencar Guilherme Lehmkuhl, André Chedid Daher, Carlos Rodolfo Schneider, César Pereira Döhler, Evair Oenning, Guilherme Fessel Bertani, Heleny Mendonça Meister, João Joaquim Martinelli, Luis Felipe Berthi Abboud Dau, Luiz Tarquínio Sardinha Ferro, Marcelo Hack, Maria Regina de Loyola Rodrigues Alves, Mário Cezar de Aguiar, Moacir Luiz Bogo e Ovandi Rosenstock

2016

Governador Raimundo Colombo assina edital de licitação para duplicar a SC-108 (Rodovia Hans Dieter Schmidt/Edgar Meister) ao parque industrial de Joinville

arte 2021 ACIJ 7_ARTE ALBUM JOINVILLE ok.qxd 31/05/2021 16:13 Página 258

No Dia Mundial do Meio Ambiente, em 5 de junho, a ACIJ reafirmou que a sustentabilidade ambiental é um dos pilares da sua atuação. Desde os anos 90, a entidade mergulhou no tema, com a orientação do consultor alemão Max Veit, que uniu as indústrias em torno de projetos de requalificação do ambiente, como a implantação de estações de tratamento de efluentes e a coleta seletiva e a correta destinação do lixo.

Em 1993, a casa implementou o Núcleo de Meio Ambiente, reunindo executivos dessa área nas grandes empresas da cidade. No mesmo ano, foi criado o Núcleo de Consultoria Ambiental, colocando lado a lado empresas prestadoras de serviços na área de meio ambiente. Desde então, esses dois grupos trouxeram contribuições preciosas para a sociedade. No segundo semestre de 2016, o Núcleo de Meio Ambiente lançou a cartilha "Bem-estar ambiental – é hora de aprendermos a cuidar do planeta".

Em julho, foi publicada a Resolução do Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONSEMA) Nº 98, de 5 de maio de 2017, que estabelece critérios para o licenciamento ambiental em Santa Catarina. Os procedimentos passam a ser definidos pelo porte, potencial poluidor e a natureza da atividade ou empreendimento a ser licenciado. A normativa é fruto do Grupo de Trabalho que discutiu, por dois anos, o tema junto ao CONSEMA, com ativa participação do Núcleo de Meio Ambiente da ACIJ e da Câmara de Meio Ambiente da FIESC. A associação de Joinville teve importante papel nessa conquista que simplifica processos e estimula investimentos.

Em outubro de 2017, Joinville totalizou 192 mil vagas de empregos formais, ficando atrás apenas de São Paulo. Finalizou o ano como a cidade brasileira com o melhor saldo entre demissões e admissões. Emprega mais porque tem uma economia diversificada e completa, produzindo para o mercado interno e para exportações. Somente com os produtos feitos em Joinville, seria possível montar uma casa completa, desde a sua fundação até o mobiliário e equipamentos eletrônicos, passando pelo acabamento e pelos utensílios de cozinha e mantimentos para a geladeira.

A nova legislação trabalhista entra em vigor em 11 de novembro de 2017. Mais moderna, flexível e compatível com a realidade do mercado, traz avanços reclamados há pelo menos uma década pelo setor produtivo nacional. A ACIJ saúda as novas regras que passam "a respeitar um pouco mais o desejo e as necessidades do empregado e do empregador, ao resguardar direitos respeitando a cultura e a realidade vigentes."

A ACIJ contratou uma pesquisa de opinião para identificar os principais problemas, angústias, desejos e demandas dos empresários, em Joinville. Os dados levantados forneceram subsídios para o Planejamento Estratégico da entidade para curto e médio prazo, realizado em janeiro de 2018. É tradição da entidade basear sua atuação nas necessidades dos associados e nas demandas de toda a comunidade. Nesse ano, foi feita uma reengenharia de processos, com novos equipamentos, capacitação e sistemas informatizados; e o prédio passou por ampla manutenção, na parte hidráulica, elétrica, equipamentos e a própria estrutura física.

Em busca de constante aprimoramento do seu modelo de gestão, a ACIJ participou do Programa de Desenvolvimento de Associações Empresariais da FACISC – Federação das Associações Empresariais de Santa Catarina. Lançado em fevereiro de 2018, o PDA durou quatro meses e contou com apoio do ALInvest 5.0, programa da União Europeia com a América Latina para redução da pobreza e o desenvolvimento de empresas de micro e pequeno porte, com coordenação da Câmara de Indústria e Comércio de Santa Cruz de La Sierra – Bolívia.

Por ocasião do aniversário de Joinville, em março, o sócio benemérito da ACIJ José Henrique Loyola e a Corporação de Bombeiros Voluntários de Joinville receberam a mais importante comenda municipal, a Medalha Dona Francisca.

As Associações Empresariais de São Bento do Sul, Rio Negrinho, Mafra, Campo Alegre e Joinville uniram-se para chamar a atenção do Governo do Estado para a necessidade de melhorias na rodovia SC-418, a centenária Estrada Dona Francisca, um dos principais acessos ao Planalto Norte Catarinense. A falta de manutenção, a sinalização desgastada e a iluminação prejudicada contribuem para os altos índices de acidentes. A média de veículos transitando pela estrada é 8,5 mil por dia e em períodos de alta temporada chega a 13 mil.

As eleições da ACIJ realizadas em 4 de junho tiveram como destaque a ampla renovação. Além do presidente para o exercício 2018/2019, João Joaquim Martinelli, seis novos membros passaram a integrar a nova diretoria: Adriano Silva (Catarinense Farma), Alberto Bornschein (Clamed), Fernando Rizzo (Tupy), Fernando Schneider (Franklin Eletric), Luiz Fernando Duccini (GM - Chevrolet) e Renato Feres (Cooper Industrial). Durante a reunião conjunta dos Conselhos da casa, foi outorgado ao presidente em final de mandato, Moacir Thomazi, o título de Sócio Benemérito, honraria já concedida aos ex-presidentes José Henrique Loyola e Udo Döhler.

A busca por renovação foi um dos marcos da gestão de Moacir Thomazi, que articulou a inclusão de jovens empresários e executivos na diretoria da entidade. As tardes de segunda-feira são sagradas para ele, tem esse compromisso travado na agenda. "Dá trabalho, exige tempo, mas é recompensador. A alegria maior é pelos relacionamentos com os colegas e com lideranças empresariais, políticas e comunitárias. Algo que é relevante também para a saúde das empresas."

Pensar na cidade

Em 25 de junho tomou posse a renovada diretoria da ACIJ para o exercício 2018/2019, com seis jovens executivos como novos membros, sob o comando de João Joaquim Martinelli.[37] Ao passar o bastão, o presidente Moacir Thomazi compara a gestão da ACIJ a uma corrida de revezamento, requerendo perfeito entrosamento entre cada um dos líderes, tanto nas trocas de gestões quanto na execução da parte de cada um nesta corrida compartilhada.

A nova gestão foca na representatividade política para garantir a Joinville sua parcela de recursos públicos. Com exceção da duplicação da Avenida Santos Dumont, que teve participação expressiva da associação nas desapropriações, são minguados os investimentos em infraestrutura, saúde ou educação. Obras na Ottokar Doerffel, Hans Dieter Schmidt e Almirante Jaceguay estão na ordem do dia. Cada gestão protagoniza a conclusão de algumas obras, acompanha o andamento de outras e articula novas causas. O mandato seguinte vai dar continuidade e acrescentar outras ações. O fio condutor entre as gestões é garantido pela unidade de pensamento entre o setor produtivo e suas lideranças.

Os 10 dias de maio de 2018 em que a greve dos caminhoneiros parou o Brasil lançam perspectivas sombrias nos meses subsequentes. O movimento causou uma redução de 15% nas atividades do setor produtivo catarinense. Empresas tiveram de cortar custos, acarretando desligamentos, terceirizações, reduções de jornada e enxugamento em linhas de produção, dentre outras medidas. Para piorar, estão previstos aumentos de 10% para a energia elétrica e de 28% para o gás, insumos essenciais no processo produtivo.

A entidade detecta crescente evasão de investimentos devido ao Custo Brasil, formado por contribuições sobre a mão de obra, burocracia, câmbio desfavorável e carga tributária que gira em torno de um terço da receita. Pesam ainda as custosas obrigações ambientais, sociais, de segurança e taxas diversas. A ACIJ lamenta esse cenário: "Produzir no Brasil é

37 Vice-presidentes eleitos: Adriano Bornschein Silva, Alberto Bornschein, Alencar Guilherme Lehmkuhl, Carlos Rodolfo Schneider, César Pereira Döhler, Evair Oenning, Fernando Buendgens Schneider, Fernando Cestari de Rizzo, Guilherme Fessel Bertani, Luis Felipe Berthi Abboud Dau, Luiz Fernando Duccini, Marcelo Hack, Maria Regina de Loyola Rodrigues Alves, Moacir Thomazi e Ovandi Rosenstock.

2018

João Joaquim Martinelli é eleito para um novo período à frente da entidade

Greve de caminhoneiros para o Brasil, com graves consequências para o setor produtivo

arte 2021 ACIJ 7_ARTE ALBUM JOINVILLE ok.qxd 31/05/2021 16:13 Página 260

complexo e caro. Sobre licenças ambientais, em Joinville nem sabemos a quem recorrer. Enquanto isso, a cidade parou." A associação empresarial contabiliza mais de 1.200 processos aguardando análise e liberação da Prefeitura. Apenas na construção civil, são 280 mil metros quadrados que aguardam análise do poder público, o que represa investimentos de cerca de R$ 1 bilhão, a construção de 2 mil unidades e a geração imediata de milhares de empregos. Para desatar o nó, a ACIJ articula um acordo entre Prefeitura, Estado e Ministério Público.

Em julho, entrou em operação a GaranteNorte-SC, instituição da qual a ACIJ é uma das fundadoras. Criada para facilitar o acesso ao crédito por meio de Cartas de Garantia aos Micros e Pequenos Empresários (MPE) e ao Micro Empreendedor Individual (MEI), oferece assessoria financeira e o aval no valor de até 80% da operação de crédito.

Pensar na cidade tem sido uma obsessão da ACIJ, que se traduz em seu Planejamento Estratégico, que foi atualizado nos últimos meses. Sua missão continua sendo melhorar o ambiente de negócios, com menos burocracia, impostos mais justos, sistema tributário mais simples e uma infraestrutura condizente. A associação enfatiza seu papel no fortalecimento das empresas e no desenvolvimento da comunidade. Além de consciência e responsabilidade social, o pragmatismo ensina que uma sociedade mais rica, em todos os sentidos, permite empresas bem-sucedidas. Um ambiente favorável traz vantagens para todos, facilita a mobilidade e o acesso à vida urbana.

Apartidária, a ACIJ jamais foi apolítica. Desde 1994, lidera campanhas pelo voto consciente, pela escolha de candidatos comprometidos com a cidade. Com mais de 1.500 empresas associadas, que representam cerca de 70 mil trabalhadores, a entidade tem consciência de que nesse universo interagem todas as correntes partidárias. Por isso, não defende candidaturas individualmente, mas projetos que estejam alinhados com as necessidades da classe empresarial e com os desejos da comunidade. Esse ano, novamente a associação põe sua campanha na rua: "Votar certo é votar em alguém que pode fazer algo não apenas por você, mas por sua família, pelo seu bairro, pela sua cidade. E votar por Joinville é escolher candidatos que não abandonem a cidade, que tenham compromisso com ela e que defendam seus pleitos. Votos em branco ou nulos não ajudam em nada. Vote certo, vote por Joinville!"

O Conselho das Entidades Empresariais de Joinville – formado pela ACIJ, Associação dos Comerciantes de Material de Construção de Joinville (Acomac), Associação de Joinville e Região da Pequena, Micro e Média Empresa (Ajorpeme) e Câmara dos Dirigentes Lojistas (CDL) – realizou encontros com candidatos ao Governo do Estado. Além de ouvir suas propostas, o empresariado apresentou um manifesto com os pontos mais importantes identificados em consenso.

Passadas as eleições, a ACIJ foi ao encontro dos eleitos, em todas as esferas, para estabelecer uma pauta com sugestões, propostas e projetos para ajudar a economia, as empresas e o ambiente de negócios.

O empresário Mario Boehm, falecido dia 6 de novembro, foi lembrado como exemplo de retidão e tenacidade. Membro do Conselho Superior da ACIJ e ex-presidente da casa, foi sempre presente e muito ativo em todas as reuniões. "Nossos aplausos à sua vida."

Inúmeras vezes a ACIJ cobrou providências das autoridades estaduais no combate à violência em Joinville. Em dezembro de 2018, diante da intenção do governo de transferir a delegada regional Tânia Harada para outra função, a associação se manifestou:

> Com bastante trabalho, atitudes discretas com uso de inteligência, engajamento dos demais delegados, bom relacionamento com a nossa Polícia Militar e outros entes da segurança pública, é notória e evidente a redução em todos os indicadores de criminalidade. Quando a cidade começa a ter o sentimento e a percepção de segurança, somos informados da intenção do governo em transferir a delegada. (...) A ACIJ entende que não faz sentido esta decisão porque na medida em que o seu trabalho vem dando ótimos resultados, transferi-la seria colocar em risco o que foi conquistado.

Joinville fechou o ano com saldo de 9.094 empregos formais com carteira assinada. Um desempenho a se comemorar, especialmente porque foi o ano que o Brasil parou com a greve dos caminhoneiros. A ACIJ contabiliza 1.779 associados, aos quais estão vinculados 140 mil empregos na cidade. A entidade preserva a história e a experiência de pessoas e empresas que contribuem com a pujança de Joinville.

2019, ano de recuperação

A Reforma da Previdência começou a tramitar oficialmente na Câmara dos Deputados em março de 2019. A Associação Empresarial de Joinville (ACIJ) defende sua votação sem que seja fatiada. A entidade entende que, quanto antes for aprovada, mais rapidamente vai contribuir com o aumento da confiança nas instituições governamentais. Como consequência, empresários e investidores poderão ampliar seus negócios e movimentar a economia

O Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) indica o fechamento de 43 mil empregos no país em março, sintoma da redução da atividade econômica. Por seu turno, Joinville foi a cidade a que mais criou empregos em Santa Catarina, com 930 postos abertos. Há outras 600 vagas nas agências de emprego, esperando por mão de obra qualificada. O desemprego possui endereço certo: jovens procurando o primeiro trabalho e cidadãos sem qualificação. A propósito desse quadro, a ACIJ faz um alerta:

> As empresas precisam se conscientizar da necessidade de estruturar sua própria mão de obra, porque a tecnologia e a inovação vão exigir profissionais cada vez mais preparados, que não estão sendo formados. Deve fazer parte do planejamento estratégico de qualquer organização formar, treinar e capacitar seus colaboradores.

Na ACIJ, governador Moisés destina recursos a entidades de Joinville

Em 14 de junho, a ACIJ recebe a visita do governador Carlos Moisés, que autorizou o início da duplicação da Rodovia Hans Dieter Schmidt/Edgar Meister. Por ali circulam 20 mil veículos por dia e trafega o Produto Interno Bruto (PIB) de Joinville, correspondente a 4% da riqueza de Santa Catarina. Além disso, une a BR-101 com as universidades e o Aeroporto Lauro Carneiro de Loyola. Uma plateia de 300 pessoas testemunhou esse momento histórico. O governador também liberou recursos à Escola do Teatro Bolshoi no Brasil, para o Festival de Dança de Joinville e para a Associação dos Bombeiros Voluntários no Estado de Santa Catarina (Abvesc).

A Expogestão – Congresso Nacional de Atualização em Gestão e Feira de Negócios e Relacionamentos – chega aos 17 anos. Desde então, o mundo mudou. Alguns termos abordados nessa edição, ainda nem existiam, como inovação disruptiva e computação quântica. Atuando com capilaridade na comunidade, a ACIJ incentiva a participação dos associados para que obtenham visão de futuro e estímulo de crescimento. É um equívoco achar que a ACIJ é uma associação de grandes empresas. Se analisarmos o quadro associativo, mais de dois terços são pequenas e médias empresas de excelência. No futuro, o processo de descentralização vai ser ainda mais forte. Toda gama de serviços que envolve atividade intelectual, criação ou refinamento vai ser repassado para parceiros. Isso está ocorrendo num volume espantoso.

A grandeza da economia de Joinville e da representatividade da ACIJ está alicerçada justamente no saudável alinhamento e união entre pequenas, médias e grandes

2019

Governador Carlos Moisés autoriza o início da duplicação da Rodovia Hans Dieter Schmidt/Edgar Meister

arte 2021 ACIJ 7_ARTE ALBUM JOINVILLE ok.qxd 31/05/2021 16:13 Página 262

empresas. Afinal, os milhares de prestadores de serviços só existem a partir dos ecossistemas formados pelas grandes indústrias. Esse tem de ser o selo de Joinville. É por causa dele que existe essa profusão de outras atividades e pequenos negócios que giram em torno da indústria. A indústria tem necessidades perenes. Todos os anos faz girar um sistema de demandas que estimula todos os negócios.

Promovido pelo Núcleo de Negócios Internacionais da ACIJ, desde maio de 2012, o Meeting Comex se afigura como o maior evento sobre comércio internacional do Sul do país. Em abril de 2019 reuniu 600 participantes no Centro de Convenções e Exposições Expoville.

Em junho, a ACIJ recebeu o prêmio nacional "Desenvolvimento Local", pela atuação no desenvolvimento do município, apoio ao associativismo e empreendedorismo. A honraria foi entregue pela Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB) durante o Congresso Internacional de Associações Empresariais, no Rio de Janeiro. A CACB reúne 2,3 mil associações no país.

A associação empresarial reconduziu o presidente, João Joaquim Martinelli, três diretores e 15 vice-presidentes para mais um ano de mandato.[38] A eleição, realizada em 3 de junho, também definiu integrantes dos conselhos fiscal, superior e deliberativo. Os novos integrantes do Conselho Deliberativo são: Guilherme Bertani (Docol) e Renato Feres (Cooper), que passam a compor o Conselho Superior da ACIJ. E Andréia Effiting (EFF Group), Francine Olsen (Parque Expoville Atividades) e Ricardo Pamplona (CEO Pamplona Consultoria). O Conselho Fiscal não teve alterações na sua composição. O Conselho das Entidades Patronais Conveniadas (Consep) será presidido por Terêncio Oenning (Granaço) e o Conselho dos Núcleos continuará com Andréia Effting.

A posse ocorreu dia 1º de julho, na Sociedade Harmonia-Lyra, e contou com a presença da vice-governadora de Santa Catarina, Daniela Reinehr, entre outras autoridades. Na oportunidade, seis dos 100 conselheiros da casa foram homenageados pelo tempo dedicado ao associativismo, à contribuição social na geração de riqueza, emprego, renda e, especialmente, pelo fortalecimento da ACIJ. São eles: Felinto Koerber, Georg Wigand Schmidt, Hírio Antônio Wolf, Mário Zendron, Nivaldo Nass e Mário Eugênio Boehm (*in memorian*)

A ACIJ instalou painéis de energia solar fotovoltaica na sede da entidade, em julho. O investimento de R$ 430.704,98 vai reverter em sustentabilidade ambiental, com os 428 módulos fabricados pela WEG gerando energia limpa a partir da luz solar. O valor aplicado vai ser recuperado em cinco anos com a redução na fatura elétrica. Em iniciativa alinhada à visão comunitária da entidade, em setembro foram instalados 273 painéis na cobertura do Corpo de Bombeiros Voluntários de Joinville (CBVJ), ao custo de R$ 266.586,02. O montante foi doado pela ACIJ, e tem previsão de retorno em três anos. Nos dias em que a produção for acima da necessidade de consumo da unidade, a energia excedente é enviada para a rede pública, gerando um acúmulo de crédito para ser usado nos dias nublados.

Em 2 de setembro, a associação empresarial registra o falecimento do advogado Evi Alexandre Varela, 85 anos. Em seus 50 anos de serviços dedicados à entidade e aos Sindicatos Patronais, ele deixa "o exemplo de profissionalismo, ética e humanidade."

No dia 30 de outubro, a ACIJ recebeu o visitante mais importante do ano. O Vice-Presidente da República, General de Exército Hamilton Mourão, que falou sobre a conjuntura do país para uma atenta plateia de 400 convidados. Economia, infraestrutura e reformas estiveram entre os temas discutidos durante o encontro. Inovação, retomada da economia, redução das desigualdades e reforma do Estado foram citados como pontos importantes para a garantia do bom funcionamento do país.

38 Vice-presidentes eleitos: Adriano Bornschein Silva, Alberto Bornschein, Alencar Guilherme Lehmkuhl, Carlos Rodolfo Schneider, César Pereira Döhler, Evair Oenning, Fernando Buendgens Schneider, Fernando Cestari de Rizzo, Guilherme Fessel Bertani, Luis Felipe Berthi Abboud Dau, Luiz Fernando Duccini, Marcelo Hack, Maria Regina de Loyola Rodrigues Alves, Moacir G. Thomazi e Ovandi Rosenstock.

2019

Sedes da ACIJ e do Corpo de Bombeiros Voluntários de Joinville são equipadas com usina fotovoltaica

O vice-presidente da República, general Hamilton Mourão, faz palestra na ACIJ

O balanço do ano que finda e o planejamento para 2020 apontam satisfação com os resultados e otimismo com o futuro. O setor produtivo conseguiu se recuperar e alcançar os melhores indicadores de empregabilidade nos últimos cinco anos. A ACIJ se firma cada vez mais como entidade que defende o setor empresarial e bandeiras comunitárias.

2020, o combate ao vírus

Em conformidade com a portaria do Ministério da Saúde que estabelece situação de quarentena e isolamento social em todo o país, para enfrentamento ao coronavírus, em 17 de março a Associação Empresarial de Joinville suspendeu as atividades até 12 de abril. Houve adiamento de cursos de capacitação, encontros dos núcleos e grandes eventos. Ficaram mantidos o expediente da equipe interna e os encontros semanais da diretoria. Também foi criado o Comitê de Crise para monitorar as consequências da pandemia na saúde pública e na economia. Para evitar demissões, a entidade sugeriu aos associados o parcelamento das férias em prazos curtos que, aliado à desoneração da folha, possibilitaria a manutenção de empregos. "Não se sabe como será o dia de amanhã, mas a população não pode achar que é apenas uma gripe, um resfriado. Devemos levar isso muito a sério", ponderou o presidente Martinelli na ocasião.

O Comitê de Crise começou a trabalhar imediatamente em uma frente sanitária, comandada pelo vice-presidente Adriano Silva; e outra econômica, liderada pelo também vice-presidente Fernando Rizzo. As primeiras ações colocam a estrutura das empresas à disposição do sistema de saúde e buscam a formação de um fundo para agilizar compras emergenciais de itens necessários ao combate da doença. Para esse fim, foi aberta uma conta bancária específica para receber doações ao enfrentamento da Covid-19. Em 10 dias de mobilização, ultrapassou R$ 1 milhão o valor arrecadado. Os recursos foram bem utilizados na aquisição de máscaras, respiradores, testes rápidos, entre outros itens.

O Comitê de Crise da ACIJ se reuniu em videoconferência com o infectologista Luiz Henrique Mello para avaliar a evolução da pandemia e obter orientações técnicas aplicáveis pelos associados nos diversos segmentos econômicos e também no sistema de saúde. A partir de 19 de março, a ACIJ passa a articular um esforço coletivo em conjunto com outras entidades comunitárias no enfrentamento ao coronavírus.

Diante das discussões sobre medidas restritivas na produção – que levariam as indústrias a operar com 30% de sua capacidade produtiva – e diante de um cenário prolongado de pandemia, a ACIJ defendeu que "o foco é manter o emprego, com coerência, consenso, viabilidade e a capacidade mínima de operação para poder preservar a geração de renda da população".

Nos primeiros dias, são realizadas ações de cunho preventivo para ajudar a evitar um colapso no sistema de saúde da cidade. O vice-presidente Fernando Rizzo aventou a possibilidade de instalações empresariais serem cedidas para operarem como centros de triagem. A ACIJ, as empresas e o Conselho dos Sindicatos Patronais auxiliam o setor público com a compra de suprimentos e materiais de uso constante. Dentre eles, máscaras especiais de uso médico, aventais, luvas, óculos e álcool gel. Também há um esforço para aquisição de respiradores no mercado internacional. As empresas adotam cuidados com seus quadros de colaboradores, como o afastamento de integrantes de grupos de risco.

Cada ação está sob a coordenação de um vice-presidente da ACIJ: Fernando Rizzo (central de triagem), Marco Antonio Corsini (obras), Adriano Silva (compra de materiais) e Marcelo Hack (obtenção de protetores faciais).

2020

Pandemia do coronavírus põe o mundo em quarentena

Associação Empresarial entra na guerra contra Covid-19

arte 2021 ACIJ 7_ARTE ALBUM JOINVILLE ok.qxd 31/05/2021 16:13 Página 264

Com participação dos associados e da comunidade, a ACIJ ergue uma nova bandeira durante a pandemia. Além da aquisição de equipamentos para unidades de saúde, ainda em março, assume a conclusão das obras de implantação da ala de internação específica para os pacientes com coronavírus no Hospital Municipal São José. Sendo 53 deles com previsão de entrega para abril e outro 30 para agosto. Também inicia a montagem de uma central de triagem na Associação Atlética Tupy. Em 25 de março a associação empresarial faz a entrega de mil macacões e dois respiradores ao Hospital São José. Nesse momento já estão a caminho 150 mil máscaras antivírus importadas, sendo 50 mil para profissionais da saúde.

No dia 30 de março entrou em funcionamento o centro de triagem do coronavírus montado anexo ao ginásio da Associação Atlética Tupy, no bairro Boa Vista. Com 25 salas, sendo 20 para avaliação clínica, e uma área ambulatorial com 53 leitos, podendo chegar a 72, a estrutura amplia o suporte para saúde, evitando superlotação e aglomeração nas unidades hospitalares. A Universidade da Região de Joinville (Univille) cedeu acadêmicos do último ano do curso de medicina para atuarem no local com os profissionais de saúde, médicos, enfermeiros, sob coordenação do infectologista Luiz Henrique Melo.

O setor empresarial avalia que será inevitável a perda de empregos e todos serão afetados, independente do porte da empresa onde trabalham. A ACIJ recomenda serenidade aos empresários e pede que evitem ao máximo demissões, usando de lenitivos como férias coletivas, férias semanais, redução de jornada, entre outros. A equipe de colaboradores da ACIJ está atendendo a pessoas físicas e jurídicas remotamente, em *home office*. Os encontros semanais da diretoria, as reuniões dos Núcleos Setoriais e a tradicional reunião de segunda-feira passaram a ser realizadas por videoconferência. Apenas um plantão diário com três pessoas está sendo mantido na sede, para atender ao comitê de crise da entidade e receber doações da campanha de enfrentamento ao coronavírus.

Os Núcleos Setoriais da ACIJ contribuíram com doações para a central solidária montada para arrecadar alimentos e produtos de higiene e limpeza para auxílio às famílias com renda reduzida em função da pandemia. A central solidária é coordenada pela Força Empresarial para Emergências (FEE). Até 30 de abril, 4.042 mil cestas básicas foram encaminhadas à Secretaria Municipal de Assistência Social, que fez as entregas. Mesmo com a dificuldade de obter materiais a pronta-entrega devido à elevada procura no mercado, a ACIJ concluiu a aquisição de 1.220 testes rápidos para diagnósticos do coronavírus.

A entidade entregou, no dia 23 de abril, 53 novos leitos de internação no Hospital Municipal São José. Foram instalados móveis sob medida em dois postos de enfermagem e no setor administrativo, novas macas e adequada a área de descarte de resíduos, entre outros acabamentos. Todos os quatros têm banheiros, ar condicionado e janelas que permitem a luz natural nos ambientes. A entidade doou a mão de obra para a execução da infraestrutura, e todo o material usado na rede de cobre para oxigênio, elétrica, tecnologia da informação e hidráulica. Também pias, torneiras, registros e a pintura.

A Associação Empresarial de Joinville definiu em 15 de junho a nova diretoria para o mandato de 2020 a 2021, presidida pelo empresário Marco Antonio Corsini. Foram escolhidos também novos membros dos Conselhos Fiscal, Superior e Deliberativo, Sindicatos Patronais e Núcleos Setoriais.[39]

39 Vice-Presidentes eleitos: Alberto Bornschein, Alencar Guilherme Lehmkuhl, Carlos Rodolfo Schneider, Evair Oenning, Fernando Buendgens Schneider, Fernando Cestari de Rizzo, Guilherme Fessel Bertani, Helder Ricardo Franchin dos Santos, José Lainor Driessen, João Joaquim Martinelli, Marcelo Hack, Maria Regina de Loyola Rodrigues Alves, Moacir G. Thomazi, Ovandi Rosenstock, Vinicius Roveda Gonçalves.

2020

Em assembleia virtual, Marco Antonio Corsini é eleito presidente da ACIJ

ACIJ conclui e equipa83 leitos no Hospital São José, inclusive com respiradores, para atendimento de pacientes com Covid-19

Legado à comunidade

Em um curto espaço de tempo, a forma de fazer as coisas mudou. E, pela primeira vez, em seus 110 anos um presidente da ACIJ tomou posse em reunião virtual. A eleição também foi diferenciada, de forma remota. Situações excepcionais exigem medidas extraordinárias. Dentro da excepcionalidade da pandemia, em 29 de junho, em vez do tradicional jantar de posse na Harmonia-Lyra, houve uma formalidade online. A confraternização deu lugar à continuidade das operações de combate na guerra contra a Covid-19.

Marco Antonio Corsini, empresário do setor de construção civil (Roma Construtora), preside a ACIJ desde julho de 2020. É um associativista por convicção, já foi presidente do Sinduscon de Joinville, presidente do Consep (Conselho das Entidades Patronais) e diretor financeiro da própria ACIJ. Atualmente, é presidente do Conselho da Cidade, diretor da Fiesc e vice-presidente da CBIC para os Estados da Região Sul do Brasil.

Marco Antonio Corsini é empresário do setor de construção civil. A gestão agrega outros novos membros à diretoria. O advogado André Daher assumiu como diretor de relacionamento com o associado. A diretoria administrativa permanece com o empresário do setor de tecnologia da informação Ivan Hudler. E a contadora Andréia Effting é nova diretora financeira. O presidente do Conselho das Entidades Patronais (Consep), com 23 sindicatos, é o empresário Emerson Lange Zappone. A transmissão do cargo ocorreu dia 29, durante reunião solene do Conselho Superior, realizada virtualmente. Foi dada posse também aos membros dos Conselhos Superior e Deliberativo (2020/2022) e Fiscal (2020/2021), presidentes de Núcleos e coordenadores do programa Gestão Compartilhada, bem como da nova diretoria.

O cotidiano da entidade nesse tempo é fazer frente às demandas que surgem constantemente. A cada dia tem um encaminhamento diferente do Município, do Estado e do país com relação ao regramento da pandemia. Sempre levando em consideração que a vida está em primeiro lugar e tomando todas as medidas para garantir a integridade das pessoas, a ACIJ não descuidou do fato de que a economia também precisa de saúde. As empresas precisam estar saudáveis para manter a estrutura da sociedade. Desde o começo da pandemia, a ACIJ trabalhou em duas frentes: de um lado contribuir para ampliar a estrutura de saúde pública de Joinville; de outro, ajudar na recuperação do nível de emprego com orientações e capacitações aos associados e na construção de pontes com a esfera pública para criar condições de retomada da economia.

A entrega dos 53 leitos no Hospital São José, em maio, se deu num prazo recorde. Em 45 dias foram concluídos e equipados. Em seguida, a entidade assumiu o desafio de construir outros 30 leitos, partindo do zero. Mais de mil metros quadrados de área transformados em novos leitos. Primeiro como diretor financeiro e depois como presidente da casa, Marco Antonio Corsini coordenou esse trabalho em parceria com os associados, em especial o Porto de Itapoá, que assumiu com 60% do custo da segunda etapa da obra. Dentro de outro prazo recorde de 75 dias, os 30 leitos foram concluídos e equipados, inclusive com respiradores. A entrega foi em 31 de agosto. Somando a primeira e a segunda ação, foram implantados 83 novos leitos, ampliando em 33% a capacidade do hospital, que anteriormente contava com 250 leitos. Um legado da ACIJ para a cidade. Foi como construir um hospital novo dentro do São José, em 120 dias. A Secretaria Municipal de Saúde estima que a obra levaria mais de um ano para ser concluída se ficasse apenas na alçada pública, devido aos prazos licitatórios. O novo setor passou a se chamar Ala Porto Itapoá; e o Centro Cirúrgico recebeu o nome do empresário Mario Roberto Borba, que integrava

arte 2021 ACIJ 7_ARTE ALBUM JOINVILLE ok.qxd 31/05/2021 16:13 Página 266

o Conselho Deliberativo da ACIJ e foi a primeira vítima fatal da Covid na cidade.

Internamente, a casa se posicionou de modo a dar suporte principalmente para empresas de menor porte, fazendo a aproximação com fontes financeiras e linhas de crédito do Governo Federal para que pudessem manter as suas estruturas abertas. Outra ação importante da ACIJ está relacionada à definição a orientação dos protocolos para garantir segurança à saúde no ambiente de trabalho. A iniciativa dissemina junto aos associados as melhores práticas desenvolvidas em outros países por empresas multinacionais, e que se mostraram necessárias e eficazes. As ações positivas foram replicadas por outras entidades. Em agosto, a ACIJ lançou a campanha de comunicação #FaçaSuaParte, com o objetivo de reforçar conscientização, cidadania, solidariedade e responsabilidade individual na luta contra a pandemia.

A resiliência faz parte do DNA dos empresários catarinenses. A pandemia preocupou a todos tão logo surgiu, especialmente quando houve a paralisação das atividades. Há enorme complexidade em parar de uma hora para a outra grandes indústrias como as que fazem de Joinville o terceiro maior parque fabril da região Sul do País. Há todo um processo de desabastecimento e depois outro de retomada. Em constantes conversas entre empresários e a estrutura técnica das empresas e da ACIJ, foram sendo encontradas alternativas para minimizar os impactos das medidas restritivas.

Isso tanto é verdade, que o setor produtivo conseguiu evitar a situação catastrófica que se desenhava. Todas as projeções, pesquisas e análises falavam de um período terrível em 2020, quando o PIB chegaria próximo de dois dígitos negativos. O que se percebeu, no entanto, é que economia começou a se oxigenar tão logo medidas de segurança foram tomadas pelas empresas, criando protocolos internos de atendimento e proteção a seus trabalhadores. Especialistas falavam que 2020 fecharia na casa de 10% negativos. Esta projeção, no entanto, não se concretizou graças à resiliência e criatividade do setor produtivo, que buscou alternativas para manter a economia aquecida

Nos três primeiros meses da pandemia em Joinville, entre março e maio, foram extintos perto de 13 mil empregos. Cinco meses depois, o CAGED do mês de outubro, divulgado no final de novembro, já demonstrava não apenas a recuperação daquelas vagas, mas um importante saldo positivo que seguiria crescendo até o final do ano – Joinville fechou 2020 como a cidade com maior saldo positivo do CAGED na região Sul e a sétima em todo o Brasil, com 6.157 vagas. Essa é a prova viva da capacidade dos empresários trazerem as soluções para os seus negócios. E assim, pela geração de produtos e oportunidades de trabalho, a economia voltou a se oxigenar. Ao longo da cruzada pela geração de empregos, o presidente da ACIJ sempre reiterou que "não há melhor programa social do que carteira de trabalho assinada".

Foi um ano inusitado. O *home office*, que até pouco tempo não se acreditava que pudesse funcionar, passou a ser realidade em grandes corporações. É um momento novo que sem dúvida veio para ficar. E mais uma vez o setor produtivo demonstrou enorme capacidade de transformação, adaptando-se para produzir e oferecer à população o que é essencial para o momento.

E nesse ano da pandemia, a Expogestão foi digital, com mais de 30 palestrantes, inclusive internacionais, debatendo temas relevantes, em três ambientes de transmissão. Também nesse ano foi ativado o canal oficial da ACIJ no YouTube. Lives, reuniões, debates e vídeos institucionais são alguns dos conteúdos disponíveis.

Em 2020, em Assembleia Geral Ordinária, realizada de forma virtual, o empresário Sérgio Rodrigues Alves foi eleito presidente da FACISC. Com a FIESC presidida por Mario Cezar Aguiar, as duas mais importantes federações empresariais do Estado passaram a ser capitaneadas por dois ex-presidentes da ACIJ.

DNA social

As realizações sociais e comunitárias estão no DNA da ACIJ. A mobilização em prol da saúde no enfrentamento da pandemia é um exemplo. Os novos leitos implantados no São José e a criação da central de triagem na Tupy são iniciativas que melhoram o atendimento às pessoas. A entidade tem essa capacidade de interagir e de articular soluções para o desenvolvimento da cidade e bem-estar da população. Na infraestrutura e meio ambiente, a atuação apartidária da ACIJ e seu histórico diálogo com o poder público plantam sementes que depois geram boa colheita para todos.

Com investimento estrutural em determinadas regiões, há um aumento substancial de arrecadação, sem necessidade de aumentar impostos. Ativando suas enormes potencialidades, Joinville pode gerar ainda mais empregos, renda, tributos e qualidade de vida. Pautada nessa premissa, a ACIJ vem desenvolvendo uma profícua parceria com Estado e Município. A duplicação da Avenida Santos Dummont e as obras de duplicação das Rodovias Hans Dieter Schmidt e Edgar Maister são resultados desse trabalho permanente, sempre com conversas com o poder público e com parceria e investimentos do setor produtivo a partir da liderança da entidade .

A ordem de serviço para duplicação das Rodovias Hans Dieter Schmidt e Edgar Meister foi assinada pelo governador Carlos Moisés em solenidade realizada na ACIJ. A obra começou em setembro de 2019 e a entidade passou a acompanhar seu cronograma de execução. Nesse processo, foi apresentada a proposta para implantar um elevado sobre a Dona Francisca, em vez do sistema de semáforos, como estava previsto originalmente. O governo aceitou, mas o Estado não poderia licitar uma empresa para desenvolver o projeto executivo, demandaria um prazo que seria impossível inaugurar o elevado junto com a duplicação. A ACIJ assumiu o compromisso de encontrar uma solução. E encontrou.

A solução foi a ACIJ desenvolver o projeto executivo em tempo de incluir a obra no orçamento do Estado. Em agosto de 2020, a entidade contratou a Azimute Engenharia, empresa especializada. Entre agosto e novembro, passaram a ocorrer reuniões quinzenais entre dirigentes da ACIJ com secretários de Estado e representantes da Prefeitura de Joinville em uma parceria histórica para desenvolver o projeto em tempo hábil. E neste processo, foram incluídos outros itens que compõem um pacote de obras estruturantes que passou a ser chamado de Eixo de Desenvolvimento Norte.

Além do elevado, foram entregues ao Estado, no dia 16 de novembro de 2020, os projetos executivos para abertura do Eixo K, uma nova via duplicada, de 1.050 metros, ligando a Dona Francisca, em frente ao Perini Business Park, à Hans Dieter Schmidt; e a tão sonhada abertura e duplicação da rua Almirante Jaceguay, no trecho entre a BR-101 até a Rua Blumenau, prevista no Plano Diretor de Joinville, desde 1964. As outras duas obras que completam o Eixo de Desenvolvimento Norte são a duplicação do trecho urbano da Rua Dona Francisca (entre o Trevo do Tecelão até a Estrada da Ilha) e a revitalização da Rua Edmundo Doubrawa (outra ligação entre a Dona Francisca e a BR-101). As cinco obras totalizam um orçamento de R$ 180 milhões. O Estado entendeu que esse investimento em uma região por onde trafega diariamente 4% do PIB de Santa Catarina traz retorno com incremento de receita e arrecadação sem aumento de carga tributária. Esse é mais um exemplo do papel importante que ACIJ presta à sociedade, empregando prestígio, esforço e recursos próprios em favor do bem comum.

Para finalizar 2020, a ACIJ viabilizou mais uma agenda relevante. O ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, foi o convidado especial da última reunião do Conselho. Em reunião remota, dia 30 de novembro, foram discutidos temas relevantes para a infraestrutura regional, como BR-101, BR-280, Aeroporto e contorno ferroviário, entre outros projetos com investimentos federais em Joinville e região. Participaram do encontro o gover-

2020

ACIJ desenvolve projetos e encaminha junto ao Governo do Estado
pacote de obras de infraestrutura , no Eixo de Desenvolvimento Norte

arte 2021 ACIJ 7_ARTE ALBUM JOINVILLE ok.qxd 31/05/2021 16:13 Página 268

nador Carlos Moisés, o prefeito Udo Döhler, o prefeito eleito Adriano Silva, o presidente da FACISC, Sérgio Rodrigues Alves, o presidente da FIESC, Mario Cezar Aguiar e o secretário nacional de Aviação Civil, Ronei Glanzmann, entre outras lideranças públicas e empresariais.

Ao longo de todo o ano, o Conselho das Entidades Patronais (CONSEP), que reúne 20 sindicatos empresariais, compartilhou boas práticas que permitiram manter os ambientes de trabalho seguros contra o novo coronavírus. Na última reunião do ano, realizada no dia 8 de dezembro, as lideranças de cada setor informaram que não houve registro de contaminações de Covid-19 por lastro, o contágio dentro do ambiente de trabalho – a única exceção foi no setor hospitalar, o mais exposto por atuar na linha de frente do combate à pandemia. O bom desempenho é resultado da disciplina e atenção aos protocolos sanitários no ambiente de trabalho.

A ACIJ tem no seu DNA a permanente defesa e articulação de bandeiras como a da infraestrutura, da inovação, do meio ambiente, da saúde e segurança, entre outras. Ciente de que não adianta só ficar batendo na porta e reclamando, a entidade se coloca no papel fundamental de buscar o diálogo de aproximação, agregando forças para viabilizar soluções para demandas do presente e do futuro.

Esse é o norte da ACIJ que tem feito a diferença para o desenvolvimento e o bem-estar de Joinville. E este foi o fio-condutor da campanha de comunicação "Economia Forte, Cidade Feliz" lançada em reunião de Diretoria, em 8 de fevereiro de 2021, junto com a programação dos 110 anos. Além da campanha de comunicação, desenvolvida em parceria com a Latina Filmes e a GDI Multicomunicação, os eventos definidos pelo Comitê dos 110 Anos incluem Sessão Solene da Assembleia Legislativa no Salão Nobre da ACIJ, live com a Banda dos Bombeiros Voluntários de Joinville, live com a Escola do Teatro do Balé Bolshoi no Brasil e o próprio lançamento deste livro, entre outras ações ao longo do ano.

Colaboradores da ACIJ em 2021: Ana Claudia dos Santos Turmina, Anderson Batista, Daniel Hilário de Oliveira Junior, Diego Amaral Wallauer, Eduardo do Prado Guerin (Estagiário), Fernando Oliveira de Campos, Francine da Luz, Gabriel Amaral Lourenço, Gabriela Cristina da Silva (Estagiária); Gabriela Flores; Gabriela Flores Alves, Alice Marques de Oliveira Silva (Estagiária); Giovana Paula Potrich, Gisleine Francine Martins, Janderson da Silva, Jessica Thays Stupp, Juliana Silva, Keide Cristiane Rosa, Kelly Maria Raimundi Jacinto, Leila Patricia Oliveira, Liliane Ferreira da Silva, Marlete Tamasia, Meriele Francine Correa, Rubem Landmann, Sara Maria Valente Valenzuela, Serena Cordeiro Dias Faria, Sinara Lucia Ghizzo, Yara Patricia Cristofolini Souza. DIRETOR EXECUTIVO: Marcos Luiz Krelling. ASSESSOR DE IMPRENSA: Domingos Aquino.

2021

Associação Empresarial de Joinville comemora 110 anos e lança campanha de comunicação "Economia Forte, Cidade Feliz"

Colaboradores e diretores participam da inauguração do banner da campanha de comunicação dos 110 anos: Economia Forte, Cidade Feliz

Deputados Kennedy Nunes, Fernando Krelling e Sargento Lima entregam ao presidente da ACIJ, Marco Antonio Corsini, placa em homenagem aos 110 anos da entidade

O Salão Nobre Schulz foi readequado para receber sessão solene da ALESC atendendo distanciamento e capacidade máxima de ocupação dos protocolos sanitários

Coreografia no *hall* de entrada da sede fez parte do espetáculo Gala ACIJ 110 Anos, homenagem da Escola do Teatro Bolshoi no Brasil

Live com a Banda Sinfônica do Corpo de Bombeiros Voluntários de Joinville integrou programação dos 110 anos

arte 2021 ACIJ 7_ARTE ALBUM JOINVILLE ok.qxd 31/05/2021 16:13 Página 270

Bibliografia

Livros:

Arquivo Histórico de Joinville. *Joinville: ontem e hoje*. Joinville: Arquivo Histórico Municipal de Joinville, 1981.

AZEVEDO, Fernando de. *Obras Completas, Vol IX. Princípios de Sociologia*.8ª ed. São Paulo: Edições Melhoramentos.

BACHL, H. In: *Álbum Histórico do Centenário de Joinville 1851-1951*. Curitiba: Gráfica Mundial Ltda, 1951.

COSTA, Iara Andrade et al. A Cidade da Ordem: Joinville 1917-1943. In:_____*Histórias de (I) Migrantes o cotidiano de uma cidade*. Joinville: Editora Univille, 2000, p. 135.

CUNHA, Dilney da; MACHADO, Edson Busch; GUERREIRO,Walter de Queiroz et al. *Harmonia-Lyra – palco das musas, desde 1858*. Joinville: PapelMaçã Edições, 2010.

CUNHA, Dilney da. *Suíços em Joinville, o duplo desterro*. Joinville: Editora Letradágua, 2003.

FICKER, Carlos. *História de Joinville – Crônicas da Colônia Dona Francisca*. 3ª ed. Joinville: Editora Letradágua, 2008.

GELBCKE, Wilson. *Reflexões ao Longo de Uma Vida* . Joinville: Editora Letradágua, 2007.

HERKENHOFF, Elly. *Era uma vez um simples caminho*...Joinville: Prefeitura Municipal de Joinville, 1987.

_____. Joinville – *Nosso Teatro amador*. Joinville, 1989, p.36.

Igreja Evangélica Luterana de Joinville. *Livros de batismos e casamentos*. Joinville, 1892-1904.

LUZ , Waldemar. *Quem foi que cooperou para o progresso de Joinville nos velhos tempos*. Joinville: Gráfica Meyer, 1983, pg.81 e 82.

MEISTER, Edgard & GEHLEN, Joel. *Anotações de Bordo*. Joinville: Editora Letradágua, 1999.

OLIVEIRA, Carlos Gomes. *Integração: Estudos Sociais e históricos Joinville*. Florianópolis: Editora Canarinho, 1984.

OLIVEIRA, Plácido Olímpio de. *Álbum do Centenário*. Joinville, 1951.

RODOWICZ-OSWIECIMSKY,Theodor. *A Colônia Dona Francisca no Sul do Brasil*. Alemanha, 1853, p.34

ROCHA, Isa de Oliveira. *Industrialização de Joinville, da gênese à exportação*. Florianópolis: UFSC, 1997, p. 54.

SALVADOR, Lauro. *Carneiro de Loyola: deputado*. Florianópolis: Editora Insular, 2004.

SILVA, Janine Gomes. *Tempo de lembrar, tempo de esquecer...:as vibrações do centenário e o período da Nacionalização: histórias e memórias sobre a cidade de Joinville*. Joinville: Editora Univille, 2008, p. 62.

Sociedade Amigos de Joinville. *Álbum do Centenário de Joinville*. Joinville, 1951.

S. THIAGO,Raquel. *Coronelismo urbano em Joinville: o caso de Abdon Batista*. Florianópolis: Governo do Estado de Santa Catarina, 1988.

TERNES, Apolinário. *Carlos Gomes de Oliveira: dossiê dos 100 anos*.Porto Alegre: Gráfica e Editora Pallotti, 1994.

_____. *História de Joinville: uma abordagem crítica*. 2ª ed. Joinville: Meyer, 1984.

_____. *História Econômica de Joinville*. Joinville; Meyer,1986.

_____. *Joinville, a construção da cidade*. São Bernardo do Campo: Bartira Gráfica e Editora,1993.

_____. *Lepper, Primeiro Século*. Joinville: Sépia Editora, 2007.

_____. *Tempos Modernos: A presença dos italianos em Joinville 1973 – 2008*.Joinville: Editora Univille, 2009.

VON DREIFUSS, Barão Fernando. *Almanak Joinville*. Joinville, 1928.

____. (Org.) *Anuário Catharinense para 1933*. São Francisco do Sul: Tipografia Paulo Krelle, 1933.

Periódicos:

Jornal *A Notícia*

Joinville, 8 de janeiro de 1927, 12 de janeiro de 1927, 30 de novembro de 1927, 20 de junho de 1928, 20 de julho 1929, 24 de agosto de 1929, 02 de outubro de 1929, 30 de novembro de 1929, 07 de dezembro de 1929,11 de dezembro de 1929, 18 de dezembro de 1929, 24 de dezembro de 1929,13 de outubro de 1930, 03 de janeiro de 1931, 15 de janeiro de 1931, 18 de janeiro de 1931, 23 de abril de 1931, 04 de junho de 1931, 05 de fevereiro de 1932, 03 de dezembro de 1932, 10 de janeiro de 1933, 18 de dezembro de 1934, 08 de agosto de 1937, 14 de junho de 1938, 06 de março de 1940, 09 de março de 1940, 25 de março de 1940, 05 de julho de 1940, 02 de setembro de 1940, 02 de agosto de 1941, 15 de março de 1942, 06 de fevereiro de 1943, 13 de maio de 1947, 09 de agosto de 1946, 20 de novembro de 1948, 10 de julho de 1949, 15 de julho de 1949, 18 de novembro de 1950, 02 de agosto de 1951, 07 de julho de 1953 e maio de 1955, 17 de janeiro de 1961, outubro de 1962, 11 de janeiro de 1970, 06 de fevereiro de 1970,19 de agosto de 1973, 13 de novembro de 1973, 04 de abril de 1974, 15 de fevereiro de 1976, 13 de dezembro de 1977, 16 de março de 1978, 22 de outubro de 1978, várias edições em 1980, 20 de março de 1980, 15 de janeiro de 1981, várias edições de 1981, 29 de junho de 1983, 29 de junho de 1986, 25 de maio de 1988, 10 de setembro1992 , 28 de agosto de 1997, 14 de agosto de 2001 e 10 de junho de 2009.

Jornal *Kolonie Zeitung*

Joinville, vários anos, várias edições, 03 de outubro de 1874, 1906, 13 de fevereiro de 1909, 01 de dezembro de 1910, 21 de dezembro de 1910 – nr.298, 10 de janeiro de 1911, 12 de janeiro de 1911,13 de julho de 1926 – n.53, de 9 de setembro de 1926 – n.70 e 28 de outubro de 1926.

Jornal *Folha de São Paulo*

São Paulo, várias edições de fevereiro de 1985 e 29 de dezembro de 1989.

Jornal *Gazeta de Joinville*

Joinville, 31 de dezembro de 1910.

Jornal *Gazeta do Comércio*

09 de outubro de 1917, 21 de novembro de 1917 – n.49 – ano 4 – p.3, 05 de dezembro de 1917 – n.53 – ano 4 – p.2, 23 de fevereiro de 1917 – n.9 – ano 4 – p.3, 10 de março de 1917 – n.11 – ano 4 – capa, 17 de março de 1917 – n.12 – ano 4 – p.2, 03 de março de 1917 – n.10 – ano 4 – capa e p.2, 4 de agosto de 1917 e 20 de fevereiro de 1918.

Jornal *Gazeta Mercantil*

Joinville, junho de 1987.

Jornal *Correio do Norte*

29 agosto de 1918 – n.31 – ano 1 – p.2 e 06 de agosto de 1918.

Jornal *Diário Carioca*

Rio de Janeiro, fevereiro de 1965.

Jornal de Joinville

Joinville, 22 de maio de 1919, 02 de março 1921, 13 de dezembro de 1923, 4 de janeiro de 1924, 7 de fevereiro de 1924, 15 de abril de 1924, 25 de abril de 1924, 22 de maio de 1924, 13 de agosto de 1924, 11 e 18 de fevereiro de 1924, 21 de fevereiro de 1924, 25 de abril de 1924, 3 de julho de 1924, 23 de setembro de 1924, 11 e 18 de fevereiro de 1925, 20 de fevereiro de 1925, 4 e 20 de março de 1925, 23 de fevereiro de 1926 e 19 de junho de 1926, 15 de setembro de 1968.

Jornal *O Dia*

Rio de Janeiro, 26 de outubro de 1923.

Revista Quatro Rodas . São Paulo, nº 515, junho de 2003.

Revista Vida Nova.Joinville, n. 28/30, 9 de março de 1951.

Documentos:

Associação Comercial e Industrial de Joinville. *Atas da ACIJ. 1911 – 1999*. Joinville. Manuscrito.

BRASIL. Constituição (1937). *Artigo 138 promulgada em 10 de novembro de 1937 por Getúlio Vargas*.

Comunidade Evangélica Luterana. Arquivos. Joinville. Manuscrito.

KONDER, Presidente do Estado Adolfo. *Mensagem* ao Congresso do Estado. Florianópolis, julho de 1928. Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.

RAMOS, Presidente do Estado Vidal. *Mensagem* ao Congresso do Estado. Florianópolis, 1911. Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.

RICHARD, Presidente do Estado Gustavo. *Mensagem* ao Congresso do Estado. Florianópolis, em 17 de setembro de 1910. Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.

arte 2021 ACIJ 7_ARTE ALBUM JOINVILLE ok.qxd 31/05/2021 16:13 Página 27

Esta obra foi composta no estúdio da Editora Letradágua, em Joinville-SC, e impressa em papel couchê fosco 115 g, na fonte Novarese Book, na Gráfica e Editora Pallotti, em fevereiro de 2021, em Santa Maria, RS.

letradagua@gmail.com 47 98897-5551